

Coleção Direito e Justiça Social
Volume VI

HISTÓRIAS DA POBREZA NO BRASIL



Fabiano Quadros Rückert
Jonathan Fachini da Silva
José Carlos da Silva Cardozo
Tiago da Silva Cesar
(Orgs)


Editora da Furg

HISTÓRIAS DA POBREZA NO BRASIL

COLEÇÃO DIREITO E JUSTIÇA SOCIAL
volume 6



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-
FURG

Reitora
CLEUZA MARIA SOBRAL DIAS
Vice-Reitor
DANILO GIROLDI
Chefe do Gabinete da Reitora
JACIRA CRISTIANE PRADO DA SILVA
Pró-Reitor de Extensão e Cultura
DANIEL PORCIUNCULA PRADO
Pró-Reitor de Planejamento e Administração
MOZART TAVARES MARTINS FILHO
Pró-Reitor de Infraestrutura
MARCOS ANTONIO SATTE DE AMARANTE
Pró-Reitor de Graduação
RENATO DURO DIAS
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO
Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
ALINE RODRIGUES DE AVILA
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
EDUARDO RESENDE SECCHI

Comitê Editorial Coleção Direito e Justiça Social

Adélie Pomade, França
Brigitte Feuillet-Liger, França
Carmén Dominguez Hidalgo, Chile
David Le Breton, França
François Furkel, Alemanha
Amel Aouij-Mrad, Tunísia
Maria Cristina Cereser Pezzella, RS Brasil
Maria de Fátima Freire de Sá, MG Brasil
Tereza Rodrigues Vieira, PR Brasil
Verónica San Julian Puig, Espanha
Vicenzo Durante, Itália
Christine Lazerges, França

EDITORA DA FURG

Coordenadora
CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

COMITÊ EDITORIAL

Presidente
DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Titulares
ANDERSON ORESTES CAVALCANTE LOBATO
ANDRE ANDRADE LONGARAY
ANGELICA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA
CARLA AMORIM NEVES GONÇALVES
CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA
EDUARDO RESENDE SECCHI
ELIANA BADIALE FURLONG
GIONARA TAUCHEN
LUIZ EDUARDO MAIA NERY
MARCELO GONÇALVES MONTES D'OCA
MARCIA CARVALHO RODRIGUES
RAÚL ANDRÉS MENDOZA SASSI

Editora da FURG
Campus Carreiros
CEP 96203 900 – Rio Grande – RS – Brasil
editora@furg.br

Integrante do PIDL



Fabiano Quadros Rückert
Jonathan Fachini da Silva
José Carlos da Silva Cardozo
Tiago da Silva Cesar
Organizadores

HISTÓRIAS DA POBREZA NO BRASIL

COLEÇÃO DIREITO E JUSTIÇA SOCIAL
volume 6



Rio Grande
2020

© Fabiano Quadros Rückert; Jonathan Fachini da Silva; José Carlos da Silva Cardozo; Tiago da Silva Cesar

2020

Imagem da capa/Título: Fim de feira

Autor: Rubén Darío Román Añez

Arte da capa: Vagner Amorim

Diagramação da Capa: Anael Macedo

Formatação e diagramação:

João Balansin

Gilmar Torchelsen

Cinthia Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Marcia Carvalho
Rodrigues, CRB 10/1411.

H673 Histórias da pobreza no Brasil [recurso eletrônico] / Fabiano Quadros Rückert ... [et al.], Organizadores. – Dados eletrônicos. – Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2020. – (Coleção direito e justiça social ; v. 6)

Modo de acesso: <<http://repositorio.furg.br>>

Título extraído da folha de rosto.

ISBN 978-65-5754-024-4 (eletrônico)

1. Problemas sociais – Brasil. I. Rückert, Fabiano Quadros. II. Série.

CDU, 2ª ed.: 304(81)

Índice para o catálogo sistemático:

1. Problemas sociais – Brasil

304(81)

A revisão e todas as opiniões e informações expressas em cada um dos artigos são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
Sonhar e morrer por Dom Sebastião: história e cotidiano dos trabalhadores pobres e rebeldes do Rodeador (Pernambuco – 1820)	10
<i>Flavio José Gomes Cabral</i>	
Pobres e pobreza na província de Mato Grosso	31
<i>Divino Marcos de Sena</i>	
Casebres de próprios arquitetos no sertão: a casa e o domicílio pobre em Minas Gerais nas narrativas de Auguste de Saint-Hilaire	56
<i>José Newton Coelho Meneses</i>	
“Porões, sótãos e palhoças”: as moradias dos pobres sob a mira do Serviço Sanitário em São Luís/MA nos primeiros anos da República	82
<i>Maria da Conceição Pinheiro de Almeida</i>	
Nas trilhas dos rios: indícios da pobreza na Amazônia Ocidental (1850-1880)	103
<i>Josali do Amaral</i>	
A “Capital de um Pavoroso Reino”: Fortaleza e a Seca de 1877	135
<i>Frederico de Castro Neves</i>	
A linguagem e as imagens da pobreza nas petições de encarcerados sul-rio-grandenses (1850-1888)	157
<i>Tiago da Silva Cesar</i>	

Reflexões sobre a pobreza num espaço fronteiro do extremo sul da América portuguesa (Porto Alegre, XVIII e XIX)	185
<i>Denize Terezinha Leal Freitas; Jonathan Fachini da Silva</i>	
“Cala a boca negro, não quero aqui barulho”: vivências de forros na plurirracial sociedade escravista meridional (Brasil, RS, séc. XIX)	216
<i>Paulo Roberto Staudt Moreira</i>	
Negros filhos da mistura: a representação das identidades negras e mestiças nos jornais “O Marabá” e o “Correio do Tocantins” (1913-1983)	260
<i>Arilson dos Santos Gomes</i>	
As crianças órfãs da cidade de Porto Alegre no início do Século XX	290
<i>José Carlos da Silva Cardozo</i>	
Olhares sobre a pobreza e a urbanização no Brasil na transição do século XIX para o XX: uma prospecção bibliográfica	312
<i>Fabiano Quadros Rückert</i>	
Desastres e Pobreza: uma História Social da enchente de 1974 em Santa Catarina	342
<i>Alfredo Ricardo Silva Lopes</i>	
A Geopolítica da Fome: Josué de Castro e um livro que viajou o mundo em tempos de Guerra Fria	371
<i>Helder Remigio de Amorim</i>	
AUTORAS E AUTORES	398

APRESENTAÇÃO

O livro que apresentamos para a apreciação do público é o resultado de um trabalho coletivo que mobilizou historiadores de diferentes localidades do Brasil. Entre o movimento inicial dos organizadores, o contato com os autores, o recebimento e a editoração dos textos passou-se cerca de dois anos. Neste intervalo de tempo, diante do crescente número de desempregados, da alta inflacionária e do agravamento das tensões sociais, a preocupação com a pobreza e as discussões sobre as alternativas para o seu enfrentamento ganharam mais importância na sociedade brasileira.

Quando planejamos a composição do livro, acordamos que uma reflexão sobre a história da pobreza no Brasil não pode ser dissociada das diferenças socioeconômicas existentes entre as regiões Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Partimos da premissa de que a percepção da pobreza – aqui entendida enquanto fenômeno social portador de historicidade – é modificada conforme a escala de análise adotada pelo observador. E, ao mesmo tempo, apostamos na hipótese de que existiram múltiplos tipos de pobreza no passado do Brasil. Neste sentido, o desafio proposto pelos organizadores e aceito pelos autores, foi pensar a materialidade da pobreza, assim como as representações e discursos construídos a respeito dela, em diferentes espaços geográficos e em diferentes contextos históricos. O resultado da proposta foi um conjunto de quatorze estudos que contemplam histórias de pobreza procedentes do Ceará, do Maranhão, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, do Pará, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo. Esta diversidade de enfoques espaciais nos permite pensar o livro como um mosaico de peças procedentes de localidades distintas e com abordagens diferenciadas.

Os autores convidados selecionaram suas fontes documentais sem qualquer interferência dos organizadores. Cientes de que os documentos são matéria-prima e, ao mesmo tempo, objetos de reflexão para o ofício historiográfico, não fixamos nem uma restrição quanto ao tipo de fonte documental que poderia ser consultada.

Atingimos assim o segundo objetivo do livro, que consiste em explorar interpretações da pobreza a partir de diferentes tipos de fontes documentais (processos judiciais, relatos de viajantes, jornais, petições, leis, estatísticas sanitárias, documentos eclesiásticos, relatórios da administração pública, obras literárias, etc.). O resultado da flexibilidade adotada na proposta foi positivo e a diversidade de fontes usadas pelos autores potencializa múltiplas perspectivas de análise da pobreza enquanto fenômeno histórico registrado em diferentes tipos de textos e linguagens.

O terceiro objetivo do livro foi desconstruir concepções tecnicistas e demasiadamente simplistas a respeito da pobreza. Na condição de historiadores, desejamos compartilhar com os leitores outras formas de pensar, discutir e administrar a pobreza. Hoje, conceitos como “linha de pobreza”, “renda *per capita*” ou “vulnerabilidade social” são frequentemente usados como parâmetros para medir o grau de pobreza em uma determinada sociedade. Sabemos que estes conceitos são úteis, sobretudo para o planejamento e execução de políticas públicas voltadas para a desejada redução das desigualdades sociais. No entanto, em outros contextos históricos, como por exemplo, no Brasil Colônia, no Império, ou na Primeira República, estes conceitos não podem ser aplicados. Desta forma, a viabilidade de uma compreensão sobre o que era ser pobre na Colônia, no Império ou na Primeira República, vai depender de outros recursos analíticos e de uma disposição para aceitar que pobreza é um conceito polissêmico e mutante.

O interesse pela complexidade da pobreza enquanto fenômeno histórico é o principal elo entre os diversos textos que integram este livro. Outro importante elemento de ligação entre os textos é a abertura dos autores para o diálogo com a História Social. Isto é compreensível, se considerarmos que nas últimas décadas esta corrente historiográfica fomentou diversos estudos sobre os *excluídos da história* e contribuiu para relativizar o peso das estratificações sociais no comportamento dos sujeitos históricos. Na conjuntura historiográfica atual, podemos pensar a pobreza para além de um estado social definido pela condição econômica de um sujeito que genericamente chamamos de “pobre” e explorar outras variáveis de análise, como por exemplo, as mudanças na percepção da vulnerabilidade, as relações entre gênero e pobreza e a coexistência de práticas de assistência com práticas que produzem

e/ou reforçam a marginalização de determinados grupos sociais. Neste sentido, questões como a materialidade da pobreza, as estratégias de sobrevivência e ascensão social e as redes de sociabilidade desenvolvidas pelos “pobres”, assim como os discursos e as representações construídos pela elite ou pelos agentes do poder público sobre a pobreza ganham espaço na agenda dos historiadores. Ampliando as possibilidades de análise, a atual conjuntura historiográfica nos permite relativizar uma interpretação homogênea sobre a pobreza, na medida em que valoriza as particularidades de subgrupos sociais que vivem as adversidades da pobreza, dentre os quais destacamos os mendigos, os enjeitados, os órfãos desprovidos de capital, os atingidos por epidemias ou desastres socioambientais, os presidiários e os habitantes dos cortiços que tanto preocupavam as autoridades sanitárias na transição do século XIX para o XX.

A quantidade de categorias acionadas pelas elites ou pelos agentes do poder público para classificar os pobres no Brasil parece ser tão grande quanto a nossa pobreza. Neste livro o leitor encontrará algumas destas categorias. Elas são distintas na procedência e na intencionalidade, no entanto, convergem para dois aspectos que consideramos relevantes no contexto da obra. O primeiro aspecto diz respeito à continuidade de uma racionalização sobre o fenômeno da pobreza no Brasil. Possivelmente, a pobreza é o tema mais difícil de ser compreendido, discutido e enfrentado pela sociedade brasileira. O segundo aspecto diz respeito às particularidades do processo de institucionalização da assistência aos pobres ocorrido no Brasil. Num país marcado por profundas desigualdades socioeconômicas, a permanência da pobreza fomenta discussões intermináveis sobre a eficiência (ou ineficiência) dos dispositivos de assistência social.

Diante do que foi exposto, e sem desconsiderar o agravamento das desigualdades sociais provocadas pelas recorrentes crises econômicas, acreditamos que o livro *Histórias da Pobreza no Brasil* oferece uma importante contribuição para a compreensão da sociedade brasileira e sinaliza para a necessidade de uma reflexão historiográfica mais consistente sobre o fenômeno da pobreza e sobre as suas mutações ao longo do tempo e do espaço.

Corumbá/ Recife/ São Leopoldo/ Rio Grande, inverno de 2019
Os organizadores

**SONHAR E MORRER POR DOM SEBASTIÃO:
HISTÓRIA E COTIDIANO DOS TRABALHADORES
POBRES E REBELDES DO RODEADOR
(PERNAMBUCO – 1820)**

Flavio José Gomes Cabral

Durante os primeiros séculos da conquista e ocupação da América portuguesa, a grande maioria da população se concentrou nas sedes das capitanias, em vilas e povoados. Alguns viviam dispersos e isolados nos sítios, em locais ermos nas periferias de fazendas de gado e engenhos de açúcar (SILVA, 1993, p. 205). A história dos trabalhadores pobres e rebeldes, dos quais este artigo procura se ocupar, ocorreu no princípio do Oitocentos, próximo ao povoado do Bonito, na capitania de Pernambuco. Era um daqueles espaços isolados, distante dos engenhos de açúcar, das autoridades e da igreja. Mundos que começaram a ser povoados depois da expulsão dos flamengos e da destruição do Quilombo dos Palmares, quando muitos dos antigos terrenos incultos começaram a ser desbravados e a terra doada a vários senhores em regime sesmarial. Esses homens viriam a fundar, em suas herdades, fazendas de gado e sítios de cultura. A região até então inculta – hoje conhecida como Agreste – é área de transição entre a Mata dos centenários engenhos de açúcar e o Sertão propriamente dito, de terrenos áridos castigados pelo sol. (ANDRADE, 1998, p. 31).

Desde fins dos Setecentos, muitos homens e mulheres pobres, vários deles sem trabalho, procuraram se estabelecer nas cercanias do povoado do Bonito em busca de ocupação. Alguns elementos desse povo conseguiram se arrancar com sua família em propriedades rurais, atuando como trabalhadores braçais ou agregados, dedicando-se ao cultivo da mandioca e do algodão. A historiografia tomou conhecimento de suas trajetórias de vida por intermédio de uma devassa aberta contra alguns desses mesmos trabalhadores pobres, que haviam se instalado

em fins de 1820 no sítio do Rodeador,¹ no Bonito, a mando do governador Luís do Rego Barreto, homem tido como severo e escolhido a dedo por D. João VI para comandar uma capitania conhecida por anteriores instintos de rebeldia.² Ele tinha convicção de que aquele povo era remanescente da revolução de 1817, e ali se instalara para fomentar um movimento contrarrevolucionário. Assim sendo, o sítio foi espionado e totalmente arrasado em 26 de outubro de 1820.

¹ A documentação é muito rica, composta por centenas de fólhos com depoimentos tanto dos homens e mulheres que escaparam ao cerco da localidade como de alguns habitantes de Bonito, além de soldados e espias. Toda essa gama de documentos, capaz de abrir janelas para se compreender o comportamento da gente pobre que habitou os sertões nortistas, encontra-se no Arquivo Nacional, na sessão de manuscritos, sob o título *Devassa acerca do ajuntamento da serra do Rodeador*, compilados na Série Interior (IJJ⁹), Correspondência dos presidentes da província (1820-1821).

² O governador gabava-se de ser severo e justificava-se que era preciso ser austero para poder se impor e aplicar a lei de el-rei. Além da repressão aos revolucionários de 1817, quando as cadeias se avolumaram de presos e algumas lideranças revolucionárias perderam suas cabeças, o homem do mato não havia se esquecido do caso ocorrido recentemente no lugarejo de Mimoso, próximo a Bezerras e a cerca de 60 quilômetros do Bonito. Um funcionário real, de passagem por aquelas paragens, necessitou entre 1818 e 1819 permutar o animal para continuar seu trabalho a serviço do rei. A população se negou a atendê-lo, irritando o governador que, não conseguindo conhecer os autores do protesto, ordenou que toda a povoação fosse sitiada e os moradores conduzidos ao Recife como prisioneiros. Severamente punidos pela falta, alguns permaneceram retidos na prisão, outros retornaram às suas casas. “Esse procedimento fez espanto”, confidenciou Luís do Rego ao soberano, mas o corretivo foi prudente, porque não era “possível governar a grande distância e a um povo selvagem sem fazer crer que os castigos podem ir longe e que não há outro remédio que obedecer às autoridades”. (CARTAS PERNAMBUCANAS, 1979, p. 95)

Figura 1 – Localização da região do Rodeador e do Povoado de Bonito este representado por uma circunferência negra encimada por uma cruz.



Fonte – Detalhe do “Mapa topográfico de parte da Província de Pernambuco, feito por ordem da Junta do Governo Provisório da Província de Pernambuco”, de autoria de Antônio Adolpho Frederico de Seweloh – 1823. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/39967>> Acesso em 17.07.2018.

A arraia miúda da sociedade nortista que migrou para o Rodeador sentia-se seduzida por histórias sobre o encantamento de el-rei Dom Sebastião, soberano português morto em 1578 em combate contra os mouros na África, e da possibilidade de melhoria de vidas com seu retorno. Através da história e dos sonhos dessa gente sofrida, vivendo em completo anonimato, abre-se a possibilidade de tirá-los do esquecimento, além de conhecer

sua visão de sociedade e do sistema, seu relacionamento com o Estado e as instituições, seu nível de consciência social (...), suas condições de vida ou sua falta de condições, seus sentimentos, seus valores e suas formas de pensamento, seus padrões de comportamento, sua cultura, sua vida cotidiana etc. (LAPA, 2008, p. 24-25).

Todo esse povo pobre, desarrimado e errante era visto como “desordeiros”, “perturbadores”, “vagabundos incorrigíveis”. Tratavam-se de homens e mulheres livres, nomeados por Souza como “desclassificados”. Pessoas que, “numa sociedade escravista, não chegam a apresentar grandes vantagens com relação ao escravo”

(SOUZA, 1982, p. 14). Restava a essa população, vivendo em sociedade escravista, apenas poucos os afazeres. Algumas dessas tarefas não eram entregues sequer aos escravizados. Entre elas, as atividades artesanais, uma aptidão na qual esse povo encontrou um meio de sobrevivência. (LAPA, 2008, p. 27) Na realidade, todo esse contingente móvel de pessoas livres representava, desde o princípio dos Oitocentos, uma população bastante expressiva. Não obedeciam a instintos de nomadismo, mas à miséria em que se encontravam. (MENEZES, 1937, p. 173) Era a fome e a posse da terra que os impelia a deslocarem-se constantemente.

A chegada da família real ao Brasil, em 1808, em nada melhorou a situação da população nortista, principalmente em relação à pobreza. Os métodos de recrutamento militar continuaram rigorosos, os gêneros alimentícios ficaram mais caros e ampliou-se a carga tributária para cobrir os gastos da corte interiorizada, utilizando a expressão consagrada por Maria Odila Leite Dias. A gritaria era grande, uma vez que Pernambuco, como uma das capitanias mais ricas, era a mais requisitada. Inclusive sendo obrigada a pagar pela iluminação da corte carioca, enquanto o Recife ficava às escuras (KOSTER, 2002, p. 107).

Segundo Tollenare (1978, p. 96), o governo pernambucano era induzido a enviar mensalmente à corte no Rio de Janeiro 30 contos de réis (cerca de 200.000 mil francos em números da época), onerando o orçamento da capitania.³ O fisco punia indistintamente a todos, principalmente a população pobre e livre, contribuindo para suscitar reações sociais adversas. O caso do Rodeador se constituiu, na verdade, em uma dessas reações. As declarações de Antônio Ferreira, de 45 anos, morador daquela localidade, corrobora essa assertiva. Ele denunciava que “tudo estava muito caro (...) e quem não tinha dinheiro não podia enterrar-se na igreja” (*Devassa*, fl. 127), e concluía que o povo que morava ali um dia sairia para “comandar o mundo e corrigi-lo” (*Devassa*, fl. 127).

O viajante inglês Koster, de passagem pelas capitanias nortistas, ficou perplexo ante a pobreza que presenciou em várias localidades.

³ Diante da obrigatoriedade de enviar dinheiro ao Rio de Janeiro, poucos investimentos poderia o governo fazer em Pernambuco, enquanto a Bahia, isenta de tal obrigação, podia executar consideráveis obras públicas: melhoramentos na Praça do Comércio, o Jardim Público, estradas rasgadas nos arredores da cidade. (TOLLENARE, 1978, p. 229, 261)

Na região do Ceará, ao aprear junto a uma choupana, encontrou duas crianças de aparência lamentável. Questionados, os pais disseram que “tinham ido algures, buscar massa do miolo de carnaúba para a alimentação usual, não sendo possível, a qualquer preço, obter nas cercanias farinha de mandioca” (KOSTER, 2002, p. 449).

O Rodeador se constituía para a massa pobre que para lá migrava em um local onde as injustiças sociais deixavam de existir e onde podiam alimentar esperanças de que elas haveriam de acabar a partir do retorno de el-rei Dom Sebastião, que se encontrava encantado em uma fenda na pedra que marcava o local.

Pelo que se pode observar no cenário descrito até aqui, a pobreza campeava por esses brasis afora. A carestia dos gêneros de primeira necessidade se agravava por conta das fortes estiagens, que se prolongaram entre os anos de 1815 e 1819. Nesse quadro de penúria, muitos atravessadores, desejosos de ganhar dinheiro, monopolizavam os carregamentos e repassavam os produtos a preços desonestos. O governador tentou, sem sucesso, pôr freios nessas atividades.

A crise também atingia os quartéis. A carne era insuficiente e a farinha, de péssima qualidade. A tropa reclamava ainda dos baixíssimos soldos que eram pagos, muitas vezes com atraso, cujo valor sequer dava para suprir seus rotos fardamentos (Apeje. O.E, cód.1, 1816-1820, fl. 194-195). Todo esse lastimável quadro certamente contribuiu para o surgimento de fortes tensões, inclusive entre as elites, que usavam de tintas e papéis para externar suas insatisfações, chegando a denunciar a existência de corrupção na corte, como nos dá conta o verso da plêiade de Manuel Caetano de Almeida, distribuído durante o levante de 1817 (COSTA, 1958, p. 427):

Sem grande corte na corte,
Não se goza um bem geral;
Que a corte é quem nos faz bem,
A corte é quem nos faz mal.

Foi nesse quadro de incertezas que se destacou a figura de Silvestre José dos Santos, desertor do 12º Batalhão de Milícias, instalado no povoado do Bonito. Natural de Japuranduba, na Ribeira do Una, a exemplo de muitos desclassificados Silvestre havia sido recrutado à força para servir nas hostes reais. Era costume as milícias

coloniais lançarem mão do recrutamento forçado para se constituírem, e não faltavam brutalidades durante o alistamento, fomentando rebeldias.⁴

O recrutamento era um recurso para aumentar o efetivo da tropa, além de servir como uma demonstração de força do governo. Na realidade, tanto o recrutamento quanto as deserções são testemunhos da situação de instabilidade vivida na capitania, no início do Oitocentos. Nesse contexto, é impossível olvidar que as determinações do recrutamento emanavam da Coroa, e a reação a essas ordens e métodos eram sintomas da existência de uma crise nas relações entre o soberano e seus súditos, demonstrando o desgaste dessa convivência (LEITE, 1988, p. 161).

Ademais, a vida na caserna era dura, estimulando deserções, ainda que estas se constituíssem em crime previsto no Livro V das Ordenações Filipinas. Os desertores sabiam disso, entretanto as brenhas aparecem como uma chance de liberdade, e eles preferiam fugir, cientes dos riscos de continuar nos quartéis. As medidas tomadas pela Coroa para evitar as deserções não se restringiam às ameaças de julgamento no Conselho de Guerra e aplicação da pena capital e confisco de bens. Tentou-se, sem muito sucesso, por em prática decretos prometendo perdão aos desertores e autorização para que fossem incorporados aos regimentos distritais nos locais onde se encontrassem (LEITE, 1988, p. 160).

Silvestre, a exemplo de outros desertores, não aguentou a vida na caserna e resolveu desertar, aparecendo tempos depois – por volta dos anos de 1811 e 1812 – no Sítio do Rodeador, onde, por meio de acertos verbais com o proprietário daquelas sesmarias, João Francisco da Silva, prometeu pagar foro por uma gleba de terra para lavrar. Provavelmente obteve algum sucesso no amanho da terra, uma vez que terminou por convidar o cunhado Manoel Gomes das Virgens, desertor como ele do mesmo batalhão de milícias, para ajudá-lo no serviço (*Devassa, fl. 60*).

⁴ Segundo registro de Tollenare (1978, p. 92-93), até 1817 a capitania de Pernambuco possuía dois regimentos de linha, um deles o de artilharia, e dois regimentos de negros livres chamados de Henriques, formados por Henrique Dias durante a guerra dos holandeses. Os claros dos regimentos de linha eram preenchidos por meio de um recrutamento arbitrário, e as constantes deserções eram motivadas pelo pequeno soldo e castigos impostos.

Segundo depoimento do pai de João Francisco da Silva, o octogenário Manoel Pereira da Silva, Silvestre Cesar – nome pelo qual era conhecido Silvestre José dos Santos – tinha se estabelecido nas terras do filho havia cerca de dez anos (1810), fazendo-se acompanhar de vários parentes (*Devassa*, fl. 69v)⁵. Ao encontro do irmão correram Felipe, João José (o João Carapina), Luís Antônio, Francisca Maria de Santana (casada com Antônio Pereira) e Manoela Maria (casada com Manoel Pereira Pinto). Em seguida, surgiram outros parentes: Manoel da Paixão, Antônio Gomes e os filhos deste, Manoel Antônio e Francisco (*Devassa*, fl. 68v). Segundo depoimento do sesmeiro João Francisco da Silva, essa gente era temível. Entretanto, não se tinha conhecimento de que furtavam ou “faziam mal a ninguém de que conste” (*Devassa*, 60v).

Até então, Silvestre e seu cunhado pagavam foro pelo uso da terra. Depois, com a chegada da parentela e outras pessoas seduzidas por histórias sobre desencantamentos de reinos contadas por Silvestre, desistiram de honrar o compromisso, por entender que as “terras eram realengas”, isto é, devolutas. Por terra devoluta se entendia os terrenos sem dono que haviam sido doados e, por não terem sido aproveitados, retornavam à Coroa. Com o tempo, as concessões sesmarias passaram a classificar toda e qualquer terra desocupada, não aproveitada ou vaga de devoluta (SILVA, 2008, p. 44). O proprietário do Rodeador queixara-se do não cumprimento dos acordos por parte de Silvestre. Receoso, porém, resolveu se acautelar temendo represálias, devido o grande afluxo diário de pessoas ao lugar (*Devassa*, fl. 60).

As histórias contadas por Silvestre, provavelmente conhecedor das trovas de Bandarra,⁶ falavam do retorno de D. Sebastião,

⁵ Aliás, era comum, à época, que muito desses rendeiros, após receberem consentimento para se estabelecer na terra, arrancharem-se com a família, iniciando o cultivo e morando em mocambos cobertos de palhas, onde os únicos bens que possuíam eram esteiras que serviam de cama, e panelas de barro e uma cumbuca para guardar farinha, além de alguns instrumentos cortantes para o uso diário. (ANDRADE, 1998, p. 82)

⁶ Bandarra foi o nome pelo qual ficou conhecido o sapateiro Gonçalo Annes, natural de Trancoso, conhecido como o papa do sebastianismo. Suas trovas foram interpretadas de várias formas e falavam do retorno de um rei encoberto que viria salvar o reino português. Esses escritos encontraram em Portugal em grande ebulção, mormente ao desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer-Quibir (1578).

soberano português desaparecido em combate contra os mouros, no ano de 1578, durante a batalha de Alcácer-Quibir. Segundo a crença local, el-rei estaria encantado na Pedra do Rodeador, e que tudo mudaria para melhor após seu retorno. Essas narrativas correram de lugar em lugar, ao ponto de atraírem uma chusma de crédulos, que passaram a habitar naquela paragem – então nomeada de Cidade ou Reino do Paraíso Terreal – construindo mocambos cobertos de palhas e lavrando a terra para dela tirar o sustento.

A Cidade do Paraíso Terreal tornou-se símbolo de esperança em uma nova vida. Desejosos de escapar do serviço militar obrigatório, muitos homens encontraram ali um refúgio, e logo foram convocados para compor uma milícia armada, que costumava fazer seus exercícios de guerra à noite, após as atividades religiosas. Segundo informações do tenente Antônio Ribeiro Freire, infiltrado no Rodeador como espia, entre 30 a 40 desertores provenientes de várias localidades da província haviam escapado para aquela comunidade. Eram homens moços e solteiros, originários inclusive do 12º batalhão de Milícias do povoado do Bonito, onde ele estava lotado (*Devassa*, fl. 83, 83v).

Entre aqueles homens predominava a esperança de que, com o retorno de D. Sebastião, grandes mudanças haveriam de acontecer no país, inclusive o fim dos pesados castigos impostos aos desertores e os vexames impostos aos soldados (*Devassa*, fl. 43v). Quanto às milícias, essas simplesmente deixariam de existir, bem como os “soldados de primeira linha, e que tudo havia de acabar em eles saindo daquele sítio” (*Devassa*, fl. 39v). O comandante desse batalhão, ao tomar conhecimento da fuga e do paradeiro de Silvestre e de outros homens do seu regimento, enviou um destacamento ao Rodeador a fim de capturar os desertores. Durante a voz de prisão houve resistência (*Devassa*, fl. 70). Um dos filhos de Rufino de Tal recebeu o destacamento a tiros de bacamarte, obrigando os soldados a recuar (*Devassa*, fl. 74). De volta à caserna, o comandante tomou conhecimento do sucedido e relatou de imediato o caso ao governador.

Acusado de interpretar livremente Bíblia e propagar a volta de um rei salvador, foi preso pela inquisição, que o fez abjurar seus erros além de proibi-lo de ler e de divulgar coisas tocantes as Escrituras Sagradas. (CABRAL, 2004a, p. 56)

Ao refletir sobre as insatisfações dos homens, coletadas durante os interrogatórios, o ouvidor da comarca do Recife, Antero da Maia e Silva, encarregado de abrir uma devassa contra os habitantes do Rodeador, registrou que o recrutamento não apenas os azucrinava. Perturbava também suas famílias, que se viam privadas de seus filhos e do braço que eles poderiam propiciar aos parentes.⁷ Para ele, o serviço estava longe de atender às necessidades da população, além do inadequado uso da truculência pelo qual se dava tal arregimentação. A Cidade do Paraíso Terreal, nesse aspecto, era mais justa ao abrigar os desertores e toda a horda de deserdados. Ao se reportar sobre o citado sistema, o ouvidor ponderou que:

Alguns milicianos dos batalhões vizinhos, ressentidos pela austeridade de seus comandantes e costumados a indanisar-se (sic) da sua pobreza pela sua liberdade, deixaram as Bandeiras e procuraram aquele sítio como um asilo. Achando excelente água, um terreno fértil para manter suas famílias e uma sociedade ao parecer virtuosa, que lhes proporcionava segurança, julgaram sem dúvida ter achado um terra semelhante à da promessa (*Devassa*, fl. 132v-133).

A documentação consultada permite deduzir que a população espalhada em volta da Pedra do Rodeador vivia em mocambos cobertos de palha e era constituída de gente pobre, mulata, que vagueava de terra em terra, em busca de trabalho no amanho da terra, estabelecendo-se nelas como lavradores e rendeiros. Como não eram detentores da posse da terra, nelas plantavam mandioca ou outros insumos, enviando metade dessa produção ao senhor das terras de que dependiam. Segundo o viajante francês Tollenare (1978, p. 73), pouca proteção recebiam da lei e, “como fazem contratos, logo que tornam um terreno produtivo, o senhor (...) tem o direito de expulsá-los sem indenização”.

⁷ Reclamações dos homens que moravam no Rodeador revelam o tormento do recrutamento, sempre realizado com conflitos. A pancadaria reinava e, quando havia resistência, os habitantes eram castigados como forma de se obter maior número de recrutas. Os escolhidos eram pobres desamparados que, a partir dos 16 anos, não escapavam ao sistema. Dos 22 recrutados para a divisão de artilharia do Recife, em 7 de junho de 1819, três eram casados. Percebe-se, assim, que a prática não recaía apenas sobre os homens solteiros (Apeje. R. Pro, 7/4, 1819-1821, fl. 13) Koster (1942, p. 388) presenciou muitos rapazes arrimos de família serem levados à força para o serviço, enquanto outros eram resguardados ou apontavam companheiros para livrarem-se do incômodo.

Tirando como exemplo o cotidiano dos lavradores e moradores que o francês Tollenare conheceu em Pernambuco no princípio do Século XIX, o viver dessas pessoas não diferia muito do dia a dia dos habitantes do Rodeador, ou melhor, da Cidade do Paraíso Terreal, que viviam da agricultura, não constando que recebessem auxílios de estranhos (*Devassa*, fl. 21). Segundo o cronista, a maioria da população masculina pobre vivia do plantio, principalmente da mandioca, enquanto as mulheres faziam um pouco de renda.

“Se a safra da mandioca foi boa, pode fazer algumas pequenas vendas e comprar roupas; isto constitui toda a sua despesa, porque a sua mobília consta de algumas esteiras e potes de barro; mesmo uma raspadeira de mandioca não se encontra em casa de todos” (TOLLENARE, 1978, p. 75). Pela manhã, os moradores da Cidade do Paraíso Terreal iam para o roçado, e à noite reuniam-se para rezar (*Devassa*, fl. 88v). Todos viviam do suor dos seus próprios rostos, disse o mascate Antônio Gomes da Silva. E sendo a terra úbere, o trabalho era mútuo e determinado pelas principais lideranças da comunidade (*Devassa*, fl. 94).

Para ter acesso à citada cidade, as pessoas eram obrigadas a pertencer à Irmandade do Bom Jesus da Lapa, condição *sine qua non* para se conquistar “o caminho da salvação”. Era preciso pagar duas patacas (640 Réis), sendo solteiro, e o dobro para os casados. Quem não tinha, “fazia penitência” (*Devassa*, fl. 24, 45). A irmandade foi fundada por Silvestre e seu cunhado Manoel Gomes das Virgens, tidos como procuradores de Cristo. Abaixo deles, doze pessoas, denominadas de “sabidas”, exerciam atividades importantes nos rituais de iniciação. A estrutura social da irmandade comportava ainda um corpo de procuradores da honestidade masculina e feminina, cujas funções eram vigiar os vestuários e proibir amaziamentos, o que se constituía em agravo aos mandamentos divinos. Entre os primeiros a serem admitidos no seio da irmandade, registram-se: Antônio Luís, Amaro, Sebastião de Tal, João Miguel, Francisco – conhecido por Xixi – e Manoel José, filho do velho Agostinho Estevão, que era ferreiro.

Muitos daqueles iniciados, ao se mudarem para o Rodeador levaram consigo os instrumentos de trabalho, podendo exercer seus ofícios. José, filho de Estevão, “mudou a sua tenda de ferreiro para o mocambo da pedra”, e José Alexandre, miliciano do 12º batalhão

“se mudou para as vizinhanças” (*Devassa*, fl. 71v). Os desertores eram chamados para compor um pequeno exército local, que chegou a ter 150 homens sob o comando do sapateiro Gonçalo Correia, morto em combate no dia do cerco da comunidade pelas tropas reais. Esse efetivo era treinado para manejar armas de todos os tipos, principalmente bacamartes e espingardas. Aos olhos das autoridades reais, a existência de um exército e a conservação de armas nas mãos de pessoas de todos os níveis se constituía em um perigo para a ordem, devendo a comunidade ser aniquilada com brevidade.

Durante sua iniciação, o espia Manoel José Moreira, viúvo assentado no sítio Pratinha, próximo ao Rodeador, imediatamente falou com Silvestre para que o admitisse. “Este lhe respondera que, para isso, era preciso que se confessasse três vezes com um bom padre, porém que se confessasse a uma imagem que ali lhe mostrou, que vinha a ser o mesmo, assim como era preciso fazer uma petição a Nossa Senhora para ver se consentia que entrasse” (*Devassa*, fl. 71). Moreira ouviu histórias de que a vida na Cidade do Paraíso Terreal era muito boa, e que estavam prestes a defender os direitos de el-rei D. Sebastião, que haveria de castigar os que fossem contra aquela comunidade. (*Devassa*, 71v, 72)

O afluxo de gente a cada dia no Rodeador espantou os habitantes e as autoridades do Bonito, despertando a desconfiança do governador Luís do Rego Barreto, homem escolhido a dedo por Dom João VI para governar uma província que já era conhecida por seus antigos intentos rebeldes. O governador não poupou esforços para castigar com severas punições os envolvidos na Revolução de 1817, recentemente debelada. A imagem do mandatário era vista como cruel e temida, ele sabia disso e gabava-se da fama. Entendia que era preciso ser enérgico para impor sua autoridade.⁸ Ao tomar

⁸ O governador gabava-se de ser severo e justificava-se que era preciso ser austero para poder se impor e aplicar a lei de el-rei. Além da repressão aos revolucionários de 1817, quando as cadeias se avolumaram de presos e algumas lideranças revolucionárias perderam suas cabeças, o homem do mato não havia se esquecido do caso ocorrido recentemente no lugarejo de Mimoso, próximo a Bezerros e a cerca de 60 quilômetros do Bonito. Um funcionário real, de passagem por aquelas paragens, necessitou entre 1818 e 1819 permutar o animal para continuar seu trabalho a serviço do rei. A população se negou a atendê-lo, irritando o governador que, não conseguindo conhecer os autores do protesto, ordenou que toda a povoação fosse sitiada e os moradores conduzidos ao Recife como prisioneiros. Severamente punidos pela falta,

conhecimento daquele ajuntamento, o governador não poupou esforços para aniquilá-lo, promovendo uma incruenta guerra, na qual pereceram centenas de pessoas, inclusive crianças. Os que escaparam da morte foram levados presos para o Recife, onde foi aberta uma devassa para se conhecer o tipo de povo que se arrebanhara no Rodeador, suas ideias e, principalmente, quem os apoiava.

Figura 2 – População sobrevivente da Cidade do Paraíso Terreal e que fora conduzida presa para o Recife em outubro de 1820.

Nome	Local de nascimento	Filiação	Profissão	Estado civil	Cor	Idade	Fólio
Estevão Fernandes Coutinho	S ^{to} Antônio de Tracunhaém		Ferreiro			60	86-90v
José Fernandes Coutinho	Freguesia do Capibaribe	Estevão Fernandes Coutinho/ Feliciano M ^a da Conceição	Ferreiro, Serralheiro	solteiro	parda	25	22-23v 90-95v
Antônio Pereira	Cariris Velhos	Salvador Pereira	Trabalhador de enxada	casado	parda	36	23v- 24/95v- 99
Manoel Pereira Pinto (Cunhado de Sivestre)			Vivia da enxada	casado	parda	26	114v- 116v
Luís Antônio César (irmão de Sivestre)	Japuranduba	Luís César	Vivia da enxada	casado	parda	30	125- 126v
Antônio Ferreira (cunhado de Manoel Gomes)		Manoel Ferreira	Vivia da enxada	casado	parda	45	126v- 127
Manoel da Paixão (cunhado de Sivestre)			Sacristão no Rodeador				141- 142v

alguns permaneceram retidos na prisão, outros retornaram às suas casas. “Esse procedimento fez espanto”, confidenciou Luís do Rego ao soberano, mas o corretivo foi prudente, porque não era “possível governar a grande distância e a um povo selvagem sem fazer crer que os castigos podem ir longe e que não há outro remédio que obedecer às autoridades”. (CARTAS PERNAMBUCANAS, 1979, p. 95).

Nome	Local de nascimento	Filiação	Profissão	Estado civil	Cor	Idade	Fólio
Manoel da Paixão		Manoel da Paixão	Ajudante de sacristão				143-144v
Feliciano Maria da Conceição (casada com Estevão Fernandes)			Procuradora das honestidades	casada	parda	50	264-266v
Francisca Maria de Santana (casada com Antônio Pereira)			Procuradora das honestidades			25	266v-267
Isabel Maria (casada com João Ribeiro)			Procuradora das honestidades				266-267v
Joana Evangelista			Procuradora das honestidades				268-268v
Manoela Maria (irmã de Silvestre, casada com Manoel Pereira Pinto)		Luís César				26	268v-269

Fonte – AN. Série Interior IJJ⁹, 245, v.9.

Durante seu julgamento explicou Antônio Pereira, de 36 anos de idade, natural do Cariri, que abandonou o trabalho na enxada, na região do Rio da Prata, próximo do Rodeador, para ali viver, seduzido pela promessa de enriquecimento. Durante sua iniciação, perguntaram-lhe se “se dispunha a conquistar a Casa Santa de Jerusalém e o paraíso terreal, e a destruir todos aqueles que se opuserem a tal sagrado fim pugnado pela Lei de Deus” (*Devassa* 24). Para esse empreendimento, foi-lhe avisado que teria que ter muita coragem, porque poderia “se ver entre chuva de bala” (*Devassa*, 2fl, 24). Um homem como Antônio Pereira pouco teria a perder, por isso aceitou imediatamente o convite, ingressando na Irmandade do Bom Jesus da Lapa.

Durante a investigação dos prisioneiros, muitos aspectos do cotidiano da Cidade do Paraíso Terreal foram revelados. De uma

ou outra forma, a documentação nos revela os nomes de alguns habitantes da cidade, local do nascimento, filiação, atividades, idade e cor. Estas informações foram reunidas no quadro apresentado na Figura 2, e, a partir do respectivo quadro, é possível perceber que a maioria dos habitantes da Cidade do Paraíso Terreal vivia das atividades ligadas à agricultura, e nasceram em diversas localidades distintas. Em sua maioria eram pardos, com idade variando entre 20 e 60 anos e casados. Infelizmente, a documentação pouco revelou do cotidiano das mulheres, que provavelmente realizavam trabalhos domésticos, podendo segundar a família em outras atividades. Dos 131 prisioneiros, cinco eram mulheres, número proporcionalmente bastante inferior ao de homens, uma vez que a maioria dos moradores locais era constituída por mulheres.

Na realidade, depois de a cidade ter sido arrasada procedeu-se a um interrogatório preliminar, quando foram soltas várias mulheres, após se verificar não ter havido participação delas no movimento. Entretanto cinco delas – Feliciano Maria da Conceição, Francisca Maria de Santana, Isabel Maria, Joana Evangelista e Manoela Maria – por exercerem atividades de destaque na irmandade, foram mantidas prisioneiras e trazidas pelas tropas até o Recife para serem inquiridas (Apeje. OG, cód. 19, 1820, fl. 9v).

Os habitantes do Rodeador se diziam “autorizados por Deus” e afirmavam “que el-rei Dom Sebastião José (...) os havia de proteger, e que um dia haviam de sair daquele sítio e ir a toda parte, a fim de seguir sua lei, e a Senhora havia de mandá-los seguir e em tudo determinar-lhes o que se havia de fazer” (*Devassa*, p. 67). Os que seguissem tais doutrinas seriam felizes. Essas preleções foram observadas pelo espia tenente Antônio Ribeiro Freire, que narrou não ter conhecimento de que aquela sociedade “tivesse correspondência com (...) outras pessoas suspeitas e que os chefes dela eram Silvestre e Manoel Gomes [das Virgens]”, pessoas de muito prestígio na localidade. (*Devassa*, fl. 43).

A essas observações acrescentam-se as impressões do comerciante do povoado do Bonito, José Manoel Vilaverde, branco e solteiro, que parecia incomodado com o afluxo de pessoas ao Rodeador. Para ele, as principais lideranças e outros sequazes “eram sebastianistas e enchiam ao povo de todas as mais patranhas” (*Devassa*, fl. 67). O governador Luís do Rego não era benquisto,

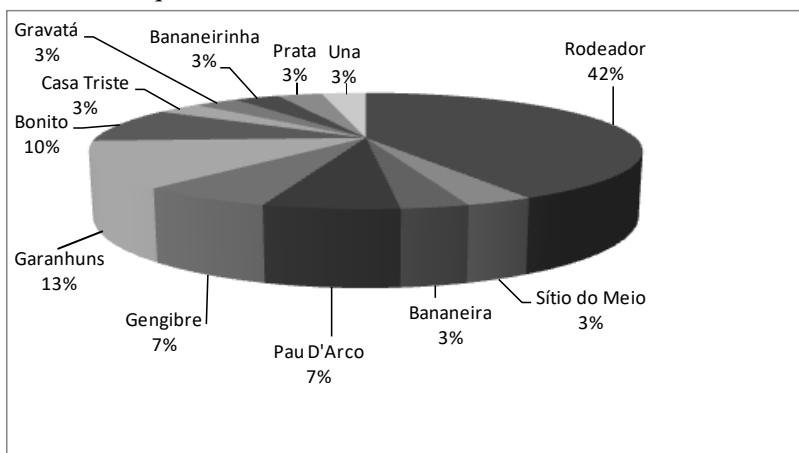
devido a sua mão de ferro em defesa dos direitos do rei. Tanto que os líderes do Rodeador desejavam encontrar-se com ele “para lhe fazerem umas cuias da cabeça, uma para eles beberem e outra para quem a quisesse” (*Devassa*, fl. 73). Quanto ao soberano português, “sua majestade não era nada em chegando el-rei Dom Sebastião” (*Devassa*, fl. 120).

Essas declarações foram vistas como ameaçadoras, levantando suspeitas de que uma experiência sediciosa estivesse ali sendo orquestrada. Tais preleções, além de insolentes ou mesmo ultrajantes, revelaram existir naqueles rincões desafetos ao trono, o que punha em risco a manutenção do *status quo*. Na realidade, determinadas expressões talvez fossem consideradas mais perigosas que os violentos motins ou revoltas que mobilizavam grandes massas de homens em nome do “viva o rei, morra o mau governo”, declarações que nunca procuraram alterar a ordem, pelo contrário, buscavam restaurá-la (JANCSÓ In SOUZA, 1997, p. 389).

Segundo testemunho de Manoel José Moreira, muito homens e mulheres se reuniam à noite para rezar, e após as orações havia treinos militares ou marchas, durante as quais se apregoava que “todos haveriam ir para o Paraíso Terreal, e el-rei dom Sebastião José os haveria de proteger com um grande exército” (*Devassa*, fl. 69). Os habitantes da Cidade do Paraíso Terreal consideravam-se eleitos e premiados pelo imaginado soberano, que iria laurear seus escolhidos no momento do seu retorno. Seriam tempos em que cessariam os castigos e os vexames pelos quais passavam. Por ocasião desse miraculoso dia, “os que estivessem naquela sociedade não morreriam e a Senhora os havia de mandar em tudo” (*Devassa*, fl. 69).

A Cidade do Paraíso Terreal se constituía em um local bastante povoado, e sua população tendia a aumentar ainda mais com o crescente vazamento de notícias sobre as maravilhas ali propagadas. Grande parte das pessoas que ali moravam, pelo gráfico demonstrado anteriormente, havia nascido em Pernambuco e em suas vizinhanças. Das 131 pessoas presas e conduzidas ao Recife para interrogatório, constatou-se no inquérito que a grossa maioria morava no Rodeador ou em seu entorno, como se verifica no gráfico a seguir:

Figura 3 – Local de habitação dos prisioneiros que habitavam na Cidade do Paraíso Terreal



Fonte – AN. Série Interior IJJ⁹, 245, v. 9.

Com exceção do município de Garanhuus, os lugares mencionados no gráfico pertenciam, em 1820, ao distrito do Bonito. Os 10% ali apresentados correspondem às pessoas que habitavam na sede do povoado, cuja localidade pertenceu a Garanhuus até 1811, sendo transferida naquele ano para Santo Antônio e aí se conservando até 1833, quando foi emancipada. Aqui abrimos um parêntese para explicar que dos 13% correspondentes ao município de Garanhuus, duas pessoas habitavam na localidade de Gavião, também conhecida por Gavião do Prata, hoje Engenho Troia e adstrito à municipalidade bonitense. O restante provinha de locais próximos ao citado município.

Ao ser aberta a devassa, muitos dos inquiridos declararam não ter conhecimento do número exato da população que residia na Cidade do Paraíso Terreal. Antônio Pereira revelou que a quantidade de pessoas no lugar duplicou após ter sido propagado que a Santa da Pedra (Nossa Senhora) iria revelar-se à aos fiéis (*Devassa*, p. 24). A santa ficava entronizada em uma espécie de capela (mocambo coberto de palha), também intitulada de Oratório, próxima a uma gruta em cujo recinto “havia algumas imagens e ali se rezava, e depois disso pegavam em armas e faziam umas marchas, todos armados” (*Devassa*, 42v). No dia em que o Rodeador foi cercado pelas tropas reais, houve uma verdadeira carnificina. Pelos registros oficiais, o número

de mulheres e crianças que ali viviam era grande, e se constituiu no maior contingente atirado às prisões (*Devassa*, fl. 30).

O negociante José Manoel Vilaverde, branco e solteiro, residente no povoado do Bonito, havia tomado conhecimento dos exercícios religiosos e militares do Rodeador através de boatos, e afirmou que na noite de 26 de outubro de 1820, quando a Cidade do Paraíso Terreal foi arrasada pelas tropas, concentravam-se ali cerca de “trezentas ou quatrocentas pessoas (...) tudo gente da plebe e ignorante, que concorreram por ter dito neste lugar e vizinhanças que uma senhora que existia na dita serra em um mocambo de palha havia de falar na dita noite” (*Devassa*, fl. 66v). Segundo o citado comerciante, na véspera do dia em que se propagou o aparecimento da santa foi intenso o afluxo de pessoas, em sua maioria “gente de pequenas condições e poucos brancos” (*Devassa*, fl. 22v), que se dirigiram ao local dos acontecimentos movidos por espetaculares histórias de milagres inventadas por impostores.

Para o octogenário Manoel Pereira da Silva, branco, viúvo e residente no povoado do Bonito, o povo se reuniu na Cidade do Paraíso Terreal “por devoção ou curiosidade”, e as rezas ali eram boas e se prolongavam pela manhã. A estas declarações assomam-se as de Bento José do Nascimento, branco, casado, também residente no povoado do Bonito. Segundo afirmou, não era de seu conhecimento que o povo arrebanhado na citada localidade fizesse “maquinações contra o Estado e que se armasse para esse fim” (*Devassa*, fl. 68). Sobre a principal liderança da comunidade, propagou-se que havia fugido ou morrido durante as refregas (*Devassa*, fl. 22v). Maria da Conceição – filha da viúva e sesmeira Águeda Maria dos Santos – branca e solteira, disse ter ido ao local no pretenso dia em que a santa do oratório iria falar ao povo, e lá encontrou muita gente, homens e mulheres. Entretanto, não soube precisar o número de pessoas ali presentes (*Devassa*, fl. 73, 73v).

CONCLUSÕES

A história dos deserdados do Rodeador revela muitas das aspirações da população pobre que vivia por esses brasis no tempo do processo de Independência. Muitos desconfortos infernizavam aquele povo: a carestia, as injustiças sociais e, principalmente, o famigerado sistema de recrutamento de tropas. A chegada da família real ao Brasil

em nada melhorou a sorte dos desclassificados, nem das elites que, em 1817, protestavam contra o rei em uma revolução que procurou desfazer os laços com o antigo Reino Unido Português. Se as elites se encontravam descontentes, o contingente livre e pobre não ficava por menos, conforme sinaliza a história dos pobres do Rodeador.

Os desclassificados da Cidade do Paraíso Terreal entendiam que mudanças de vida não seriam conquistadas com o atual soberano sentado no trono. Segundo se propagava, ele “havia de deixar de reinar” (*Devassa*, fl. 66). Assim, acreditavam que sua sorte só viria a mudar com o retorno do imaginado rei português, desaparecido há cerca de trezentos anos as preleções sinalizavam a existência de uma crise de relacionamento entre a Coroa e seus súditos. O modo como foram punidos, mortos e queimados, revela o quanto os agentes reais se preocupavam com a manutenção da ordem, procurando abafar fagulhas como aquelas ocorridas em Pernambuco havia três anos, que poderiam desencadear incêndios.

A história dos deserdados da Cidade do Paraíso Terreal primeiramente chamou a atenção de antropólogos e folcloristas, sendo mantida por muito tempo em sigilo, como desejou o soberano, e despertando somente há pouco a atenção dos historiadores⁹. Em 1999, a Escola de Samba Gaviões da Fiel levou para a avenida, em São Paulo, alguma nuance daquelas histórias. A homenagem dos carnavalescos foi um estímulo à reflexão sobre o quanto a história é filtrada pela cultura popular, e que recorrer a ela para recordar um tempo pontuado por “êxtase e liberação” é algo fascinante (BURKE, 1989, p. 210).

Os foliões entraram na avenida com o enredo “O príncipe encoberto ou a busca de Dom Sebastião na Ilha de São Luís do Maranhão”. Segundo a letra do samba-enredo, de autoria de Zé Rifai, Alemão do Cavaco e Ernesto Teixeira, após a tragédia no Marrocos o inditoso rei português se encantou no Nordeste brasileiro, ora sendo visto na Praia dos Lençóis, no Maranhão, ora se escondendo na Pedra do Rodeador e em Pedra Bonita, ambas em Pernambuco. Respectivamente

⁹ Sobre o tema, leiam-se: AGUIAR, 2011; CABRAL, 2004a; CABRAL, 2004b; HERMANN, 2001; HERMANN, 2005; PALACIOS, 2002; PALACIOS, In DANTAS, 2011; QUEIROZ, 1976; RIBEIRO, 1960. Recentemente, Pedro Castellan Medeiros defendeu na USP sua dissertação de Mestrado em História Social, intitulada “No reino do Paraíso Terreal: rebeldes-devotos da pedra encantada do Rodeador: Pernambuco, 1820”.

no município do Bonito e na antiga comarca de Flores, atual município de São José do Belmonte (CABRAL, 2004a, p. 15):

A busca pelo mito continua, e se espalhou pelo Nordeste do Brasil Canudos, Serra do Rodeador, Pedra Bonita, quanto sofrimento e dor Praia dos Lençóis, no Maranhão, vem reviver a lenda da ressurreição E desde o limiar da nossa história, o sacrifício do touro se fez tradição E hoje, em todo o céu iluminado, brilha a estrela do touro negro encantado

Tem bumba-meu-boi, reisado e marujada

Tem Gaviões, sacudindo a arquibancada

Tem bumba-meu-boi, reisado e marujada

Tem Gaviões, sacudindo a arquibancada

FONTES

a) Manuscritas

AN (Arquivo Nacional)

Devassa sobre a qualidade de gente que se ajuntou na Serra do Rodeador (1820), sob a guarda do Arquivo Nacional – Correspondência dos Presidentes de Província,

Apeje (Arquivo Público Jordão Emerenciano – Recife)

JO, cód. 1, 1818-1822, fl. 28-28v.

O.E, cód. 1, 1816-1820, fl. 194-195.

R. Pro, 7/4, 1819-1821, fl. 13

OG, cód. 19, 1820, fl. 9v

b) Fontes impressas

CARTAS PERNAMBUCANAS de Luís do Rego Barreto. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 52, 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Regina clara de. *Estudo Histórico Antropológico do mito sebastianista: a Pedra do Rodeador como expressão simbólica na interculturalidade ibero-americana*. Tese (doutorado), Universidad de Salamanca: Instituto de iberoamérica, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6ª ed. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1998.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Média*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

CABRAL, Flavio José Gomes. *Paraíso Terreal: a Rebelião Sebastianista na Serra do Rodeador*. Pernambuco, 1820. São Paulo, Annablume, 2004a.

_____. Desertores, desempregados e outros elementos perigosos na cidade do Paraíso Terreal: a rebelião sebastianista na Serra do Rodeador (Pernambuco, primeira metade do século XIX), *História & perspectiva*, v. 29, n. 30, p. 7-31, 2004b.

COSTA, Pereira da. Anais Pernambucanos. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958, v. VII.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In SOUZA, Laura de Mello e. *História e vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HERMANN, Jacqueline. O movimento sebastianista da serra do Rodeador, Pernambuco na primeira metade do século XIX. In: ALMEIDA, Ângela Mendes *et al.* *De sertões e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2001.

_____. Um paraíso a parte: o movimento sebastianista do Rodeador e a conjuntura política pernambucana às vésperas da Independência (1818-1820), In BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia. *Modos de governar. Ideias e práticas no Império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Brasileira, 1942.

_____. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 11ª ed. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2002, v. 1.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Contribuição à História da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas, Editora da UNICAMP; São Paulo: Editora da USP, 2008.

LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife, Ed. Massangana, 1988.

MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste: formação social do Nordeste*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1937.

PALACIOS, Guilherme. Messianismo e expropriação camponesa: uma nova expedição ao Reino da Pedra encantada do Rodeador. Pernambuco, 1820. *Revista de História*, v. 147, p. 71-108, 2002.

_____. Uma nova expedição ao Reino da Pedra encantada do Rodeador: Pernambuco, 1820. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 2ª ed. São Paulo: Alfaômega, 1976.

RIBEIRO, René. *Antropologia da religião e outros estudos*. Recife: Editora Massangana, 1982.

SILVA, Ligia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio*. 2ª ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A vida privada e quotidiana no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. 2ª ed. Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

TOLLENARE, L.F. de. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978 (Coleção pernambucana, v. XVI).

POBRES E POBREZA NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

Divino Marcos de Sena

A partir dos anos 1960, o estudo sobre as pessoas comuns ganhou espaço significativo nas produções historiográficas. Essa situação foi estimulada com a renovação e diversificação de objetos, fontes, metodologias e a elaboração de teorias da história, quando questões foram lançadas e novas temáticas passaram a ser alvo/objeto de preocupação dos historiadores.¹⁰ Os populares começaram a ter maior destaque nas produções históricas, e o político, as relações diplomáticas e a cultura de elite não eram mais os únicos ou principais interesses dos pesquisadores, que passaram a dar importância para o estudo do cotidiano da maioria da população que vivia e produzia modos de vida peculiares.

Autores a exemplo de Carlo Ginzburg (1993), Peter Burke (1999), Jim Sharpe (1992) e Edward Thompson (2005) ressaltaram a importância em se estudar as parcelas da população que não pertenciam às elites. Eles criticaram a historiografia que por muito tempo desconsiderou as ações de pessoas comuns.

Esse movimento de renovação também teve seus expoentes na historiografia brasileira pouco mais de uma década após as novas influências teórico-metodológicas terem sido formuladas em países europeus e na América do Norte (VAINFAS, 2009). Anterior às novas influências, alguns autores chamaram a atenção para a presença e participação de livres e pobres na sociedade escravista brasileira. Caio Prado Júnior, por exemplo, foi um dos primeiros a considerar a presença

¹⁰ A renovação historiográfica está relacionada com a trilogia organizada, em 1974, por Jacques Le Goff e Pierre Nora, “História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos”, que ampliou a noção de fontes, além de expandir as possibilidades metodológicas, incluindo os importantes diálogos com outras áreas do conhecimento, ver Le Goff; Nora (1976). Ainda sobre a renovação historiográfica e a diversidade de objetos e fontes, conferir: Le Goff (1993), Burke (1992), Cardoso & Vainfas (1997) e (2012) e Chartier (2002).

daquela parcela na sociedade colonial. Em seu livro “Formação do Brasil contemporâneo” (1ª edição de 1942), descreve a composição social do Brasil no período colonial e aponta a presença de livres e pobres. Afirma que entre as duas categorias nitidamente definidas (escravos e senhores) e “entrosadas na obra da colonização comprime-se o número que vai avultando com o tempo dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos sem ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma”. Caio Prado destaca as atividades desenvolvidas por livres e pobres, e definiu aquela camada social como sendo constituída, sobretudo de “pretos e mulatos forros ou fugidos da escravidão; índios destacados de seu *habitat* nativo [...] mestiços de todos os matizes e categorias [...] e até brancos, brancos puros [...]” (PRADO JÚNIOR, 1973, p. 281-282).

Outro estudo já clássico na historiografia brasileira que antecede o movimento de renovação é o livro de Maria Sylvia de Carvalho Franco, “Homens livres na ordem escravocrata”, defendido como tese de doutorado em 1964 e publicado em várias edições. A obra refere-se ao homem livre e pobre no que diz respeito às condições materiais de vida, as relações sociais engendradas no interior dos pequenos grupos e a participação desses homens na sociedade. Além disso, discute a figura dos livres mais abastados que compuseram o sistema mais ativo de dominação por meio das organizações a que estiveram ligados.

Carvalho Franco descreve a maneira como livres e pobres estiveram ligados aos ambientes rurais no desenvolver de distintas atividades, e aponta algumas características de categorias sociais que faziam parte da “camada intermediária” da sociedade paulista (FRANCO, 1997). A obra é considerada marco na historiografia sobre o tema, por analisar uma parcela da sociedade até então relegada por outros estudiosos.

O aumento de interesse pela temática ocorreu nas décadas seguintes, quando estudos focalizaram distintas áreas e verificaram a presença e participação de pessoas que não eram senhores e nem escravos no processo de formação da sociedade brasileira. Os novos estudos apontaram a multiplicidades dos genericamente chamados pela historiografia como livres e pobres ou pobres livres.¹¹

¹¹ Diante de uma variedade de estudos, indico Samara (2005), Souza (2004), Dias (1995), Castro (1987), Martins (1996), Moura (1998), Silva (2010), Wojciechowski

Com relação à historiografia sobre Mato Grosso, um dos, senão o primeiro autor que menciona a presença da “camada intermediária” na sociedade local foi Virgílio Corrêa Filho, na obra “Pantanaes Matogrossense: devassamento e ocupação”. O autor se reporta à existência de pessoas livres e pobres, que, segundo ele, eram indispensáveis nas fazendas e usinas da região. Corrêa Filho se refere àquelas pessoas como constituintes de uma “classe de inferior nível social”, da qual faziam parte: “agregados, camaradas e os que não se alistam em nenhum destes grupos, embora vivam igualmente desprovidos de haveres, como os ribeirinhos modestos” (CORREA FILHO, 1946, p. 122-123).

Outros estudos, ao discutirem a sociedade mato-grossense nos séculos XVIII e XIX, abordaram indiretamente a presença dos livres e pobres ao considerarem as relações com outros grupos sociais e a inserção de todos eles na sociedade/cotidiano.¹²

Um dos primeiros estudos identificados e que se referem principalmente à temática em Mato Grosso é o de Eula Wojciechowski, que discute o comportamento e o cotidiano de homens livres e pobres direcionados aos quartéis da província. A autora analisou alguns conflitos entre livres e pobres e autoridades provinciais, resultantes das medidas de disciplinarização que a elite dominante tentava impor àquela parcela da sociedade, usando como mecanismo o recrutamento militar. Argumenta sobre a ideia de “civilização” presente naquele momento histórico, de modo a entender os olhares das elites em relação às pessoas comuns e os mecanismos usados para “civilizá-las”. Discute as condições de vida dos recrutados antes e depois de serem direcionados aos quartéis, e constata que nem todos eram vadios, criminosos e perniciosos à ordem pública e muitos mantinham uma ocupação. A obra de Eula é uma referência importante para entender não somente a ideia de “civilização”, o olhar estereotipado da elite, as estratégias criadas para impor uma lógica de vida desconhecida pelos livres e pobres, mas também em percebê-los como pessoas que resistiram

(2004), Resende (2008) e Sena (2013).

¹² Diante de uma diversidade de estudos que apontam a presença e participação de livres e pobres, sem tomá-los como temática específica de estudo, destaque: Aleixo (1980), Volpato (1987) e (1993), Lucídio (1993), Symanski (2006), Camargo (2010) e Moura (2014).

para manter suas práticas e costumes que foram gestados a partir de um viver característico (WOJCIECHOWSKI, 2004).

No Mestrado em História desenvolvi pesquisas voltadas para os livres e pobres em Mato Grosso. Na dissertação, defendida em 2010 e publicada em formato de livro em 2013, analisei a presença, condições de vida, participação na dinâmica interna e aspectos do cotidiano de trabalho de uma parcela da população livre e pobre, constituída pelos camaradas na província de Mato Grosso da primeira metade do século XIX, especialmente aqueles estabelecidos em ambientes rurais (SENA, 2013). Outro estudo monográfico sobre os livres e pobres é a dissertação de mestrado de Cassia Queiroz da Silva, que versa sobre os modos de vida e de trabalho de pobres livres em Sant’Anna do Parahyba no sul da província de Mato Grosso (SILVA, 2014).

Nas últimas quatro décadas houve o aumento do número de trabalhos sobre o Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX¹³. Porém, a temática “livres e pobres” precisa ser mais explorada para aquela espacialidade. Visando contribuir com a discussão, este texto tem por objetivo refletir sobre as categorias “pobre” e “pobreza” em Mato Grosso da primeira metade do oitocentos.

POBRES E POBREZA EM MATO GROSSO – SÉCULO XIX

A leitura da bibliografia relacionada ao tema permitiu compreender a multiplicidade dos perfis e dos modos de vida dos livres e pobres no Brasil. Na designação de pobre e pobreza entraram pessoas com uma pluralidade de tipologias sociais, com diferentes ocupações e arranjos de trabalho ou ausência destes, inseridos em teias distintas de vínculos pessoais, cada qual com suas formas de viver e interpretar o mundo escravista, no qual as elites por vezes os tratavam uniformemente e com olhares estereotipados.

¹³ O território que correspondia à capitania e depois província de Mato Grosso passou a ser denominado Estado de Mato Grosso após a Proclamação da República do Brasil, no final do século XIX. Em setembro de 1943, parte do território dos estados de Mato Grosso e Amazonas foram desmembrados para formar o Território Federal do Guaporé (que três anos depois passou a ser denominado Território Federal de Rondônia). Em 11 de outubro de 1977, novamente o território do Mato Grosso foi dividido. Ficou determinada, por lei federal, a formação dos atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Mas, o que era ser pobre em Mato Grosso no século XIX? Como o discurso das elites definia quem era pobre ou que estava na condição de pobreza? É possível pensar em uma definição que dê conta de explicar a pobreza em Mato Grosso? Essas questões são essenciais para compreender o espaço social que os livres não abastados ocuparam numa sociedade que foi escravista não apenas no critério econômico, mas que também formou condutas, estabeleceu desigualdades sociais e “raciais” e urdiu sentimentos, valores e condutas de submissão que por vezes não apenas escravos foram atingidos.

Em dicionários oitocentistas, as definições de pobre e pobreza demonstram genericamente carência de algo, principalmente de elementos materiais ou ligados à manutenção da vida. No dicionário Antonio de Moraes Silva, pobre é o que não é rico, ou seja, é a “quem falta o necessário para a vida, o que tem poucas posses”. Além dos outros comentários e atributos em que a palavra é utilizada de maneira composta para definir ou qualificar algo, tais como “língua pobre” e “pobres de espírito”, o dicionário define o pobre como o que pede pelas portas, o pedinte; e pobreza como a “falta do necessário para a vida”, “estreiteza e parto de posses e haveres” (SILVA, 1813). Em 1832, dez anos após a Independência política do Brasil, numa descrição próxima, o dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto definiu pobre como aquele “que não tem o necessário para viver”, “aquele que pede pelas portas”, como uma pessoa “de pouco valor”. E pobreza era a “falta do necessário para viver”, assim como a “falta de posses” (PINTO, 1832). Nesse caso, em ambos os dicionários, o primeiro publicado em Portugal e o segundo no Brasil, a pobreza e ser pobre estavam ligados à ausência de meios e posses vitais para a sobrevivência. A carência de alimentos e de outros itens poderia levar os indivíduos a viver na mendicância, fazendo com que ganhassem o atributo de pessoas com pouco valor, um infeliz.

Quanto à condição social, o pobre nesses dicionários indicava carência ou privação de algo, que vivia com poucas posses. Foi dessa forma que o “Diccionario contemporâneo da língua portugueza”, de 1881, definiu as palavras pobres e pobreza, mas com várias outras utilizações e exemplos em que pobre era sempre uma posição inferior a algo, situação ou alguém diante de um parâmetro tido como ideal (AULETE, 1881). Uma pessoa pobre era aquela que estava abaixo de um padrão para sobreviver e de possuir posses.

Os sinônimos da palavra pobreza também seguiam essa lógica de carência ou ausência de algo. No “Dicionário de sinônimos”, de 1859, pobreza era a falta do necessário para a vida, grande escassez ou estreiteza de posses e haveres. Porém, ela exprimia a ideia de ter alguma coisa, mas não o bastante para as necessidades vitais. Já seus sinônimos apresentavam algumas distinções: indigência, por exemplo, exprimia a ideia de carência do necessário, por estar uma pessoa impossibilitada de o haver, de o ganhar; penúria significava a escassez extrema em que se achava uma pessoa ou família, a quem faltavam as coisas mais indispensáveis à vida, que padecia de fomes etc.; e inópia era em geral a falta, a carência do que era mister (FARIA, 1859). Assim, pobreza era definida como ausência de algo, mas não a falta total. Essa ausência prejudicava o alcance dos meios considerados necessários para a vida.

A partir dessas descrições surgem algumas interrogações que não são aprofundadas nos dicionários. O que caracterizava o pobre no Brasil escravista do século XIX tomando como base essas definições? Quais bens ou meios de vida uma pessoa deveria possuir para não ser pobre? Teria um único padrão de pobreza? São questões que a documentação da época ajuda a responder ou ao menos tentar ampliar a definição trazida pelos dicionários.

Michel Mollat, em célebre estudo sobre os pobres da Idade Média, afirma que ao estudar o pobre, deve-se levar em consideração a definição do termo e de seu estado em sentido amplo. Para aquele autor, o pobre é o que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais (MOLLAT, 1989).

Segundo Mollat, ao trabalhar com a pobreza é imprescindível explicitar a que pobreza se refere, pois o período sobre o qual se debruça exerce influência no tratamento dado à matéria escolhida. Nesse caso, é importante refletir sobre a pobreza num determinado espaço e temporalidade historicamente localizados.

Para refletir sobre a pobreza em Mato Grosso durante as décadas que antecederam à crise do trabalho escravo no país, foram

consultadas as palavras “pobre” e “pobreza” nos Relatórios de Presidentes de Província, Processos Judiciais, Leis Provinciais e Periódicos publicados até meados do século XIX. O objetivo foi buscar elementos que ajudassem a pensar como essas palavras foram empregadas para designar a condição socioeconômica de parcela da população de Mato Grosso.

Nos Relatórios dos Presidentes de Província, a palavra pobre aparece de forma a caracterizar um determinado “grupo” social, pertencente a uma parte da complexa e desigual sociedade de Mato Grosso. Juntamente ao termo pobre aparecem outros que se referem àqueles que viviam na condição de pobreza. O pobre é caracterizado como pertencente a uma classe, a “classe pobre”, chamada também de “classe menos abastada”, “classe inferior”, “última classe da sociedade”, “pessoa de baixa condição social”, “gente da ínfima classe do povo” e “classe ínfima da sociedade”. Estas expressões aparecem esparsamente nos Relatórios e estavam inseridas em contextos que se referiam genericamente a pessoas pobres.

Na mesma fonte há poucas descrições que se referem aos pobres que não sejam com vieses estereotipados. Contudo, são identificadas características de vida dos pobres, ainda que atravessadas por análises que pretendiam inferiorizá-los a partir dos padrões considerados ideais pelas elites. No trecho seguinte, parte do discurso do presidente José Antônio Pimenta Bueno, quando relatava sobre a importação e exportação da província e da alta dos produtos importados vendidos em Mato Grosso, é possível apreender algumas características da população pobre.

Nota-se que uma grande parte dos habitantes da Província vestindo-se apenas com os tecidos do país, alimentando-se facilmente pela muita abundância do peixe, parece ter decididamente renunciado aos prazeres do homem civilizado; até o sal é por eles muitas vezes dispensado: não será prudente impor mais sobre esses gêneros, atendendo se convém antes mudar os costumes dessa grande parte da população, e chamá-la a novos hábitos, e necessidade de civilização, protetora da indústria, e protetora da riqueza social (Discurso recitado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, 1845, p. 15-16).

Os padrões da modernidade, vigentes no mundo ocidental, eram ansiados pelas elites brasileiras e, nesse caso, particularmente

da província. A inserção de hábitos e comportamentos tidos como “civilizados”, aos olhares dos governantes, colocaria Mato Grosso no caminho da “civilização”, tirando-lhe a imagem de terra “selvagem” que estava abaixo da “escala evolutiva” tida como ideal no mundo oitocentista (GALETTI, 2012). Para as autoridades provinciais era imprescindível disciplinar a população, inserindo o trabalho ordeiro, sistemático, regular, como já existia em cidades industriais e outros espaços da Europa (SENA, 2013).

Para além da visão “civilizatória” e estereotipada do presidente José Antônio Pimenta Bueno, é possível apontar em seu discurso alguns elementos que pertenciam à dinâmica de vida de alguns livres e pobres da província. Determinados pobres não vestiam tecidos confeccionados em outras localidades, alimentavam principalmente do que a natureza local proporcionava, comumente não tinham hábito de comer sal – já que por quase toda a primeira metade do século XIX, este produto era importado de outras províncias e somente nos anos finais da primeira metade do século XIX ele passou a ser explorado em Mato Grosso¹⁴ –, e não compravam produtos importados devido ao elevado preço.

Em meados do século, aparecem impressões dos governantes da província sobre a alta considerável dos preços de víveres, com seu agravamento nos anos 1858 e 1859. Esta situação foi ressaltada pelo presidente da província Joaquim Raimundo de Lamare, no discurso recitado na abertura da Assembleia Legislativa de 1859, afirmando que “nas povoações da fronteira é a carestia muito maior. Este estado de coisas produz excessivo gravame às classes menos abastadas”, e por isso não poderia deixar de merecer a “mais particular atenção” do legislativo provincial (Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o chefe de divisão, Joaquim Raimundo de Lamare, 1859, p. 32-33).

Alguns elementos nem sempre eram acessíveis aos livres e pobres. Produtos importados não estavam no rol das mercadorias adquiridas por parte da sociedade provincial. Mesmo o sal, artigo

¹⁴ Conforme a fala do presidente Joaquim José de Oliveira, no ano de 1849, estava sendo fabricado “nas margens do Baixo Paraguai uma quantidade considerável de sal comum, de maneira que a produção desse gênero não diminuir, a sua importação das províncias do Pará e do Rio de Janeiro deve cessar inteiramente.” (Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, 1849, p. 15).

essencial para as funções biológicas básicas do ser humano, não era adquirido facilmente por toda a população. A carência de determinados gêneros alimentícios era apontada como algo que sinalizava a situação de pobreza.

Os pobres nem sempre adquiriam produtos no mercado local. O sustento de muitos era buscado principalmente naquilo que era obtido pelas condições naturais da província, como por meio da caça, pesca, coleta e/ou plantio. Isto não excluía que os pobres pudessem comprar nos mercados e feiras produtos que não retiravam da natureza, já que na mesma fala de Joaquim Raimundo de Lamare é apontada a alta dos preços de víveres e dos reflexos negativos dessa alta na vida da classe menos abastada.

Outra denominação que aparece em relatórios apresentados depois de 1840 é o termo desvalido para designar crianças pobres e aos presos pobres. Desvalido era um desprotegido, um desamparado, um abandonado, deixado, um pobre que precisava do auxílio de outrem ou de ajuda direta do Estado. Nos discursos presidenciais, a educação era apontada como elemento que traria o “progresso” à província e tornaria a população mais “civilizada”, daí a necessidade de ajudar crianças desprotegidas ou que os pais não possuíam meios para mantê-las na escola. Sendo assim, o presidente Ricardo José Gomes Jardim fez a seguinte ressalva aos deputados provinciais quando apresentava a deficitária¹⁵ situação da instrução pública.

Não passarei a outro artigo sem pedi-vos que estabeleçais no futuro orçamento a necessária consignação para auxílio do ensino dos meninos desvalidos, se bem que não seja fácil ao Governo achar nos lugares quem ajuíze desinteressadamente do grau de pobreza de cada um para coadjuvã-lo na boa distribuição deste útil socorro (Discurso recitado pelo presidente da província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, 1845. p. 19).

No trecho do discurso os meninos pobres foram classificados como desvalidos, uma forma de se referir aos desprovidos de meios para frequentar as aulas, como os materiais básicos utilizados no processo de ensino-aprendizagem. Em outro relatório, apresentado em 1840, o presidente Estevão Ribeiro de Rezende ressalta que a quantia

¹⁵ Sobre os problemas e propostas da educação escolar na província, conferir Siqueira (2000).

votada na Lei Provincial nº 12 de 30 de abril de 1839, para a compra de papel e mais utensílios para o ensino de alunos pobres, não tinha sido totalmente despendida, e ressalta que “pode o governo conciliar a economia [que teve na compra dos utensílios] com os socorros, que mandou prestar a diversas aulas em benefício daquela classe, certamente digna de proteção que a vossa filantropia fará continuar” (Discurso que recitou o doutor Estevão Ribeiro de Rezende, presidente da província, 1840). O auxílio com papel e outros materiais essenciais para a frequência de alunos nas aulas é um indicativo de que pais livres e pobres não tinham condições de comprar materiais escolares, cabendo ao Governo direcionar parte da verba provincial para tais gastos. Dentre as características que compunham a pobreza na província de Mato Grosso, deve ser assinalado o não acesso e a dificuldade de livres e pobres à educação escolar, bem como a falta de meio para manterem seus filhos na escola.

Na passagem transcrita, o presidente Ricardo José Gomes Jardim ressaltou a dificuldade de perceber quem era pobre, já que muitos se declaravam como tal, o que dificultava a distribuição para as pessoas que realmente precisassem. Nesse caso, é possível pensar no mínimo em duas situações: 1) que a grande maioria da população da província naquele momento se encontrava em situação de pobreza, por isso a dificuldade do governo em não saber quais realmente mais necessitavam; 2) que pudessem existir pessoas com distintos níveis de pobreza.

Uma das dificuldades em se estudar as populações pobres está na variação dos tipos e graus de pobreza. A pobreza das pessoas que viviam e/ou trabalhavam nos espaços urbanos era múltipla e poderia distinguir em vários aspectos daquela vivenciada no meio rural, nos espaços de mineração, no “mundo das águas” (ribeirinhos e trabalhadores da navegação), nas vias terrestres e nos ambientes militares. É preciso ter o cuidado para não fazer generalizações que possam enquadrar diferentes pessoas em esquemas restritos e fechados. Contudo, buscar elementos condicionantes que eram utilizados num determinado período para classificar indivíduos como pertencentes à “classe pobre” pode favorecer a compreensão sobre os níveis de pobreza e a condição de pessoas livres que buscavam variadas alternativas para sobreviverem numa sociedade escravista.

Em busca de pistas sobre a pobreza, no anexo do relatório apresentado em 1839, Estevão Ribeiro de Rezende expôs o quadro demonstrativo sobre as aulas públicas de Gramática Latina na cidade de Cuiabá e na vila de Poconé.

Quadro 1 – Cadeiras de Gramática Latina, Públicas e Aulas Particulares

Aulas Públicas				
Filhos de pais vivos		Órfãos		Total de alunos
		Com alguma fortuna	Pobres	
Cuiabá	9	9
Poconé	3	3	1	7
Total	12	3	1	16
Aula particular				
Nesta cidade			Uma com o nº de 34 alunos	

Fonte – Manuel do Espírito Santo. In: Fala com que o presidente da província de Mato Grosso fez a abertura da Segunda Sessão Ordinária da Segunda Legislatura da Assembléia Provincial no dia 2 de março de 1839, p. 84.

No quadro 1 estão separados os alunos filhos de pais vivos dos alunos órfãos, sendo estes divididos entre que possuíam alguma fortuna e os que eram pobres. Nesse sentido, os alunos pobres seriam aqueles despossuídos de alguma fortuna, ou seja, sem a posse de bens. Os dados sugerem também o reduzido número de alunos nas aulas de gramática latina, e o número ainda mais reduzido de pobres. Nas escolas particulares não houve distinção entre os alunos, o que corrobora para a ideia de ausência de crianças pobres nesse tipo de instituição. Considerando que a maioria da população brasileira e da província não tinha acesso à escola (CARVALHO, 2012 e SIQUEIRA, 2000), os pobres enfrentavam mais dificuldades em permanecer no ambiente escolar. Desse modo, o pobre era aquele despossuído de algum tipo de fortuna e que frequentava com dificuldades ou não frequentava a educação escolar pública.

Outro elemento que permite entender o que era ser pobre, diz respeito à citação de “presos pobres” nos relatórios presidenciais e nas leis provinciais de Mato Grosso. No discurso apresentado no ano de 1847, o presidente João Crispiano Soares que ao tratar da caridade

pública versou sobre a alimentação direcionada aos presos pobres e afirmou que

A Lei vigente do orçamento não consignou quantia alguma para sustento de presos pobres, entretanto que o governo imperial ainda nada tem deliberado sobre a estremação desta despesa pública, que muitos opinam dever considerar-se como geral; e sendo de justiça que aos desgraçados presos se não podia faltar com os alimentos para sua conservação, a presidência ordenou por portaria de 28 de agosto do ano passado, que se fizesse essa despesa pelas rendas provinciais, até que o governo de S. M. o Imperador providenciasse a respeito. Em cumprimento desta ordem, tem-se despendido a partir de sua data até fim de março a quantia de 692\$980 réis, espero de vossa filantropia que aprovais esta despesa, embora não fosse autorizada por lei; e que enquanto não houver ultteriores providências, para seu pagamento pelos cofres nacionais, continuareis a consigná-la em vossos orçamentos (Fala do presidente de província João Cipriano Soares, 1847, p. 24).

Além de relatar sobre a situação dos presos pobres, e de como era custeada a despesa com a alimentação deles e a posição do governo central em relação ao assunto, a citação acima permite fazer algumas considerações sobre a pobreza, mesmo ela se referir a uma parcela específica da população pobre. Ao mencionar a quantia para a compra de alimentos, o presidente ressaltou que seria para o sustento de presos pobres, não incluso todos os presos. Entre estes últimos, existiam aqueles que recebiam comida de familiares, amigos ou outras pessoas próximas, e os presos que eram pobres, devendo ao governo provincial ou central arcar com as despesas. Neste sentido, preso pobre era o indivíduo que não recebia comida ou assistência de particulares, ou seja, que seria desprovido de alimentação, cuja família não dispunha de meios para custear a subsistência dentro da prisão. Nesse grupo poderiam estar pessoas que antes do cárcere arcavam com o seu sustento, sem necessariamente depender de outrem.

A alimentação dos presos pobres¹⁶ foi apontada em outros relatórios e nas leis provinciais (Relatórios de Presidentes e Vice-Presidentes da Província de Mato Grosso de 1835 a 1860; Collecção das Leis Provinciaes de Mato Grosso – 1835 a 1860).

¹⁶ Sobre os presos pobres em outras espacialidades, conferir Trindade (2012) e César (2016).

Essas menções corroboram para distinguir os presos que eram sustentados por pessoas externas, daqueles que eram caracterizados como pobres, que dependiam da alimentação fornecida pelos cofres públicos.

Pelo exposto, o pobre não tinha condições de comprar em grande escala produtos importados, não possuía condições de manterem seus filhos na escola, recorriam àquilo que a natureza proporcionava (pesca, coleta e plantio) e era a parcela da população que mais sofria com a alta dos preços de víveres.

Em periódicos publicados na província até meados do século XIX, pobre era aquele que merecia ajuda, a quem deveria ser direcionado auxílio financeiro, material ou espiritual (Jornal Echo Cuiabano – 1859 a 1865; Jornal A Imprensa de Cuyaba – 1859 a 1865). Pobre também era a pessoa sem residência e cama para deitar-se, que possuía poucas roupas e um mínimo de comida para saciar a fome. O grau de pobreza poderia variar, já que em uma mesma situação e período existiam indivíduos que possuíam o mínimo de alimentos e outros que tinham carência total de algo para comer, mas ambos serem classificados como pobres (Jornal A Imprensa de Cuyaba, Edição 241, 1863, p. 4).

O pobre comumente não sabia assinar o nome, como assinalado, estava longe da educação formal. Pobre também era a pessoa que pedia, que solicitava algo àqueles que estavam em posições econômicas mais favoráveis ou que tinha alguma coisa a dar (A Imprensa de Cuyaba, Edição 247, 1863, p. 4). No comércio, o pobre negociava alguns produtos em pequena escala, e desta atividade tirava os seus meios de vida. Na extração de lenha, por exemplo, poderia retirar o necessário para sobreviver ou algo a mais para ser comercializado. Nessas circunstâncias, o pobre nem sempre tinha condições de pagar as licenças exigidas pelas municipalidades para o exercício das atividades (Jornal O Iniciador, Edição 184, 1879, p. 4).

Diante da sua condição na sociedade escravista e patriarcal, o pobre poderia ser refém dos mandos e desmandos de autoridades e/ou proprietários (Jornal A Imprensa de Cuyaba, Edição 271, 1864, p. 2-3). Era “destino do pobre, do fraco e do assalariado servir de instrumento político aos poderosos e aos mandões” (Jornal A Imprensa de Cuyaba, Edição 272, 1864, p. 2). Em Corumbá,

por exemplo, situada no sul da província, no último quartel do século eram comuns indivíduos das elites estarem nos dias das eleições com seu grupo de homens formados por empregados, seguidores, familiares, amigos etc. que poderiam portar armas. Essa força particular era composta por populares (SENA, 2017). Outra estratégia adotada era criar e manter seu conjunto de eleitores, entre os quais estavam votantes pobres (DIAS, 2005), como peça importante para conseguir votos utilizando práticas clientelísticas para a permanência no exercício de cargos públicos via eleição.

Diferente das autoridades e demais pessoas das elites, o pobre era aquele que não recebia adulação, que não era alvo de bajuladores que com frequência empenhavam para exaltar os que possuíam “poder e riqueza” (“Os aduladores”. In: A Imprensa de Cuyaba, Edição 289, 1864, p. 3). O pobre não era reverenciado publicamente. Pelo contrário, a mentalidade das elites que o inferiorizava aparecia tanto em documentos oficiais, como em poesias que tinham circulação entre a parcela privilegiada do período escravista. Em “Versos do tudo, tudo do poeta D’água fria”, pobre aparece de maneira depreciativa: “[...] Tudo que fura tem ponta; Tudo que é pano é toalha; Tudo que é rico é divino; Tudo que é pobre é canalha; Tudo que cheira é gostoso; Tudo que fede enfastia; Tudo que é pote é vasilha; Tudo que é vela é bugia [...]” (A Imprensa de Cuyaba, Edição 280, 1864, p. 4).

Saindo dos discursos das elites que possuem indícios sobre o que era ser pobre na província e de como essa parcela era enxergada pelos mais abastados, os requerimentos de pessoas que se autodeclaravam pobres também fornecem elementos para entender a pobreza no oitocentos.

Em agosto de 1838, Francisca do Rosário se autodeclarou pobre, de avançada idade e que vivia em estado deplorável por achar sem recursos, requereu junto ao Comando das Armas em Cuiabá a isenção de seu único filho, Manoel Dias Nogueira, do recrutamento militar no Corpo de Ligeiros da província. Na petição, Francisca alegou que seu filho não tinha maus vícios, mas que vivia honestamente e com caridade a carregava. Declarou que desde quando Manoel foi alistado, ela ficou sem recursos para sobreviver. Para tentar conseguir a isenção de Manoel, Francisca se valeu das Instruções de 10 de julho de 1822 e outras leis que regulamentavam

o recrutamento militar. As Instruções definiam que os homens brancos e pardos, livres ou libertos, solteiros e com idade entre 18 e 35 anos, estavam propensos à prestação do serviço militar. Contudo, várias dispensas estiveram previstas de forma que fosse respeitada a estabilidade da estrutura familiar e econômica, assim, liberava pessoas responsáveis pela conservação da estrutura familiar e produtiva de serem recrutados (KRAAY, 1999).

Através de seu procurador, o cidadão Bernardino Rodrigues Nunes, Francisca alegou que seu filho era natural de Cuiabá, possuía boa índole e que dependia dele para sobreviver. Para comprovar a veracidade das informações prestadas, três testemunhas foram indicadas por Francisca. A primeira delas foi o reverendo Joaquim José Ferreira, natural de Cuiabá, que confirmou ser Manoel filho único da justificante e que esta vivia embaixo de sua proteção, sendo Francisca de avançada idade. Reforçou ainda que Manoel nunca se envolveu em atos turbulentos. A segunda testemunha, João Baptista de Carvalho, alfaiate, solteiro e também natural de Cuiabá, ratificou as informações declaradas por Francisca. A terceira testemunha, Francisco João de Almeida, cuiabano, ourives, casado, com 53 anos de idade, reforçou as declarações feitas pelas demais testemunhas e acrescentou que Manoel é quem socorria a sua mãe com alimentos e vestuário, por ser Francisca uma pessoa muito indigente. Francisco mencionou também que Manoel nunca tinha tido uma conduta depravada ou que pudesse ser prejudicial à sociedade (Processo 142, 1838).

Algumas década depois, em 1873, Silveria Maria Gonsalves, viúva pobre e sexagenária, residente no Santo Antonio do Rio abaixo, fez solicitação parecida à de Francisca pedindo a dispensa do seu filho, Victoriano José Gonçalves Ferreira, do serviço do corpo destacado (Jornal A Situação, Edição 310, 1873, p. 1).

A justificativa de serem pobres e idosas serviu para tentar retirar seus filhos da caserna. No período imperial, parte da população livre tinha repulsa do serviço militar. Para a composição das tropas era necessário recorrer ao alistamento forçado, já que a quantidade de voluntários era insignificante para os serviços de defesa do território do país. Além disso, o Exército, durante todo o período imperial, serviu como espaço disciplinador. Seu efetivo era formado por todo tipo de homem livre e pobre, criminosos ou qualquer outra pessoa que pudesse colocar “em risco” a ordem

pública (SOUZA, 1999). Homens envolvidos em brigas, embriagados, e que não desenvolvessem atividades regulares e sistemáticas, considerados ociosos, corriam o risco de serem presos pelas autoridades e depois direcionados a quartéis da província para servir no Exército. Segundo Hendrik Kraay, “a própria linguagem do recrutamento destacava sua natureza coercitiva: as autoridades falavam da ‘apreensão’ e da ‘prisão’ dos que recrutavam” (KRAAY, 1999, p. 114). Na linguagem popular, a palavra recrutamento, muitas vezes, estava associada a uma ação forçada.

A Decisão N° 67 de 10 de Julho de 1822 definia o modo que deveria ser feito o recrutamento. Essa decisão, conhecida também como Instruções para o recrutamento, era composta de dezoito artigos, e vigorou no Império do Brasil até 1875, momento em que foi aprovada uma reforma nos procedimentos que instituiu o alistamento de corte universalizante, seguido de sorteio, como forma de selecionar os homens a serem recrutados (BRAZIL. Lei N° 2556 de 26 de setembro de 1874).¹⁷

Uma das formas centrais do que prescrevia as Instruções de 1822 era fazer o recrutamento forçado (BRAZIL. Decisão N° 67 de 10 de Julho de 1822). O indivíduo poderia até estar empenhado em alguma atividade de trabalho, mas se não comportasse conforme aos padrões pensados pelas autoridades e elites, poderia ser recrutado.

Qualquer homem que não estivesse empenhado num trabalho regular deveria ser vigiado e, em alguns casos, punido. Essas medidas tentavam disciplinar a população a viver de uma forma que fosse condizente com os preceitos legais e de boa conduta que as autoridades almejavam atingir para ingressar no mundo “civilizado”. As pessoas livres e pobres deveriam estar empregadas em atividades e subordinadas a algum patrão, estarem nesse caso sob a nova lógica de trabalho regular e sistemático que era corrente em países europeus. Assim, em Mato Grosso, teriam que servir como mão de obra para algum senhor seja no comércio, agricultura, pecuária

¹⁷ Kraay (1999, p. 115-116) argumenta que a aprovação desta lei “em vez de marcar o êxito de uma longa campanha de reforma, ela tornou-se letra morta. Sem a capacidade de impô-la face à oposição dos diversos beneficiários do sistema de recrutamento em tempo de paz, o governo imperial pouco esforçou-se para mandar executá-la; durante os anos 1870 e 1880 o recrutamento forçado continuou sem mudanças significativas”.

ou demais atividades econômicas presentes na dinâmica interna, além de deixarem de agir como pessoas que “colocassem em risco” a “disciplina” e a “ordem” da localidade. Era necessário evitar o consumo da aguardente, práticas de batuque ou outras manifestações como o siriri e o cururu,¹⁸ jogos e festejos altas horas da noite. Situações estas que faziam parte do viver do livre e pobre na província (SENA, 2013).

Além das aspirações de retirar seus filhos do recrutamento forçado, as declarações de Francisca e Silveria servem para caracterizar o que era ser pobre na província. A ausência de recursos materiais e a fragilidade diante das vivências diárias foram apontadas por essas duas mulheres que se declararam e eram reconhecidamente pobres e de avançada idade. A falta de alimentos, de vestuário e de cuidados passaram a ser mais intensos quando elas tiveram seus filhos recrutados. Essas mulheres não possuíam escravos ou outra pessoa muito próxima, além de seus filhos, que pudessem realizar as atividades mais pesadas e conseguir meios para a sobrevivência. Nesse caso, pobre era aquela pessoa que vivia modestamente, fruto do seu trabalho ou de outrem, de quem dependia. A situação poderia piorar quando o responsável pela manutenção material da família ficava impossibilitado de trabalhar e de dar os cuidados aos mais fragilizados, como poderiam ser os idosos, doentes e órfãos.

Os órfãos de pais pobres poderiam estar propensos à caridade pública ou cair nas dependências de terceiros. A ausência de bens materiais deixados pelos pais falecidos poderiam levar as crianças a serem “distribuídas” a pessoas da localidade. Em dezembro de 1844, por exemplo, Mathias Alonso, indivíduo casado, não sabia ler e escrever, morador no Aricá-mirim, declarou junto ao Juízo de Órfãos da cidade de Cuiabá que recentemente tinha falecido sua irmã Vicencia Alonso, que sempre viveu em estado de solteira, deixando três filhos menores, todos com seis anos de idade, cujos os nomes eram João, Antonio e Maria Antonia. Segundo Mathias,

¹⁸ O Siriri e o Cururu eram tipos de dança praticada pelas pessoas das classes mais baixas do território de Mato Grosso. Utilizavam da viola de cocho que era uma viola do adufo e do tambor que é feito de um pedaço de pau oco, coberto com couro de boi afinado ao calor do fogo. Ao som desse instrumento dançavam o Cururu, em que formavam uma roda composta de homens, um dos quais tocava o afamado cocho, e volteando burlescamente, cantavam à porfia numa toada versos improvisados (SENA, 2013).

seus sobrinhos foram distribuídos como espólio da finada, ficando Maria Antonia sob o domínio de Antonia Peixoto, viúva do finado Antonio Ramos, João a Manoel do Espírito Santo, filho de Antonia Peixoto, e o sobrinho Antonio a Antonio Bruno, um homem que, conforme o declarante, nem residência certa possuía. Mathias reforçou que, como sua irmã não tinha qualquer bem, era de direito natural o seu dever de prestar alimentos a seus sobrinhos até que pudessem conseguir obter soldos, e por isso requisitava a tutela “destes miseráveis órfãos”, além de solicitar que o juiz de órfãos expedisse “mandado de entrega contra os injustos possuidores de seus sobrinhos miseráveis e desvalidos, o que será executado por qualquer oficial de justiça” (Processo 168, 1844). A solicitação de Mathias foi atendida, mas antes ele precisou jurar nos Santos Evangelhos e perante o juiz de órfãos que zelaria pelos seus sobrinhos, fazendo-os instruir na religião oficial do Império e no bom costume.

As crianças órfãs de pais pobres e sem parentes que reivindicassem a sua tutela estariam propensas a adversidades como as declaradas por Mathias. Sob o domínio de terceiros elas poderiam viver como agregadas ou criadas domésticas, por exemplo. A ausência de seus pais ou responsáveis impossibilitava que essas crianças pudessem ter meios básicos para sobreviver, como moradia e alimentação. Na situação apresentada, a mãe falecida era uma mulher pobre que se encarregava do sustento dos seus filhos e despossuída de bens que pudessem pagar suas dívidas após a morte. A sua condição de pobreza evidencia que ela garantia com o seu trabalho o sustento de si e de seus filhos. A manutenção do necessário ou do mínimo indispensável para a sobrevivência foi interrompido com a sua morte. Mathias, analfabeto, provavelmente era uma pessoa pobre como sua irmã, mas que se incumbiu de prover a sobrevivência dos seus sobrinhos, dando habitação, alimentos e instruindo-os na religião e bons costumes para viver em sociedade, como ansiavam o poder público do momento. A pobreza nesse caso estava caracterizada tanto na ausência total de meios, como no mínimo para garantir a sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de ansiar colocar um ponto final e concluir o debate, o objetivo deste texto não foi criar uma definição rígida para caracterizar os pobres na província de Mato Grosso, mas fornecer elementos que possam auxiliar na identificação dos tipos de pobreza.

Nas pesquisas já realizadas, consegui detectar que pobres não participavam das decisões político-administrativas e formavam um conjunto heterogêneo nos aspectos sociais e econômicos. No mercado interno de Mato Grosso configurou atividades em que os livres e pobres estiveram envolvidos. Entre eles existiam os que moravam em terras alheias como agregados e outros que vendiam somente a sua força de trabalho, podendo possuir propriedade (residência) ou morar nas terras dos patrões. Alguns desenvolviam atividades específicas, sobrevivendo das habilidades que aprenderam, outros realizavam diversos serviços que poderiam ser esporádicos e incertos. Existiam também pequenos lavradores e proprietários que desempenhavam atividades ligadas ao plantio e colheita, que poderiam ter a ajuda do núcleo familiar, com a participação de um, dois ou até três escravos ou mesmo contratar os serviços de outros livres para ajudar na labuta. As atividades de trabalho eram múltiplas e variavam conforme o local de moradia e as oportunidades de emprego e/ou de utilização dos recursos naturais. Nessa parcela da população existiam pessoas brancas, africanos e afrodescendentes livres, indígenas, mestiços (cabras, mulatos, crioulos, caborés, pardos etc.), que moravam nos ambientes rurais, urbanos, militares, ao longo das vias terrestres, fluviais ou em constante trânsito, não se fixando no território, mas com ligações pessoais em distintos espaços (SENA, 2013; SENA, 2012; SENA, 2010).

Em Mato Grosso, o pobre não era apenas sinônimo de total miséria. Existiram pessoas que mesmo possuindo o que comer, com seu reduzido número de pertences e propriedade, não participava da elite política, social e econômica da província. Entre os pobres estavam aqueles que trabalhavam para prover-se de alimentos e meios necessários para a manutenção de si e de suas famílias, bem como indivíduos que conseguiram acumular alguma quantia.

Em documentos da época as palavras “pobre” e “pobreza” foram utilizadas para diferentes situações. Frequentemente, elas apareceram com sentido de pena, lástima ou que inspirasse

compaixão, e também para caracterizar a ausência de bens materiais e simbólicos que eram comuns entre pessoas mais abastadas. O pobre era comumente aquele que tinha o mínimo ou que despossuía o necessário para viver. Nesse grupo estavam os que não se encaixavam ao padrão vivido pelos produtores das fontes (presidentes de províncias, juízes, escrivães, advogados, militares de alta patente, senhores de escravos, de terras e/ou de negócios etc.).

Com relação à condição ou posição social, as palavras “pobre” e “pobreza”, de maneira geral, serviam para definir a situação de pessoas que tinham carência material, tipicamente envolvendo as necessidades da vida cotidiana, como por exemplo, alimentação, moradia, vestuário etc. E/Ou também carência social, apoiados na impossibilidade ou incapacidade de ocupar cargos públicos ou de alta patente, bem como excluídos de ter acesso a educação escolar.

O início da presença de livres e pobres no Mato Grosso pode ser relacionado com as expedições exploratórias em busca de mão de obra indígena para trabalhar nas lavouras paulistas e com o processo de exploração da mineração nos primórdios do século XVIII. São necessárias mais pesquisas que procurem ampliar a análise sobre a multiplicidade dos modos de vida, das formas de trabalho, das relações pessoais, dos arranjos construídos por pessoas livres e pobres, além das múltiplas e dinâmicas situações que elas vivenciaram em uma capitania e depois província escravista em área de fronteira geopolítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*. 1980. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

AULETE, Francisco Júlio de Caldas. *Diccionario contemporâneo da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

BRAZIL. Decisão Nº. 67 de 10 de Julho de 1822. Marca o modo por que se deve fazer o Recrutamento. In: *Collecção das Decisões do Governo do Império Brazil de 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 56-58.

BRAZIL. Lei Nº. 2556 de 26 de setembro de 1874. Estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada. In: *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1874*. Tomo XXXVIII. Parte I. Vol. I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. p. 64-74.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800*. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CAMARGO, Isabel Camilo de. *O sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888)*. 232 f. 2010 Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CESAR, Tiago da Silva. A arte de requerer dos presos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Século XIX. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (et al.). *Instituições e práticas de controle social: perspectivas de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisino, 2016, p. 172-209.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

Collecção das Leis Provinciaes de Mato Grosso – 1835 a 1860. Instituto de Memória do Poder Legislativo de Mato Grosso. Cuiabá-MT.

CORREA FILHO, Virgílio. *Pantanaes matogrossense: devassamento e ocupação*. Rio de Janeiro: IHGE/CNG, 1946.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 57-72.

Discurso que recitou o doutor Estevão Ribeiro de Rezende, presidente da província, na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de março 1840. Cuiabá, Tip. Provincial, 1840. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso: jan. de 2016.

Discurso recitado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, na abertura da sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 30 de novembro de 1836. Cuiabá: Tipografia Provincial, 1845. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso: jan. de 2016.

Discurso recitado pelo presidente da província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em o 1º de março de 1845. Cuiabá, Tip. Provincial, 1845. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso: jan. de 2016.

Fala com que o presidente da província de Mato Grosso fez a abertura da Segunda Sessão Ordinária da Segunda Legislatura da Assembléia Provincial no dia 2 de março de 1839. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso em: jan. de 2016.

Fala do presidente de província João Cipriano Soares à Assembleia Legislativa no acto de sua instalação em 3 de maio de 1847. Cuiabá, Tip. Provincial, 1847. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso: jan. de 2016.

FARIA, Eduardo de. *Novo Dicionário da língua portuguesa, seguido de um Dicionário de Synonymos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C., 1859. Vol. II.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, Fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas, 2012.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Jornal *A Imprensa de Cuyaba*: periodico político, mercantil e litterario (MT) – 1859 a 1865). Arquivo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso: Jan. 2016.

Jornal *A Situação*, 1869 a 1887. Arquivo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso: Jan. 2015.

Jornal *Echo Cuiabano: Throno e Constituição* (MT) – 1859 a 1865. Arquivo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso: Jan. 2016.

Jornal *Noticiador Cuiabano* (MT) – 1857-1859. Arquivo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso: Jan. 2016.

Jornal *O Iniciador*, 1879-1886. Arquivo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso: Jan. 2015.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. *Diálogos*, Maringá, v. 3, n. 3, 1999.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: Novos Problemas*. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1976.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois: a ocupação do Planalto Sul Mato Grosso, 1830-1870*. 1993. 308 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1993.

MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas*: CMU/Unicamp, 1996.

MOLLAT, Michel. *Os pobres na idade média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

MOURA, Zilda Alves de. *Dos sertões da África para os do Brasil: os africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso (Alto Paraguai-Diamantino, 1851-1865)*. 313 f. 2014. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

Processo 142 – Juízo Municipal da Cidade de Cuiabá, 1838. Caixa 5 (1830-1840). Cuiabá-MT. Arquivo Público de Mato Grosso.

Processo 168 – Juízo de Órfãos de Cuiabá, 1844. Caixa 6 (1840-1850). Cuiabá-MT. Arquivo Público de Mato Grosso.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o chefe de divisão, Joaquim Raimundo de Lamare, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1859. Cuiabá, Tip. Cuiabana, 1859. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>. Acesso: jan. de 2016.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1849. Rio de Janeiro, Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1850. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso: jan. de 2016.

Relatórios de Presidentes e Vice-Presidentes da Província de Mato Grosso de 1835 a 1860. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso: jan. de 2016.

RESENDE, Edna Maria. *Entre a solidariedade e a violência: valores, comportamentos e a lei em São João Del-Rei, 1840-1860*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano: Itu, 1780-1830*. São Paulo: Edusp, 2005.

SENA, Divino Marcos de. *Entre articulações e conveniências na Câmara Municipal de Corumbá: Relações de poder, laços sociais e atuação política no final do Império*. 2017. 331f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.

SENA, Divino Marcos de. *Livres e pobres no Centro da América do Sul: um estudo sobre os camaradas (1808-1850)*. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

SENA, Divino Marcos de. O cotidiano de estrangeiros num lugar cosmopolita: Corumbá, 1870-1888. *Saeculum* (UFPB), v.1, p. 77-93, 2012.

SENA, Divino Marcos de. Trabalhadores livres no “Baixo Paraguai” do Império do Brasil. *Fronteiras Revista de História* (UFGD), v. 12, p. 153-173, 2010.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-62.

SILVA, Antonio Moraes. *Dicionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Cassia Queiroz da. *Pobres livres em Sant’Anna do Paranyhyba – século XIX*. 135 f. 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe, 2010.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889)*. Cuiabá: INEP/COMPED/EdUFMT, 2000.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Slaves and planters in western Brazil: material culture, Identity and power*. 2006. 343 f. Tese (Doutorado em Filosofia). University of Florida, Florida.

THOMPSON, Edward. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TRINDADE, Cláudia Moraes. *Ser preso na Bahia no século XIX*. 2012. 304 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

VAINFAS, Ronaldo. História Cultural e historiografia brasileira. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. p. 217-235, jan./jun. 2009.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819*. São Paulo: Hucitec, 1987.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888*. Cuiabá: Marco Zero, 1993.

WOJCIECHOWSKI, Eula. “*Sem lei nem rei*”: *debochados, vadios e perniciosos. Os soldados militares na Província de Mato Grosso, 1850 a 1864*. 2004. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

CASEBRES DE PRÓPRIOS ARQUITETOS NO SERTÃO: A CASA E O DOMICÍLIO POBRE EM MINAS GERAIS NAS NARRATIVAS DE AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE

José Newton Coelho Meneses

A casa era em primeiro lugar um “tempo petrificado”. Ela agrupava, condensava o passado e o futuro no espaço habitado construído outrora e modificado pelas gerações sucessivas, que unificariam os modos de arrumação.

Daniel Roche (*História das coisas banais*)

(...), *consta esta vila de algumas casinhas apenas e do pior aspecto.*
Auguste de Saint-Hilaire

A narrativa de Auguste de Saint-Hilaire epigrafada acima é parte das anotações e da memória do naturalista francês, quando passa pela Vila de Ibitipoca, em sua segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais, em 1822 (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 32). “Casinhola” é uma dentre tantas expressões que o viajante utiliza para denominar as casas pobres, as habitações simples, a moradia dos homens pouco abastados. Há no conjunto narrado por ele, como veremos a seguir, a habitação do pobre e a do rico, distintas e distinguidas por quem as observa, as habita momentaneamente e as narra de memória *a posteriori*. Mesmo que as diferenças materiais não sejam tantas, principalmente quanto ao conforto mobiliário, os domicílios dos pobres é parte da atenção do observador. Ele é viajante naturalista francês, em viagem de trabalho, em seu campo de pesquisa científica, mas, também, em seu encontro com uma cultura que lhe interessa não apenas nos aspectos da botânica, sua área de saber. O espaço observado é a região de Minas Gerais, percorrida em vastas áreas por ele entre 1816 e 1822. Este texto objetiva uma reflexão sobre a casa e a intimidade domiciliar do pobre a partir das narrativas memorialísticas do viajante¹⁹.

¹⁹ Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire nasceu em Orleans em 4 de outubro de 1779 e faleceu na mesma cidade francesa em 3 de setembro de 1853.

Viajar é, para um naturalista humboldtiano, engajado com a produção do saber e o rigor científico, deparar-se com paisagens e gentes desconhecidas e ser acolhido por ambas. É ainda, enfrentar dificuldades de toda sorte de forma que o acolhimento e a hospedagem em lares alheios e em hospedarias, em ranchos de tropeiros, ou mesmo em barracas improvisadas de beira do caminho, em forjas, em espaços de moinhos e de monjolos e, até em estábulos, sempre geram mais incômodos que confortos (MENESES, 2017). Todos esses espaços, no entanto, mal ou bem, permitem ao cientista descrever plantas e realidades que vive. Saint-Hilaire era narrador exímio e seus textos, embora escritos anos mais tarde, são ricos de detalhes, posto que seu rigor com as anotações diárias era extremo. De qualquer forma são narrativas de memória e assim devem ser lidas e criticadas. É óbvio que não apresentam o real tal como ele viveu e sim o que a memória construiu, lembranças e esquecimentos, interpretações do anotado em cadernos, sentimentos, expectativas e decepções, surpresas e constatações. Não é, também, o imaginado! É o vivido, narrado em outra temporalidade; experiência de um viajante que deixa o conforto e o comodismo para buscar vivências e conhecimentos novos.

A despeito dos incômodos da viagem longa, adiante que, na véspera de voltar para sua Orleans natal, Saint-Hilaire viu-se ligado à terra por onde estivera por tantos anos e manifestou desejo de continuar por mais tempo no Brasil. A longa permanência, a maioria dos dias no desconforto, não intimidaram nosso pesquisador, porque a ciência para ele exigia abnegação e rigor e os achados científicos compensavam as agruras. Ao despedir-se da região leste de Minas Gerais em sua segunda viagem à terra, reconheceu seus objetivos satisfeitos e, em 14 de fevereiro de 1822, na Serra de Ibitipoca, ao comparar paisagens distintas e exuberantes que percorreu, diz:

À vista dos belos campos que se apresentaram hoje a meus olhos, não pude deixar de sentir verdadeiro aperto de coração pensando que logo os deixarei para sempre. Todos estes dias vivi na mais penosa

Foi um botânico e naturalista importante no contexto das ciências naturais de sua época e viajou pelo Brasil de 1816 a 1822. O cientista viajante, aqui acompanhava a missão do duque de Luxemburgo que objetivava resolver o conflito entre Portugal e França quanto à posse da Guiana. Para seu empreendimento de pesquisa científica, Saint-Hilaire teve a aprovação do Museu de História Natural de Paris e financiamento do Ministério do Interior da França.

incerteza. Sinto muito bem que não posso ficar para sempre no Brasil. Desejaria, porém, ao menos, gozar, por mais tempo, do prazer de admirar este belo país. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 31-32)

Auguste de Saint-Hilaire fez seu percurso por Minas em momentos distintos no período em que permaneceu no Brasil.²⁰ Além de Minas Gerais, visitou os territórios do Espírito Santo, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nessas regiões coletou material botânico e zoológico em trabalho de campo planejado, com objetivos principais, como falamos acima, de produzir conhecimentos científicos. Montou um herbário de cerca de 30.000 amostras, abrangendo mais de 7.000 espécies de plantas, dentre as quais, aproximadamente 4.500 não catalogadas até então.²¹ Era rigoroso com seu fazer científico e, ao voltar do Rio Grande do Sul, resolveu retornar a Minas Gerais para refazer suas amostras que encontrou um pouco deterioradas em malas que deixara guardadas no Rio de Janeiro. Foi, portanto, necessário coletar novas plantas. Assim, de 29 de janeiro de 1822 a 5 de maio do mesmo ano, percorreu novamente a parte leste e a sul da Província. Depois disso retornou a São Paulo e de lá ao Rio de Janeiro, de onde voltou à França. Os mesmos cuidados na pesquisa se refletiram na acuidade narrativa para que não se perdessem informações importantes. Saint-Hilaire foi um narrador detalhista e metucioso. Para tanto, nunca deixava de fazer anotações diárias, mesmo que no desconforto noturno dos pousos americanos e, mais tarde, construiu memórias e textos narrativos em sua terra natal, tendo os cadernos de anotações como fontes.²²

²⁰ Mesmo ciente de ser o Brasil, neste tempo um “Reino Unido a Portugal e Algarves” e, portanto, ser uma referência ao espaço da América portuguesa, usamos o nome “Brasil” pela sua pertinência nomeadora desse espaço nas narrativas tomadas aqui como documentos.

²¹ Conforme Mário Guimarães Ferri, em Prefácio de SAINT-HILAIRE, 1974, p. 7.

²² Saint-Hilaire foi um cientista típico do círculo de Paris e, como tal, planejava no gabinete antes de ir ao campo. Enfim, desejava, como diz em sua dedicatória ao senhor Duque de Luxemburgo, “que a nossa viagem não fosse desprovida de utilidade para a ciência”. Ao voltar a Paris é acometido de problemas de saúde que o forçam a ir para Montpellier, no sul da França, onde ele se ressentia da falta de acesso a “todos os livros de que tinha necessidade”. Citações desta nota em SAINT-HILAIRE, 2000, dedicatória, página sem numeração após a p. XII e p. 6, no PREFÁCIO escrito pelo próprio naturalista.

As narrativas de nosso personagem nos mostram percepções díspares que vão da estranheza ao elogio, passando pelo conhecimento e aceitação das condições naturais e culturais do espaço que percorre. Há, ainda, muitas vezes, reconhecimento pela boa acolhida e comparações com sua cultura que positivaram as observações acerca do Brasil, sua paisagem e sua cultura.

A hospedagem ao naturalista aconteceu sob as mais distintas situações de (des)conforto: em casas particulares – com mais ou com menos condições materiais de recepção –, em ranchos de beira de estrada, hospedarias ou albergues urbanos inseguros, lugares improvisados em fazendas e, mesmo, o relento de acampamentos sob riscos variados ou, por outro lado, agradáveis porque frescos no verão tropical e iluminados pela lua. Nada, no entanto, nem os problemas de saúde e a ausência de livros para consulta, desviou o caminho de pesquisa do viajante francês e nem perturbou sua serenidade no momento da narrativa. No Prefácio da edição de *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, redigiu:

Não há povo que não possua suas virtudes; nem que seja isento de defeitos. Não dissimularei o mal de que fui testemunha; porém, nenhuma imputação personalizada maculará este livro. Julgarei as massas; jamais dirigirei acusações a indivíduos, menos ainda a quem me tenha recebido sob seu teto e cuja hospitalidade me ajudasse a suportar as fadigas da peregrinação (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 4).

A CASA E O SEU CONTRÁRIO: PROTEÇÃO MAL ADEREÇADA

Compreender o teto que abriga e o lar que acolhe é o objeto deste texto. Esse espaço ampara o habitante e alberga o viajante. Ficaremos mais atentos ao edifício e a sua construção, mas não perderemos de vista a dimensão humana e domiciliar,²³ presente na narrativa do naturalista francês. Já nos seus primeiros dias, vai narrar mais tarde Saint-Hilaire, ele se depara com “choupanas” que são “mesquinhas choças” na beira da estrada do Rio de Janeiro a Vila Rica. E seus habitantes são pessoas que “estão bem longe de ter essa amável polidez que distingue os do interior da Província” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 43). Essa “amável

²³ Domicílio aqui neste texto é considerado como o agregado de parentes e a unidade de produção em que estão envolvidos no entorno da morada. (RODARTE, 2012, dentre outros).

polidez” é um reconhecimento aposto, de modo geral, ao habitante de Minas (MENESES, 2017). Ela é atribuída a todos os tipos de pessoas, pobres ou ricas, mas difere de região para região.

Importante salientar certa abnegação e capacidade de reconhecimento e gratidão em nosso viajante, característica própria de cientistas naturalistas que fazem longas viagens de trabalho. A exigência quanto ao conforto é mínima e a capacidade de compreensão da realidade encontrada e vivida na viagem é clara.²⁴ Poderíamos citar vários exemplos em que declara em suas narrativas acerca de seu percurso por Minas estar “acostumado há muito tempo aos abrigos mais desconfortáveis” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 362). Vejamos um:

Fiz alto em um grupo de pobres casinhas onde a terra, que se destacava das paredes, deixava penetrar por todos os lados a luz, o vento e o pó. Ali fui recebido por bons lavradores ingênuos, acanhados, porém, malgrado sua indigência, nada quiseram aceitar pela minha alimentação (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 329).

Há, ainda, relatos de noites dormidas sobre as próprias malas porque a casa que o hospedava não possuía colchões ou, também, em desconfortáveis colchões de mistura de sabugos e de palhas de milho. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 363). As casas são, em sua grande maioria de pessoas pobres.

O que seria para o nosso personagem a pobreza? A leitura das narrativas acerca de seu percurso por Minas Gerais mostra um homem sensível na percepção da capacidade humana, às suas disponibilidades para uma sociabilidade cortês e à higiene dos lugares dessa sociabilidade, como as casas, os locais de comércio, as oficinas de trabalho, dentre outros. Em alguns momentos do seu relato, Saint-Hilaire compara nosso homem do campo com o de sua terra natal e vê positivamente (MENESES, 2017). Acontece o mesmo

²⁴ Embora essas características sejam, obviamente, distintas entre os visitantes, a historiografia brasileira sobre os viajantes estrangeiros, costuma generalizar certa intolerância e incompreensão preconceituosa desses cientistas. Claro, ainda que, as possibilidades, satisfeitas ou não, da pesquisa condicionam o momento dessa compreensão da realidade. Em Auguste Saint-Hilaire, por exemplo, o tempo de seca e de ausência de flores, que lhe dificultam a caracterização dos vegetais, interferem enormemente em seu humor e na sua apreensão da cultura local. Ver MENESES, 2017.

quando contrasta as festividades nas cidades, quando faz analogias com alguns doces de frutas, com vozes de cantos em coral, dentre outras comparações, quando sempre ressalta que o encontrado é melhor em terras de Minas Gerais do que na sua França. A pergunta inicial deste parágrafo tentará ser respondida no desenvolvimento do texto, mas, podemos adiantar aqui que a falta de “comodidades da vida” e a pobreza material não assustam nosso observador francês e nem são as características únicas observadas por ele na particularização da nossa gente simples. No seu “Quadro geral do sertão”, capítulo síntese de suas impressões após percorrer o vale do rio Jequitinhonha, depois de falar da alimentação simples da população, há a síntese de que

A indigência é a companheira ordinária da preguiça. Por isso, apesar das vantagens que apresenta sua terra, os habitantes do sertão são de uma pobreza extrema. [há neste ponto uma nota que salienta que fala “no geral”; SAINT-HILAIRE, 2000, p. 309, nota 475] Por um espaço de cerca de vinte léguas, entre a fazenda de S. Eloi e a denominada Riacho de S. Lourenço, não vi no campo senão choupanas em parte arruinadas. Homens lá nascidos, ou de qualquer outra parte do Brasil ou de Portugal, vem às vezes, fundar, no Sertão, estabelecimentos consideráveis e tiram proveito dos numerosos recursos que oferece essa região; mas seus filhos são criados na indolência, defeito que é sempre seguido da libertinagem; não têm previdência; dissipam a herança paterna; as mais belas fazendas caem em pouco tempo em ruínas, e raramente vêem-se fortunas passar à terceira geração. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 309).

Valores para além da posse material, como se vê, são parte de um entendimento mais amplo do que é a pobreza ou do que compõe a vida do homem pobre. Dessa forma, a narrativa continua:

Não é para admirar que homens vivendo na pobreza e no isolamento sejam ignorantes e supersticiosos. Tem-se em todo o Sertão, grande fé em sortilégios e essa crença serve para enriquecer tratantes que a polícia deveria punir, se nesse local houvesse polícia. O feiticeiro que, por ocasião da minha viagem, tinha maior fama, era um negro livre que habitava uma povoação dependente do Termo de Minas Novas. Apesar do preconceito geral vigente contra sua cor, vinham consulta-lo de muito longe, e o negro esperto comprava escravos, e ia constituindo para si uma habitação excelente (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 309).

Nessa continuidade do texto, Saint-Hilaire nos demonstra bem um pensamento filantrópico, típico dos homens europeus de ciência de seu tempo, que pensa os saberes – e a sua contraposição com a ignorância –, como o instrumento de elevação do homem a um patamar social de qualidade de vida e de usufruto dos bens do mundo. Não apenas os bens materiais contam, mas sim uma somatória de valores que o conhecimento possibilita.²⁵ Ignorância e superstição eram para esse cientista filantropo algo de pobre, impeditivo do progresso e da civilidade.

O viajante francês narra com acuidade a estrutura das aglomerações urbanas por onde passa, atento às edificações das casas e dos edifícios públicos. As primeiras, as casas, apresenta-as como se representassem o grau de uma racionalidade civilizada, ou seja, as casas são para ele a representação de como o homem acessou o patamar de uma inteligência social avançada. Assim, em Barbacena, observa que elas “são, em geral, pequenas e baixas e a maioria não consta de mais que o rés-do-chão; mas são todas caiadas, seus tetos pouco elevados são cobertos de telhas e apresentam, exteriormente, um aspecto de limpeza que agrada à vista” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 62). Interessante para o nosso visitante é que a maioria das casas possui quintais (*jardins*), responsáveis por um abastecimento de frutas, hortaliças, legumes, ervas medicinais e temperos para a cozinha e o conforto dos seus moradores (MENESES, 2015). Como naturalista, observa criteriosamente esses quintais e lhes atribui importância para a alimentação correta e para a compleição equilibrada da paisagem urbana.

Na sua primeira viagem a Minas, no caminho do Rio de Janeiro a Vila Rica, Saint-Hilaire tem suas primeiras experiências de ser albergado em casas de moradores que ficam à beira de seu trajeto. A impressão não é boa de modo geral a um viajante recém chegado e que ainda não se acostumou com as agruras de seu trabalho de campo. Ele vai distinguindo as casas, os ranchos de abrigar tropeiros, as vendas, as tendas de ferreiros e outras estruturas

²⁵ A Filantropia é entendida na intelectualidade do século XVIII, como atitude de amor à humanidade, própria do ser civilizado. Esse amor implica, sobretudo, em conhecer bem e transformar os saberes e conhecimentos em instrumentos de progresso dos povos, para a qualidade de vida dos homens. Para uma compreensão acerca da Filantropia setecentista ver DUPRAT, 1993.

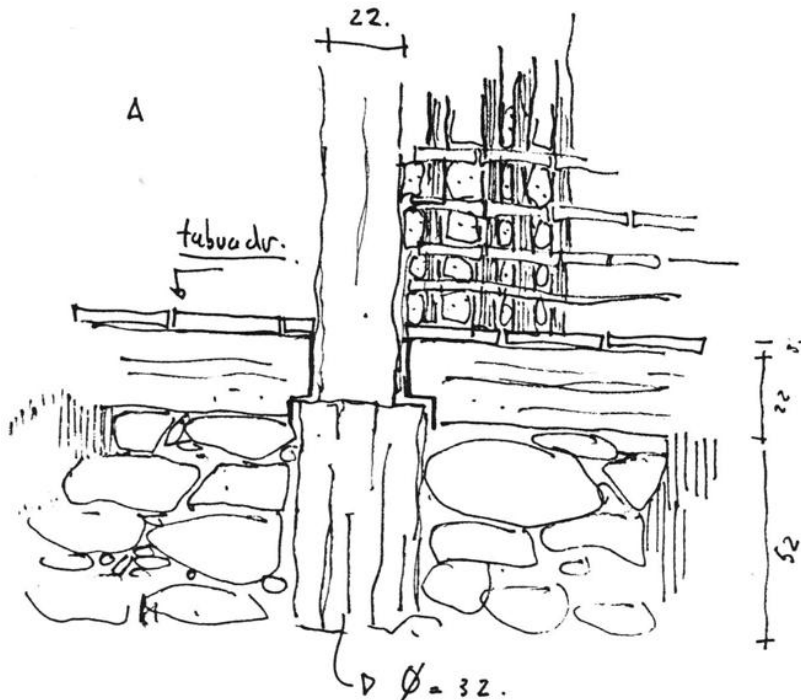
edificadas. Encontrou o que se denominava de *casa de escoteiro*, quartos para hospedar “os viajantes de categoria superior aos tropeiros”, mas sua narrativa informa que “quase sempre o rancho é ainda preferível” tal o desconforto dessas dependências a ele oferecidas para os pernoites (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 66). Mesmo a chegada à capital da Província de Minas o decepcionou pelo “semblante melancólico” da paisagem, sensação ampliada pelos morros que dominam a Vila por todos os seus lados, pelo arruamento de vias “que descem e sobem”, pelo tempo sombrio e pelas “casas antigas e em mau estado” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 69). Observa que, depois dos tempos florescentes de produção do ouro, Vila Rica sofreu com o abandono de habitantes que foram tentar fortuna em outros lugares e, “em algumas ruas, as casas estão quase abandonadas” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 69-70). Os quintais continuam lhe dando boa impressão, contrastando com o sombrio das casas e diminuindo a melancolia da paisagem urbana.

Em Mariana, seu texto memorialístico apresenta as casas que “parecem em geral mais bem conservadas que as de Vila Rica”. Para ele, elas são “muito menos tristes, e seus tetos não avançam além das paredes” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 80). Próximo à cidade, em Camargos e em Bento Rodrigues, por exemplo, continua a descrever as casas pobres e mal conservadas e este tipo de observação é constante em toda a sua narrativa dos primeiros tempos em Minas Gerais²⁶. Mesmo as casas dos homens ricos “oferecem, em regra, poucas comodidades e não possuem, em geral, nenhum ornato sobre a brancura das paredes” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 96). Mesmo nelas, as janelas são de madeira sem vidro, as cadeiras são raras e as pessoas assentam-se em bancos e em tamboretas. Aí os leitos são os móveis mais finos, inclusive com colchas de damasco e lençóis de algodão fino, até com guarnições de renda e em quartos com cortinas de tecidos adamascados. Mesmo assim os colchões compõem-se “simplesmente de um fardo de palha de milho desfiada” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 96). Novamente lhe incomoda, como foi constante nas noites mal dormidas, o desconforto dos colchões.

²⁶ No retorno ao território da Província de Minas Gerais, em 1822, as preocupações do naturalista são outras (repor e refazer amostras botânicas e estudos) e diminuem suas considerações sobre a vida material dos habitantes.

O Dicionário de Raphael Bluteau nos informa que, no século XVIII, uma casa pobre é aquela “mal adereçada” (BLUTEAU, p. 556). Estudo de Sheila de Castro Faria acerca do cotidiano colonial da região dos Campos dos Goitacazes indica a pobreza geral das moradias nos séculos XVIII e XIX. Mesmo as mais ricas famílias possuíam habitações muito mal adereçadas, com “pequena variedade de objetos”. Para a historiadora “As casas de morada e algumas benfeitorias não mereciam nem mesmo descrição muito detalhada nos Inventários, bastando a indicação genérica: ‘casas de morada [ou de vivenda] e demais benfeitorias’”(FARIA, 1998, p. 356). Em sua pesquisa Faria encontra casas pequenas, cobertas de palha, de sapé ou telhas. As paredes e a armação dos telhados eram feitas de ripas de madeira. Para as paredes essas ripas não sofriam aparelhamento nenhum e tinham o espaços entre si preenchidos por mistura de barro com capins. Essa técnica conhecida como “pau-a-pique” ou “taipa de mão” tem longa duração em nosso cotidiano, permanecendo como opção construtiva até o século XXI, em várias regiões brasileiras. Leves e resistentes essas paredes permitem a proteção dos ambientes e exige manutenção fácil e barata. As ripas, no caso das construções mais pobres eram (e continuam sendo, muitas vezes) amarradas com cipós ou com embira. Se a casa era de proprietário mais abastado poderia ser usado cravos de ferro na fixação das ripas (KATINSKY, 1994).

Figura 1 – Aqui uma representação de parede de pau-a-pique sobre embasamento de pedra e madeira e sobre piso assoalhado. Próprio de casas mais abastadas. Muitas vezes a casa não tinha esse embasamento e as paredes de pau-a-pique eram afixadas em esteios diretamente fincados no piso do chão onde era construída. Desenho de Antônio Luiz Dias de Andrade.



Fonte – Enciclopédia das técnicas vernaculares.

As ripas usadas na armação dos telhados, ainda segundo o estudo de Sheila Faria, podiam ser, às vezes, serradas, caso em que mereciam essa descrição nos Inventários *post mortem*. A maioria das casas era de construção térrea e poucos possuíam sobrados. Estes começam a ser mais percebidos na documentação a partir do final do século XVIII, tanto nas cidades como no meio rural. As varandas, também, ficam mais comuns neste período e, como quer Sérgio Buarque de Holanda, torna-se o lugar de “acesso ao mundo de fora” (HOLANDA, 1978, p. 16).

Auguste de Saint-Hilaire mostra-se um atento observador das técnicas construtivas das casas. Distingue estruturas, formas e materiais e os descreve muito rigorosamente. Na Vila do Fanado (Minas Novas), a título de exemplo, percebe uma distinção com relação ao restante da província: “Não entram na construção senão poucas peças de madeira principais, destinadas a sustentar os tetos. As paredes são feitas de paralelepípedos de barro batido com a erva e que se põe a secar ao sol” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 222). Aqui, o narrador distingue o que vê do pau-a-pique, o mais comum, e apresenta ao leitor de sua narrativa uma outra estrutura, o *adobe*. Ele prontifica-se, no entanto, a mostrar que há diversidade nas construções. Algumas casas são, ainda, construídas de *taipa*, como na Europa: “utilizam-se para este gênero de construção, tábuas colocadas paralelamente, e entre as quais se deixa a distância que se quer dar à espessura da parede. Enche-se o intervalo de barro, e continua-se o trabalho, suspendendo as tábuas à medida que aumenta a altura da parede” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 222).

Figuras 2 e 3 – desenhos esquemáticos de Taipa de pilão em sua construção e fatura, resultado final e o taipal.
Desenhos de Paulo Santos.

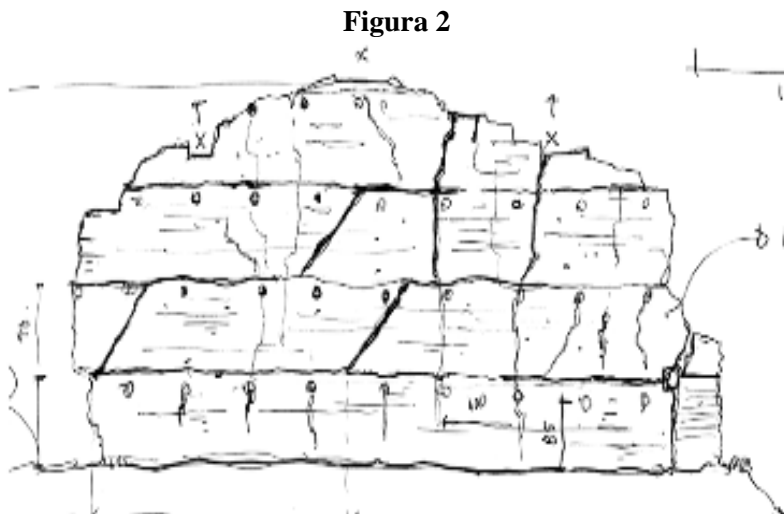
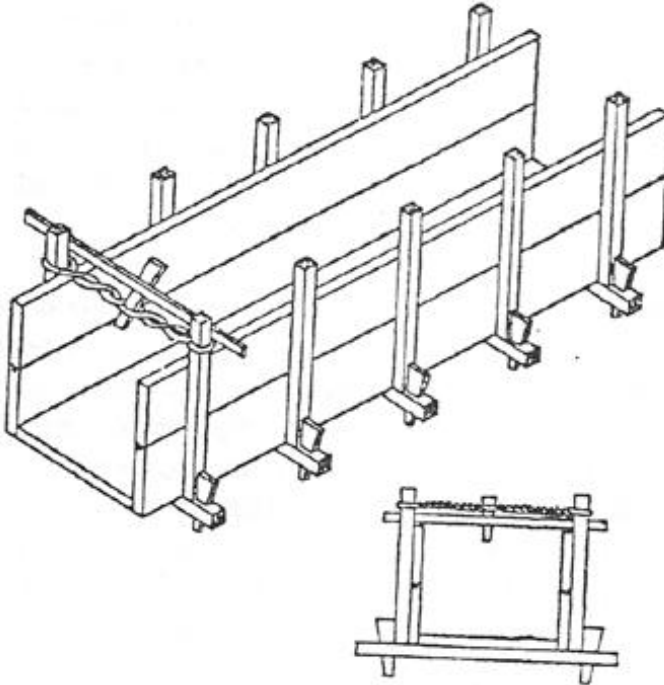


Figura 3



Fonte – Enciclopédia das técnicas vernaculares.

O adobe e a taipa-de-pilão foram técnicas muito utilizadas em Minas Gerais no período setecentista e oitocentista. Configuravam-se, entretanto, formas construtivas de edifícios maiores como as igrejas, os edifícios da administração pública, as Casas de Câmara e Cadeia, por exemplo, além de algumas paredes de sustentação de residências de pessoas de posse. Essas estruturas exigiam maior cuidado e mais frequentes intervenções reparadoras, devido a ação das intempéries naturais sobre o barro, além do caráter de uso público, no caso dos edifícios da administração. O adobe permite a queima ao sol ou ao forno para maior durabilidade da estrutura, mas a taipa não. Talvez, daí, venha o comentário muito frequente na narrativa de Saint-Hilaire, contrapondo a boa conservação das igrejas e dos edifícios públicos, comparados ao descaso com a reparação das casas de pau-a-pique.

CASEBRES DE INTERIORES POBRES; ACOLHIMENTOS AGRADÁVEIS

Na observação de Saint-Hilaire, o elemento comum entre as casas de ricos e de pobres nas Minas é a presença da sala, “peça (...) que dá para o exterior”. “É aí que recebem os estranhos, e se fazem as refeições, sentados em bancos de madeira em torno de uma mesa comprida” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 96). É temerário ao historiador, de forma categórica e pela documentação escrita, dimensionar e descrever os cômodos de uma casa pobre setecentista ou do início do século XIX, nas Minas. Os Inventários *post mortem* são rols de bens para a avaliação que visa a partilha justa e, assim, são descritivamente restritos. Neles, na maioria das vezes, os artefatos e objetos de pouco valor não são relatados em detalhes ou mesmo estão ausentes. Neste tipo documental, os bens a serem partilhados, objetivo maior dessa peça cartorária, são aqueles que merecem constar da lista de bens avaliados durante o processo. Os pobres, muitas vezes nem fazem Inventários de seus entes falecidos, embora, teoricamente, todo tipo de homem possuidor de algum bem deveria ter o processo feito após sua morte. As narrativas memorialísticas – além de achados arqueológicos – são, portanto, documentos primordiais para avaliarmos as moradias. É possível, pois, perscrutar um pouco as impressões de nosso narrador, sobre a habitação dos pobres.

Ele aponta “choças” e “barracões” de mineradores nas lavras, além de “casebres”, “choupanas” e “taperas” dos habitantes comuns. *Tapera* é nome que ele considera como o de uso mais comum pela população para designar “as casas que caem em ruínas”²⁷. Há para o nosso naturalista, quando se observam as casas e habitações, tanto nos vilarejos, quanto aquelas isoladas no campo, um “ar de decadência” e isso “decorre, também, em grande parte, deve-se dizê-lo, de que essas construções sempre feitas de barro, se estragam facilmente, principalmente por fora”(SAINT-HILAIRE, 2000, p. 94). E ele nos diz, com a acuidade e a clareza narrativa que lhe é própria quando descreve técnicas, artefatos e construções:

²⁷ Não foram verificados para este trabalho os textos originais em francês e, assim, essas palavras são aquelas das traduções das várias edições em português pesquisadas.

As casas dos pobres são tão fáceis de construir, que qualquer um é seu próprio arquiteto; e, como se verá, essas casas também se destroem com facilidade extrema. Para se erguer as paredes, fincam-se na terra, a pequenas distância uns dos outros, esteios de madeira toscos, da grossura aproximada de um braço. Com o auxílio de alguns cipós, amarram-se a estes ripas transversais muito aproximadas, e, quando se completa assim uma espécie de gaiola, enchem-se os intervalos com barro. Quanto aos tetos, cobrem-se com estipes e folhas de uma Gramínea pertencente ao gênero *Saccharum*, e que tem no país o nome de sapé (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 94).

A descrição é bem denotativa e o leitor pode perceber, observando a Figura 1 acima, a capacidade de observação e o cuidado rigoroso com uma narrativa própria de um cientista acostumado a descrever seu objeto principal, a flora, mas, por outro lado, atento aos costumes e à cultura do espaço que visita. Observador da materialidade que cerca as atividades humanas, nosso personagem tem cuidados nas anotações que o permitem, mais tarde ter fidelidade enorme com o momento da observação. Podem lhe escapar, por vezes, as razões que levam os habitantes do Brasil a agir e a optar por determinadas ações, técnicas e formas construtivas. Não é, no entanto, o caso dessas pobres construções. Saint-Hilaire atribui à fragilidade e efemeridade delas, à facilidade dos habitantes de as abandonar “sem pesar quando há certeza de encontrar em outro lugar os materiais necessários à construção de outras do mesmo tipo.” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 94).

Se lhe escapam, às vezes, as razões, também, eventualmente, confunde ou tem dúvida acerca delas. Observando uma povoação do norte de Minas, no vale do rio São Francisco, denominada Pedras de Baixo, admira uma bela construção da Igreja e reconhece que não foi uma edificação dos atuais habitantes (tinha sido erguida a 92 anos atrás). Nos diz, então, da pobreza dos habitantes ou de suas negligências em conservar suas moradias. Para ele, esses homens são “tão pobres ou negligentes para conservar suas miseráveis choupanas” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 344) que não poderiam ter construído um templo tão bem edificado.

A despeito da percepção das técnicas construtivas, mais sofisticadas ou mais simples, o naturalista francês não descreve um saber importante a justificar as casas “sempre feitas de barro”

ou “feitas de barro, paus e bambus” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 173). O pau-a-pique (ou taipa-de-mão), assim como a taipa-de-pilão, o adobe e as demais formas de se fazer paredes com barro, são alvenarias muito adaptadas ao ambiente. No caso dos trópicos, possibilitam uma mais adequada troca de calor entre elas e o meio; majoritariamente nas regiões tropicais de altitude, onde o dia calorento se contrapõe às noites muito frescas. As paredes, nestes casos, absorvem bem o calor durante o dia, mantendo o interior fresco e, à noite, liberam este calor, contribuindo para a proteção interna, sem a friagem da noite. Assim, mesmo que se desgastem com certa facilidade, como nos observa Saint-Hilaire, são adequadas pela rapidez da construção (ou da conservação) e por essa adaptação climática.

Interessante que formas construtivas como os tijolos de adobe, dentre outras que usam o barro, são conhecidas e usadas, também, no mundo europeu, desde tempos antigos. O fato de Auguste de Saint-Hilaire estranhar o pau-a-pique talvez tenha ligação com o uso comum na Europa do adobe feito em formas de madeira (tijolos de vários tamanhos) e não à formatação do barro à mão em esquadrias de ripas.

Ao tentar caracterizar o interior dessas *taperas*, ele nos apresenta:

Internamente, essas miseráveis choupanas são quase sempre divididas por tabiques delgados, e apresentam uma série de pequenos quartos obscuros que se comunicam uns com os outros, sem portas de separação. Concebe-se facilmente que não se pode ligar grande apreço a semelhantes habitações (...) (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 94).

Os móveis que mal adereçam as casas são sempre objeto de crítica atenta na narrativa sainthilairiana. Nas casas dos homens ricos, as paredes “simplesmente caiadas, não apresentam mais ornamentos senão pequenos espelhos e algumas gravuras mal emolduradas” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 146). Em algumas há “rodapés e forros (...) pintados à imitação do mármore” e, com raras exceções, o mobiliário não tem nenhuma opulência e, quando muito, as salas onde se recebem as visitas consistem em ter “cadeiras antigas de jacarandá, de espaldar muito alto e assento de madeira coberto de couro” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 146). Em outras, no entanto, reina a simplicidade e “a casa de um proprietário rico do sertão de Minas, transportada para a França, seria aqui tomada

pela morada de um homem da mais medíocre condição (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 347). Essa observação refere-se à casa do capitão Serrão, na povoação de Salgado, onde ele encontrara uma sociedade com mais abundância e “jovialidade” na região do rio São Francisco. O mobiliário de sua casa, que nem forro tinha, era bastante modesto: “na sala não se viam outros móveis além de bancos de pau, alguns tamboretos cobertos de couro, uma longa mesa imóvel na qual se tomavam as refeições, e uma grande talha de água”(SAINT-HILAIRE, 2000, p. 347). Beber água, ele observa, era necessidade frequente no sertão e as talhas de água (grandes potes de cerâmica) ficavam à disposição. Bebia-se a água fresca nas casas dos abastados usando um coco de cobre com cabo de pau. Esse objeto de cobre era, inclusive símbolo de “opulência”, pois, nas casas pobres era praticamente inexistente e, nelas, a água era servida quase sempre usando-se a casca do “próprio fruto do coqueiro”.

Nas casas humildes, o paradoxo do móvel imóvel era frequente: a peça mobiliária mais notada não é, em princípio, móvel. É o *jirau*, uma estrutura fixa, às vezes no chão ou, em outras, esses “leitos rústicos [eram] aplicados contra as paredes” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 169) formando, quase sempre, junto com poucos tamboretos e mesas simples, as peças do mobiliário dessas moradias. “Não se pode imaginá-las mais miseráveis, e, no entanto se encontra no interior do Brasil, uma multidão de choças nessas condições” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 169). No Quartel do Canto da Serra de São João, perto de Peçanha, Auguste de Saint-Hilaire é albergado pelo Sr. Januário Vieira Braga, homem simples que sempre viveu no meio rural, “ocupado, ora em explorar ouro e pedrarias, ora em combater os Botocudos”, o ancião o acolheu

(...) com amabilidade extrema, e não cessou de se empenhar por me tornar agradável a estada que fiz em sua casa. Todavia, no meio dos esforços que o bom comandante fazia para me servir condignamente, sentia eu uma espécie de constrangimento, vendo que ele apenas possuía o que em nossas cidades se considera o estritamente necessário. Sua casa não merecia outro nome senão o de choupana; nem mesmo se tivera o cuidado de caiar as paredes, e por todo o mobiliário lá não se via mais que um jirau, uma mesa e alguns bancos.

A pobreza é evidente e a falta de conforto dessas habitações, também. No entanto, o viajante encontra nesses lugares pobres

“acolhimento” e “amabilidade inspirada pelo desejo de agradar”. O francês reconhece em toda a viagem a predominância de uma “cortesia afável” e de uma “polidez simples e afetuosa” do povo de Minas (MENESES, 2017). Quer ricos ou pobres, na maioria das vezes há hospitalidade. Expressa essa qualidade de forma veemente. Exemplo da narrativa afirmadora do viajante sobre essa questão é quando diz: “aí fui tratado com uma bondade e hospitalidade tocantes” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 217),

Nas proximidades da serra da Canastra e da Casca D’Anta, nascente do rio São Francisco, Saint-Hilaire é hospedado em casa de um lavrador muito pobre, mas relata a noite agradável, com a lua de clarão intenso e a vista da cachoeira sendo iluminada por uma queimada em pasto adjacente. Nos fala que “Felisberto nos recebeu maravilhosamente bem. Morava num casebre humilde, desprovido de qualquer conforto. Leite e feijão constituíram o nosso jantar e, por leite me deram um colchão de palha sem lençol. Mas tudo isso foi oferecido de bom coração”(SAINT-HILAIRE, 1975, p. 103). No dia seguinte o lavrador ofereceu seu sogro para ser o guia do viajante até a cachoeira e ao despedir-se de Felisberto, nos diz o naturalista

(...) tentei fazer com que aceitasse algum dinheiro, mas meus esforços foram em vão. Durante o tempo em que permaneci em sua casa, esse homem mostrou uma bondade, uma tranquilidade de espírito, uma resignação à vontade divina e uma paciência em suportar a pobreza que só são encontradas atualmente longe das cidades. Felisberto se ainda está vivo não deve mais se lembrar do estrangeiro que um dia lhe foi pedir abrigo. Quanto a mim, ainda o vejo sentado num banco de madeira, num cômodo escuro e sem móveis, e me parece ouvi-lo contar com calma as afrontas e vexames de que tinha sido vítima. Os exemplos de honestidade e de virtude não são tão comuns para que possamos esquecer-los facilmente (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 103-104).

Os predicados valorosos para o viajante estrangeiro são características que, parece, o fazem esquecer a falta de conforto e até o incômodo das noites abrigadas nesses domicílios pobres. A qualidade do homem suplanta, em sua narrativa, a descrição da pobreza.

Na maioria das vezes, o naturalista Saint-Hilaire dormia em redes e não em jiraus, catres ou camas. As noites muito frequentemente não foram agradáveis para nosso visitante.

Sobre elas, ele manifestou que, às vezes eram muito frias e, neste caso, dormir em redes aumentava as agruras da temperatura baixa. Em algumas ocasiões, majoritariamente quando se hospedava em casa de pessoas pobres, era-lhe oferecido o jirau. Nessas ocasiões o frio era menor. Em sua segunda passagem por Minas, já em 1822, o naturalista passou por noites de friagens na região entre Rio Preto e São Gabriel no entorno da Serra Negra. Dormiu, geralmente, em ranchos abertos dos lados e comentou a dificuldade para se aquecer. Narrou, sobre essa ocasião, uma técnica construtiva que não tinha ainda mencionado e que protegia melhor do frio os seus habitantes: são telhados de casas e de vendas a elas associadas feitos de troncos de palmeira. Nos fala que

Os troncos são cortados ao meio no sentido longitudinal e a polpa é retirada, formando-se assim uma espécie de calha. Em seguida são colocados sobre o teto, exatamente como se fossem telhas, isto é, em fileira côncava ao lado de uma convexa e assim por diante (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 43).

No seu percurso de Itabira para a Vila do Príncipe (Serro), na fazenda *Escadinha*, ele pernitoou em casa de “um homem pobre que contava vinte e cinco netos havidos de suas filhas”. O senhor desvalido acabara de perder uma de suas filhas e estava muito triste, mas mostrava-se resignado em meio ao sofrimento e às privações. Sua casa era

(...) construída sobre estacas, e consta de um único andar. Sobe-se à residência por uma pequena escada exterior. No centro da habitação há uma grande peça imediatamente sob o teto e completamente aberta para o lado do terreiro, assim como para o oposto. À direita e esquerda há pequenos quartos (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 128).

Embora Saint-Hilaire relate que esse tipo de casa era “o costume bastante geral no país”, é possível que haja aqui uma referência, talvez esquecida por ele, de casas conjugadas ao curral de gado vacum pela frente e a um quintal ao fundo. Como a cozinha – não descrita – poderia ser uma peça isolada no quintal, é possível que essa casa pertencesse a um agricultor de pequenas posses onde a sala funcionava como o corredor que arejava a casa, permitindo a circulação de ar entre os quartos com pouca abertura para o exterior

e, portanto, com pouca aeração. Como relata Sheila Faria, era costume a construção de edificações de moradia que tinham mais portas que janelas (FARIA,1998, p. 363). Os quartos, muitas vezes se comunicavam entre si com portas e nem todos possuíam janelas para o exterior da casa. Contavam com circulação de ar restrita dada por um longo corredor ou por esse tipo de sala, mais ampliada que ligava o terreiro (quintal) a um curral ou a um terreiro à frente da edificação.

Nosso narrador, descrevendo essa mesma moradia e, especificamente a sua sala, caracteriza seu interior simples e pouco mobiliado:

Uma mesa e alguns bancos constituíam todo o mobiliário dessa espécie de sala, ao centro do qual se erguia uma lareira quadrada e de pedra. Era noite quando cheguei, e, como o frio era muito sensível, toda a família estava reunida à volta do fogo. Notei que as crianças tinham a pele muito branca, e eram quase todas louras; a maior parte delas estava coberta de andrajos, mas esses trapos eram limpos (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 128-129).

As pessoas foram muitas vezes descritas como limpas e a higiene delas e de suas moradias, associadas à hospitalidade foi sempre motivo de agrado do viajante. Ele nos diz em seu relato que na manhã seguinte o seu hospedeiro humilde acompanhou-o “por uma légua de distância de sua casa, e nada quis aceitar pela despesa que lá fiz”. E completa: “Poderia citar continuamente provas idênticas de hospitalidade” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 129).

Em certa ocasião – quando visitou a região de Paracatu – foi alojado “mais uma vez numa choupana sem janelas e cuja entrada não se podia fechar. Pelo menos, porém, estava bastante limpa” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 135). Na região da Vila do Príncipe, o naturalista encontrou poucos ranchos de tropeiros para pernoitar e, com isso, “era, pois obrigado a pedir hospitalidade aos próprios colonos; quase por toda a parte, porém, fui por eles recebido da maneira mais amável” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 166).

Na região da “mata do Peçanha” Saint-Hilaire observou e sua narrativa nos evidencia a casa dos índios que habitam a Aldeia de Santo Antônio. São índios que ele nomeia de Malalis e constroem pouco mais de dez casas num vale entre morros com um riacho de águas puras.

Sobre as casas ele nos informa que “cada uma delas é construída com estacas de madeira fincadas na terra, afastadas umas das outras, e revestidas de esteira de bambus” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 180). Portanto, aqui, a esteira, provavelmente de taquara (um tipo especial e mais flexível de bambu), de forma distinta do pau-a-pique, formava a parede dessas moradias. Segundo ele, “os tetos são cobertos por uma espécie de gramínea de folhas amarelas, largas e bastante longas, ou com pedaços de casca de árvores arrumadas exatamente à maneira de nossas telhas de canal” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 180). As separações dos cômodos internos são, igualmente feitas com esteira e, no chão, são as “esteiras que as tapetam” mais agradáveis à vista que o chão de terra de muitas casas de portugueses que ele visitou. Quanto ao seu mobiliário, os índios de Santo Antônio não possuíam nada além de jiraus “e vasos vermelhos de tamanhos diversos, feitos pelas mulheres com uma terra negra bastante fina” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 180). Certamente aqui, a cor vermelha dos vasos feitos de terra preta, pressupõe a cocção desses vasos em temperatura elevada, de modo a transformar a cor no processo de aquecimento.

Já as casa dos índios Macunis da Aldeia do Alto dos Bois, na região de Minas Novas, no vale do rio Jequitinhonha são para a narrativa do francês, “choças” e “muito pequenas, baixas, quase quadradas e só tem uma abertura, a da entrada. Suas paredes são construídas “segundo os usos dos brasileiros-portugueses”, de pau-a-pique, mas, mais grosseiras: os Macunis simplesmente obturavam os espaços entre as ripas com argila vermelha, sem mesmo cobrir os esteios e as travessas de madeira mal aparadas, deixando espaços vazios nesse processo. Algumas casas foram descritas com o ripado e os caibros que os fixavam, mas sem o barro da taipa-de-mão e apenas “galhos de árvores ou folhas de palmeira” cobriam os espaços. Os tetos eram igualmente de folhas de dois tipos de palmeira (ariranga e catulé). Elas se constituíam “um abrigo impenetrável às águas da chuva”, mas, davam, “porém, aos tetos um ar agreste e desleixado” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 209). A porta era sempre uma esteira que se tira e põe à vontade e na parte mais próxima ao chão, em sua abertura, fincavam, de um lado a outro, mourões para evitar que os porcos, muito abundantes no interior da aldeia, entrem dentro das casas. Para entrar no espaço interno da casa, portanto, era necessário saltar sobre essa obturação de madeira. Tudo nos Macunis, da casa

à comida, dos gostos pelos “prazeres do amor” à forma como abatem as galinhas, era bárbaro ao olhar do viajante. O barbarismo seria a marca dessa raça americana pura. A “raça mista” fruto de “uniões legítimas das índias com os homens de cor” seria para ele “menos defeituosa”(SAINT-HILAIRE, 2000, p. 216).

COMENTÁRIOS FINAIS

“O belo verdor das bananeiras” plantadas nos quintais, algo comum em casa de ricos ou pobres, foi sempre uma percepção agradável ao viajante. Tal verdor equilibrava a paisagem dos aglomerados ou abrandava a visão agreste e desleixada dos casebres isolados do mundo rural. Em Minas Novas, por exemplo, ele descreveu as casas pequenas e muito simples, caiadas de fresco e, segundo o que ele narra ser comum nas Minas, “quase todas possuem um pequeno jardim plantado de bananeiras e laranjeiras dispostas sem ordem; e, vistas dos morros vizinhos, essa mistura de paredes caiadas de fresco e massas de verdura, produzia (...), um efeito bastante agradável”(SAINT-HILAIRE, 2000, p. 22). Para o naturalista, como se vê, os “jardins” agradavam o olhar e equilibravam a paisagem.²⁸ O verdor foi sempre para Saint-Hilaire, motivo de alegria. Nos tempos ou nas regiões de seca, a dificuldade de analisar a vegetação, pela condição das plantas e falta muitas vezes das flores, suas estruturas reprodutivas, modificavam o humor do cientista-viajante e tornava seu trabalho de campo mais difícil. Ora, o objetivo fundamental da viagem ficava comprometido e, nestes momentos, as observações sobre as casas, a hospitalidade e mesmo a cultura em geral, ficavam comprometidas e as narrativas sobre esses tempos são mais ácidas.²⁹ Mormente, as noites incômodas, após a parca alimentação e o trabalho de verificação das amostras colhidas e as descrições delas nos cadernos de viagens, condicionavam as anotações de nosso pesquisador e narrador

²⁸ Ver acerca das impressões de Auguste de Saint-Hilaire sobre os quintais em MENESES, 2015.

²⁹ Na perspectiva da classificação da natureza de Lineu as espécies vegetais eram ordenadas em sistema sexual, baseado no androceu das flores. Esse sistema se popularizou entre os naturalistas e teve hegemonia na taxonomia vegetal, mesmo com contraposições de Bernard de Jussieu, Antoine Laurent de Jussieu e Michel Adanson, no decorrer do século XVIII.

em suas observações sobre as próprias edificações onde pernoitava. Óbvio que o tempo da escrita da narrativa definitiva, anos após o percurso real, também era filtro para as observações *in loco*, podendo amainar ou ressaltar os sentimentos vividos.

No entanto, como vimos, nos primeiros tempos de viagem, certo estranhamento com as condições dos edifícios das moradias e de seu desconforto interno foi marcadamente mais frequente que nas narrativas sobre os períodos sequenciais da viagem. Acostumado às condições por um lado, mas, por outro, saudoso de sua terra natal, Saint-Hilaire foi, ao longo de sua narrativa, considerando as suas próprias impaciências iniciais e a adaptação paulatina ao mundo de seu campo de pesquisa. A falta que sentia da França (e da Paris com seu círculo científico e os livros) era contraposta com a vontade de ficar por mais tempo em terras americanas que aprendera a amar. A casa que o abriga, com mais ou com menos conforto, é, assim, elemento primordial que acalenta o corpo e apazigua a alma; que o faz parar e pensar no cotidiano duro da viagem e nos planos de compilar os conhecimentos adquiridos em textos informativos de ordem científica e cultural.

Fernand Braudel que viu na casa uma construção do consumo humano entre a necessidade e o supérfluo, aquilatou bem as construções edificadas, entre a enorme diversidade de técnicas e materiais e a necessidade humana de proteção e abrigo. É, da madeira ao vidro, da taipa à pedra que ele dimensiona as condições urbanas e rurais das famílias viverem e morarem (BRAUDEL, 1995). Já Daniel Roche nos apresenta a casa para além de sua função protetora, também como “utensílio de trabalho: ela abrigava a colheita e os animais, as carroças e as máquinas” (ROCHE, 2000, p. 117). Também no mundo urbano, a casa tinha função laboriosa, onde vida privada se misturava com ateliês de trabalho manual. Além disso, o estudioso da cultura material europeia nos aponta que “A casa está no centro da vida humana, tanto para os historiadores quanto para os antropólogos; ela é a marca mais visível da ocupação humana desde os tempos mais remotos” (ROCHE, 2000, p. 16). Foi inspirado nessas perspectivas que lemos as narrativas de Auguste de Saint-Hilaire em seu percurso “mineiro”, para compreendermos através delas, as simples e pobres casas edificadas pelo sertão americano, principalmente em seu mundo rural, onde se abrigou mais vezes nosso viajante.

Se para nós, por sua dinâmica integração ao cotidiano dos homens, a casa é objeto central, para Saint-Hilaire ela, também, tinha função primordial naquela cultura nova que ele observava em seus caminhos por Minas. Mais que espaço construído, era igualmente para ele o lugar da família, portanto, uma célula moral da vida e da gestão das coisas dela. Toda uma *oikosnomia* domiciliar girava em seu entorno: cultivos, trabalhos manuais, relações de intimidade, práticas de higiene, sentimentos, intimidade³⁰, hospitalidade, cortesia, amabilidades.

Se a vulnerabilidade vista por Saint-Hilaire nas casas pobres mineiras denotam menos o “tempo petrificado” (ROCHE, 2000, p. 118, como descrito na epígrafe deste texto) a unir passado e presente em uma unidade final que a família dá à moradia e ao domicílio, no mundo americano oitocentista, não deixa de ser palpável valores e vivências memoráveis e recordadas pelo naturalista no tempo de sua narrativa já de volta à França. A casa edifício não se desvincula do homem que a habita e da economia que a rodeia. Casa e domicílio são lugares do homem em experiências de vida.

Mesmo que neste texto tenhamos privilegiado, de certa forma, a construção em suas formas, técnicas e materiais, é bom ressaltar a dimensão humana que a narrativa sainthilairiana dá à casa. Falamos mais aqui da casa que do domicílio; mais da construção material que do lugar familiar. No entanto, essas coisas do homem são o próprio homem; não apenas o refletem ou o representam. E Auguste de Saint-Hilaire, como bom observador, como homem filantropo de um iluminismo tardio, dimensiona tudo na complexidade de fato envolvida na experiência dos homens que observa e em sua própria vivência. A casa pobre “Há de ter tudo isso”, como quer o poema *Casa*, de Drummond (ANDRADE, 2017, p. 87-88): poder, sacadas, vista para a serra, paisagem, quartos, portas sempre abertas, o olhar e o pisar do chefe, a família sobre o tempo; tudo na maior comodidade. *Do contrário não é casa.*

³⁰ Sobre o “nascimento da intimidade” ver PAIRDAILHÉ-GALABRUN, 1988.

FONTES (E ALGUMAS NOTAS)

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728. 8 v. Visualizado em 26/05/2016, em Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin/USP.

SAINT-HILAIRE, Auguste F. C. P. de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. 1822. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/EDUSP, 1974. Tradução revista e Prefácio de Vivaldi Moreira e Apresentação e Notas de Mário Guimarães Ferri, para a Coleção “Reconquista do Brasil”. Título original: *Livre du Voyage; Que j’ai entrepris de faire de Rio de Janeiro a Villa-Rica et de Villa-Rica a S,-Paul, pour aller chercher les 20 caisses que j’ai leissés dans cette dernière ville*. O tradutor explica em nota: “Este diário foi publicado no final do volume dedicado ao Rio Grande do Sul com o título acima, editado em Orléans, em 1887, por H. Herluison, Librairie – Éditeur/17, rue Jeanne D’Arc, 17.”

SAINT-HILAIRE, Auguste F. C. P. de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/EDUSP, 1974. Tradução de Milton Amado e Prefácio de Mário Guimarães Ferri, para a Coleção “Reconquista do Brasil”. Refere-se aos capítulos VII a XV do original *Voyage dans le District des Diamants et le Litoral du Brésil*, publicado em Paris, em 1833.

SAINT-HILAIRE, Auguste F. C. P. de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975. Tradução de Regina Regis Junqueira e Prefácio de Mário Guimarães Ferri, para a Coleção “Reconquista do Brasil”. Refere-se à Terceira Parte do original *Voyages dans l’interieur du Brésil (Troisième Partie)*, publicada em Paris, em 1847, por Arthus Bertrand, Librairie-Éditeur, Rue Hautefeuille, 23.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes*. Em dois Tomos. Tomo 1º. Edição Ilustrada. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa. Refere-se à primeira parte do relato original *Voyages dans l’interieur du Brésil. Première partie. Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*, editado em Paris por Grimbert et Dorez, Librairie, em 1830.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. De Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste F. C. P. de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2004. Inclui “Resumo histórico das revoluções do Brasil, da chegada de D. João VI à América à abdicação de D. Pedro”. Tradução de Leonam de Azeredo Penna e Prefácio de Mário Guimarães Ferri, para a Coleção “Reconquista do Brasil”. Título original: *Voyage dans le District des Diamants et le Litoral du Brésil*, publicado em Paris, em 1833, em 2 volumes.

SILVA, Antonio Moraes. Dicionário da língua portuguesa – recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Visualizado em 26/05/2016, em Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin/USP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drumond de. *Boitempo: Menino Antigo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII*, Volume I, As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DUPRAT, Catherine. *Pour l'amour de l'humanité*?. Les temps des philanthropes. La philanthropie parisienne, des Lumières a la monarchie de Juillet. Paris: C.T.H.S, t. 1, 1993.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 12ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1978.

MENESES, José Newton Coelho. Acolhendo Saint-Hilaire: a “polidez simples e afetuosa” do mineiro. In: BRUSADIN, Leandro Benedini. (Org.). *Hospitalidade e Dádiva*. A alma dos lugares e a cultura do acolhimento. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 297-333.

MENESES, José Newton C. *Artes Fabris e Ofícios Banais*. O controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808). Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2013.

MENESES, José Newton C. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 23. n. 2. p. 69-92. jul-dez. 2015.

PAIRDAILHÉ-GALABRUN, A. *La naissance de l'intime*. 3000 foyers parisiense, XVII-XVIII e siècle. Paris: 1988.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*. Nascimento do consumo. Séc. XVII-XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo*. Domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

“PORÕES, SÓTÃOS E PALHOÇAS”: AS MORADIAS DOS POBRES SOB A MIRA DO SERVIÇO SANITÁRIO EM SÃO LUÍS/MA NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

Maria da Conceição Pinheiro de Almeida

A saúde pública brasileira na Primeira República ocupou um lugar de destaque nas ações governamentais, visto que em face das diversas epidemias que assolavam a população local o país era visto na comunidade internacional como um “país doente”, prejudicando as relações comerciais do Brasil com outras nações, especialmente, as europeias. Seguindo a trajetória histórica da saúde pública mundial³¹, no Brasil as ações tinham como alvo as classes pobres, suas moradias, seus costumes, seus lazeres, etc. Os espaços ocupados pelos pobres representavam, na visão das elites e dos governos, ambientes geradores e disseminadores de doenças.

Baseada nessa perspectiva, a organização da saúde pública em São Luís, nas primeiras décadas da República, pautou-se na necessidade de sanear os ambientes considerados insalubres, aqueles ocupados pelas camadas subalternas da população urbana.

Na análise de Pesavento (1994, pp. 10/11), as classes subalternas “têm [todas] em comum o fato de serem habitantes da urbe, e a sua inserção neste meio se dar em termos de entrada por baixo na escala social, em termos de subalternidade”. Vistos no contexto das cidades brasileiras durante a Primeira República, esses grupos subalternos, de acordo com a autora:

Economicamente, são pobres, e seu acesso ao consumo é limitado. [...] não têm meios de subsistência, e, para eles, a moradia se configura como um dos maiores problemas, logo abaixo da subsistência.

³¹ Ver mais sobre esse assunto na obra “Uma história da Saúde Pública”, escrita por George Rosen, onde o mesmo retrata a saúde pública desde sua origem até o século XX.

Desempenham as tarefas menos qualificadas e podem engajar-se ou não no mercado formal de trabalho. Ora são empregados de alguém, tendo pois um patrão e dele recebendo o seu sustento, pelo desempenho de uma tarefa regulamentada e controlada, ora são “avulsos”, *free lancers*, que vivem de “expedientes”, biscates, pequenas tarefas. Politicamente, são os tais cidadãos de segunda ordem, pouco ouvidos pelas autoridades em suas reclamações e sendo considerados suspeitos aos olhos da polícia.

Em São Luís, as classes subalternas constituíram o componente central na elaboração de políticas de saúde pública, sendo que a preocupação era menor em proporcionar-lhes boas condições de saúde e mais voltada para excluí-las do convívio com as elites, que também contribuíram para a elaboração dessas políticas, uma vez que viam nos pobres uma ameaça à boa saúde, pois ofereciam o perigo do contágio, e isso justificava a obrigação dos governos em mantê-las sob estrita vigilância.

Nesse sentido, Rosen (1994, p. 96) discutindo o papel do governo na área de saúde considera que: “Em matéria de saúde, e em outras esferas, [o governo] sabia o melhor para seus [governados], e por meio de leis e medidas, lhes ordenava o que deviam, ou não, fazer. Nesse contexto, a ideia de “polícia” é um conceito-chave para o entendimento de problemas de saúde-doença”. A ideia recorrente era de que o governo era responsável por promover as ações de saúde, e para isso era preciso dispor de mecanismos coercitivos que obrigassem seus governados a cumprirem as medidas estabelecidas.

Nessa perspectiva, os discursos dos médicos sanitaristas que atuaram no Maranhão, bem como as várias políticas de saúde pública elaboradas por eles chamavam a atenção para a necessidade de melhorar as condições de higiene de São Luís, especialmente, o sistema de saneamento.

Vale lembrar, que durante o Império esses serviços eram, na melhor das hipóteses, bastante precários. Os que existiam estavam concentrados espacial, geográfico e socialmente, como coloca Palhano (1988, p. 142). Segundo esse autor, “(...) serviços fundamentais, de enormes repercussões sanitárias para o conjunto da população [...] e ao longo dos anos quase inexistentes, [recebiam] do poder público um atendimento inteiramente secundário. Os que haviam eram privilégio das elites econômicas e políticas(...)”.

Entretanto, o caráter excludente da sociedade escravista do Maranhão, a precariedade dos serviços urbanos, bem como o fato de que os poucos que existiam, beneficiavam exclusivamente, as elites, não chegava a “caracterizar uma crise de serviços, na medida em que não gerava, no interior da sociedade, qualquer processo contínuo de exacerbação das contradições de classe” (PALHANO, 1988. p. 142). Não foram encontrados registros de movimentos reivindicatórios liderados pelos setores excluídos da população de São Luís no período estudado.

Neste contexto, a República se instaura para, teoricamente, mudar esse estado de coisas, cuja responsabilidade era atribuída à Monarquia. A expectativa era que, o novo regime representaria uma ampliação do acesso aos serviços públicos pelos cidadãos, semelhantes em direitos e deveres. A lógica seria que esses serviços públicos se tornassem acessíveis a pobres e ricos, o que não ocorreu.

No Maranhão, a restrição dos serviços públicos, entre eles os referentes à saúde, era justificada pela crise financeira em que mergulhara o Estado, provocada pela abolição do trabalho escravo e pela chegada da República, como afirmara Jerônimo de Viveiros:

A liberdade dos escravos e o advento da República, uma desorganizando o trabalho agrícola e outro (sic) criando novas obrigações para o Estado, determinaram no Maranhão uma tremenda crise econômica, que se prolongou por um lapso de tempo de cerca de um quarto de século (VIVEIROS, 1992, p. 1)

Sendo assim, o Estado nas primeiras décadas da República pouco ou nada fez para garantir os serviços públicos urbanos necessários para atender também às classes subalternas da sociedade ludovicense³², que ficaram expostas aos mais variados tipos de enfermidades. Sem acesso a água tratada, serviço de remoção de lixo e esgotos canalizados, essas classes já debilitadas por um regime alimentar deficiente, péssimas condições de trabalho e moradias precárias tornaram-se ainda mais vulneráveis a epidemias e doenças endêmicas que assolavam a população na capital maranhense.

³² Ludovicense é a pessoa que é natural da capital do Maranhão, São Luís. Nesse caso queremos abranger todas as pessoas que deveriam ser beneficiada pelos serviços públicos nas diversas esferas.

As moradias dos pobres como já foi dito, eram consideradas ambientes insalubres, logo produtoras de doenças, e por isso alvo das propostas de melhoria da saúde pública em São Luís. Aliás, essa era uma ideia recorrente nas autoridades brasileiras e até de outros países. Nessa conjuntura, um médico norte-americano, ao se manifestar sobre as cidades dos Estados Unidos na primeira metade do século XIX, a respeito das consequências que as más condições das habitações dos pobres representavam, fez o seguinte comentário: “motivos não apenas de misericórdia pelo pobre, mas medo por nós mesmos clamam por uma reforma, pois doenças infecciosas, quando se desenvolvem completamente, nem sempre se limitam às localidades nas quais se originam” (STERN, 1983, p. 92). Esse pensamento apontava para uma situação comum entre as classes abastadas durante muito tempo: o temor de serem atingidas pelas doenças que acometiam as camadas pobres da população, e por isso cobravam atitudes do poder público.

Desse modo, o cuidado com as moradias dos pobres fundamentava-se no perigo que representam para as camadas mais ricas, dada a comunicabilidade da doença que nunca se restringia ao meio em que surgia. Assim, para as elites brasileiras no início do século XX: “os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos”(CHALHOUB, 1996, p. 29).

Em São Luís, as moradias dos pobres era uma preocupação constante dos serviços de higiene da cidade, sendo a mesma expressão de maneira enfática nos relatórios do serviço sanitário em vários anos, na legislação sobre higiene em vigor na época e também na da imprensa da capital, pois como coloca Pesavento:

Gente morando em precárias condições não só agredia a vista, o olfato, a saúde, quem sabe a vida das elites dirigentes. Era uma chaga exposta, um problema a ser resolvido. Um elemento de tensão social, sem dúvida. Mesmo que a motivação de um crime, um furto ou uma greve não fosse explicitamente relacionada com as penosas condições de habitações do pobre, havia uma condição de precariedade presente à vista de todos (PESAVENTO, 1994, p.104).

Assim como em outras cidades brasileiras, a vigilância das habitações dos pobres em São Luís se intensificou ao longo

das primeiras décadas da República. Essa vigilância passou a ser feita pela polícia sanitária³³, parte integrante dos vários serviços de higiene criados durante a Primeira República. A polícia sanitária foi instituída para fazer valer as determinações contidas nas leis sanitárias como um todo, e, em relação às habitações, sua ação ia desde a construção até os cuidados internos com a higiene.

A lei nº 358 de 09 de junho de 1904³⁴ definia toda a composição da polícia sanitária e ratificava suas funções. De acordo com essa Lei, esse órgão seria composto por inspetores sanitários, delegados e subdelegados de higiene, e entre suas funções estavam as de realizar visitas domiciliares e nas construções em andamento, para, com base na legislação em vigor, “evitar e corrigir os vícios das habitações, abusos de seus proprietários e procuradores destes, arrendatários e moradores que possam comprometer a saúde pública”.

Algumas determinações expressas na Lei Sanitária nº 358 de 1904 limitavam a presença da população pobre na área central da cidade. O §3º do art. 67 dessa lei determinava que:

Quando os prédios de habitação coletiva, por suas más condições higiênicas, não puderem continuar a servir sem perigo para a saúde publica, o Inspetor Sanitário intimará os proprietários, arrendatários ou locatários a fechá-lo dentro do prazo que fixar, não podendo os mesmos ser reabertos senão depois de feitos os melhoramentos exigidos (...)

O art. 71 da Lei Sanitária 358 proíbe a moradia nos locais sem condições sanitárias adequadas:

Não é permitida a habitação em porões e sótões que tenham iluminação natural e arejamento deficientes, como também não se pode permitir a morada em baixos de sobrados ou outras dependências de prédios, desde que não recebam ar e luz diretos, e mais ainda se não tiverem instalações próprias para cozinha, latrina e quintal (...).

No art. 72 essa proibição é reforçada, agora em relação ao material utilizado nas adaptações desses espaços para a acomodação das famílias pobres da cidade que o ocupavam: “Não é permitida

³³ O serviço de “polícia sanitária” surgiu na legislação sanitária do Maranhão em 1901, por ocasião da reorganização dos serviços de Higiene do Estado, através da Lei nº 301 de abril do mesmo ano.

³⁴ Nas citações decorrentes de fontes primárias será utilizado o texto conforme a grafia original.

a divisão de qualquer prédio em quartos e cubículos constituídos por tapamentos de madeira ou pano, devendo os responsáveis retirá-los no prazo marcado pela autoridade”

Como podemos observar esses artigos da referida Lei trazem duas preocupações: a primeira com as condições higiênicas desse tipo de moradia (artigo 71), propícias para o surgimento e propagação de doenças infectocontagiosas, o que colocaria em risco a saúde da sociedade em geral; a segunda, evitar a formação de novas moradias para os pobres no centro da cidade (art. 72), o que agravaria o problema com esse tipo de habitação. As determinações contidas nesses dois artigos, acrescidas do § 3º do art. 67 da mesma Lei indicam, sob a argumentação da preocupação com o bem-estar social, uma forma de afastar dos olhos dos setores “civilizados” da sociedade ludovicense, o espetáculo da pobreza.

As normas estabelecidas pelo Código Sanitário, anexo à Lei 358 de 1904, que disciplinavam a construção de casas em São Luís tinham como base a reforma urbana/sanitária que estava sendo processada na então capital do país, o Rio de Janeiro, que por sua vez tinha como parâmetro a França. E além do mais, todas essas reformas que se processavam no setor urbano “não correspondiam às necessidades das classes subalternas, embora pudessem ser feitas em seu nome, (...)” (PESAVENTO, 2002, p. 93).

No centro da cidade, para onde se voltavam os olhares das autoridades sanitárias de São Luís, os baixos de sobrados eram ocupados pelos pobres haja vista ser a opção mais econômica, tendo em vista as condições financeiras dessa população, e esses ambientes não raro, recebiam atenção especial nas legislações voltadas para a questão sanitária.

A Lei Sanitária nº 736 de 1916 foi criada para reorganizar o serviço sanitário da cidade de São Luís, e assim como em 1904, porões e sótãos (os baixos de sobrados) receberam atenção maior. No artigo 48, essa Lei ratificava as recomendações anteriores contida na Lei Sanitária de 1904:

Não é permitida a habitação em porões e sótãos que não sejam naturalmente bem iluminados e arejados, e não possuam instalações de aparelhos higiênicos de uso doméstico.

Fica desde já proibida a reocupação dos baixos de sobrados que forem sendo desocupados.

É relevante lembrar que entre as determinações da legislação sanitária e as classes pobres que ocupavam as habitações em debate estavam os proprietários que se beneficiavam dos aluguéis desses imóveis, os quais raramente atendiam às exigências das comissões de higiene, antes recorriam aos seus representantes no poder local que sem demora resolviam o problema de forma favorável aos interesses desses proprietários.

Os pobres em São Luís no período em análise (início da República), como já foi dito acima, ocupavam os porões e sótãos dos sobrados (baixos de sobrados) devido às suas condições financeiras precárias. A maioria não possuía emprego formal, e quem era empregado recebia um salário muito abaixo do ideal para atender as necessidades essenciais, como alimentação, moradia, etc. Correia (1998, p. 178) apresenta como exemplo disso a situação das mulheres empregadas nas fábricas têxteis em São Luís entre o final do século XIX e início do século XX, que contribuía de forma determinante na composição da renda familiar. A autora também relaciona doença, péssimas condições de trabalho e “salários de miséria”.

Das causas que a provocavam, para quem conviveu com a tuberculose de perto, destacam-se o cansaço e a fome, pois além das jornadas serem longas, na opinião de várias delas, “na ganância de ganhar mais, não queriam comer nada”,(...) “porque ganhavam por produção”, a qual só lhes garantia um “salário de miséria”.(grifos da autora)

A maior oportunidade de emprego formal em São Luís estava no parque fabril que se formara em fins do século XIX e início do século XX. Mesmo não sendo tão pequenas, essas fábricas não eram suficientes para absorver o contingente de mão de obra disponível formado por negros recém-libertos do trabalho escravo, retirantes da região seca de estados nordestinos, sobretudo do Ceará e demais trabalhadores pobres da cidade. Essa mão de obra excedente contribuiu para pressionar os salários para baixo. Em se tratando das mulheres, Correia (1998) aponta que muitas operárias complementavam a renda comercializando entre si flores, calçados, roupas, confeccionadas com retalhos descartados nos dias de limpeza.

Os baixos salários ou a ausência deles, realidade da maioria da população pobre, impossibilitava o atendimento das exigências do serviço sanitário, tanto com relação às adequações exigidas

para os baixos de sobrados quanto para a construção de novas casas no perímetro urbano de São Luís.

O Diretor do Serviço Sanitário do Maranhão, em seu Relatório do ano de 1917, declara a Lei Sanitária de 1916 como sendo “letra morta”, visto que nenhuma de suas exigências foi cumprida. Ressaltava também o descaso, inclusive de capitalistas que poderiam obter vantagens construindo vilas operárias e pequenas habitações para o operariado.

(...) nem os inquilinos dessas habitações insalubres, nem os proprietários delas, nem os capitalistas, cogitaram dos vexames iminentes e das vantagens pecuniárias que adviriam para os últimos, se fizessem construir vilas operárias e pequenas habitações para o operariado que, por lei, terá de ficar, de um dia para o outro, sem abrigo.

O conjunto de moradores dos baixos de sobrados era, muito provavelmente, integrado também por ex-escravos. De acordo com o fragmento do Relatório do Diretor do Serviço Sanitário do Maranhão de 1917, essas pessoas viviam em péssimas condições de higiene nessas habitações, e isso parecia ser um problema perene e de difícil solução para os serviços sanitários do Estado, como mostra o documento:

Todos os profissionais a quem o Governo há entregue, apos a extinção do elemento servil, as funções do Diretor do Serviço Sanitário do Estado, têm clamado contra a habitação, por pessoas da ultima camada social, nos pavimentos térreos de sobrados, em regra, destituídos, não só de simples depósitos para substancias excrementícias, como da luz e do ar necessários á vida de seus infelizes habitantes. (grifo do Relatório)

Os sobrados foram construídos no período áureo da economia maranhense, entre o final do século XVIII e primeira metade do século XIX. Abrigavam as famílias abastadas do Estado, pois, mesmo quem possuía fazendas no interior do Estado mantinha uma casa na capital. Muitas dessas construções abrigavam estabelecimento comercial no andar térreo e moradia da família nos andares superiores. Geralmente, essas construções também dispunham de porões e sótãos usados para armazenar mercadorias e outros materiais. Com a extinção do trabalho escravo cresceu a demanda por habitação, na medida em que, os ex-escravos que antes

viviam com seus senhores agora precisavam de lugar pra morar, e muitos proprietários falidos passaram alugar esses cômodos para habitações coletivas sem qualquer condição adequada de higiene e/ou moradia.

É importante frisar que, sem as condições adequadas de higiene era muito comum a incidência de doenças infectocontagiosas nos ambientes supracitados, que se alastravam muito facilmente, ameaçando também as famílias abastadas que habitavam nos arredores, ou mesmo nos andares superiores. Apesar do desconforto, essa situação era conveniente para os proprietários, os quais se beneficiavam da presença dos pobres nos baixos de seus sobrados porque lhes rendia dividendos com os alugueis que recebiam. E para manter essa situação utilizavam a rede de influência que possuíam nas instâncias de poder para protelarem a permanência dos pobres nessas habitações insalubres, sem a preocupação em melhorar as condições higiênicas das mesmas.

Nesse contexto, leis, relatórios de governos, ou outro documento oficial não apontavam para uma ação governamental que visasse proporcionar melhoria nas condições de vida das pessoas que ocupavam essas habitações, como por exemplo, a oferta de água potável, serviços de coleta de lixo, esgoto sanitário ou outro serviço que pudesse reduzir os problemas com a higiene nesses locais. As medidas, geralmente, eram punitivas, quase sempre sob ameaça de despejo, caso não fossem cumpridas.

Diante desse cenário, frequentemente a imprensa local manifestava-se sobre os problemas presentes na cidade nas várias modalidades em que esses se apresentavam. Sendo assim, a polêmica dos baixos de sobrados não passou incólume à atenção dos jornalistas da época, e vale dizer que tal matéria ocupava as páginas de jornais desde o início do século XX, porém, a abordagem desses problemas seguia a mesma lógica das referências estatais, como mostra o seguinte artigo abaixo:

A imprensa tem-se ocupado por mais d'uma vez do péssimo costume que há, sobretudo da parte dos moradores de baixos de sobrados, que não comunicam com os respectivos quintais, de fazer-se ruas depósito de lixo. Entretanto a condenável pratica continua. Ainda em uma das ultimas tardes, tivemos ocasião de observar que, varrendo-se uma casa baixa d'uma das nossas principais ruas, o lixo era lançado para a rua.

Ora, isso é simplesmente intolerável. Representa em matéria de abuso um dos mais condenáveis, que acaso se possam imaginar. E se em uma das ruas mais publicas da cidade se dá uma cousa d'essas, em plena tarde, o que não passará em outras mais excusas e em horas em que as trevas da noite protegem a prática dos atos reprovados?

Mas não é só lixo que se lança para as ruas. Elas são transformadas em receptáculo de águas servidas, e ate de cousas mais desagradáveis à vista e ao olfato... Os srs. Médicos da inspetoria de higiene, que andam efetuando visitas sanitárias, se ali fossem ter verificariam a exatidão do que deixamos afirmado. Cumpre porem declarar que aludimos àquele lugar unicamente como exemplo e para documentar as nossas afirmações. Outros muitos existem nas mesmas condições, nesta capital, onde os representantes da higiene oficial muito terão que fazer, caso se queiram dar a esse trabalho. (Jornal da Manhã, de 29.08.1900)

Além disso, outro Jornal (O Estado, de 19.10.1916) chama a atenção da Câmara Municipal para não deixar de incluir no orçamento dos anos seguintes (1917 e 1918) recursos a serem aplicados na assistência pública. Dessa forma, o periódico destaca a fragilidade das moradias da classe pobre da população e a pouca higiene, favorecendo o surgimento de doenças. Observa ainda que é necessária a intervenção do poder público em favor desses pobres, que formam o operariado, indispensável para a propulsão do progresso, conforme mostra o texto abaixo:

Agora que a Câmara Municipal vai elaborar o orçamento que tem de vigorar no exercício de 1917 e 1918, é de toda oportunidade chamar a preciosa atenção dos dignos srs. Vereadores para a debatida questão da Assistência publica.

Em todos os países civilizados a questão da vida humana sempre preocupou o espírito dos legisladores, como elemento mais poderoso da riqueza, da prosperidade, da plena expansão dos fins sociais, devendo garantir-se pelos meios convenientes e salutareos o regular desenvolvimento do trabalho numa população sadia e vigorosa.

Mas na classe pobre, onde maiores são as energias despendidas para a aquisição dos elementos necessários á subsistência e menos confortáveis as habitações e menos rigorosas as medidas higiênicas, muitas vezes, pela carência absoluta de recursos, é natural que as moléstias aí assentem de preferencia o seu perigoso arraial, com o infalível cortejo de dores e amarguras.

Daí a necessidade indeclinável do poder público intervir com o remédio pronto e eficaz da assistência, para restabelecer o equilíbrio da desorganização social, não deixando em abandono fatores indispensáveis á propulsão do progresso, pelo seu quinhão de atividade, de esforço físico e quiçá de brilhantes cogitações e admiráveis exteriorizações, como soe acontecer entre os nossos esforçados, inteligentes e ativos operários, que constituem infelizmente grande número de proletariado da capital. (Jornal O Estado, de 19.10.1916)

Pode-se observar que o mesmo artigo fazia referência aos estragos provocados pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial na vida dos maranhenses, principalmente na capital, onde “tinha aumentado progressivamente a [...] população e crescido as dificuldades para os desprotegidos da fortuna”, motivado pelo aumento da carestia e “apertura extrema da crise mundial”, o que tornou ainda mais importante ainda a assistência pública para as camadas mais pobres da população da cidade.

Além dos baixos de sobrados, as camadas pobres de São Luís habitavam em cortiços e palhoças, habitações essas muito visadas pelo serviço de higiene da cidade. O Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão (SSPRM), referente ao ano de 1923, dispensa uma atenção significativa para as habitações do proletariado³⁵ de São Luís, dessa vez para as palhoças³⁶.

Se os baixos de sobrados e cortiços, problemas de cunho nacional, já vinham de longas datas recebendo a atenção das autoridades policiais e sanitárias, as palhoças, embora fossem tão antigas quanto às demais habitações, até então eram deixadas de lado. O Código de Postura do ano de 1892 determinava que

Dentro da cidade é proibida a edificação de casas cobertas de palha ou de qualquer outro material de fácil combustão, e assim também cobrir novamente de palha as que já o tiverem sido, sob pena de 50\$000 de multa, feita a demolição à custa do dono. (Lei Municipal de 07 de julho de 1892)

³⁵ O proletariado nesse caso são os trabalhadores e trabalhadoras pobres da cidade que realizam as mais diversas atividades, não sendo necessariamente, operários de indústrias, até porque essas eram poucas no período.

³⁶ As habitações conhecidas como palhoças no Maranhão são aquelas cobertas de palhas, geralmente, palha de coco babaçu, cujas paredes são de barro. Por vezes essas paredes também são feitas com a palha verde do babaçu.

De acordo com o Relatório do SSPRM essa determinação não passou de “letra morta”, pois em pleno centro da cidade ergueu-se um aglomerado de palhoças formando os bairros operários de São Luís: Baixinha, Codozinho e Camboa.

Segundo esse Relatório, “só no perímetro urbano havia 1.166 dessas rudimentares moradias, nelas se apinhando, da maneira mais anti-higiênica imaginável, 5.162 pessoas”. Esse número poderia ser cinco vezes maior se fossem considerados os casebres existentes nas áreas suburbanas, compreendendo do “Caminho Grande até ao Anil” (RSSPRM, 1923, p. 106).

É importante destacar que o preconceito contra as classes pobres que ainda, é uma prática corriqueira na sociedade brasileira, nos primeiros anos da República quando o Brasil acabara de sair de um regime de escravidão, mais forte ele se apresentava. A forma de vestir, os lugares frequentados, as companhias, as moradias, as diversões, etc., eram itens que classificavam ou desclassificavam um indivíduo. Os hábitos dos pobres, em geral, eram considerados sinais de decadência, de falta de civilização, de atraso social, etc. Por isso mesmo, os casebres, cortiços e os baixos de sobrados, opções de moradia para a grande maioria dessa população, representavam fatores de desclassificação social.

Nesse contexto, o Relatório reforça a relação entre o tipo de moradia e o grau de civilização do indivíduo valendo-se da afirmação extraída da obra de Euclides da Cunha³⁷:

Se “as edificações em suas modalidades evolutivas objetivam a personalidade humana” como diz Euclides da Cunha, estes casebres devem acoutar bem primitivos seres e patentear uma organização social bem remota (...) (RSSPRM, 1923, p. 105)

Portanto, o discurso das autoridades sanitárias sobre as moradias das classes pobres de São Luís não levava em consideração as dificuldades dessas pessoas, pois, essas não tinham opção melhor diante de suas condições financeiras. Outrossim, era mais fácil condenar do que apresentar alternativas, eximindo da responsabilidade o poder público.

³⁷ A obra de Euclides da Cunha, a qual o Relatório do SSPRM faz referência é Os sertões, e sua afirmação diz respeito aos habitantes de Canudos.

O Relatório segue fazendo referências às palhoças no que diz respeito à sua construção, numa linguagem bem pejorativa, conforme pode ser observado nos trechos abaixo reproduzidos:

Na construção, acentuam-se as insensatezes. As paredes são de palha ou feitas a *barro-de-sopapo*. Algumas porém, de ínfima categoria, têm-n'as formadas de bizarros detritos reclamados até ao lixo ... O pé-direito é ridículo. ... Com essa arquitetura original, difícil de se pintar em todo o seu real colorido; sem ar, sem luz, sem asseio; casas de solo lodacento no inverno; de paredes gretadas e anfractuosas onde se esconde a svandija, a vermina e a sujeira; casas que se acaçapam sobre suas vítimas – os operários que as habitam –, está a nossa classe pobre com suas moradias. (RSSPRM, 1923, p. 109) (grifos do Relatório)

Apesar do triste cenário oferecido pelas moradias dos pobres de São Luís, conforme descrito pelo Relatório, as autoridades locais não demonstravam disposição para atenuar esse problema, mesmo que fosse fazendo a sua parte no que diz respeito à oferta de serviços básicos de saneamento.

Os casebres habitados pelos pobres em São Luís eram considerados inferiores às habitações indígenas, pelo menos no que diz respeito ao arejamento, visto que essa última, como informa o Relatório e também pelo que se conhece da forma de construir do silvícola, respeitava uma área para a penetração da iluminação e aragem do local, o que não era possível ao pobre da cidade pela limitação do espaço para construir, assim como as dificuldades na obtenção do material a ser utilizado na construção, mas o fundamental mesmo era a indisponibilidade de espaço.

Assim, as palhoças, bem como os cortiços e os baixos de sobrados, eram sinônimos de degradação, de doença, de vícios, promiscuidade, e com base nesses fatores, o Relatório atribui aos casebres grandes sofrimentos para a classe pobre. Segundo o mesmo, a Comissão de Profilaxia Rural ao chegar à capital maranhense (1919) encontrou um número significativo de pessoas infectadas com lepra, impaludismo, verminose e outras enfermidades. O Relatório cita um artigo publicado pelo Jornal local “A Pacotilha”, o qual chama a atenção “à Repartição de Higiene [que] lançasse suas vistas sobre os míseros pobrezinhos que vagueavam sem assistência pelas ruas (...)” (Jornal “A Pacotilha” In: RSSPRM, 1923, pp. 111/113).

Quando o Serviço de Profilaxia Rural chegou a São Luís em 1919, pouca ou nenhuma assistência pública era prestada pelos governos (estadual, municipal ou federal) às pessoas carentes, assim como, a insalubridade das moradias dos pobres era a causa do significativo número de enfermidades que atingiam essa população, como depreende-se do trecho a seguir:

Tal como são construídas pelos seus moradores, e ainda mais por algumas particularidades tais como o despejo das imundícies excrementícias, fatores de perpetuação das verminoses, feito ao lado das habitações, sobre o solo, pelo fato de serem sempre rodeadas de mato e ao lado de paús favorecendo assim a convivência das anofelinas, vetores do paludismo, e., tornam os seus moradores eternos hospedes do Hospital de Doenças Rurais e assíduos freqüentadores do Posto de Profilaxia da Capital. (RSSPRM, 1923, p. 114)

Não obstante, o que o mesmo Relatório não menciona, pelo menos explicitamente, é que, se o ato de depositar excrementos a céu aberto praticado pelos moradores dos casebres – e também dos cortiços e baixos de sobrados ou porões – podia ser interpretado como uma ação resultante da ignorância ou mesmo falta de princípios de higiene dessas pessoas, decorria, principalmente, da ausência do Estado no que dizia respeito ao oferecimento dos serviços essenciais para a manutenção da higiene, como água, esgoto ou a coleta regular do lixo, serviços esses de inteira responsabilidade estatal.

Outrossim, essa ausência do Estado foi assunto bastante debatido por políticos, médicos e intelectuais a partir da segunda década do século XX, quando as atenções se voltaram para o interior do Brasil, que fora finalmente “descoberto”, colocando a nu uma realidade que as autoridades insistiam em ignorar: um país povoado de doenças, as quais castigavam os habitantes dessas áreas, debilitando-os e impedindo-os contribuir para o crescimento do país através do trabalho, conforme valorizava o discurso da época. Estava o país transformado em um verdadeiro “hospital”.

Dessa forma, essa constatação inflamou ainda mais o debate em torno da questão higienista, suscitando segmentos com alguma representatividade no meio social a se mobilizarem, fazendo certa pressão sobre o governo central para que este assumisse o controle das questões de saúde Brasil a fora, visto que, estava comprovado

que estados e municípios não tinham condições para tal, e por isso a saúde pública nacional caminhava para um colapso total.

Nesse contexto, foi criada a Liga Nacional de Saneamento e o Serviço de Profilaxia Rural, cuja função seria atuar em todos os estados brasileiros com o propósito de sanear o país de norte a sul. Entretanto, em se tratando do Estado do Maranhão, de acordo com o que mostra o Relatório que aborda a atuação desse Serviço no referido Estado no ano de 1923, o Serviço de Profilaxia Rural não alcançou seus propósitos, ao contrário, continuou a saúde pública local mergulhada no mais profundo estado de abandono, sobretudo, na capital, onde a população era maior que a das demais cidades do Estado, e onde ele atuava em maior escala, mesmo estando destinado para o atendimento das comunidades do interior, onde a situação era mais crítica.

Diante da incapacidade de se fazer presente em todas as frentes sociais, sem oferecer os serviços básicos de saneamento para garantir a salubridade, pelo menos, dos habitantes da urbe, as autoridades locais utilizavam-se de justificativas para a sua inoperância, e a maneira mais conveniente e oportuna seria impingir aos segmentos sem representatividade na esfera social a culpa pelos males que atingiam a cidade. Desse modo, admitindo e propagando que as palhoças e as demais habitações dos pobres eram os repositórios das doenças do operariado, o Estado isentava-se da sua responsabilidade em garantir a saúde pública para todos, sobretudo para os menos afortunados, com a implementação de ações necessárias para esse fim.

Portanto, na visão das autoridades sanitárias locais, a resolução dos problemas da higiene na cidade dependia de eleger como prioritária a questão das moradias das classes pobres, no sentido de encontrar uma alternativa que melhor conviesse e, por conseguinte, minimizasse os estragos provocados por essa situação. Partindo desse princípio, a solução seria a eliminação dos casebres, a mesma apontada anteriormente quando o alvo eram os baixos de sobrados e cortiços. Nesse sentido, a Comissão do Serviço de Profilaxia Rural do Estado sugere:

... tratemos de modificar o sistema de habitações das classes desprotegidas da fortuna. Precisamos fazer um saneamento radical e, para tal fim, devemos eliminar as palhoças *elevadas hoje à categoria*

de um princípio, como a solução magna de habitação para os pobres. (RSSPRM, p. 115)

Como se pode ver, as autoridades sanitárias locais sugeriam a eliminação dos casebres e a desocupação dos baixos de sobrados pelos seus habitantes, porém, não apresentavam propostas que pudessem contribuir para a melhoria dessas habitações, nem mesmo uma alternativa de moradia para esses pobres, que ficariam na rua caso a extinção de suas casas fosse de fato efetivada. A sorte estava na inaplicabilidade de tais medidas, uma vez que essas, geralmente, se restringiam ao papel, não passando de “letra morta” como está dito em Relatório do Serviço sanitário de 1917.

Depreende-se, no entanto, que esse pensamento não era novidade no Brasil. Em São Luís, na era republicana, essa ideia fora manifestada em 1890 pelo então Inspetor Sanitário do Estado, o médico Almir Nina, o qual citava como exemplo a ser seguido o de Nápoles, cidade italiana, onde, segundo dados extraídos de seu trabalho intitulado “Programa para o estudo do Saneamento da cidade de São Luís do Maranhão” – mais um dos tantos programas feitos para sanear a cidade, sem contudo concretizar-se – 56 casebres foram eliminados, 257 quarteirões, 17.000 casas e 17 igrejas foram demolidas, deixando ao final de tudo 87.447 pessoas sem ter onde morar.

Diante do exposto, o que se constata nesse quadro é que, um projeto de saneamento que não levava em consideração o desabrigo de milhares de pessoas, servia de inspiração para as autoridades sanitárias do Maranhão. É provável que os casebres eliminados, assim como as casas, igrejas e quarteirões demolidos ficavam na área central da cidade napolitana, pois, assim agiam os reformadores brasileiros, obrigando seus ocupantes a alojarem-se nas áreas periféricas, onde não mais incomodariam às camadas “civilizadas” com os “vícios inerentes à classe”.

Ressalta-se que ações como essa entusiasmavam muito as autoridades brasileiras, sobretudo, por serem oriundas da Europa, fonte de inspiração aos países periféricos, como o Brasil, por exemplo, e que buscavam a todo o custo a modernização.

Observa-se assim que, não foram poucas as pressões sobre as camadas pobres de São Luís para que deixassem suas habitações no centro da cidade – os cortiços e baixos de sobrados – sempre classificadas como insalubres e, conseqüentemente, foco preferencial

de doenças, como mostravam as diversas leis sanitárias, códigos de posturas municipais, a imprensa local, etc.. Essa pressão, conforme sugere o Relatório do SSPRM, provavelmente, os levou a parcela pobre da população a recorrer às palhoças como alternativa de moradia em bairros um pouco mais afastados do perímetro urbano, embora não tanto como convinha às autoridades locais, através dos serviços de higiene como se pode interpretar na colocação que segue: “Temos, mesmo, a impressão, de que, compelidos de há muito tempo, aos poucos, pelo “Serviço de Higiene”, a abandonarem aqueles habitats, foram os operários lançando mão do único recurso que lhes restava, construindo, como podiam, as suas toscas choupanas na periferia da cidade” (RSSPRM, 1923, p. 115). As palhoças eram construídas nas proximidades das fábricas, principais fontes de absorção da mão-de-obra ludovicense, que se localizavam nos bairros da Camboa, Baixinha e Codozinho, periferia da capital.

Desse modo, tolerar que pobres, com sua maneira rude de morar, seus vícios, sua periculosidade nata, ocupassem os mesmos espaços destinados às elites locais, de onde emanavam as decisões políticas do Estado e onde se realizavam as transações comerciais, era considerado um retorno à “barbárie”, quando a ordem vigente era de “progresso” e “civilização”, que contrastava com o “espetáculo” da miséria encenado de forma tão realista e incomodativa pela pobreza, que fazia parte do cotidiano desses segmentos sociais.

Assim, o constrangimento provocado pelas habitações miseráveis dos pobres no perímetro urbano da cidade levou o Serviço de Higiene a entrar em ação para representar o Estado e os demais setores dominantes da capital, com o propósito de atenuar o problema das moradias dos pobres. Dessa forma, o Serviço de Profilaxia Rural do Maranhão, que a essa época era o responsável por todas as questões sanitárias do Estado, apresentara sugestões para transformar o quadro deplorável das habitações dos pobres, diga-se de passagem, sempre em caráter impositivo. Assim, a primeira providência a ser tomada seria a “proibição taxativa de novas construções de *palhoças* [...] e de suas reconstruções dentro da área considerada – perímetro urbano-”, porém, permitia que fosse feita mais uma recoberta de palha daquelas existentes, dando aos proprietários um prazo de um ano para que as palhoças existentes

fossem adequadas ao novo modelo de moradia popular oferecido por esse serviço.

Com o propósito de melhorar as habitações populares, um modelo básico e considerado barato foi apresentado pelo Serviço de Higiene. Ele consistia em uma casa com cobertura em palha e estrutura em madeiras, preparada para receber posteriormente uma cobertura de telhas. O orçamento apresentado para a construção de uma casa nesses moldes, que atendesse a todas as exigências sanitárias, conforme discriminado no referido Relatório custava a “insignificante importância” de 1:955\$200 (um conto, novecentos e cinquenta e cinco mil e duzentos réis). Essa quantia em dinheiro necessária para levantar uma casa nos moldes exigidos pelo serviço de higiene, dificilmente seria acessível para um integrante da classe pobre, na medida em que os salários que percebiam eram tão “insignificantes” que ainda que trabalhassem por muito tempo não teriam condições de acumular tal quantia em dinheiro (RSSPRM, 1923) (grifos meus).

Na terceira sugestão aparece a figura do governo, nela o Estado entraria com o terreno, suficiente para a construção de um bairro operário, provido de rede de esgotos, abastecimento de água e fornecimento de luz. Haveria ainda a necessidade de projetar ruas e praças, orientadas e delineadas de acordo com a precisão técnica necessária, para aí então dividi-lo em lotes e distribuí-los gratuitamente ou com aforamentos simbólicos, somente para as pessoas que se comprometessem a construir as habitações segundo as normas já estabelecidas pelo serviço de higiene, respeitando, inclusive os prazos para efetivarem as respectivas construções. O governo também poderia construí-las ou delegar essa função para a iniciativa privada, sendo que nesse caso, o relatório não menciona de que forma o operário poderia pagar pela referida construção.

As medidas entrariam em vigor imediatamente, e isso provocou reações entre os moradores das palhoças que não tinham condições para promover as adequações exigidas em suas casas. Muitos recorreram à justiça federal solicitando um *habeas-corpus*, pedido esse considerado absurdo pelo Serviço de Higiene local, conforme mostra o trecho abaixo:

O absurdo deste pedido era patente, pois, nele alegavam os requerentes que, como cidadãos brasileiros, lhes fosse facultado

edificar as suas “palhoças” quando e como bem entendessem, pretextando coação por parte do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural. O apoio a este pedido seria, nada mais nada menos, que a anulação de toda interferência da “Repartição de Higiene” no problema da habitação, parte essa capital na higiene das cidades. Desde o início da nossa campanha, obrigamos os interessados a requererem prévia licença a esta “Repartição”, toda a vez que tivessem de proceder a qualquer reforma. (RSSPRM, 1923, p. 118)

Nesse contexto, a atitude dos moradores das palhoças era uma reação ao caráter autoritário com que era tratado o problema das moradias em São Luís. Aqueles que impetraram a ação judicial alegaram estar sendo coagidos pelo Serviço de Higiene para procederem de acordo com as determinações do referido serviço.

Finalmente, levando em consideração as dificuldades enfrentadas pelas camadas pobres da cidade, o uso da violência a fim de forçá-las a atender as exigências sanitárias, no que diz respeito à edificação de suas casas, traria como provável consequência o abandono de suas moradias no perímetro urbano da cidade pela falta de condições para atender as determinações do Serviço de Higiene, que justificava essas medidas como necessárias para “preservar a saúde pública” da população local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde pública no Brasil durante a Primeira República estava entre as prioridades dos governos federal, estadual e municipal, já queurgia a tomada de medidas para controlar as epidemias e endemias que assolavam o país. Esse quadro prejudicava a imagem do país no estrangeiro, onde o mesmo era visto como um país “doente”, influenciando de forma negativa nas relações comerciais com o exterior.

O modo pelo qual as autoridades brasileiras tratavam a questão era muito parecido com outros países, inclusive, os europeus: o foco das ações eram os ambientes da pobreza, especialmente, a moradia dos pobres, tendo em vista as condições precárias de higiene.

Assim como nas demais cidades brasileiras, em São Luís a legislação sanitária visava sanear a cidade a partir dos locais habitados pelos pobres: os porões e sótãos (baixos de sobrados),

e mais tarde as palhoças construídas nos arredores das fábricas. Entretanto, as determinações contidas na legislação eram impraticáveis para os moradores dessas habitações, haja vista o baixíssimo poder aquisitivo dos mesmos.

Por outro lado, os proprietários dos baixos de sobrados que locavam essas moradias aos pobres, recorriam à sua rede de influência para ignorar as determinações da legislação sanitária, que se tornava “letra morta” como foi chamada por vários dirigentes de serviços sanitários na cidade.

Por fim, o que se observa na legislação produzida para disciplinar a higiene na cidade e combater o surgimento e proliferação de doenças nas moradias das camadas pobres da cidade de São Luís é que o poder público não fazia mais que criar a legislação com seus instrumentos de coação (multas, polícia sanitária, etc.) para obrigar os pobres a cumprirem as normas de higiene, mesmo sabendo da impraticabilidade da mesma. Como nas demais cidades brasileiras, se o pobre não tinha condições de adequar sua moradia às normas exigidas pelo serviço de higiene e, principalmente, se essa estava localizada no centro da cidade, ele teria que abandoná-la e procurar os lugares mais afastados para morar. Isso fica muito claro na proibição de reocupação dos baixos de sobrados condenados pelo serviço de higiene e também de construir as palhoças no centro da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias:

Lei Estadual nº 301 de 19 de abril de 1901;

Lei Estadual nº 358 de 09 de junho de 1904;

Lei Estadual nº 736 de 11 de abril de 1916;

Lei Municipal nº 07 de julho de 1892;

Relatório do Diretor do Serviço Sanitário do Maranhão do ano de 1917.

Relatório do Diretor do Serviço Sanitário de Profilaxia Rural do Maranhão referente ao ano de 1923.

Fontes secundárias:

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo; Companhia das Letras, 1996.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. *Nos fios da trama: Quem é essa mulher: cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século*. Dissertação de Mestrado. Niterói; UFF, 1998.

PALHANO, Raimundo. *Coisa Pública: serviços públicos e cidadania*. São Luís; IPES, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho*. Porto Alegre; Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

_____. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Paris, Rio de Janeiro Porto Alegre. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. Trad. Marcos Fernandes da Silva Moreira. São Paulo/Rio de Janeiro; HUCITEC/UNESP/Abrasco, 1994.

STERN, Bernhard J. A saúde das cidades e o primeiro movimento de saúde pública. In. Nunes, Evera Duarte. (org). *Medicina Social: Aspectos históricos e teóricos*. São Paulo; Global Editora, 1983.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão 1896-1934*. São Luís; LITHOGRAF, 1992. vls. 3 e 4.

NAS TRILHAS DOS RIOS: INDÍCIOS DA POBREZA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL (1850-1880)

Josali do Amaral

No norte amazônico, a intensificação do fenômeno da pobreza pode ser lida como resultado das tentativas de modificação das relações de produção que foram conduzidas pelo Império do Brasil, em meados do século XIX. Inserida no modelo colonial por meio do comércio das drogas do sertão, as práticas coletivistas de produção não foram eliminadas e a população se manteve arraigada ao extrativismo, obedecendo à sazonalidade da floresta, conforme a tradição herdada das comunidades nativas. A violência da colonização foi contraposta pela resistência de um modo de vida às tentativas de submeter a população à espoliação produzida pela organização do trabalho controlado, destinado à produção de excedente para acúmulo de capital. Uma segunda investida foi feita pelo Império do Brasil, no curso do Segundo Reinado, quando pôs em marcha ações que visavam a consolidação do território nacional. Foram criados mecanismos de controle e de produção que deveriam alterar a vida dos habitantes da Amazônia.

A pobreza se tornou um fenômeno expressivo no norte amazônico, na segunda metade do século XIX, fato que pode ser percebido quando procedemos à análise dos documentos da Presidência da Província do Amazonas, criada em 1850, na procura dos fatores que estavam relacionados ao empobrecimento da população local.

Ao privilegiarmos esse objeto, a condição de pobreza na Amazônia Ocidental entre os anos de 1850 e 1889, consideramos estar diante de um fenômeno singular, uma vez que o oeste amazônico ficou geográfica e administrativamente subsumido pelas relações de poder que se estabeleceram no litoral brasileiro durante o período colonial. Isso significa dizer que a historiografia brasileira pouco se deteve

sobre as questões que envolvem a região amazônica. Nosso trabalho se alinha com as pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal do Amazonas, onde historiadores têm buscado compreender a região para além dos parâmetros economicistas que a caracterizaram como um tipo de economia periférica e tornaram secundária a sua relevância para a formação social e econômica do país.

Tomando por fundamento de análise a postura materialista dialética, acreditamos que as modificações econômicas provocam a alteração das práticas sociais, resultando num conflito entre os indivíduos que ocupam a posição de classe dominante e aqueles que são subjugados. 1850 foi o marco histórico que elencamos para a nossa abordagem porque foi o momento em que o Império do Brasil deu início à marcha do projeto de “civilização” da Amazônia Ocidental, desencadeando medidas que tinham a intenção de inserir a região no modelo agroexportador, que predominava como forma de manter e ampliar o papel do Brasil nas relações de mercado que se afirmavam como liberais-capitalistas no século XIX. Nesse sentido, a violência e a resistência tornaram-se fenômenos perceptíveis e passíveis de serem abordados por meio de fontes documentais coevas.

Segundo José Roberto do Amaral Lapa (2008, p. 23), “numa formação social capitalista, tornam-se relativamente visíveis e explícitos os mecanismos de pauperização de uma ampla fração de sua sociedade”. Isso significa que as decisões do Império brasileiro interferiram diretamente na organização da sociedade amazonense, relegando uma parcela da população local à condição de pobreza.

O processo de modernização da sociedade amazônica se deu por meio de tentativas de introduzir a agricultura nas terras férteis dos leitos dos rios, com a fundação de colônias agrícolas; estabelecer a circulação das mercadorias por meio da fundação da Companhia de Comércio e Navegação do Amazonas; fundar povoados e vilas capazes de funcionar como unidades de controle e de imposição da lei e da ordem. Em consequência, a interferência direta do Estado ocasionou uma profunda alteração na organização da sociedade amazônica e condenou uma parcela da população à pobreza.

UMA NOVA PROVÍNCIA NO NORTE: PROJETO DE CIVILIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Criada em 5 de setembro de 1850, pela Lei 582, a Província do Amazonas cumpriria a função de marcar a presença do Império no extremo norte do Brasil, como forma de controlar a navegação do grande rio e administrar os problemas de delimitação de fronteiras e navegação fluvial com as nações vizinhas. A capital Manaus sofreria um longo processo urbanístico e a vida, na antiga Vila da Barra foi completamente alterada. As reformas urbanas desalojaram pessoas e modificaram os hábitos de uma população que vivia em casas de taipa, criava seus animais e mantinha pequenas plantações de subsistência nos arredores da moradia. Ao longo dos rios seria iniciado o processo de regularização da terra para fundar colônias agrícolas, unidades de produção fabril para fornecer serviços à nova capital e fazendas de gado *vacum* seriam introduzidas para suprir uma nova demanda alimentar que não pertencia à cultura local.

Mas as populações não se curvaram a esses projetos e deixaram traços de sua resistência na fala dos administradores, os quais se indignavam com a recusa de caboclos e nativos de aderir a nova ordem que se estabelecia. Uma leitura à “contrapelo” dos documentos aponta para os conflitos vivenciados entre os agentes do Estado e as comunidades locais. A resistência, entre os anos de 1854 e 1870 se manifestava pelo sucessivo abandono das terras em torno dos centros administrativos construídos em pontos estratégicos, dos quais famílias inteiras evadiam, acarretando no fracasso das tentativas de fundar colônias agrícolas e vilas, nas fronteiras com as nações hispânicas; escolas não conseguiam manter as crianças afastadas das práticas coletivistas de seus pais – o extrativismo; tribos provocavam “correrias” em lugarejos ocupados pelo Império e trabalhadores abandonavam as obras públicas na capital.

Em 1864, o presidente da Província do Amazonas, Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda deixou transparecer seu descontentamento com o modo de vida amazonense:

O seu viver é a caça e a pesca, a procura da salsa e da castanha, e o fabrico da manteiga – o princípio do *primi capientis* é o que entendem por propriedade: no mais, estimam-na em tão pouco, que do mesmo modo que podem quebrar um pote de manteiga, lançam

fogo a palhoça por qualquer ligeira circunstancia. Que lhes morra uma tartaruga ou que se lhes incendeiem a casa, são cousas que bem pouco os affectam. A canoa, sim, essa é sua verdadeira propriedade: móvel como ella, o índio continua seu viver instável, errante imprevidente, accomoda-se dentro d'ella, com a mulher e filhos, vão as praias, e assim vivem muitos mezes do anno, dando aos filhos a educação que tiveram e não comprehendendo que careçam de mais nada. Dizer a um destes que mande seus filhos à escola, que não os tire d'alli antes de aptos, é ordenar-lhes que mude radicalmente a sua norma de vida. É pois claro que se pretende chegar a um resultado sem remover as causas que actuam em sentido contrário. Percam primeiro estes hábitos de vida errante, comprehendam bem primeiro que mais lhes rende plantar e cultivar gêneros que hoje vão buscar no mato... – então será ocasião de lhes dizer que mandem os filhos a escola [...] (LACERDA, 1864, p. 20).

O presidente da província, num momento de sutileza, percebia claramente a diferença de valores existentes entre os representantes do mundo moderno e do universo amazônico. O trecho destacado revela o conflito entre duas culturas: uma que queria se manter e outra que queria dominar. O uso da expressão latina *Primus Cipientis*, para se referir ao trato dos ribeirinhos com a terra, marcava a oposição ao conceito de propriedade que o Império exigia no Segundo Reinado. O caboclo não concebia a propriedade privada, ou antes, não a valorizava como um bem imóvel, que guarda valor intrínseco, mas como o lugar que ocupava. Sua noção de valor estava assentada naquilo que a floresta lhe proporcionava. A terra era ocupada temporariamente, enquanto lhe oferecia frutos. Uma vez encerrada a estação propícia, seguia adiante, obedecendo aos ciclos fluviais que determinavam a sua morada, ora na margem, ora na terra firme. Não valorizava a marcação limítrofe, pois estava integrado aos ritmos dos rios. Seu bem próprio era a canoa, feita com suas próprias mãos e sem a qual não poderia sobreviver. É o rio o referencial do homem da floresta e não a terra, até porque a terra é encoberta pelo rio periodicamente. Aqui o leitor deve se exigir um exercício antropológico, em que seja capaz de ultrapassar o estranhamento para imergir no universo do homem do rio. Numa leitura às avessas, o caboclo diria ao chegar à cidade: “as estradas são os rios da cidade”; ao contrário do que se ouve dizer normalmente: “os rios são as estradas da floresta”! O deslocamento dos referenciais de valores

é essencial para que compreendamos a dialética entre processo civilizatório e a resistência amazônica.

O segundo ponto diz respeito à concepção de educação, cuja tradição local era baseada na oralidade e no aprendizado das coisas essenciais da vida ribeirinha: a caça, a pesca, os caminhos da terra e do rio, o cultivo da mandioca. Nosso narrador compreendeu que não atingiria seus objetivos, sem que uma decisão radical fosse tomada: extirpar hábitos, um viver classificado como errante. Estas concepções primeiras, mais originárias da condição humana, causavam horror ao pensamento liberal, mesmo este truncado que vimos no Brasil. Estava em jogo o princípio mais caro ao liberalismo: a propriedade privada. Tudo aquilo que ameaçava este princípio, deveria ser convertido em erro, engano, e toda a sorte de malefícios que a humanidade deveria abandonar.

A chegada dos emissários do Império na Província do Amazonas foi marcada pela publicação da Lei de Terras, que determinava que as antigas sesmarias se transformassem em propriedade privada, com valor de compra e venda. As demais terras seriam transformadas em terras devolutas, para uso da administração pública. Lugares estratégicos para o controle da bacia amazônica foram cedidos à Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, sob a administração do então Visconde de Mauá, para a fundação de colônias agrícolas. Essas funcionariam como mecanismo de ocupação brasileira dos leitos dos principais rios da região, o Solimões e o Negro, para fins de consolidar a posse do território. Todas declinaram em fracasso, já que os ribeirinhos abandonavam as plantações para retomar suas atividades costumeiras. Por outro lado, sucessivas tentativas de povoar estas localidades com mão-de-obra estrangeira tornaram as colônias insolventes, uma vez que a baixa produtividade e as dificuldades de adaptação ao clima amazônico impediam a fixação da população imigrante.

Mas, a partir de 1880, a borracha se tornou imprescindível para o alargamento da produção industrial na Europa e nos Estados Unidos e a alta da demanda excedeu a capacidade de produção da região, tornando-a palco de uma severa modificação das relações de produção e consumo, as quais condenaram uma fração de sua população à indigência, nos arredores da capital Manaus.

Quando as tendências liberais de organização da produção passaram a determinar as relações sociais na província do Amazonas,

a pobreza se tornou um fenômeno a ser pensado e sanado. A nova ordem retirava do caboclo sua casa, sua plantação de subsistência e a liberdade de coleta de frutos sazonais. As terras devolutas logo seriam cercadas por seringalistas e registradas em cartórios como propriedades. Nestas, as rotas de coletas eram definidas como estradas, áreas ricas em seringueiras, que os proprietários designavam aos trabalhadores. O caboclo era forçado a se submeter a uma nova forma de administração da produção. A coleta da seringa seria demarcada pela relação entre patrões e clientes, submetida às quantificações que o obrigavam a se embrenhar durante dias nas estradas para defumar a quantidade determinada por seu patrão, ficando condenado a receber em troca os produtos com os quais ele se endividava no barracão. Essencialmente, o seringalista suprimia do trabalhador da seringa o seu tempo, que passava a ser totalmente definido pela necessidade de coletar a maior quantidade de látex possível, ficando assim privado do cultivo para subsistência, condenado à precariedade.

O trabalhador da seringa vivia a ilusão de ser livre. Muitos haviam fugido das áreas escravistas e viam na Amazônia uma rota de liberdade (BARBOZA, 2013), mas o preço que pagavam era o de serem aprisionados na sanha da produção. Como trabalhador livre, o seringueiro colhia a seringa e a vendia para o seringalista no barracão, mas, como dependia das compras na venda para sobreviver, parte de sua produção era empenhada para saldar a dívida. A mecânica da exploração se dava pelo controle dos preços da borracha e dos víveres que eram fornecidos pelo seringalista. A borracha, sempre em alta no mercado externo, era cotada no ato do início da coleta. O preço era mantido para o seringueiro até a entrega das pelas. Mas o seringalista vendia o produto para os grandes centros com a cotação atualizada, o que produzia uma defasagem para o seringueiro. Em contrapartida, os produtos que fornecia aos seringueiros eram cobrados em cotação atualizada. Desse modo, o seringueiro mantinha-se sempre em débito com seu patrão.³⁸

³⁸ O modelo de trabalho nos seringais ficou conhecido pela obra “À margem da história”, de Euclides da Cunha (s/d), no qual descreve o ciclo de endividamento do seringueiro, o qual o impedia de sair da tutela do patrão e se submeter ao processo desumano de exploração.

Ocorria na região amazônica um fenômeno *sui generis*: a apropriação dos ritmos da natureza e das práticas tradicionais pela ordenação da produção capitalista. Embora a atividade se mantivesse extrativista e sazonal, o trabalho seria espoliativo para a produção de um volume de excedente para atender à demanda da produção industrial estrangeira. Esse fenômeno foi possível em virtude da grande extensão da região, que permitia que a coleta se esgueirasse pela floresta e respondesse de modo imediatista à demanda. Em contradição, foi essa mesma facilidade que condenou o sistema a completa derrocada no início do século XX, quando a borracha brasileira foi substituída pelas plantações feitas pelos ingleses na Malásia.

O caboclo, forçado a modificar seu modo de vida, viu-se alijado das novas relações que se estabeleciam na região e transformados em indigentes e desvalidos. Em 1863, quando a extração da seringa começava a atrair grandes levadas de caboclos para os rios Madeira e Purus, Sinval Odorico de Moura, Presidente da Província do Amazonas, em pronunciamento feito na Assembleia Legislativa Provincial, apontou a situação do trabalhador da seringa, a precariedade do trabalho e a indigência futura:

[...] a população emigrou para o Madeira e outros lugares, onde a droga se acha em abundancia, e se n'estes novos postos não se fixar o melhoramento da indústria e o começo da lavoura, tem de abandoná-los também em procura de outros lugares mais centrais, onde os recursos da vida faltam completamente e é difficilimo o transporte, e tanto absorverá a maior parte dos lucros da empresa. A diminuição dos lucros da empresa, pelo aumento dos sacrificios, tras consigo a baixa dos salarios, a ruina da classe que representa o trabalho, da maioria da população, e que só conta com a saúde para ter o pão de cada dia. E depois de ter trabalhado tanto em troca de um pequeno proveito, terá por ventura o trabalhador feito accumulações de reservas? terá alguma cousa, plantações, campos etc. que represente capitales? Infelizmente não tem nada. (MOURA, 1863, p. 43)

A reflexão de Sinval Odorico Moura, apesar de coerente, tinha a finalidade de converter a mão de obra que seguia para os seringais para a agricultura. A coleta da seringa atendia ao mercado estrangeiro, mas se opunha ao projeto do Império. A borracha era um importante insumo para a produção industrial e o Brasil investia na agro exportação, portanto, esse desvio da mão de obra se interpunha

aos interesses do Império e favorecia os empresários que se estabeleciam na praça de Belém. O aumento da produção exigia maior controle e a delimitação das terras. O modo itinerante da coleta foi acusado de estragar os seringais e encarecer o produto³⁹. Espoliado por uma nova forma de trabalho, o caboclo e o nativo foram obrigados a disputar a coleta da seringa com migrantes do norte agrário, em especial do Ceará, mais adequados ao trabalho controlado, que foram atraídos para os confins da Amazônia⁴⁰. Não obstante, muitos migrantes não se adaptavam ao modelo de coleta dos seringais e ao clima da região, passando a integrar a massa de pobres que se aglomeravam em Manaus. É ainda possível admitir que, depois do ano de 1877, quando uma grande seca se alastrou pelos sertões do norte agrário, muitos migrantes já chegavam exauridos pela fome e pela doença, ficando impedidos de seguir para os seringais.

Desde os anos iniciais de organização da Província do Amazonas, havia uma preocupação preventiva do Estado. Modelos educativos de outras regiões foram trazidos para a Amazônia, com a finalidade de preparar os indigentes para o trabalho futuro, de preferência a agricultura, e para a prestação de serviços urbanos. Na mesma esteira de intenções, havia a preocupação com a salubridade do lugar e foram desenvolvidas ações como a vacinação, as visitas médicas, a distribuição de drogas farmacêuticas aos lugares mais distantes e a de internar os doentes graves em enfermarias improvisadas.

Um discurso paralelo, ligado ao estranhamento cultural, associava o suposto estado de pobreza da população à herança indígena. Os sucessivos Presidentes da Província do Amazonas consideravam a preguiça, a indisciplina e a facilidade com que a população, que se instalara ao longo dos rios, tinha de sobreviver

³⁹ O presidente Sival Odorico Moura acusou que a forma de extração da borracha feita pelos nativos e caboclos era responsável pela morte das árvores. Esse método consistia em enlaçar o tronco e fazer um corte profundo para coletar mais rápido o látex. A técnica que ele sugeria como ideal é a coleta por tigelinhas, pela qual são feitos cortes superficiais em diagonal no tronco e uma tígela é posicionada para colher e coagular o látex.

⁴⁰ Veremos no próximo tópico que os migrantes cearenses foram subvencionados para o desenvolvimento da agricultura, mas a demanda dos seringais desviou essa mão de obra para o extrativismo.

apenas dos frutos da floresta, como empecilhos para a realização do projeto civilizatório. As práticas costumeiras foram associadas a vícios e modos desagradáveis, previstas nos códigos de posturas municipais como transgressões e reprimidas pela ação de uma polícia violenta. Em nenhum momento a condição de pobre que se asseverou na Província do Amazonas foi associada à injustiça, à força ou à usurpação. A organização do centro urbano condenava a população a baixos salários ou a ausência destes, à escassez de alimentos e seus altos preços, à falta de moradias e à valorização do perímetro urbano. A urbanística inspirada em ideais sanitaristas, impedia a permanência de casas de taipa e o uso dos igarapés para banhos e atividades diárias. Medidas sanitárias incidiam sobre a distribuição da população no espaço, empurrando os pobres para a periferia do centro urbano e não foram pensadas como causa do empobrecimento das pessoas.

É preciso considerar que o sentido de produzir pode ser relativizado pelos condicionantes *para que* e *para quem*. Se a finalidade da produção está vinculada apenas à necessidade de subsistência ou sobrevivência, as relações entre trabalho e produção *não* estão direcionadas para o excedente de produção, sendo este fator oscilante em conformidade aos recursos e fluxos naturais. Entretanto, se os referenciais de produção são alterados e a sua finalidade passa a ser o acúmulo de riqueza, aquilo que se produzia apenas para a sobrevivência torna-se insuficiente. Na primeira hipótese, em que se produz para a subsistência, a preocupação com o consumo se limita a gêneros básicos e culturais: alimentação, vestimenta, rituais, valores e confecção ou aquisição de meios para continuar a produzir. Mas quando esses resultantes visam aumentar o excedente, o consumo se volta para bens nos quais estão embutidos não só o valor de uso, mas valores de troca determinados pelo mercado. Nesse outro contexto, a quantidade de trabalho que resulta do esforço para atender às necessidades básicas pode ser considerada improdutiva.

Esse parâmetro marcou a compreensão histórica a respeito da região Amazônica. A historiografia⁴¹ tradicionalmente a classifica

⁴¹ Escola sociológica dos anos 60 e 70 que avaliava a situação de subdesenvolvimento da América latina a partir da suposição de que a economia brasileira se formou fortemente dependente das demandas e oscilações do mercado externo. Esse fator seria

de acordo com as resultantes da balança de exportação brasileira, nas quais ela só apresenta expressividade durante o período conhecido como “boom” da borracha. Foi maculada como símbolo de atraso econômico e cultural, cujas explicações estão associadas a fatores climáticos e naturais, bem como permaneceu a interpretação de que a herança indígena determinou a situação que a região ocupa no *ranking* econômico e social do país. Mas a perspectiva que apresentamos aqui difere daquela na medida em que localiza na documentação de época os indícios da execução de um projeto de ocupação e modernização da sociedade amazônica, posto em marcha no Segundo Reinado. Essa tinha por finalidade introduzir os princípios liberais de produção para inserir a região no comércio de exportação numa área que não tinha nem a tradição, nem as técnicas de produção de insumos necessárias para garantir a reprodução da mão de obra. Nesse intercurso, a demanda de látex no mercado Atlântico se interpôs aos planos do Estado Imperial, tornando as relações de produção espoliativas e propícias à maximização da exploração do território e da força de trabalho disponível, exaurindo-as.

A possibilidade de acúmulo rápido de capital privado, dada pela extensão do território e da superexploração da mão de obra cabocla e nativa abriu a possibilidade para que comerciantes estrangeiros passassem a fornecer os insumos necessários à manutenção da produção. Em pouco tempo, os negociantes ingleses viabilizavam empréstimos para a abertura de seringais, controlaram o escoamento da borracha por meio de companhias de navegações e dominaram os setores de serviços das capitais Manaus e Belém. Os dividendos da borracha destinavam-se à amortização de juros e à aquisição de bens de consumo.

A forma como o liberalismo penetrou na Amazônia impediu o desenvolvimento da produção de insumos e de bens de consumo. A região, que antes subsistia de seus próprios recursos – os frutos

a causa fundamental para a compreensão da forma do subdesenvolvimento e das precárias relações de trabalho que se configuraram no século XX. Neste sentido, mesmo em períodos nacionalistas, em que se buscavam formas de fortalecer o papel do Estado na economia, a ausência de um mercado interno de circulação de mercadorias tornou a receita dependente da tributação sobre os produtos de exportação, encerrando a produção num círculo vicioso de super exploração da mão de obra e altas tarifárias, na medida em que a modernização da produção era inviável (MACHADO, 1999).

silvestres, o peixe e a mandioca – tornou-se dependente de mercadorias estranhas aos hábitos locais. A vida pacata nos rios foi invadida por milhares de migrantes que entravam em conflito com as nações indígenas. O caboclo nômade perdia a possibilidade de acompanhar o ritmo das cheias e vazantes porque a terra foi transformada em propriedade privada e cercada para a produção de excedente. Quando o preço do látex despencou no mercado, restou para a região a dívida e a massa de desvalidos da sorte.

Conforme indica José Roberto do Amaral Lapa (op. cit., p. 2):

Não havendo na cidade a possibilidade de retirar da natureza a subsistência [...] que se sujeitar ao mercado do trabalho e à produção artesanal e manufatureira [...] leis que regem esse complexo mercado pelo escravismo relegam o excedente [...] de trabalho ao parasitismo e a dependência ou à indigência, [...]. E aí que a miséria, com seu cortejo [...], roubo delinquência e fome, se mostra também individual ou coletivamente [...] manifestações dos espaços públicos.

Ressaltamos que o que se pretendia era que esta população passasse a produzir para aqueles que tomaram as posições de poder instituídas e queriam usar sua capacidade de subordinar terras e homens para fortalecer o processo de acumulação.⁴²

Ainda conforme José Roberto do Amaral Lapa, a adoção dos princípios capitalistas como forma de reorganizar a produção engendrava a pobreza e criava as condições da miserabilidade. Ele enumerou nove condições que podiam levar um homem a se tornar pobre no período imperial, as quais nortearam nosso trabalho de pensar sobre como estes fatores pesaram sobre o empobrecimento da população amazônica nos anos aqui estudados. Aplicamos essas condições para classificar as formas de pobreza que encontramos na nossa documentação, conforme discriminamos abaixo:

⁴² O ano de criação da Província de Amazonas é também o ano da Publicação da Lei de Terras. Assim que o primeiro presidente de Província assumiu seu posto, iniciou-se o processo de reconhecimento geográfico da região e o esforço pela regularização das terras. A extensão da região amazônica, sua condição geográfica e a falta de engenheiros que conhecessem a região para medir as terras foram um entrave para o sistema de controle do Estado Imperial. Com o início da exploração da borracha, os primeiros migrantes do Pará e do Ceará se apossaram de enormes áreas abundantes em seringueiras, constituindo os seringais, nos quais os caboclos (na maioria índios destribilizados) e migrantes pobres eram empregados na extração da borracha.

1) *Nascem pobres, sem conseguir superar essa condição ao longo da vida*: no caso amazônico, a pobreza por nascimento estava associada ao olhar daqueles que chegaram a Manaus no século XIX e que avaliaram o que viram a partir de modelos já cristalizados pelos valores europeus. Nossa afirmação é consoante à definição da palavra pobre⁴³, a qual implica que pertence a esta condição o homem que não consegue suprir as suas necessidades mais básicas. Até a chegada dos administradores do Império essa não era a condição do caboclo, uma vez que os ciclos da floresta lhe permitiam extrair aquilo de que necessitava para viver.

2) *Tornaram-se pobres por sofrerem um descenso econômico-social, ingressaram na pobreza os que juridicamente deixaram de ser escravos ou empobreceram devido a desajustamentos sociais coletivos ou desequilíbrios naturais, como guerras, revoluções, epidemias etc.*: essas situações se aplicam aos migrantes do norte agrário que achegaram nas capitais Belém e Manaus no período do surto da borracha e que excederam à oferta de trabalho existente. Sem encontrar meios de seguir para os seringais, acabaram por ali permanecer. Seja como for, estas contingências são mazelas do modelo agroexportador, herdado do regime colonial, que produziu as discrepâncias sociais geradas pela relação entre senhores e escravos.

3) *Empobrecem pela ocorrência de limitação física e/ou mental, de sua capacidade de produção; ou empobrecem devido a viuvez, orfandade, sinistros, roubos etc.; são ou ficam pobres os condicionados por uma herança genética limitativa que receberam dos pais*: estas contingências acabam por levar os indivíduos a serem excluídos parcialmente ou definitivamente das relações de trabalho. Os acometidos tenderam a se localizar abaixo da linha da pobreza e eram o alvo preferido da caridade pública. São acontecimentos que podem ocorrer em qualquer sistema político e econômico e que ao longo do tempo foram entendidos e solucionados de diversas maneiras. Os acometidos foram apreendidos como cobaias de experiências educacionais ou medicinais, objeto de ações de recolhimento e clausura, representados por asilos orfanológicos,

⁴³ Palavra originária do latim, *pauper-eris*, que significa “aquele que produz pouco”. Cf. HOUAISS, 2001.

hospitais e hospícios, sobre quem as políticas públicas tentavam decidir entre aqueles que poderiam ser admitidos em algum momento pelo sistema, como os órfãos, ou aqueles deveriam ser confinados indeterminadamente, como os loucos.

4) *São ou ficam pobres porque inadaptados ao sistema de produção, à divisão de trabalho, à ordem social e ao regime político vigente*: aplica-se fatalmente à população nativa, composta de índios destribalizados e caboclos, que mantinham costumes tradicionais ligados às práticas coletivistas e foram obrigados paulatinamente a abandoná-las.

5) *São pobres gerados pela má distribuição de renda e da riqueza, pelo discriminatório funcionamento do sistema político e econômico, que provoca o desemprego generalizado e tensões sociais, inflação e deterioração do poder aquisitivo*: nesta categoria estão os trabalhadores das cidades de Manaus e Belém que tiveram que se sujeitar aos princípios liberais adotados como reguladores das relações de trabalho, que se sobrepuseram aos traços e valores herdados da sociedade colonial, como a reprodução de privilégios. Os projetos governamentais tenderam a se mostrar ineficientes ou secundários em relação aos interesses acumulativos. Os administradores viabilizaram a adoção do modelo de produção de excedentes para o mercado de exportações, criaram mecanismos de controle e de produção que foram ineficientes ou, pelo menos, inadequados, que relegaram milhares de indivíduos à condição de pobreza.

Este quadro complexo de distinção entre pessoas se construiu como um espaço de conflito. Opunha as pessoas no dia a dia da cidade, gerando violência por parte da classe dirigente contra os traços de resistência da cultura local. A moral e a lei, representadas especialmente nos códigos de postura, constituíram-se como modos de negação e subordinação de uma cultura em relação à outra, enquanto que a polícia urbana materializava a violência por meio de prisões e repressão aos modos e comportamentos locais. Embora o governo imperial quisesse passar a ideia de uma nação construída de modo pacífico, a repressão era o instrumento mais usado para conter aqueles que divergissem da ordem pretendida. Nas palavras de June Hahner (1993, p. 49-50):

A cultura política, formulada pelas elites desde os tempos coloniais, enfatizava a conciliação, a harmonia de classe e o respeito pela hierarquia. A violência não deveria ser manifestada na esfera política. A poderosa instituição brasileira de patronato difundia-se na sociedade, se estendendo pela difusa e dividida maioria da população, em vez de ser exercida somente dentro da classe alta. Através do clientelismo, tanto urbano como rural, fortes laços verticais ligando as classes foram estabelecidos, conflitos silenciados e solidariedades horizontais e a formação de organizações autônomas nas classes populares inibidas.

A imagem dos laços verticais e das solidariedades horizontais pode nos ajudar a pensar a forma como a cultura brasileira consolidou as práticas sociais. Patronato e clientelismo apoiados em ideais de proteção, piedade, caridade e débito de favores, garantiram a fidelidade de sentimentos entre a classe dominante e a classe trabalhadora, estendendo-se, ainda, àquelas excluídas das relações de trabalho, o que fortalecia o poder estabelecido. O apadrinhamento era uma ação aceita e desejada no modelo cultural brasileiro. Patrões e sociedades beneméritas promoviam ações de caridade e proteção que garantiam a fidelidade dos menos favorecidos, reafirmando a submissão. As solidariedades horizontais, caracterizadas pela associação de indivíduos pertencentes a mesma classe, materializaram-se na forma de sociedades de imigrantes, de colonos e de trabalhadores. Por meio dessas associações, pessoas pobres buscavam recursos para diminuir a penúria dos acometidos pelos infortúnios. Essas associações concorreram para dar a aparência de paz almejada no Império e se estenderam pelos anos iniciais da república. O Estado reproduzia a conduta do patronato criando as casas de abrigo, que forneciam comida, vestuário, dormida e educação para aqueles que necessitavam, fazendo ecoar em discursos a gratidão que o povo lhe devia por tamanho ato de caridade cristã. Os trabalhadores foram responsabilizados pelos seus próprios males e o Estado se entendia como o agente piedoso.

O MALOGRO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS

Estudar a forma como os projetos de Estado se abateram sobre uma região que estava à margem do sistema escravista, constitui-se numa oportunidade para observar como o Império

agia em prol da construção do Estado. Como afirmou Demétrio Magnoli (2003, 285-296), a unidade nacional foi construída no pós-independência como um projeto, o qual demandou ações de ocupação do território e de controle, bem como a submissão de populações nativas e dissidentes do regime. Segundo Sandra J. Pesavento (2001, p. 7), o mundo dos excluídos se forma a partir daqueles que partilham da inclusão, os quais legitimam sua conduta e criminalizam a daqueles que não se adequam à norma por eles estabelecida.

Os nativos foram sempre a primeira opção do Estado para desenvolver a agricultura na Amazônia, mas a ideia de atrair migrantes estrangeiros, ao modelo da Província de São Paulo, foi insistente nas discussões da Assembleia Provincial e ganhou força no decorrer dos anos. Havia a pretensão de pôr *ordem ao caos*, introduzindo pessoas de cultura dita civilizada para instruir e coordenar os trabalhos dos nativos e caboclos. O relatório de Angelo Thomaz do Amaral, Presidente da Província em 1857, revelou-nos o cálculo que cercou a realização deste empreendimento: “O que me parece indispensável, é que as derribadas sejam feitas a princípio pelos índios, e só mais tarde pelos colonos aclimatados; expor os recém-chegados a esse árduo trabalho é expor-os a grandes fadigas, ao desanimo e talvez a morte” (AMARAL, 1857, p. 44).

A proposta do presidente da província não era um mero palpite, mas uma convicção advinda da análise dos primeiros fracassos ocorridos nos anos iniciais da ocupação. A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, subvencionada pelo Império, criou duas colônias de estrangeiros: Mauá, fundada em 1854 e extinta em 1856; e Itacoatiara, próximo a localidade de Serpa, onde, embora se alegasse que o clima e facilidade de acesso permitissem uma maior adaptação, foi arrendada a um particular por volta de 1859, depois de ter resultado em diversos prejuízos. Na análise do Presidente Dias Vieira, presidente em 1857, foi que a “falta de preparo prévio das terras” levou à dissolução das colônias.

Até 1870 não houve registro de qualquer progresso no intuito de estabelecer colônias estrangeiras. Wilkens de Matos, Presidente no ano de referência, registrou a presença de uma colônia de cearenses e maranhenses, bem como uma de ingleses na região do rio Purus. À contragosto dos administradores da Província, a migração

voluntária, atraída pela alta do preço da borracha, penetrava pelos leitos mais distantes dos rios amazônicos e impunha outro destino à ocupação de fronteira que era pretendida. Pouco a pouco, a migração nacional, que incorporava o extrativismo na exploração do território, dominava as localidades consideradas estratégicas para o desenvolvimento da agricultura.

Em 1877, foi aberto o crédito para a construção de uma estrada e de casas que pudessem abrigar migrantes interessados em desenvolver a agricultura na região. Embora a intenção fosse a de atrair estrangeiros, foi com algum pesar que o Presidente da Província relatou que as habitações acabaram sendo ocupadas por nacionais, com a intenção de desenvolver o cultivo do café e de hortaliças. Entretanto, ressaltava a necessidade de incentivar esta iniciativa, diante do mazelo da escassez de habitantes na Província. A população nativa e cabocla não preenchia os critérios de contagem⁴⁴ da população do Império, o que nos levou a refletir que essa ideia de um lugar desabitado era falsa. Nações nativas e habitações caboclas se espalhavam por toda a extensão dos leitos dos rios, cuja forma de vida foi negligenciada e aviltada pelo Estado.

A seca que assolou o Ceará em 1877 viabilizou que o projeto de colonização começasse a se estabelecer. Foram fundadas colônias e criadas as condições de fixação do homem à terra. Foi nomeada uma comissão responsável pelo assentamento dos retirantes e uma verba destinada a colaborar com a instalação das famílias até que fosse possível produzir seu auto sustento. Surgiram a Colônia de Santa Isabel e logo em seguida a de Maracaju, ambas nos arredores da capital, que usufruíram da verba disponibilizada pelo Ministério Imperial para Socorros Públicos⁴⁵. Uma teia de preocupações

⁴⁴ Os mapas estatísticos do Primeiro Reinado eram feitos a partir da contagem de “fogos”, caracterizados por serem unidades familiares com residência fixa.

⁴⁵ A Constituição de 1824, no artigo 179, ao se referir aos direitos civis, estabelecia a obrigação do Império para com o Socorro Público. Este dispositivo foi amplamente empregado para minimizar as mazelas da seca no Ceará. Não está bem claro como ocorriam os socorros públicos, mas a princípio, a ajuda era providenciada a partir de repasse de erário à Província que responsabilizava a Intendência por viabilizar os recursos para os flagelados. Alguns juristas consideram que este dispositivo constitucional é a gênese da Previdência Social, que tem suas raízes no Império. Para nós, apenas confirma a ideia de que a elite brasileira entendia a miséria como uma espécie de acaso e a ação do Ministério Público assimilava-se às práticas de caridade cristã.

e medidas preventivas se desencadearia a partir de então. A primeira das aflições foi a de criar mecanismos para que esta população flagelada não se acomodasse na capital e para que tivesse recursos de se manter na região.

O relatório consultado contabilizava um total de 169 famílias de cearenses instaladas nas duas colônias – cerca de 878 indivíduos. Assim, tanto houve empenho em lhes custear a ida para os confins da Amazônia, quanto para criar escolas e casebres, fornecer auxílio médico e acionar o departamento de obras públicas para empregar esta mão-de-obra. No ano seguinte, o Barão de Maracaju acusava a chegada de mais 870 cearenses. Ele estimava que em toda a Província já haviam chegado cerca de 6.000 migrantes, assentados na região de Teffé, Coary, Silves e ao longo do Rio Negro.

A partir de 1879, a migração de cearenses aumentou significativamente em função das obras da estrada de ferro Madeira-Marmoré. A expectativa de que o incentivo à migração pudesse trazer o desenvolvimento da agricultura esvaiu-se com os poucos resultados que se sucederam às investidas. Clima, solo e hostilidade do ecossistema amazônico impediram sua implantação. As famílias do norte agrário viam seu trabalho esvair-se em pragas de lagartas e fungos, chuvas e estiagens, fenômenos com os quais não sabiam lidar. Muitos acabaram por embrenhar-se na mata, engrossando as fileiras de extração da seringa, ou tentando se incorporar à construção da Madeira-Mamoré. Outra possibilidade era a de se empregarem junto às companhias de navegação à vapor⁴⁶, cortando lenha para o funcionamento dos motores ou, ainda, solicitar ao governo a passagem de volta para sua terra. Uma parcela significativa, porém, entregava-se a mendicância e a indigência, esgueirando-se pelas ruelas da capital. Com a proximidade dos anos 80, o incremento da exploração da borracha acabou atraindo os colonos remanescentes, que abandonaram as plantações e se entregaram ao trabalho nos seringais.

Aqui temos uma amostra da distância entre os ideais e projetos civilizatórios e as dificuldades de sua realização. Concebidos

⁴⁶ A abertura à navegação do rio Amazonas, concedida em 1866, permitiu a inserção de algumas companhias de navegação a vapor particulares, o que intensificou o escoamento da borracha para o porto de Belém e criou postos de trabalho. Cf. MEDEIROS, 1938; GREGÓRIO, 2008.

de modo idealista, apoiados na crença de que poderiam ordenar a sociedade e controlar a história, eram na verdade impotentes diante dos desafios e resistências dos grupos sociais e do próprio meio. Por um lado, os migrantes estrangeiros preferiam seguir em direção ao centro sul, onde havia melhores condições de adaptação e de similaridade cultural e, por outro, a dispersão dos flagelados que não se acomodavam nas colônias agrícolas contrapôs-se à idealização de melhoria dos recursos econômicos. Os migrantes carregavam seus próprios sonhos de uma vida melhor do que aquela que tinham deixado para trás e, ao se verem atraídos por novas perspectivas, não se deixaram levar pelos instrumentos retóricos de convencimento.

Já nos primeiros fluxos migratórios, a aglomeração de flagelados foi acometida de doenças. Primeiro a varíola que se espalhou pela Colônia de Santa Isabel e, em seguida, a malária (febre maligna) tomou conta dos empregados da ferrovia. Tal fenômeno exigiu medidas emergenciais e uma enfermaria teve que ser improvisada para receber de uma só vez 122 doentes. Tal fato demandou a criação do Hospital de Caridade, que visava atender os acometidos pelos males da floresta que retornavam a capital em desespero. Em pouco tempo, a migração tão esperada como solução para as questões econômicas da região metamorfoseou-se num problema social. Os documentos de 1879 revelam um crescimento desordenado e problemático que, para uma província sem recursos, transformou-se num transtorno. A multidão de “desvalidos” provinda do Ceará estava prestes a se tornar uma massa de indigentes que se espalharia pela capital. Em sua “Falla à Assembléia Legislativa”, o Barão de Maracaju foi taxativo em lembrar que a finalidade da migração era o desenvolvimento do cultivo em terras amazônicas e revelava a sua indignação para com aqueles que, acostumando-se com a verba pública, esquivavam-se do trabalho. Contra isto, incitou a Assembleia Legislativa provincial a cortar os recursos para os migrantes que não se empenhavam em empregar-se. Diante do fracasso e do imprevisto, o poder estabelecido se enfurecia e recorria a meios coercitivos para tentar retomar o controle da situação. O discurso transformava o desvalido em “vagabundo” e a piedade pela condição da pobreza transfigurava-se em vontade aniquiladora. Em 1880, o Ministério Imperial ordenou o corte das despesas com os Socorros Públicos na Província do Amazonas, o inviabilizou o assentamento agrícola.

A década de oitenta daquele século foi generosa com as finanças do Amazonas, em função da exportação da goma. Em 1883, Jose Lustoza da Cunha Paranaguá alertava para o fato de que todo o empenho destinado por anos a fio ao desenvolvimento da agricultura era desviado para o extrativismo da borracha. Segundo seu relatório, a colônia de Santa Isabel e a de Maracaju foram abandonadas e os colonos seguiam a rota da frenética abertura de seringais.

Em 1884, Theodoretto Souto estabeleceu as garantias para a entrada de estrangeiros na Província, por meio da Lei Provincial nº 642 de 30 de maio do mesmo ano, tais como indenização de passagens, transporte e hospedagem gratuitos, a possibilidade de compra de terras demarcadas e ainda, contrato com particulares que estivessem dispostos a empreender a colonização, para os quais os mesmos termos se aplicariam. O presidente tentava trazer para o Amazonas as bases dos contratos realizados pelos governos do centro sul, que conseguiam atrair os italianos para São Paulo. Mas as medidas não surtiram o efeito esperado. O agricultor estrangeiro seguia para as províncias do Sul, cujo clima era mais favorável. Além do mais, países como os Estados Unidos e a Argentina competiam com o Brasil na tentativa de atrair estrangeiros e a Amazônia não estava entre os lugares pretendidos por migrantes.

A partir da análise da questão migratória, inferimos que a exclusão social se agravou no Amazonas e, em especial, na cidade de Manaus, como um resultado do modelo agroexportador brasileiro, conforme atestam os principais teóricos que tratam do desenvolvimento econômico do Brasil. Porém, a miséria e a indigência estão apenas indiretamente relacionadas à escravidão, diferentemente do que aconteceu nas regiões que herdaram, do período colonial, as relações entre senhores e escravos⁴⁷. A Amazônia absorveu uma massa de indivíduos já marginalizados

⁴⁷ Incluímos neste rol as regiões litorâneas do Pará, do Maranhão e do Vale Amazônico, onde houveram tentativas de introduzir o trabalho escravo em lavouras de cana, café, algodão, arroz e cacau. Para Luiz Felipe Alencastro essas ações procuravam interligar a região amazônica ao comércio triangular. Patrícia Melo Sampaio que as lavouras do Vale Amazônico permitiram a acumulação mercantil em meados do século XVIII, o que garantiu aos proprietários a possibilidade de adquirir escravos, os quais tinham valor não só como mão de obra, mas como bens de *status*. Cf. ALENCASTRO 2000 e SAMPAIO, 1997.

do norte agrário, que se assomou ao contingente nativo e caboclo que vinha sendo explorado como mão-de-obra para as reformas modernistas iniciadas pelo Império.

No período áureo da borracha, a capital do Amazonas mergulhava num turbilhão de manifestações de descontentamento para com as condições de trabalho e alguns jornais afinados com segmentos de migrantes cearenses⁴⁸ e trabalhadores do comércio local⁴⁹ começaram a denunciar os abusos: péssima remuneração salarial, a exploração e as precárias condições de trabalho. Manaus passara a pertencer à modernidade, mas aquela que também clamava por justiça para os trabalhadores.

UM POUCO MAIS SOBRE A QUESTÃO DAS TERRAS

Admitindo-se que a constituição da pobreza e da riqueza está diretamente associada à forma como os resultados adquiridos pelo processo produtivo são distribuídos; e que as resultantes do trabalho social estão demarcadas pelo modo como a propriedade dos meios de produção é incorporada por uma parcela da população; e que a exclusão social se dá a partir do momento em que esta mesma parcela passa a subordinar aqueles que não são proprietários, a questão das terras públicas no Amazonas tornou-se num fenômeno de significativa importância para o argumento que desenvolvemos neste trabalho.

A vastidão e a riqueza das terras do Amazonas foram pensadas pelos administradores do Império sob a perspectiva das dificuldades do controle do território, assomada à ideia de escassez da população, sem a qual, as terras permaneciam abandonadas à própria natureza.

⁴⁸ O Jornal A Pátria, fundado como órgão da colônia de cearenses do estado, foi publicado entre 1º de outubro de 1898 a 12 de março de 1899. No primeiro momento manteve um discurso moderado sob a direção de Antonio Bezerra de Menezes, (cf. NUNES, 2010). Mas no segundo período, sob a direção de Antonio Varonil, acentuou o tom crítico, o que ocasionou a invasão da redação e a fuga de seus redatores para o estado do Pará. (Cf. RAMALHO JUNIOR, 1900, pp. 216-219).

⁴⁹ Referimo-nos especificamente ao jornal “Quo Vadis?”, de tendência monarquista, que dedicava suas páginas a atacar os representantes republicanos e defendia a o modelo inglês de governo. Circulou no ano de 1902 e noticiava as ações de caridade da sociedade amazonense, bem como denunciava a malversação das contas públicas e a exploração da classe operária.

Para explorar o território era preciso aliar diversas ações que ao mesmo tempo permitissem o controle e a produtividade da região.

No artigo 179 da Constituição de 1824, a propriedade foi definida como um direito civil inviolável, a ser defendido pelo Estado. Entretanto, esse dispositivo demandava que o Estado procedesse ao registro da propriedade e regularizasse o pagamento de taxas e impostos. A discussão sobre a melhor forma de proceder durou quase trinta anos, até a publicação da Lei de Terras em 1850 e desencadeou uma série de litígios entre aqueles que ocupavam terras produtivas desde o período colonial e aqueles que se apossavam de terras ociosas. O Império teria que se defrontar com os problemas engendrados no período colonial, quando as terras eram cedidas a homens de confiança da Coroa portuguesa e não havia o conceito de terras públicas ou devolutas, pertencentes ao Estado. A questão foi abordada por Emília Viotti da Costa (op. cit., p. 172) e Nelson Nozoe (2006, p. 587-605), que pontuaram a diferença entre as sesmarias e as ocupações. Para efeito de distinção jurídica, posse e ocupação são coisas diferentes, ou seja, a posse era o reconhecimento da concessão por mérito ou requerida por direito, mediante comprovação de cultivo, o que originava a sesmaria. Já as ocupações eram feitas sem controle e só quando interessava ao indivíduo, a sesmaria era requerida ao Governo Geral.

Estas duas condições geraram como consequência uma distribuição desigual da população no território brasileiro, segundo sua condição na colônia; ou seja, aos que atendiam o primeiro critério foram reconhecidas terras férteis no entorno dos centros administrativos coloniais, constituindo-se como extensas propriedades. Já aqueles que se alocaram na colônia, sem os méritos – mestiços, migrantes artífices, dentre outros⁵⁰ –, dirigiam-se para além das fronteiras daquelas. De certa maneira, as regiões que seriam chamadas de periféricas ao eixo agroexportador eram compostas de ocupações⁵¹. Embora várias decisões da Coroa tenham tentado

⁵⁰ Estes indivíduos seriam portadores dos “defeitos mecânicos”, pessoas que ganhavam a vida por meio do trabalho e que não descendiam de linhagens tradicionais Ibéricas. Cf. SCHWARTZ, 1988, p. 24-35 e 261-279; EISENBERG, 1977, p. 201-213.

⁵¹ Para maior esclarecimento da questão é necessário recorrer a diversas obras jurídicas e sociológicas que procuraram compreender o problema legal da aquisição de terras no Brasil, da origem dos cartórios de registro e hipotecas e da história

organizar o controle e o registro de posses, a questão permaneceu em aberto, principalmente porque a lacuna que o conceito de concessão abria para a interpretação do que era posse, gerou um sistema de clientelismo e privilégios orquestrado pelos Governadores e funcionários dos Cartórios de Registros.

Considerando que o Brasil enveredou por uma diretriz econômica agropecuária, a terra constituiu-se como o mais significativo meio de produção e, por conseguinte, fator de acúmulo de riqueza. A herança colonial dividia liberais e conservadores quanto ao problema das terras. A valorização da terra prevista na Lei ia de encontro ao modelo inglês, em cuja territorialidade, a diminuta existência de terras demandava um alto preço, sendo aquela disputada entre os setores agrários e industriais, os quais pretendiam expandir o desenvolvimento da indústria têxtil. Conservadores, por mais contraditório que isto pareça, eram os defensores desta ideia. Porém, a imensidão de terras desocupadas no Brasil foi apontada por liberais como um empecilho para este projeto. Supomos que os liberais tinham noção de que as sesmarias concedidas na época colonial já dispunham de imensas extensões, parcialmente cultivadas e arrendadas a colonos e meeiros, o que os levou a concluir que aqueles que já tinham a posse da terra dificilmente se interessariam em adquirir terras a alto preço. Por outro lado, era dentro das próprias fazendas que o beneficiamento da cana e depois do café vinha sendo feito, permitindo que o latifundiário iniciasse o acúmulo de bens em máquinas e controlasse todo o processo produtivo. As terras devolutas, desocupadas ou oriundas de ocupações irregulares seriam oferecidas a homens livres que não dispunham de recursos para adquirir o título da terra. À parte das discussões parlamentares, a consequência dessas contradições levou à flexibilização do registro de terras por parte dos administradores locais, que autorizavam o registro de grandes quantidades de terra sem realizar a medição com precisão.

Na transição para o liberalismo econômico que se esgueirou pelas entranhas do regime monárquico brasileiro, o processo

da propriedade privada da terra. Aqui, procuramos resumir as ideias centrais de Nelson Nozoe (2006, p. 587-605). Para confirmar e confrontar os dados, recorremos aos autores que trataram da formação social e econômica do Brasil, como Caio Prado Junior e Celso Furtado além dos estudos de Jacob Gorender que fundamentam a tese do Escravismo Colonial, conforme indicado nas referências ao fim do texto.

de transformação de renda em capital se deu de modo truncado, permitindo que membros das oligarquias pudessem se tornar proprietários, sem atender aos critérios de registro de compra e venda exigidos na lei, o que dificultou a formação de uma classe distinta, a burguesia. O proprietário de terras passou a ser também o capitalista e aqueles que já estavam excluídos no sistema agroexportador, permaneceram tal e qual.

Emília Viotti da Costa coloca a questão da Lei de Terras como um artifício empregado pelos grandes proprietários para solucionar o problema de mão-de-obra das províncias agroexportadoras, especialmente São Paulo. O erário adquirido com a venda de terras públicas e tributações comporia recursos para subsidiar a imigração para a substituição da escravaria. A reforma desencadeou uma crise do sistema burocrático, já que era muito difícil fazer o controle de registro, em meio à falta de agrimensores e de relações clientelistas entre representantes públicos locais e requerentes.

Ora, a Província em questão nasceu exatamente no ano em que o problema das terras públicas ganhou um encaminhamento significativo. Tomando como premissa a tese de Emília Viotti da Costa e Nelson Nozoe, podemos inferir que a posição geográfica do Amazonas em relação ao eixo agro produtor fazia com que a maior parte das terras utilizadas pela população resultassem de ocupações, sem que tenha havido grande interesse pelo registro de posses. Mesmo o homem letrado que chegasse à Amazônia Ocidental dificilmente requeria a posse, uma vez que a terra era “improdutiva” para os padrões agrícolas. Diferentemente dos litorais do Pará, do Maranhão e do Vale Amazônico, onde houve investimentos para a organização de lavouras no período colonial, a Amazônia Ocidental foi ocupada arbitrariamente por mercadores das drogas do sertão. Não constituíam sesmarias, definidas pelo uso e cultivo e, portanto, não poderiam ser convertidas em títulos de propriedade. As terras amazônicas, para além das áreas de cultivo remanescentes do período colonial, seriam entendidas como terras públicas. Essas deveriam ser medidas, registradas e utilizadas para a fundação das colônias e para a venda, com a finalidade de arrecadar taxas e impostos.

As terras públicas constaram como uma das preocupações⁵² recorrentes nos relatórios provinciais que, não só mostravam a admiração quanto a vastidão do território, mas também a dificuldade de controlar o fluxo de homens e terras conforme as determinações do Império. Desde 1855 que esta situação aparecia de modo reticente entre os problemas enfrentados na administração da Província. Na exposição do ano em questão, seu presidente, Conselheiro Herculano Ferreira Penna, justificava-se ao seu sucessor, o Vice-Presidente Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, quanto aos motivos que lhe impediram de pôr em prática os avisos dados pelo Ministério Imperial para que se iniciasse o mais breve possível o processo de mensuração e registro de terras na região. Tudo o que lemos indica que os Presidentes de Província se sentiam pressionados a esclarecer a situação das terras e a providenciar meios de regularizar os títulos de propriedade. Em 1854, foram tomados os procedimentos para reconhecer a situação da propriedade no território, expedindo-se ordens às vilas e lugares para tomar-se ciência da situação da Província.

Quasi todas já comprirão este dever, e das suas respostas collige-se que as posses das terras n'esta Província têm sido originariamente adquiridas por simples occupação ou por Concessões das Câmaras Municipaes, não constando que haja título algum passado pelo Governo Geral ou pela Província. (FERREIRA PENNA, 1855, p. 14)

Embora o Presidente tivesse criado uma série de cargos públicos, assalariados, para cumprir a tarefa de regularizar as terras, relatava a dificuldade de realizar as nomeações, por não se encontrar na Província pessoas com a formação adequada para cumprir tal tarefa. A dificuldade também se abatia sobre a capital, onde não se tinha controle do loteamento urbano. Neste último caso, o Império chegou a proibir, em 1854, qualquer ocupação no entorno das capitais, sob pena de demolição e multa para qualquer um que se apossasse de terras públicas, sem que, entretanto, conseguisse frear a prática de desmatamento e ocupação desordenada. Era preciso preservar os centros administrativos das invasões e garantir

⁵² As preocupações que se interligam à implantação do aparelho burocrático do Império passavam ainda pela insuficiência de abastecimento de víveres, tratados como Alimentação Pública, Registro e Tributação de Serviços e Profissões, subsídio à Navegação, Segurança Pública e aplicação da Justiça.

a propriedade nos termos da Constituição e, como não havia aparato burocrático para dar conta de tal tarefa, principalmente em Províncias afastadas da Corte, a emissão de novos títulos de propriedade foi suspensa. Disto também se pode deduzir que somente aqueles que podiam pagar, poderiam ter acesso à propriedade, salvaguarda por uma ação benemérita do Estado, que concedia a ocupação para o cultivo, o que aconteceu com os retirantes da seca do Ceará na década de 1880. Era o modelo liberal estabelecendo, na sua base, a distinção social.

A princípio, as terras do Amazonas foram ocupadas pelos primeiros colonos, os quais extraíam dela os meios necessários para a sua sobrevivência e quiçá, enriquecimento. Mas a partir do momento em que o Império decretou as terras pertencentes ao país como devolutas, ou terras públicas, e exigiu a demarcação da propriedade privada, formalizada em títulos que representariam impostos e renda pública, somente aqueles a quem essa fosse reconhecida como propriedade e tivesse condições de mantê-la, poderiam subsistir e enriquecer. Caso diferente não aconteceria nas colônias de migrantes: embora o Estado concedesse as terras a uma parcela da população que estava excluída das relações de trabalho, boa parte deste contingente não conseguiria alçar a produção e a riqueza, uma vez que não tinham condições de manter a terra produtiva. Este fator pode ter contribuído para o abandono da terra, registrado na questão das colônias de migrantes já tratados no tópico anterior. O fato de o Estado favorecer aqueles que já estavam inseridos nas relações de acumulação não significa que a população se manteve passiva, aguardando os resultados. O abandono das terras em favor do extrativismo pode ter sido uma resposta à conjuntura excludente que se formava, o que punha por terra todos os projetos dos governantes.

A obrigatoriedade do registro de propriedade se constituiu num problema para além da própria burocracia reclamada. Sendo o território ocupado, as famílias instaladas nas vilas utilizavam a terra conforme os ritmos da região, no que tange apontarmos para a produção familiar com base nas trocas comerciais, com baixa ou nenhuma circulação monetária. Logo, não havia como impor o registro de propriedade. As moradias eram abandonadas por longos períodos e as relações de troca mantinham a circulação de produtos

conforme os hábitos regionais, por meio do comércio de regatão, que impedia o controle do governo sobre os habitantes dos interiores.

Não tardou para que o designativo pobre e pobreza passasse a ser empregado para nominar essa população. Tomados como referenciais os conceitos de propriedade, consumo e moeda para os dirigentes, o modo de vida ribeirinho era entendido como miserável. A questão das terras transformou o caboclo em pobre e a sua regularização era o pilar do projeto modernista.

Em 1859, Francisco Jose Furtado reclamava da dificuldade de cumprir a determinação de cadastro e taxação das terras dos arredores devido à impossibilidade dos ocupantes pagarem multas ou desocupar as áreas em função de sua condição de “pobreza”:

[...] onde a terra não tem quasi valor, e cujos possuidores de grado as darião pelas multas e pelas despesas da medição. Nem é possível em tão escasso e despovoado território defender sem extraordinárias despezas as terras públicas das invasões dos particulares, que de resto as occupam transitoriamente. Assim que alguns registros, e a imposição de algumas multas, em sua maioria incobráveis pela pobreza dos multados, ou cuja cobrança acarretará a miséria dos possuidores; eis o resultado dos trabalhos neste ramo de serviço. (FURTADO, 1859, p. 10)

Note-se aqui, que aquilo que Francisco Jose Furtado chama de pobreza é o fato do caboclo não utilizar a moeda como forma de pagar as multas e encargos para a regularização da terra. Sua relação com o espaço da produção não tinha incorporado a ideia de propriedade privada e ocupava ou cedia a terra conforme a possibilidade de permanecer ou não nela. Sob a reflexão econômica deve ser justaposta uma avaliação das práticas culturais amazônicas, as quais incidiram diretamente no fracasso dos projetos de Estado e, depois, na falência do comércio da goma. As explicações calcadas nas análises de mercado de exportação indicam motivações exteriores para o fracasso da economia da borracha, como uma imposição do mercado internacional. Porém uma análise mais aproximada aponta para o caminho contrário: a insuportável alta de preços no mercado externo resultou da resistência de nativos e caboclos em corresponder a um modelo de produção que era aviltante em relação ao seu modo de vida.

Tratar o caboclo ou o nativo como pobre e signo do atraso foi uma estratégia para controlar uma população resistente às imposições do Estado. A instituição da propriedade privada alterou o discurso inicial que tendia para a cooptação do nativo e do caboclo para a agricultura. As populações amazônicas tornaram-se hordas de miseráveis aos olhos do governo instalado, não porque o fossem de fato, mas porque não se adequavam aos padrões de produção e consumo impostos. As comunidades junto às povoações indígenas e os próprios “índios”, preferiam as trocas com os regatões (alojados em canoas) do que ir aos centros administrativos e comerciais dos lugares e vilas, pois tinham adquirido ojeriza às autoridades, famosas pelo uso da violência.

A propriedade privada limitaria o trânsito e obrigaria ao sedentarismo, inibiria as trocas feitas em pequenas embarcações e tornaria os indivíduos totalmente dependentes do Estado.

Desde 1857 o problema da migração foi associado ao de demarcação de terras já que a administração passou a empregar os dispositivos da lei 514 de 18 de outubro de 1848 que determinava que cada Província do Império deveria reservar seis léguas de terras devolutas para a colonização, pois era uma preocupação iminente a extensão de terras desocupadas no país. Colonizar e ocupar consistia numa das políticas do Estado para garantir o controle do território. Porém a Província do Amazonas encontrava-se impossibilitada de cumprir tais determinações por falta de recursos financeiros e humanos. Consequentemente, isto causava um problema para criar medidas de incentivo a imigração.

Para dar solução ao problema de demarcação das terras, Wilkens de Matos presidente da Província em 1870, flexibilizou os critérios de registro nos cartórios. A facilidade criada pelo administrador decorreu em litígios entre pessoas que reivindicavam as mesmas áreas de terras, já que a legislação ainda não tinha solucionado o problema das terras devolutas e as posses não tinham sido efetivadas pelo registro de compra e venda. A ocupação continuou a ser critério privilegiado em relação à comprovação de origem da terra, o que significava que o demandante não era instado a relatar os meios que utilizou para estabelecer moradia e cultivo. No caso da Amazônia, o cultivo era praticamente inexistente, e, portanto, o que era reivindicado era o direito de cercar terras para a coleta de produtos naturais.

Os jornais de época registraram os conflitos ocasionados, reproduzindo os casos que chegavam à chefatura de polícia, como a que foi publicada no Jornal Amazonas em 1 de janeiro de 1870:

3.^a Secção – chefe de Polícia. – Manoel da Gama Francisco, a quem em data de 30 de novembro próximo passado concedi uma sorte de terras, que já ocupava, queixa-se de que Pedro Picanço e outro indivíduo de nome Antonio, seus visinhos, por ocasião de lhes mostrar o título das mesmas terras, o tomaram-na a força; e importando este facto uma perturbação do direito do referido Gama e da paz de sua família, parece-me conveniente que v. s. Se sirva de providenciar para que não só lhe seja restituído o título extorquido, como que não seja o queixoso inquietado. (Jornal Amazonas, 1870, p. 1)

A “concessão” de títulos engendrou uma disputa pela propriedade, sendo a força um dos recursos utilizados como forma de intimidar e coagir pessoas a renunciar ao seu direito, dado por reconhecimento da ocupação e posse. Na citação, dois vizinhos se unem, alegando-se proprietários da terra do requerente e utilizaram-se de força para constrangê-lo. Por todo o país, a concessão de títulos de propriedade era feita na forma de clientelismo entre funcionários públicos e homens relacionados com o poder, que atendia a diversos interesses do Estado.

A criação da Província do Amazonas trouxe consigo a herança de uma população mitigada pelas condições arbitrárias da ocupação. Em nosso entender, o que foi tratado por autores renomados da historiografia brasileira como economia periférica, constituiu-se como um modo de vida alternativo, adaptado pelas condições criadas por um sistema agroexportador excludente. A sociedade amazônica era composta por indivíduos que não tinham espaço no universo agro-exportador-escravista e mantiveram relações de produção que atendiam às suas próprias necessidades e não a dos grandes proprietários e traficantes de escravos do centro sul. O projeto de civilização da Amazônia e o advento da borracha transferiram para a região as disputas pelo controle da terra e, por conseguinte, da produção.

Edificada num período em que as determinações das relações de produção foram ditadas pelo conjunto de nações atlânticas

que consolidaram as formas liberais de produção, o “*modus vivendis*” local tornou-se um problema quando o Império decidiu afirmar sua posição de controle da região. As decisões administrativas não visavam criar condições de bem-estar ou melhoria da condição de vida das populações, como alegavam presidentes de Província, mas transformar a forma de viver local para adaptá-las e fazê-las corresponder às novas exigências do mercado Atlântico.

Como um subsistema do modelo precursor, as relações de produção na Amazônia reproduziram os esquemas de acumulação de riqueza, por meio da exploração e da segregação. A consolidação da propriedade privada se efetivou por um modelo de concessões e privilégios que remontavam o período da colônia e se prolongaram durante o Império, com a formação da Guarda Nacional e com a regulamentação das ocupações. O título de propriedade ficou condicionado à produtividade e ao clientelismo, portanto, somente aqueles que, num momento embrionário da formação social, ocuparam o espaço natural e se apossaram dos meios de transformá-lo em riqueza, é que tiveram condições de acumular, primariamente, as rendas fundiárias que foram a matriz das condições necessárias para o desenvolvimento da riqueza.

Aos migrantes sem posses, à população mestiça, aos nativos destribalizados, restou alocar-se como mão-de-obra. Como sabemos, pelos pressupostos teóricos do materialismo dialético, para o funcionamento do sistema é preciso um exército de reserva que garanta a transformação do meio natural em acúmulo de capital, a baixo custo. Se as tentativas dos administradores pareciam frustradas, na verdade elas eram em certa medida recusadas de maneiras reticentes, sem discurso, na forma de evasão das áreas destinadas a agricultura, no desvio para o extrativismo, na permanência na cidade de migrantes do norte agrário e estrangeiros pobres que se recusaram a ir para as colônias agrícolas. As formas de controle, portanto, tornaram-se cruéis a fim de impedir o impossível, pois a Razão Ordenadora não consegue suplantar a vontade de todos homens.

FONTES

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*, Carta de Lei de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm

_____. *Lei Nº 601* de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as Terras do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em 04 de agosto de 2017.

Relatórios da Presidência da Província do Amazonas – 1853-1889. In: ANDREW MELLON FOUNDATION. *Brazilian Government Documents*. The Latin American Materials Project (LAMP). Center of Research Libraries (CRL). Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles?f%5B0%5D=collection%3ABrazilian%20Government%20Documents>. Acesso em 27 de out. 2018.

RODRIGUES, José Honório, *Atas do Conselho de Estado Pleno: Terceiro Conselho de Estado, 1850-1857*, v. 4, (Obra comemorativa do sesquicentenário da instituição parlamentar), 13 v. Brasília: Senado Federal, 1973-1978.

Jornal Amazonas, anno IV, nº 207, 1 de Janeiro de 1870. Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

Jornal Amazonas, anno IV, nº 208 de 9 de janeiro de 1870. Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII). São Paulo, Cia das Letras, 2000.

AMARAL, Josali. *Ritmos e dissonâncias: controle e disciplinarização dos indigentes e desvalidos nas Políticas Públicas do Amazonas (1852-1915)*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Amazonas, 2011. Disponível em: <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3720>. Acesso em: 16 de outubro de 2017.

BARBOZA, Edson Holanda. *A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do norte (1877-1884)*. Tese. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2013.

CHALLOUB, S. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte Imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. S.P. Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus, 1890/1915*. Dissertação. Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

CUNHA, Euclides. *À Margem da História*. Ministério da Cultura/Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro. s/d. Disponível em: http://www.euclidesdacunha.org.br/abl_minisites/media/AMARGEMDAHISTORIA.pdf. Acesso em 25 de outubro de 2017.

- DIAS, Edinéia Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus – 1890-1920*. Manaus: Ed. Valer, 1999.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- EL-KAREH, Almir Chaiban. A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas e a defesa da Amazônia brasileira: “o imaginado grande banquete comercial” in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 418, ano 164, p. 101-118, jan./mar. 2003. Disponível em: <https://ihgb.org.br/images/acervo/rihgb/indices/indice-geral/rihgb2011numero0450.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2017.
- EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*, São Paulo: UNICAMP, 1977.
- FURTADO, Celso. *A Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editorial Nacional, 1998.
- GORENDER, J. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1992.
- GREGORIO, Vitor Marcos. *Dividindo as províncias do império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. 2012. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-12062013-102746. Acesso em: 04 de agosto de 2017.
- _____, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: doi: 10.11606/D.8.2008.tde-02102008-145934. Acesso em: 08 de agosto de 2017.
- HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1993, pp. 49-50
- HOUAISS, Antonio & VILAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: ed. Objetiva, 2001.
- LAPA, J. R. do Amaral. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008.
- MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. *Estud. av.*, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 199-215, Abril/1999. Acesso em: 25 de outubro de 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141999000100018>.
- MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca de seu território. In: JANCSÓ, Stvan (org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo; Hucitec, Unijuí, Fapesp, 2003.

MEDEIROS, Fernando Sabóia. *A liberdade de navegação do Amazonas* (relações entre o Império e os Estados Unidos da América). SP: Companhia Editora Nacional, 1938.

NOZOE, Nelson. *Sesmarias e Apossamento das Terras no Brasil Colônia*, publicado na Revista Economia, Brasília(DF), vol 7, nº 3, set-dez de 2006, p. 587-605

NUNES, Erivonaldo. *Imigração nordestina na imprensa manauara (1877-1917)*. Dissertação de mestrado, Manaus: UFAM, 2010

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra Cidade: O Mundo dos excluídos no Final do Século XIX*. S.P.: Companhia Editora Nacional, 2001.

PINHEIRO M^a Luiza Ugarte. *Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1989-1925)*. Manaus: EDUA, 1999.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 26^a ed., 1997.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais*. Manaus, 1840-1880. Manaus: EDUA, 1997.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

A “CAPITAL DE UM PAVOROSO REINO”: FORTALEZA E A SECA DE 1877

Frederico de Castro Neves

Os caminhos que levavam à Fortaleza, em 1877, não escondiam dramas e tragédias incríveis. Em meio às terras ressequidas e na companhia de morcegos e urubus, os agricultores arruinados procuravam encontrar na capital a última fronteira de esperança e de vida, ou o último suspiro de um suplício. Eram quilômetros, percorridos à pé, de sofrimento e combate contra a morte, em que cada momento transformava-se em uma vitória contra os elementos. Cenas impressionantes marcavam esta viagem. Casos de generalização da miséria, cujo impacto e gravidade jamais tinham sido vistos.

Na estrada de Assaré, por exemplo, “uma infeliz de 14 anos, parda, chamada Maria”, perdeu-se de sua família, destrojada pela fome e pela insegurança da viagem à pé por veredas em brasa. Perdida, faminta, “em um d’esses momentos de luta entre a vida e a morte”, decerto procurava uma saída entre as poucas alternativas à sua disposição. Na tarde do dia 12 de fevereiro, todavia, decidiu-se pela vida e “matou a duas irmãs menores”, cujas chances de sobrevivência eram ainda piores que as suas. Já sem se dar conta de seus escrúpulos, “alimentava-se a desgraçada fraticida com a carne dos cadáveres, quando foi surpreendida pela justiça”. Em Quixadá, um pai, que “trazia aos ombros um filhinho de dous annos de idade”, depois de ser tomado por alucinações, “desvairado, atira ao chão a inocente creança, precipita-se sobre ella, suffoca-a entre as mãos, estrangula-a e leva-a ao fogo” (THEOPHILO, 1922, p. 171).

Cenas como estas, descritas – ou imaginadas – por um ilustrado observador, expressavam uma situação incomum, mas que haveria de se tornar frequente. A crise do paternalismo tradicional, que “resolvia” seus conflitos e suas pendências no interior das fazendas ao bater das botas do “coronel” no chão de madeira de seu alpendre, jogava

nos braços do despreparado Estado imperial uma massa de agricultores deslocados de suas terras e incapacitados para qualquer outro trabalho produtivo, pela fome e pela destruição de suas formas tradicionais de relações sociais e econômicas.

O objetivo deste capítulo é percorrer este caminho doloroso, recuperando pela análise histórica um pouco do drama dos retirantes que “ocuparam” Fortaleza entre os anos de 1877 e 1880, refugiados da seca. A tentativa de seguir um cronista de época, Rodolpho Theophilo, e de confrontá-lo com outras fontes à disposição da pesquisa, possibilitou traçar um amplo cenário dos conflitos e das experiências limites que tanto os agricultores pobres sem terras quanto os habitantes da cidade vivenciaram intensamente. Experiências novas e novas formas de relacionamento, procurando dar conta de uma convivência forçada pelas circunstâncias.

A NOVIDADE

No Ceará, a “grande seca” de 1877 – ou a “seca-tipo”, como preferia Rodolpho Theophilo, seu grande cronista – marca uma inflexão nas relações entre, de um lado, uma cultura urbana que começava a tomar um significativo impulso e, de outro lado, uma estrutura agrária de tipo tradicional que permanecia articulando as principais atividades econômicas do estado.⁵³

Pela primeira vez, a seca trouxe para dentro de Fortaleza a presença impactante de multidões de retirantes esfaimados e andrajosos a implorar por ajuda e “contaminar” a cidade com sua miséria explícita, suas doenças, seus “vícios”, sua fome, seus crimes e sua ofensiva ameaça à civilização. A vida urbana passa a ser o cenário privilegiado do drama da seca.

⁵³ Entendo que a estrutura agrária de tipo tradicional se caracteriza por uma unidade familiar que é limitada à reprodução “simples ou simplificada do processo de produção”, e que se reduz a uma precária administração de condições mínimas de sobrevivência, ficando, assim, sempre sujeita a entrar em colapso com a chegada de qualquer alteração nos fatores de produção. A “lógica” desta estrutura implica na permanente procura de uma “segurança alimentar”, uma garantia mínima de subsistência que pressupõe a constituição de uma ética “tradicional” que seleciona as opções técnicas disponíveis a partir do critério maior da segurança e da estabilidade. Ver Alf Schwarz, “Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa”, *Tempo Social*, vol. 2, nº 1, São Paulo, 1990, pp. 75-114. Ver também James C. Scott, *The Moral Economy of the Peasant*, London, Yale University Press, 1976, pp. 5-15.

Ao mesmo tempo, também pela primeira vez, a seca investiu diretamente contra o mundo do poder instituído, avançou sobre o centro imaginário da sociabilidade moderna e atingiu o núcleo da aventura civilizatória que a elite fortalezense imaginava experimentar neste momento. Assim, é quando “chega ao mundo dos proprietários” que a seca ganha visibilidade e “é transformada no *cavalo de batalha* de uma elite necessitada de argumentos fortes para continuar exigindo seu quinhão na partilha dos benefícios econômicos e dos postos políticos em âmbito nacional” (ALBUQUERQUE JR, 1995, p. 120).

O “mundo dos proprietários”, contudo, vivia momentos de euforia. A partir de 1870, a preocupação estética com o “aformoseamento” da Fortaleza traduzia uma sintonia das elites locais com as novas concepções sobre o espaço urbano como um espaço público a ser por elas usufruído – estruturado conforme a ótica burguesa de simetria, ordem e sofisticação. A necessidade de uma organização e uma disciplinarização deste espaço implicava na imposição de novas estratégias de ordenamento social e político. Assim, a remodelação da cidade não se constituía apenas numa técnica de planejamento urbano, mas numa mecânica de controle das atividades desenvolvidas pelos diversos grupos sociais, na qual não havia lugar para miseráveis em busca de uma mutualidade perdida.

Os planos de expansão projetavam Fortaleza em direção à civilização de modelo europeu, traçando geometricamente as ruas, praças e *boulevards*, pretendendo dar-lhe um ar de metrópole. A criação de asilos, hospitais, teatros e outras instituições que constituem o palco da vida urbana moderna foi pensada e planejada a partir destes anos. A contratação do arquiteto-engenheiro Adolfo Herbster pela Câmara Municipal tinha o claro objetivo de organizar o espaço urbano com vistas à sua adaptação aos novos tempos e estava em completa sintonia com os ideais de modernidade que percorria os principais setores intelectuais da cidade. Os lucros do algodão ainda ressoavam nas empresas de comércio de importação e exportação, como a *Boris et Frères*, apesar do reinício da desfavorável concorrência com o sul dos EUA, cujas plantações foram reorganizadas depois da Guerra Civil.⁵⁴

⁵⁴ Além do sul dos EUA, outras áreas algodoeiras que faziam concorrência ao Ceará seriam o Egito e a Índia. Coincidentemente, eram territórios de tradicional presença

Assim, “o anno de 1877 veio encontrar a população do Ceará fruindo as venturas de um bem estar de trinta e dois annos”.

Longe iam na memória de todos as scenas horríveis de 1845. Não se pensava que cedo ou tarde egual calamidade havia de voltar, que a secca, maldito legado do povo cearense, viria de novo cobril-o de lucto (THEOPHILO, 1922, p. 71)⁵⁵.

O longo período de regularidade climática – o que significava pensar em abundância e, principalmente, estabilidade social – faziam pensar que “o que se passou no anno de 1845 era um quadro lugubre apagado pelo attrito de seis lustros” (CEARÁ, 1877, p. 36). Neste momento, no entanto, a cidade ainda não havia se constituído no principal centro de atração dos retirantes que perdiam suas colheitas de subsistência devido à irregularidade de chuvas. Algumas poucas famílias, mesmo assim, que já se “arranchavam nos matos”, foram alojadas em “grandes palhoças” construídas no “Campo d’Amélia”, onde receberam um punhado de farinha para tentar sobreviver. De resto, “fizeram-se preces, o governo remetteu esmolos, e ficou n’isso” (THEOPHILO, 1922, p. 71-72).

Assim, a chegada dos retirantes à Fortaleza em 1877 – após um cortejo de misérias em que não faltam cenas de desespero, mortes,

inglesa, cujas fábricas eram os principais consumidores deste algodão. Ver Gizafran N. M. Jucá, “À Guiza de Introdução – O Espaço Nordestino. O Papel da Pecuária e do Algodão”, In: Simone de Souza (Coord.), *História do Ceará*, 2 ed, Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1994, p. 20.

⁵⁵ Sobre a cidade naquele momento, este farmacêutico ilustrado acrescenta uma apologia de sua organização e simetria: “com suas 45 ruas, largas, espaçosas, cortando-se em ângulos rectos, com suas 16 praças todas ornadas de frondosas árvores, com seus elegantes e numerosos edifícios públicos, illuminada a gaz, abastecida d’agua, veio a ser uma das mais lindas cidades do Império.” (THEOPHILO, 1922, 72) Sobre a remodelação urbana de Fortaleza nos anos de 1870 a 1930, ver Sebastião R. Ponte, *Fortaleza Belle Époque*, Fortaleza, Multigraf, 1993; e José L. de Castro, *Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza*, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1977. Sobre a importância das casas comerciais, ver Denise M. Takeya, *Europa, França e Ceará*. São Paulo, Hucitec, 1995, pp. 116-159. Sobre a presença de Herbster em Fortaleza, ver Berenice Abreu de C. Neves, *O Engenheiro e a Província: Adolfo Herbster e o Ceará na segunda metade do século XIX*, Fortaleza, Biblioteca Carlos Studart do Museu do Ceará, 1993; e José L. de Castro, “Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza”, *Revista do Instituto do Ceará*, nº 108 (Separata), Fortaleza, 1994.

suicídios, antropofagia, etc – provoca na população urbana e em suas autoridades uma reação dupla. De um lado, o pavor ante uma multidão que, aos poucos, vai tomando de assalto o espaço urbano tão cuidadosamente constituído. À “angustiosa expectativa” em que “viviam todos”, seguiu-se o pânico que “apoderou-se de todos os espíritos”. Segundo o censo de 1872, Fortaleza possuía uma população de 21.000 habitantes, que o historiador Raimundo Girão acredita ter acrescido em mais 4.000 até 1877; ele avalia, com base nos cálculos de Rodolpho Theophilo, que em setembro de 1878 haviam 114.000 retirantes, que transformavam Fortaleza “na metrópole da fome, capital dum pavoroso reino” (GIRÃO, 9185, p. 201)⁵⁶. Outros centros enfrentavam o mesmo problema, como Aracati, cidade de 5.000 habitantes, que “estava comportando mais de 60.000”; Mossoró, no Rio Grande do Norte, com apenas 4.000 habitantes, atendeu a mais de 32.000 retirantes (GUERRA, 1981, 231).

De outro lado, a sensação de que aquela multidão de miseráveis agride a sensibilidade de uma elite urbana civilizada. Os pobres pedem esmolas, perambulam pelas ruas sem ocupação, utilizam as áreas públicas da cidade, como praças e ruas, e trapaceiam para obter maiores ganhos da caridade. Os jornais denunciam “esse espetáculo” da mendicância por ser “deponente contra os nossos costumes, além de ser, a maior parte das vezes, imoral e repugnante”. Theophilo, mais uma vez, horroriza-se com o aumento da criminalidade e da prostituição, bradando contra os “sedutores que infestavam a deshoras os abarracamentos prostituindo até creanças de dez anos” e contra os “audazes rapineiros” que “penetravam às vezes no mais recondito aposento para furtar”: “a cidade testemunhava cenas de anarquia”!

⁵⁶ Alguns autores estimam que a população de Fortaleza no ano de 1878 fosse de 180.000 pessoas. Ver, por exemplo, Francisco J. Pinheiro, “Ceará: seca e migração”, In: Severino V. da Silva, *A Igreja e a Questão Agrária no Nordeste*, São Paulo, Paulinas, 1986, p. 34. O Presidente da Província, por seu turno, calculava em 220.000 os atendidos pelos socorros em 1878 nas cidades de Fortaleza, Maranguape, Acaraú, Baturité, Pacatuba e Aracati. Ver Ceará, *Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª Sessão da 24ª Legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1º de Novembro de 1878*. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1879, p. 42. Ressalte-se que nem todos os retirantes chegados a estas cidades eram incorporados aos serviços de socorros.

Entre esta onda maltrapilha vomitada pela miséria, se encontrava em muito pequena escala a pureza de costumes, a honestidade e a gratidão. O vício parecia ter contaminado todos os famintos. Viam-se em todas as idades criaturas pervertidas (*Cearense*, 29 de abril de 1877).⁵⁷

Assim, por tudo isso, a seca de 1877 assumia “não apenas o aspecto de flagelo público, mas também de estranha e dolorosa novidade”, pois, “para a geração que tinha, então, o comando da vida pública nacional, na administração, no Parlamento, no comércio, na indústria, no ensino, a sêca, tal como se apresentava, era um fato nôvo”. Poucos anos depois, em 1889, já se percebia que “até então [1877] não se sabia o que era uma sêcca!” (CÂMARA, 1970, p. 110-111).

OS CAMINHOS

A marcha dos retirantes em direção às cidades do litoral era marcada pelos mais impressionantes obstáculos. O abandono de suas casas e plantações só acontecia quando as últimas esperanças de chuvas já se haviam desvanecido e os últimos grãos, que ficariam para as sementes, sido consumidos. Isso significa que, logo no início da jornada, já era precário o estado de saúde e de nutrição destas famílias: já saíam famintos de suas terras!

Chegando à capital, todavia, as esperanças de terminarem com seu sofrimento eram imediatamente frustradas, já que os serviços organizados para absorver esta mão-de-obra não obedeciam as regras habituais das relações de trabalho; eram formas de ocupar estes retirantes que ocupam a cidade e, portanto, não precisavam obedecer aos mecanismos costumeiros das relações paternalistas que regiam e pretendiam neutralizar os conflitos entre a plebe rural e os proprietários de terras.

Os commissarios, distribuidores de socorros, tinham ordem de dar ração ao retirante unicamente no dia de chegada. No dia seguinte, se queria ter direito a socorro, devia de ir á pedreira do Mocuripe, uma legua distante da capital, carregar pedras! Uma viagem de duas leguas, com o peso de 15 kilogrammas, pouco mais ou menos,

⁵⁷ Este tema foi abordado por Rodolpho Theophilo em diversas passagens da obra *História da Secca do Ceará* (THEOPHILO, 1922, p. 80, 124-125, 353-354 e 365).

aos ombros, seria nada para um organismo são e vigoroso, mas para um enfermo, que tinha os membros tolhidos do cansaço de tantos dias de jornada, era bastante para acabar de extenuá-lo, roubando-lhe depois a vida (THEOPHILO, 1922, p. 132).

Enfim, “o retirante, se queria comer, trabalhava, como também a mulher, a filha e o filho menor”.

Não tinham dó do sexo fraco. Todos os dias pela manhã seguiam aquelas pobres mulheres para a pedreira do Mucuripe, e de lá voltavam, alto dia, trazendo uma pedra para os calçamentos que se estavam fazendo. Aquelas infelizes, escavadeiras, trambecando de inanição, faziam esta viagem de duas léguas, quer estivessem grávidas ou assistidas (THEOPHILO, 1980, p. 65).

A ajuda oficial, assim, ao contrário da “caridade pública”, estava condicionada, pelo menos em parte, ao trabalho, e, “fosse como medida de mero combate à seca, como necessidade de disciplina social, ou como ideal de progresso material para a província, pode-se dizer que a política assistencialista do Estado imperial, que assegurava a todo brasileiro o direito de receber socorro em caso de calamidade pública, foi rapidamente transformada pelas elites locais num instrumento de coerção ao trabalho” (1995, p. 91). Se a caridade nada pede em troca, os socorros oficiais jamais poderiam ser oferecidos sem que se transformassem em um investimento para o futuro, já que “ninguém quererá contestar as vantagens resultantes de tais trabalhos e com eles, em vez de mendigos, teremos trabalhadores”, “evitando-se assim a ociosidade, que nestas, assim como em todas as circunstâncias, torna-se a nascente de todos os vícios” (*Cearense*, 18 de abril de 1877 e 26 de julho de 1877). Ao mesmo tempo, “não pode ser função publica a alimentação do ocio e da preguiça, nem a fomentação da inercia, da imprevidencia e da mendicancia pela charidade official não temperada pela organização do trabalho.” (CEARÁ, 1878, p. 44).

Por outro lado, uma excessiva preocupação com a estabilidade social fazia com que o trabalho fosse pensado “como elemento vital na ordem e na consecução da tranqüilidade pública”, objetivando combater “o ócio gerador de perturbações internas”. Mesmo assim, os serviços serviriam a estes propósitos especialmente por não

demandar do governo o dispêndio com salários, já que “exigem apenas as despesas de alimento e vestuário”. (ARAGÃO E FROTA, 1982, p. 156) Uma tensão entre uma urgente necessidade de ocupar essa massa de retirantes famintos e uma racionalidade econômica e administrativa, baseada num cálculo das possibilidades técnicas disponíveis, já se esboçava neste momento inicial.

Assim, tanto o calçamento das ruas centrais de Fortaleza – onde habitava sua elite orgulhosa da beleza, organização e simetria de sua cidade, o que pode ser apreciado nas fotos e postais de início do século XX – quanto os trilhos da extensão da estrada de ferro de Baturité – que iria minorar as penúrias dos retirantes das secas seguintes, além de possibilitar o transporte do algodão a partir da década de 1910 – seriam obras implantadas nestas condições de trabalho, resultados do esforço sobre-humano de retirantes fracos, andrajosos e indigentes. A beleza da cidade foi construída pelas “múmias famintas” e cada pedra do calçamento pode guardar um sofrimento inenarrável. São produtos do trabalho dos retirantes de 1877, apresentados, nos relatórios, como simples “melhoramentos publicos, resultantes da sêcca” (CEARÁ, 1877, p. 22.).

Na capital, assim como em Aracati, o governo procurou organizar os acampamentos de refugiados – os “abarracamentos”, ajuntamentos de retirantes que procuravam se arranjar sob as árvores ou construindo precárias barracas de palha⁵⁸ – através de comissões de socorros formadas por pessoas pertencentes às classes mais abastadas da cidade. Os abarracamentos foram divididos em distritos, que à princípio eram nove, mas que chegaram a onze ao final de 1878, e os retirantes divididos em turmas. Foram criados cargos remunerados para a direção destes distritos – comissários, administradores, encarregados de escrituração, etc – enquanto que os chefes de turma eram escolhidos entre os próprios retirantes, “voluntariamente”. Várias instruções baixadas pelos Presidentes da Província no ano de 1878 demonstram a dificuldade de administrar esta população faminta. As obras públicas e as esmolos, assim como a alimentação, eram objeto de inúmeros tipos de irregularidades. Aproveitadores procuravam meios de enriquecer às custas dos recursos destinados

⁵⁸ Ver a descrição detalhada de SMITH, Herbert. *Brazil: the Amazon and the Coast*. New York: Scribner's Sons, 1879, p. 419.

aos socorros, utilizando-se da singeleza e fragilidade dos métodos de controle e fiscalização.⁵⁹

A necessidade de controlar os abusos, por outro lado, assim como definir rigorosamente os critérios para a distribuição dos benefícios, levou ao estabelecimento de uma regulamentação dos socorros e dos beneficiários, dividindo os retirantes em categorias, conforme, principalmente, sua situação de saúde.

Os socorros autorizados foram os seguintes: esmolas para os inválidos e famílias que não pudessem subsistir com o seu trabalho; salário para os válidos que fossem empregados em serviços públicos; alojamento e roupa indispensável; rações para os recém-chegados e emigrantes; medicamentos e dietas para os enfermos; transporte para os emigrantes (CEARÁ, 1878, p. 48).

Ao mesmo tempo, uma tentativa de disciplinar a própria instalação e organização dos abarracamentos já se insinuava, buscando controlar os movimentos dos retirantes no interior da cidade, o que, mais tarde, em 1915, iria se transformar em Campo de Concentração (NEVES, 1995). Estabelecendo uma divisão entre os sertanejos em turmas lideradas por um dentre eles, uma hierarquia na supervisão oficial e, especialmente, determinando que a distribuição dos socorros seja feita no interior dos abarracamentos, o poder público poderia restringir a circulação dos indigentes indesejados. Tentando limitar os contatos da população local com os mendigos, o Presidente da Província ordena que “o socorro às famílias abarracadas será publicamente prestado nos próprios abarracamentos, em dias marcados para cada um deles” (THEOPHILO, 1922, p. 186).

Os pobres da capital, “uma classe que soffria atrozmente em consequencia da seca”, classificada como “pobreza envergonhada”, também mereceria as atenções dos dirigentes do governo. Uma “comissão domiciliaria”, composta por “membros distintos da sociedade cearense”, tratou de esquadrinhar as famílias pobres residentes em Fortaleza com o objetivo de estabelecer quais, “por seu estado de pobreza, não podiam subsistir sem auxilio do Estado”.

⁵⁹ Ver as instruções baixadas pelo Conselheiro Aguiar, Presidente da Província entre novembro de 1877 e fevereiro de 1878. Citado por Rodolpho Theophilo, *História da Secca do Ceará (1877-1880)*, op. cit., pp. 160-162.

A emigração para a Amazônia era outra forma de evitar o contato, além de ser, igualmente, um outro recurso para fugir dos efeitos da seca, do ponto de vista dos retirantes. Mesmo assim, era uma viagem perigosa a ser enfrentada, tanto pelos obstáculos relativos às condições dos navios, quanto pelo trabalho nos seringais da floresta amazônica.

Já no embarque os retirantes enfrentavam os mais inusitados desafios, com os desmandos dos responsáveis pelo alistamento e alojamento das famílias.

O embarque era feito de um modo afflictivo. Os encarregados do transporte para as lanchas arrancavam as crianças dos braços maternos e levavam-nas como fardos que sacudiam sem piedade no fundo da embarcação. As mulheres eram carregadas a empurrões, sem o menor respeito, entre ditos indecentes. A moça, a donzella não encontrava no meio daquela multidão selvagem e sem caridade, o respeito devido a seu estado.

As denúncias contra os maus tratos não demoraram e “todos os dias a imprensa da capital registrava cenas que se passavam com os infelizes que deixavam o torrão natal”. Em 12 de setembro de 1877, o vapor *Pernambuco* deixa o porto em direção ao Pará, levando apenas uma parte dos retirantes alistados para a viagem, separando famílias e abandonando bagagens. No cais, “só se ouviam prantos e gritos de desespero”; no navio, o comandante “olhava para aquela cena angustiada com uma frieza, com uma indiferença de bruto”. (THEOPHILO, 1922, p. 133).⁶⁰

Embarcar, contudo, nem sempre poderia ser a melhor solução. Os relatos conhecidos das condições de trabalho e salubridade

⁶⁰ Theophilo procurou registrar as desventuras dos migrantes na Amazônia escrevendo o romance *O Paroara*. Em outro romance, *A Fome*, de 1890, ele relata o mesmo episódio com o vapor *Pernambuco* e ainda comenta: “era a emigração a última desgraça reservada ao cearense; e a emigração forçada, porque não queriam sair e o governo da província a isso os obrigava, diminuindo todos os dias os socorros”. In: THEOPHILO, Rodolpho. *A Fome. Violação*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1979, p. 127. Segundo Girão, deixaram o Ceará, durante a seca de 1877-1880, 54.875 pessoas, a grande maioria em direção aos seringais da Amazônia. Ver Raimundo Girão, *Pequena História do Ceará*, 4 ed, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1984, p. 248. Segundo o Barão de Studart, no entanto, foram 125.000 os “expatriados”. Ver Guilherme Barão de Studart, *Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará*, Fortaleza, Typographia Minerva, 1909, p. 45.

nos seringais amazonenses traziam insegurança e temor. Porém, tudo parece fazer crer que a política de migração para o Norte teria sido uma estratégia governamental para desafogar os equipamentos urbanos da enorme pressão exercida pelos milhares de retirantes sem teto, sem alimento, sem saúde – estratégia que se combinava com a expansão das atividades de extração da borracha na Amazônia.

DOENÇAS E CRIMES

Se a opção de emigrar para a Amazônia já era arriscada desde o embarque, a estadia na capital cearense e nas cidades litorâneas maiores não seria muito diferente.

Além dos infortúnios relativos ao trabalho, aos socorros, aos abarracamentos, etc, as epidemias iniciaram uma nova e rápida frente de mortalidade entre os retirantes. Febres, diarreia, desintéria, anasarca, beribéri e, de modo especial, a varíola hemorrágica – “molestia terrível e fatal, e ainda não conhecida na província” – fizeram um número incalculável de vítimas. Segundo Rodolpho Theophilo, “a população advencia da capital decrescia de um modo espantoso”: em 40 dias, entre setembro e novembro de 1878, a população caiu de 114.404 para 108.656 por obra das doenças que grassavam nos abarracamentos. Ele calculava em 40.000 os “variolosos” em novembro; em dezembro, já eram 80.000! No dia 10 de dezembro do mesmo ano, “havia falecido de variola 1.004 pessoas na capital e seus suburbios”; a sobrecarga de trabalho para os coveiros fez com que restassem 230 “cadáveres insepultos” para o dia seguinte.

A variola havia chegado ao auge do furor! O pânico estava disseminado pelos habitantes da cidade, o luto cobria todas as famílias e a tristeza morava em todas as habitações! (THEOPHILO, 1922, p. 229).

Em 1878, o número total de mortos foi assustador.⁶¹ O lazareto da Lagoa Funda não dava conta da demanda de doentes,

⁶¹ Em apenas dois meses de 1877, “a epidemia vitimou 27.378 retirantes nos arrabaldes de Fortaleza”. Sebastião R. Ponte, *Fortaleza Belle Époque*, op. cit., p. 85. Quanto ao total de mortos, os números não são seguros: José O. de Souza, com base em levantamento no jornal *Cearense*, calcula em 57.766; o Barão de Studart, por sua vez, chega ao número de 67.267 mortos em Fortaleza e 180.000 em todo o estado. Guilherme Barão de Studart, *Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará*, op. cit., p. 46. Pode-se supor, todavia, que não só os números causavam impacto, mas especialmente a forma e as circunstâncias em que estas mortes ocorriam.

nem os coveiros davam conta do enterro dos corpos. Mesmo com a criação de novos lazaretos, elevando a capacidade de atendimento para 6.000 doentes, e com a dedicação de médicos, enfermeiros e religiosos, a mortalidade não decresceu. Uma dedicação que parecia ainda mais humanitária em contraste com o ambiente em que sobreviviam os doentes.

Um lazareto, pode-se dizer, é um lago de pús onde boiam enfermos, moribundos e mortos! É a morada do soffrimento, é um foco de podridão, á cuja vista todos fogem excepto as affeições caras e sinceras e a caridade, sublime filha de Deus. D'estes tristes logares tudo havia fugido excepto o medico, que a sciencia havia atado ao leito do enfermo, os enfermeiros que a falta dos meios de subsistencia prendia ali, e as irmãs de caridade que, fieis a seu voto, iam procurar a humanidade nos seus mais angustiosos momentos, para cumprirem assim a promessa que haviam feito ao Crucificado (THEOPHILO, 1922, p. 238).

O transporte dos mortos era, segundo Theophilo, outro foco permanente de disseminação das epidemias. Quando o morto era homem de algumas posses, mesmo que poucas, “deitavam o cadaver em uma rêde, depois prendiam-no pelas extremidades em um longo páo, e dous homens conduziam-no para o cemitério”; quando não, “era o corpo envolvido em um pedaço de estopa velha, da que havia servido para enfardar a carne do sul, depois amarravam-no pela cabeça, cinta e pés a um páo e conduziam-no á valla commum”. O trajeto para o cemitério, porém, incluía as ruas centrais da cidade, orgulho de seus habitantes, e ainda não atacadas pela epidemia. Os carregadores, quase sempre embriagados, freqüentemente cansavam-se no caminho, “paravam e deitavam a rêde com o cadaver sobre a calçada, mesmo nas ruas mais publicas e frequentadas”, horrorizando as famílias, que “fugiam de chegar ás janelas de suas casas, porque não estavam livres de ver um corpo (...) semi-nú, banhado de pús e exhalando um cheiro extraordinariamente fetido e nauseabundo”; horrorizando, principalmente, o saber médico consciente do farmacêutico ocupado em enfrentar com vacinas fabricadas em seu próprio vacinogêneo doméstico uma epidemia que se alastrava sem cessar. (THEOPHILO, 1922, p. 224-225).⁶²

⁶² No conto *Violação*, apesar de ter como referência histórica a epidemia de cólera em 1862, Rodolpho Theophilo também relata esta forma de transporte dos corpos

Ao lado das doenças, a criminalidade aumentou consideravelmente durante os anos 1877, 1878 e 1879, apavorando autoridades, observadores e retirantes. Todos, de uma forma ou de outra, sofriam os efeitos do caos em que se tornou a vida urbana e rural no Ceará.

Na cidade, os furtos são freqüentes. Grupos de assaltantes se formam, aproveitando o grande movimento de pedintes pelas ruas, abordando pessoas e casas. Rodolpho Theophilo, para quem “o furto se havia desenvolvido entre os retirantes de maneira incrível”, chamou a atenção para um aspecto peculiar do principal grupo de assaltantes da capital. A assim chamada “companhia da russega” – uma referência ao instrumento usado pelos assaltantes, usado para furar as sacas de grãos – “era composta em sua totalidade de meninos de 7 a 12 anos”. (THEOPHILO, 1922, p. 353-354).⁶³ Soltos pela cidade, longe do controle familiar, encontravam certa liberdade na circulação pelo espaço urbano, conquistando o temor da população, e nas possibilidades de uma alimentação melhor às custas de pequenos ou grandes furtos nas casas de pessoas abastadas.

De fato, a fragilidade da fiscalização e a crítica situação dos retirantes acabava por colocá-los com o pretexto e a ocasião em mãos. O transporte de gêneros para os abarracamentos, feito pelos próprios retirantes, era o momento ideal para subtrair aos sacos de farinha algo mais para alimentar a família. “Todos furtam”, brada Rodolpho Theophilo, “porquanto muito convencidos estavam de que tudo era do Rei e por consequencia lhes pertencia”. Na polícia, quando era o caso de haver prisões, “defendiam-se dizendo que estavam com fome”.

e manifesta toda a sua indignação ante o “barbarismo” dos carregadores: homens “envilecidos pela miséria”, normalmente “galés” (condenados pela Justiça) a procura de aliviar suas penas. Ver Rodolpho Theophilo, *A Fome. Violação*, op. cit., pp. 248-256. Para uma pequena análise deste conto, ver Frederico de C. Neves, “Cenas de Civilização e Barbárie”, *O Povo*, 02 de junho de 1995. Para uma análise das condições sanitárias em Fortaleza neste período e uma descrição da campanha de vacinação, ver o próprio Rodolpho Theophilo, *Varíola e Vacinação no Ceará*, Fortaleza, Oficinas do Jornal do Ceará, 1904.

⁶³ Depois de afamada por seus roubos espetaculares, a “companhia da russega” foi o pretexto final para a criação da “Colônia Orphanologica Christina” pelo Presidente da Província, pressionado pela “necessidade de abrigar a infancia orphã”. (THEOPHILO, 1922, p. 390).

Duas fontes de legitimação se pronunciavam aqui. A primeira, parcialmente abortada pela Proclamação da República, estabelecia, no plano da cultura, uma vinculação direta com o Imperador D. Pedro II, que simbolizava e personificava a caridade e a proteção aos pobres. A segunda, que se desenvolverá por todo o século XX, assegura, no plano do direito, a imposição da “lei da vida” sobre a “lei da propriedade”, garantindo um suporte moral indispensável para os famintos que roubavam alimentos; algo que somente o Código Penal de 1940 irá contemplar, ao incluir o “furto famélico” entre os casos de “estado de necessidade”, em que o delito deixa de existir.

O romance *A Fome* reforça esta visão dos retirantes como criaturas à beira de um ataque de perversão, possuidores de valores morais e éticos bastante frágeis e sempre propensas às formas pouco confessáveis de ganhar a vida. Mesmo entre os desafortunados da seca, contudo, o autor faz distinção entre os pobres e os homens de posição. O coronel Manuel de Freitas, por exemplo, era um proprietário de terras que perdeu tudo com a estiagem, mas que, mesmo vivendo na cidade inteiramente às custas de um corrupto comissário de socorros, não concordava em receber dinheiro da verba “Socorros Públicos”, aceitando a ajuda como uma oferta pessoal. Aceitaria um emprego para ganhar um salário, embora concordasse que “o transporte de pedras” fosse “uma medida vexatória e extravagante”, indigna de sua posição. Mantinha sua dignidade. O mesmo não acontecia com os outros retirantes, que mendigavam, carregavam pedras e procuravam por todos os meios ganhar sem trabalhar (THEOPHILO, 1979, p. 116).

A corrupção era outro crime a se espalhar pelo terreno movediço da desorganização social. As denúncias se sucediam e os relatos também. Poucos, no entanto, além de alguns que perderam seus empregos comissionados, foram punidos. O jornal *O Retirante* fazia denúncias semanais, cobrando dos Presidentes da Província uma posição mais firme contra os atravessadores, os açambarcadores e os corruptos, entendendo que a responsabilidade no atendimento às vítimas da seca – de proteção aos pobres em momentos de escassez – era do governo, na impossibilidade dos proprietários, eles mesmos, poderem fazê-lo. Os comerciantes, em períodos de escassez, sempre são objeto da desconfiança popular.

Os preços subiram descontroladamente. Os gêneros colocados à disposição dos retirantes foram objeto de ampla exploração. As verbas dos socorros públicos, segundo denúncias dos jornais, “não conseguiram socorrer senão as comissões, os comissionados, as subcomissionadas e protegidas”, em que “fica muita casa-farta, muita grimpa erguida com os despojos da miséria” (*O Retirante*, 28 de outubro de 1877)⁶⁴. De fato, segundo o cronista, “os especuladores tiravam partida das condições anormaes” e, indo contra o livre funcionamento do mercado, algumas autoridades procuravam intervir, aumentando a oferta de alimentos.

A carne verde custava 640 a 800 réis o kilogramma! A camara municipal de Fortaleza, achando exaggerados aqueles preços, resolveu abrir competencia com os marchantes, e mandou matar gado por sua conta, fazendo d’este modo descer os preços a 320 e 400 réis por kilogramma (THEOPHILO, 1922, p. 326-327).

Os crimes, porém, não se resumiam a furtos, assassinatos e brigas. Uma das grandes preocupações das autoridades e dos moradores era com a prostituição, que “apodrecia a população adventicia da capital”. Uma predisposição natural aos vícios morais e ao crime poderia ser resultado da miséria, mas sempre seria necessário o agente “seductor”, nem sempre, ou quase nunca, um pobre retirante, mas “o miseravel grande, que á custa do valor de suas moedas, comprava em sua porta a honra das donzellas a vis e asquerosas mulheres, que a natureza desgraçadamente fizera mães!”

As mulheres, em Theophilo, aparecem como santuários da virtude, mas com poucas possibilidades de ação autônoma. A prostituição é sempre um ato externo, vindo de um agente corruptor que, contra a vontade da mulher, a leva à perversão através de variados estratagemas, dos quais a pressão financeira é preponderante. A miséria aparece sempre como origem de inúmeros vícios e crimes. Uma vez prostituídas, todavia, as mulheres jamais se livrarão desta marca e “vagarão por muitos annos, como negros testemunhos da bruteza humana”, “perdidas pela libidinagem dos reprobos sociaes”.

⁶⁴ Em sindicância empreendida, por conta das denúncias de “fraudes e engodos”, ficou constatado que o “cerne das irregularidades aprovadas se ligam ao modo de como foi empregado o dinheiro fornecido pelo Império”, já que “a escrituração do Tesouro no Ceará estava em dia”. (ARAGÃO E FROTA, 1982, p. 155).

Vimos algumas meninas perdidas pela perversidade d'esses covardes. Entre ellas duas menores de dez annos e já tão pervertidas como a mais devassa Messalina (THEOPHILO, 1922, p. 353).

Novamente o romance *A Fome* pode lançar algumas luzes sobre esta questão. Carolina, filha do coronel Manuel de Freitas, resiste aos assédios do comissário Arruda, firme em seus princípios morais, mesmo adoecendo por má alimentação e tristeza. Nem lê o livro emprestado pelo comissário – “Permita que peça o favor de dá-lo a meu pai; nada leio sem que ele o autorize.” – por ser um “romance de época”, desses “estudos psicológicos, que devem ser lidos por espíritos cultos e amadurecidos”, segundo o coronel, muito zeloso pela educação da filha. Já Vitorina, uma órfã pobre, filha de retirantes, largada num abarracamento de indigentes famintos, sem educação ou, principalmente, orientação de um pai ou irmão mais velho, não tem a mesma sorte e cede às tramas infames dos “seductores”. Ameaçada de ter sua “dieta” cortada, e depois de ser alcoolizada, entregou-se “sem resistência” ao mesmo comissário Arruda. Pela manhã, “saiu incorporada às prostitutas”: “uma noite de crápula bastou para crestar aquela flor de quatorze anos” (THEOPHILO, 1979, p. 107).⁶⁵ Os padrões da desigualdade social se reproduzem na economia da sedução.

CONFLITOS

Neste clima, onde imperam a fome, os desmandos, os crimes e o caos, os conflitos abertos não demoram a surgir. Sinais de uma reação coletiva um pouco mais organizada e articulada começavam a aparecer no interior dos abarracamentos, nas ruas, nos postos de distribuição de alimentos, chegando ao palácio do governo. À princípio, os retirantes realizam petições às autoridades, reclamando novas medidas de atendimento ou protestando contra a insuficiência das medidas existentes. Uma atitude nova, diferente dos padrões rurais de relacionamento com as autoridades, em que os proprietários assumem integralmente esta intermediação entre o que eles entendem ser as necessidades da população e os dirigentes do Estado – e a submissão dos camponeses é parte integrante de sua integração social.

⁶⁵ Ver o mesmo tema nas páginas 113, e 137-140.

Em 7 de dezembro [de 1877], os retirantes domiciliados em Arronches, não recebendo rações, havia muitos dias, vieram ao palácio do governo, em numero superior a 500, todos chefes de familia, implorar do presidente uma esmola para não morrerem á fome.

A reação foi de desprezo pela ação dos pobres. Sem tomar conhecimento da ocupação das áreas próximas ao palácio pelos retirantes, “o presidente demittiu imediatamente o subdelegado de policia e exonerou a commissão de socorros, pelo facto de terem deixado sahir da povoação os infelizes famintos”.

No entanto, a ação não foi de todo mal sucedida, já que, “n’este mesmo dia, foi mandado tomar conta da commissão um official do 15º batalhão de infantaria, o qual conduziu algumas saccas de farinha para distribuir com os retirantes.” (THEOPHILO, 1922, p. 136-137).

Assim, uma medida disciplinar se combina a outra de caráter conciliatório, procurando articular duas formas de ordenar o espaço urbano, a autoritária e a paternalista. De qualquer maneira, o desconhecimento oficial destas atitudes que colocam em questão a ordem revela-se nos relatórios e, ao mesmo tempo, revela a percepção de que, para as autoridades, o campo da política não as inclui.

Também em abono dos sentimentos cordatos e pacificos da população convem produzir a confissão de que, qualquer que tenha sido o lance apertado de sua situação e os inumeros soffrimentos que ella lhe haja imposto, ainda não sahio do terreno legal, nem empunhou o facho da desordem e anarchia, procurando na violencia dos direitos mais sagrados a satisfação de suas mais palpitantes necessidades (CEARÁ, 1877, p. 38).

Em março de 1878, no entanto, a situação financeira da província era a pior possível. Os víveres destinados aos retirantes escasseavam. Os produtos à disposição nos mercados da capital estavam com os preços excessivamente elevados e, por fim, “se achavam exauridos e esgotados os cofres da Thesouraria de Fazenda”. A distribuição das rações tornava-se muito irregular e os pagamentos foram restringidos. No dia 18, “depois que voltaram da pedreira”, os retirantes, sem receberem as rações “havia tres dias”, encontraram a pagadoria em condições de distribuir novas rações apenas para poucos. O protesto foi geral e “os retirantes, que haviam

sido excluídos, atacaram a pagadoria”. O conflito se generalizou entre os famintos e uma pequena força policial foi “debandada a pedradas”. Com a chegada dos reforços, a repressão foi imediata, colocando em confronto as pedras com “tiros de espingarda”, obrigando os retirantes a se dispersarem desesperadamente pelas ruas próximas à praça do Herval, fugindo das balas e das espadas dos policiais à cavalo. Ao final, algumas crianças foram encontradas entre os feridos.

Rodolpho Theophilo ironiza a vitória das forças da ordem: “a’s 3 horas da tarde, voltava o *exercito pacificador*, precedido de uma banda de musica, tocando os *hymnos da victoria*, e tendo á frente o *bravo* que mandou atirar sobre miseraveis que estavam morrendo á fome!”

A atitude dos responsáveis pela manutenção da ordem revoltou o farmacêutico, muito mais inclinado a medidas de natureza humanitária, que se aproximam dos modelos clássicos de relacionamento do paternalismo: “a população inteira da capital deplorava tão triste acontecimento, que ter-se-hia evitado com algumas saccas de farinha e poucos fardos de carne” (THEOPHILO, 1922, p. 177-178).

Sem embargo da permanência de elementos marcantes do paternalismo nas relações entre os pobres, as autoridades governamentais, os proprietários e a população urbana, novas formas de manifestação de uma energia contestatória, represada pela submissão e garantida pela proteção, se gestavam neste novo contexto. Isso gerava um clima de tensão em que os conflitos se sucediam: “rara era a prisão effectuada pela cavalaria ou infantaria que não produzisse um assassinato” (THEOPHILO, 1922, p. 225).

Assim, atitudes de certo modo previstas e temidas passam a ter lugar num ambiente social propício à propagação da revolta. Não só se sabia da insuficiência dos socorros, mas das cenas de miséria e conflito aqui descritas, o que desenvolve um temor diante da possibilidade concreta de um confronto generalizado entre os pobres e a população abastada da cidade.

No dia em que negarem socorros, ou estes não estiverem em proporções com as exigências da população esfomeada, repetir-se-hão aquelas sangrentas e horríveis scenas de que a história tantas vezes nos fala (*Cearense*, 25 de outubro de 1877).

Assim, mais do que a miséria, teme-se a revolta e a revolução, representadas pela demonstração violenta da insatisfação dos pobres para com a ordem constituída. Uma ordem, aliás, ainda permeada por elementos ambíguos de modelos que se digladiam. Mas, de modo geral, o que se tem presente nestas representações é a idéia matriz de que a pobreza não só é origem dos vícios do corpo e da alma, dos crimes e da desonra, como também da revolta e da revolução.

Concretamente, o temor das autoridades provinciais era de que os retirantes, em desespero, atacassem as propriedades, as casas e estabelecimentos comerciais para satisfazer sua fome animal e, embriagados pela violência, destruíssem o próprio tecido social. Um levante geral da pobreza que arrastasse consigo todas as conquistadas da civilização.

Mudanças substanciais nas atitudes dos pobres, contudo, estavam em curso. No dia 12 de março de 1878, em Aracati, alguns retirantes “assaltaram uma lancha que descarregava generos do governo, de bordo do vapor *Conde d’Eu*, e furtaram 43 saccas de farinha”. O que, à princípio, parecia ser um furto a ser consignado entre os atos criminosos comuns, negligenciado pelas autoridades, mais tarde se percebeu ser algo que se articulava com maior complexidade. Um mês depois, um novo ataque “provava evidentemente o interesse que havia da parte dos agitadores do socego publico em desmoralisar o novo agente” [de distribuição de gêneros]. Desta feita, apesar da proteção policial requisitada, as canoas que descarregavam o vapor *Ipujuca* “foram assaltadas por uma turma de oitenta emigrantes”. O conflito resultou na “morte de cinco dos assaltantes e muitos ferimentos”; nenhum dos soldados, porém, “sahiu com o mais leve ferimento”.

Os ataques, apesar do impacto que causaram, não abalaram as formas de percepção que se desenvolviam a respeito da capacidade que homens pobres, camponeses, submissos, tinham de agir autônoma e coletivamente na busca de seus interesses, mesmo que os mais imediatos. Haveria, sempre, que haver os “advogados do povo”, os “perturbadores da ordem publica” que “não perdiam occasião de sublevar os retirantes”, etc, etc. (THEOPHILO, 1922, p. 253).

Já em seus primeiros atos, portanto, a multidão é desqualificada enquanto sujeito. No entanto, essa é uma história que está apenas começando, já que as cidades cearenses, e especialmente

Fortaleza, iriam se transformar, a partir de 1877, no principal cenário da seca. Aos poucos, um aprendizado, dividido entre os pobres e as autoridades, irá modelar uma nova estrutura de sentimentos que orientará as relações entre os retirantes das secas e a população urbana e seus representantes políticos.

Rodolpho Theophilo, que prestará à população pobre inestimáveis serviços como farmacêutico (empreendendo uma vacinação em massa da população nos abarracamentos e no campo de concentração de 1915), também observará o grande paradoxo de uma sociedade que se moderniza, mas que, ao mesmo tempo, produz seus próprios “bárbaros”, os quais, sempre famintos e quase sempre revoltados, na primeira oportunidade (1912) irão destruir os símbolos mais visíveis desta modernidade – os bondes, os postes de iluminação, as fábricas, o calçamento das ruas – ou seguirão um líder messiânico (Padre Cícero, em 1914) em sua cruzada política tradicional (THEOPHILO, 1914 e 1922 b). Pobres que encontrarão nas invasões, nas ameaças às cidades e nos saques – as ações da multidão no século XX – uma estratégia eficiente, embora anacrônica, para questionar a distribuição da riqueza social em tempos de crise, de escassez, de seca (NEVES, 2000).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., Durval M. “Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste”. *Revista Brasileira de História*, Vol. 15, nº 28, 1995, p. 111-120.

ARAGÃO E FROTA, Luciara Silveira de. *Documentação Oral e a Temática da Seca*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1970.

CASTRO, José L. de. *Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977.

CASTRO, José L. de. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, nº 108 (Separata), Fortaleza, 1994.

CEARÁ. *Falla com que o Exm. Sr. Dezembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Provincia do Ceará, abriu a 2ª Sessão da 23ª Legislatura da Respectiva Assembléa no dia 2 de julho de 1877*. Fortaleza: Typographia D. Pedro II, 1877.

- CHAVES, José O. de Souza. *Fortaleza e os Retirantes da Seca de 1877-1879: o real de um imaginário dominante*. Dissertação de Mestrado em História. Recife, UFPE, 1995.
- GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza, BNB/ETENE, 1985.
- GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 4 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1984.
- GUERRA, Felipe. Sêcas do Nordeste. In: ROSADO, Vingt-un (org.). *Memorial da Seca*. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1981.
- JUCÁ, Gizafran N. M. À Guiza de Introdução – O Espaço Nordestino. O Papel da Pecuária e do Algodão. In: Simone de Souza (Coord.). *História do Ceará*. 2 ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.
- NEVES, Berenice Abreu de C. *O Engenheiro e a Província: Adolfo Herbster e o Ceará na segunda metade do século XIX*. Fortaleza: Biblioteca Carlos Studart do Museu do Ceará, 1993.
- NEVES, Frederico de C. Cenas de Civilização e Barbárie. *O Povo*, 02 de junho de 1995.
- NEVES, Frederico de C. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- NEVES, Frederico de C. Curral dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História*, vol. 15, nº 29, São Paulo, 1995.
- PINHEIRO, Francisco J. Ceará: seca e migração. In: Severino V. da Silva. *A Igreja e a Questão Agrária no Nordeste*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- PONTE, Sebastião R. *Fortaleza Belle Époque*. Fortaleza: Multigraf, 1993.
- SCHWARZ, Alf. Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa. *Tempo Social*, vol. 2, nº 1, São Paulo, 1990.
- SCOTT, James C. *The Moral Economy of the Peasant*. London: Yale University Press, 1976.
- SILVA, Severino V. da. *A Igreja e a Questão Agrária no Nordeste*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- STUDART, Guilherme Barão de. *Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará*. Fortaleza: Typographia Minerva, 1909.
- TAKEYA, Denise M. *Europa, França e Ceará*. São Paulo, Hucitec, 1995.
- THEOPHILO, Rodolpho. *A Fome. Violação*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.

THEOPHILO, Rodolpho. *História da Secca do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922 a.

THEOPHILO, Rodolpho. *A Sedição do Joazeiro*. São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 1922 b.

THEOPHILO, Rodolpho. *A Seca de 1915*. Fortaleza: Ed. UFC, 1980.

THEOPHILO, Rodolpho. *A Libertação do Ceará (A Queda da Oligarquia Accioly)*. Lisboa: Typographia A Editora Ltda, 1914.

A LINGUAGEM E AS IMAGENS DA POBREZA NAS PETIÇÕES DE ENCARCERADOS SUL-RIO-GRANDENSES (1850-1888)

Tiago da Silva Cesar

Introdução

Para entendermos a proposta deste trabalho, faz-se necessário iniciar explicando o que era, em que se amparava, e para o que servia uma petição. A prática peticionária remonta às primeiras cortes portuguesas e, apesar de sofrer modificações ao longo do tempo, acabou por constituir-se, durante o Antigo Regime português, um importante canal de acionamento de El Rey e/ou de seus representantes, para solicitar títulos, mercês ou privilégios em reconhecimento dos bons serviços prestados. A petição funcionava então como uma espécie de pacto entre súditos e soberanos, uma vez que por seu meio, além de pedir, também se queixava. Era considerado, portanto, um dos “instrumentos legítimos de negociação” (SOUZA; BICALHO, 2000, p. 98).

O direito de petição, seguindo ainda as autoras, não diminui nem se vê impedido sequer durante o período em que o ouro proveniente do Brasil conseguiu deixar as cortes suspensas. Em nosso caso, ademais, fica fácil de imaginar a importância do instrumento ante a distância física e geográfica dos “longínquos vassallos coloniais” que “esforçavam-se por fazer suas solicitações chegarem aos ouvidos do soberano” (2000, p. 88).

No caso das câmaras coloniais, a frequência com que recorreram diretamente à arbitragem régia para a resolução de problemas e conflitos, sobretudo com as autoridades régias no ultramar, é um indício de que o seu isolamento – devido à grande distância que as separava da metrópole, e em última instância do rei – era menor do

que muitas vezes se supõe. Uma passada de olhos pela documentação do Arquivo Histórico Ultramarino sugere que o volume e a riqueza desta mesma documentação contraria a idéia de que as queixas e os pedidos dos súditos coloniais raramente chegavam aos ouvidos do monarca. Embora o tempo administrativo do vaivém pelo Atlântico pudesse levar anos, muitas das petições obtinham resposta. (SOUZA; BICALHO, 2000, p. 116)

Essa prática patentemente documentada em relação à comunicação entre colonos e soberano reforça a ideia, com a qual trabalhamos, de uma cultura peticionária muito antiga, que, por sua vez, também calou profundamente na América Portuguesa, tanto no modo como nas relações travadas entre governantes e os “fiéis vassalos” (FERTIG, 2001, p. 1-7). Isso significa que, durante a formação de um Império Constitucional nos trópicos, o dispositivo peticionário não somente já era conhecido, como largamente instrumentalizado, inclusive por setores ou camadas não letradas da sociedade.⁶⁶ A diferença, sublinhe-se, é que de um pacto com o monarca, a petição passa a ser um direito garantido e facultado aos indivíduos pela Carta Constitucional de 1824, em seu § 30 do artigo 179:

Todo o cidadão poderá apresentar por escrito ao poder legislativo e ao executivo reclamações, queixas ou petições e até expor qualquer infração da Constituição, requerendo perante a competente autoridade a efetiva responsabilidade dos infratores (CONSTITUIÇÃO DE 1824, 1978, p. 507).

Em se tratando de um dispositivo constitucional, não deve, portanto, estranhar que os mais baixos cidadãos do Império – os presos – vissem nesse canal uma forma-meio de lutar pela liberdade ou, quando não lograda, de atenuar sua instância na cadeia. De fato,

⁶⁶ Os dois dicionaristas do século XVIII, Raphael Bluteau (1728) e Antonio de Moraes Silva (1789), como era de esperar, ainda guardavam o sentido original do termo *petição*. O primeiro dizia tratar-se de um “papel em que se pede alguma coisa ao Príncipe, ou aos seus Ministros”; o segundo se referia a um “acto de pedir, pedimento, requerimento vocal ou por escrito de alguma coisa devida por justiça, ou que é de mercê, e graça”, enquanto Luiz Maria da Silva Pinto (1832), apenas indica tratar-se de uma “acção de pedir. Requerimento que se faz por escrito ou vocal”. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/peti%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 23 set. 2018.

dentre os 209 requerimentos levantados entre 1850 e 1888, encontrou-se todo tipo de encarcerados lançando mão do recurso, “fossem homens, mulheres, livres, escravos ou libertos, sentenciados ou não” (TRINDADE, 2018, p. 87), com o intuito de serem ouvidos e atendidos pelas autoridades provinciais, quando não pela própria coroa imperial.

Para requerer, exigia-se um conjunto de habilidades e atenções que não se resumiam ao conhecimento rudimentar da escritura ou em encontrar alguém que o fizesse em seu nome. É certo que, para peticionar de punho e letra, o suplicante devia ter um domínio mínimo ou instrumental da linguagem formal, além de saber construir uma exposição inteligível que arrolasse dados e argumentos que ajudassem a sensibilizar e convencer a autoridade acionada. Mas também obrigava, como parte da estratégia peticionária, estar atento ao *momento* e a *quem* elevar a representação (CESAR, 2016).

Não é descabido pensar que a linguagem suplicante poderia reforçar-se, tornando-se ainda mais subserviente ou meramente reivindicativa, a partir de um entendimento particular ou coletivo acerca da personalidade das autoridades do aparelho repressivo provincial. O Chefe de Polícia, por exemplo, realizava visitas periódicas ao recinto penal da Casa de Correção de Porto Alegre e, até onde se sabe, alguns também concediam audiências a presos na secretaria de polícia.⁶⁷ Impressões, portanto, sobre sua *capacidade* de compadecimento ou, pelo contrário, leituras de traços ou gestos que apontassem para uma postura insensível, certamente circulariam entre os reclusos, influenciando assim a prática peticionária.

Todavia, fazia-se indispensável acompanhar o cenário social e político, as trocas de funcionários, sobretudo à frente da secretaria de polícia, e estabelecer em muitos casos uma rede de colaboração tanto

⁶⁷ Das atribuições do Chefe de Polícia recolhido no art. 58 do Regulamento n.º 120, de 31 de janeiro de 1842, o §11º designava “inspeccionar na fôrma dos Regulamentos, as prisões da Província”, enquanto o art. 59 especificava a forma de operacionalização: “Os Chefes de Policia exercerão por si mesmos e immediatamente as attribuições mencionadas nos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 11 e 12 do artigo antecedente, dentro do Termo da Capital, em que residirem, o nos outros, sómente quando nelles se acharem, ou por intermedio dos seus Delegados ou Subdelegados”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Regulamentos/R120.htm>. Acesso em: 25 out. 2018.

no intramuros prisional, como no mundo da liberdade (CESAR, 2016, p. 172-209; TRINDADE, 2013, p. 151).

Valer-se do recurso peticionário, portanto, requeria agir conscientemente, ainda mais quando o teor da súplica poderia trazer consequências funestas ao(s) suplicante(s). Tudo isso nos leva a pensar nas petições dos encarcerados do passado como uma fonte excepcional por fazer surgir do pó dos arquivos homens e mulheres que não foram involuntariamente alvos ou presas dos “raios do poder”, mas sim por exercê-lo. Suas representações são vestígios ou fragmentos dessa apropriação, como diria ainda Foucault, “ao menos por um instante desse poder” (2014, p. 127 e 131).

Se em vários momentos o canal peticionário pode ser tomado como uma *tábua de salvação*, há ainda que somar o fato de que a atividade cidadã também conferia ao mais miserável dos presos uma arma política. Em uma representação, não se fala *do* ou *sobre o* suplicante, mas é ele mesmo quem se autoneia, narra um infortúnio e pede mercê. Faz uso, sublinhe-se, de um instrumento de poder facultado pelo próprio Estado, que, curiosamente, podia ser usado contra seus funcionários, governantes e instituições ou, ainda, contra um desafeto qualquer, acabando por prender outros homens infames na mesma luminiscência.

Embora separadas no tempo e no espaço, e suas exposições fossem geradas visando a atenções diferentes, essas petições se parecem muito às cartas de remissão francesas estudadas pela historiadora Natalie Davis (2001) no que diz respeito ao exercício de convencimento. Pois não sendo impossível contornar as dificuldades que existiam para peticionar, em nosso caso, as representações podiam ter de um a vários fôlios, aos quais ainda se anexavam documentos comprobatórios conforme as exigências, destacando-se, não raramente, pela elaboração de quadros discursivos verdadeiramente excepcionais.

Espera receber mercê

Para compreendermos a utilização do recurso peticionário por parte dos encarcerados, como aprendiam, produziam ou encontravam maneiras de se valer do dispositivo, devemos partir do entendimento de três questões básicas: 1º) existia uma tradição peticionária muito

antiga; 2º) a Constituição não especificava quem podia peticionar, de forma que até escravos encarcerados elevavam representações; 3º) a condição de privação de liberdade convertia o canal em uma autêntica *tábua de salvação* ao mesmo tempo que o transformava em instrumento individual ou coletivo de exercício de cidadania.

Se, para os requerentes analisados por Pereira (2010), a petição é apenas um canal para acionar o *Soberano Congresso*, dado que era nele que se depositavam as esperanças no sistema representativo brasileiro, no caso dos encarcerados que se dirigiam majoritariamente às autoridades do poder executivo provincial, muito além de um simples meio de fazer chegar as manifestações cidadãs aos seus destinatários, é o próprio instrumento peticionário uma arena de disputa pelo cumprimento e/ou alargamento dos direitos civis. É *nele e através* dele que os presos oitocentistas, em geral oriundos dos grupos sociais menos favorecidos e iletrados, acabavam participando da aprendizagem política.

Todas aquelas características do ato de peticionar elencadas por Pereira, como forma de “ser ouvido”, “declarar sua existência”, reivindicar “aquilo que acreditavam ser um direito”, muitas vezes “imbuídos da ideia de que possuíam direitos” (2010, p. 9-10), também se reconhece nas ações peticionárias dos presos. Porém, sublinhe-se, enquanto os indivíduos livres viam no Congresso um “espaço para reivindicar direitos” (2010, p. 11), os encarcerados enxergavam a própria representação como uma arena de luta pelo cumprimento das leis e direitos, ou, quem sabe, para alargá-los.

Não se deve esquecer tampouco que as petições enviadas ao Parlamento eram lidas em público e longamente debatidas, enquanto que o movimento peticionário prisional dependia, na maioria das vezes, da forma como os destinatários do executivo local tomavam e reagiam individualmente ante o assunto tratado. Pois, ao fim e ao cabo, pedir o cumprimento de algo sempre revelava, por outra parte, uma inobservância.

Atentos a isso e visando a obter a atenção ao solicitado, os presos pareciam optar por canalizar suas demandas aos máximos responsáveis do aparelho penal-carcerário da província, já que entendiam perfeitamente que uma exposição pública das mazelas do cárcere nas tribunas ou nos jornais colocaria as autoridades em evidência, despertando reações pouco positivas, ademais de temíveis

represálias por parte de carcereiros e administradores das prisões (BRITTO, 2016).

É certo que o direito peticionário era bastante conhecido e exercido pela população carcerária, mas seu uso, para angariar simpatia, dava-se normalmente através de uma linguagem de subordinação. Não se esqueça de que esses requerentes, embora fizessem jus às suas prerrogativas constitucionais, provinham das camadas menos favorecidas da população, e se encontravam privados de liberdade por denúncias ou crimes tipificados pelo Código Criminal. Por isso, mais do que para qualquer outro peticionário, o tom da linguagem utilizada, mesmo quando solicitavam apenas o cumprimento de direitos, não devia soar como exigência. Os direitos, mesmo garantidos, deviam ser pedidos seguindo a fórmula de fechamento clássica das petições, com um sonoro “Espera Receber Mercê”.⁶⁸

Linguagens e imagens da pobreza na narrativa suplicante

Dentre os quadros narrativos utilizados pelos encarcerados do passado, a pobreza e a miséria constituíam motivos⁶⁹ muito representativos. Poderia dizer-se que o verificado era uma obviedade em se tratando de gente oriunda majoritariamente de setores empobrecidos ou completamente pauperizados da sociedade sul-rio-grandense. Mas, se isso é, em grande medida, uma verdade, por outra parte, não é menos que tais imagens fossem recorrentemente instrumentalizadas em favor

⁶⁸ Conforme Bluteau (1728): “Mercê. Deriva-se do Latim *Mercēs*, que na sua genuína significação quer dizer paga do mercenário, ou galardão, e recompensa, que se dá ao merecimento de alguém, e neste sentido se entendem estas palavras do Evangelho, *Mercēs vestra copiosa est in caelo*. Neste mesmo sentido *Mercēs*, *edis*. *Fem.* he palavra Latina, e he de Cicero em varios lugares. Mas, na lingua Portugueza, não se costuma nesta significação de salario, premio, remuneração, senão de graça, ou beneficio, como os que Deos faz às suas criaturas, ou os senhores aos seus criados”. Quase um século depois Luiz Maria da Silva Pinto (1832) também recolhe praticamente os mesmos significados: “Mercè, s. f. Dom gratuito, graça. Tratamento que se dá por cortezia. Antigamente se tomava por soldada”. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/merce>>. Acesso em: 18 set. 2018.

⁶⁹ “Artes: Assunto de um quadrado e, mais particularmente, de uma paisagem”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/motivo/>>. Acesso em: 14 out. 2018.

próprio e de maneira inteiramente consciente.

A pobreza, não obstante, apresenta-se de várias formas. Na narrativa peticionária dos encarcerados, ela aparece tanto em sua faceta mais dilacerante e pungente, completamente desconcertante inclusive para os homens de seu tempo, como através de uma sombra que rapidamente pairava sobre o encarcerado, diga-se de passagem, não menos físico, nem menos real, por meio do medo e o constrangimento de *vir a ser pobre*. Não se resumia a uma questão de se reconhecer em tal estado, mas ser também assim classificado pelos outros, pelas autoridades, instituições e o próprio Estado.

Ser pobre no recinto prisional significava depender completamente do Estado e não era preciso muitas horas no interior de qualquer cadeia para saber o que supunha ter que se alimentar, vestir e receber (des)cuidados médicos subvencionados pelos cofres públicos, sem falar de outras necessidades não menos vitais. Mas, além disso, ser pobre podia tornar homens menos valentes, atrevidos e ardilosos em alvos fáceis do abuso e brutalidades por parte de outros presos e carcereiros.

Há de se enfatizar que o medo à pobreza tampouco aparece somente relacionada à situação precária e vulnerável do encarcerado. Também deve ser considerada a preocupação em desatender a família ou, o que talvez fosse pior, tornar-se um peso morto para ela. E esses temores, como se verá, não eram infundados. Não são poucas as petições amparadas em quadros de pobreza, miséria, abandono, sofrimento físico, infelicidade e desonra. A ponta sentida do desastre criminal costumava aparecer com frequência na imagem de mulheres (mães e esposas) desamparadas, e filhos entregues à desdita, mais ou menos como àquela tirada da pena do personagem condenado à morte de Victor Hugo (2017, p. 20):

Assim, depois de minha morte, três mulheres, sem filho, sem marido, sem pai; três órfãs de diferente espécie; três viúvas em consequência da lei.

Admito que sou justamente punido; mas essas inocentes, o que fizeram? Não importa; estão desonradas, arruinadas. É a justiça.

Todo um mundo que passava do pauperizável ao pauperizado⁷⁰ com muita facilidade. Sem embargo, todas essas imagens da pobreza não são trazidas à baila em vão. Cenas de desamparo e penúria, num momento importante de transformação na forma de sentir e reagir ante a dor e sofrimento alheio, estimulavam sentimentos de compaixão. Como diria Hunt (2009), quanto maior a identificação com terceiros, maior a sensibilidade. Embora a palavra *sensibility*, conforme reconhece, fosse mais comum em francês, para referir-se a esse processo de aprendizagem e interiorização dos sentimentos, Hunt prefere a palavra *empathy*, que, segundo ela, “refleja mejor la voluntad activa de identificarse con los demás” (2009, p. 65 e 66).

O historiador Pedro Barrán também analisou o que chamara de “cambio de sensibilidad” no Uruguai como uma passagem de uma sociedade identificada como bárbara a uma civilizada, caracterizada pelo “horror ante el espectáculo del sufrimiento corporal, un tabú moderno” (1991, p. 82). Antes dele, Foucault já havia assinalado que a mentalidade que inaugurou a “era da sobriedade punitiva” não só buscou dissimular o corpo supliciado (2012, p. 29), como também procurou “sanear o sofrimento” (PRATT, 2006). E isso somente poderia dar-se por meio da sensibilização ou do *condoimento*, como expressou o preso José Francisco de Souza ao Chefe de Polícia, em requerimento de 27 de abril de 1870, depois de apresentadas as “tristes circunstancias do supplicante”.⁷¹

Este processo mais laico, não obstante, não deve, em nosso caso, ser descolado dos preceitos do *bom cristão*. Termos como benevolente, humano, clemente, justiceiro, magnânimo, caridoso e paternal atribuídos às autoridades provinciais por homens privados de liberdade, majoritariamente pobres, tinham certamente o objetivo de prender-lhes em papéis paternalistas que remontavam à figura dos reis como “pais

⁷⁰ Pauperizado e pauperizáveis são para Pedro Carasa Soto conceitos chaves para demarcar a pobreza na sociedade. Por pauperizáveis, “se refiere a toda la posible extracción social de la pobreza; es el punto de conexión más importante entre sociedad y pobreza en cuanto que señala el ámbito social abarcable por ésta”. Por pauperizados “se constriñe ya a los límites de la pobreza real y expresa los caracteres y tipos que ha adoptado, según las clasificaciones más o menos convencionales, quien haya caído en ella” (SOTO, 1987, p. 73).

⁷¹ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 153.

magnânimos e misericordiosos que, por meio do amor, suscitavam a obediência de seus filhos" (SOUZA; BICALHO, 2000, p. 86).

Pensamos aqui em permanências acerca do aspecto religioso do dar e receber. Conforme Luciana Gandelman, existia um vínculo muito forte entre liberalidade e caridade nas relações de poder durante o Antigo Regime português. Em torno a uma “economia da dádiva”, gestou-se uma cultura política embebida de “noções de bom governo [que] não podem ser desvinculadas do modo da dádiva e de um exercício católico do poder, o qual organizava seus princípios normativos pelo poder da ‘generosidade’ e da ‘obrigação’, esta última desdobrada em deveres de obediência e submissão” (2005, p. 122).

É importante destacar, neste sentido, que, embora esteja bem avançada a experiência constitucional, a concepção de “liberalidade e magnificência” enquanto “qualidades do governante” (GANDELMAN, 2005, p. 113), parece continuar permeando e perpassando a prática peticionária em análise. Não é em vão, por exemplo, que dentro do que se poderia chamar estratégias de sensibilização das autoridades, destaque-se a manipulação consciente das imagens da pobreza e da miséria, mas também do desamparo, a fim de produzir sentimentos ou gestos de comiseração. Palavras como “esmola”, “miséria”, “pobre”, “desgraçado”, “infeliz”, “meio de vida”, “mendigando”, “desamparo” e “proteção” faziam parte do arsenal linguístico da narrativa suplicante paternalista (CESAR, 2019).⁷²

Em muitas das petições que passaremos a analisar a continuação, percebe-se apesar da linguagem subserviente, uma ação insubmissa. Fazendo uma leitura para o nosso caso, pode-se dizer, parafraseando a Chartier (1993, p. 103), que

las fisuras que resquebrajan la dominación [operada por el control prisional] no adquieren todas la forma de desgarros espectaculares ni se expresan siempre por medio de la irrupción de un discurso de rechazo y de rebelión. A menudo nacen en el interior del consentimiento mismo, reutilizando el lenguaje de la dominación para marcar una insumisión.

⁷² Ao analisar as cartas de prisioneiros peruanos de finais da década de 1920, Aguirre (2001, p. 360) também observou que: “They generally emphasized the miseries and torments of prison life, trying to generate compassion and sympathy among authorities”.

Em petição assinada em 12 de maio de 1860, Urbano José de Oliveira requereu ao Chefe de Polícia que o mandasse pôr em liberdade. Narrou-lhe a prisão efetuada em janeiro daquele mesmo ano em Jaguarão, e em continuação sua transferência para a capital, com o fim de “assentar praça em um dos Corpos de 1.^a linha do Exercito”.⁷³ Urbano constrói uma narrativa utilizando palavras muito caras à linguagem suplicante do Antigo Regime, como “graça” e “implorar”, mas além disso, explora seu estado civil de casado, que, conforme as Instruções de 10 de julho de 1822, eximia-lhe do recrutamento, sem ainda deixar de lançar mão de figuras e quadros familiares de pobreza e abandono impossíveis de causar indiferença.

Conforme adiantou-se, Urbano parte sua narrativa alegando ser casado, mas acrescenta ter “em sua companhia uma May de idade avançada, e de estado de indigência”. Em segundo lugar, disse ter dois irmãos “inutilizados em consequencia de molestias, sendo um alienado, e outro alejão de uma perna”. E fecha o quadro narrativo afirmando que “todo peso d’esta familia se via sobre o trabalho do supplicante, e achando-se prezo se vem todos mendigando pão para o sustento”.

Repare que o requerente instrumentaliza várias imagens muito caras àquela sociedade de valores burgueses e cristãos. Casado, não poderia desamparar sua esposa; como bom filho, não desejava ver a mãe entregue à indigência, nem sequer seus irmãos, não menos dependentes, diga-se de passagem, não *dele*, mas do fruto de seu *trabalho*. Colocando-se no papel de provedor e protetor de uma unidade familiar numerosa, Urbano afastava de si qualquer associação a uma vida desordeira ou vagabunda pregressa que merecesse o recrutamento compulsório, motivo pelo qual acreditava no “Coração bem fazejo” e “justiça recta” do Chefe de Polícia.

Com efeito, a história contada por Urbano parece ter sensibilizado a autoridade contatada, a se crer no despacho a lápis que se lê em seu requerimento, para que lhe fosse passado “portaria de soltura”. Não obstante, a execução da citada portaria, pelo visto, não se deu com a rapidez certamente desejada, uma vez que em nova representação, de 6 de julho de 1860, todavia o encontramos detido

⁷³ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 97.

na cadeia civil de Porto Alegre.⁷⁴ Nessa última, ao reclamar a ordem de soltura, lembrou ao Chefe de Polícia a promessa feita de que ganharia a liberdade quando comprovasse estar realmente casado, o que parece ter atendido satisfatoriamente.⁷⁵

Mas Urbano, como que querendo reforçar as consequências de sua prisão, não deixou de insistir nas imagens familiares bastante apelativas associadas à pobreza, principiando por ressaltar encontrar-se “na circunstância mais triste que o sol pode cubrir”. A partir daí pinta um quadro inquestionavelmente desumano ao estar “privado de ganhar minha vida”, de “ver minha Mãe”, ademais de “separado de minha mulher”. Aparentemente igual em seu conteúdo, não o era em seu sentido em relação à sua primeira representação. Percebe-se aqui, nitidamente, um deslocamento da figura da mulher enquanto dependente e responsabilidade do marido, subentendido no termo *casado* de seu estatus civil, para o papel de um ser querido ausente, transmitido pelo uso da palavra *separado*, enquanto que no caso de sua mãe se expressa pelo desejo de voltar a vê-la.

Por outro lado, ser pobre não podia ser confundido nem associado com a indisposição ao trabalho. Ao queixar-se estar *privado de ganhar sua vida*, Urbano toca em um dos valores mais sensíveis e caros às classes governantes, tendo em conta que a alusão ao trabalho numa sociedade em que o homem é medido pelo que produz, no mínimo conferiria uma imagem positiva ao peticionário.⁷⁶ Dizendo-se um “triste infeliz”, rogou por fim ao Chefe de Polícia “serto de quando os infelizes se achão presos á sua digna e honrada disposição que nunca consentirá que pereção victimas innocentes”.

Tanto esforço de convencimento e sensibilização nos leva a pensar que, embora a lei de 1822 livrasse aos casados do recrutamento, em certas conjunturas e com determinados grupos

⁷⁴ Doravante apenas se indicará o local do cárcere quando não se trate da cadeia civil da capital da província.

⁷⁵ AHRs, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 97.

⁷⁶ Vale lembrar que a cadeia civil de Porto Alegre, inaugurada em 1855, tinha inicialmente a missão de *corrigir e emendar* os presos através de uma fórmula correcional que incluiria aplicação às oficinas do estabelecimento, atenção religiosa e escolarização básica. Fracassado o intento e com o passar dos anos o estabelecimento foi recebendo todo tipo de encarcerados (preventivos, pronunciados, sentenciados, etc.), convertendo-se no maior depósito de indesejáveis do Rio Grande do Sul (CESAR, 2015a; MOREIRA, 2009, p. 118-152).

sociais, a sua aplicação não fosse cumprida mecanicamente. Apesar de contas, “[...] o recrutamento se exerce em um mundo de formas de reconhecimento e identificação eminentemente pessoalizadas” (MENDES, 1998, p. 11). Em vista do alegado, percebe-se claramente que Urbano não somente lançou mão de um critério de isenção, portanto, um direito assegurado por lei, como também buscou instrumentalizar sua desdita a fim de aproximar seu caso ao “ideal do recrutamento”, conforme Mendes (2004, p. 122): “O ideal do recrutamento combina garantias aos prováveis desamparados pelas levas – as viúvas, os órfãos, os casados, os filhos únicos – com os interesses da lavoura, mineração e artes”.

Entretanto, Urbano não foi o único a instrumentalizar e jogar magistralmente com imagens de pobreza e vulnerabilidade familiar, mas muito especialmente com a feminina, em suas representações dirigidas ao poder executivo provincial.

Carlos da Silva, “preso a disposição [...] para sentar praça, [...] remetido de São Gabriel por determinação do subdelegado”, também implorou soltura ao Chefe de Polícia, alegando ser casado e ter quatro filhos menores, “com quem vivia e a quem mantinha com seu trabalho, e que por isso, e por ser estrangeiro Oriental não está conforme a lei sujeito a recrutamento”.⁷⁷ Repare-se que, com exceção à nacionalidade do peticionário, a fórmula é praticamente a mesma: arrola, primeiramente, seu estado civil de casado, o que, teoricamente, já deveria por si só garantir-lhe a exclusão do indesejado recrutamento, mas como visse ainda necessário reforçar o direito, incluem-se outros elementos à representação, como o papel de pai e provedor da família, com o claro objetivo de sensibilizar a autoridade acionada.⁷⁸

Outro preso que trouxe à baila a família e figuras femininas como cargas e responsabilidades que pesavam sobre seu ombro foi Francisco Queiroz. Em requerimento a rogo, assinado por José

⁷⁷ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 94.

⁷⁸ Em despacho de 2 de março de 1855, o Chefe de Polícia indefere o pedido de Carlos por não apresentar provas do alegado, suscitando um novo requerimento a rogo, assinado por Felisberto Peixoto de Oliveira, onde solicita àquela autoridade policial um prazo de quarenta dias, a fim de providenciar em São Gabriel, de onde havia sido remetido, os documentos necessários para livrar-se de sentar praça. AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 94.

Pereira da Silva, sem data, alegou levar preso um ano sem que ninguém, até esse momento, o tenha chamado para averiguar o crime de que o acusam. Declarando-se inocente pediu ao Chefe de Polícia que fosse posto em liberdade “para bem de hir procurar a sua vida assim como hir tratar de sua Mãj e de sua família sendo eu o unico amparo que minha Mãj tem assim como toda a minha fam.”⁷⁹

Como já foi dito, as autoridades penal-carcerárias não desconheciam o fato de que as instituições prisionais funcionavam como autênticas plataformas de empobrecimento, pelo contrário, sabiam perfeitamente que a privação de liberdade não somente infligia padecimentos diversos aos presos, como também às suas famílias que, além de perderem um braço importante para sua subsistência, passavam a ter outro membro dependente de recursos exíguos, quando não completamente inexistentes. De forma que quadros de miséria envolvendo mulheres e crianças ou em situação de abandono e em risco de desonra, costumavam tocar a fibra sensível dos governantes.

Talvez menos elaborada, mesmo assim, a narrativa de Francisco não deixava a desejar. Lançou mão de um quadro de imagens bastante conhecida em que não faltava a preocupação em buscar recursos para atender, não somente a sua mãe, mas a toda a família. E como se ainda fosse pouco, fecha o requerimento se autointitulando “indigente” e digno de atenção por parte do Chefe de Polícia, “Paj dos Imfelizes”.

O apelo ao quadro narrativo do *desamparo familiar*, referente especialmente ao elemento feminino, em concreto, mães e esposas, às quais se acrescentava recorrentemente a imagem dos filhos dependentes como membros não menos vulneráveis, revelava-se bastante sugestivo. Tenha-se presente que a nova sensibilidade civilizada passou a atentar e rechaçar cada vez mais imagens de pobreza e miséria extrema, sobretudo as que envolviam mulheres e crianças. Assim, como se se antecipasse aos ouvidos surdos que por ventura se pudesse fazer à lei, já que essa por si só não podia protestar, mais valia assegurar-se com elementos que geravam empatia por sua relação com os valores humanos e caritativos defendidos pela sociedade oitocentista.

⁷⁹ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 97.

Nesse sentido, não estranha, portanto, que tais conjuntos de imagens fossem instrumentalizadas pelos peticionários encarcerados, muito além daqueles que apenas desejavam escapar-se ao recrutamento, como se passará a analisar. Cumprindo a pena de prisão perpétua em Porto Alegre, José Francisco de Souza solicitou em 27 de abril de 1870, por motivos econômicos e familiares, sua transferência para a cadeia de Pelotas. Conforme narrou ao Chefe de Polícia:

[...] pelo seo estado de casado recebe de sua mulher e de seo sogro os socorros necessarios para sua alimentação e tornar sua infeliz vida de menos martyrios; e porque seo sogro mude-se para a cidade de Pelotas e o acompanhem a mulher e filhinhos do supplicante por não poderem por falta de meios continuar a residir nesta cidade, visto que o supplicante pelo seo estado não lhes pode prestar, vem o supplicante respeitosamente pedir a V. Ex^a que em attenção ao que fica exposto, condoendo-se das tristes circunstancias do supplicante, sirva-se de mandar transferir [...].⁸⁰

A justificativa de José se parecia muito a de Candido Jose da Silveira, preso sentenciado que cumpria pena na cadeia civil de Porto Alegre. Dirigindo-se à autoridade responsável pelo aparelho repressivo provincial, solicitou, em 10 de janeiro de 1869, autorização para terminar o tempo restante de condena na Vila de Caçapava. Ali, acrescentou, poderia ser “socorrido por [sua] mulher, y demais familiares, pois [também] o seu estado de saúde” assim o requeria.⁸¹

Não era a primeira representação de Candido com o intuito de lograr uma transferência. Poucos meses antes, precisamente em 4 de setembro de 1868, foi encontrado narrando ao Chefe de Polícia uma fuga de presos ocorrida na cadeia de Caçapava, onde então cumpria pena, digna de um dos melhores capítulos de histórias do gênero. Escrevendo a rogo, contou que

faltando-lhe apenas um anno mais ou menos para conclusão de sua sentença, sendo natural da Villa de Caçapava onde tem sua familia, deseja ir ali acabar seu tempo de prisão, porque assim estará perto de

⁸⁰ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 153. Apesar do infortúnio narrado, José teve seu pedido indeferido pela secretaria de polícia, em 23 de maio de 1870, em vista das informações enviadas pelo Delegado de Polícia do termo de Pelotas.

⁸¹ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 144.

sua mãe e esposa de quem se acha separado por grande fatalidade, o supplicante achava-se ali preso, quando fugarão alguns presos, não os acompanhou e chamou a sentinella da guarda para avisal-a; por este facto o Senhor Doutor Gervasio Campello, então Cheffe de Policia, mandou removel-o e a outros para a cadêa d' esta capital; esperando que V. S.^a attenda a este facto e de sua bondade e justiceiro carácter, tem convicção de ser favoravelmente defferido;⁸²

Em 5 de setembro, o caso foi remetido ao Delegado de Polícia do termo de Caçapava, a fim de prestar àquele informações sobre o requerido. E, em 17 do mesmo mês, o 2º suplente, Antonio Silvestre Maciel, afirmou que o “peticionario pode com sigurança ser guardado na cadeia civil desta villa até cumprir sua sentença”. Como se viu, Candido não se deu por vencido e usou tudo o que tinha disponível para sensibilizar às autoridades: da separação da família (mãe e esposa) à narração em seu favor de uma ação exemplar, isto é, sua negativa em acompanhar outros reclusos numa evasão coletiva, chamando ainda “a sentinella da guarda para avisal-a”.

Acrescente-se, todavia, outros casos. Em julho de 1865, sete colonos alemães elevaram uma petição de graça ao Imperador, buscando o perdão pela pena que haveria de cair sobre eles pelo crime incorrido no art. 120 do Código Criminal. A narrativa é bastante confusa e a história um autêntico imbróglio, mas vale recuperar duas passagens muito significativas acerca das justificativas arroladas. Primeiro: esperavam uma graça “não tanto para si como para suas infelizes familias”. Segundo: alegando serem todos “estrangeiros que buscão se hospedarem no grande Imperio, do qual é V. M. I., seu primeiro cidadão”, diziam depositar toda a confiança em que o Imperador não faria ouvidos surdos ao “echo legitimo e doloroso das vozes de suas tristes e desesperadas familias”. A representação coletiva foi remetida à presidência da província e, a se crer de uma nota anexa, os sete receberam o *perdão*, conforme um aviso de 27 de Julho de 1865.⁸³

Nas petições analisadas, as mulheres e crianças são retratadas a um só tempo como as maiores sacrificadas pelo encarceramento de esposos, filhos e pais, mas também como elementos familiares que

⁸² AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 137.

⁸³ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 124.

pesavam sobre os ombros dos peticionários. E inclusive quando o problema não era precisamente a falta de recursos, a *mulher* continua aparecendo como fator de risco de empobrecimento ou de desgraças, principalmente ante a falta do amparo masculino em vistas de sua *entendida* vulnerabilidade, ainda piorada pela senilidade ou por enfermidades que as coíbiam da manutenção e administração dos bens. Ponha-se alguns exemplos.

José Antonio da Silva, condenado no grau médio do art. 193 do Código Criminal, temendo a perda de sua “modesta fortuna”, entre a qual figurava uma “fazenda de crear”, peticionou ao Chefe de Polícia em 29 de março de 1868 um traslado da cadeia de Porto Alegre, onde cumpria pena, para a de Jaguarão, lugar de seu domicílio. Procurando sensibilizar a autoridade contatada com a ideia de uma rápida dilapidação de sua propriedade, alegou em seu favor ter

apenas para represental-o na inspecção d’esses interesses su Sr^a; mas essa mesma, mais velha ainda do que o supp.^e que já conta setenta e quatro annos e sobre modo inferma, não pode velar pelos bens que a sua má sorte levou o supp.^e a confiar a gestão de outrem nem me^{mo} fiscalizar p^f qualquer modo a direcção que lhes dão.⁸⁴

Sendo o acesso e a manutenção da propriedade privada um dos maiores direitos individuais consagrados pela Constituição de 1824, não estranha, portanto, que a narrativa peticionária de José tenha encontrado a atenção perseguida.⁸⁵

Já no requerimento dos colonos Kaspar Debus e Ludwig Derlam, assinado na cadeia civil de Triunfo, em 23 de março de 1861, os peticionários solicitaram providências ao Chefe de Polícia, a fim de que a autoridade responsável os processasse o quanto antes ou consertasse um primeiro processo realizado e devolvido pelo Juiz de Direito, devido a uma série de irregularidades. O fato é que os

⁸⁴ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 137.

⁸⁵ Embora tenha sido atendido, a ordem de traslado pelo visto demorou a sair, pois, em petição de 12 de novembro de 1868, encontramos-lo solicitando a execução da ordem baixada pelo então Presidente da Província interino, Joaquim Vieira da Cunha, que, segundo expressou, autorizava-lhe cumprir na cadeia de Jaguarão a sentença de 12 anos de prisão com trabalho. AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 137.

referidos colonos levavam presos por suspeitas de homicídio há aproximadamente dois anos, sem culpa formada, nem processo, em uma enxovia de 10 palmos de largo e 30 de comprido.

Como se observa, além de se criticar a “manifesta infração das Leis, veixados em sua liberdade e incerrados” num xadrez imundo, não se deixou de arrolar em favor dos réus que os dois eram “casados, colonos estabelecidos, na flor da idade, ficando suas mulheres ahi expostas aos transtornos e veixames q é facil calcular-se”. O requerimento acabou surtindo efeito. Em despacho dado pelo Chefe de Polícia em 6 de abril de 1861, mandava-se ao subdelegado respectivo informar sobre o “estado do proceso e a razão p^r q se não tem concluído”.⁸⁶

Não menos dramática pareceu ser a situação de Joaquim Lopes de Oliveira Martins, que “por falta de numero”, não fora julgado pelo júri da Vila de São Jerônimo, onde havia sido processado. Remetido para a cadeia da capital, peticionou em 25 de setembro de 1866 ao Chefe de Polícia, implorando-lhe a “graça” de ser enviado para a citada vila, justificando que

o supp.^e para aqui se allimentar tem-se visto obrigado a vender alguns bens que passou e a continuar terá de ficar talvez reduzido a miseria elle e sua fam.^a por isso vem implorar a V^a Ex^{cia} a graça de ser remetido para a Vila de S. Jeronimo que estando alli sua familia com pouca despeza pode sobstir e estar perto de sua caza onde pode dirigir qualquer arranjo para não ficar sua familia reduzida a miseria [...].⁸⁷

Também Joaquim foi atendido pelo que se depreende do despacho situado na margem superior, à esquerda e à direita do requerimento, mandando-se officiar ao Delegado a remessa do preso e sua conservação com segurança em São Jerônimo, até a reunião do Júri, assim como ao carcereiro da capital, em 28 de setembro de 1866.

Conforme se vem colocando de manifesto, depois das mulheres (mães e esposas), são os rebentos – vulneráveis e dependentes por excelência – as figuras mais presentes na composição dos conjuntos de imagens associados à pobreza da narrativa de encarcerados suplicantes. Para não tornar o texto

⁸⁶ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 98.

⁸⁷ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 131.

enfadonho e repetitivo, basta que se traga apenas a referência ou passagem da miséria relatada, para que se faça uma ideia de sua importância enquanto instrumento de sensibilização.

Johann Koehn, natural da Prússia, justificou a representação encaminhada ao Chefe de Polícia por encontrar-se “inteiramente com sua consciência limpa e obrigado pello miseravel estado em q^e jazem seus filhos”.⁸⁸ Francisco Alves da Cruz, ex-empregado de S.M.I e da Nação, desabafou em representação do dia 20 de janeiro de 1863, dirigida ao Chefe de Polícia, que por conta da demora da tramitação de uma petição de graça, atribuída à “negligencia d’ alguns [...] empregados publico[s]”, “tem o supp.^e sofrido sete annos de prisão, deixando seus infelizes filhos ao dezamparo”. Novamente, a representação fez movimentar a máquina administrativa do executivo provincial, já que o Dr. Dario Rafael Callado acabou por solicitar, no dia seguinte, que se oficiasse ao Presidente da Província expondo-lhe a presente súplica, a fim de poder “leval-a ao conhecimento do governo Imperial”, acrescentando que o “comportamento deste condemnado he m^{to} regular”.⁸⁹

Note-se, todavia, que o comportamento funcionava como um crédito a mais que abonava tanto o merecimento como o indeferimento do solicitado, pois como disse Farge (2008, p. 114): “Los pobres están condenados a una cita perpetua de obediencia con respecto a sus condiciones y a las autoridades que los gobiernan”. Não existe algo mais abominável que um pobre insolente ou odioso!

Cumprindo uma pena de seis meses e quinze dias na cadeia de Porto Alegre, escreveu Manoel Pacheco de Souza Filho ao Presidente da Província, em 10 de novembro de 1868, solicitando-lhe autorização para cumprir o restante da pena, então menos de dois meses, na cadeia da Vila de Encruzilhada, onde era morador e havia sido sentenciado pelo Tribunal do Júri da referida localidade. Conforme suas próprias palavras:

Forçosas são as razões que aconselha ao supp.^e vir requerer remoção p.^a a cadeia de seo domicilio entre ellas sobresaí a imperiosa de ter o

⁸⁸ AHRs, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 131, s/d.

⁸⁹ AHRs, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 105. Vale lembrar que eram os carcereiros os responsáveis pelo controle e envio das listas de presos sustentados pelos cofres públicos.

supp.^e deixado seos inocentes filhos expostos aos soffrimentos da indigencia e miseria, occasionado pelos trabalhos de que é victima o supp.^e, p^r pobre, e preso n'esta cidade, não pode promover os meios d' abrigar essa orfandade da miseria, que seguramente os persegue naquelle lugar, e que reclama a presença de seo pay em seo auxilio.

Não sabemos se o requerimento de Manoel alcançou plenamente seu objetivo, mas teve despacho, no mesmo dia, do Presidente ao Chefe de Polícia, para que este último providenciasse “como for de justiça”.⁹⁰

Outras imagens de pobreza extrema, demasiado apelativas, parecem suscitar, antes de nada, compaixão e gestos de solidariedade, buscando, talvez, acionar princípios religiosos arraigados acerca do desvalido para seu pronto atendimento. Jose Claro do Nascimento, preso há dez meses na cadeia de Porto Alegre, “como hoje se veja sem meios alguns para comprar huma japona em razão de sua pobreza”, dirigiu-se ao Chefe de Polícia em junho de 1867, pedindo “a esmola de V. Ex.^a lhe mandar huma bruza para o supp.^{te} agazalhar seu corpo do frio”, além de uma calça e uma camisa por não ter o que mudar.⁹¹

O preso pronunciado Mariano Soares da Silva, em requerimento escrito a rogo por Joaquim da Rocha e Silva, dirigido em 7 de junho de 1867 ao Chefe de Polícia, disse ser “elle supp.^{te} nimiamente pobre e achandoçe sem roupa de que poça fazer uso [vinha] por isso requerer a V. Ex.^{ca} que atendendo ao estado de sua pobreza se çirva me mandar huma muda de roupa propia para a estação invernosa”.⁹² A se crer no despacho a lápis contida no documento, Mariano foi atendido com uma calça e uma camisa.

Escrevendo àquela mesma autoridade, porém, em 3 de julho de 1867, disse o preso sentenciado Julio Ramires que

por achar-me em uma pozizão bastante abatida, fazo a V. S.^a a seguinte narração para obter de V. S.^a merçe:

Tendo sido ameaçado da cholera, adonde passei um mes y dias no ospital desta cadea, adonde se me estraviou tuda a minha roupa q' tinha recivido por a cassa, ficando obrigado hoje a pedir roupa

⁹⁰ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 137.

⁹¹ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 136.

⁹² AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 136.

emprestada para bem de mudar a unica muda q.^c me ficou, por o tanto suplico a V. S.^a se digne providenciar p.^a bem de ser remediado.⁹³

Por outra parte, iniciar o requerimento informando a condição de *preso pobre* também resultava estratégico. O indivíduo pertencente a essa categoria dependia completamente da manutenção estatal, para muitos a única forma de se livrarem da inanição, falta de roupas e desatenção médica. Funcionava como um atestado legal de miserabilidade, que, apesar de infamante em uma sociedade de valores burgueses, poderia vir a constituir um status duplamente estratégico ao permitir, por um lado, a assistência governamental e, por outro, um olhar eventualmente mais benevolente por parte das autoridades. Alguns presos alimentados pelos cofres públicos podiam, por exemplo, desenvolver atividades manufatureiras em suas celas, possibilitando a obtenção de algum dinheiro para as necessidades cotidianas, ou, ainda, quem sabe, auxiliar familiares ou terceiros.

Um caso de desordem sucedido na cadeia civil do Recife, em 1849, porém saído à luz a princípios de janeiro de 1850, ilustra isso muito bem. Em comunicação trocada entre o Presidente da Província, Honório Hermeto Carneiro Leão, e o Chefe de Polícia interino, José Nicolau Requeira Castro, a fim de se averiguarem as queixas vertidas em requerimento enviado ao primeiro pelo preso Manoel Pereira do Valle, Castro respondeu em 4 de janeiro que, mandado “ouvir” o carcereiro em relação ao ocorrido, prestou-lhe contas àquele que aumentou o número de presos pobres e, conseqüentemente, o de “racionados”,

foi preciso tirar-se rações a alguns, e escolhera-se de entre os racionados os que tinham alguns meios para se alimentarem, e como o supplicante trabalhava na prisão por seu officio, foi lhe tirada a ração. Aconteceo depois faserem os presos desordens tirarão-se os instrumentos que podião ser offencivos, e ficarão os presos trabalhando mal, tudo em tempo do meu antecessor.⁹⁴

Um preso que instrumentalizou com sucesso sua condição de miserabilidade foi Jesuino Dias Favas, sentenciado a oito anos de

⁹³ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 136.

⁹⁴ APEJE, Polícia Civil, PC-28.

prisão com trabalho, que, em requerimento de 17 de agosto de 1867, solicitara ao Chefe de Polícia que se compadecesse da sua miséria e da de muitos outros companheiros que dependiam de autorização para sair às ruas para vender chapéus. Jesuino demonstrava com isso que ser pobre não significava ser vagabundo; segundo, a alusão ao trabalho numa sociedade em que o homem dele não pode estar privado, conferia uma imagem positiva ao peticionário, conforme já se fez notar. Pois, como diria María Jesus Miranda, “ser hombre es idéntico a ser trabajador”, de forma que “negar al preso el derecho al trabajo es negarle su esencia humana... algo incompatible con el humanismo de la sociedad burguesa” (1989, p. 137).

É importante lembrar que o estabelecimento de manufaturas nas celas ajudava o preso em seu sustento, ao mesmo tempo que servia de antídoto à ociosidade reinante, considerada mãe de todos os vícios. Favas e alguns companheiros possuíam uma concessão para deixar o penal a cada quinze dias para negociar seus chapéus e comprar matéria-prima, no que foram novamente atendidos com uma disposição ainda melhor. Em despacho, o Chefe de Polícia oficiou ao Comandante de Polícia “recomendando que não deixe de mandar todos os dias a cadeia a escolta de 3 praças que tem de sair com presos a rua para comprar e outros misteres”.⁹⁵

Caracterizar-se como pobre acionava sentimentos e ações de atenção ao requerente. A expressão “mirando con caridade meu ynfortunio” escrita pelo sentenciado Jose Antonio Vigil, em uma carta anexa ao seu requerimento dirigido ao Chefe de Polícia, em 26 de junho de 1855, diz muito acerca do que se vem tentando descrever. Alegando sofrer de uma doença crônica que lhe prendia ao hospital por três longos anos, tenta assim angariar algum tipo de concessão especial que beneficiasse seu estado de saúde, pois como diria, “yo mas quiero ser pajaro de gaiola que vitima en manos de un cacador”.⁹⁶

Não é, portanto, em vão que várias representações de encarcerados iniciará, precisamente, expressando a sua condição de

⁹⁵ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 136.

⁹⁶ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 94.

“preso pobre”.⁹⁷ E se não ao princípio, durante o corpo do texto através de fórmulas diversificadas, desde o clássico “em consequencia de seu estado de pobreza”⁹⁸ ao “nimiamente pobre” já trazido à consideração.

Se o próprio Estado reconhecia a pobreza e sua responsabilidade em relação aos encarcerados assim caracterizados, não estranha que esses presos se aproveitassem disso e que autoridades e governantes acabassem naturalizando a condição de miserabilidade daqueles como justificativa inclusive de maior consideração e importância em suas resoluções. Bastam dois exemplos.

Em 18 de outubro de 1868, escreveu o preso Generoso Antonio Machado requerendo “seja quanto antes posto em liberdade como manda a lei” por ter cumprido a pena de sete anos de prisão, sem que tenha sido intimado para processar a multa correspondente a outros 2 anos e 3 meses, conforme os artigos 425, 426 e 427 do regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842. Ainda no mesmo dia, o Chefe de Polícia despachou solicitando ao Promotor “para proceder como de direito, visto ser o supplicante pessoa miseravel”.⁹⁹

O segundo exemplo, diz respeito ao despacho dado à petição de graça do preso Andre Gomes, de 22 de julho de 1865, assinado no Palácio do Governo, em Porto Alegre, a 18 de setembro do mesmo ano:

Illm.º Exm.º Sr. Da informação prestada pelo juiz de direito da Comª de Bagé consta que o supp.º foi preso a 17 de Abril de 1860, sendo acusado de tentativa de homicidio, por ter no dia anterior, em consequencia de uma desordem com outros, desfechando um tiro de pistola sobre o Inspector de Quarterão do 1º Distr.º d’aquella cidade. Sentenciado em audiencia de 23 de Maio, foi condenado a 4 annos de prisão com trabalho, grao minimo das penas do artº 193 combinado com o artº 34 do cod. Cr; e desde 5 de Junho do referido anno cumpre a pena. Attendendo-se a circumstancia de não ter sido felizmente empregado o tiro que disparou, pode parecer ao coração Magnanimo de sua Magestade o Imperador expiação sufficiente para

⁹⁷ Vejam-se os dois requerimentos de João da Silva Teixeira (26/07/1864 e 3/08/1864). AHRs, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 112A. Também os de Bernardino Machado (24/02/1888) e José Coelho (07/09/1888 e 29/10/1888), ambos dirigidos ao Presidente da Província. AHRs, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 261.

⁹⁸ AHRs, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 144.

⁹⁹ AHRs, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 137.

o delito do pobre ex soldado André Gomes o tempo de prisão que já tem sofrido.¹⁰⁰

Arlette Farge (2008, p. 200-201), refletindo sobre essa e outras questões para a Paris do século XVIII, fala que

si por desgracia un cuerpo con “fisonomía de taller” se vuelve delincuente, entra para siempre en la estigmatización más feroz; tildado de “repugnante y feroz”, será objeto de las descripciones corporales más caricaturescas. En cambio, si entra en armonía (si puede decirse) con lo que se piensa que es el mundo de los débiles, las descripciones de su cuerpo adoptan más bien términos del vocabulario de la piedad, la compasión e, incluso, la ternura o la indignación.

Muitas páginas antes, Farge também trabalha a ideia de que a assistência ao pobre não tem por objetivo “suprimir la división de la sociedad entre ricos y pobres, sino atenuar las diferencias demasiado profundas entre las clases, que se vuelven peligrosas. Taladrado por la pobreza, la asistencia es un deber y el Estado monárquico comprende la envergadura de esto” (2008, p. 112).

Em nosso caso, a preocupação com os pobres não é menor, nem menos constante. A desordem da rua, também é temida no interior das instituições prisionais, e o instrumento peticionário acabava, não raramente, por fazer as vezes de uma válvula de escape de tensões provocadas por descontentamentos, descumprimentos e todo tipo de abandono. A importância desses despachos reside, portanto, em revelar como as autoridades também tomavam a figura-linguagem da *pobreza* para justificar ações, atenções ou pareceres cujas implicações poderiam ser capitais para a vida e o futuro de indivíduos encarcerados, mas também para a manutenção da ordem pública e institucional.

Palavras finais: pobreza e aprendizagem cívica

A proposta deste estudo é analisar as imagens da pobreza a partir dos quadros de misérias e necessidades reproduzidas e instrumentalizadas pelos presos oitocentistas da Província de São

¹⁰⁰ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 124.

Pedro do Rio Grande do Sul, visando a construir narrativas suplicantes que sensibilizassem e convencessem as autoridades não só para a concessão de atenções e cuidados, mas também para fazerem valer direitos adquiridos.

Com isso não se procura negar o sofrimento, nem dizer que a pobreza trazida à baila por meio das petições de reclusos constituía apenas uma estratégia ou um recurso discursivo deveras importante à linguagem suplicante. O que se coloca de manifesto é o fato de que a pobreza sentida e a imagem dela projetada são, conjuntamente, essenciais para o exercício de convencimento peticionário analisado.

E, conforme vimos, os presos do passado utilizaram consciente e magistralmente situações de risco ou de miserabilidade, quando não de um estado já comprovadamente de pobreza. Usaram para isso um canal constitucional – a petição – e dele se apropriaram para reivindicar o cumprimento de direitos assegurados ou a concessão de atenções nem sempre claramente regulamentadas. Um claro exemplo do “uso da escrita” por indivíduos das classes menos favorecidas, “como uma forma de contatar (ou tocar) a Coroa Imperial (diretamente ou através de seus representantes)”, como diria Moreira (2015, p. 23).

Ao pedir e instrumentalizar a pobreza em seu favor, os mais baixos cidadãos imperiais revelavam uma compreensão dos seus direitos, mas também dos valores caros à sociedade que lhes tocava viver. E não somente isso, compartilhavam quanto ao uso do instrumento peticionário uma aprendizagem cívica ou cívico-político excepcional (CESAR, 2015b, p. 384). Segundo Grinberg (2002, p. 31):

Até hoje, apesar do reconhecimento de que os direitos civis e políticos para a população livre foram inicialmente estabelecidos pela Constituição de 1824, grande parte dos poucos estudos sobre cidadania e direitos civis no período imperial enfatiza não só a ausência destes direitos na prática cotidiana, como também a falta de pressão de diversos setores da sociedade pela sua obtenção.

Este texto, portanto, pretende ajudar a pensar formas e mecanismos pelos quais a arraia-miúda da sociedade, encontrando-se cidadão, aprendia a reivindicar as garantias constitucionais e o cumprimento das leis.

Dos vinte e quatro requerimentos envolvendo vinte e nove indivíduos encarcerados, dois lutavam por escapar das garras de um recrutamento odioso; cinco tentavam com todas as suas forças uma transferência para a cadeia da localidade de origem; um dizia acusado sem ter sido acionado para averiguações; três reclamavam soltura ou processamento pela inexistência de culpa formada e processo; onze requereram a liberdade, dos quais nove diretamente a D. Pedro II, através de petições de graça; três pediram roupas, um autorização para poder vender chapéus fora da cadeia, e outro concessões especiais visando ao seu estado de saúde; e os dois restantes solicitaram a “guia da sentença” e o pagamento de um título, respectivamente.

Em um primeiro estudo realizado com 192 requerimentos (CESAR, 2015a, p. 196-198), 28% atendiam a pedidos de perdão, soltura ou liberdade, enquanto 13% abarcavam solicitações de informação sobre o processo, cumprimento da pena, motivo do encarceramento, formação de culpa, e averiguações policiais. As requisições de transferência representavam 10%, e as demandas pessoais associadas à vida e ao cotidiano prisional 31%. Os 18% restantes não representados pelas petições arroladas acima, 7% diziam respeito a pedidos ou devolução de documentos e 11% relativo a audiências ou intervenções de autoridades.

O conjunto de requerimentos analisados ao longo deste texto revela uma luta pelo cumprimento e/ou alargamento de direitos pouco ruidosa, diferente dos motins e rebeliões, mas extremamente potente e estendido e, o que era mais extraordinário, completamente legal. Reclamaram-se direitos individuais e civis básicos como, por exemplo, meios para conservar a vida e garantir a sobrevivência, não ser preso sem culpa formada, a preservação da propriedade, e o próprio direito de queixar-se e peticionar às autoridades.

Ao fim e ao cabo, tratou-se de corpos físicos e políticos e, como disse Juan Malpartida: “Las personas anónimas no tienen otra cosa que su cuerpo, y es en ellos mismos – depauperados o enloquecidos, embrutecidos o disminuidos – donde se expresa, consciente o inconscientemente, una voluntad de justicia” (2008, p. 22).

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Carlos. Disputed Views of Incarceration in Lima, 1890-1930: The Prisoners' Agenda for Prison Reform. In: SALVATORE, Ricardo D.; AGUIRRE, Carlos; JOSEPH, Gilbert M. (Eds.). *Crime and Punishment in Latin America: Law and Society since Late Colonial Times*. Durham/London: Duke University Press, 2001, p. 342-368.

BARRÁN, José Pedro. *Historia de la sensibilidad en el Uruguay*. El disciplinamiento (1860-1920). 5ª reimp., Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, Tomo II, 1991.

BRITTO, Aurélio de Moura. “Tocados da mania de escrever”: a escrita como prática de contestação e denúncia na Casa de Detenção do Recife (1861-1875). *Revista Hydra*, vol. 1, n. 2, agosto, 2016, p. 46-77.

Constituição Política do Império do Brasil. In: BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978, p. 483-508.

CESAR, Tiago da Silva. A arte de requerer dos presos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Século XIX. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt *et. al.* (Orgs.). *Instituições e práticas de controle social: perspectivas de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos Editora/Editora Unisinos, 2016, p. 172-209.

CESAR, Tiago da Silva. *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro (1850-1888)*. São Leopoldo: Oikos Editora/Editora Unisinos, 2015a.

CESAR, Tiago da Silva. Espera Receber Mercê: os requerimentos de presos e suas relações com o Estado (1850-1888). In: REGUERA, Andrea; FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *Uma História Social e Cultural do Direito, da Justiça e da Política: Do antigo regime ibero-americano à contemporaneidade latino-americana*. São Leopoldo: Oikos Editora/Editora Unisinos, 2015b, p. 378-403.

CESAR, Tiago da Silva. Os mais baixos cidadãos do Império: o dispositivo peticionário e a linguagem suplicante dos presos do sistema prisional do Rio Grande do Sul (1850-1888). Texto no prelo, 2019.

CHARTIER, Roger. De la Historia Social de la Cultura a la Historia Cultural de lo Social. *Historia Social*, nº 17, 1993, p. 97-103.

DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FERTIG, André. Fiéis Vassalos: Demandas da população da Capitania de São Pedro do Rio Grande no início do século XIX (1800-1815). In: *E-Book*

1º Seminário de Pesquisas do AHRs, Anais de 4-6 de out. 2001, p. 1-7.

FOUCAULT, Michel. *La vida de los hombres infames*. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2014.

GANDELMAN, Luciana. “As mercês são cadeias que se não rompem”: liberalidade e caridade nas relações de poder do Antigo Regime Português. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 109-126.

GRINBERG, Keila. *O fador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HUGO, Victor. *O último dia de um condenado*. Porto Alegre: L&PM, 2017.

HUNT, Lynn. *La invención de los derechos humanos*. Barcelona: Tusquets, 2009.

MALPARTIDA, Juan. El outro siglo XVIII: gramática corporal. *ABCD 864*, Semana del 23 al 29, agosto, 2008, p. 22.

MENDES, Fábio Faria. A economia moral do recrutamento militar no império brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, nº 38, outubro, 1998, p. 1-17.

MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora Bom Texto, 2004, p. 111-138.

MIRANDA, María Jesús. Bentham en España. In: BENTHAM, Jeremy. *El Panóptico*. Madrid: La Piqueta, 1989, p. 129-145.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Apresentação) Acanhados e imundos calabouços que serviam de prisão: a ilusão panóptica na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. In: CESAR, Tiago da Silva. *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro (1850-1888)*. São Leopoldo: Oikos Editora/Editora Unisinos, 2015.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010.

PRATT, John. *Castigo y civilización*. Una lectura crítica sobre las prisiones

y los regímenes carcelarios. Barcelona: Gedisa, 2006.

SOTO, Pedro Carasa. *Pauperismo y revolución burguesa (Burgos, 1750-1900)*. Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones, 1987.

SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *1680-1720: O império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRINDADE, Cláudia Moraes. *Ser preso na Bahia no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

TRINDADE, Cláudia Moraes. Ordem e desordem: correspondência de presos e vida prisional na Bahia no século XIX. In: LOURENÇO, Luiz Claudio; GOMES, Geder Luiz Rocha. (Orgs.). *Prisões e Punição no Brasil Contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, 2013, p. 143-176.

REFLEXÕES SOBRE A POBREZA NUM ESPAÇO FRONTEIRIÇO DO EXTREMO SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA (PORTO ALEGRE, XVIII E XIX)

Denize Terezinha Leal Freitas
Jonathan Fachini da Silva

No dicionário organizado pelo clérigo Raphael Bluteau (1712-1721), aquele que é pobre pode ser descrito, entre tantas classificações, como o “que não é rico. O que não tem o necessário”, a pobreza, nessa mesma linha é “a falta do suficiente para o sustento da vida”¹⁰¹. Ainda segundo o dicionário de Bluteau o verbete também designa pobre como a nobreza sem recursos materiais: “Pobre, também se diz dos Fidalgos e dos Príncipes, que tem pouca renda, a que falta o necessário para sustentar com decoro sua dignidade, a sua nobreza”¹⁰².

O universo da pobreza já recebeu atenção entre os pesquisadores do período moderno, estudos já clássicos mostram a diversidade de classificações do que é ser pobre e como a História já não lança olhar sobre os pobres como uma massa amorfa excluída de todo o contexto social¹⁰³. Mesmo que de maneira limitada,

¹⁰¹ BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez e latino...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721, p. 556.

¹⁰² BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez e latino...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721, p. 559.

¹⁰³ Os estudos de Laurinda Abreu para o Portugal moderno nos mostra que o pobre interage, mesmo que de maneira limitada, com o sistema social a qual pertence, em suas palavras: “uma vez inseridos no *sistema* os pobres podiam, ainda que em escalas variadas interagir com ele, quanto mais não fosse porque passava a ser-lhes reconhecido um determinado papel social, como o de garantir a reprodução da ordem social vigente, fornecer força de trabalho ou evitar, pela imposição da domiciliação, a disseminação das epidemias, um assunto tão caro às elites dominantes. Poder-se á argumentar que eram actores com capacidades limitadas, até porque quase sempre agiam incitados por exclusivos pressupostos de sobrevivência” (ABREU, 2014, p. 11).

interagem com o sistema na procura de captação de recursos para sua sobrevivência. Nesse sentido Laurence Fontaine (2016, p. 428) salienta que a pobreza “era tanto um processo potencial quanto um estado, o que quer dizer que para compreendê-la, é preciso não somente estudar os mecanismos de empobrecimento, mas também o que os indivíduos podem fazer para minimizar os riscos, para frear e retardar a degradação de suas condições nos períodos de crise”.

Um dos desafios para o estudo pobreza pelo enfoque da História Social no período colonial e primeiros anos do Império, se dá pela precariedade de documentos preservados e deixados por parte desta parcela da população, o que tem sido um obstáculo significativo no desenvolvimento de pesquisas. Porém, tornasse latente que o estudo da pobreza neste período histórico seja tomado como um desafio possível, mesmo diante da precariedade empírica.

Sendo assim, um ponto de partida quando tomado o pobre como categoria de análise, é estabelecer as balizas entre o que é pobreza e o que é riqueza. Nesse jogo dialético, o pobre enquanto objeto de estudo pode ser estudado desde uma antiguidade tardia até tempos mais contemporâneos. Em relação ao tempo e espaço de nossa análise, será a Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, fundada em 1772, tornando-se sede administrativa da Capitania e depois Província do Rio Grande de São Pedro a partir de 1809. O recorte cronológico se estende ainda até as primeiras décadas dos séculos XIX cobrindo o período de formação e desenvolvimento urbano da freguesia.

Vale salientar que a precariedade de documentação é epidêmica no que tange os períodos correspondentes ao processo de colonização – até mesmo aqueles mais tardios como é o caso dos extremos da América Portuguesa – todavia, quando tratamos de investigar a pobreza o desafio é ainda maior. Isto se deve ao caráter oficial e elitista de quem solicitava, realizava e protocolava tais documentos que, invariavelmente, eram de caráter exclusivo de quem possuía bens, propriedades e/ou cargos, bem como, demandavam o pagamento de custos de cartorial e escrivão. Assim, nem todos tinham acesso e/ou podiam cobrir os gastos.

Dentre os desafios também está a dificuldade de identificar e caracterizar este grupo devido à diluição destes dentro da população de africanos escravizados, populações nativas e mestiça que compõe

as bases sociais. Além disso, a documentação disponível tende a colocar esta população em função e/ou a serviço das elites locais, isto é, aparecem de maneira genérica e de pouco destaque em comparação com as camadas mais abastadas da sociedade. Tais registros de ordem qualitativa como os testamentos, por exemplo, servem como fonte coringa, porém de aspecto limitado pelo direcionamento do documento direcionar uma relação verticalizada entre senhores e seus subalternos.

Desta forma, as pesquisas tendem a problematizar a pobreza como um sintoma estritamente ligado a escravidão, mas não gerado ou margeado a mesma. Isto é, atribuiu-se a fórmula genérica de terminologias como colonizadores versus colonizados, senhores versus escravos entre outros e negligencia-se a diversidade de categorias de indivíduos que vivem a margem desta sociedade escravocrata.

Nesse sentido que o estudo clássico de Laura de Mello e Souza (2004 [1982]) trouxe a ideia de “desclassificados” ao tratar a sociedade mineira do século XVIII. Segundo a autora o “desclassificado social” é uma expressão melhor definida, remete ao seu antagonismo o “classificado”. Numa sociedade escravocrata o desclassificado é “o homem livre pobre – frequentemente miserável –, o que numa sociedade escravista, não chega a apresentar grandes vantagens com relação ao escravo”. (SOUZA, 2004 [1982], p. 27).

Assim a proposta aqui é justamente mapear essa população desclassificada socialmente, ou melhor, livre e pobre, bem como uma suposta “nobreza” empobrecida na freguesia de Porto Alegre entre os séculos XVIII e XIX. Faremos esse percurso numa perspectiva da História da Família, pensando nas mulheres solteiras, ou não casadas legalmente conforme a norma tridentina¹⁰⁴. Compreendemos que esses lares matrifocais podem ser chaves para entendermos os lares empobrecidos como já apontou outro estudo renomado, o de Maria Odila Dias (1984). Mais do que as famílias chefiadas por mulheres pobres (desclassificadas), vamos dar uma atenção também às mulheres

¹⁰⁴ Sobre a normativa referente ao sagrado matrimônio católico durante o período colonial, ver: Silva, 1984.

designadas como *Donas*¹⁰⁵, mas que vivem em estado de pobreza, a nobreza empobrecida como citava o dicionário de Bluteau.

Para esse fim, nos utilizaremos, principalmente, da documentação eclesiástica disponível para a localidade, sendo os registros paroquiais e os róis de confessados¹⁰⁶ bem como documentos cartoriais e da Câmara. Num primeiro momento apresentaremos a freguesia e mapearemos essa população em seu espaço, apontado para então numa segunda etapa apontar para as estratégias de alianças e vizinhança como forma de sobrevivência dessas populações.

Sobre o espaço de análise e as famílias pobres: as características da Madre Deus de Porto Alegre

Aos 26 de março de 1772 é criada a Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, a inauguração e constituição oficial da atual cidade de Porto Alegre e capital do Rio Grande do Sul. Desde a sua fundação a localidade é marcada por suas características de destaque como centro econômico-comercial, portuário e político, sede administrativa dos extremos da América Portuguesa (COMISSOLI, 2006)¹⁰⁷. Mais que apresentar ao leitor um emaranhado de informações sobre as características físicas e sócio-políticas, convidamos a pensar o tipo de

¹⁰⁵ Maria Nizza da Silva (2002) alega que o qualitativo de *Dona* não era um mero substantivo qualificador, era um atribuído para algumas mulheres que se diferenciavam, em termos de nobreza, das outras. Para termos um exemplo, o dicionário organizado por Raphael Bluteau, no início do século XVIII, inicia o verbete de Dona como: “Mulher de destaque social”. Mais adiante, prossegue: “Dona como derivado do Latim 'Domina' quer dizer Senhoras; com este titulo de 'Domina' erão tratadas geralmente entre os Romanos mais cortezãos as molheres moças, ou donzellas, sendo nobres”. BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez e latino...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721, p. 287.

¹⁰⁶ Os róis de confessados (*Libri Status Animarum*) eram uma relação dos paroquianos que confessaram e comungaram durante os preparativos para a páscoa, no período da quaresma. Para Porto Alegre trabalhamos com um conjunto de 18 róis de confessados que cobrem do ano de 1779 a 1814.

¹⁰⁷ A câmara originalmente fora instalada na Vila de Rio Grande, no ano de 1737. Lá permaneceu até o ano de 1763 quando a vila foi invadida pelos espanhóis. Com a invasão, a população e a sede do governo foram transferidos para a freguesia de Viamão. No entanto, por ordem do Governador Marcelino José de Figueiredo, a câmara foi, mais uma vez foi trasladada, desta feita para a freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre que, a partir de 1773, passou a sede do governo da capitania.

população que compunha esta área e, sobretudo, a sua distribuição espacial, ponto importante para refletirmos sobre a pobreza.

A comunidade em geral se organizara entre as margens do Lago do Guaíba e o Alto da Rua da Praia, onde ficava a Igreja. O Guaíba era um importante elo fluvial com as demais freguesias como Rio Grande, principal porto de ligação com o Atlântico. Essa posição portuária e a ligação com os principais afluentes que desembocam nesse lago e interligavam também diversas e longínquas freguesias e vilas do interior. Assim a localidade se tornou o principal centro escoador de mercadorias vindas do exterior e interior da América Portuguesa.

Luciano Gomes (2012, p. 76-77), analisando o rol de 1782, revelou que havia uma diferença sutil entre os domicílios, segundo sua posição, intramuros ou extramuros e procurou fazer uma distribuição da população: a maioria da população, 61% dos moradores residia dentro dos muros e 39% fora, e ali se concentravam os lavradores, denotando que as unidades de produção agropecuária encontravam-se na área extramuros.

Por se tratar de um território no extremo sul da América portuguesa, carrega consigo as características de uma área fronteira, sendo palco de diversos conflitos e disputas por territórios envolvendo as Coroas ibéricas. Resultado desses conflitos que, Porto Alegre, por suas barreiras naturais, passa a ser a sede administrativa da Capitania do Rio Grande de São Pedro em 1773, abrigando a Câmara sulina, única em toda a extensão do território e todo o aparato burocrático administrativo como a Casa Alfandegária, ainda, a criação da Santa Casa e do Arsenal de Guerra (REICHEL, 2006).

Dado esse contexto, a freguesia Madre de Deus teve como desdobramento o seu desenvolvimento urbano e um crescimento populacional acelerado. Segundo levantamentos da época, a freguesia contava com um contingente populacional de 1.512 habitantes em 1780, números que serão duplicados para 3.268 em 1798, passando para cerca de 6.000 em 1810 (SANTOS, 1984).

Aliás, deve-se enfatizar que não apenas Porto Alegre, mas o continente do Rio Grande de São Pedro apresentou um crescimento acelerado. Em 1780 a população total do continente fora estimada em 18 mil pessoas, e que no decorrer de dezoito anos (em 1798), havia se verificado um aumento de populacional de 18%, com uma taxa anual de crescimento da ordem de 3.2%. Para se ter uma ideia

São Paulo, Bahia, Pernambuco e Alagoas neste período cresceram a uma taxa máxima de crescimento de apenas 2.3%. Na virada do século, entre 1798-1814, o ritmo de crescimento foi ainda maior, de 111% na população total (OSÓRIO, 2008).

Esse contexto populacional, de uma localidade portuária, onde o fluxo de pessoas é uma constante revela que a Madre de Deus era um lugar de passagem, caracterizado pela intensa mobilidade, principalmente masculina. Estudos recentes têm salientado a diversidade étnica da freguesia, a constante circulação de homens devido à presença de militares e o caráter de interposto comercial (FREITAS, 2017; SILVA, 2014; GOMES, 2013). Nesse sentido, mais do que se referir a uma Porto Alegre em processo de estabelecimento, devemos perceber este espaço em movimento, em constante e permanente estado de vir à ser. Isto é, os lugares pareciam estar definidos, mas, ao fim e ao cabo, nosso espectro temporal nos descortina uma localidade em processo primordial de ocupação, os desembarques e embarques portuários e terrestres faziam parte da rotina de quem vivia na localidade.

Há mudanças, também, na condição e usos dos espaços, isto é, no tipo de população que irá compor áreas antes destinadas a habitação familiar. Por exemplo, a partir da segunda metade do século XIX, os becos da cidade que anteriormente indicavam as moradias das primeiras famílias acabaram por ganhar a fama de lugares promíscuos, verdadeiros redutos de prostitutas, tabernas e jogos de azar (PESAVENTO, 2001). Temos que salientar que devemos compreender este processo como resultado de hábitos que foram gradualmente sendo incorporados à medida que a freguesia transformava-se em vila e, posteriormente, em cidade. A expansão urbana, comercial e, conseqüentemente, populacional alterava significativamente a espacialidade e, por sua vez, a disposição da ocupação da localidade.

Fábio Kühn (2006, p.124) argumenta que a distinção dos materiais de fabricação das propriedades é um importante distintivo social, pois “as melhores casas eram aquelas feitas de pedra, cobertas de telha e preferencialmente assoalhadas e forradas”. Consoante, encontra-se em 1807 a habitação do *Reverendo Antonio Muniz Bayão*, que tem “Caza de sobrado de pedra principiadas, 57 palmos de frente ao Sul, 83 de fundo”. Já outras residências apresentavam

características mais rústicas e simples, como a de *Antonio de Azevedo Barboza*, que era uma “Meia agoa 40 palmos frente a leste, e 18 de fundo”¹⁰⁸.

Entre 1806 e 1807 temos a indicação de que mais de 90% das casas são térreas, com telhas e paredes feitas de tijolos. Pela disposição das ruas, parece-nos que se trata do levantamento das propriedades das áreas centrais, próximas à Paróquia. Porém, de modo geral, poucas residências de proprietárias. Não há indicativos das ocupações, mas sim de alguns títulos ou qualidades dos proprietários, como capitão, alferes e reverendos, que são majoritariamente masculinos.

Assim, focando nas primeiras décadas da Madre de Deus, podemos observar certa instabilidade, a qual fez com que o casamento, entendido aqui o sagrado matrimônio como a relação oficial, não fosse acessado por todos. Mais um exemplo para nosso argumento está nos Mapas de População elaborados em relação ao Rio Grande de São Pedro. No ano de 1780, entre a população livre, havia na Madre de Deus de Porto Alegre, excluídos idosos e meninos de confissão, 134 (47,2%) homens classificados como casados e 150 (52,8%) homens classificados como solteiros. Quanto às mulheres livres, a situação se inverte: excluídas idosas e meninas de confissão, havia 180 (69,2%) mulheres, as quais foram classificadas como casadas e 80 (30,8%) como solteiras¹⁰⁹.

No que se refere ao crescimento populacional de Porto Alegre, concomitantemente ao crescimento do número de *fogos*¹¹⁰, podemos observar que houve uma variação na média de habitantes que compõem esses domicílios. Para esse exercício, excluímos milícias que estavam na freguesia em determinados anos, andantes e as embarcações.

¹⁰⁸ AHRS, *Ofícios da Câmara Municipal de Porto Alegre*. Ano 1803 – Porto Alegre. Fundo Fazenda, Maço 64.

¹⁰⁹ A fonte foi disponibilizada pelo Projeto *Counting Colonial Populations: Demography and the use of statistics in the Portuguese Empire, 1776-1890* (coord. Paulo Matos – CHAM/ U. N.ova de Lisboa).

¹¹⁰ A palavra fogo no vocabulário português do século XVIII e XIX está associada ao domicílio, por exemplo, no dicionário do Padre Raphael Bluteau, a palavra *fogo* pode estar ligada a “*família, Vila que tem cem ou duzentos fogos*”. BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez e latino...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721, p. 155.

TABELA 1 – Média de habitantes residentes por fogos na Madre de Deus de Porto Alegre (1779-1814)*

ANO	HABITANTES	FOGOS	MÉDIA
1779	1606	231	6,9
1780	1318	217	6
1781	1400	266	5,2
1782	1621	281	5,7
1790	1838	280	6,5
1791	1565	355	4,4
1792	2166	466	4,6
1793	2064	454	4,5
1797	2493	499	4,9
1798	2593	515	5
1799	2875	549	5,2
1800	3067	548	5,6
1801	3435	670	5,1
1802	3215	578	5,5
1803	3459	632	5,5
1804	3689	636	5,8
1805	3226	546	5,9
1814	4885	822	5,9

FONTE – AHCMPA, Conjunto dos Róis de Confessados (1779-1814).

*Foram excluídos os andantes, milícias que estavam na freguesia em algum ano e as embarcações.

Podemos verificar que a média apresenta variações ao longo do tempo, no geral, entre 5 a 6 habitantes por fogo. O número de fogos é que quadruplica com o passar dos anos. Tais dados nos indicam como gradualmente a inserção de moradores vai alterando a dinâmica de organização familiar e, concomitantemente, desses domicílios. A ampliação de logradouros e ruas deve ter provocado a fragmentação de muitos fogos, a chegada de novos moradores, o recrutamento militar, entre outros fatores devem ter influenciado na ampliação da ocupação e transformação dos espaços internos e externos de cada moradia à medida que o século XIX se anunciava¹¹¹.

¹¹¹ Na medida em que o desenrolar do século XIX e a transformação da Freguesia (1772) em posterior Vila (1809) e sequencialmente em Cidade (1822) transformou significativamente o espaço e distribuição das ruas, becos e logradouros. Houve mais do que a ampliação do espaço, mas, sobretudo, a ressignificação dos ambientes. Para se ter ideia, os becos transformaram-se em espaços de sociabilidade de uma população marginalizada na transição do século XIX para o XX. E a Rua da Praia, que antes era

Essa média nos permite também inferir sobre a desconcentração do número de agregados por fogos, isto é, nem todos esses tinham agregados. A maioria dos que tinham agregados eram fogos com grande número de parentes e escravos. Além disso, devemos perceber que o termo agregado pode significar um realocamento de familiares e parentes dentro da própria organização do domicílio, como filhos (as) recém-casados, afilhados (as) ou sobrinhos (as) de passagem, etc. que permanecem temporariamente ou sazonalmente morando e/ou prestando serviço ao chefe do domicílio.

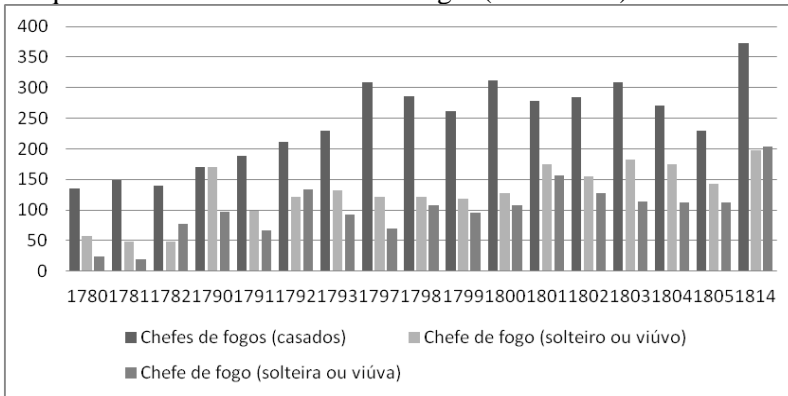
É importante destacar que as relações de poder representadas na disposição dos fogos podem ser bastante diversificadas dependendo do olhar do pesquisador. Nelas encontramos sequências nominais que nos revelam relações de poder, sejam elas de ordens sexuais, jurídicas, sociais, econômicas, políticas e também culturais.

Por estas listas de fogos podemos visualizar a complexidade do tecido social. Nela estão imbricados os mecanismos de hierarquização e diferenciação social típicos de uma sociedade modelada por resquícios do Antigo Regime. Sheila Faria (1998) já alertava sobre a importância de refletir sobre as famílias plurais no Brasil dos séculos XVIII e XIX. A possibilidade de analisar estas famílias de maneira integradora nos parece um avanço significativo, visto que existe uma espécie de polarização dos estudos, nos quais os pesquisadores ora dedicaram-se exclusivamente ao segmento das famílias escravas, ora dedicaram-se às trajetórias das famílias das camadas mais abastadas da sociedade.

O conceito de fogo e casa está diretamente ligado à ideia da habitação e do domicílio. O primeiro, de acordo com as definições de Ana Scott (2012), está relacionado à ideia daquelas pessoas que dividem o mesmo espaço doméstico, sejam estes ligados por laços de consanguinidade ou apenas por elos de reciprocidade, trabalho, sobrevivência ou amizade. No segundo caso, temos a ideia de casa vinculada, sobretudo, no que tange à sociedade abastada lusitana, à ideia da importância do nome e do prestígio social entre os envolvidos, ponto que deve ter um rigor crítico para se aplicar ao espaço sulino (SCOTT, 2012).

abarrota de fogos de caráter familiar, tornou-se o epicentro comercial na virada no final do XIX (PESAVENTO, 1999).

GRÁFICO 1 – Chefes de família pelos Róis de Confessados da Paróquia Madre de Deus de Porto Alegre (1780-1814)



FONTE – AHCMPA, Conjunto dos Róis de Confessados (1780-1814).

Para tratar dessas hierarquias, o *Gráfico 1* mostra que a maioria dos chefes de fogos são casados. Estes se mantêm como a maioria predominante durante todo o período analisado, exceto em 1790, em que os indicativos apontam uma equivalência na quantidade de homens e mulheres como chefe de fogo. Acreditamos que a predominância elevada de chefes de fogos casados possam ser explicadas a partir de duas hipóteses: a preferência dos padres a privilegiarem os fogos de pessoas casadas na confecção do rol de confessados e/ou a negligência na elaboração do rol quanto a nomeação de mulheres como chefes de fogos.

Não obstante, à medida que adentramos no século XIX, temos dificuldade de definir com clareza se os chefes de fogos são casados, solteiros ou viúvos, pois os párocos não informam na relação dos fogos. Acreditamos que muitas mulheres se tornaram chefes de fogos, ao longo do tempo, devido ao recrutamento militar, morte e/ou mobilidade masculina intensa verificada nesta região, como em toda América Portuguesa. Além disso muitas chefes de fogos solteiras, forras ou viúvas pobres não estão claramente identificadas nos róis de confessados. Enquanto que para os homens abastados da sociedade temos a identificação de títulos e/ou ocupações para as mulheres a referência mais recorrente são direcionadas apenas as Donas.

Em relação à população mestiça e/ou pobre, podemos estabelecer uma ligação direta com a presença dos agregados. Sendo esta composta

por parentes pobres, populações indígenas, ex-escravos ou famílias mestiças, estes grupos conviviam socialmente e familiarmente na composição dos mais diferentes fogos da Paróquia Madre de Deus de Porto Alegre. Deste modo, deve-se ter nos horizontes de pesquisa sobre a História das Famílias uma visão mais ampla e complexa que não se reduza em classificações uniformes, mas sim, pensar nas interligações e co-residências de múltiplas formas de união e grupos familiares.

Além disso, numa sociedade plural como se constituía em Porto Alegre, cremos que muitos lares abrigaram como agregados seus: filhos ilegítimos, naturais, espúrios, sacrílegos ou expostos. Além de filhas desonradas com seus filhos naturais, eventuais parentes de “má fama”, viajantes etc. Enfim, uma série de indivíduos que poderiam contrair relações consensuais com seus protetores, agregavam-se para sobreviver à marginalidade e à falta de condições para casar e/ou aqueles que, maculados por uma relação consensual ou promessa de casamento não cumprida, tinham como uma alternativa de sobrevivência a agregação¹¹².

Além disso, agregar-se a um fogo e constituir laços não consagrados com este eixo familiar era uma importante viabilidade de manter a transitoriedade. Desta forma, os envoltivos efêmeros permitiram uma aproximação e reconhecimento da comunidade sem necessariamente criar elos permanentes. Para muitos indivíduos, que compunham este quadro da mobilidade geográfica presente no Brasil Colônia, tornar-se agregado era uma estratégia de sobrevivência imediata. Conforme Sheila Faria, o amasiar-se também está presente nesta prática, pois:

[...] o casamento ou mesmo a relação consensual com uma caseira significava estabelecer relações com uma família da região. Significava deixar de ser estrangeiro ou estranho à comunidade. Empregar-se como camarada ou jornaleiro era colocar-se provisoriamente sob a proteção de um sitiante ou fazendeiro, mas constituir família retirava o sentido de

¹¹² Marina Oliveira (2013, p.92) destaca o fato de que muitos fogos com agregados para a região do interior de Minas Gerais e São Paulo eram formados por poucos escravos. De acordo com a autora, “os proprietários que detinham de 1 a 10 escravos eram em torno de 80% (Campinas, Guaratinguetá, Lorena) e 90% (Jacareí, Mogi das Cruzes, Sorocaba)”. Esses pequenos produtores tinham como finalidade o abastecimento do mercado interno. A maioria dos cativos que possuíam era por herança, sendo assim, os agregados representavam uma mão de obra importante em prol da sobrevivência de modo geral.

provisoriamente daquela situação e abria as portas para o acesso à roça de subsistência. (FARIA, 1998, p. 63).

Deste modo, os agregados são peças deste quebra cabeça que compuseram a parcela empobrecida da população, os desclassificados. A situação de agregar-se em um fogo permite, além da garantia da sobrevivência fora do cativo, um meio de constituir laços afetivos mistos e desiguais que eram mal vistos ou efetivamente pouco consagrados diante do altar. Agregar pode ter sido um bom disfarce para quem queria se amasiar, como veremos.

Nesse sentido, elaboramos um exercício para a análise dos fogos que continham agregados em Porto Alegre. Para esse fim, excluímos novamente as embarcações, militares e andantes, preservando apenas os fogos domicílios.

TABELA 2 – Percentuais de fogos com agregados na Madre de Deus de Porto Alegre (1780-1814)*

ANO	FOGOS COM AGREGADOS		FOGOS SEM AGREGADOS		TOTAL
	N.A	%	N.A	%	
1780	34	15,7	183	84,3	217
1781	43	16,1	223	83,9	266
1782	34	12,1	247	87,9	281
1790	78	27,8	202	72,2	280
1791	74	20,8	281	79,2	355
1792	105	22,5	361	77,5	466
1793	100	22	354	78	454
1797	90	18	409	82	499
1798	103	20	412	80	515
1799	111	20,2	438	79,8	549
1800	119	21,7	429	78,3	548
1801	133	19,8	537	80,2	670
1802	118	25,6	460	74,4	578
1803	109	17,2	523	82,8	632
1804	127	20	509	80	636
1805	123	22,5	423	77,5	546
1814	171	20,8	651	79,2	822

FONTE: AHCMPA, Conjunto dos Róis de Confessados (1780-1814).

*Foram excluídos os andantes, milícias que estavam na freguesia em algum ano e as embarcações.

Os dados da *Tabela 2* confirmam nossa hipótese de que a concentração dos agregados está atrelada apenas para alguns fogos, pois, como podemos perceber, a variação é de 15% a 25% referente aos domicílios que possuem agregados. A maior parcela dos Róis analisados possuem fogos sem agregados. Isso pode nos indicar três explicações: os agregados nem sempre eram mencionados pelos párocos, nem todo agregado tinha relações exclusivamente trabalhistas para com o chefe de fogo ou a utilização do termo agregado vincula-se apenas a uma relação de moradia temporária ou sazonal, como no caso dos “escravos agregados” que encontramos em alguns fogos.

A análise realizada por Carlos Bacellar (2001, p. 189) referente aos agregados em Sorocaba, a partir das listas nominativas, indica que esses sujeitos não estavam diretamente ligados a algum vínculo familiar ou vínculo de trabalho, mas sim às etapas de vidas das pessoas. Desta forma, considera a agregação “uma válvula de escape no interior da sociedade colonial”, isto porque permitia a sobrevivência e alojamento de muitos indivíduos que não possuíam acesso à terra. Neste sentido, temos que pensar para além dos laços de consanguinidade ou afinidade entre as relações de agregados e chefes de fogos.

Para o referido autor, existem vários tipos de agregados: os agregados familiares (filhos(as), netos(as), genros, noras, primos, tios, avós, etc.); os agregados jovens ou aprendizes (exerciam atividades sazonais e/ou aprendiam um ofício); os agregados sazonais (prestadores de serviços em geral, como a carpintaria, colheita, etc.); os agregados atrelados à unidade de produção (forros, parentes ou escravos vinculados ao fogo pelo trabalho) e os agregados por hospedagem (viajantes, transeuntes, etc.) que estavam de passagem pela localidade. De modo geral, eram homens e mulheres que estavam sob a dependência de um chefe de fogo, porém não limitavam sua agregação como algo permanente, mas sim, uma “situação temporária” (BACELLAR, 2001, p. 190).

No caso de Itu, também para a região de São Paulo, Eni Samara (2005, p. 123) já concluía que os agregados da região se diferenciavam dos agregados trabalhadores ou jornaleiros tratados pela historiografia. Para a autora, as agregações encontradas nas listas nominativas dessa localidade tinham outras características. Os

agregados atuavam como uma importante mão de obra complementar e crescente, eram homens e mulheres que atuavam na prestação de serviços diversificados na área urbana. Tratava-se nesse sentido, segundo a autora, de um reflexo da urbanização da localidade de Itu no século XIX.

Sem dúvida, compreender o papel destes agregados e quem eles eram dentro do fogo é uma tarefa importante porque eles também participam de relações familiares que fogem dos padrões normativos. Por vezes, submeter-se como agregado em um fogo pode significar uma oportunidade de sobrevivência ou de estabilidade para casais não casados da freguesia, ou mesmo, a promoção de uma casa de alouco camuflada aos olhos tridentinos.

Alguns cruzamentos demonstraram a diversidade dessas relações também para Porto Alegre, como, por exemplo, em vários momentos houve registros de *Donas* agregadas aos domicílios na Madre de Deus. Essas *Donas* agregadas normalmente aparecem casadas com outros capitães ou negociantes e apresentam-se relacionadas depois aos familiares ou, após, aos escravos e agregados do eixo familiar principal. Além disso, em alguns casos, aparecem escravos e/ou agregados destas, tornando ainda mais complexa sua posição hierárquica naquele fogo.

Um exemplo dessa situação é o Rol do ano de 1803, no qual *Dona Ritta Maria da Conceição*, junto de seu marido, *João Antonio Calvete*, estava agregada ao lar do *Capitão Manoel Antonio de Magalhães* e da *Dona Francisca Correa de Magalhães*. Conforme constatamos no *Almanack da Vila de Porto Alegre*, escrito em 1808, documento que listava os comerciantes da região, *João Antonio Calvete* compunha a lista. Nesse caso, tratava-se de uma estada passageira a negócios, e a *Dona Francisca Correa de Magalhães* apenas acompanhava seu marido¹¹³.

Entretanto, há outros casos de *Donas agregadas* referidos nos Róis que apontam para outras situações. Um exemplo se dá no ano de 1797, em que *Dona Isabel* está agregada ao fogo de uma viúva,

¹¹³ *ALMANACK DA VILA DE PORTO ALEGRE*. Transcrição feita por Fábio Kühn. In: MAGALHÃES, Manuel Antônio de. Almanaque da Vila de Porto Alegre com reflexões políticas interessantes sobre o estado atual da capitania do Rio Grande de São Pedro. Revista 4 do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ano 88, v. 143, 2008, p. 138.

Dona Anna. O estado de agregação parece ser distinto dos demais indivíduos, e isso ocorre porque o sobrenome e os vínculos de consanguinidade necessariamente não parecem indicar que essas *Donas* sejam irmãs, primas, sogras ou tenham qualquer tipo de ligação familiar com o chefe do fogo. Além disso, diferentemente das outras mulheres agregadas, elas estão arroladas no fogo após os patriarcas e/ou matriarcas e seus familiares e antes da escravaria e dos demais agregados.

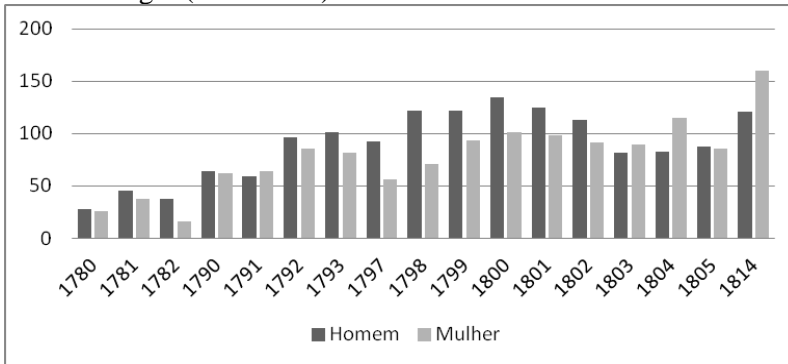
QUADRO 1 – Fogo de *Dona Anna* correspondente ao ano de 1797

Qualitativo	Nome	Sexo	Condição Jurídica	Condição Matrimonial	Classificação no fogo
Dona	Anna	F	L	Viúva	MA
Dona	Isabel	F	L	-	AGR
-	Luís	M	L	-	FO
-	Antônio	M	L	-	FO
-	Maria	F	L	-	FA
-	Teresa	F	E	-	ES
-	Vicência	F	E	-	ES

FONTE – AHCMPA, Rol de Confessados de 1797.

Noutros casos, a dinâmica temporal pode modificar contundentemente o quadro sobre a disposição dos agregados dentro dos fogos. Conforme o *Gráfico 2* a seguir, podemos perceber que a passagem do século XVIII para o XIX traz algumas mudanças significativas na composição dos agregados. A disposição dos dados nos fornece indicativos importantes de que os agregados de Porto Alegre eram compostos por aglomerados familiares pertencentes ou não ao chefe do fogo.

GRÁFICO 2 – Número de agregados/as nos Róis da Madre de Deus de Porto Alegre (1780-1814)



FONTE – AHCMPA, Conjunto dos Róis de Confessados (1780-1814).

Sendo assim, podemos pensar que o fato de o quadro de mulheres agregadas ter predominado nas primeiras décadas do XIX pode indicar tanto uma maior autonomia das mulheres agregando-se a outra família a fim de ganhar seu sustento e de sua prole, como também, uma alternativa à população forra pobre que negociava sua condição de moradia permanecendo no mesmo fogo.

Essa constatação destoa dos resultados encontrados por Bruna Sirtori (2008) para Aldeia dos Anjos, freguesia vizinha a Porto Alegre, em que a autora encontra uma predominância de agregados homens nos fogos por ela analisados. Apesar de haver essa mesma predominância de agregados masculinos nos fogos no final do século XVIII, como vimos no início dos oitocentos, houve uma predominância de mulheres agregadas. Em alguns anos (1780, 1790, 1791, 1805) havia um equilíbrio entre os sexos dos agregados, o que nos leva a reforçar nossa hipótese de que a grande parte dos agregados é de mais aglomerações familiares estendidas do que relações de trabalho.

Ao fazermos um exercício microanalítico, pudemos perceber essas relações familiares estendidas nos domicílios e como elas estão classificadas a partir olhar do observador, por exemplo, o fogo chefiado pela *viúva Joana Maria de Camargo* em 1792. Estão domiciliados com a *viúva*, seu filho *Antônio José de Camargo* e sua esposa *Francisca das Chagas*. Abaixo de seus nomes constam os

agregados *Francisco Dias* e *Antônio Chagas*, que, na verdade, são filhos do casal, como pudemos perceber cruzando os registros de batismos¹¹⁴.

Um exemplo ainda mais claro está no fogo chefiado pela *forra Ângela Francisca*. Na sequência de seu fogo está o de sua filha *Perpétua Francisca*, casada com *Claudio Couto*, isso conforme o Rol de 1797 e 1799¹¹⁵. Entretanto, no Rol de 1800, o pároco entendeu o fogo da *forra Ângela Francisca* como único, e arrolou *Perpétua Francisca* e seu marido como agregados ao seu fogo¹¹⁶. Já nos anos de 1801 e 1802 voltam a ser arrolados em domicílios diferentes, gerando um novo fogo, mas no Rol de 1803 o pároco os arrolou como agregados¹¹⁷. O que pretendemos mostrar é que os agregados escondem relações familiares estendidas que estão além da visão do pároco sobre o fogo.

De qualquer forma, não negamos que há outros perfis de agregados, como trabalhadores serviçais. Podemos encontrar, no conjunto documental, *agregados livres e escravos*, *agregados com laços familiares diretos ou indiretos* (avôs, sogros, filhos (as) recém-casados, primos, etc.), *agregados passageiros* (visitantes ou parentes distantes), *agregados fixos* (trabalhadores livres, cativos ou forros que estão vinculados ao chefe de fogo nas atividades de sustento da família), encontramos também, os *agregados eclesiásticos* (párocos e/ou coadjutores – alguns com escravos e/ou agregados – que vivem em fogos como agregados) e as *Donas agregadas* (mulheres distintas que acabam fixando-se sozinhas ou com maridos – capitães, alferes, etc. – em outros fogos)¹¹⁸.

Estes foram alguns dos perfis dos agregados que encontramos nos fogos da Paróquia da Madre de Deus. Conforme, afirma Marina Oliveira (2013, p. 81) referente aos agregados na região de Franca – São Paulo entre 1801-1829 – a situação destes pode estar vulnerável a constantes alterações dependendo dos contextos sociais. Outra característica levantada pela autora é a capacidade de obtermos informações a respeito de como se davam as relações familiares,

¹¹⁴ AHCMPA, *Rol de Confessados*, 1792.

¹¹⁵ AHCMPA, *Rol de Confessados*, 1797; 1799.

¹¹⁶ AHCMPA, *Rol de Confessados*, 1800.

¹¹⁷ AHCMPA, *Rol de Confessados*, 1801;1802.

¹¹⁸ AHCMPA, *Rol de Confessados*, 1779-82; 1790-93; 1797-99; 1800-05; 1814.

sociais e cotidianas dos agregados dentro dos fogos. Segundo a autora, que trabalhou com as listas nominativas, fica difícil até mesmo mapear com exatidão em que condições viviam dentro dos domicílios. Será que tinham outras moradas dentro do mesmo fogo? Conviviam nos mesmos locais e dormitórios que os escravos ou escravos agregados? Será partilhavam a mesa ou os mesmos víveres alimentícios?

No que tange à análise dos Róis de Confessados da Madre de Deus de Porto Alegre, existia certa hierarquia na disposição do arrolamento dos indivíduos por parte dos padres. A organização dos párocos, por vezes, nos coloca diante de impasses. Por exemplo, encontramos diversos indivíduos com sobrenome que aparecem “soltos” no fogo, isto é, pela ordem e padronização da escrita dos padres, estes não são parentes, escravos ou filhos. Supomos que pode se tratar de “expostos agregados” ou outro tipo de agregação com status dentro do fogo, como, por exemplo: irmãos ou filhos bastardos, sobrinhos ilegítimos, etc.

Portanto, os aspectos descritos correspondem àqueles que encontramos com eventual repetição no conjunto da documentação. Porém, estes indícios não encerram a complexidade a respeito do(s) papel(éis) desempenhados pelos agregados dentro e fora dos fogos. É interessante destacar que as relações de poder ora aproximam, ora delimitam barreiras hierárquicas entre agregados, forros e/ou escravos com seus senhores. O fato é que tais categorias sociais, por vezes, reproduzem as dinâmicas hierárquicas e de desigualdades herdadas pelas sociedades modernas de Antigo Regime¹¹⁹.

Para James Sweet, não podemos ignorar as vastas e complexas conexões culturais e sociais que as travessias atlânticas nos forneceram. Portanto, devemos estar atentos ao fato de que muitas organizações sociais foram forjadas e transcritas para o papel pelos

¹¹⁹ Na sociedade de Antigo Regime, “a ‘qualidade’ de um indivíduo era mais importante do que a sua fortuna, embora por vezes a condição nobre e opulência de bens conjugassem”, lembra Maria Nizza da Silva (2002, p.81). Apesar das mais variadas composições étnicas e sociais, as normativas e comportamentos do colonizador também vão influenciar nas escolhas dos indivíduos. Ainda mais, quando se reportavam para o desempenho de costumes trazidos pelos europeus, como o sacramento do casamento. Assim, as “uniões entre iguais” do matrimônio, davam espaço para a união de “desiguais” nas relações fora do casamento.

representantes destes grupos dominantes e europeus, que queriam impor sua maneira de viver em família e, conseqüentemente, em sociedade (SWEET, 2007). Daí a necessidade de pensarmos em espaços de constantes *negociações*.

Acordos de moradia, trabalho e aluguel que passavam também pelas necessidades de sustento e abrigo. Não apenas resultado de opção, mas circunstâncias que levavam homens e mulheres a tornarem-se agregados. Eram percursos familiares que se davam lado a lado com a escravidão, eram organizações familiares que antes de tudo não conseguiam, na maioria das vezes, adequar-se aos padrões matrimoniais católicos.

Para a nossa análise, percebemos que essa etapa da vida de agregação destes indivíduos poderia decorrer da contratação de alianças sacramentadas ou não. A possibilidade de pertencer a um fogo e garantir a sobrevivência poderia atuar tanto para recém-casados atrelados ao fogo paterno, quanto para aqueles indivíduos que vivem em situação de concubinato, mas que constituíram família.

As chefes de fogos pobres e empobrecidas da Madre de Deus de Porto Alegre

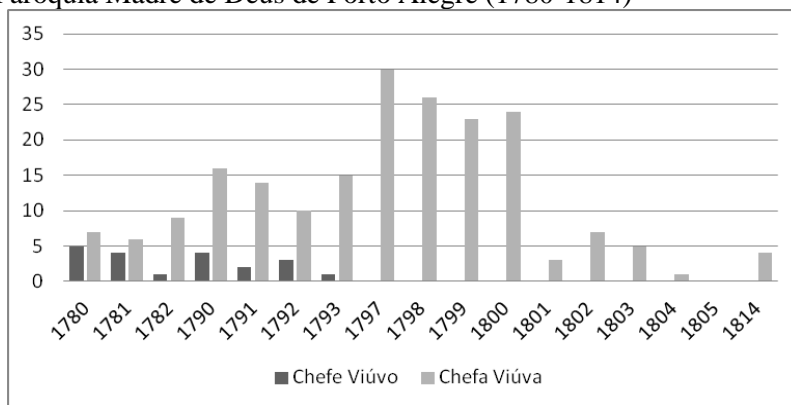
Falar da pobreza requer também pensarmos nas viúvas que, por ventura, acabaram perdendo prestígio e riqueza, entregando-se a relações ou organizações familiares ilícitas perante a Igreja Católica. O desprestígio de contrair novas núpcias em uma sociedade que priorizava o casamento único e indissolúvel e os trâmites legais envolvendo a partilha de bens entre os filhos devem ter sido catalizadores para que muitas viúvas optassem por formas de união não sacramentadas.

Isso acontece porque, diferentemente do que se pensava sobre a “cultura da pobreza”, muitas viúvas, no Rio Grande de São Pedro, dispunham de uma autonomia financeira, sobretudo, aquelas provenientes das camadas sociais mais abastadas. Michelle Selister (2014, p. 71-72) em sua pesquisa sobre as viúvas no território sulino, menciona que as viúvas “faziam as mesmas transações que eles, como a venda de terras, a instituição de procuradores em diferentes localidades, a concessão de alforria a escravos, além de serem

nomeadas procuradoras de homens”. Elas utilizavam nos documentos o argumento da pobreza como meio de articular os seus interesses, o que não impediria que muitas destas mulheres também soubessem articular as suas satisfações pessoais no âmbito privado.

A questão é observarmos então, a representação dessa parcela populacional. A partir do *Gráfico 3*, percebemos que em na Madre de Deus as mulheres viúvas são predominantes aos homens viúvos como chefes de fogos.

GRÁFICO 3 – Número de viúvos/as pelos Róis de Confessados da Paróquia Madre de Deus de Porto Alegre (1780-1814)



FONTE – AHCMPA, Conjunto dos Róis de Confessados (1780-1814).

É interessante destacar que no final do século XVIII e início do século XIX é que temos os maiores números de fogos chefiados por viúvas. Pelo perfil das chefas de domicílio podemos criar a hipótese de que havia relações de vizinhança entre eles. Muito mais do que viúvas que dependiam de suas escravarias, podemos encontrar uma série de fogos cuja chefe de domicílio possui escravos e agregados que atuavam no sustento do fogo. Muitas mulheres, independente das condições jurídicas, mas que faziam parte das camadas menos favorecidas da sociedade, desempenhavam diversas atividades, sejam elas chefes de domicílios ou não.

Estas geralmente se prestavam a serviços domésticos (empregadas, dependentes, crias da casa, damas de companhia de senhoras ricas) ou então viviam com as rendeiras, fiandeiras, louceiras e costureiras

a Vila, ajudando nos serviços e aprendendo o ofício (SAMARA, 1981, p. 166).

Vale ressaltar que as diferentes atividades produtivas, sejam elas de grande porte (lavoura, transporte, etc.) ou de médio e pequeno porte (trabalhos terceirizados, como: lavadeiras, costureiras, carpintaria, etc.) estão relacionadas à posição deste indivíduo dentro dos fogos (SAMARA, 1981). Além dessa manutenção econômica de seus fogos, muitas mulheres viúvas estabeleciam outras relações afetivas no universo da ilegitimidade, caso da viúva *Dona Maria Joaquina da Silveira*, que batizou um filho natural no ano de 1816.

Aos vinte e sete dias do mes de Abril de mil e oitocentos e dezasseis annos nesta matriz de Nossa Senhora da Madre de Deos batizou solenemente o reverendo Coadjutor Jose Ignacio dos Sanctos Pereyra, e pos os santos oleos a Luiz, nascido aos quinze dias deste mez, filho natural de **Dona Maria Joaquina da Silveira**, viuva natural da freguesia Nova de Santa Anna, termo de Laguna, e neto pela parte materna de Manoel Silveira Marques e de Isabel do Espirito Santo, naturaes da Ilha de São Jorge. Foram padrinhos o Sargento Mor João Pereira de Mattos e Nossa Senhora das Dores. E para constar fiz este assento¹²⁰. [grifos nossos]

O batizando foi registrado como *filho natural* da dita *Dona* que, por sua vez, era viúva. Como se tratava de uma criança ilegítima não foi registrado o pai no assento de batismo. Esse caso nos apresenta uma viúva reconhecida como *Dona* – ao menos pelo pároco que registrou o assento – batizando o fruto de um relacionamento sem as bênçãos da Igreja. Como alega a historiografia, a denominação “filho natural” indicava frutos de relacionamentos estáveis, isto é, casais amancebados, o que a Igreja entendia por um concubinato *de portas adentro*, no qual a criança permanecia nesse estado até que os pais se casassem. (LEWIN, 1995; LOPES, 1998). Entretanto, não a identificamos no Rol de 1814, mas não é raro nos Róis viúvas estarem sozinhas nos fogos registrados pelos párocos, como no caso do Rol de 1792, em que a viúva *Ana de Jesus* é registrada como chefe do fogo, vivendo isolada em seu domicílio. Nesse sentido, não é raro

¹²⁰ AHCMPA, *Livro V de Batismos de Livres de Porto Alegre*, fl. 18v.

pensarmos que viúvas poderiam viver relações ilícitas para a própria manutenção de seus lares já que viviam sozinhas¹²¹.

Muitas dessas tinham que aprender a lidar com as adversidades e aprenderem a lidar com a nova situação. Algumas conseguiram criar seus filhos mesmo diante das adversidades, na maioria das vezes, dependentes do auxílio da força de trabalho de seus escravos e/ou agregados que possuíam. Outras optaram pela própria posição de agregado com familiares ou próximos (relações de vizinhança) em busca de manterem ou garantirem as condições de sobrevivência disponíveis (FREITAS, 2017).

Para algumas viúvas, a pobreza material frente à qualidade social se fez presente, como já apontava Michele Selister (2014), mesmo que num discurso para captação de recursos¹²². Nesse sentido, Jonathan Silva (2014) mostrou que mulheres viúvas, algumas até qualificadas como *Donas*, entravam no circuito de criação dos expostos como forma de manutenção de seus fogos, pois recebiam recursos pecuniários da Câmara de Porto Alegre para esse fim.

Além disso, o próprio processo de colonização já nos indica que as primeiras famílias que formaram o contexto sulino eram frutos de uma miscigenação com os grupos indígenas e luso-brasileiros presentes ao longo do território da América Portuguesa¹²³.

¹²¹ AHCMPA, *Rol de Confessados*, 1792;1814.

¹²² A autora menciona que: “a ideia do empobrecimento da viúva também se embasa no fato de que, em tese, com a morte do marido, para os casais que possuíam bens, se procederia à partilha com os herdeiros o que, necessariamente, deixaria a viúva privada do patrimônio que possuía ou usufruía quando o marido estava vivo. Resultando, conseqüentemente, no rebaixamento do seu padrão de vida. [...]” No Rio Grande de São Pedro, as fontes nos deixam clara a associação que aqui também se fazia entre a viuvez e a pobreza no imaginário popular. Um exemplo disso é o de Mariana Quintanilha, que lança mão dessa justificativa em um processo de dispensa de impedimento para o matrimônio na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos. Assim como na documentação notarial encontramos Páscoa Ferreira, moradora da Vila de Rio Grande, que no ano de 1780 declara ter feito as cartas de alforria para três escravos seus na vila em que residia visto “ser-[lhe] impossível ir fazê-lo em Porto Alegre por ser viúva pobre” (SELISTER, 2014, p. 70-71).

¹²³ De acordo com o estudo de Fábio Kühn (2006) a constituição da elite nestes confins meridionais tinha sangue ameríndio e de luso-brasileiros, sobretudo, paulistas. Posteriormente, Freitas (2013) observa a chegada de vários açorianos e reinóis presentes no montante da população da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre entre 1772-1835.

Desta maneira, temos que relativizar as condições financeiras destas mulheres, mesmo que seu prestígio fosse um diferencial dentro deste quadro social. Conforme, Maria Nizza da Silva (1984) a sociedade era essencialmente constituída de aparências, característica definida pela autora reportada as condições morais, mas que pode ser constatada, também, para alguns grupos da elite colonial no cenário meridional.

Em outras palavras, o prestígio nem sempre é preponderante na manutenção dos recursos de sobrevivência ou manutenção de seus estatutos. Ao verificarmos a situação das *Donas* nos registros de óbitos observamos que muitas não fizeram testamento por serem consideradas “pobres”, “muito pobres” ou “extremamente pobres”. Estes dados nos indicam que nem sempre um casamento entre iguais ou as condições do dote podem ser determinantes para a manutenção familiar com o passar do tempo.

Aos onze dias do mes de Março de mil oito centos edoze annos, nesta Villa de Porto Alegre, faleceu de Repente, sem Sacramentos Dona Ritta Izabel de Castro, natural da Ilha Terceyra de idade de quarenta e oito annos, pouco mais ou menos casada com Joseph Julião de Godois: **não se lhe achou Testamento por ser muito pobre.** foi encomendada por mim, e sepultada no cemitério desta Matriz; E para constar fis este assento. Vig[ário] José Ig[nácio] dos S[antos] P[ereira].¹²⁴

Outro aspecto fundamental é compreendermos o que significava ser nobre nestas sociedades de Antigo Regime do mundo moderno Ibérico. Neste sentido, Raminelli (2013) ainda alerta para não confundirmos poder aquisitivo com posição social e suas relações de poder. Para o autor, não existiria um declínio da nobreza com o passar do tempo, mas sim uma reconfiguração dos meios econômicos e políticos, isto é, no âmbito social “as forças do Antigo Regime não sucumbiram aos primeiros clamores revolucionários”. Sendo assim, não é admirável o fato de encontrarmos diversas *Donas* empobrecidas ao transportarmos essa realidade para a América portuguesa, numa área de ocupação tardia como a do extremo sul, onde inexistia uma nobreza como a do Reino.

¹²⁴ AHCMAPA, *Livro II de Óbitos de Livres de Porto Alegre*, fl. 200v.

Além disso, Nizza Silva (2005 p.45) ao se referir do conceito de nobreza no mundo lusitano nos lembra da importância dos títulos como chave de acesso aos meios de sobrevivência e riqueza do período. Isto é, os títulos de nobreza “fosse ela de que tipo fosse” gerava uma série de “privilégios próprios”. Entre os favorecimentos a autora destaca a isenção de prisão em caso de denúncia nas devassas, isenção em cargos camarários, etc.

Como se vê, a atuação das mulheres, mesmo aquelas oriundas das camadas sociais mais abastadas, nos revelam trajetórias permeadas por momentos plurais. Se no âmbito econômico, já observamos que as condições nem sempre eram favoráveis ou dignas da posição social, no campo da moral e dos “bons costumes” muitas condutas ficavam apenas nos manuais ou ensinamentos moralistas ou teológicos. De qualquer, cabe também, entendermos que significava esses momentos de pobreza.

Para Nizza da Silva (2002, p.93-94) havia uma diferença na classificação de pobreza atribuída para homens e para as mulheres. Para os primeiros, a pobreza está relacionada sempre a um fator pejorativo, isto é, como aleijado, vagabundo, inválido, etc. indicando a sua incapacidade de sustentar ou manter a si mesmo e a sua família. Enquanto, para estas mulheres abastadas, brancas e/ou livres o empobrecimento deve-se a incapacidade de obter um progenitor, marido ou demais familiares capacitados de promover o seu sustento. De qualquer forma, a autora afirma que o empobrecimento podia atingir às mulheres de qualquer estatuto.

O estudo de José Luís Moreno (2004) sobre a família no Rio da Prata, na Argentina, traz contribuições interessantes a questão da pobreza, primeiramente o autor problematiza a aplicação dos modelos de famílias aplicados para os europeus:

El paradigma de la familia surgido de la realidad histórica europea trasladado al ámbito americano dio un producto nuevo, o si se prefiere un paradigma distinto. Las bases desde el punto de vista social y etnocultural fueron diferentes. En Europa pueden inferirse distintas estrategias matrimoniales y patrimoniales de los diferentes estratos sociales en función de su inserción social. En América la organización estamental, pseudoestamental, y libre, que pretendía organizar las estructuras familiares de blancos, indios y negros no tuvo, en cuanto al matrimonio, ni el mismo espesor ni la misma

consistência que em Europa. Una realidad diversa generó comportamientos diversos de las estructuras familiares y por supuesto, del matrimonio. (MORENO, 2011, p. 58)

O autor propõe uma análise que leve em consideração um novo paradigma para a História da Família na América Latina, que inclua a *pobreza estrutural*. Nesse sentido, a pobreza, tanto das camadas subalternas das sociedades, e acrescentamos aqui, as dificuldades materiais de uma nobreza que desfrutava de títulos e não de riqueza, devem ser pensadas pelos historiadores a partir de novos modelos de análise, diferentes dos aplicados para as famílias europeias.

A questão é que se de um lado haviam mulheres chefes de fogos designada como Donas e pobres, de outro haviam mulheres forras também chefes de fogos classificadas como pobres. Num exercício de microanálise percebemos que muitas dessas mulheres constituíam elos de vizinhança e muitas entravam no circuito de criação de crianças expostas para manutenção de seus lares.

Na Madre de Deus, temos uma dificuldade para encontrar essas mulheres relacionadas a criação de crianças expostas. Têm de se mencionar que os expostos nos fogos, em muitos arrolamentos eram excluídos, pois eram menores de confissão e, quando maiores dessa idade, poderiam facilmente ser classificados como agregados no fogo. Entretanto, alguns cruzamentos são possíveis: no dia *vinte e seis de maio de 1785*, o pequeno *José* foi exposto na porta de *Lucinda Marcelina*.¹²⁵ Naquele mesmo ano, a receptora entrou com a matrícula do exposto *José*, recebendo regularmente – pelo menos uma vez por ano – os salários pela criação do exposto, desde 1785, data da matrícula do pequerrucho, até 1792, quando a criança completou seus sete anos.

¹²⁵ AHCMPA, *Livro III de Batismos de Livres de Porto Alegre*, fl. 57v.

QUADRO 2 – Salários que *Lucinda Marcelina* recebeu da Câmara

DATA	VALOR RECEBIDO
15/03/1786	14\$400
03/02/1787	17\$600
01/09/1787	6\$400
07/05/1788	14\$400
14/02/1789	14\$400
22/05/1790	22\$400
16/07/1791	24\$000
18/09/1792	17\$300
TOTAL	130\$900

FONTE – AHPAMV, Termos de vereanças, 1785-1792.

Durante todo esse período, *Lucinda Marcelina* recebeu, pela criação do exposto *José*, o montante de 130\$900 réis. Essa quantia equivaleria ao preço de um africano escravizado em pleno vigor físico¹²⁶. Não conseguimos identificar a criança em seu fogo, devido à idade do pequeno, entretanto, pelos róis de confessados do ano de 1782 e de 1790, podemos perceber que *Lucinda* era a chefe de seu fogo, pois o marido estava ausente durante todos esses anos e possuía um escravo, único que habitava em seu fogo.¹²⁷

Já pelo rol de confessados de 1791, além do escravo, em seu fogo há uma agregada chamada *Ignácia*. Não podemos supor que a agregada *Ignácia* seja uma exposta, pois, pelos termos de vereança, não foi criado nenhum exposto com esse nome.¹²⁸ E tratando-se do exposto *José*, o qual recebeu da Câmara salários pela criação até os sete anos, não está mais em seu lar, e também não foi assentado o seu óbito nos registros paroquiais da Madre de Deus. O destino do exposto *José* foi, com toda certeza, transferido a outro lar após cessar a idade de assistência.

Outro ponto a se destacar, é variação de classificações que recebeu ao longo dos anos. A receptora *Lucinda Marcelina*, pelos róis, foi classificada como *parda forra* para o ano de 1782 e 1790, ao

¹²⁶ Para saber mais sobre a administração da exposição de crianças em Porto Alegre, ver Silva (2014).

¹²⁷ AHCMPA, *Rol de Confessados*, 1782; 1790.

¹²⁸ AHCMPA, *Rol de Confessados*, 1791.

passo que, em 1791, não recebeu atributo de qualidade alguma. Pelos ofícios camarários ou por quem registrou a ata, foi classificada como *preta forra*. Pelo registro paroquial de batismo do exposto *José, Lucinda Marcelina* não recebe qualidade alguma. Se o seu caso se refere a uma trajetória de ascensão social ou apenas uma variação de nomenclaturas pelas fontes, devido aos olhares distintos sobre *Lucinda Marcelina*, isso é um ponto em aberto.

A questão de maior importância é que não teve filhos batizados na Madre de Deus. Sua participação em algum evento relativo ao sacramento do batismo, recuperado nos assentos daquela freguesia, foi no dia vinte e três de maio de 1791, quando foi madrinha de *Bonifácio*, filho natural da *preta Joana*, escrava de *Manuel Dias*.¹²⁹ Nesse caso, se *Lucinda Marcelina* não teve filhos, pode ter usado de outros recursos para amamentar a criança exposta, como a amamentação artificial ou repassar a criança para terceiros amamentarem. O caso é que *Lucinda Marcelina* é chefe de um fogo com o marido ausente, possui um escravo e mais um agregado, estabelece relações com outros e escravos e senhores, como mostra o batismo. Criar o exposto pode ter sido um meio para a manutenção de seu lar, e as relações verticais podem tê-la beneficiado para conseguir o pecúlio camarário sem atrasos.

No que tange à relação de vizinhança, essa pode ter servido para estabelecer relações de reciprocidade e amparo frente os desafios da pobreza. Por exemplo, no rol de 1780 e 1781, percebemos que *Lucinda Maria* era vizinha de outras mulheres de seu mesmo estatuto social e chefes de fogos¹³⁰. Podemos perceber a localização dos fogos pela sequência em que são arrolados na fonte. Nesse caso, a residência de *Lucinda Maria* estava localizada na Rua da Praia, antes de seu lar são arrolados o fogo de *Úrsula Maria*, uma parda forra chefe de fogo que reside com suas duas filhas: *Maria* e *Margarida*. Ainda na sequência estava arrolado o lar de *Tomásia Cardoso*, uma preta forra com seus cinco filhos naturais e uma enjeitada a quem criava e recebeu da Câmara salários por esse serviço.

¹²⁹ AHCMPA, *Livro IV de Batismos de Livres de Porto Alegre*, fl. 97v.

¹³⁰ AHCMPA, *Rol de Confessados*, 1780; 1781.

Considerações finais

As análises das estruturas dos fogos encontrados nos róis de confessados nos permitiram identificar uma sociedade colonial constituída por famílias bastante heterogênicas na sua configuração. Muitos eram os fogos compostos por agregados, escravos, parentes e viajantes que necessariamente não possuíam vínculos de consanguinidade com os chefes de família. Entre eles destacamos a presença das “Donas Agregadas”.

Estas mulheres estavam presentes nos fogos de forma esporádica e não obedeciam a uma regra prévia na sua disposição hierárquica dentro do fogo. Por vezes, elas apareciam após o arrolamento dos filhos e filhas. Noutros estavam relacionadas no final do fogo, isto é, após a relação dos nomes de todos os escravos e agregados. Em hipótese, acreditamos que estas mulheres sejam: parentes colaterais (tias, sogras, cunhadas, etc) dos chefes de famílias, viúvas empobrecidas que tiveram que vender parte de suas terras para sobreviver e/ou matriarcas que foram aglutinadas em famílias mais abastadas devido ao desfacelamento de seus núcleos famílias decorrentes dos conflitos.

A morte prematura de maridos e filhos colocaram muitas mulheres em situação social e econômica desfavorável, sejam mulheres designadas como donas ou mulheres egressas da escravidão. Assim, e de modo geral, a pobreza não se restringia a apenas um grupo de pessoas, mas também estava à espreita daqueles que nunca tiveram que lutar pela sobrevivência. Aqueles representantes da elite que não conseguiram perpetuar e manter seu *status quo* acabaram por engrossar as mazelas dos desafortunados. Seja pelas consequências inesperadas dos inúmeros conflitos sulinos entre as Coroas Ibéricas, seja pela incapacidade de manter seus bens e riquezas na América Portuguesa, muitos foram os que fracassaram.

REFERÊNCIAS

ABREU, Laurinda. *O poder e os pobres*. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII). Lisboa: Gradiva, 2014.

BACELLAR, Carlos Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*. Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FONTAINE, Laurence. Pobreza, crédito e redes sociais na Europa pré-industrial. In: *Tempo*, vol. 22, núm. 40, p. 425-438, maio-agosto, 2016.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. *Para além do matrimônio: formas de união, relações familiares e sociais na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

_____. Sob os olhos do Rei”: a presença de reinóis na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1835). In: *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo: UPF, 2013.

GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – Século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LEWIN, Linda. Repensando o patriarcado em declínio: de “pai incógnito” a “filho ilegítimo” no direito sucessório brasileiro do século XIX. In: AMORIM, Maria Norberta; SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *A Família na História*. *Revista Ler História*, n. 29, p. 121-133, 1995.

LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Annablume, 1998.

MORENO, Jose Luis. Hacia un paradigma de la historia de la familia que incluya la pobreza estructural: El caso del Río de la Plata. In: GHIRARDI, Mónica & JIMÉNEZIN, Francisco Chacón (ed.). *Dinámicas familiares en el contexto de los bicentenarios latinoamericanos*. Córdoba: CONICET, 2011, pp. 79-111.

OLIVEIRA, Marina Costa de. *Dinâmica Populacional no Sertão do Rio Pardo (1801-1829)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UNESP: Franca, 2013.

OSÓRIO, Helen. Expansão Territorial e população: a capitania do Rio

Grande no primeiro quartel do século XIX. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; FLECK, Eliane Cristina Deckmann. (Orgs.). *A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2008. p. 235-252.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

RAMINELLI, Ronald. Nobreza e riqueza no Antigo Regime Ibérico Setecentista. In. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, p. 83-110, jul./dez. 2013.

REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no espaço latino. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa (Orgs.). *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. pp. 43-64.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano. Itu, 1780-1830*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830). *Estudos Econômicos*, v.11, nº3, 1981

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul: Século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *et al.* (Orgs.). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: OIKOS Editora, 2014.

_____. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA).

SELISTER, Michelle Raupp. “A viúva rica com um olho chora e o outro repica”: viúvas no Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SILVA, Jonathan Fachini. *Os filhos do destino: A exposição e os expostos na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.

_____. *Donas e plebeias na sociedade colonial*. Lisboa: Editorial Estampa, 2002.

_____. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia*. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004 [1982].

SWEET, James H. *Recriar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70, 2007.

“CALA A BOCA NEGRO, NÃO QUERO AQUI BARULHO”: VIVÊNCIAS DE FORROS NA PLURIRRACIAL SOCIEDADE ESCRAVISTA MERIDIONAL (BRASIL, RS, SÉC. XIX)

Paulo Roberto Staudt Moreira

A invisibilidade sobre a presença negra no território meridional brasileiro foi atenuada nos últimos anos por abundantes pesquisas, principalmente produzidas nos programas de pós-graduação. Assim, a escravidão negra, por exemplo, foi analisada em seus variados aspectos e temas, como família, alforria, associativismo, religiosidade, territorialidades negras, etc. Mas se muitas dessas temáticas ainda necessitam de aprofundamento investigativo, certamente as experiências sociais de alguns segmentos são ainda especialmente pouco conhecidas. Nos referimos, especialmente, aos indivíduos e coletividades egressos do cativeiro, aqueles identificados nas fontes primárias como *forros*, *libertos* ou, mostrando as ambiguidades e ambivalências entre liberdade e cativeiro, *libertandos*.

Distantes de qualquer noção de anomia social, esses egressos do cativeiro constituíram interdependências diversas, seja com indivíduos com quem compartilhavam as experiências da escravidão e da diáspora (seja por vivências próprias ou por memórias adquiridas *por tabela*, junto a parentes e familiares), ou mesmo com o ex-senhor@ e sua família.¹³¹ Analisá-los sob o prisma da pobreza parece apropriado, já que o mundo dos populares, mesmo que marcado pela distribuição desigual dos recursos materiais, não pode

¹³¹ Citando algumas produções sobre as experiências de vida de libertos, ver: COSTA (2013), DIAS (1984), FARIA (2004), MACHADO; CASTILHO (2015), GRAHAM (2012), PINTO (2012, 2018), WEIMER (2008, 2015), WISSENBACH (1998), XAVIER (1994, 2002).

ser observado de forma simplista, como se compusessem um todo homogêneo, indiferenciado. A pluralidade do universo social dos *remediados*, daqueles que gastaram seus poucos recursos materiais para se tornar *egressos do cativo*, merece atenção especial.

Nossa intenção neste texto será analisar aquela sociedade escravista a partir de um único caso, envolvendo atritos entre um forro e um europeu, que ocorreu no mercado público de Porto Alegre, capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no século XIX. Partiremos de um documento judicial de reduzidas dimensões, mas frutíferas potencialidades, e procederemos o salutar cruzamento de fontes, que tem sido preconizado pela história social dos últimos anos.¹³² Este documento produzido no campo jurídico será manejado como uma espécie de observatório social, de onde partiremos atrás de outras fontes (principalmente eclesiásticas), seguindo às por vezes confusas pistas nominais. Tal cruzamento nos permitirá encontrar pistas das redes sociais, familiares, afetivas, devocionais e étnico-raciais destes indivíduos diaspóricos, pensando essas interconexões como parte das *artes da sobrevivência e da resistência* destes egressos do cativo (SCOTT, 2013).

Fonte histórica que tem sido muito utilizada pelos historiadores nos últimos anos, os processos criminais nos trazem diversas histórias de intercâmbios e interdependências sociais. Certamente que estas peças judiciárias foram montadas porque algum acontecimento delituoso ocorreu. São assassinatos, estupros, tentativas de homicídio, ferimentos de variados matizes, roubos, injúrias. Mas, os homens e mulheres que encontramos registrados nestas fontes não são importantes em nosso estudo pelas atitudes infames que praticaram ou das quais foram vítimas ou testemunhas. Estas narrativas nos trazem interdependências sociais de diversas modulagens, evidenciam encontros e desencontros, solidariedades e animosidades, dão-nos pistas dos patrimônios investidos e dos capitais relacionais acumulados.¹³³

¹³² Nos referimos, especialmente, aos trabalhos influenciados pela chamada nova história italiana: REVEL (1998), LIMA (2006), LEVI (2000), OLIVEIRA; ALMEIDA (2009), MARTINS; MOREIRA (2012), VARGAS (2013).

¹³³ Sobre o uso de documentos judiciários, ver: AZEVEDO (2010), CAMPOS (2003), CORRÊA (1983), COSTA (2017), FERREIRA (2011), FLORES (2012),

“Alemão de merda, filho da puta, patife, cabrão”

O pesquisador norte-americano Herbert H. Smith passou 6 meses em Porto Alegre em 1881, estudando geologia e zoologia, e não se absteve de dar sua visão dos tipos sociais e raciais que ele encontrou pelo caminho. Em um de seus passeios pela Capital da Província, Smith velejou até uma das suas *ilhas fronteiras*, onde encontrou um pescador *mulato* e sua família. A descrição pejorativa que este estudioso fez chama a atenção pela dureza dos seus julgamentos, certamente, influenciados por preconceitos sociais e raciais. Segundo ele:

A outra excursão que fizemos de Porto Alegre, foi através do rio, a uma ilha baixa que defronta a cidade: esta ilha, ao contrario da terra firme, era coberta de floresta, não muito alta, mas tão intrincada que mal pudemos inserir-nos. Em um logar de terreno mais alto e seco descobrimos uma casinha de palha, ou antes um rancho, em que moravam um pescador mulato e sua família. O homem, descalço, vestido de camisa e ceroula de algodão, estava se aquecendo ao sol quando chegamos; mas vendo-nos, pôs-se de pé e ofereceu-nos a casa; os meninos, semi-nus e emporcalhados, agarravam-se ao vestido da mãe, e olhavam espantados para a minha senhora. Também a dona da casa era arisca, e parecia ter vergonha de seu vestido de chita desbotado; provavelmente não tinha melhor. A cabana possuía por única mobília alguns couros estendidos no chão para camas, e um banco de páu, com uma canastrinha; havia alguns utensílios de cozinha, feitos de barro, um ou dois pratos e colheres de ferro, e nada mais (MARTINS & MOREIRA, 2013, p. 56).

O pescador *mulato* estava *descalço* (emblema da escravidão) e aquecia-se *ao sol* (signo de ociosidade), seus filhos *seminus e emporcalhados*, a mulher “arisca, e parecia ter vergonha de seu vestido de chita desbotada; provavelmente não tinha melhor”, a casinha de palha ou rancho quase não possuía mobília, com couros servindo de cama e utensílios de barro para a cozinha. Pouco protegidos das intempéries e vivendo em uma ilha pantanosa sujeita a várias doenças, esta família, segundo aquele naturalista, pouco se

GINZBURG (2007, 2006), GRINBERG (2009), ROSEMBERG (2006), ZENHA (1985).

diferenciava dos “índios brabos” e logo Smith estabeleceu uma comparação com os europeus – “Invencivelmente os comparávamos com os imigrantes alemães, que, muito pobres que sejam, estão sempre tratando de melhorar sua condição, e prefeririam morrer de fome a morar naquele casebre” (MARTINS & MOREIRA, 2013, p. 88). Esta descrição encontra-se no capítulo IV do livro, cujo subtítulo é “*Pois que morram*”. Continuando seu pensamento, o autor argumenta:

Há uma classe como esta em todos os países, estrato inferior da civilização, mais aparente talvez na América do Sul, porquê é fácil viver nestas plagas ubertosas, e porque as raças mestiças, tão comuns aqui, herdaram os hábitos inertes e descuidosos de seus antepassados índios e africanos; apenas alguns tem a ambição de erguer-se da vida animal. Aumentam as listas da população, mas para o Estado são verdadeiros zero, não fazendo bem nem mal; quase nada trazem ao mercado e ainda menos levam para casa; vivem ao Deus dará, satisfeitos quando tem provisões para um dia e palhoça que os abrigue. Não de desaparecer em grande parte, à medida que da terra se forem apossando gentes mais industriosas; não de submergir e morrer diante da onda da imigração européia. Pois que morram! É o único serviço que podem prestar ao país, e a lei inexorável do progresso determinou sua extinção. Não lhes contesto sua felicidade presente, e seu viver pitoresco tem certo encanto, não há dúvida. Também uma árvore morta é pitoresca, mas prefiro a viva (MARTINS & MOREIRA, 2013, p. 89/90).

Smith passou pelo Rio Grande do Sul no início de 1880, década marcada pela retomada do movimento emancipacionista organizado, do crescimento da resistência escrava em múltiplas formas e do medo que impregnava a mentalidade das elites econômicas e políticas, que sentiam que novas formas de controle social eram necessárias. A experiência desta família de mulatos vista por este ilustre viajante, causava desgosto por sua existência paralela ao mercado de trabalho formal, por seu desligamento dos valores considerados inseparáveis da imagem do trabalhador que deveria surgir da universalização do trabalho livre (poupança, higiene, subordinação a um patrão através da relação assalariada, etc.) e pelo receio de que parte da população negra, ao livrar-se do cativo, optasse por engrossar o número dos que viviam à sua maneira.

Tratava-se, possivelmente, de uma família de egressos do cativo, que devia fazer parte do grupo de trabalhadores que abasteciam o mercado de Porto Alegre de peixe e outros produtos de consumo agrícola vindos das ilhas. Representantes do que se denominou de *projeto camponês de base multirracial*, com uma ética do trabalho própria e estigmatizado pelas elites como marcado pelo ócio e vadiagem (MATTOS, 2005, p. 29).

Smith, assim como muitos intelectuais do período, era defensor da imigração européia, que viria para embranquecer o sangue dos brasileiros, livrando-nos dos “*hábitos inertes e descuidados*” de nossos antepassados índios e africanos. Ele não via a menor possibilidade de que os imigrantes italianos e alemães contribuíssem para aumentar esta população marcada pela anomia social, que estava fadada ao desaparecimento pela *onda do progresso*, exceto talvez por uma “rara mistura”. Para o autor, um homem que tivesse como objetivo imigrar trazia em si a vontade de melhorar de condição, mesmo que um humilde “tocador de realejo ou trocador de santo”. Analisando a sociedade através de sua visão de naturalista, ele complementava: “As águas sociais, mesmo lodosas, são boas, quando revoltas; as águas mortas estagnam e engendram impurezas”. (MARTINS & MOREIRA, 2013, p. 91)

* * *

Os mercados públicos não são locais caracterizados pelo silêncio. Ao contrário, os sons habituais destes espaços são vozes altas (oferecendo mercadorias e gritando ordens), barulhos funcionais (como o ranger das rodas das carroças, o arrastar de caixas e barris), cantorias (como as melodias entoadas pelos africanos e crioulos enquanto trabalhavam, cadenciando o ritmo de trabalho e pedindo passagem) e também troças e zombarias, com significados diferenciados dependendo dos indivíduos que as trocavam.

Especulamos que aquele 23 de fevereiro de 1873 deveria ser uma noite de domingo abafada. Por volta das 23 horas, no armazém de arrecadação de carnes no mercado público de Porto Alegre, vários açougueiros aguardavam para receber mercadorias para seus estabelecimentos. A carne estava sendo distribuída pelo encarregado,

o prussiano Carlos Dihl.¹³⁴ Neste momento, o *preto* Pedro Garibaldi – ex-escravizado do Dr. João Dias de Castro –, açougueiro como os demais, reclamou que a carne que lhe era distribuída estava muito magra, ao que Dihl respondeu “cala a boa negro, não quero aqui barulho, ao que ele acusado respondeu, que se era negro não era da sua cozinha, e que não se calava”. O prussiano então o empurrou para fora e deu-lhe uma bofetada, sendo chamado de “alemão de merda, filho da puta, patife, cabrão”. Aquele preto liberto chamava-se Pedro Rodrigues Ferreira de Almeida, de 66 anos, casado, da Costa da África, cidade de Lan, não sabia ler e escrever, seu pai chamava-se Cori [ou Coré]. Uma das testemunhas, o negociante português Jacinto Fernandes Chaves, que tinha negócio no mesmo mercado, recomendou a Pedro “que se fosse empenhar com o queixoso, e bem assim pedisse ao seu ex-senhor para intervir na acomodação desse negócio, para pedir perdão ao queixoso, pois que ele acusado não sabia o que era negócio de justiça”.

No vozerio característico de um mercado, tal fato teria passado despercebido, mas como Dihl se sentiu difamado em público, tratou de fazer uma queixa ao Juiz Municipal dois dias depois. Talvez Dihl não desse uma atenção imediata ao fato, mas depois percebeu que circulavam pelo mercado boatos de que havia sido injuriado e não poderia deixar isso impune.¹³⁵ Na queixa, o prussiano não arrola entre as palavras obscenas pronunciadas por Pedro Garibaldi a expressão *alemão de merda*, mas sim *cornos*, *filho da puta*, *ladrão*, *patife*. Interessante pensar que se aquele africano não tivesse qualquer reputação social naquela micro-sociedade, o açougueiro alemão não teria se importunado a acessar a justiça procurando salvaguardar a sua honra. As injúrias daquele africano sexagenário forro ecoaram pelo mercado, ofendendo seu rival moralmente.

Pedro, como vimos, manipulava dois nomes, prática comum entre os populares negros. Um de seus nomes era o *do papel*, aquele

¹³⁴ APERS – 1º Cartório Cível e Crime de Porto Alegre, auto 3602, maçõ134.

¹³⁵ O artigo 236 do Código Criminal do Império estipula que seria considerada injúria: §1º. Na imputação de um fato criminoso não compreendido no art. 229; §2º. Na imputação de vícios ou defeitos que possam expor ao ódio ou desprezo público; §3º Na imputação vaga de crimes ou vícios sem fatos especificados; §4º Em tudo quanto pode prejudicar a reputação de alguém; §5º Em discursos, gestos ou sinais reputados insultantes na opinião publica.

manejado nas interações com órgãos públicos e em momentos rituais da sociedade branca, o outro, era a forma como era conhecido nas comunidades étnicas e laborais em que circulava. Não encontramos sua carta de alforria, mas podemos perceber que não assumiu o sobrenome de seu ex-senhor, apesar de não sabermos de onde retirou os sobrenomes que passou a ostentar.¹³⁶ Também seu nome *comunitário* permanece uma incógnita. Se Pedro tinha 66 anos em 1873, teria cerca de 28 anos em 1835. O sobrenome Garibaldi seria uma referência a guerra civil farroupilha? Um indício de uma leitura feita por escravos e libertos sobre a inserção que tiveram no conflito e as possibilidades de liberdade latentes que aí circularam?¹³⁷

As testemunhas arroladas tanto pelo queixoso, como pelo réu, não se alongam muito em explicações, parecendo que as autoridades judiciais não estavam interessadas em perder muito tempo com este caso. A maioria delas confirma as infâmias proferidas, com poucas variações entre elas. Confessamos que uma das ofensas nos fez perder algum tempo tentando entender o seu significado. A maioria delas eram usuais, mas estranhamos quando diferentes testemunhas disseram que Pedro teria agredido Dihl verbalmente dizendo: “estais acostumado a barrear com porcaria as paredes do Mercado Velho” ou “que no tempo do mercado velho andava barreando as paredes”¹³⁸. O que exatamente estaria por trás desta ofensa? Quando ditas em público as injúrias visam desclassificar o outro, mas tem que ser buscadas em um arsenal comum, já que elas só tem validade se a descompostura for entendida por aqueles que assistem o conflito. Os contemporâneos de Pedro e Carlos deveriam saber o que significava ser *limpador de praia* ou *barrear as paredes*. Talvez fosse indicativo de práticas homossexuais, hábitos de higiene precários ou quem sabe que Carlos Dihl pouco tempo atrás estava em situação sócio-econômica precária. Mas nenhum dos nossos involuntários informantes nos quis esclarecer a respeito.

¹³⁶ Sobre práticas de nomeação entre escravos e libertos, ver: WEIMER, 2008.

¹³⁷ A guerra civil farroupilha ocorreu entre 1835 e 1845. Ver a respeito da participação e das expectativas negras na guerra civil farroupilha: OLIVEIRA; CARVALHO (2008), CARVALHO (2013), MARQUES (2017).

¹³⁸ O atual Mercado Público de Porto Alegre foi inaugurado em 1869, estando o estabelecimento anterior localizado nas proximidades, na antiga *Praça do Paraíso*, atualmente Praça XV de Novembro.

Pedro Garibaldi também indicou ao juiz algumas testemunhas de defesa e entre elas o africano de 65 anos Miguel Porto. Miguel era açougueiro como Pedro e conquistara alforria gratuita em 27 de fevereiro de 1865, de seu ex-senhor Manuel Ferreira Porto Filho (MOREIRA; TASSONI, 2007). Ele não isentou seu parceiro de ter insultado Carlos Dihl, mas tentou pelo menos justificar tal comportamento; ele viu Pedro ser empurrado para fora e dali sim este teria gritado: “alemão de merda, limpador de praia, e que brasileiro não lhe botava a mão que alemão botou, que lhe viu outro dia com a tanga na bunda, e que ele tinha dado tanto dinheiro a ganhar e que não devia botar-lhe as mãos”.

O público que assistiu aquele ritual de troca de ofensas era plural, composto de indivíduos diferenciados social e etnicamente. O que foi dito de forma intempestiva foi ouvido e entendido de formas diversificadas, ou melhor, os indivíduos presentes selecionaram algumas das ofensas com mais atenção do que outras. Miguel Porto era africano, liberto e açougueiro como Pedro Garibaldi e, portanto, sua sensibilidade era similar à do parceiro que estava sendo processado. Ele destaca Dihl como um estrangeiro e não um *brasileiro*, o que deveria ser interessante em uma época logo posterior ao conflito com o Paraguai, em que a identidade nacional tinha sido profundamente acionada. Além disso, ele e Pedro eram escravizados que haviam conseguido certa mobilidade social e jogavam contra Carlos Dihl uma certa dívida, que este teria com eles. Assim pensando, os insultos gritados por Pedro Garibaldi parecem perfazer uma interessante contraposição, jogando contra um imigrante europeu uma série de epítetos – de vadiagem, *desvios* sexuais, falta de higiene – que naquele período normalmente eram reservados para os africanos e seus descendentes. Travou-se, naquele domingo de verão de 1873, uma disputa discursiva contundente, com elevado teor racializado.¹³⁹

Mas, se Pedro era consistentemente enraizado naquela sociedade escravista, vejamos algumas pistas de algumas de suas vicissitudes

¹³⁹ O Juiz Municipal Dionísio de Oliveira Silveiro condenou o réu a quatro meses de prisão simples e multa correspondente à metade do tempo, em 7 de abril de 1873, mas em 10 do mesmo mês e ano Carlos Dihl declarou que o perdoava pelos insultos, devendo o acusado apenas pagar as custas.

biográficas. O casal negro Pedro Rodrigues Ferreira de Almeida e Maria Rita de Almeida, ambos africanos, casaram na casa de residência do noivo, por este estar “gravemente enfermo”, em Porto Alegre, no dia 19 de abril de 1872, abençoado pelo Cônego João Inácio de Bitencourt. O consórcio foi testemunhado por dois homens, Frutuoso Vicente Vaz e Benedito Antônio Lisboa e o registro do casamento não trás nenhum dado sobre os noivos, invisibilizando suas condições (ex-escravizados) e qualidades (*pretos, africanos*), o que pode ser sinal de suas boas inserções sociais comunitárias.¹⁴⁰ Investigar os personagens que nos interessam, seguindo as suas pistas onomásticas nos causam prazer e provocam muitas indecisões e momentos de desânimo. Cada vez mais indivíduos são nomeados pelas fontes, gerando o que já foi bem descrito por um historiador como uma espécie de *afogamento em nomes* (FRAGOSO, 2002). Esses nomes nos ajudam a entender as relações sociais em que estavam enredados os personagens de nosso interesse.

Como veremos abaixo, esse momento de congraçamento católico, ocorrido em 1872, reuniu pessoas identificadas por experiências e identidades devocionais, mas também étnico-raciais. Pedro, no mercado matrimonial local, encontrou uma africana, que como ele trazia na lembrança a diáspora transatlântica e todos os seus traumas e perdas. Aliás, destaquemos que na qualificação do processo em que foi incurso como réu, Pedro fornece o nome de seu pai e a cidade de onde se originava, dados raros de se encontrar. Parece existir um certo véu consensual de silenciamento com relação a esses dados, pois normalmente os africanos, em documentos diversos, não fornecem os nomes de seus progenitores e os locais específicos onde nasceram. Não podemos acreditar que haviam esquecido suas relações parentais e territoriais, mas antes pensamos que eles considerassem que fornecer esses dados a representantes daquela sociedade que os escravizara seria conspurcar sua ancestralidade. Mas, como vimos, alguns africanos, como Pedro, momentaneamente desprezavam esse silenciamento e se apresentavam perante as autoridades com suas filiações e locais de origem. Por que ele teria agido assim no campo judiciário e não no

¹⁴⁰ AHCMPA – Livro de Casamentos da PNSR nº 3B, folha 2v – Habilitação Matrimonial, ano 1872, nº 329, caixa: 278, Pedro Rodrigues Ferreira de Almeida & Maria Rita de Almeida.

espaço religioso? Teria aquele sexagenário consciência de que se apresentando dessa maneira poderia ser melhor considerado pelos homens do tribunal? Ou seria um gesto de orgulho de sua ancestralidade, daquele sexagenário que sentiu uma vontade irresistível de afrontar aquele tribunal branco?

Mesmo que não tenhamos encontrado a carta que alforriou o africano Pedro Garibaldi, sabemos que ele circulava pelo menos desde o início da década de 1860 como liberto, já ostentando o nome completo, de Pedro Rodrigues Ferreira de Almeida. Em 5 de janeiro de 1861, ele e a também *preta liberta* Joana Maria da Conceição, batizaram o pequeno Adão, de apenas 4 meses, filho da escravizada Germana, de Josefina Cidade Veloso. No dia 11 de junho de 1877, ele novamente foi padrinho de batismo, desta vez de Maria (nascida em 12 de dezembro do ano anterior), filha da crioula do mesmo nome, cativa do Doutor Tomás Lourenço de Campos.¹⁴¹

As relações daquele apadrinhamento e compadrio firmado em 1861 não arrefeceram. Em 17.11.1864 foi redigida carta de alforria para Adão, filho de Germana, ambos escravizados por Josefina Cidade Veloso Ramos. A carta foi registrada em cartório dois dias depois de redigida e a sua *concessão* foi condicionada ao ressarcimento para a senhora, representado pela quantia de 384 mil réis, entregue pelo padrinho do agora liberto Adão, Pedro Rodrigues Ferreira de Almeida. Se lermos sem mais informações esse documento de liberdade, nos parecerá que algum benfeitor branco livrara aquela criança do cativo, quando na verdade foi o seu padrinho africano que ajudou a comadre sua mãe, seja fornecendo ou adiantando a quantia, ou guardando o pecúlio acumulado por aquela família negra escravizada.¹⁴²

Pedro ainda aparece em um outro interessante caso de alforria. Em 8 de junho de 1868 foi passada carta de alforria para a africana Maria Vitória, escravizada de José Maria da Silva. Apesar de ser descrita como *bem velha* e padecer de reumatismo crônico, Maria Vitória não foi libertada gratuitamente, mas através da entrega de 300 mil réis a seu senhor, pelo *preto* Pedro Rodrigues Ferreira, por

¹⁴¹ AHCMPA - Livro de Batismos de Livres da PMDPA, livro 18b, folha 69v; Livro de Batismos de Escravos da PNSRPA, livro 2, folha 20v.

¹⁴² APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Diversos nº 18, folha 12.

ser afilhado da escrava e da mesma nação¹⁴³. Neste documento, talvez por estar auxiliando na alforria de uma parenta africana, sua madrinha e da mesma nação, ele é identificado como *preto*. No dia 26 de junho do ano seguinte, Pedro Rodrigues Ferreira de Almeida aparece concedendo uma alforria *sem cláusula ou condição alguma* para a africana Maria, de 40 anos de idade. Será a mesma Maria Vitória registrada no ano anterior? Terá Pedro adiantado a quantia para a sua *parceira* e *madrinha* e depois de reembolsado passado uma carta de alforria definitiva? O interessante nesse fortuito caso, é perceber que um africano recém-chegado da diáspora africana foi amadrinhado por uma africana de sua mesma *nação*, quando de sua chegada na *terra dos brancos*. Maria deve ter servido de arrimo desse debilitado africano, vitimado por atroz exploração escravista que provocou a sua desterritorialização e desenraizamento. Maria deve ter sido uma introdutora de Pedro nessa comunidade diaspórica local e sua importância psicológica, sentimental, étnica, parental foi tamanha que seus vínculos se mantiveram por décadas, a ponto dele se esforçar para libertá-la e acompanhá-lo na vida de egressos do cativeiro, sendo suas duas relações de tal importância que ficaram registrados naquele documento de liberdade, como um atestado dos concretos vínculos que uniam aqueles indivíduos africanos – o amadrinhamento como adulto, na chegada do tráfico transatlântico, e a identidade étnica (reinventada ou não, mas certamente significativa) de serem *da mesma nação*.¹⁴⁴

Benedito Antonio Lisboa (padrinho de casamento de Pedro Garibaldi)

O padrinho de Pedro e Maria Rita era também africano, da Costa da África. Benedito Antônio Lisboa casou em 31 de dezembro de 1864, às seis horas da tarde, recebendo as bênçãos do padre Hildebrando de Freitas Pedroso e acompanhado das testemunhas

¹⁴³ APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Diversos nº 20, folha 59v. Por não saber ler nem escrever, o senhor africano pediu a Inácio Gomes de Andrade que redigisse a carta e assinasse a seu rogo.

¹⁴⁴ Infelizmente, assim como ocorreu com a sua carta de alforria, também não encontramos o registro de batismo deste africano. Sobre o tráfico de escravizados para o Brasil, ver: BERUTE (2006) e MATHEUS; MOREIRA, 2013.

Felipe Campos e do Cirurgião-mor Inácio Manoel Domingues. Sua noiva chamava-se Luiza Maria da Conceição, crioula nascida em Porto Alegre, filha de Zeferina Maria da Conceição¹⁴⁵. Ambos noivos eram *pretos libertos* e moradores na freguesia do Rosário.

Em 31.12.1865, na Paróquia do Rosário, foi batizado o filho de Benedito Antônio Lisboa e Luiza da Conceição. Foi chamado de Anastácio e nasceu em 11.05 daquele mesmo ano. A avó materna Zeferina Maria da Conceição amadrinhou seu neto e neste registro sabemos que ela era natural da África, como seu genro. Atuou como padrinho Paulo Joaquim Ribeiro.¹⁴⁶

Assim como Pedro Garibaldi, seu padrinho Benedito Antônio Lisboa aparece costurando relações em eventos diversos. A mulata Idalina, com mais ou menos um ano de idade, filha da parda Vitória, escravizadas de Doroteia Maria do Nascimento, conseguiu alforriar-se em 11.05.1866. A carta foi redigida em Rolante, distrito de Santo Antônio da Patrulha, em troca de um pagamento de 250 mil réis, entregues por Benedito Antônio Lisboa.¹⁴⁷ Esse documento nos evidencia a existência de relações entre Benedito e a parda Vitória, mas não sabemos como caracterizá-las. Como em outros casos, pode ter servido como indivíduo de confiança que guardou pecúlios daquela família negra, pode ter adiantado a quantia do resgate ou talvez fosse membro de alguma coletividade étnica que amparou àquela escravizada.

Em 26.04.1868 ocorreu o batismo de Hipólito, então com 9 meses, filho de Maria Antônia, escravizados de Alfredo Duclós. Foi padrinho naquela cerimônia o nosso conhecido Benedito Antônio Lisboa e madrinha Rita, escravizada do mesmo Benedito. Em 15.03.1873, na Capela do Menino Deus, em Porto Alegre, foi batizada a negra Maria da Glória, nascida em 06.08.1872, filha natural de Marcolina, escravizados de Antônio Fernandes de Gusmão. Maria da Glória foi amadrinhada por Maria Ricarda Pinto Bandeira e apadrinhada por Benedito Antônio de Lisboa. O padre fez questão de anotar que o

¹⁴⁵ AHCMPA – Livro de Casamentos da PNSRPA, n° 3, folhas 39v/40 – Habilitação matrimonial, ano 1864, n. 38, caixa 258 – noivos Benedito Antônio Lisboa & Luísa Maria da Conceição.

¹⁴⁶ AHCMPA – Livro de Batismos de Escravos da PNSRPA, n° 4, folha 138.

¹⁴⁷ APERS – 1° Tabelionato de Porto Alegre, Registros Diversos n° 18, folha 133v. (carta registrada em 19.06.66).

batizado e sua mãe eram moradores na chácara do Werna, provável referência a Ernesto Frederico de Werna Bilstein que, segundo Vargas (2007, p. 84), era oficial da Marinha e “atingiu a marca de 11 mandatos” como deputado provincial: “Membro do Partido Liberal, talvez ele fosse uma espécie de porta-voz entre a cúpula do partido e a oficialidade desta Arma, o que ajuda a explicar sua longa permanência”. Segundo Weimer (2017, p. 13), Ernesto Frederico nasceu em Portugal, filho de pais alemães.¹⁴⁸

A sensação de *afogamento em nomes* que citamos acima causa euforia cada vez que localizamos informações sobre os indivíduos e famílias que viviam interdependentes dos nossos personagens principais. Se já visibilizamos um pouco Benedito Antônio Lisboa, vejamos os seus padrinhos. Começemos por aquele que não trás insígnia alguma de prestígio, apenas nomeado de Felipe Campos.

Paulina Josefa das Dores era filha natural de Josefa Maria da Conceição, nascida em Porto Alegre, “escrava que foi” de Pedro Fontaine¹⁴⁹. O sacristão do Rosário Frutuoso Vicente Vaz fez por ela, como seu procurador, um pedido em 15 de marco de 1864, solicitando o seu registro de batismo, que teria se realizado na Madre de Deus, a 14 para 15 anos. O Cônego Tesoureiro-mor da Catedral João Batista informou na margem do requerimento que não achou o registro solicitado nos livros de livres, mas procurando nos de escravos foi localizado o assento a que se referia a petição. Aos 26.01.1851, na matriz da Madre de Deus de POA, o Reverendo Coadjutor Jose Soares do Patrocinio Mendonca batizou Paulina, nascida em 29.06.1850, filha natural da crioula Josefa, escravizada de Pedro Fontaine, sendo padrinhos: o preto forro Luiz Felix e Maria, escrava de Vicente Jose Ferreira de Carvalho.¹⁵⁰

O noivo de Josefa das Dores era o africano Felipe Campos e o matrimônio ocorreu em 05.04.1864, pelas 17 horas, sendo a cerimônia presidida pelo Padre Hildebrando de Freitas Pedroso, e

¹⁴⁸ AHCMPA – Livro de Batismos de Escravos da PMDPA, nº 18, folha 23v; AHCMPA – Livro de Batismos da PMDEPA, nº 1, folha 47.

¹⁴⁹ AHCMPA – Habilitacao matrimonial, ano 1864, n. 78, caixa 258 – noivos Felipe Campos & Paulina Josefa das Dores (procuração da noiva feita por Frutuoso Vicente Vaz em 07.03.1864 em 15.03.1864).

¹⁵⁰ AHCMPA – Livro de Batismos de Escravos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre, nº 7, folha 3.

tendo como testemunhas Antonio Batista da Silva e Antonio Feliciano. Felipe era africano nagô (provavelmente falante do yorubá) e alforriou-se em 17.05.1860, ao pagar 1:400\$ réis a sua senhora Francisca Joaquina de Campos, de quem provavelmente assumiu o sobrenome como forma de reforçar a sua localização social.¹⁵¹

A crioula Josefa das Dores e o africano Felipe Campos eram ambos moradores da freguesia do Rosário. Se existiu algum constrangimento quanto ao fato do batismo da noiva ter sido realizado como pessoa escravizada, isso não transpareceu na habilitação matrimonial e nem houve, aparentemente, contestação comunitária ao casamento – “Certifico que foram proclamadas em 3 dias Festivos na estação da Missa conventual e não apareceu impedimento algum, e nem me consta que as haja. Freguesia de N. Sra. Das Dores, em POA, 08.03.1864. [a] Coadjutor Americo Augusto e Carvalho C. dos Santos”. No registro de casamento o noivo é simplesmente registrado como “africano” e a noiva como “natural desta cidade e filha natural de Josefa Maria da Conceição”. Nunca saberemos se as pessoas ali presentes fizeram alguma investigação a respeito do status ainda escravizado de Paulina ou se houve um silêncio comunitário a respeito, que a considerou como livre.¹⁵²

Não é citado na habilitação matrimonial, mas a mãe de Paulina, Josefa, era também africana nagô, assim como o seu noivo. Paulina não nasceu de ventre livre como parecia pensar, mas foi alforrida *gratuitamente* por Pedro Fontaine, com 4 anos de idade, por carta de 23.03.53 – “de hoje para sempre sem que pessoa alguma possa chamar a cativo, podendo gozar de toda a liberdade como se livre nascesse”.¹⁵³ Os registros eclesiásticos podem ser usados como resquícios de memória, afinal, parece que Paulina não lembrava de ter sido escravizada, parecendo-lhe que nascera livre. Isso talvez

¹⁵¹ APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Diversos, nº 16, folha 141 (30.05.1860). Em 20.09.1863 o liberto Felipe Campos, acompanhado de Modesta Augênia dos Santos, apadrinhou Paulo, nascido em 02.05.1863, filho natural da crioula Rita, escravizada do Tenente Coronel José Antonio Dias (AHCMPA – Livro de Batismos da PNSDPA, nº 2, folha 6.

¹⁵² AHCMPA – Livro de Casamentos da PNSRAPA, nº 3, folha 30.

¹⁵³ APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Transmissões e Notas nº 63, folha 37.

indique uma memória familiar específica, sendo quem sabe tratada como se fosse livre, apesar de manter vínculos fortes com a mãe, afinal, escolheu um parceiro da mesma procedência de sua progenitora.

O senhor Pedro Fontaine batizou, além de Paulina, outros quatro escravizados, conforme listamos abaixo, todos na Paróquia da Madre de Deus, de Porto Alegre:

➤ 10/10/1847: batismo de Luiz Gonzaga, com um mês de idade, filho natural da africana Josefa, padrinhos: João (escravizado de Antônio Joaquim da Silva) e Floriana (escravizada de Joaquim José Ferreira Bartona);

➤ 30/01/1848: batismo da africana mina Josefa, que mostrava ter 20 anos de idade, padrinhos: Felizardo (escravizado de Sebastião Antônio Tavares) e da liberta Maria Benedicta;

➤ 28/06/1851: batismo do africano cabinda Paulo, com 20 anos de idade mais ou menos, padrinhos: Joaquina (escravizada de Dona Florinda Rosa de Jesus);

➤ 26/02/1853: batismo de Francisco, nascido em 30.01.1853, filho natural da africana Josefa, padrinhos: Jacob (escravizado de Dona Gertrudes Ferreira Soares) e Umbelina (escravizada de João Guarello);¹⁵⁴

As pesquisas onomásticas encontram dificuldades em sua plena execução quando tratamos de setores subalternizados, principalmente os escravizados. Batizados apenas com o prenome, nos *afogamos* em homônimos, os quais temos que diferenciar pelo nome das famílias senhoriais, e outros dados, como procedência, idade, sexo, nome da mãe. Na lista acima, encontramos a africana Josefa dando à luz a dois filhos, Luiz Gonzaga e Francisco, que seriam irmãos de Paulina. Paulina aparece sendo introduzida na religião católica em 30.01.1848, quando *parecia* ter 20 anos de idade, mas no ano anterior provavelmente era ela mesma a mãe daquele rebento – Luiz Gonzaga – de apenas um mês de idade. Ter sido batizada cerca de 3 meses depois de seu filho talvez indique que ela chegou grávida do tráfico transatlântico ou interprovincial e,

¹⁵⁴ AHCMPA – Registro de Batismos de Escravos da Paróquia de Nossa Madre de Deus de Porto Alegre, Livro 6 (folhas 164 e 172), Livro 7 (folhas 9 e 34).

fragilizada física e psicologicamente, não teve condições de acompanhar aquele que parece ter sido seu primeiro filho ao batistério. Nesse seu primeiro registro na *terra de brancos* ela foi descrita genericamente como *mina*, mas na alforria de sua filha Paulina, cinco anos depois, ela aparece como nagô. Qual seria o motivo dessa alteração? Estudando a Louisiana, a historiadora Gwendolyn Midlo Hall argumenta:

Uma explicação verossímil é que os africanos novos tinham maior dificuldade em comunicar-se, e portanto não conseguiam identificar suas etnias. Mas depois de passarem alguns anos na Louisiana, eles podiam comunicar-se melhor. Quanto mais tempo eles passassem na Louisiana, maior a probabilidade de eles poderem se comunicar e identificar suas etnias. É razoável concluir que as designações étnicas africanas listadas nos documentos da Louisiana, em sua imensa maioria, envolviam autoidentificações de africanos (HALL, 2017, p. 96).

Neste caso específico vemos a africanidade de Josefa, antes de atenuar-se ou reinventar-se radicalmente, manter-se através de uma maior especificação étnica, certamente decorrente de um aumento de sua capacidade de se comunicar – ladinizando-se talvez –, e mesmo por ter achado e se interconectado com uma comunidade diaspórica que a auxiliou nessa preservação (e atualização) de sua cultura e memória nativa. Lembremos que o marido de sua filha Paulina era nagô, mostrando como as comunidades negras locais mantiveram, sem aparente animosidade, diversidades e comunhões étnicas.

Se o africano nagô Felipe Campos foi mencionado no registro de casamento de Benedito Antônio Lisboa e Luiza Maria da Conceição, em 1864, simplesmente pelo nome, o mesmo não aconteceu com a outra testemunha-padrinho. Inácio Manoel Domingues foi nomeado tendo ao lado uma insígnia de prestígio e localização social, como Cirgião-mor. Isso evidencia que as redes sociais desses personagens diaspóricos não podiam limitar-se a membros de sua comunidade negra, mas também agregar, dentro do possível, aliados brancos ou socialmente brancos.

O Cirurgião-mor de Brigada do Corpo de Saúde do Exército Inácio Manoel Domingues era filho legítimo do major de ordenanças Manoel Domingues da Cruz e de Dona Júlia Maria da Trindade,

todos do Rio de Janeiro. Ele era viúvo de Dona Belmira Rita da Fonseca Domingues (natural de Rio Pardo) quando se casou pela segunda vez, às 19 horas do dia 09.08.1856, na Capela do Senhor dos Passos, na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Sua segunda esposa era Dona Inocência Vaz Ferreira, filha legítima de José Vaz Ferreira e de Dona Joaquina Fernandes da Fonseca (naturais de Rio Pardo).¹⁵⁵

Os noivos pediram e foram dispensados do impedimento que tinham, de 2º grau atingente ao 1º de linha transversal desigual de afinidade lícita e do parentesco espiritual em 1ª espécie. A mãe da noiva (quando solteira chamada Joaquina Júlia de Azambuja) era irmã legítima da falecida mulher do Cirurgião Inácio, além de sua noiva ter sido madrinha de um dos filhos do seu primeiro casamento. Para dispersar qualquer dúvida, os noivos garantem: “Que nenhum dos oradores cooperou para o falecimento da mulher do orador, que faleceu, como é público, de cólera morbus”. Após o falecimento de sua primeira esposa, o noivo ficou com 7 filhos menores, e como Chefe da Repartição de Saúde do Exército desta província, assim:

[...] está sempre na contingência de deixá-los ao desamparo, como sucedeu ultimamente, poucos dias depois do falecimento de sua mulher, em que teve de marchar para o Exército, e por isso provará que nessa ocasião teve de deixar seus filhos entregues aos devedos da Oradora, que como parenta dele os tem tratado como filhos próprios com o carinho de mãe, sendo certo que o Orador não poderá achar em família estranha outra pessoa com quem seus tenros filhos tanto se acomodem e que lhes dispense mais cuidados e afeição do que a oradora. Que a Oradora é sumamente pobre e órfã de pai, e que o Orador, posto viva de seus soldos, pode com economia sustentar seus filhos e a Oradora, que ficará assim abrigada em sua orfandade e pobreza. Que a oradora não foi raptada pelo Orador, e vive honestamente em companhia de sua mãe.

¹⁵⁵ AHCMPA – Habilitação matrimonial, ano 1856, nº 23, caixa 243, noivos Inácio Manuel Domingues & Inocência Vaz Ferreira; AHCMPA - Livro 1º de Casamentos da Capela do Senhor dos Passos, folha 438. O processo de habilitação de casamento era acompanhado pelo registro de óbito da primeira esposa do noivo cirurgião, ocorrido em 28.12.1855 e anotado na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, de Porto Alegre. A falecida era natural do Rio Pardo, tinha 41 anos de idade e faleceu do cólera morbus. AHCMPA – Habilitação de casamento, ano: 1868, nº 99, caixa: 266.

Dona Inocência, a segunda esposa do Cirurgião Inácio, foi batizada em 02.01.1831, na Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, nascida a 21.09.1830, filha legítima de José Vaz Ferreira (natural da cidade do Porto, Portugal) e Joaquina Júlia de Azambuja (desta freguesia), neta paterna de Joaquim José Vaz Ferreira e de Margarida Vaz (ambos da cidade do Porto), e materna do Sargento Maior Joaquim Fernandes da Fonseca (natural de Viamão), e Dona Inocência Júlia de Menezes Azambuja (de Santo Amaro). Foram padrinhos o tenente Joaquim José de Santana e Dona Maria Madalena da Paixão.

Frutuoso Vicente Vaz (padrinho de casamento de Pedro Garibaldi)

Pedro Rodrigues Ferreira de Almeida (ou Pedro Garibaldi) e Maria Rita de Almeida casaram em 1872, na casa do noivo, sendo o ato acompanhado pelo africano Benedito Antônio Lisboa, que brevemente já apresentamos, e de Frutuoso Vicente Vaz. Aliás, Frutuoso já apareceu nesse artigo, algumas páginas atrás, discretamente, assumindo a delegação de escrita da crioula Paulina Josefa das Dores, filha da africana nagô Josefa Maria da Conceição, solicitando o seu registro de batismo para que pudesse casar-se com o africano, também nagô, Felipe Campos.

Frutuoso Vicente Vaz, como já dito, era sacristão da Igreja do Rosário, paróquia que congregava boa parte da população negra de Porto Alegre (NASCIMENTO, 2006; MÜLLER, 2013). Ele aparece abundantemente na documentação eclesiástica local, especialmente nesse espaço de devoção. Considerando os batismos de escravizados da Paróquia do Rosário, o sacristão Frutuoso Vicente Vaz é um dos campeões de apadrinhamento, aparecendo 22 vezes, de 1857 a 1869, sendo em 10 oportunidades acompanhado por uma madrinha santa (sete vezes Nossa Senhora e três vezes Nossa Senhora do Rosário). Em uma vez apenas foi acompanhado por sua esposa, Maria Joaquina da Conceição.¹⁵⁶ Em nenhum desses registros a sua cor e

¹⁵⁶ Em 23.10.1864 foi batizado Silvestre, nascido em 01.01.1860, filho natural da parda Rita, escravizada de Propício José de Magalhães (AHCMPA – Livro 2º de Batismos de Escravos da PNSRPA, folha 53v).

status são identificados, parecendo tratar-se de um homem branco ou socialmente branco.

Às 18 horas do dia 1º de fevereiro de 1858, Frutuoso Vicente Vaz casou, no Rosário, com Maria Joaquina da Conceição.¹⁵⁷ Ele identificou-se como nascido nesta cidade de Porto Alegre, filho natural de Antônia Francisca Vieira. Sua noiva, Maria Joaquina da Conceição, também se identificou apenas pela filiação materna, sendo filha de Ana Maria da Conceição. As bênçãos foram ministradas pelo padre José Inácio de Carvalho Freitas e o consórcio foi testemunhado por Antônio José de Azevedo e João Manoel Pereira Maciel.¹⁵⁸

Infelizmente para os envolvidos, mas felizmente para os pesquisadores, o casal Frutuoso e Maria Joaquina parecem ter terminado a sua relação de forma tempestiva, *lavando a roupa suja em público*. Disputando a guarda de um filho na justiça, eles legaram aos investigadores sociais pistas documentais de sua relação afetiva.¹⁵⁹ Analfabeta, Maria Joaquina pediu que Antônio dos Santos Neto redigisse, a seu rogo, um requerimento ao juizado de órfãos de Porto Alegre, em 09.07.1868, dizendo que ela:

[...] casada com Frutuoso Vicente Vaz, tendo sido desamparada por seu marido por motivo que a decência manda calar, deixou de trazer em sua companhia um seu filho menor de 2 anos, que por isso precisa dos cuidados maternos. Um capricho maligno do marido da suplicante, e que tem por fim molestar a mesma suplicante, fez com

¹⁵⁷ AHCMPA – Livro 2 de Casamentos da PNSRAPA, folha 76. Esses mesmos dados foram registrados na habilitação matrimonial dos noivos (AHCMPA – ano:1857, nº: 122, caixa: 245).

¹⁵⁸ João Manoel Pereira Maciel também era sacristão da paróquia do Rosário e aparece apadrinhando inúmeros batizados. Ele casou no ano seguinte, em 05.03.1859, com Fortunata Inácia Pereira, na Igreja do Rosário, tendo nascido em Porto Alegre, em 28.09.1835, sendo batizado na Igreja da Madre de Deus em 06.04.1836, filho natural de Matildes Angélica de Albuquerque (também nascida na capital da província) e neto materno de Ana Francisca de Moraes (também de POA). Foram padrinhos: Porfirio Leite do Prado e Josefa Ribeira da Silva. A noiva Fortunata nasceu em 20.04.1843, sendo batizada na Madre de Deus em 11.03.1844, filha legítima do português Manoel Inacio Pereira e Josefa Silveira Barbosa (da Vila do Triunfo) (AHCMPA – ano: 1859, nº 2).

¹⁵⁹ APERS – Juízo de Órfãos de Porto Alegre, 1868, auto nº 1674, maço 62. Suplicante: Maria Joaquina da Conceição, Suplicado: Frutuoso Vicente Vaz.

que o dito seu marido obstasse que a suplicante trouxesse em sua companhia esse filho menor de dois anos, e que o dito marido da suplicante declara não ser seu, e serviu de motivo a separação do casal. Em consequência, pois, e sendo certo que um filho nessa idade não pode ser retirado do seio materno, Pede a Suplicante a V. Sa. Sirva-se mandar que o marido da mesma lhe entregue quanto antes, em prazo marcado por V. Sa., aquele filho, como é de lei, e com o que espera a Suplicante. Espera receber Mercê.

Dizendo-se desamparada pelo marido *por motivo que a decência manda calar*, Maria Joaquina da Conceição reivindicava para si a guarda de seu filho Frutuoso. O Juiz de Órfãos, então, no mesmo dia, nomeou como curador ao Dr. Graciano Alves de Azambuja. Vinte dias depois, em 29 de julho, Frutuoso, de seu próprio punho, redigiu uma contestação ao requerimento de Maria Joaquina, alegando que a causa era nula, porque não houve conciliação entre as partes (conforme determinava a Constituição Imperial, artigo 161 e no artigo 1º § 1º do Regulamento nº 143 de 15.03.1842) e também “por não ser competente o Juiz de Órfãos para tirar um filho legítimo menor do poder de seu pai para o entregar a uma mulher que, sendo com ele legitimamente casada, muito estimada e bem tratada, fugiu, sem motivo algum, da sua casa para se prostituir, vivendo hoje nesta desgraçada vida, o que tudo é muito público e notório nesta cidade”. Segundo Frutuoso Vicente Vaz ele era o pai legítimo da criança e estava vivo, já a mãe estava “morta na honestidade por se achar desgraçadamente na devassidão, e quem assim vive não pode ter em sua companhia um filho para ser conscientemente educado”. Continuando, ele alega que o menor não era órfão de pai, que o educava e sustentava *graças a Deus*, “com os meios que honesta e lícitamente adquire, como do mesmo modo é notório nesta mesma cidade”.¹⁶⁰

Em 14.06.1865 o casal Maria Joaquina e Frutuoso enterraram um filho de apenas 3 meses de idade, homônimo ao pai, sendo a morte causada por anemia.¹⁶¹ O padre ou o médico, ao anotar os dados do rebento falecido, o descreveram como *pardo*, cor

¹⁶⁰ O processo ainda se alonga mais um pouco pelo mês de agosto de 1868, mas se interrompe, sem qualquer sequência ou finalização.

¹⁶¹ AHCMPA – Livro de Óbitos de Livres da PNSRAPA, nº 2, folha 125v.

certamente mais relacionada ao lugar social dos seus pais do que do pequeno defunto, mas que nos indicou um provável passado dos progenitores – ou pelo menos de um deles – no cativoiro. Mas, o rebento que gerou o descontentamento entre aquele casal foi batizado no Rosário, em 16.12.1866, também com o nome de Frutuoso, nascido a 16 de julho do mesmo ano. É indicado no registro que a avó paterna Antônia Francisca Vieira era natural de Viamão e que a avó materna Ana Maria da Conceição nascera em Laguna (SC). Foram padrinhos José Domingues da Cruz e Matilde Angélica de Albuquerque.¹⁶²

Recorrendo aos documentos produzidos pelo exercício da cidadania política, encontramos Frutuoso Vicente Vaz na Lista Geral dos Cidadãos Qualificados Votantes da PNSRPA, em Porto Alegre, em 1880.¹⁶³ Os indivíduos qualificados a exercer a cidadania política através do voto eram considerados *naturalmente* brancos, assim, essas fontes eleitorais geralmente não trazem referências sobre as cores dos eleitores/votantes e a eventuais passados no cativoiro. Ele ali é qualificado com o número 605, com 48 anos de idade, casado, sacristão, alfabetizado, filho de Antônio Fernandes Vieira, morador na rua Vigário José Ignácio (mesma rua da Igreja do Rosário) e com uma renda anual presumida de 350 mil réis¹⁶⁴. Se no momento do casamento ele citou apenas o nome da mãe, já que ele era fruto de uma relação consensual, não consagrada na Igreja, ele aproveitou

¹⁶² AHCMPA – Livro de Batismos da PNSRPA, folha 178. Existe outro registro, no mesmo livro, na folha 107, comunicando o batismo deste mesmo Frutuoso em 06.04.1865, nascido a 20.03 do corrente ano. Os pais são descritos do mesmo jeito, mas são indicados como padrinhos o Vigário José Inácio de Carvalho e Freitas e Mariana Teixeira Caldas. Cada anotação trás na margem a referência a página do outro registro e não sabemos como analisar essa duplicidade. Teriam os pais, brigados, levado cada um por sua conta o rebento a pia batismal, escolhendo padrinhos próprios? Também no Rosário, em 10.06.1860, Frutuoso e Maria Joaquina batizaram sua filha Luiza, nascida em 31.01 daquele ano, sendo padrinhos: Antônio José Lourenço e Dona Dionísia Felisbina de Assunção (AHCMPA – Livro de Batismos de Livres da PNSRPA, nº 3, folha 155v).

¹⁶³ AHRs – Eleições, EL-01. Sobre a estrutura e a potencialidade das fontes de qualificação eleitoral, ver: GRAHAM (1997), COSTA (2006), VARGAS (2007, especialmente o capítulo 2) e MOREIRA; RIBEIRO; MUGGE (2016).

¹⁶⁴ A renda de Frutuoso o localizava entre os setores sociais médios da cidade, mas destaque-se que o seu conhecimento da escrita o inseria em uma pequena elite letrada (MOREIRA, 2003).

esse momento da qualificação cidadã e inseriu o nome de seu pai, mostrando como essas fontes também foram usadas como registros de afirmação/declaração genealógica. O historiador Evaldo Cabral de Mello (2000, p. 13) frisa que a genealogia era um “saber vital, pois classificava ou desclassificava o indivíduo e sua parentela aos olhos dos seus desiguais, contribuindo assim para a reprodução dos sistemas de dominação”.

Pensando que Frutuoso nascera por volta de 1832, recorri aos livros de batismos de escravos de Porto Alegre. No Livro 4 de batismos de escravos da Paróquia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre (1831/1837), que possui 1.335 registros, nada encontrei. Também no Livro de Batismos de Livres e Escravos da Paróquia de Nossa Senhora de Belém (1830/1847) nada foi anotado.

Foi preciso recuar bastante no tempo para encontrar algum indício documental que nos fornecesse algo sobre a qualidade e condição do nosso sacristão do Rosário. Nascido em 12.09.1852, o crioulo Juvêncio recebeu os santos óleos do batismo católico em 23.01.1853, na pia batismal da Igreja do Rosário. Ele era *filho natural* da também crioula Silvana, escravizada de Cândido José de Souza. Acompanharam Juvêncio, quando ele recebeu os santos óleos, como padrinho, o *crioulo forro* Frutuoso Vicente Vaz, e como madrinha, a escravizada Faustina (do Capitão Manoel da Assumpção Souza).¹⁶⁵ Se em 1880 ele tinha 48 anos, então ele deve ter nascido por volta de 1832. Assim, naquele batismo ele seria um jovem de 21 anos, talvez recentemente egresso do cativo, só mais tarde a sua trajetória de vida permitiu que a sua cor e passado escravizado fossem esmaecidos dos registros públicos.

Mas claro que a dificuldade em encontrar a *cor* do sacristão Frutuoso já é em si uma evidência importante sobre a consideração comunitária a seu respeito, o lugar que ocupava naquela coletividade e, mesmo a centralidade da devoção católica no oitocentos, que fez com que, através das relações forjadas naquele espaço social e espiritual, aquele *crioulo forro* tivesse a sua cor e passado como escravizado invisibilizada. Sua *pobreza*, assim, era relativa, já que seus recursos relacionais invisibilizaram sua procedência cativa. Essa

¹⁶⁵ AHCMPPA – Livro de Batismos de Escravos da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, nº 7, folha 32.

invisibilidade da sua cor nos registros públicos, entretanto, não impediu que ele continuasse mantendo relações íntimas com membros da comunidade negra local, o que nos dá pistas sobre o seu autoreferenciamento étnico-racial. Se encontramos, como já citamos, dezenas de apadrinhamentos feitos pelo sacristão Frutuoso Vicente Vaz, também em casamentos ele aparece com este papel:

➤ Em 31.07.1858 casaram no Rosário, às 11 horas da manhã, Joaquim de Santana de Aguiar & Sabina Antonia dos Santos, ele da Costa da África, e ela desta província, padrinhos: José da Costa Carvalho e Frutuoso Vicente Vaz. Legitimaram uma filha: Francisca, “havida de ambos”. Constam 4 testemunhas: Antonio José Alves de Farias Viana e João Manoel Pereira Maciel.

➤ Em 16.06.1864 casaram na Catedral, em Porto Alegre, o casal José Cabral & Eva Maria da Conceição, ele Natural da África, liberto, que foi escravo de José Leal de Azevedo, ela filha legítima dos pretos Roque e Eva, naturais do Rio Pardo, padrinhos: Frutuoso Vicente Vaz e Feliciano Moreira – Cônego Manoel Coelho das Neves;¹⁶⁶

João Dias de Castro (ex-senhor de Pedro Garibaldi)

João Dias de Castro nasceu na vila de Piratini (RS), formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo (1833) e faleceu na capital da província em 1875. Era filho legítimo do casal Bernardo Dias de Castro e Izabel Alves Pereira. Ele foi Promotor Público, assumiu interinamente a presidência da província em três ocasiões (12.06.1839 / 24.06.1839, 12.09.1871 / 20.10.1871 e 05.02.1877 / 21.05.1877) e foi deputado provincial em várias legislaturas.¹⁶⁷ Na qualificação eleitoral de 1850, ele declarou-se com 41 anos, casado,

¹⁶⁶ AHCMPA – Livro de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, nº 1, folha 88v; Livro de Casamentos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre, nº 7, folha 72v;

¹⁶⁷ Ver: Relatório com que o Exmo. Sr. 2º Vice-Presidente da Província de São Pedro do Sul, Dr. João Dias de Castro, passou a administração da mesma ao Exmo. Senhor Conselheiro Senador Jerônimo Martinho Figueira de Melo no dia 20 de Outubro de 1871. Porto Alegre, Tipografia do Rio-Grandense, Praça da Alfândega, nº 4, 1871; e Fala do 2º Vice-Presidente da Província Dr. João Dias de Castro à Assembléia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 17.ª legislatura em 6 de março de 1877 (AHRS – A.7.14).

fazendeiro, morador no 1º Distrito (5º Quarteirão) de Porto Alegre.¹⁶⁸

Não que os libertos mantivessem inerentes e incondicionais relações de subordinação com seus ex-senhores, mas o nome da família senhorial não era absolutamente um artifício descartável na busca de firmar-se como forro naquela sociedade escravista. Se tornar-se forro já era uma espécie de emblema de sucesso, manter boas relações com a ex-família senhorial ou pelo menos ser reconhecido como *gente* de um potentado local, sempre ajudava, principalmente, considerando a precariedade estrutural da liberdade no Brasil escravista (CHALOUB, 2010, 2012; LIMA, 2005). Correndo constante risco de reescravização, devemos considerar que para os forros, “a mobilidade social podia ser a própria manutenção de sua condição de liberto”, e para seus descendentes, poderia representar “o afastamento paulatino de um passado escravo” (GUEDES, 2008). Isso sem falar dos recrutamentos militares, que exigiam habilidades sociais e relacionais delicadas para serem evitados.

Como vimos acima, uma das testemunhas do processo, o negociante português Jacinto Fernandes Chaves, negociante instalado no mercado público de Porto Alegre, instou com Pedro Garibaldi que ele pedisse ao seu ex-senhor que interviesse na “acomodação daquele negócio”.

¹⁶⁸ AHRs- Lista geral dos Cidadãos qualificados votantes na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, 2º Distrito desta Cidade de Porto Alegre. 24.01.1850. Sobre a atuação do seu filho, o juiz Bernardo Dias de Castro Sobrinho, ver: CARDOZO, 2013.

TABELA 1 – Cartas de Alforria cartoriais passadas por João Dias de Castro

Nome	Redação	Registro	Dados
André	29/05/1842	03/02/1849	Preto – Pagamento, pelo escravo, de 800\$. O escravo foi recebido de herança do sogro do senhor, o Capitão Manoel Jose Machado.
Antônia	30/12/1843	30/12/1843	Preta, de nação, 43 anos Pagamento, pela escrava, de 550\$. A escrava foi recebida na partilha dos bens do finado sogro, o Capitão Manoel José Machado.
Raimundo	26/02/1846	26/02/1846	Preto – Pagamento, pelo escravo, de 800\$, “demitindo de mim todo o direito sobre o dito preto, e que se vá em paz tratar de seus negócios”.
Micaela	04/08/1854	15/11/1855	Preta – Pagamento de 1:000\$.
Pacifico	21/08/1856	21/08/1856	Pagamento de 1:700\$ rs. pela mãe do escravo, a preta Bernarda Maria Machado de Castro.
Felizarda	13/09/1856	15/09/1856	Pagamento, pela escrava, de 1:000\$ rs.
Madalena	19/12/1856	19/12/1856	Preta – Pagamento, pela escrava, de 680\$ rs.
Luis	04/12/1857	09/12/1857	Servir e acompanhar o filho do senhor, Bernardo, até sua formatura, sempre com mesma dedicação e obediência com que serviu ao senhor.
Maria	26/02/1862	11/04/1862	Preta, nagô – Pagamento de 1:300\$
Esperanca	11/08/1862	12/08/1862	Africana – Pagamento, pela escrava, de 1:400\$
Rita	10/06/1865	30/08/1865	Preta – Gratuitamente, “querendo perpetuar e comemorar o casamento de minha muito prezada filha, Dona Izabel Dias de Castro Soares com o Dr. Joaquim Pedro Soares, por um ato de filantropia e humanidade”
Clarinda	01/01/1866	03/01/1866	Mulatinha, filha da mulata Antonia, do mesmo senhor – Comemoração do batismo da filha dos senhores, Julia Dias de Castro, “e por um ato de filantropia e humanidade”.
Januario	21/11/1866	03/12/1866	Pardo – Pqto. de 1:200\$ pela pessoa que deve substituir no Exército
Jose Rodrigues	09/10/1867	10/10/1867	Crioulo – Pagamento de 1:300\$ com a condição de substituir Antonio Batista da Silva no exército

Nome	Redação	Registro	Dados
Rafaela	11/04/1870	13/04/1870	Crioula – Pagamento, pela escrava, de 1:900\$ e em retribuição aos bons serviços prestados
Eneas	30/05/1872	22/06/1872	Mulato, nascido em maio/1846, filho da mulata Maria – Gratuitamente, “em atenção a ter sido criado por nós e merecer a nosso estima pelo seu bom comportamento”
Antonia	29/06/1872	15/03/1873	Mulata – Concede ampla liberdade, “com a restrição única de acompanhar e servir a nossa filha Júlia até completar a idade de 15 anos, e não poderá antes disso retirar-se de nossa casa. Tendo nós libertado também gratuitamente todos os seus filhos em número de 6”, em atenção a “amizade que lhe temos por ter ela sido criada por nós e especialmente por haver amamentado a nossa mencionada filha”.
Procópio	19/07/1872	29/07/1872	Crioulo – Pagamento, pelo escravo, de 400\$
Antonio	08/01/1873	30/01/1873	Pardo/mulato – Retribuição aos bons serviços prestados, “e por ser cria de casa de minha sempre lembrada e querida mãe, e por ela me dado desde a idade de 1 ano”
Margarida	10/01/1875	14/01/1875	Crioula, filha de Sebastiana, do mesmo senhor – Pqto. de 400\$.
Sebastiana	31/10/1876	04/11/1876	Crioula – Pagamento de 800\$ pelo Dr. José Afonso Pereira
Anacleta	12/09/1877	13/09/1877	Em retribuição aos bons serviços prestados, principalmente, na criação da neta dos senhores, Alaíde
Feliciano	06/09/1883	13/09/1883	Em retribuição aos bons serviços prestados.
Adriana	12/09/1883	15/09/1883	Em retribuição aos bons serviços prestados. ¹⁶⁹

¹⁶⁹ Fonte: APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, livro de registros diversos nº 14 (folha 10v), livro 15 (f. 107v, 178v, 137v, 104r), livro 17 (f. 90), livro 18 (f. 68v e 99v), livro 20 (f. 178v), livro 21 (f. 169, 229v, 243v, 159v), livro 23 (f. 28), livro 24 (f. 30 e 143v), livro 27 (f. 89, 88v). 2º Tabelionato de Porto Alegre – Livros de

Não sabemos se Pedro agiu assim ou se tentou resolver a contenda por sua conta e mobilizando suas redes comunitárias próprias. Mas, o ex-senhor João Dias de Castro é preciso destacar, era figura social e politicamente relevante. Não encontramos o inventário post-mortem de João Dias de Castro, mas recorreremos a outras fontes primárias para sanar essa lacuna documental. Na **Tabela 1**, listamos as cartas de alforria cartoriais passadas por este senhor a alguns escravizados, todas redigidas em Porto Alegre, sendo algumas conjuntamente com a esposa, Josefa Machado de Castro. A respectiva tabela lista 24 cartas de alforrias cartoriais, sendo os *agraciados* 14 mulheres e 10 homens. Quinze alforrias foram concedidas mediante pagamento pelos libertandos, 2 com prestação de serviços e 7 *gratuitamente* (falaciosa retórica senhorial dizendo recompensar os anos de serviços prestados).

Outra fonte que pode nos dar uma ideia do tamanho da escravaria daquele senhor, são os registros eclesiásticos de batismos. Abaixo, na **Tabela 2**, encontram-se listados 16 batizados de escravizados pertencentes ao senhor Dr. João Dias de Castro, evidenciando que aquele fazendeiro-promotor-político possuía uma sólida escravaria. A crioula Anacleta, finalmente alforriada em 1877, dera ao seu senhor 4 *crias* – Ramiro, Fabrício, Horário e Ouvídio, a crioula Balbina gerou Liberato, a crioula Francisca enriqueceu o patrimônio senhorial com seus filhos Rodolfo e Eva, a africana Micaela gerou Micaela e Romanza (e mesmo assim teve que ressarcir seu senhor com 1 conto de réis para obter liberdade, em 1854), a crioula Rafaela deu-lhe José e existe uma certa confusão com duas escravizadas de nome Maria, uma africana mina e outra provavelmente crioula (parda), cujos ventres geraram, cada uma, duas crianças escravizadas.

registros diversos nº 15 (f. 109v), livro 16 (f. 8r), livro 17 (f. 117), livro 18 (f. 175, 138) e livro 67 de Transmissões e Notas (f. 34v).

TABELA 2 – Batismos de escravizados do Dr. João Dias de Castro na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário.

Batismo	Nascimento	Nome	Filiação	Padrinho	Madrinha
29/10/1839	02 meses	Marcolina	Micaela (FN, mina)	Antônio (escravo de João José da Cruz)	Joaquina (escrava de João José da Cruz)
05/04/1840	15/02/1840	Deolinda	Alexandrina (FN, africana)	Domingos (Escravo de Francisco de Lemos Pinto)	Josera (escrava de Luis Antonio de Oliveira)
17/01/1847	08/05/1846	Eneas	Maria (FN)	Antônio de Castro	Gertrudes de Freitas
13/05/1848	13/04/1848	Romanza	Micaela (FN, de Nação)	Joaquim Antonio de Oliveira	N. Sra da Conceição
14/05/1848	Não consta	Ramiro	Anacleta (FN, crioula)	Joaquim Antonio de Oliveira	Zeferina Felisberta da Conceição
15/12/1850	11/11/1849	Fabício	Anacleta (FN, crioula)	Euclides José de Oliveira	Francisca Machado de Freitas
28/09/1851	28/09/1849	Antônio	Maria (FN, mina)	Casemiro José Antônio (forro)	Nossa Senhora
21/11/1853	18/05/1852	Horácio	Anacleta (FN, crioula)	Galdino de Freitas	Francisco de Freitas
06/11/1853	03/08/1853	Liberato	Balbina (FN, crioula)	Casimiro (escravo de Manoel José Freitas)	Maria Bernarda (preta forra)
03/05/1855	05/02/1855	Rodolfo	Francisca (FN, crioula)	Evaristo da Rosa (padrinhos casados)	Basília Dias de Castro
13/05/1855	27/01/1855	Branca	Maria (FN, parda)	João Netto	Florinda Leme Castro
15/02/1857	18/01/1857	José	Rafaela (FN, crioula)	Silvério (escravo de D. Maria Balbina de Lima)	Nossa Senhora
20/12/1857	10/12/1857	Mercedes	Maria (FN, parda)	Thomé Gonsalves Ferreira Mendes	Francisca Mendes Ferreira
11/04/1858	09/03/1858	Eva	Francisca (FN, crioula)	Manoel Chaves	Nossa Senhora
09/06/1858	11/05/1858	Ouvídio	Anacleta (FN, crioula)	Crioulo Ezequiel (Escravo de D. Donanciana de Freitas Valle)	Lucrecia Maria da Conceição ¹⁷⁰
27/03/1864	26.12.1863	Lucrecia	Rafaela (crioula)	Tomaz do Vale	Maria Júlia Barbosa

¹⁷⁰ AHCMPA – Livro de Batismos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, nº 1, folhas 46, 80, 145, 156, 172, 186, 209, 231, 239, 243, 244; nº 2, f. 49; Livro de Batismos de Escravos da Paróquia da Madre de Deus, nº 5, f. 45v.

O prestígio social deste senhor João Dias de Castro e de sua família fez com que o sobrenome senhorial fosse manejado com habilidade por alguns de seus ex-escravizados. Alforriado em 06.09.1883, pelos herdeiros de seu ex-senhor, *em retribuição aos bons serviços prestados*, Feliciano assumiu como seu nome de forro chamar-se Feliciano Dias de Castro e assim casou com Florinda Brígida da Conceição, em 1886.

Em 28 de janeiro de 1887, o senhor Antero Henrique da Silva oficiou ao Juiz de Órfãos de Porto Alegre pedindo para ser nomeado tutor da menor Maria, filha da sua ex-escrava, a contratada Floriana, “para o fim de ter quem trate de sua criação e tratamento”. Extremamente ágil, mas também mostrando o relevado prestígio social do requerente, o juiz rabiscou na margem do requerimento, dando deferimento ao solicitado no mesmo dia 28. O termo de tutela e juramento foi assinado por Antero três dias depois, na casa da residência do Juiz de Direito da Vara de Órfãos, Doutor Bernardo Dias Castro Sobrinho (filho do já falecido Dr. João Dias de Castro), através do qual prometeu tomar conta da mesma menor:

[...] cuidando de sua educação, suprimdo-lhe alimento e vestuário precisos, tratando-a quando doente, representando-a em juízo e fora dele, requerendo e assinando o que for necessário a benefício da dita menor, sob as penas da lei. E recebido por ele o juramento, assim prometeu cumprir e assina com o Juiz; do que dou fé. Eu, João Baptista de Sampaio, escrevão o escrevi.¹⁷¹

Infelizmente, não localizamos a carta de alforria de Floriana. O senhor Antero Henrique da Silva foi sensível ao ímpeto abolicionista da capital e alforriou vários escravos em agosto de 1884, a maioria condicionalmente: os pretos Amaro, Maria, Silvério, Teodoro, Libório e Augusto, mais os pardos Nicolau, Maria e Felisbino, foram alforriados com a condição de servir mais 4 anos a seu senhor ou sucessores, “ficando os mesmos sujeitos as penas da lei, no caso de violação”. O carpinteiro preto João deveria servir até 22-01-85. Apenas o preto roceiro João, talvez por estar com 54 anos, recebeu a liberdade gratuita, como retribuição aos bons serviços

¹⁷¹ APERS – Juízo de Órfãos, 2º Cartório, Tutoria nº 1064, maço 53, Menor: Maria, filha da contratada Floriana, Tutor: Antero Henrique da Silva.

prestados.¹⁷² De qualquer maneira, sendo chamada de contratada pelo ex-senhor, Floriana certamente estaria compulsoriamente presa a uma cláusula de prestação de serviços.

Na verdade, vasculhando os livros de batismos de ingênuos, encontramos o nascimento de 4 filhos do ventre livre de Floriana, escravizada de Antero Henrique da Silva:

- 27.02.76; Maria, nascida em 18.01.76;
- 07.12.77: Jerônimo (de cor preta), nascido em 09.07.77, padrinhos: Osório de Araújo e Margarida (escrava);
- 21.09.79: Evaristo, nascido em 25.10.78, padrinhos: João Paulo e Angelina Maria da Conceição;
- 05.08.83: Regina (de cor preta), nascida em 07.09.82, padrinhos: Belquior Samuel Alves Leite e Balbina (escrava de Joaquim de Carvalho Bastos);¹⁷³

Infelizmente, dois dos filhos de Floriana não vingaram. Jerônimo faleceu 8 dias depois de seu nascimento (15.12.1877) de enterites e Regina sobreviveu menos de dois meses (30.08.1883), padecendo de queimaduras.¹⁷⁴ Os processos de tutela do juizado de órfãos são geralmente muito sucintos, não demandando muitas investigações e acréscimos de documentos. Mas, às vezes, trazem algumas boas surpresas ao investigador, principalmente quando o recomendável artifício do cruzamento de fontes diversas é praticado.

Pouco mais de três anos após ter requerido e ver atendido o seu pedido de tutela de Maria, filha da negra Floriana, Antero Henrique da Silva voltou a incomodar o juizado de Órfãos. Em 10 de março de 1890, ele informa que a sua ex-escrava Floriana (cujo tempo de cativo ainda a perseguia, mesmo após a promulgação da Lei Áurea), *agora* estava casada com o *pardo* Feliciano Dias de

¹⁷² APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, livro 27, folhas 167, 167v, 168, 168v, 169.

¹⁷³ AHCMPA - Livro de Batismos de Ingênuos da PMDPA, folhas 15v, 28, 44v, 71.

¹⁷⁴ AHCMPA – Livro de Óbitos de Ingênuos da PMDPA, folhas 14v e 42. A enterite se caracterizava por uma inflamação dos intestinos: "Esta afecção anuncia-se por uma dor violenta, ardente ou lancinante, e permanente, em qualquer lugar do baixo ventre, que é muito sensível ao toque; o ventre está distendido, quente e doloroso, às vezes de tal sorte que não suporta o menor toque; sempre é acompanhada de uma constipação obstinada, vômitos, que no começo são mucosos e biliosos, e mais tarde estercorais, soluços, ansiedade, sede ardente, conservando o doente ordinariamente as faculdades intelectuais intactas até a morte". (LANGAARD, 1872, p. 65, livro 2)

Castro, e o casal solicitava a entrega de sua filha Maria. A essa *pretensão* o tutor não fazia “nenhuma oposição” e pedia que fosse dada baixa do termo de responsabilidade que assinara. O mesmo juiz de 1887 deferiu o requerimento, anotando no mesmo dia, na margem superior do documento: “Como requer”.

Como vimos, Feliciano era forro desde setembro de 1883, quando a senhora Josefa Machado de Castro (viúva de João Dias de Castro) redigiu um documento concedendo-lhe gratuitamente a liberdade, “em retribuição aos bons serviços prestados”.¹⁷⁵ Se acreditarmos na declaração do senhor Antero Henrique da Silva, dada em juízo, de que Maria era filha do casal Feliciano e Floriana, então a relação dos dois remontava a, no mínimo, 1876, ano do nascimento desta menina.

Mas, como se pode ver acima, nós grifamos a palavra *agora*, retirada do requerimento feito pelo senhor Antero, em 10 de março de 1890, quando ele se refere a oficialização da relação de Feliciano e Floriana. Alguém estava errado, uma das partes provavelmente estava sendo enganada. Em 14 de outubro de 1886, Feliciano e Floriana requereram e foram atendidos em um pedido feito as autoridades religiosas locais. Diz a Provisão do Monsenhor Vicente Ferreira da Costa Pinheiro:

Fazemos saber, que atendendo ao que nos requereram Feliciano Dias de Castro e Floriana Brígida da Conceição, paroquianos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Havemos por bem de lhes dispensar as formalidades de direito para que se possam receber em matrimônio, em vista das suas tristes circunstâncias e lamentável estado de concubinato em que vivem, afim de se porem no caminho da salvação eterna, como em consciência são obrigados, e de legitimarem a prole resultante do referido concubinato, havendo-a.

No verso está registrado o matrimônio, que foi realizado em 30.10.1886.¹⁷⁶ Ou seja, no ano em que a filha Maria completava 10 anos de idade o casal, Feliciano Dias de Castro e Floriana Brígida da Conceição, pediram às bênçãos da Igreja Católica para a sua já longa

¹⁷⁵ APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 27, 13/09/83, folha 88v.

¹⁷⁶ AHCMPA – Habilitação de Casamento, ano: 1886, Caixa: 120, auto 318, Noivo: Feliciano Dias de Castro, Noiva: Floriana Brígida da Conceição.

relação afetiva consensual. Talvez o senhor Antero Henrique da Silva estivesse muito ocupado para acompanhar a vida familiar de sua ex-escravizada ou talvez àquela contratada e seu companheiro forro não fizessem muita questão em informá-lo de seus planos. O que se verifica é que este casal de indivíduos negros estava legalmente casado há pelo menos quatro anos e talvez vivendo em companhia de seu filho Evaristo. O que este caso pode nos mostrar é como, talvez, as mães dos ingênuos podiam também instrumentalizar a família senhorial, inserindo-a nos esquemas de circulação de crianças¹⁷⁷. Ou seja, as crianças eram deixadas com a família dos ex-senhores até que aquela família negra construísse um conveniente espaço para viver *sobre si*. Vizinhos, parentes e ex-senhores eram, desta maneira, tornados aliados (consciente ou inconscientemente) dos planos daquelas famílias negras em busca de estabilidade material e afetiva.

Outro sujeito interessante a assumir o sobrenome senhorial foi Procópio Dias de Castro, alforriado por seu senhor em 19.07.1872, ao pagar 400 mil réis. Três anos antes, em 08.09.1869, no batizado de Maria da Conceição, nascida em 29.06.1869, filha natural de Maria, escravizada de João Cesário de Abreu, ele atuou como padrinho, ao lado de Nossa Senhora das Dores, sendo descrito como escravizado, mas com nome e sobrenome completo – Procópio Dias de Castro.¹⁷⁸ Encontrá-lo ostentando nome e sobrenome completo, nos faz pensar que ele, ainda escravizado, já era indivíduo de reputação social, movendo-se com autonomia (relativa) pelo espaço urbano e com estruturada e positiva interdependência com a família senhorial.

Sabemos que Procópio, ainda quando escravizado do Ilmo. Senhor Dr. João Dias de Castro, trabalhou como cozinheiro do Presidente da Província Joaquim Antônio Fernandes Leão, que esteve no cargo entre 04.05.1859 e 17.10.1861. Sabemos deste detalhe da trajetória profissional de Procópio em função de uma discussão havida entre presos na Casa de Correção de Porto Alegre. Segundo esses sentenciados, o galé Custódio Gonçalves Ramos teria, talvez

¹⁷⁷ Sobre a circulação de crianças, ver: FONSECA (1989, 2006 e 2008).

¹⁷⁸ AHCMPA – Livro de Batismos de Escravos da Paróquia de N. Sra. das Dores de Porto Alegre, nº 2, f. 17v.

por inveja do trabalho exercido pelo escravizado Procópio, o *maltratado* chamando-o de “preto ladrão”.¹⁷⁹

Em 1873, no mesmo ano em que o seu parceiro Pedro Garibaldi atritou-se com o prussiano Carlos Dihl, no mercado público de Porto Alegre, Procópio meteu-se também em confusão. Luiz Carolina era professor de piano e morava na rua da Igreja (atual Duque de Caxias), no centro de Porto Alegre. Às 8 horas da manhã do dia 24 de julho de 1873 ele e sua família foram para a sua chácara, na rua da Imperatriz (atual Venâncio Aires) e na volta, ao mandarem uma escravizada ir na frente abrir a residência, foi informado de que a sua casa havia sido arrombada, sendo roubado 1:200\$ réis em dinheiro papel, mais alguma moeda de prata, jóias e roupas. Padecendo do ônus de ser um indivíduo (re)conhecido, Procópio foi apontado por alguns vizinhos como suspeito, já que ele fora visto pelas redondezas da casa assaltada. Um dos riscos que corriam os indivíduos negros naquela sociedade ainda escravista (e que não se diluiu até o presente) é a suspeição causada por sua cor.

Preso, Procópio Dias de Castro foi identificado como *crioulo liberto*, nascido nesta província, com 30 anos de idade, solteiro, morador na rua da Praia há 3 anos, marceneiro, filho de José, analfabeto. Procópio admitiu que realmente foi até a casa daquele Carolina na tarde do dia 24 de julho, mas “para receber um piano de propriedade dele respondente que por aquele Carolina mandou compor”. Não encontrando ninguém se retirou, mas a tarde ficou sabendo que era suspeito do roubo e “chamado por seu senhor, que foi o Dr. João Dias de Castro” foi, às 21 horas, à casa de Dona Francisca de Lima e Silva Pereira da Cunha, vizinha da casa arrombada, que o considerou suspeito por vê-lo nas proximidades. Procópio perguntou a Dona Francisca, a *mandado da família do Dr. João Dias*, se ele é que roubara a casa e ela respondeu “que não dissera ter visto ele roubar e sim unicamente presenciado entrar em casa da Carolina”.

Mesmo que a nossa imaginação ache delicioso o detalhe de um *crioulo liberto* tocando piano (o que não é descartável), sendo Procópio marceneiro talvez aquele instrumento musical tenha caído em suas mãos em alguma transação e ele estivesse o consertando

¹⁷⁹ AHRS, Fundo Requerimento, Polícia, Maço 105; CESAR, 2015.

para vendê-lo. Testemunhas disseram que nada sabiam de acusações anteriores feitas ao réu, mas ele acabou indo a julgamento, em 10.12.1873, sendo absolvido por 11 votos.¹⁸⁰

Dois anos depois, Procópio aparece em outro documento judiciário, mas desta vez apenas como testemunha. A pelotense Inácia Afonso Alves Barreto morava em Porto Alegre há 6 anos, quando foi acusada de assassinar um *preto* de nome Miguel, que estava a seu serviço, escravizado de Francisca de Souza Pinto.¹⁸¹ O auto de corpo de delito apontou que a morte foi devida a uma erisipela ocasionada por pancadas no escroto e que quatro dias antes do falecimento, Inácia devolvera Miguel a sua senhora doente, o qual morreu na Santa Casa, no dia 28 de março de 1875. A liberta Florinda Maria Cipriana da Conceição, de 50 anos, solteira, criada de servir que trabalhava na casa da ré Dona Inácia disse que Miguel estava lá *a contento* e que a senhora o espancava, “e que em uns dos dias da semana santa, demorando-se Miguel a conduzir no quintal um barril com água suja, a senhora ficou tão incomodada, que pegando em uma acha de lenha, deu-lhe muitas bordoadas e depois dando-lhe pontapés o atirou no chão e sapateou em cima do baixo ventre, pondo em seguida Miguel para fora com a sua trouxa de roupa”. Procópio aparece com 39 anos, ainda atuando como marceneiro e é ele que contrata *dois pretos* para levarem Miguel para a Santa Casa, pagando mil réis a cada um. Descrito como *preto* ele depôs na justiça dizendo ter sido chamado pela ré no domingo da ressurreição e que “apesar de estar sofrendo de um calo que o privava de calçar-se foi a dita casa”. Ele disse que falara com a senhora de Miguel, Dona Francisca, “que julgava inverossímil que a acusada tivesse dado em um preto velho e fraco que não tinha forças para subir uma escada e caminhar, tendo ele visto em outras ocasiões o preto andar de gatinhas no corredor da escada”.¹⁸²

¹⁸⁰ APERS – Sumário Júri de Porto Alegre, processo nº 1248.

¹⁸¹ APERS – 1º Cartório Cível e Crime de Porto Alegre, maço 134, nº 3603, 1875.

¹⁸² O processo é, finalmente, considerado improcedente. Muitas testemunhas se contradizem ou desmentem os seus primeiros depoimentos, como a criada Florinda Maria Cipriana da Conceição, que relatou que Miguel constantemente levava tombo sozinho, “tanto em casa como na rua devido a sua idade, pois que era trôpego e caminhava arrimado a um pau e tinha os pés inchados, os escrotos muito volumosos, e os dedos das mãos inchados, pelo que não fazia serviço algum”. Na

Interessante encontrar o liberto crioulo Procópio Dias de Castro na já mencionada Lista Geral dos cidadãos qualificados votantes da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Porto Alegre no ano de 1880 (AHRS – Eleições – EL-01). Com o número 116, ele aparece com 33 anos, solteiro, profissão marceneiro, ignorava-se a sua filiação, não sabia ler nem escrever e a sua renda conhecida era de 200 mil réis anuais. Isso evidencia que o marceneiro Procópio movia-se com habilidade pela capital, conseguindo, inclusive, imiscuir-se entre aqueles que ambicionavam a cidadania política.

Procópio casou duas vezes e nas habilitações que ele procedeu para obter as autorizações para os consórcios, conseguimos mais informações a seu respeito. Em 1880, ele desposou Agueda Francisca Maria da Conceição, ambos nascidos nesta província, ele filho natural da africana Joaquina da Conceição, “escrava que foi” de Francisca Modesta do Vale, e ela de Francisca Maria da Conceição. Procópio foi batizado na Catedral de Porto Alegre como escravizado em 02.02.1840, tendo nascido em 23.07.1839, sendo apadrinhado por Rodrigo (escravo da mesma senhora Francisca Modesta do Vale) e Florinda (escrava de Dona Perpétua Rosa). Já a noiva Agueda (nascida em 05.02.1850) era filha da nagô Francisca e foi batizada no Rosário, em 04.12.1851, junto com seus irmãos Gabriel (nascido em 18.03.1848) e Emília (nascida em 25.09.1851), todos escravizados de Antônio José de Araújo Bastos. Foram padrinhos: Feliciano José Bernardes e Maria (escravizada do mesmo Bastos).

Temos três cartas de alforria registradas em cartório da senhora Francisca Modesta do Vale: (01) a preta cabinda Rosaura foi alforriada em 12.05.1834, mediante a entrega de outra “escrava Crioula de nome Felipa”; (02) – o crioulo Rodrigo foi libertado por

polícia, ela dissera que “de nada sabia e que o preto não tinha sido espancado em casa de seu amo e que nunca o fora e que aí era bem tratado, ao que o Delegado lhe disse que ela testemunha ocultara a verdade e que se quisesse falar a verdade que ele lhe dava carta de liberdade o mais depressa possível [...] Respondeu que é livre, mas ainda esta obrigada a prestação de serviços por algum tempo [...] Respondeu que o que disse no inquérito foi devido a ameaças ou ao medo de sofrer algum mal, pois que a ameaçavam no caso dela não falar nesse sentido, dizendo-lhe que ela queria ocultar a verdade, e que já haviam 4 testemunhas de terem visto ou saberem que o preto tinha sido espancado em casa”.

documento redigido em 16.09.1850, o qual concedia “ampla e completa liberdade, para que dela goze de hoje para sempre, como se de ventre livre nascesse”; e, finalmente, a provável mãe de Procópio, a africana de nação Joaquina, foi alforriada em 04.10.1855 pelos herdeiros de sua senhora, em razão dos bons serviços prestados a senhora falecida e por ser vontade da mesma, que depois de sua morte a sua escrava fosse liberta.¹⁸³

Não encontramos a alforria da noiva Agueda, nem de seus irmãos, mas sua mãe, a africana nagô Francisca, de cor preta, foi alforriada *gratuitamente* por Antônio José de Araújo Bastos, por carta redigida em Porto Alegre, em 29.12.57 (registrada em cartório na mesma data).¹⁸⁴

Em 7 de fevereiro de 1882, Procópio Dias de Castro e Joana Luiza (filha natural de Joana), ambos naturais desta província, casaram na Igreja do Rosário, às 19 horas. Foram testemunhas-padrinhos Antônio Leite e Manoel Francisco de Moura.¹⁸⁵ No requerimento pedindo licença para o casório, Procópio apresenta-se como filho de José Dias de Castro e de Joaquina de Tal, e informa que “vivendo por sua fragilidade em concubinato” com Joana há cerca de 2 meses e “achando-se a mesma gravemente enferma, querendo o suplicante contrair entre si o sacramento de matrimônio, ficando deste modo oculto o vexame em que se acha e benquistos para a sociedade”. Ambos eram viúvos, ele de 9 meses e ela de 9 anos. Procópio pede que o casamento seja na sua casa, sábado, 7 do corrente, às 5 da tarde, visto a noiva estar gravemente enferma e pede também dispensa de todas as formalidades por serem “ambos sumamente pobres”. Neste documento de 1882, Procópio confirma a informação prestada no processo em que foi incurso como réu, em 1873, dizendo-se filho de José e inclusive anexando ao nome paterno

¹⁸³ APERS – 2º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Diversos nº 14, folha 136 (09/09/34); 2º Tabelionato de Porto Alegre, Transmissões e Notas livro 60, folha 8v (23/09/50); 1º Tabelionato de Porto Alegre, registros diversos nº 15, folha 32 (04/10/55).

¹⁸⁴ APERS – 2º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, Livro 17 de Registros Diversos, folha 5.

¹⁸⁵ AHCMPA – Livro de Casamentos da PNSRPA, nº 4, folha 60; Habilitações matrimoniais: 1880 – 75 – 298 – Procópio Dias de Castro – Águeda Francisca Maria da Conceição; 1882 – 298 – 307 – Procópio Dias de Castro – Joana Luísa Pereira.

o ex-sobrenome senhorial. Novamente um investimento genealógico que provavelmente não ficou isento de certa invenção.¹⁸⁶

Em duas oportunidades, Procópio aparece em registros de óbitos de crianças e em nenhuma delas o nome das mães é visibilizado, apenas o do *pai natural*. Em 02.07.1877, faleceu de tubérculos misentéricos o crioulo Alfredo, cor preta, de 2 anos de idade, filho natural de Procópio Dias de Castro. Em 04.11.1879, foi registrado o óbito do preto Manoel, nascido nesta província, de espasmo, com apenas 5 meses de idade. Não é anotado o nome da mãe, mas apenas o do pai, Procópio Dias de Castro.¹⁸⁷

* * *

Processado por causa das injúrias pronunciadas no mercado público de Porto Alegre, na noite de 23 de fevereiro de 1873, o *preto* africano Pedro Garibaldi ou Pedro Rodrigues Ferreira de Almeida nos possibilitou acessar algumas pistas sobre experiências de indivíduos pobres negros naquela sociedade racializada. Em seu depoimento, ele relata parte de seu cotidiano naquele domingo e que foi ao açougue do mercado público, após jantar na casa de seu *padrinho de casamento*. Como vimos, ele havia casado no ano anterior, em 19.04.1872, com a, também, africana Maria Rita de Almeida, sendo aquela cerimônia testemunhada por dois sujeitos negros, Frutuoso Vicente Vaz e Benedito Antônio Lisboa. Não sabemos qual deles foi o anfitrião de Pedro naquela noite, mas esse ritual tão corriqueiro de compartilhar uma mesa de refeições nos anuncia a complexidade das redes negras e diaspóricas ali vigentes naquela sociedade ainda escravista, baseada em devoções e memórias compartilhadas, etnicidades e africanidades, amizades e afetos.

Ao receber a carne que estava sendo distribuída pelo *alemão* Carlos Dihl, Pedro Garibaldi reclamou a um indivíduo que estava próximo (Angélico Cartier), com todo o direito que lhe assistia, que

¹⁸⁶ Anexo ao processo de habilitação matrimonial encontram-se dois registros de óbitos: **Luiz Joaquim Pereira**: falecido em 15.11.1874; e **Agueda**; falecida em 11.07.1881, de meningite, com 26 anos de idade, desta província.

¹⁸⁷ AHCMPA – Livro de Óbitos de Livres da Paróquia de Nossa senhora do Rosário, nº 7, folha 1, nº 8, folha 33v.

achava aquela mercadoria *magra*.¹⁸⁸ Ouvindo aquela reclamação, o prussiano Dihl tentou acionar as hierarquias raciais, vociferando com violência: “cala a boca do negro, não quero aqui barulho”, mas o africano Pedro Garibaldi mostrou-se confiante e conscientemente retrucou “que se era negro, não era da sua cozinha, e que não se calava”!

Pedro Garibaldi ou Almeida estava profundamente enraizado naquela sociedade escravista, na qual possuía parceiros e aliados conseguidos em anos de bom convívio e de investimentos relacionais e, por isso, provavelmente, as suas ofensas foram tão levadas a sério por aquele imigrante europeu. Ou seja, não era um *pária*, um indivíduo despojado de vínculos sociais que o protegessem. Notemos que a expressão *se sou negro, não sou da sua cozinha* configura uma afirmação étnica e política, com uma desconsideração do outro como sujeito portador de autoridade suficiente para submetê-lo. Uma das testemunhas arroladas, além de reafirmar as injúrias proferidas, depõe que Pedro reclamava do caráter discriminatório da distribuição da carne por Dihl – “a sua carne era pior que a dada aos outros”. A mesma testemunha reforçou a impressão que temos de que Pedro exigia igualdade de tratamento ao bradar contra seu oponente: “alemão de merda, limpador de praia, a quem tantas vezes deu dinheiro a ganhar comprando carne dele”. Segundo o sociólogo Karl Monsma, que analisou os conflitos simbólicos e as violências interétnicas entre europeus e negros no Oeste Paulista:

A maior parte destas interações explosivas entre europeus e brasileiros não brancos envolvia lutas sobre quem tinha o direito de mandar e quem devia acatar. Quando um negro agredia um imigrante, tipicamente era em resposta a uma atitude de superioridade e autoridade que este havia assumido, sem justificativa. Quando um europeu feria ou matava um afro-brasileiro ou caboclo, geralmente era depois deste ter afirmado sua igualdade e dignidade abertamente, insistindo em trato igual ou até, em alguns casos, mandando em um europeu. (MONSMA, 2006, p. 2)

O que se desenrolou naquela prosaica cena de desentendimento masculino, pode ser entendido como uma questão

¹⁸⁸ O açougueiro africano Miguel Porto, que assistiu toda a confusão, disse que o prussiano Dihl “é gente de Ângelo Cartier”.

de cidadania em disputa: aceitava-se a cor negra como referência a ser um egresso do cativo, um dado objetivo que não podia ser negado, mas negava-se ao agressor qualquer superioridade hierárquica que subalternizasse o não-branco. O ato de proferir estas palavras no espaço público do mercado, mesmo que num momento de atrito físico e troca de ofensas entre homens, pode ser tomado como demonstrativo de aspirações populares negras à cidadania.

O que se entende deste redemoinho de histórias, que se entrecruzam em fragmentos nunca potencializadores de visões amplas sobre os envolvidos? Talvez, que essa babelização diaspórica tinha linguagens sociais e culturais próprias e que a impressão de anomia, que por certo tempo, descreveu essas populações era enganosa, fruto de preconceitos raciais e de miopias historiográficas. Ao não se calar e exasperar-se defendendo direitos que julgava ter, o africano Pedro Garibaldi nos legou uma defesa contundente de direitos ligados ao respeito próprio e ao orgulho profissional, fruto de uma trajetória de vida marcada pelo trauma transatlântico, mas que, naquele momento, afirmava-se através de sua reputação social e das redes comunitárias que ele soube habilmente tecer.

ABREVIATURAS

AHCMPA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado

FN – Filho(a) Natural

PMDPA – Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre

PMDEPA – Paróquia do Menino Deus de Porto Alegre

PNSDPA – Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre

PNSRPA – Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo*. Campinas: Unicamp, 2010.

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul*,

c. 1790 – c. 1825. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre, PPGH / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

CAMILO, Nathan. “*É PREFERÍVEL BOM NOME A MUITAS RIQUEZAS*”: Dinâmica das práticas de nomação no extremo sul do Brasil entre o final do século XVIII e o início do século XIX. [Dissertação de mestrado]. São Leopoldo, PPGH / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016.

CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*. [Tese de doutorado em História Social]. Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Social / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

CARDOZO, José Carlos da Silva. *Enredos tutelares: o Juízo dos Órfãos e a atenção à criança e à família porto-alegrense no início do século XX*. São Leopoldo/RS: Oikos, Editora UNISINOS, 2013.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade. Experiências Negras de Recrutamento, Guerra e Escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850*. [Tese (Doutorado em História)]. Programa de Pós-graduação em História Social / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

CESAR, Tiago da Silva. *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro (1850-1888)*. São Leopoldo: Oikos, 2015. (Coleção EHILA, v. 16).

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sociais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Miguel Ângelo Silva da. (2006). *Entre a Flor da Sociedade e a Escória da População: A experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880)*. [Dissertação de mestrado]. São Leopoldo, PPGH / Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

COSTA, Valéria Gomes. *Trajetórias negras. Os libertos da Costa d’África no Recife (1846-1890)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

COSTA, Yuri Michael Pereira Costa. *Celso Magalhães e a Justiça Infame: crime, escravidão e poder no Brasil Império*. 2017. Tese (História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. [Tese de Professor Titular em História do Brasil]. Niterói, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2004.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Crimes em comum: escravidão e liberdade sob a pena do Estado imperial brasileiro (1830-1888)*. São Paulo: Unesp, 2011.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. [Tese de doutorado]. Porto Alegre, PPGH / PUC-RS, 2012.

FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FONSECA, Claudia. Pais e filhos em camadas populares no início do século. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 95-128.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de Textos). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 510-553.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*. Rio de Janeiro, set. 2002, p. 41-70.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1991.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 280-292.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX. *Afro-Ásia*, 45 2012.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. (orgs.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 119-139.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

HALL, Gwendolyn Midlo. *Escravidão e etnias africanas nas Américas*. Restaurando os elos. Petrópolis, Vozes, 2017. (Coleção África e os Africanos).

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação. Estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)*. [Tese de doutorado]. Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Social / Universidade

Federal do Rio de Janeiro, 2006.

LEITE, Ilka Boaventura (org.). (1996). *Negros no Sul do Brasil*. Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis, Letras Contemporâneas.

LEITE, Ilka Boaventura. (1996). *Antropologia da Viagem – Escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. (1997). *Livros de Viagem 1803/1900*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada Rodrigues. *A micro história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Espada Henrique. Sob o domínio da precariedade: escravidão e o significado da liberdade de trabalho no século XIX. *Revista Topoi*. V. 6, n.11, jul-dez, 2005, p. 289-326.

MACHADO, M. H. P. T; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs). *Tornando-se Livre: Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição*. São Paulo: Edusp, 2015.

MARTINS, Maria; MOREIRA, Paulo (Orgs.). *Uma história em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2012.

_____. *Herbeth Smith*. Um naturalista em viagem pela América Meridional. São Leopoldo: Oikos / Editora da Unisinos, 2013.

MARQUES, Letícia Rosa. *O Maestro Joaquim José de Mendanha*. Música, devoção e mobilidade social na trajetória de um pardo no Brasil Oitocentista. [Tese de doutorado]. Porto Alegre, PPGH / Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

MATHEUS, Marcelo Santos; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. As Matrículas de Escravos da Capitania de São Pedro do Rio Grande: análise da população cativa das freguesias de Mostardas, Cachoeira e Triunfo – 1787 / 1788. *Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: UFSC, 2013. p.1 – 21.

MATTOS, Hebe. Prefácio. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. *Além da Escravidão*. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

MONSMA, Karl. Conflito simbólico e violência interétnica: europeus e negros no Oeste Paulista, 1888-1914. *História em Revista (UFPEL)*. Pelotas,

RS, v. 10, n. Dezembro, 2006, p. 95-115.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os Cativos e os Homens de Bem. Experiências Negras no Espaço urbano*. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani. *Que com seu Trabalho nos Sustenta: As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748 / 1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

MÜLLER, Liane Susan. *As Contas do meu Rosário são Balas de Artilharia: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre*. Porto Alegre, Pragmatha, 2013.

NASCIMENTO, Mara Regina do. *As Irmandades no Meio Urbano: práticas funerárias e religiosidade entre os leigos*. Porto Alegre (1780-1850). [Tese de doutorado] Porto Alegre, PPGH / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de; CARVALHO, Daniela Vallandro de. (2008). Os lanceiros Francisco Cabinda, João Aleijado, preto Antonio e outros personagens negros na guerra dos Farrapos. In: SILVA, Gilberto; SANTOS, José Antonio dos; Luiz Carlos Carneiro (orgs.). *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre, EDIPUCRS, p. 46-62.

PINTO, Natalia Garcia. *A Benção meu Compadre: Experiências de parentesco e liberdade em Pelotas, 1830/1850, Século XIX*. [Dissertação de mestrado]. São Leopoldo, PPGH / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012.

PINTO, Natália Garcia. *Gerações de senzalas, Gerações de Liberdade: experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888*. [Tese de doutorado]. Porto Alegre, PPGH / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1998.

ROSEMBERG, André. *Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça, Santos, década de 1880*. São Paulo: Alameda, 2006.

MARQUES, Rachel dos Santos. *Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c.1750-1820)*. [Dissertação de mestrado]. PPGH / Universidade Federal do Paraná, 2011.

SCOTT, James C. *A Dominação e a Arte da Resistência*. Discursos Ocultos. Lisboa, Livraria Letra Livre, 2013.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889)*. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre, PPGH / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico*. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). [Tese de doutorado]. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social /Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

WEIMER, Günter. Arquitetos Alemães no Sul do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 153, p. 11-36, dezembro de 2017.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WISSENBACH, Maria Cristina C. *Sonhos africanos, vivências ladinas*. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998.

XAVIER, Regina Célia Lima. *Histórias e vidas de libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. [Dissertação de Mestrado] Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade*. Religião, Escravidão e Liberdade na Sociedade Campineira Oitocentista. [Tese de doutorado]. Campinas, PPGH / UNICAMP, 2002.

ZENHA, Celeste. A prática da Justiça no cotidiano da pobreza. In: *Revista Brasileira de História*, v. 5, n. 10. São Paulo: 1985. p. 123-146.

NEGROS FILHOS DA MISTURA: A REPRESENTAÇÃO DAS IDENTIDADES NEGRAS E MESTIÇAS NOS JORNAIS “O MARABÁ” E O “CORREIO DO TOCANTINS” (1913-1983)

Arilson dos Santos Gomes

Introdução

Pesquisas vêm demonstrando realidades diferenciadas e “ajudando a jogar por terra décadas de silenciamento sobre a presença (negra) africana na região da Amazônia” (SAMPAIO, 2011, p. 03). Todavia, sobre a presença negra no Sul e no Sudeste do Pará os trabalhos ainda são escassos.¹⁸⁹

A cidade amazônica de Marabá, situada no sudeste do Pará na foz dos Rios Tocantins e Itacaiúnas foi formada entre o final do século XIX e início do XX. A sua trajetória é comumente associada aos fatores econômicos, identificados na pecuária, no comércio e no extrativismo bem como nos conflitos motivados pelos fluxos migratórios e disputas pela posse da terra.

Marabá na língua tupi-guarani pode significar: “a raça do francês”, “gente que é procedente do estrangeiro”, “o que é variado” e o “que varia de cores”. A palavra marabá era usada também para indicar

¹⁸⁹ As pesquisas sobre a presença da identidade negra em acervos públicos e privados da cidade de Marabá constituem objetivos do projeto vinculado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICH-Unifesspa) – denominado Africanidades, Identidades Negras e Ideologias – sob nossa coordenação (2016-2017). A pesquisa contou com a atuação da bolsista Lourrana Santos da Faculdade de História da Unifesspa e os jornais pesquisados foram: O Marabá e Correio do Tocantins, ambos, a partir da década de 1980. O presente trabalho foi realizado com apoio de Bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica CNPq (2016-2017).

as pessoas nascidas das misturas de indígenas com brancos, mestiços.¹⁹⁰

Todavia, sem romantismos, Idelma Santiago da Silva (2011) ressalta que existiram tensões nesses contatos. Inclusive, a pesquisadora aponta que foi na ocorrência da disputa com os indígenas pela terra e recursos naturais que se assentou a narrativa dos “pioneiros” como migrantes fundadores do território. Uma refundação que se fez pela tentativa de “eliminação” dos indígenas das terras e da história do médio Tocantins. No final da década de 1970, “com um novo modelo de ocupação da região os migrantes paulistas aliados às oligarquias locais passaram a representar o desenvolvimento, enquanto caboclos, indígenas e negros foram sistematicamente estigmatizados” (SILVA, 2011, p.1-17).

O recorte temporal deste trabalho é do ano de 1913, ano em que Marabá ganha sua autonomia municipal, com o território desmembrado de São João do Araguaia; até 1983, período em que a cidade completou setenta anos de existência e que, com a aproximação das eleições diretas, identificam-se os esforços para a elaboração de uma identidade local marabaense.¹⁹¹

A realização deste trabalho decorre da necessidade de se iniciar a produzir uma história da população negra na cidade de Marabá, pois mesmo que seja comum perceber a presença das pessoas deste grupo em seu cotidiano, os estudos sobre sua história ainda são incipientes.

Ressalta-se que, devido sua pele mais escura, como o observado, os indivíduos negros da cidade recebem a alcunha de “maranhense”, o que no caso representa um estereótipo em um município decantado pela mestiçagem.

¹⁹⁰ O nome, segundo a tradição, também vem da influência de um poema escrito pelo literato nacionalista, romântista e indianista brasileiro Gonçalves Dias (1823-1864). Dedicado a uma indígena mestiça, o poema “Marabá” teria inspirado Francisco Coelho, o primeiro comerciante fixo da localidade, a denominar o seu armazém de Casa Marabá. Portanto, o marabaense é considerado o filho da mistura (VELHO, 2009, p. 37).

¹⁹¹ Sobre a importância de Marabá para o Pará, o município ocupava em 2013 a 4ª posição no PIB do estado, ficando atrás apenas de Belém, Parauapebas e Ananindeua. Com uma população de 262.085 mil habitantes, economicamente se destaca pelo setor da agroindústria e da mineração. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados relativos ao ano de 2013, < <http://www.ibge.gov.br/home/>>, acessado em 27/11/ 2016.

Acredita-se que ao pesquisar sobre os conhecimentos das agências históricas do grupo social negro no contexto sócio-histórico da cidade têm-se possibilidades de se desconstruir estigmas e de afirmar identidades. Contribuindo, assim, para o desenvolvimento da cidadania plena da população local e regional.

Algumas problemáticas são pertinentes para as intenções deste artigo. Como as identidades negras foram representadas nos jornais “Correio do Tocantins” e “O Marabá”? Como foram tratadas as identidades formadoras do município por esses jornais? Com destaque para essas problematizações, a narrativa pretende caracterizar Marabá, sua origem, migração, território, conflitos e as transformações ocorridas e analisar as identidades negras em dois periódicos que circularam na cidade de Marabá.

Marabá: origem, migração, território, conflitos e transformações

Nas terras de Marabá existiram milhares de indígenas, entre potys, tucanos, karajás, javaé, xambioás, assurini, parakanã, gavião, arara, caiapó, suruí, jakundá e outros, que com as transformações desapareceram ou mudaram-se para o centro da mata (FILHO, 2000, p.11).

A primeira migração aos limites espaciais que se tornaria Marabá foi realizada em 1892, pelo Coronel Carlos Gomes Leitão.¹⁹² A caravana era composta por maranhenses, goianos e cearenses e foi motivada pela criação de gado e o extrativismo da castanha, paulatinamente, substituída pela extração do látex. Devido a isto, os “pioneiros” da região se deslocaram do interior e se fixaram na confluência dos Tocantins e Itacaiúnas para facilitar o escoamento da produção e trocas de mercadorias. “Na época foi criado o Burgo do Itacaiúnas” (FILHO, 2000; RIBEIRO, 2010).

¹⁹² Por motivos de desavenças políticas que tiveram origem na cidade de Boa Vista do Tocantins, localizada ao norte do antigo Estado de Goiás, Carlos Gomes Leitão e Frei Gil de Vilanova, os dois homens mais importantes daquela cidade viviam em constante litígio. Com o falecimento de seu irmão, Alexandre Leitão em uma emboscada, Carlos Gomes Leitão foge com cerca de 80 famílias da cidade. “Formada por empregados e por correligionários o grupo por meio de balsas, botes e canoas desbravam os rios da região. Chegando a confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas no mês de outubro de 1892” (FILHO, 2000, p. 16).

Conforme Rovaine Ribeiro, o burgo era formado em “1896 por 222 habitantes, sendo 55 famílias”. Eram “Vaqueiros, agricultores, comerciantes, antigos proprietários de terras do Maranhão, de Goiás e de indígenas das matas próximas” (RIBEIRO, 2010, p. 16).

Se para as rotas fluviais comerciais o local era próspero, para as condições humanas era péssimo, em virtude de inundações e febres. Por isso, houve um deslocamento para um local mais favorável. Com a exploração do caucho, a foz do Itacaiúnas ganha novo interesse.

Segundo informações, que merecem maiores aprofundamentos, nesse período às margens do Itacaiúnas eram ocupadas por um quilombo. Situação que não causa estranheza visto o pouco tempo da abolição formal da escravatura. O quilombo era conhecido como território dos Quindangues. Esse nome seria uma alusão aos sons produzidos pelos tambores tocados pelos negros do local. “Conta-se que aqueles negros formavam um grupo de cinquenta a sessenta almas, na maioria mulheres viúvas, solteiras e adolescentes. Os homens não passavam de uma quinzena” (FILHO, 2000, p. 18). Portanto, há indícios da presença negra no território antes da vinda de Carlos Gomes Leitão.¹⁹³

Em 07 de junho de 1898, o militar e comerciante Francisco Coelho (1846-1906), vindo de Grajaú/MA, inaugurou um barracão de comércio na localidade, à margem direita do rio Itacaiúnas, num ângulo agudo formado pelos dois rios. “Marabá, no seu início, era assim. Muito mais que no caso de Burgo, sua função primordial era o comércio” (VELHO, 2009, p. 37).

¹⁹³ O território dos Quindangues mais tarde passou a ser de propriedade do sírio Uady Moussallem. Moussallem foi um importante político e fazendeiro da cidade. No local, em que viviam os Quindangues, o político criou e manteve uma fazenda de Búfalos. A fazenda, conforme Aziz Mutran Filho, recebeu o nome de Quindangues em homenagem aqueles negros. Atualmente, no espaço localiza-se o aeroporto municipal João Corrêa (FILHO, 2000, p.18). As informações sobre os Quindangues merecem aprofundamentos, já que foram extraídas de uma única fonte. Um livro escrito por Aziz Mutran, que em sua primeira parte foi inspirado por relatos de sua memória. Os Mutran, família de origem libanesa, se constituíram como uma das famílias mais influentes da história da cidade. Ainda se faz necessário a localização de documentos para sustentar de fato a existência dos Quindangues. Contudo, essa informação deve ser considerada como um indício a ser investigado.

Foi com o extrativismo da borracha, em seu período áureo que, por sua localização estratégica, definitivamente a cidade se formou. Nesse momento a região amazônica era responsável por 90% da produção mundial de borracha (RIBEIRO, 2000, p. 27).

Para Otávio Guilherme Velho, nesse contexto, os comerciantes de Marabá ganham importância local e “sentindo-se abandonados pelo Governo do Pará, criam uma comissão, vão a Belém e representam Goiás no sentido de serem incorporados a esse estado”. O movimento tem sucesso. “Em 1913, Marabá ganha sua autonomia municipal, com território desmembrado de São João do Araguaia” (VELHO, 2009, p. 38).¹⁹⁴

Em 1914, foi realizada a primeira eleição, quando foi eleito o intendente Antônio Rocha Maia. Em 27 de março foi instalada, por conta do decreto n. 3.057, do dia 7 de fevereiro de 1914, a primeira comarca de Marabá, assumida pelo juiz de direito, Dr. José Elias Monteiro Lopes (O MARABÁ, 1983, p. 04). Assumia a justiça um doutor negro “diante da massa popular festeira e de 47 eleitores que se dispuseram a assinar a ata do evento” (MONTARROYOS, sd).

José Elias Monteiro Lopes, primeiro juiz de Marabá, foi irmão do primeiro deputado federal negro do Brasil, Manuel da Motta Monteiro Lopes (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 139).¹⁹⁵

¹⁹⁴ Ainda conforme o decreto n° 1.278, assinado pelo presidente do Pará, Enéas Martins “foi empossada a Comissão administrativa Municipal presidida pelo coronel Melquíades Peres Fonteneille, tendo como membros os coronéis: Antônio Rocha Maia, Afro Sampaio e Quirino Francisco Castro” (JORNAL O MARABÁ, 05 a 12 de abril de 1983, p. 04).

¹⁹⁵ Elias e Manuel Monteiro Lopes nasceram na cidade de Recife, em Pernambuco. Filhos do operário Jerônimo da Motta Monteiro e de Maria Egípcia de Paulo Lopes, ambos afrodescendentes, tiveram além dos dois citados, mais três filhos (João Clodoaldo Monteiro Lopes, advogado, Maria Júlia e Taciana Monteiro Lopes, professoras). Elias havia se radicado em Belém do Pará e, intermediou no ano de 1890 a vinda de Manuel Monteiro Lopes para o Norte do Brasil. Manuel foi nomeado promotor público de Manaus e elevado às funções de juiz de direito na mesma cidade. Por volta de 1894, transferiu-se para a Capital Federal, Rio de Janeiro, a fim de se dedicar à advocacia. Depois de renomado advogado entra para a vida política. Mas o ideário do racismo científico era constante. Para muitos membros das elites intelectuais e políticas a presença de africanos e de seus descendentes ocupando espaços importantes, significava um obstáculo para a melhoria da raça, a formação do povo e a prosperidade da nação (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 139).

Terceiro deputado mais votado da Capital Federal, com 2.337 votos, Manuel Monteiro Lopes ficou em terceiro lugar, mas em virtude do preconceito corria o risco de não ser diplomado, o seu caso desencadeou um grande debate público, “ressoando no congresso, na imprensa, nos sindicatos, nas instituições de ensino, nas ruas e nas esquinas. A cor na política era a polêmica do momento”.¹⁹⁶ Mas como o notado, não em Marabá que neste momento estava se formando e era considerado um espaço inóspito e de difícil acesso.

Segundo estudos de Ramon Cabral e Heraldo Montarroyos, entre 1900-1950, o caucho (látex), a castanha, o diamante e o cristal de rocha obrigaram a constante locomoção da população trabalhadora para a cidade, que:

ficava em constante movimento corporal, tanto no verão como inverno. Da mesma forma, entre o tempo dos castanhais (inverno) e o tempo da garimpagem de diamantes e dos cristais de rocha (verão, nas décadas de 1940 e 50) havia também o tempo dos caçadores e dos pescadores que exigia igualmente longas caminhadas e fazia parte das duas estações. No período 1900-1950 o nomadismo foi essencial na formação da identidade do povo marabaense e no seu imaginário cultural (MONTARROYOS, 2015, p. 53).

Diante das descrições iniciais da origem do município bem como pelo contexto pós-abolicionista e republicano, destaca-se que a escravidão, ao menos formal e jurídica, não constituiu um sistema de produção característico de Marabá. Entretanto, as populações negras descendentes de escravizados permaneceram na região, visto que o comércio transatlântico de seres humanos foi ativo nas terras da antiga capitania do Grão-Pará.¹⁹⁷

¹⁹⁶ “Após longa campanha viajando pelo Brasil, com o apoio de sindicatos e organizações negras, a Comissão Verificadora acatou o resultado das eleições. No dia 01 de maio de 1909, Monteiro Lopes foi finalmente diplomado. Falecendo no ano seguinte, no dia 13 de dezembro de 1910” (DOMINGUES; GOMES, 2013, p.140). Portanto, Manuel não presenciou a vitória o pioneirismo jurídico do irmão Elias em Marabá. Já Elias acompanhou, de alguma forma, a epopeia do irmão

¹⁹⁷ Destaca-se que no Estado do Pará, região conhecida como Baixo Amazonas, encontram-se cerca de 60 comunidades remanescentes de quilombos localizadas nos municípios de Oriximiná, Óbidos, Santarém, Alenquer e Monte Alegre (CPISP, 2014). Entre 1995 e 2005, outras 28 comunidades desta localidade tiveram suas terras tituladas, abarcando aproximadamente 1.161 famílias. A área titulada no Baixo

Na imagem é possível observar o fenótipo dos trabalhadores que extraíam a castanha na década de 1920 na foz dos rios Itacaiúnas e Tocantins. Nota-se que o trabalho era realizado pelas populações negras da cidade.

IMAGEM 1 – Comércio da Castanha em 1920



FONTE – História do Legislativo (1913-2014). Câmara Municipal de Marabá. Banzeiro Comunicação, 2000, p. 19.

A extensão é uma das principais características do território deste estudo. Para compreender suas antigas dimensões, reportamos ao censo de 1940. Na ocasião, o município de Marabá tinha 89.831 km² (era cinco vezes maior que o tamanho atual) compreendendo os distritos de Marabá, Jacundá, Itupiranga, Santa Isabel do Araguaia e São João do Araguaia (MONTARROYOS; CABRAL 2015, p. 56).

No período, o município era oficialmente povoado por 11.709 pessoas, sendo 7.052 homens e 4.657 mulheres. Contava-se também com a presença dos estrangeiros que totalizavam 93 pessoas, sendo 68 homens e 25 mulheres (MONTARROYOS; CABRAL, 2015, p. 56).

Amazonas soma 386.488,05 hectares, o que representa 43% da dimensão total de terras de quilombo tituladas no Brasil. Comissão pró-índio de São Paulo, CPISP. <<http://www.cpis.org.br>>. acesso em 27/08/2016.

Montarroyos, em consonância com o censo oficial, aponta que em 1940, a população era predominantemente branca, totalizando 6.262 pessoas. Em 2º lugar, ficavam as pessoas de cor preta, sendo 3.955 pessoas; em 3º lugar, vinham os pardos, representados por 2.324 pessoas. Por último, os amarelos (asiáticos) eram representados por 4 pessoas (MONTARROYOS, sd). Ou seja, em termos absolutos os “não brancos” (pretos e pardos) formavam a maioria da população, com 6.279 indivíduos.

Cabral e Montarroyos confirmam que a maioria da população na década de 1950 era masculina e solteira. Os homens solteiros eram 5.452 indivíduos, enquanto as mulheres solteiras, 2.808. Já os casados somavam 2.065 homens e as mulheres, 1.469 indivíduos (MONTARROYOS; CABRAL, 2015, p. 56).

Diante dessa demografia e da cultura extrativista, com o “tempo dos castanhais (inverno) e o tempo da garimpagem de diamantes e dos cristais de rocha (verão)”, a cidade de Marabá serviria como ponto de encontro para a grande população nômade, masculina e solteira de trabalhadores extrativistas da castanha, que em constante locomoção pelo sul e sudeste do Pará aproveitava o núcleo urbano como local de descanso e diversão, buscando mulheres solteiras e prostitutas entre os anos de 1900-1950 (MONTARROYOS; CABRAL, 2015, p. 56).

Por isso, a cidade se constituiu, como um território conturbado, em que dinheiro, farra, diversão e desavenças projetavam as relações sociais entre castanheiros, patrões e prostitutas, em um sistema denominado de “capitalismo selvagem” (MONTARROYOS; CABRAL, 2015, p. 56). Para Velho “Marabá se enche de uma população instável, flutuante e aventureira. Desde o início é marcada pelo signo da turbulência, de que não dissocia sua fama” (VELHO, 2009, p. 38).

Nesse contexto, na década de 1950, o negro José Curcino de Azevedo assume como vereador. Cargo que iria renunciar em 1956 “alegando que suas atividades como procurador judicial da prefeitura coincidiam com o horário das Sessões da Câmara de Marabá. Naquele tempo não havia licença do cargo para assumir outro”. Curcino era procurador municipal, promotor, advogado e escritor

(HISTÓRIA DO LEGISLATIVO, 2000, p.43).¹⁹⁸ Na próxima imagem, Curcino aparece em fotografia com sua esposa na saída da Basílica de Nazaré, em Belém. Capital do Pará. No detalhe é possível observar o casal elegantemente trajado, o que representa seu status social.

IMAGEM 2 – José Curcino e sua esposa Izabel Lopes de Azevedo



FONTE – Fonte: História do Legislativo (1913-2014). Câmara Municipal de Marabá. Banzeiro Comunicação, 2000, p. 43.

Poucos anos depois da fotografia, em 1964 foi instaurado no Brasil, por meio de um Golpe civil-militar, o regime ditatorial (SADER, 1982, p. 151).¹⁹⁹ Esse fato político teve desdobramentos

¹⁹⁸ José Curcino teve sua memória homenageada em rua e escola de Marabá, ambas localizadas no bairro Laranjeiras, Folha 10, Quadra 14 (HISTÓRIA DO LEGISLATIVO, 2000, p.43).

¹⁹⁹ Muitos foram os agentes políticos e sociais envolvidos no golpe desencadeado em 1º de abril de 1964. Contando com segurança dos militares, políticos oposicionistas, setores da grande imprensa, da Igreja e um amplo movimento civil da classe média organizada, representada, segundo Éder Sader, pelas “ideologias burguesas”, o quadro político se alterou. Os militares se propunham a “acabar com a corrupção e a subversão”. Prisões e suspensões dos direitos individuais e políticos foram justificadas a fim de organizar a política nacional, para uma “rápida” volta ao

diretos na cidade de Marabá e na região, pois nesse território, vasto e conturbado, eclodiu “A guerrilha do Araguaia”. Movimento armado de luta contra a ditadura, que teve como um de seus expoentes o líder negro Osvaldo Orlando da Costa (1938-1974), o Osvaldão.

Abaixo, fotografia de Osvaldão consultada na *internet*. Na imagem aparece o líder com roupa militar, provavelmente, esta foto tenha sido produzida em dependências militares, já que Osvaldão, antes de guerrilheiro, foi Tenente reformado do Exército (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001, p. A9).

IMAGEM 3 – Osvaldo Orlando da Costa.



FONTE – <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/thumb/e/e9/OSVALD~1.JPG/200px-OSVALD~1.JPG>

“Alto (1,98m) e forte (...) Osvaldão comandou um dos três grupos da guerrilha (Destacamento B), que juntos reuniam 69 militantes do PC do B e outros vinte aderentes” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001, p.A9). A Guerrilha do Araguaia teve lugar no sudeste do Pará e norte do então estado de Goiás (atual Tocantins), abrangendo também terras do Maranhão, na área conhecida como ‘Bico do Papagaio’ (PEIXOTO, 2011, p.480).²⁰⁰

regime constitucional (SADER, 1982, p.151). Para Sader, esse período serviu para a consolidação do poder da burguesia, sendo identificado nas Forças Armadas o seu “partido único”, contra as forças sociais que ameaçavam a expansão econômica do capitalismo e a ascensão do comunismo (SADER, 1982, p. 150-153).

²⁰⁰ “A guerrilha ocorreu entre meados da década de 1960, quando os primeiros militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) chegaram à região – o lendário

Os primeiros paulistas, como eram conhecidos os integrantes da guerrilha pelas populações locais, chegaram à região do Bico do Papagaio a partir de 1966. A partir de 1970 até 1972, vários militantes do PC do B com diferentes profissões vieram a região. Havia operários, camponeses, bancários, enfermeiras, engenheiros, geólogos e, principalmente, estudantes universitários que viam na luta armada uma forma de resistência ao regime militar vigente no Brasil (SILVA, 2008, p. 26-28).²⁰¹

O exército descobriu o foco no final de 1971 e efetuou três campanhas na região entre abril de 1972 e março de 1974 – quando Osvaldão foi morto com um tiro nas costas desferido por um jagunço. Segundo o historiador Jacob Gorender, seu corpo foi atado a um helicóptero e exibido nos povoados para servir de exemplo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001, p. A9).

Nesse período, o espaço passou a ser considerado pelo exército como Área de Segurança Nacional (ALMEIDA, 2008, p. 21).²⁰² A partir do momento em que o Exército e a Aeronáutica se estabeleceram na região (1972-1975), mudou o cotidiano das pessoas. Embora boa parte não soubesse o que estava acontecendo, muitas preferiam usar a tática do silêncio (SILVA, 2008, p. 40). Em 1974, a guerrilha comunista foi definitivamente derrotada pelos militares. Segundo estimativas: “Pelo menos 59 guerrilheiros foram mortos na região do Araguaia em uma

Osvaldão, em 1966 e 1974, quando os últimos guerrilheiros foram caçados e abatidos por militares, especialmente treinados para combater a guerrilha” (PEIXOTO, 2011, p.480). Osvaldo Orlando da Costa foi campeão de boxe pelo Club de Regatas Vasco da Gama, do Rio de Janeiro, e estudou na Faculdade de Engenharia Mecânica, da Universidade de Praga, na Checoslováquia. País que teria se especializado em estratégias de luta armada.

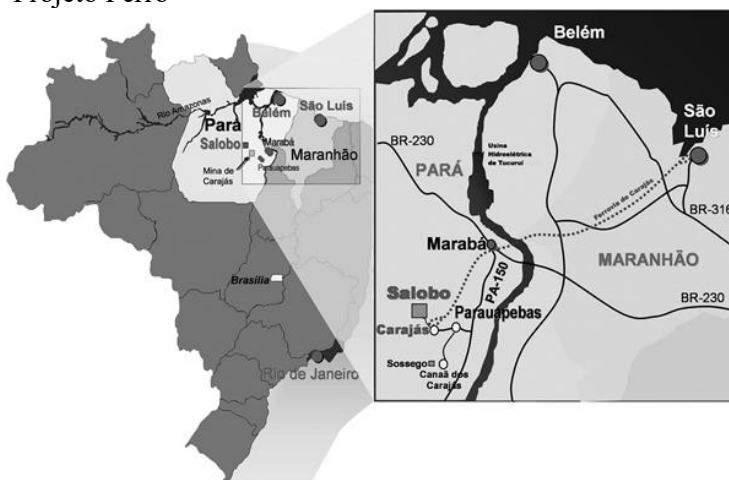
²⁰¹ Para Wellington Silva, os guerrilheiros comunistas estavam seguindo as premissas do maoísmo. A estratégia dos membros do partido era a conquista da população (“massas”), através da amizade. Após essa fase, num segundo momento, se daria o trabalho de conscientização política visando conquistar os moradores para fazer parte do movimento. Nesse sentido, a guerra popular prolongada ou a guerra de guerrilhas aconteceria num terceiro momento, quando a população ou parte dela estivesse conscientizada do seu papel. Porém, essa fase não chegou a acontecer. Os militares, ao chegar e permanecer na região silenciaram o projeto do movimento e a experiência vivenciada entre guerrilheiros e moradores (SILVA, 2008).

²⁰² De 1970 até 1985, Marabá passou a ter prefeitos nomeados com a aprovação do Conselho de Segurança Nacional (ALMEIDA, 2008, p. 21).

guerra que durou três anos e mobilizou 20 mil homens do exército” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001, p. A9).

Ademais, até a chegada das estradas federais e estaduais a partir de 1969 como a PA-70 e a Transamazônica em 1971 (BR-230), todas as atividades em Marabá eram direcionadas aos rios. A Transamazônica, chamada de “rodovia da integração nacional”, atravessou a cidade de Marabá e efetivou a ocupação da Amazônia. Em 1972, ocorreu a distribuição de lotes de terras às margens das novas rodovias. Outro projeto na cidade capitaneado pelos militares foi o “Projeto Ferro” para intensificar a extração do minério da Serra dos Carajás (ALMEIDA, 2008, p. 21-22).²⁰³

IMAGEM 4 – Destaque para a região dos Carajás e de Marabá, área do “Projeto Ferro”²⁰⁴



FONTE – <http://periodicos.ufpb.br/index.php/ra/article/viewFile/2843/2448/4370>

²⁰³ Marabá, regionalmente, compreende a região da Serra dos Carajás; com solo rico em minérios como o ferro e ouro. A empresa de metais Salobo S/A, atualmente projeto da empresa mineradora Vale, bem como o histórico garimpo de Serra Pelada, constituem as riquezas minerais deste território (ALMEIDA, 2008). Em que pese os entraves sociais, estruturais e a má distribuição de renda percebida na cidade.

²⁰⁴ Na **Imagem 4**, observa-se o projeto da empresa Salobo Metais S/A. Em pontilhado, visualiza-se a estrada de ferro que transporta minérios de Carajás, que passa por Marabá até São Luís/ MA para exportação. Na imagem também se observa a BR 230 (Transamazônica) e a estadual PA 150 e PA 70.

Com o novo incentivo de ocupação do território planejado no período civil-militar, tem-se na década de 1980 a atualização da memória dos antigos “pioneiros”. Como aduz Idelma Santiago da Silva: “Índios, negros (quilombolas) e caboclos têm sido considerados nos planos e nos projetos econômicos para a região como sendo portadores de uma cultura pobre, primitiva, tribal e, portanto, inferior” (SILVA, 2011, p. 03).

A narrativa da colonização do Norte do Brasil, nesse período, revela a vinda de migrantes do sul e sudeste, com destaque para os paulistas, evidentemente não relacionados à guerrilha, mas considerados agora os novos “colonizadores”. As antigas elites (oligarquias) regionais assim como esses novos “bandeirantes” tiveram seus interesses favorecidos pelas ações do governo federal (PETIT, 2003, p.183). Situação que não resolveu e agravou os conflitos pela posse da terra no município.

Em seu importante estudo, Idelma Santiago destaca que o discurso da migração começa a operar para produzir os sentidos das relações para “fora” e para “dentro” da região. A maioria dos migrantes das últimas três décadas do século XX, que se deslocaram para o sudeste do Pará (médio Tocantins), é constituída de sujeitos das classes subalternas. Como salienta a pesquisadora:

No sudeste do Pará, dos imbricamentos dos discursos dos ‘pioneiros’ e dos ‘bandeirantes’ a definição dos ‘outros’ das relações socioculturais se torna objeto das lutas de representação. De um lado, a migração ganha sentidos positivos quando se trata de definir a região em alteridade com o norte do Estado ou à Amazônia (...). Por outro lado, a migração, internamente, é construída como problema quando integrada por pobres, sobretudo maranhenses e de outros Estados nordestinos. Desde então, os maranhenses passaram a ser indesejados (...) ‘eliminado’ o índio – tornava ‘imperiosa’ nova classificação sociocultural que designasse aquele a ser “eticizado” e fornecesse os “braços” para o trabalho mais penoso e degradante de exploração econômica – as atividades que “possuíam” o território (SILVA, 2011, p. 07).

Idelma Santiago da Silva interpretou variadas fontes, especialmente material de jornal impresso, rimas de histórias e anedotas a respeito desses “outros”. Nas rimas de histórias sobressaem representações correntemente reiteradas sobre os

maranhenses migrantes e sobre o Maranhão: (i) o maranhense está na história, mas numa condição de existência humana rebaixada/desqualificada; e (ii) pior: é uma questão ontológica (imane de seu ser), um estigma. Noutros textos, “sobressaem representações do maranhense como aquele que se multiplica com intensidade primitiva e espalha-se – como ‘praga’ – para fronteiras próximas e distantes” (SILVA, 2011, p.14).

Percebe-se no cotidiano da cidade de Marabá que perduram as representações negativas e os estereótipos relacionados ao fenótipo do sujeito maranhense como sinônimo de ex-escravizado. Nesse grupo é reforçado, fixado e reproduzido o discurso do passado colonial. Com isso os estigmas, comum a realidade das identidades negras brasileiras, permanecem.

A representação das identidades negras nos jornais “O Marabá” e o “Correio do Tocantins”

Os impressos “O Marabá” e o “Correio do Tocantins” foram interpretados neste trabalho a partir dos discursos formulados por seus colunistas. Identificados como responsáveis pela elaboração dos códigos e dos valores identitários representados à sociedade local.

Como afirmou Francisco Neves, “os jornais como meio de comunicação, informação, divulgação e opinião, agem como propagadores do *status quo* de determinadas sociedades” (NEVES, 2002, p. 18-19).²⁰⁵

Para a pré-análise e análise qualitativa de conteúdo (BARDIN, 2009), utilizou-se como *corpus documental* as matérias dos respectivos jornais citados que aludiram, em sua semântica, aspectos ou expressões relacionadas às identidades formadoras da cidade, com destaque para referências alusivas às identidades negras. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, identificadas nos grupos pretos e pardos da população.²⁰⁶

²⁰⁵ Devido a isto, o periódico representa ser o organizador de uma sociedade, de uma verdade, seus redatores acreditam na palavra no sentido de poder e de obtenção de efeitos por meio da mesma, criando aquela verdade a partir de suas visões de mundo (NEVES, 2002, pp. 18-19).

²⁰⁶ No censo do IBGE de 1996, somente no sudeste Paraense viviam 889.404 pessoas, desta aproximadamente três quartos (¾) da população ou 638.673 declarou-se de cor

Em Marabá, Idelma Santiago da Silva, em seu estudo, assevera que “o IBGE considera sob a denominação de ‘pardos’ referências diversas de cruzamentos de cor ou raça. Em síntese, é o lugar estatístico da manifestação da ideologia da mestiçagem brasileira”. Ainda nas palavras da pesquisadora: “tem-se uma situação cultural da disseminação da maldição da cor e da discriminação racial” na cidade. Todas essas questões “contribuem para que denominações de cor, através de processos de auto-atribuição, sejam permeadas pelas ambiguidades e contradições da formação sócio-histórica da região”. O que “significa a invisibilidade estatística de uma parcela maior da população negra presente na região” e a consequente afirmação do mito da democracia racial (SILVA, 2006, p. 66).

Ao todo foram examinadas seis matérias. Cinco matérias de “O Marabá” e uma do “Correio do Tocantins”. As interpretações decorreram a partir do recorte e da seleção das matérias.²⁰⁷ As análises dos jornais apontam indícios de como a imprensa transmitia determinadas informações sobre as identidades formadoras de Marabá no início da década de 1980.

O jornal “O Marabá” foi fundado no dia 13 de setembro de 1964, portanto, em pleno período da ditadura civil-militar. Com periodicidade semanal, seu *slogan* enfatiza “os assuntos da região”. O seu expediente era formado pelo diretor de honra, Elson Cosme Sarmiento; pelo diretor geral, Antônio Sarmiento Júnior; pela Gerente

parda (71,80%). Em Marabá, na época viviam na cidade 123.667 pessoas, destas mais de três quartos (¾) ou 94.744 declarou-se na mesma condição (76,61%). Os que se declararam de cor preta formam um pequeno percentual de 4,05% para o sudeste e 2,54% para Marabá. Conforme os dados atuais do IBGE (2013), no Estado do Pará os grupos autodeclarados pardos (69,5%) e pretos (7,2%) compõem cerca de 76,7% da população do Estado ou mais de 6 milhões de pessoas em um universo de cerca de 8 milhões de habitantes, o que o torna, em números exatos e de acordo com a ideologia dos Movimentos Negros, o Estado com a maior demografia afrodescendente de todo o Brasil. “Mapa da distribuição espacial da população segundo a cor ou a raça, IBGE, 2013”, Marabá, como o destacado, mantém essa característica estatística, < <http://www.ibge.gov.br/home/>>, acessado em 27/11/2016.

²⁰⁷ Os impressos coletados por compõem a coleção digital disponível na Fundação Casa de Cultura de Marabá - FCCM. A instituição municipal acondiciona acervos documentais e materiais arqueológicos característicos da região bem como desenvolve projetos educativos e sociais. Disponível em: <<http://maraba.pa.gov.br/casa-da-cultura/>>, acessado em 02/12/2016;

Creusa Sarmiento e pelo diretor social; Dorivan Dourado. Além destes, compunham a equipe o redator, José da Silva Brandão e os colaboradores Nizan Sarmiento, Cândido Costa e Luiz Tolentino (O MARABÁ, 1983, p.03). Como o observado, a família Sarmiento era a principal responsável pela condução do jornal, sendo localizados quatro representantes do núcleo no comando do impresso.

O outro periódico, o “Correio do Tocantins” diferentemente do anterior, foi fundado no período em que se discutia a abertura política, em 15 de janeiro de 1983. Liderado pelo jornalista Mascarenhas Carvalho da Luz e mais tarde pelos irmãos Pedro Costa Júnior e Pedro Robson Holanda da Costa, o impresso era quinzenal, depois passou a circular semanalmente, sempre às sextas-feiras (CORREIO DO TOCANTINS, 2016).²⁰⁸

Como o observado, os núcleos familiares estiveram na origem tanto do “O Marabá” quanto do “Correio do Tocantins”. Vínculo que, igualmente, ocorreu entre os principais colunistas de ambos periódicos: Frederico Carlos Morbach e Augusto Bastos Morbach (1911-1981). Pai e filho, respectivamente. Outro colunista/redator, identificado nas matérias examinadas foi Dorivan Dourado.²⁰⁹

A partir deste instante, serão interpretadas as matérias com destaque para as relações identitárias escritas nos impressos. As primeiras matérias analisadas foram às alusivas aos 94 anos da abolição da escravidão no Brasil.

Em o “O Marabá”, edição de 16 a 24 de maio de 1982, Antônio Bastos Morbach homenageia a princesa Isabel. Considerada oficialmente como a principal figura da abolição, em virtude da assinatura da Lei Áurea.²¹⁰ Ademais, o autor “rememora” também

²⁰⁸ <www.ctonline.com.br/?inicial&modulo=sobre>, acessado 01/12/2016.

²⁰⁹ Desses colunistas, o mais destacado foi Augusto Bastos Morbach (1911-1981). Que manteve intensa vida intelectual em Marabá e, na capital do Estado, Belém. Participando da organização de revistas e de jornais. Foi Secretário da Prefeitura de Marabá em 1954 e participou do jornal “O Democrata”, de Marabá, de propriedade de Aziz Mutran Neto. Destaca-se, que a família Mutran é uma das famílias mais tradicionais de Marabá. Atualmente, existe na cidade uma escola municipal em homenagem a Morbach. A Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto Bastos Morbach.

²¹⁰ Nessa época, o estado passou a legitimar simbolicamente o dia 13 de maio de 1888 como o dia oficial da abolição, ou seja: para os intelectuais negros do Grupo Palmares (1978), liderados por Oliveira Silveira (1941-2009), ter (re) significado a

personagens marabaenses descendentes “da cor africana”.

Para Antônio Morbach:

Ao transcurso neste, 13 de maio de 1982, noventa e quatro anos da abolição da escravatura no Brasil, ato da princesa Isabel, rememora personagens da cor africana e que foram gente notável em Marabá. Vamos começar relembando o primeiro agente dos correios, o Josué Marinho. Preto de estatura mediana. Grande liderança exerceu outro descendente de africanos: o Messias José de Souza, um dos pecuaristas, que residia a margem esquerda do Tocantins, onde temos a cachoeira Mãe Maria. Messias recebeu dos ameríndios da tribo Gavião, tratamento de “papai grande”. Índios que impediam o trabalho de coleta de castanha naquela área. Aceitavam, no entanto, os castanheiros do Messias, e todos anos vinham até uma praia pouco acima da residência do Messias, onde deixavam presentes e de onde levavam os presentes dos amigos. Outro líder de cor preta, o Sérvulo Ferreira de Brito, membro do Conselho Municipal (agora Câmara de Vereadores). Do gênero feminino, relembramos Auta Santos que morreu pedindo esmola nesta Marabá. Foi vítima do filho, o Leopoldo Santos, que estudando em Belém, gastava dinheiro na zona do meretrício. Dois pretos que exerceram funções elevadas no judiciário: Manuel Pedro de Oliveira, que foi Juiz de Direito da Comarca no transcurso de dez anos. E faleceu, em Belém, como desembargador do Tribunal de Justiça. Era pai de um que exerceu as funções do Prefeito Municipal de Belém (...) o dr. Ajax de Oliveira, Cursino Azevedo, alto, magro e poeta de muita inspiração (...) (ANTONIO MORBACH, O MARABÁ, 1982, p. 01).

No texto acima, Antônio Bastos Morbach parece homenagear personagens “da cor africana” com quem, de certa maneira, conviveu, já que teve a intenção de “relembra” as figuras de destaque que viveram no cotidiano da comunidade local. O autor denomina a identidade de seus conhecidos como de “cor preta”, cor oficial identificada às populações descendentes de africanos de acordo com o IBGE.

data alusiva à memória da luta negra para a morte de Zumbi dos Palmares (1655-1695), (CAMPOS, 2006), em contraponto à data anterior, identifica a importância simbólica dessa efeméride oficial, já que, sendo contra ou a favor, ela tornou-se o parâmetro do debate sobre qual data representava melhor o protagonismo negro na resistência à escravidão e o reconhecimento político-social da liberdade. Na atualidade, identificada no dia 20 de novembro. Data da Consciência Negra, conforme a Lei 12.519, sancionada em 2011 por Dilma Rousseff.

Os “pretos” Josué Marinho, funcionário dos Correios; Messias José de Souza, pecuarista que manteve relações com representantes indígenas do Grupo Gavião e Sérvulo Ferreira de Brito, membro do Conselho Municipal, foram citados pelo colunista.

Contudo, chamou-nos atenção a sua lembrança sobre a única pessoa do “gênero feminino” citada, Auta Santos, que “morreu pedindo esmola na cidade”. Auta, cabe observar, foi também a única pessoa a ser destacada por algo inusitado. Diferentemente, dos homens que foram delineados na escrita do autor pelas suas qualidades e conquistas.

Por fim, Antônio Morbach cita os pretos que se destacaram no poder judiciário local, como o Manuel Pedro de Oliveira, Ajax Oliveira e Curcino Azevedo. Este último, descrito como “alto, magro e poeta de muita inspiração” também foi vereador, como o identificado em imagem na primeira parte do texto. Outra figura negra de destaque no município e que não foi citada pelo colunista foi o rábula Basílio Miguel dos Santos. Conforme Aziz Mutran Filho, o período em que esses homens atuaram, em sequência, no judiciário local ficou conhecido no meio político como a época da “justiça negra” (FILHO, 2000, p.18).

Ressalta-se, novamente, que as homenagens a Isabel foram destaques nas escritas sobre a “libertação”, como se fosse uma simbiose a sua figura com a comunidade afrodescendente local.

Com o codinome de “Vereador do Povo”, o outro colunista do periódico, referenciou a data da seguinte maneira:

(...) Congratulo-me com todos os nossos irmãos de cor, que neste treze de maio, a noventa e quatro anos atrás eram libertados das correntes vergonhosas do cativo, e rendo as minhas homenagens *post-mortem* a figura histórica de Izabel (sic). Muito obrigado! (VEREADOR DO POVO, O MARABÁ, 1982, p.03).

Aqui, além da homenagem a Isabel, evidencia-se na escrita os afrodescendentes da cidade sendo denominados de “irmãos de cor”. O que define uma linha demarcatória entre o “nós” e o “eles”, situação atinente ao processo identitário historicamente construído.

Salienta-se que nesse contexto, a cidade estava prestes a completar setenta anos de emancipação a ser comemorado, em 1983.

Nesse sentido, “O Marabá” iniciou uma campanha visando preservar a memória dos primeiros habitantes do município, considerado como “os pioneiros”. Inclusive, o periódico passa a sensibilizar a opinião e o poder público para a construção de um monumento.

Para o jornal: “Marabá é a São Paulo, do Norte do País, uma vez que abriga, uma mescla de cores, tipos e sotaques diferentes inclusive estrangeiros provenientes de diversos países” (O MARABÁ, 1982, p.02). Assim, o jornal elogia a “mistura” identificada na identidade dos indivíduos que compõem a cidade. Porém, com relação aos “pioneiros”, o periódico rememora que eles foram:

heróis que deram um pulo para o desconhecido quando entraram num batelão pelos grandes rios infestados de feras, índios, febres e perigos mais (...) daí o valor que as autoridades terão que dar aos heróis desconhecidos, heróis anônimos. Precisamos erigir um monumento a esses injustiçados (O MARABÁ, 1982, p.02).

Tem-se nessa passagem uma situação problemática, visto que os “índios” são tratados, literalmente, como os “outros”, sendo comparados a feras e aos perigos enfrentados e superados pelos “pioneiros”. Estes, sim “injustiçados” e merecedores de um monumento.

Em se tratando de “pioneiro” o nome de Francisco Coelho da Silva também foi destacado, pois, como o já narrado, foi o principal fundador do espaço que originou a cidade, o barracão “Marabá”.

Já em 1983, por ocasião dos 70 anos da cidade, foi publicada uma matéria reveladora quanto às qualidades impingidas ao empreendedor “pioneiro”. Independentemente da forma de seu empreendimento, ele é considerado “inteligente” e “estratégico” pelos redatores do impresso. Segundo a matéria:

A fama de produção caucheira se espalhava cada dia mais, e outro não menos aventureiro, Francisco Coelho da Silva, pensou e pensou bem, montou uma casa comercial e ganhou muito dinheiro de um modo bem inteligente. Ao descer rio abaixo Chico Coelho, escolheu estrategicamente a confluência dos dois grandes rios Tocantins e Itacaiúnas e ali construiu o famoso ‘Barracão’, Marabá (O MARABÁ, 1983, p.06).

O plano de Francisco Coelho, além de ter erigido um barracão em local apropriado, consistia em manter no seu estabelecimento comercial uma casa de prostituição. “Caboclas de pele morena, dispostas a orgias”, completaram seu empreendimento. Nas linhas do periódico, o primeiro cuidado de Chico Coelho:

foi trazer algumas mulheres, caboclas de pele morena, fortes e dispostas a muitas orgias e festas. Logicamente, estas festas atrairia a atenção de todos os extratores de ‘caucho’ que forçosamente teriam de passar ali. Chegados ao barracão, aportavam e metiam a cara na farra com as belas caboclas do Chico Coelho. Ele sabia como ninguém aproveitar as oportunidades (...) (O MARABÁ, 1983, p.06).

A inteligência de “Chico Coelho” retratada pelo jornal era diretamente associada a maneira com que ele utilizava as “belas caboclas de pele morena” para fisgar os trabalhadores do caucho, que deixavam o seu dinheiro no barracão.

Outrossim, destaca-se que o impresso pouco se importa com a moralidade em torno das ações do “pioneiro”, assim como não se preocupa sobre em que condição essas mulheres foram arregimentadas pelo “pioneiro”. Entretanto, a cor de da pele dessas mulheres e suas “qualidades” não passam despercebidas nas escritas do impresso, sendo destacadas como “caboclas fortes” agregadas a “orgia”, a “festas” e a “farra”.

Segundo Aziz Mutran Filho, memorialista da região, o barracão era afastado de onde residiam famílias. “No barracão Coelho vendia bebidas alcoólicas e a noite, promovia festas dançantes (...)”. “As damas eram na maioria pretas do antigo quilombo, que então já se dissolvera (...)” (FILHO, 2000, p. 13). Ou seja: na visão do memorialista as mulheres de Chico Coelho eram as pretas do quilombo. Já para as linhas de “O Marabá” elas eram caboclas e morenas. Todavia, as suas imagens foram representadas ao meretrício em ambas as fontes. Já Chico Coelho foi enaltecido.

A última matéria examinada em “O Marabá”, sobre a identidade da região, evidencia-se como de incompleta a ideia de brasilidade identificada na narrativa de Dorivan Dourado. O colunista divulgou a Festa Junina como um evento: “integrante do calendário folclórico do Brasil (...). Estas festas fazem parte da

herança de portugueses e africanos, influencia cultural que baseamos no nosso dia a dia; que desde o Brasil Colônia, cultuamos com todo o carinho e brasilidade (...)” (DOURADO, 1983, p. 04).

Define-se a citação de Dorivan Dourado como uma brasilidade incompleta, devido ao fato de ele ter mencionado à festa a herança cultural brasileira somente a partir de “portugueses e africanos” e, notadamente, ter silenciado a contribuição dos “índios”. Seria proposital o silenciamento desta contribuição na escrita do colunista? O “carinho” citado por ele, entre portugueses e africanos, em torno da brasilidade, estaria relacionado à ideologia freyreana de “democracia racial”? Provavelmente.²¹¹ Entretanto, o silenciamento em torno das contribuições indígenas evidencia o grau de marginalização a que estes grupos foram submetidos na cidade de Marabá, como interpretou Idelma Silva (2011). Já que, mesmo sendo uma cidade decantada pela mestiçagem e pela ideologia da harmonia das raças, desde a sua formação, ao menos na matéria analisada, manteve a invisibilidade dos grupos indígenas. O que denota uma diferenciação na ideologia da mestiçagem Freyriana, provavelmente influenciadora do ideal de brasilidade escrito por Dorivan, que se caracteriza pela amalgama cultural entre brancos, negros e índios.

No outro o jornal analisado, o “Correio do Tocantins”, edição de julho a agosto de 1983, na seção “Opinião”, localizou-se uma interessante referencia aos indivíduos negros de Marabá.

Frederico Carlos Morbach, pai de Antônio Bastos Morbach do jornal “O Marabaense”, foi o autor do texto, que entre outras situações defendia o reconhecimento dos representantes negros como os legítimos filhos de Marabá.

Em sua escrita ao invés de prevalecer a figura de Isabel para homenagear a comunidade negra, como o escrito por colunistas anteriores ou de um “pioneiro” para identificar as raízes formadoras da cidade, tem-se como destaque a figura do “Nego Capistrano” e a sua relação com a figura de “Zumbi do Quilombo dos Palmares”.

²¹¹ O livro “Casa Grande e Senzala”, lançado em 1933, de autoria de Gilberto Freyre, propiciou aos intelectuais brasileiros no início da década de 1930 uma ideia de que “o português cosmopolita plástico” teria se amalgamado aos índios e aos negros, sendo esse o eixo formador de nossa brasilidade (FREYRE, 1981, p.04).

Ademais, em sua visão, assim como os “filhos de Marabá” o “Nego Capistrano” era um filho da mestiçagem, porém, não um sujeito vinculado à ideologia do branqueamento formulada no século XIX.²¹² Quanto a escrever sobre a referência simbólica de Zumbi, Frederico Morbach coloca-se próximo à ideologia elaborada pelos intelectuais dos movimentos negros. Que elaboraram uma identidade negra política por meio da solidariedade entre pretos, caboclos e pardos (MUNANGA, 2014, p. 118).

Nas palavras de Frederico Carlos Morbach: “o Nego Capistrano é mistura de anhangá com saci-pererê” (FREDERICO MORBACH, O MARABAENSE, 1983, p. 04). Frederico Morbach narra a estória do “Nego Capistrano” como se contasse uma ficção, entrelaçada com opiniões pessoais críticas a partir de um cotidiano em que é possível notar as tensões existentes em torno das riquezas do território e da má distribuição de renda. Mas o “Nego Capistrano” nas palavras do autor não é um indivíduo qualquer, já que é protegido pela natureza e pelas figuras míticas das africanidades e afro-brasilidade.

Dizem que bacabeiras vergavam o olho para mostrar o Norte a esse andarilho do mato, empautado por mil rezas brabas, pactuado com as divindades bantas, com os duendes das florestas virgens, protegidos por patuás benzidos por catimbozeiros discípulos de São Cipriano e pelo creio-em-Deus padre dito de revestrés, essas rezas desconformes que faziam onças virem balançando a cauda aveludada, tremendo o lombo macio, estalando as orelhas para o seu afago e que iluminam os caminhos à noite, com seus olhos de fogo para a rota batida do explorador convicto (...) (FREDERICO MORBACH, O MARABAENSE, 1983, p. 04).

Todavia, Capistrano não era dono de seu negócio e sim um sujeito a serviço dos “pioneiros”, assim como os demais negros

²¹² Para alguns intelectuais e políticos brasileiros, a mestiçagem torna-se uma solução para o branqueamento da nação. Oliveira Viana (1883-1957), inclusive, disse que: “quanto maior for o sangue ariano nos mestiços, mais rápido estes tenderão a revestir-se dos atributos somáticos do homem branco” (VIANA, 1922, p. 284). Por outro lado, Frederico Morbach pode ter sido influenciado pelas pesquisas de João Capistrano de Abreu ao projetar a saga do Nego Capistrano no *Jornal Correio do Tocantins*, pois o historiador Capistrano deu ênfase, de maneira positiva, ao povo mestiço na constituição do território brasileiro (REIS, 1998).

Coriolando, Luiz de Dez e Bazilão, pois como ressalta Frederico Morbach:

Capistrano explorou quase todos os rios (...) afluentes do rio Itacaiúnas. Quando era comprovada a existência de grandes canteiros de castanha nessas áreas por ele exploradas, um dos meus senhores de Marabá, com carta-branca do Governo, requeria a gleba escoltado pelo poder econômico, pela força política, que possuía, através de um exército de subservientes, filhos da ignorância que marchavam contra suas próprias origens na defesa de seus senhores. E, assim, Capistrano foi sendo tangido pra mais longe, para o mais fundo da mata, até onde os poderosos o permitiam, sendo usado, depois como guia de grileiros, na sua santa ignorância, sonhando estar abrindo espaços vitais para uma economia da qual sempre foi divorciado. Como ele Coriolando, Luiz de Dez, Bazilão, e tantos outros filhos da noite, também se foram (...) (FREDERICO MORBACH, O MARABAENSE, 1983, p. 04).

Na visão crítica de Frederico Morbach os injustiçados foram os negros filhos da mistura. Mas adiante, o colunista, asseverou que:

Nesta terra para um homem ser considerado um cidadão de bem, basta ser bamburrado. Basta ter uma gorda conta bancaria e um lote de zebus que berre aos quatro ventos a fortuna de seu dono (...). (...) Enquanto os filhos de Marabá não atentarem para a imperiosa necessidade de conhecer nossas raízes, a nossa geografia física e humana, enquanto não desconfiarem da necessidade urgente de descobrir a vida dos Capistranos e dos Bazilões, tecnocratas alienígenas, virão gritar nos nossos ouvidos (...) (FREDERICO MORBACH, O MARABAENSE, 1983, p. 04). (GRIFO NOSSO).²¹³

Por fim, Frederico Morbach, identificou Capistrano (ou talvez João Capistrano de Abreu) aos referenciais simbólicos que permitem uma relação direta com a afirmação da identidade negra contemporânea enfatizada pelo movimento negro. Pois além de

²¹³ O termo “alienígena” é constantemente utilizado pelo historiador João Capistrano de Abreu para designar franceses, holandeses, ingleses, que ameaçaram a “descoberta portuguesa” do Brasil (REIS, 1998, p.73). Portanto, não é mera coincidência a utilização do termo pelo colunista Frederico Morbach, como o grifado na próxima citação direta.

ênfatizar a identidade de Capistrano e de reivindicar o seu túmulo “incerto” como “um monumento histórico desta terra”, o denominou de “Zumbi de Marabá”.²¹⁴

Segundo Frederico Carlos Morbach:

(...) Capistrano, esse negro velho e pobre de bens materiais e rico de ideais que não são medidos nesta terra aventureira, foi infinitamente maior do que qualquer rico aqui e de alhuares (sic), que para c  convergem. Sua vida deve ser estudada como um exemplo de estoicismo e desprendimento, e a sua sepultura, incerta, deveria ser um monumento histórico desta terra, liderada por muitos talvez não permitissem que a história de suas vidas fosse registrada. José (sic) Capistrano de Abreu, esse Zumbi de Marabá – explorador notável – lamentavelmente passara ao rol dos esquecidos, como passaram todos aqueles que de fato trabalharam, viveram e morreram para que fossemos, hoje, a terra do ferro, do ouro, de todas as riquezas e de todas as misérias – essa miséria com quem estavam a amasiados, no instante final, esses bravos pioneiros (...) (FREDERICO MORBACH, 1983, p. 04). (GRIFO NOSSO).

Conclusão

Este texto examinou a origem das popula es negras na região e como as identidades negras (pretas e pardas) e mestiças foram representadas nos jornais “Correio do Tocantins” e “O Marabá”. Nesse sentido, algumas problemáticas foram pertinentes para as intenc es do trabalho. Dentre elas, entender como as identidades negras foram representadas nos jornais “Correio do Tocantins” e “O Marabá” e, ao mesmo tempo, como foram tratados as identidades formadores do município por esses jornais.

Sobre os referenciais da identidade negra, teve-se a figura de Zumbi dos Palmares relacionada ao personagem do Nego Capistrano nas escritas de Frederico Carlos Morbach do “Correio do Tocantins”. Além da homenagem do colunista Antônio Bastos Morbach, do Jornal “O Marabá” a personalidades “da cor africana”. Informa es que auxiliaram de uma maneira ou de outra para a afirma o positiva dos negros e das negras locais, mesmo que os seus colunistas não

²¹⁴ Sobre o movimento negro contemporâneo, ver CAMPOS, 2006; GONZALES; HASENBALG, 1982; MUNANGA, 2004.

fossem representantes dos movimentos negros brasileiros.

É interessante salientar que, no ano de 2015, Marabá instituiu por meio de projeto Legislativo 05/2015, o dia 20 de novembro como feriado municipal. No artigo terceiro da Lei consta que: “a Administração Pública Municipal, através de sua Secretaria Municipal de Cultura, prestará colaboração às entidades do Movimento Negro envolvidas na no dia da Consciência Negra do município”. A cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul e berço histórico do Grupo Palmares, entidade do Movimento Negro que propôs a importante referência nacional a Zumbi, em 1978, até hoje discute a viabilidade do feriado. O feriado na cidade de Porto Alegre é constantemente impedido de ser instituído pelos poderes locais, que ora alegam a inconstitucionalidade da data e ora alegam as perdas econômicas com mais um dia de feriado. Nesse sentido, algumas demandas reivindicadas pelo recente Movimento Negro marabaense foram atendidas já que a data foi ratificada pelos setores mais conservadores da sociedade. O que indica, ao menos no nível simbólico, o reconhecimento histórico da comunidade negra para a formação da cidade.

Quanto às referências oficiais, essas se destacaram nas homenagens a princesa Isabel e na ideia de brasilidade construída por Dorivan Dourado, também colunista de “O Marabá”. Contudo, Dorivan Dourado, mesmo divulgando a harmonia racial, destacou somente os africanos e os portugueses, silenciando sobre as contribuições indígenas. Situação que evidencia o grau de marginalização a que os grupos indígenas foram submetidos na cidade. Evidenciando que os indígenas foram tão (in) visibilizados nos jornais quanto os negros. Situação que caracteriza a fragilidade da decantada mistura racial na cidade. Ideologia gestada no final do século XIX pelas elites brasileiras e potencializada, pelo signo da cultura, por Gilberto Freyre na década de 1930.

Caboclas, morenas e mestiças foram citadas na matéria escrita no “O Marabá” por ocasião dos 70 anos da cidade, em 1983. Na ocasião, a coluna destacou as orgias organizadas pelo comerciante Francisco Coelho da Silva, um dos “pioneiros” da fundação da cidade. Informações que, independentemente da consciência dos colunistas, difundiram preconceitos e reforçaram estereótipos contra os grupos mestiços. Considerados degenerados por intelectuais

racistas em meados do século XIX e, que, depois por meio das ideias de Oliveira Viana, passam a ter destaque na formação da nacionalidade brasileira ainda, ao menos na matéria do jornal, eram tratados com indiferença.

Destaca-se nas escritas de Frederico Carlos Morbach que o Nego Capistrano, provavelmente, seja uma alusão ao historiador João Capistrano de Abreu. Não por acaso, um dos pioneiros da historiografia brasileira no que tange a problematização das fontes pelo historiador. O que remete à influência da história crítica nos pensamentos e na escrita literária elaborada pelo autor ante a uma história tradicional, dos vencedores e dos pioneiros convencionais.

Ademais, cabe destacar o protagonismo negro identificado nas populações negras e de seus representantes para além das matérias jornalísticas interpretadas. Homens e mulheres que foram fundamentais na origem, no desenvolvimento e nos acontecimentos relevantes da cidade localizada no Sudeste do Pará. Desde os trabalhadores da foz do rio Itacaiúnas e Tocantins, perpassando pelo procurador Elias Monteiro Lópes, pelo intelectual Curcino de Azevedo e pelo militante Osvaldão. Esses negros filhos da mistura, migrantes ou nascidos na cidade, contribuíram efetivamente para a história de Marabá. Eles podem se tornar importantes referenciais para as pesquisas da história da cultura negra local.

Por fim, em virtude da Lei 10.639/03, decreto que instituiu no Brasil a obrigatoriedade do Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares; com ênfase nos estudos das peculiaridades locais das populações negras em Marabá – PA, foi criado no ano de 2012 o “Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Raciais, Movimentos Sociais e Educação – N’Umbuntu”. Vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Marabá.²¹⁵ Segundo seus integrantes, o Grupo tem como objetivo: “construir conhecimentos a

²¹⁵ N’Umbuntu, palavra de origem Banto, significa “sou o que sou devido ao que todos nós somos”. O Núcleo foi criado junto à UFPA, atualmente o Núcleo está ligado a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), IES que surgiu do desmembramento da UFPA. O Grupo liderado pelos professores Ivan Costa Lima, Gisela Macambira Villacorta e Janaílson Macêdo Luiz, além de organizar congressos, mantém o periódico N’Umbuntu em Revista. Para saber mais do Núcleo ver, < <http://numbuntu.com/encontronacional/>>, acessado em 09/06/2016.

respeito da organização política e cultural da população negra no Sul e Sudeste do Pará com vista a produção de materiais didático-pedagógicos, que leve ao conhecimento crítico da cultura negra na região” (LIMA; VILLACORTA, 2014, p. 14). Este trabalho, narrado por meio da utilização de bibliografia pertinente, com o uso de imagens e de fontes jornalísticas, além de desconstruir estereótipos relacionados às identidades negras locais; também pretende contribuir para esses propósitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Jonas. *A cidade de Marabá sobre o impacto dos projetos governamentais*. (Dissertação Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP, São Paulo, 2008).

BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2007.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BENTES, Nilma. *Aspectos da trajetória da população negra no Pará*. Belém: UFPA/ GEAM, 2013.

BRAZ, Ademir. *Antologia Tocantina, sd, sp*. Disponível em: <<http://www.culturapara.art.br/Literatura/ademirbraz/index.htm>>. Acesso fev. 2017.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar. *O Grupo Palmares (1971–1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico* (Dissertação Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2006).

DAVIDOSN, Basil. *Mãe Negra*. Lisboa: Editora Terceiro Mundo, 1978. p. 25-62.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Pólis, 2005.

GOMES, Flavio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. *Raça, Pós-Emancipação, Cidadania e modernidade no Brasil*. In _____ : Da nitidez e invisibilidade – Legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

FILHO, Aziz Mutran. *Marabá: de Carlos Gomes Leitão a Geraldo Mendes de Castro Veloso*. Prefeitura: Marabá, 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO, 2001.

FORD, Clyde W. *Herói com rosto africano: mitos da África*. Trad. Carlos Mendes Rosa. São Paulo: Summus, 1999.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro como contracultura da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

GOMES, Arilson dos Santos. Migrações, populações negras e representações em Marabá, Sudeste do Pará (1913-1983). *Seaculum Revista de História*, PPGH/UFPA, nº 40, 2019, p. 196-205.

GOMES, Arilson dos Santos. O Nego Capistrano em Marabá/PA. In LIMA, Ivan Costa *et al.* N'Umbuntu em Revista. Acarape: Editora Imprece, 2019, p. 105-125.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação Anti-racista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Coleção Educação Para todos. SECAD/MEC, 2005.

GONZALES, Lélia Gonzales; HOSENBALG. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero LTDA, 1982.

JORNAL *O Marabá*. 05 a 12 de abril de 1983, p. 04.

JORNAL *O Marabá*. 01 a 05 de maio de 1984, p. 03.

JORNAL *Correio do Tocantins*, 15 de janeiro de 1983.

LIMA, Ivan Costa; VILLACORTA, Gisela Macambira. *Dossiê Religiões de Matriz Africana em Marabá/ PA*. Marabá: Impresso Editorial, 2014.

MORBACH, Frederico Carlos. Coluna. *Correio do Tocantins*, Marabá, 27/07 a 02/08/ 1983, p. 4.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECAD. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica*. 2004.

MONTARROYOS, Heraldo Elias. “O primeiro grito federalista da Amazônia Republicana”: A Origem do Município de Marabá. *Revista História e História*. Disponível em <<http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=286>>. Acesso em 17 de setembro de 2014, *sp*.

MONTARROYOS, Heraldo Elias; Ramos, Cabral. “A ecologia desumana dos castanheais”: a experiência do extrativismo na cidade de marabá (Estado

do Pará, Amazônia, Brasil) entre 1900-1950. *Revista Ouricuri*, Paulo Afonso, Bahia, v. 5, n. 2, p. 53-80. jul/ago, 2015, p. 55.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Eduardo. “Epistemologia da ancestralidade”. *Revista Entre Lugares*, UFC. sd. Disponível em <<http://www.entrelugares.ufc.br/phocadownload/eduardo-artigo.pdf>>. Acesso 17 jan. 2017.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. “Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois”, *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum*, Belém, v. 6, n. 3, p. 480, set-dez. 2011. Disponível em <www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n3/02>. Acesso 7 nov. 2016.

PEREIRA, Lúcia Regina (Org). GOMES, Arilson dos Santos; PARÉ, Marilene; REIS, Osvaldo Ferreira dos. *Rio Grande do Sul – Coleção a África está em nós: Africanidades Sul-Rio-Grandenses*. Paraíba: Grafset, 2012.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*, Belém: Paka-Tatu, 2003.

REIS, João José. “Capistrano de Abreu (1907), O surgimento de um povo: o povo brasileiro”, *Revista de História da USP*, 1998. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18843>. Acesso 07 fev. 2017.

REVISTA HISTÓRIA DO LEGISLATIVO (1913-2014). Câmara Municipal de Marabá. Banzeiro Comunicação, 2000.

RIBEIRO, Rovaine. *As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica: a experiência de Marabá no sudeste do Pará*. Dissertação Mestrado em Geografia, USP, São Paulo, 2010.

SADER, Éder. *Um rumor de botas: ensaios sobre a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Pólis, 1982. Coleção Teoria e História.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Escravidão e Liberdade na Amazônia notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano. III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2011.

SILVA, Idelma Santiago da. A migração como mito fundados e outras metáforas: narrativas da colonização no sudeste do Pará. *Escritas: Revista do Colegiado de História Campus Araguaína*, vol 2, 2010, sp. Disponível em <<https://sistemas2.uft.edubr:8004/index.php/escritas/article/view/1286>>. Acesso em 17 ago. 2016.

SILVA, Idelma Santiago da. *Migração e cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)*. (Dissertação Mestrado em História, FCHF – UFG, Goiânia, 2006)

SILVA, Wellington Sampaio da. *A guerra silenciada: Memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia* (Dissertação Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2008).

VELHO, Otávio Guilherme. *Marabá da castanha e do diamante. Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

Site: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em <<http://www.cpisp.org.br/>>. Acesso em 21 de mar. de 2017.

AS CRIANÇAS ÓRFÃS DA CIDADE DE PORTO ALEGRE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

José Carlos da Silva Cardozo

Quando se fala em crianças órfãs é quase que automático pensar na situação financeira desses pequenos questionando: “quem irá ficar com eles?” Esta indagação trás atrelada a si, entre outras adversidades advindas da complexa situação, questões relacionadas ao cuidado com a alimentação, vestuário, abrigo, educação, saúde, enfim, todo o rol de ações que permitiriam um desenvolvimento integral e seguro para esses menores de idades na sociedade.

Na sociedade brasileira do início do século XX, havia uma instituição que zelava por todos aqueles menores de idade que, porventura, estivessem passando por uma situação de dissolução familiar: o Juízo dos Órfãos.

Esta instituição jurídica teve vida muito longa e, por isso mesmo, sofreu várias transformações em sua estrutura organizacional e social. Surgiu em Portugal, com as Ordenações Manuelinas (1512), e se consolidou como instituição com as Ordenações Filipinas. Em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, a atuação do Juízo dos Órfãos estendeu-se de 1806 até 1933²¹⁶, sendo responsável

²¹⁶ Na cidade de Porto Alegre, havia Juiz de Órfãos desde 26 de janeiro de 1806, cargo criado pela Real Resolução (FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S. **História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1963). O Juízo dos Órfãos teve sua reorganização administrativa em 1927, com o Código de Menores, e a completa reformulação das atividades em 1933, ano em que, sob a administração do Intendente Flores da Cunha, foi criado o Juizado de Menores em Porto Alegre, pelo Decreto nº 5.367 de 1º de julho de 1933 (ZANELLA, Ana Paula. A administração do Juizado de Menores do Rio Grande do Sul nos seus primórdios (1933 a 1945). **Revista Justiça & História**. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 225-243, 2003).

por todos os indivíduos menores de idade da localidade. Dessa forma, é significativo visualizarmos a percepção desses anos iniciais do século XX e acompanhar alguns processos judiciais de tutela para podermos, mesmo que pelo “buraco da fechadura”, visualizar essa época e as pessoas que viviam nela.

A modernidade dos anos iniciais do século XX

O início do século XX foram anos de grandes expectativas quanto ao futuro da humanidade. Os homens acreditavam que poderiam alcançar a tranquilidade, a beleza, a saúde e o progresso, pré-requisitos que, com base em teorias científicas, lançariam a humanidade em um novo patamar de desenvolvimento nunca antes imaginado.

As grandes transformações nas comunicações, nos transportes e no trabalho, por exemplo, ratificavam essa esperança otimista quanto ao futuro do homem. Em poucas horas, o homem poderia estar informado sobre fatos que estavam ocorrendo em outro local através do rádio e do telefone; havia o automóvel, o navio a vapor, o avião para limitar as distâncias entre os homens e seus negócios. Quanto ao trabalho, a produção manual foi gradativamente sendo substituída por equipamentos mais técnicos e precisos que possibilitavam a geração de produtos melhores em menor tempo e a custos reduzidos. O homem passou a receber atenção do Estado, com o objetivo de “cuidar” de sua saúde, educação, hábitos, moradia, na ambição de formar novos cidadãos aptos para o viver dos novos tempos.

Todas essas modificações, realizadas em um curto período de tempo, marcaram uma época, posteriormente conhecida como a *Belle Époque* (Bela Época). Antes desse período, não se tinha vivido de forma tão intensa a expectativa de um futuro melhor, facilitado pela ciência. Não se conheciam marcas históricas para o que estava acontecendo: aumentou-se o otimismo na medida em que se acreditava que os progressos alcançados estavam impulsionando o homem para um futuro grandioso. Era uma época de sonhos e utopias. Mas essas modificações tiveram um custo muito grande justamente para uma parcela significativa da população que não tinha condições de arcar com o valor.

As famílias Escobar e Barcellos Pinheiro

As vidas das famílias Escobar e Barcellos Pinheiro não seriam mais as mesmas depois daquele encontro na agência de criados, da Rua Barros Cassal²¹⁷, em 1918. Duas pessoas haviam se cruzado naquele local, e, como consequência desse encontro, muitas vidas seriam transformadas e uma batalha judicial seria travada.

O Desembargador aposentado Manoel Ferreira Escobar Júnior foi até aquele estabelecimento com a finalidade de encontrar uma pessoa que pudesse limpar sua casa, uma doméstica. Chegando lá, foi apresentado à Julieta Barcellos Pinheiro, mulher de cor branca, com 27 anos de idade e mãe solteira. Segurando uma menininha nos braços, contou de sua necessidade de trabalhar, pois fora expulsa de casa pelos pais, por ter sido iludida e deflorada pelo seu antigo noivo e, como se não bastasse a vergonha, por que passara, havia engravidado. Sendo assim, tinha que trabalhar para sustentar a si e a filha que acabara de nascer havia apenas 2 meses.

A história de Julieta Pinheiros sensibilizou o Desembargador, que, mesmo casado havia muitos anos, não conseguia ter filhos. Assim, Manoel contratou-a como criada, levando ela e a menina Eulina²¹⁸ para morar em sua casa.

Tudo corria bem entre a mãe da menina e seus patrões, mas, *“em novembro do ano passado [1923], a mãe da menor pediu-a para, em visita, leva-la à casa dos avós”*, e não voltou mais, nem ela, nem a menor. Não havia motivo aparente para isso, mas talvez os avós tivessem reconsiderado sua posição anterior e acolhido mãe e filha.

A família Escobar ficou entristecida com as ausências, principalmente da menina, por quem tinham muito carinho e afeto. O Desembargador chegou a cogitar em retirar a menina da mãe, mas

²¹⁷ Atualmente, inicia-se na Rua Voluntários da Pátria e termina na Avenida Osvaldo Aranha. Demarca o espaço central da cidade de Porto Alegre. No início, em 1829, chamava-se Beco do Barbosa; depois, em 1857, mudou de nome para Rua da Aurora e, por fim, em 1916, mudou definitivamente para Dr. Barros Cassal. Seu nome deriva da homenagem realizada ao ex-governador do Estado João de Barros Cassal, falecido em 1913 (FRANCO, 2006).

²¹⁸ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS.

“*embora soubesse da pobreza da mãe para educar a filha*”, deixou Eulina “*ficar em poder dela*”²¹⁹.”

Contudo, os eventos que se sucederam após a visita de Eulina e sua mãe à casa dos avós, em novembro de 1923, culminando com o falecimento de Julieta, às 14 horas do dia 5 de junho de 1924, por tuberculose, na Rua do Caminho do Meio²²⁰, alterariam os dias das famílias Escobar e Barcellos Pinheiro – pois agora havia uma criança, órfã de mãe, a ser cuidada.

A notícia da morte de Julieta foi o estopim para Manoel Escobar pedir a guarda de Eulina. Procurou a menina na casa dos avós e ficou sabendo que esta se encontrava na casa da tia materna, casada com Bruno Pieleski, empregado na Usina Fiat-Lux, residente na Avenida Chicago²²¹, número 10.

O Desembargador procurou reaver a criança por conversa com os familiares, mas sem sucesso, “*em prejuízo da menor, que não pôde receber do tio, nem do avô, a mesma educação e outros benefícios que lhe oferece o suplicante para a mesma*”, para tanto, afirma que “*esses senhores são pessoas paupérrimas*”, pelo local onde residem. Que o único objetivo dele era de “*educar e beneficiar, por outros meios, a menina que por sua senhora, fora criada desde os primeiros meses de sua existência*”²²².”

A família Escobar apegara-se afetivamente à menor, pois, desde os tenros meses de vida, haviam cuidado dela, principalmente a esposa, que tomava cuidado quando a mãe fazia os afazeres domésticos. Dessa forma, com base na alegada incapacidade dos familiares de cuidarem de Eulina, o Desembargador pediu a tutela da menina.

Em 11 de outubro, redigiu um pedido para tutelar a menor Eulina Barcellos Pinheiro, filha da falecida Julieta, então com 6 anos

²¹⁹ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 2v.

²²⁰ Atualmente chama-se Rua Coronel Paulino Teixeira; inicia-se na Rua Cabral estendendo-se até a Avenida Protásio Alves. No período, tinha o mesmo traçado (FRANCO, 2006).

²²¹ Atualmente é uma pequena rua do Bairro Floresta; começa na Avenida Pernambuco estendendo-se até a Avenida Paraná (FRANCO, 2006).

²²² RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 3.

de idade, e o apresentou, dois dias depois, ao Juizado de Órfãos da 3ª Vara. Para reforçar seu pedido, anexou uma foto da menor, quando esta ainda estava sob seus cuidados, em 1922, acompanhada do atestado de óbito da mãe, para confirmar suas afirmações.

A menor Eulina



FONTE – Registrada pelo autor do original do processo nº 780 da 3ª Vara. f. 4.

O Desembargador mencionou, na petição, que ele e “*sua senhora criaram*” a menor Eulina, desde o ano de 1918, quando a menina tinha apenas 2 meses de vida. Declarava que ela estivera “*sempre aos cuidados do suplicante e de sua senhora*”; mesmo quando adoentada gravemente, ele havia custeado o seu tratamento, feito pelos doutores Ignácio Capistrano Cardoso e Raul Moreira, o primeiro, homeopata²²³, com consultório na Rua dos Andradas²²⁴,

²²³ A Homeopatia é uma doutrina médica, criada por um médico alemão, Cristiano Hahnemann, que procurava o equilíbrio entre a “força vital e o organismo”, com a ingestão de substâncias em doses ínfimas visando à cura do paciente como um todo. Essa doutrina chegou ao Brasil em 1840; de início, houve disputas entre os médicos alopatas e os homeopatas, contudo muitos médicos aderiram à Homeopatia como forma de cura e esta era buscada pela sociedade (WEBER, 1999).

número 605, e o segundo, professor de Clínica Pediátrica da Faculdade de Medicina, com consultório na mesma Rua dos Andradas, no número 246, “[a]os quais pagou regular quantia de honorários”.

A menina havia sido batizada e, “por convite do suplicante²²⁵”, os padrinhos foram o médico José Ferreira Escobar, sobrinho do Desembargador, e a senhorita Zélia Santos Benício, filha do ex-deputado federal João Benício da Silva.

O Juiz do caso foi o Doutor Amado da Fonseca Fagundes que, no dia 15 de outubro, pediu vistas do Curador Geral de Órfãos Doutor Waldemar de Vasconcellos. No mesmo dia, de forma rápida e direta, respondeu com as iniciais “*F. J*²²⁶.” (Faça Justiça), ou seja, que se atribuísse o cargo de tutor ao suplicante.

No dia seguinte, o processo voltou ao Juiz que, também imediatamente, determinou que fosse lavrado e assinado o Termo de Tutela e Compromisso a favor de Manoel Ferreira Escobar Júnior.

Diante da impossibilidade de reaver a menina com os tios, Manoel Escobar redigiu uma nova solicitação, que foi juntada ao processo no dia 20, pedindo que a menor, que estava na casa dos tios, lhe fosse entregue. No mesmo dia, foi lavrado o mandato de Apreensão da menor Eulina, que foi realizado, no dia 22, pelo Oficial de Justiça Alcides Francisco da Rosa, o qual fez a entrega da menor no Juízo dos Órfãos ao tutor.

Dessa forma, em 22 de outubro de 1924, a menor Eulina Barcellos Pinheiro voltou ao lar da família Escobar.

Em menos de 10 dias, a contar da abertura do processo, a criança já estava com a família Escobar. Mas o caso estava longe de ser encerrado.

Cinco dias após a apreensão da menor, o advogado Jayme da Costa Pereira, procurador de Leonardo Barcellos Pinheiro, avô de

²²⁴ Rua mais antiga de Porto Alegre, era, e hoje continua sendo, uma rua de destacada importância econômica e social (FRANCO, 2006).

²²⁵ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924.** [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 2.

²²⁶ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924.** [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 9v.

Eulina, apresentou um pedido de Termo de Agravo, em relação à tutela da menor Eulina, concedida a Manoel Ferreira Escobar. Referiu que seu cliente somente tivera “*ciência [da tutela de Eulina] pela apreensão*”²²⁷; desta; dessa forma, o advogado Jayme Pereira recorreu ao Artigo 1.009, do Código Civil e Comercial do Estado, no capítulo II, referente aos Agravos. Reivindicou a admissão do Agravo baseado nos seguintes incisos do artigo:

§26. Dos despachos que nomearem, destituírem ou não os tutores, curadores, inventariantes, testamentários, liquidantes de sociedades mercantis, síndicos de sociedade anônimas em liquidação forçada e quaisquer depositários judiciais; [...] §42. Dos despachos proferidos contra literal disposição deste Código (1908, p. 197-198).

No mesmo dia, o Juiz Amado da Fonseca Fagundes admite o Agravo “*com fundamento tão somente no §26 do Art. 1.009 citado*”²²⁸. No dia 29 de outubro, foi juntado ao processo a Minuta de Agravo.

O procurador iniciava o Agravo questionando a decisão do Juiz ao referenciar que “*o meritíssimo Juiz agravado, certamente olvidou*”²²⁹ *da disposição clara do art. 409 e seus números, do Código Civil*”. Segundo esse artigo, os familiares devem ser as primeiras pessoas a serem chamadas para assumir a responsabilidade legal sobre uma criança.

O avô da menor afirmava que havia ficado sabendo que sua neta fora tutelada por Manoel Escobar Júnior somente quando esta fora apreendida, “*pois não foi intimado para tomar parte no processo, que ocorreu a sua revelia*”. Esclareceu que sua filha Julieta, mãe da menor Eulina, havia “*deixado, durante algum tempo, a referida menor em companhia do Dr. Escobar, pois trabalhava em sua casa como doméstica*”. Mas informava que, “*depois de algum tempo*”, Julieta voltara a morar com ele e havia trazido a menina “*para viverem juntos*”.

²²⁷ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 19.

²²⁸ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 19v.

²²⁹ Grifo nosso.

A mãe da menor falecera meses depois e ele, como avô, ficara com sua neta. Porém, como Julieta, “antes de falecer” pedira “à sua irmã, casada com Bruno Pieleski, que velasse pela menor, pois o casal não tinha filhos, como não tem até agora”, entregou Eulina para ser criada pela irmã e cunhado, esclarecendo o porquê de a menor “várias vezes [ter sido] encontrada em casa de sua tia materna²³⁰”. Para completar, afirma que a mãe da menina “nunca pretendeu fazer tutor da menor Eulina, o Dr. Escobar, e tanto que foi buscar a referida criança de sua companhia, trazendo para a casa do agravante²³¹”.

O senhor Leonardo Barcellos Pinheiro, avô da menor, apesar do que alegava a outra parte, não era alguém desprovido de trabalho e recursos. Ele era funcionário público, por isso possuía uma renda regular. Mas, mesmo que isso não fosse mencionado no processo, somente o fato de seu procurador ter datilografado a Minuta de Agravo, já evidenciaria que ele possuía recursos para custear os serviços de um advogado, e um advogado caro, por sinal, pois a grande maioria dos processos, do Juízo dos Órfãos de Porto Alegre, no período, eram redigidos à caneta, uma vez que não era habitual, nem à Justiça nem aos advogados, disporem de máquinas de escrever.

O Agravo é terminado com as seguintes afirmações

O agravante, como funcionário público, que é, não tem em conta de rico, porém não pode ser classificado como indigente e, mais, julga ter o necessário para manter e educar sua neta, de acordo com sua posição social.

Não são, somente, os ricos aqueles que sabem e podem dar educação aos seus filhos ou tutelados (Grifo nosso)²³².

Dessa forma, o advogado termina o Agravo relativizando o posicionamento de que somente aquelas pessoas que possuíam mais recursos poderiam oferecer o melhor a uma criança. O avô poderia,

²³⁰ O processo não apresenta o nome da tia materna, somente que esta é casada com Bruno Pieleski.

²³¹ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924.** [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 21.

²³² RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924.** [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 21; 21v.

como funcionário público, criar sua neta, talvez sem todas as “benesses” que um Desembargador poderia ofertar, mas, como este afirmava, “*de acordo com sua posição*”, levando a questionar a postura de que somente aqueles que têm recursos ou posição social distinta é que teriam o privilégio de criar uma criança.

No dia 30 de outubro, o Juiz Amado da Fonseca Fagundes pediu que os autos fossem baixados ao Cartório para que a eles fossem juntados um requerimento e documentos, que foram, naquele dia, entregues pelo Desembargador Manoel Ferreira Escobar Júnior. O documento intitulado “*Histórico da menor Eulina*”²³³ trata da história de Julieta Pinheiro, Eulina e dos cuidados que a família Escobar deu a elas.

Esse Histórico inicia recordando como o Desembargador e Julieta Barcellos Pinheiro havia se conhecido, da situação em que elas, mãe e filha, se encontravam e como ela fora contratada como doméstica por ele.

Como a mãe realizava os afazeres da casa, a criança ficava aos cuidados do casal Escobar. A criança se achava doente desde pequena, tivera “*typho*”²³⁴, o que requereu que o Desembargador chamasse dois profissionais para cuidar da criança. O primeiro, o homeopata Ignácio Cardoso, e o segundo, o pediatra Raul Moreira, cuidaram dela até o restabelecimento de sua saúde, e continuaram acompanhando seu crescimento e cuidando de sua saúde até a data em que Eulina saíra da casa da família Escobar. Durante o período em que a criança se encontrava com tifo, por meses, “*passou minha senhora, como eu, junto ao leito dessa criança, como dois enfermeiros a dispensar-lhe todo o cuidado para a sua salvação.*”

²³³ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924.** [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 24.

²³⁴ Doença infecciosa, muito comum no período, que preocupava o governo do Estado. Caracteriza-se por cefalalgia (dores de cabeça), prostração (cansaço), febre e dores generalizadas. Designa-se uma febre contínua, contagiosa e sistêmica, causada por bacilos transmitidos pelas mãos, alimentos, moscas e bebidas contaminadas. “Quando detectados casos da febre, devia-se isolar o doente, ficando em contato com ele apenas uma ou duas pessoas, que deveriam seguir rigorosamente as medidas ‘profiláticas’: a esterilização dos materiais e das roupas, o recolhimento de todos os dejetos do doente, combate às moscas, uso da vacinação e notificação à Diretoria de Higiene” (WEBER, 1999, p. 86).

Não sei [se] os demais parentes da menina sabiam disso, a mãe, porém, foi testemunha...²³⁵”.

Outra vez, a pequena ficou doente, por motivos não revelados no processo, tendo sido medicada pelo Dr. José Carlos Ferreira, sobrinho do Desembargador, “*que, até hoje não me apresentou conta*”, talvez, pelo tratamento dedicado a um familiar. O Desembargador, para corroborar suas afirmações, apresentou os comprovantes dos gastos relativos aos honorários e remédios usados para o restabelecimento e cuidados com a saúde da menina Eulina.

Dessa forma, o Desembargador e sua esposa foram “*dedicando-lhe a afeição fraternal, como se filha fosse, empregando minha senhora todos esses cuidados... no bem estar da mesma que, a mais, começou a chamar de ‘papai’²³⁶”.* O casal dispensava carinho pela criança, já que não possuíam filhos.

Manoel Escobar informa que, em 1920, promoveu o batizado da menor, que teve por padrinhos pessoas distintas, como um médico e a filha de um ex-deputado federal, e que, após a cerimônia religiosa, “*houve festa em casa [casa da família Escobar], a festa de doces, como na maioria dos casos*”.

A família Escobar estava cada vez mais envolvida com Eulina, a ponto de, no ano seguinte ao do batizado, a menina ter viajado com o casal para Alegrete, “*onde foi muito bem tratada por todos os parentes da minha senhora... [e] na mesa de refeição tomava parte, com os mesmos*”.

Entretanto, essa relação cada vez mais envolvente entre o casal e a criança foi rompida em 21 de novembro de 1923, quando a mãe “*pediu licença*” para levar a menor à casa dos avós, “*prometendo voltar no dia seguinte, o que não fez até o dia de sua morte²³⁷”*, em 1924, e esse afastamento foi “*muito penosa [sic] para minha*

²³⁵ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 24; 24v.

²³⁶ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 24.

²³⁷ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 24v.

senhora... devido ao longo tempo da menina em nossa casa e do afeto que lhe dedicava”. Diante da ausência da menina, Manoel Escobar foi, várias vezes, procurá-la, na casa de seus avós, “onde não consegui ver a menina, ou por que, realmente, não estivessem em casa ou porque m’a ocultassem, sendo sempre a resposta de que – ‘não estava em casa, nem sabiam onde estava’”. Mandava, inclusive, algumas pessoas para tentar saber notícias da criança, não obtendo nenhuma resposta, “entretanto, o Sr. Dr. Bravo Mendez afirmou ter visto a menina, como também aquela senhora [D. Maria Leopoldina da Silva]. Era que, batendo-se à porta da casa dos avós, a menina era logo escondida”. Mesmo frustrado, o Desembargador aposentado relatava que

respeitando o pátrio poder, deixei que a menina continuasse na companhia da mãe o[u] por casas de famílias onde esta se empregava ou na casa dos avós, embora eu pudesse provar a destituição daquele poder, visto a incapacidade da mãe em educar, como eu e minha senhora, a filha²³⁸.

O senhor Manoel Escobar desconhecia a morte de Julieta Pinheiro e, quando ficou sabendo desta, tentou, por várias vezes, conseguir, mediante conversa com os familiares, que estes lhe “entregassem a criança para educá-la e fazer-lhe outros benefícios de que seus parentes não podiam dispor, não ficando ela privada de os verem em qualquer tempo, tudo de balde”. Não obteve resposta afirmativa; porém, ao saber que Eulina se achava na casa dos tios, foi à Avenida Chicago e lá encontrou a “pobrezinha²³⁹” indo a uma venda próxima comprar pão²⁴⁰. Dessa forma, sem sucesso nas

²³⁸ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924.** [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 25

²³⁹ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924.** [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 25v.

²⁴⁰ Segundo a moralidade em voga, no período, não era aconselhado que uma família permitisse que um menor, em especial do sexo feminino, andasse desacompanhado de um adulto pelas ruas e locais públicos (ESTEVEZ, 1989; VARGAS, 2004). Nesse caso, o Desembargador se apoia na moralidade para apontar o risco que a menor, de apenas 6 anos de idade, corria ao estar indo comprar pão, sozinha, com o

conversas, foi ao Juizado de Órfãos e requereu sua tutela.

A tutela da menina foi dada ao Desembargador, que solicitou a sua Apreensão. O Oficial de Justiça encontrou-a na casa dos tios; a entrega de Eulina não foi feita diretamente ao senhor Manoel Escobar, mas em audiência, no Juízo dos Órfãos, pelo Oficial de Justiça, que reportou que os tios acusaram a família Escobar de maus-tratos para com a criança. Na versão do senhor Escobar, a criança estava vestida com *“farrapos que, talvez os filhos dos mendigos não usem. Com certeza, os tios supunham que, com as insinuações caluniosas, ela voltaria à casa deles, pois, do contrário, teriam pedido um prazo maior para entrega enquanto lhe fizessem uma camisinha”*²⁴¹. Contra as calúnias, o Desembargador afirma que as

*acusações, porém, que, por si próprias, destroem, desfazem-se como bolas de sabão no ar; porque, nem eu, nem minha senhora temos infligido maus-tratos às crianças em nossa companhia. Temos, pelo contrário, sido carinhosos e beneficentes para as mesmas como os podem dizer as pessoas que nos conhecem*²⁴².

Relembra que ele e sua senhora já haviam cuidado de duas meninas, que já estavam casadas, reafirmando as capacidades de bom encaminhamento que a família Escobar dava para aquelas de quem havia cuidado.

Como jurista experiente e de influência, menciona que quem irá *“decidir de sorte dessa pobrezinha [é] um magistrado que me conhece há longos anos”*²⁴³, o Sr. Dr. João Baptista Gonçalves, ilustrado Juiz de Comarca”, o qual realizou o casamento das duas meninas *“em nossa casa”*²⁴⁴, sendo que de uma delas foi, *“por*

consentimento de seus familiares, demonstrando, assim, a inaptidão desses responsáveis em zelar pelo cuidado de Eulina.

²⁴¹ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 26v.

²⁴² RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 25v.; 26.

²⁴³ Grifo nosso.

²⁴⁴ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 26.

*iniciativa do Desembargador André da Rocha, nomeado tutor pelo Juiz Distrital de São Borja²⁴⁵, quando lá residiam, pois a mãe da menor casou-se em segundas núpcias. Assim, recorre, como desfecho final, ao seu *capital social*, para comprovar sua índole e capacidade de criação de uma criança, que, para as menores, era conduzi-las até um honroso casamento.*

Aproveitando que o processo estava no Juizado de Órfãos, o Juiz Amado da Fonseca Fagundes teceu algumas considerações sobre sua decisão anterior. Pelo fato de este parecer ser elucidativo, o apresentaremos em sua íntegra:

Não fiz agravo ao agravante em o despacho agravado, e como as razões da minuta não me convencem do contrário, mantenho o despacho de nomeação de tutor à menor órfã Eulina. Esta, como se vê nos autos, foi para a casa do Desembargador Escobar Júnior com dois meses de idade e daí saiu com cinco anos, tendo sido cuidada, carinhosamente, pelo casal Escobar, que a assistiu em sua doença, dando-lhe médicos e remédios, tendo mandado batizá-la e lhe dado padrinhos duas pessoas distintas.

Morta a mãe da dita menor, seu avô, atual agravante, a deixou em casa da sua tia – a senhora de Bruno Piesleki – até o dia em que foi ela procurada para ser entregue ao tutor, como se vê da inicial da certidão do oficial de justiça a fls. 21 e 15 [sic], sem com mesma menor se preocupar. A menor, sendo ouvida pelo juiz, declarou, terminantemente, que não quer sair da casa do ‘Papai’, que é como ela trata o atual tutor, porque na casa deste é bem tratada, senta-se a mesa com ele, não é mandada à venda, como quando estava na casa da tia, e o Papai já lhe mostrou o colégio para onde ela deve ir instruir-se, sendo que sua tia nada disso fez.

Ora, entre seu avô que não pode, como funcionário público, que é de, categoria inferior, prover folgadoamente a subsistência da neta, educando-a e instruindo-a, tanto que a entregou a uma filha, e uma pessoa como o tutor nomeado, que não tem filhos e possui bens capazes de lhe garantirem à dita menor, não só os meios de subsistência, educação e instrução, como também um futuro, como se vê da inicial, fls. 3, é claro que deve ser preferido o último, tendo-se em vista o bem estar presente e futuro do tutelado. É

²⁴⁵ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Distrital da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924.** [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 26v.

verdade que o Código Civil manda chamar, em primeiro lugar, os parentes para o exercício do encargo porque aos parentes incumbe os deveres decorrentes dos laços de parentescos e dos vínculos de sangue; mas, se os parentes do menor, por mais capazes que sejam para assumir tais responsabilidades, não podem, por suas condições de fortuna, garantir o futuro do menor, e de uma outra pessoa, idônea por todos os títulos, o garante, o Juiz não pode vacilar e é obrigado, pelos deveres decorrentes da sua função, a não cortar o futuro da criança, impondo-lhe uma tutela de parente. É o que penso; entretanto o meritíssimo Sr. Dr. Juiz de Comarca resolverá como for de direito confirmando o despacho agravado ou dando provimento ao recurso ora interposto. Sejam os autos conclusos ao meritíssimo Sr. Dr. Juiz de Comarca no prazo legal (Grifos nosso)²⁴⁶.

Dessa forma, o Juiz Amado da Fonseca Fagundes expressa sua opinião sobre o caso, mantendo a decisão anterior sobre o destino da menina Eulina. Além de justificar sua decisão anterior no parecer, algo não comum se apresentou em sua resolução. Quando a menina teria sido ouvida pelo Juiz? Tal questionamento se faz necessário uma vez que o processo, em nenhuma parte, faz referência à sua fala; o único momento em que a voz dela é descrita, por terceiro, foi no “Histórico” que o próprio Desembargador Manoel Escobar havia redigido, no qual, segundo ele, que ela o chamava de “*Papai*”. É possível que, ao ser entregue ao seu tutor, pelo Oficial de Justiça, no Juizado de Órfãos, o Juiz tenha trocado com ela algumas palavras informais. Cremos que, mesmo assim, não haveria tempo para o tutor ter lhe mostrado o colégio onde iria estudar, a não ser que o próprio Juiz tenha recebido essas informações ao frequentar a casa da família Escobar, de maneira informal e amistosa.

Para além dessas conjecturas, o processo chegou às mãos de quem iria decidir sobre o caso no dia 05 de novembro de 1924. O Juiz de Comarca João Baptista Gonçalves foi mais econômico nas palavras do que o Juiz Distrital, porém bem mais direto ao mencionar que “*não tomo conhecimento do agravo interposto a fls. porque no caso sujeito não se trata mais de uma nomeação de tutor e sim de um*

²⁴⁶ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 35; 35v.; 36.

*tutor nomeado e já compromissado, o qual, só poderá ser destituído pelos meios de direito. Custas pelo Agravante*²⁴⁷”. O Juiz de Comarca não acolheu a ação movida pelo avô da menor, Leonardo Pinheiro, pelo fato de o motivo alegado no Agravo ser o questionamento da nomeação do tutor. O Juiz interpretou, de forma conveniente aos interesses de seu amigo Desembargador, que a ação deveria versar sobre a remoção de uma tutela, a qual deveria apresentar motivos de caráter social e econômico que impossibilitariam o tutor Manoel Escobar de exercer a tutela, ou mesmo motivos que colocariam em risco a menor se esta permanecesse sob a guarda de seu tutor. Assim, o Juiz de Comarca ratifica a permanência da menor Eulina com a família Escobar.

No dia 11 de novembro, todos os envolvidos no processo o assinam, confirmando que estão cientes da decisão do Juiz da Comarca e, depois dessa data, a família de Eulina paga as custas e não recorre mais da decisão de manter como tutor o Desembargador Manoel Ferreira Escobar Júnior. Após 3 anos, em 1927, o tutor de Eulina apresenta, de forma voluntária, os comprovantes dos gastos com escola, médico, dentistas. Também apresenta o boletim escolar da menina nos dois primeiros anos, evidenciando o progresso escolar da menor, que, em um ano, dentro de um escore de 1 até 5, salta de 3, regular, para 4, boa, na avaliação, mantendo sua “*conduta*” com nota máxima nesses dois anos. O Juizado de Órfãos julgou todas as contas e ações corretas. Dessa forma, o processo da menor Eulina foi encerrado.

Casos parecidos ou destinos semelhantes?

Dos 823 processos de tutela abertos em Porto Alegre, no período entre 1900 e 1927, a situação de crise da estrutura familiar é notória em 185 situações que estão relacionadas exclusivamente à figura feminina, seja pelo fato de que a “Mãe tem que se retirar da cidade ou se retirou”, seja pela “Doença da mãe”, fica presente a possibilidade de essas mulheres estarem sozinhas a cuidar de seus filhos, sem a presença do marido ou mesmo de outro familiar que

²⁴⁷ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orfãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 780 de 1924**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1924. Localização: APERS. f. 38.

pudesse acautelar a criança, mesmo que informalmente.

A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário minguado e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava o pejo da ‘mulher pública’ (FONSECA, 2008, p. 516).

A mulher, como afirma Cláudia Fonseca, estava entre a “cruz e a espada”, teria que se ajustar às condições impostas pela sociedade, mesmo que isso significasse passar por adversidades econômicas. Contudo, se as necessidades fossem maiores que as possibilidades de suportar as adversidades, ela tinha que procurar novas formas para sobreviver, mesmo que isso significasse ser qualificada como “mulher da vida” ou “mulher pública”, rótulos atribuídos pela sociedade por ela ter que ir trabalhar fora do espaço doméstico e, assim, estar mais sujeita ao assédio sexual e também de receber a alcunha de ser mãe descuidada para com os filhos. Magareth Rago, estudando os códigos de sexualidade feminina em São Paulo, em especial o da prostituição, na República Velha, verificou que a figura da prostituta, antítese da mulher idealizada, permeava o imaginário social da época como a figura perturbadora da ordem social e da família. A mulher era, constantemente, vigiada pelo olhar da sociedade; ela deveria, permanentemente, manter-se policiada em relação a suas ações para que estas não fossem vistas como comportamentos desviantes da moralidade, pois

o homem no espaço público foi sempre percebido positivamente, através da imagem do homem trabalhador e do político, segundo o ideário liberal. A mulher fora do lar, sobretudo se desacompanhada, precisou prestar muita atenção aos seus gestos, aparência, roupas, para não ser confundida com a figura dissoluta, excêntrica da prostituta, ‘mulher pública’ (RAGO, 2008, p. 44).

A figura masculina possuía grande respaldo social para viver, mesmo que sozinho, com os filhos, pois, em 73 situações, o motivo elencado nos processos referia-se diretamente a uma dificuldade relacionada à figura masculina, fosse ela “Incapacidade moral do

pai” ou o “Descaso do pai”, número inferior aos diretamente relacionados a questões ligadas à figura feminina. A mulher, na maioria das vezes desamparada pela figura masculina, talvez escolhesse entregar seu filho para outra pessoa cuidar (como na história anterior), diante da possibilidade de o pequeno vir a ter que enfrentar toda a censura que a mãe possivelmente receberia por ter que ir trabalhar fora do lar. Mesmo nas situações em que ela estabelecia uma nova união matrimonial, escolhia, muitas vezes, apartar-se do pátrio poder sobre os filhos para evitar que o julgamento social se impusesse também sobre a pequena criança.

Há casos em que problemas financeiros e de empobrecimento foram os motivos cruciais para a separação entre pais e filhos, como o que envolve a menor Rosalina²⁴⁸, de 4 anos de idade, em que a mãe, moradora no Arrabalde do Parthenon, “*achando-se em estado de extrema pobreza*” e assim, “*sendo impossível educar convenientemente e ter em sua companhia, sua filha*”²⁴⁹, pediu que a tutoria de Rosalina recaísse nas pessoas de Manoel B. Primavera e sua esposa Euphrosyna de Castro B. Primavera.

Em outro caso, o menor Fuad²⁵⁰, de apenas 3 meses de vida, foi dado a tutela em razão de sua mãe, Naza Abud, ter sido abandonada pelo marido: “*sem recursos de espécie alguma para atender a sua subsistência e de seu filho Fuad*”, pediu, no dia 26 de dezembro de 1913, que ele fosse tutelado pelo senhor Antônio Nasser, negociante, para que ele “*cuide da criação e educação do seu referido filho*”²⁵¹, o qual já se encontrava com a família do senhor Nasser.

O processo foi deferido, a favor do desejo da mãe, no mesmo

²⁴⁸ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 1ª Vara. Tutela. **Proc. nº 30 de 1911**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1911. Localização: APERS.

²⁴⁹ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 1ª Vara. Tutela. **Proc. nº 30 de 1911**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1911. Localização: APERS. f. 2.

²⁵⁰ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 2ª Vara. Tutela. **Proc. nº 397 de 1913**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1913. Localização: APERS.

²⁵¹ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 2ª Vara. Tutela. **Proc. nº 397 de 1913**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1913. Localização: APERS. f. 2.

dia em que foi aberto, tendo como motivos o abandono do marido e sua falta de recursos para cuidar do pequeno filho. Assim, a mãe deu seu filho para um terceiro, por não ter como sustentá-lo.

Processo semelhante ocorrera com o menor João Lapa²⁵², com 4 anos e meio de idade, que foi tutelado por Álvaro Antônio da Silveira, empregado no Thesouro do Estado, a pedido de sua própria mãe, Bertha Lapa, porque ela era “*de condições paupérrimas, sem recursos de espécie alguma para criar e educar*”²⁵³ seu filho. O pedido foi deferido pelo Juiz Valentim Aragon.

Esses três processos exemplificam muitos outros. Em um desses, a mãe afirmava ser pobre e, em razão disso, entregava seu filho para outra família. Claudia Fonseca (2006) percebeu, em relação às famílias populares porto-alegrenses da atualidade, que essa circulação de crianças, no passado e no presente, revelou uma estratégia de sobrevivência desse grupo social, pois, caso contrário, como ele se reproduziria com “minguados recursos”?

Os processos que envolvem esse tipo de pedido de tutela – em que a mãe dá um menor – geralmente são datilografados. Isso revela o interesse das famílias indicadas à tutela, uma vez que, na época, pedidos escritos à máquina, devido aos custos, não eram correntes no Juízo dos Órfãos no período, como já referido anteriormente.

Mas também houve casos em que a mulher não tinha uma pessoa determinada para ser o responsável pelo menor; nesses casos, cabia ao Juízo dos Órfãos determinar o destino do pequeno, como ocorreu no processo do menino Waldemar²⁵⁴, de 8 anos de idade, em que Leontina Rosa, sua avó, foi ao Juízo dos Órfãos, alegando não poder custear os gastos do menor.

A avó disse ao Juiz que tinha “*em seu poder o menor Waldemar de 8 anos de idade, filho natural de sua finada filha*

²⁵² RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 1ª Vara. Tutela. **Proc. nº 150 de 1919**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1919. Localização: APERS.

²⁵³ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 1ª Vara. Tutela. **Proc. nº 150 de 1919**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1919. Localização: APERS. f. 2.

²⁵⁴ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 2ª Vara. Tutela. **Proc. nº 420 de 1915**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1915. Localização: APERS.

Otilha Rosa”. Ela referiu que seu sustento provinha de aluguéis e “por isso não pode[ria] continuar a ter em sua companhia dito menor²⁵⁵”. Dias depois, o menino foi tutelado pelo senhor José Rodrigues Viana, sujeito sobre o qual o processo não traz qualquer informação.

Contudo, não se pode imaginar que somente as mulheres sofriam com a pobreza – ainda que houvesse discriminação quanto à mulher que trabalhasse fora e que o peso maior recaísse sobre seus ombros –, os homens também estavam a enfrentar dificuldades, nesses anos iniciais do século XX, como se pode constatar no processo da menor Paulina da Silva Mello²⁵⁶, de 15 anos de idade, em que seu pai Luiz da Silva Mello pede que sua tutela fosse dada à sua sogra. Luiz Mello afirma que a filha fora criada

desde sua tenra infância por sua avó Balbina Amália Ramos, sogra d'ele suplicante, em cuja companhia vive até hoje. E como não possa o supl.[Suplicante] pelos seus minguados recursos, atender à manutenção d'aquela sua filha e à administração de sua pessoa e bens, vem declarar a V.S. que renuncia ao pátrio poder que lhe assiste e indica a V.S. para exercer a tutela de sua filha a referida sua sogra (Grifo nosso)²⁵⁷.

O próprio pai pedia a renúncia do pátrio poder sobre sua filha, por não conseguir subsídios suficientes para prover o alimento, a saúde, educação e o vestuário dele e de sua filha, que já morava com a avó. O pai não podia ser considerado um “vagabundo”, pois o processo informa que ele trabalhava, talvez como jornaleiro, mas não tinha uma atividade que lhe possibilitasse arcar com o sustento de ambos.

Em outros casos, pode-se perceber que, mesmo com a separação dos filhos, os progenitores, dentro do possível,

²⁵⁵ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 2ª Vara. Tutela. **Proc. nº 420 de 1915**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1915. Localização: APERS. f. 2.

²⁵⁶ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 2ª Vara. Tutela. **Proc. nº 354 de 1910**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1910. Localização: APERS.

²⁵⁷ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 2ª Vara. Tutela. **Proc. nº 354 de 1910**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1910. Localização: APERS. f. 2.

continuavam a zelar pelas suas proles. O processo da menina Ottila²⁵⁸, de 10 anos de idade, em que sua mãe, de profissão costureira, num primeiro momento, “*devido às precárias condições*” que tinha em 1905, quando dera à luz a menina, “*entregara sua filha para criar a Justino Bernardo*”, que era padrinho da menor; este, porém “*encontra-se presentemente, em estado de quase miséria, da qual compartilha sem necessidade a menor*”. Assim, “*por dever materno*”, ela pedia ao Juiz Hugo Teixeira que removesse do poder de Justino sobre a criança e lhe entregasse a menor ou a um de seus representantes, pois ela “*acha-se em condições de manter e educar sua referida filha*”²⁵⁹. O pedido foi atendido pelo Juiz.

Considerações finais

A modernização do espaço urbano iniciado nos primeiros anos do século XX foi marcado pelas mudanças orientadas pelas elites. O modelo europeu, de “modernizar e civilizar”, foi importado para Porto Alegre, juntamente com os novos ideais, permitindo que a *Bela Época* se instalasse na cidade. Entretanto, nem tudo funcionava como se propunha. A cidade apresentava suas contradições do progresso, pois, para o povo, as “melhorias” eram sinônimos de mais “... um pesadelo do que um sonho realizado. As condições de trabalho nas fábricas, a falta de saneamento básico e o acirramento da luta de classes revelava o ‘lado escuro da lua’” (CORREA, 1994, p. 22).

Com a nova época, estavam se modernizando não só o urbano, mas também o convívio social. A higiene, a alimentação e o vestuário vão, aos poucos, sendo alterados para um padrão semelhante ao do ideal das elites.

Homens e mulheres populares interessavam às elites quando podiam lhes proporcionar algum bem; fora isso, eles eram marginalizados pela sociedade, que os oprimia e os expurgava para fora de sua companhia. Eles eram subalternos e, ao mesmo tempo,

²⁵⁸ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 615 de 1915**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1915. Localização: APERS.

²⁵⁹ RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. **Proc. nº 615 de 1915**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1915. Localização: APERS. f. 2.

perigosos por seus hábitos contrários às normas das elites. Isso é paradoxal, como bem salienta Sandra Pesavento, pois

[...] são justamente os desafortunados os que necessariamente são obrigados a se converter em trabalhadores para subsistirem, associação que se dá justamente na época da valorização do trabalho como crédito de honra e dignidade. Mas os desvalidos só se converterão em trabalhadores ordeiros se, sobre eles, exercer-se feroz vigilância, disciplinando corpos e mentes, pois são grandes os riscos de caírem na contravenção ou apresentarem comportamentos desviantes (PESAVENTO, 1994, p. 10).

Infelizmente, aqueles que mais sofreram com essas transformações foram as famílias pobres, principalmente aquelas que tinham crianças e jovens como parte integrante do núcleo familiar. Aqui apresentamos apenas algumas situações que envolveram a Justiça, que ilustram muitos outros casos familiares – documentados ou não, as quais revelam que muitos menores de idade tiveram que ser entregues a terceiros para poderem sobreviver.

REFERÊNCIAS

- CORREA, Silvio Marcus de Souza. *A Belle Époque* de Porto Alegre. In: _____. *Sexualidade e poder na Belle Époque de Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul/RS: Editora UNISC, 1994. p. 21-36.
- ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de Textos). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 510-553.
- FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho: 1880-1920*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- RAGO, Maragareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da*

sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. *Código do processo civil e commercial do Estado do Rio Grande do Sul*: Lei n. 65 de 16 de janeiro de 1908: (edição oficial). Porto Alegre: Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1908.

VARGAS, Anderson Zalewski. Porto Alegre, início do século XX: imprensa, “ânsia de civilização” e menores de rua. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; *et al.* (Org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 247-272.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928. Santa Maria/RS: Editora da UFSM; Bauru/SP: Edusc, 1999.

ZANELLA, Ana Paula. A administração do Juizado de Menores do Rio Grande do Sul nos seus primórdios (1933 a 1945). *Revista Justiça & História*. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 225-243, 2003.

OLHARES SOBRE A POBREZA E A URBANIZAÇÃO NO BRASIL NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX PARA O XX: UMA PROSPECÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Fabiano Quadros Rückert

Introdução

Neste texto, apresentamos ao leitor um exercício de prospecção bibliográfica sobre o que os historiadores escreveram a respeito da urbanização e da pobreza no Brasil. A viabilidade do exercício proposto implica aceitação de que a pobreza é um elemento presente em diversos trabalhos produzidos pela historiografia brasileira – uma historiografia que absorveu influências do marxismo, da história social, da micro-história e da história cultural. Igualmente importante é o reconhecimento de que a pobreza – aqui entendida como dificuldade ou incapacidade para prover o sustento de um indivíduo ou de uma família – é um fenômeno que ganha forma, percepção e significados a partir das relações sociais e, conseqüentemente, o seu estudo demanda a observação de diversos fatores, dentre os quais importa destacarmos o modelo econômico existente em uma determinada sociedade, as práticas de apropriação dos recursos naturais, a distribuição dos resultados do trabalho e as representações historicamente construídas a respeito dos pobres.

Diante do que foi exposto, fácil é perceber que a pobreza não pode ser analisada como um fenômeno isolado. Ela é um fenômeno relacional, na medida em que a sua existência é produto de relações entre grupos humanos, instituições sociais, ambiente natural, elementos culturais e saberes técnicos. Ela também é relacional porque implica existência de arquétipos que permitam a distinção entre os ricos e pobres. Todos estes fatores são dinâmicos e mudam no tempo e no espaço. Por isso, a importância de fixarmos referenciais espaciais e marcos temporais para pensarmos a história

da pobreza no Brasil. Na sequência deste texto, seis cidades brasileiras serão usadas como referenciais espaciais para o estudo do binômio urbanização/pobreza. São elas: São Paulo, Campinas, Taubaté, Rio Claro, Franca e Rio de Janeiro.²⁶⁰ Cronologicamente, o estudo será focado no período de transição do século XIX para o XX.

Partindo da premissa de que a pobreza possui múltiplas temporalidades, optamos por relativizar a divisão entre o Império e a Primeira República. Estamos cientes de que a mudança no regime político foi um fato relevante na história do Brasil, sobretudo se considerarmos as implicações jurídicas decorrentes deste fato. No entanto, no plano social e econômico existiram muitas semelhanças entre as décadas finais do Império e a Primeira República. Pensamos especificamente na continuidade do fluxo migratório de europeus para as áreas economicamente mais dinâmicas do país, no crescimento e diversificação das indústrias e também na expansão das ferrovias e dos serviços de infraestrutura urbana. Pensamos também na gradual incorporação dos pobres no sistema de trabalho remunerado – sistema que ganhou importância no contexto de declínio da escravidão. Considerando a importância das continuidades apontadas e sem negar a existência de discussões sobre a presença dos pobres nas cidades no período final do Império, apontamos duas questões relevantes para o desenvolvimento do texto. São elas: (1) O que os historiadores dizem sobre a pobreza urbana que existiu no Brasil na transição do século XIX para o XX? (2) E quais os pontos de convergências e divergência nas narrativas construídas pela historiografia brasileira em torno do binômio urbanização/pobreza, no respectivo período?

Antes de avançarmos para exercício de prospecção bibliográfica proposto, cabe esclarecermos ao leitor que a ênfase intencionalmente atribuída ao binômio urbanização/pobreza não significa uma desvalorização do binômio pobreza/campo. A priori,

²⁶⁰ A escolha das cidades não foi aleatória. O exercício de prospecção bibliográfica que originou este texto foi direcionado para as áreas mais dinâmicas da economia brasileira no contexto de transição do século XIX para o XX. Inicialmente, cogitei a possibilidade de uma análise focada nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, mas no decorrer da revisão bibliográfica, constatei a existência de importantes pesquisas sobre a história da pobreza e da urbanização em cidades do interior paulista e decidi incorporar estes estudos no presente texto.

os pobres existem tanto no campo quanto na cidade e, conseqüentemente, o fenômeno da pobreza transcende as divisões espaciais fixadas pelas instituições políticas. Contudo, acreditamos que a chamada pobreza urbana, usando aqui o conceito proposto pelo geógrafo Milton Santos (SANTOS, 2013), apresenta certas particularidades que demandam nossa atenção. Na cidade, o uso do solo atende múltiplos interesses e, geralmente, estes não incluem o cultivo de alimentos para subsistência. Impedidos de cultivar suas roças e de criarem animais no perímetro urbano, os pobres se tornam dependentes de um trabalho remunerado – um emprego formal ou informal – que permita a aquisição da alimentação. Outra particularidade da pobreza na cidade é a exposição dos pobres à lógica do mercado imobiliário que transforma o solo urbano em fonte de renda, via aluguel ou comercialização de imóveis. Nestas condições, muitos pobres se tornam inquilinos ou se endividam financiando um imóvel, enquanto outros constroem suas residências em áreas públicas ou em áreas desvalorizadas pelo mercado imobiliário. Não menos importante para a dinâmica da pobreza na cidade é a existência de dispositivos jurídicos e institucionais, a partir dos quais, o poder público promove a organização do espaço e a normatização das práticas sociais desejáveis ou indesejáveis no ambiente urbano. Isto significa dizer que a vida dos pobres na cidade, além de marcada pela precariedade da sua condição econômica, é também marcada pelas sucessivas intervenções do poder público no seu cotidiano social.

Diante do que foi exposto, acreditamos que uma reflexão sobre a historicidade das relações entre a urbanização e a pobreza no Brasil é viável e pertinente. Cientes de que o tema é demasiadamente complexo, apresentamos, na sequência do texto, uma revisão de estudos que abordam, com diferentes perspectivas e intencionalidades, a situação dos pobres nas cidades do Rio de Janeiro – então capital nacional – e nas cidades paulistas de Campinas, Taubaté, Franca, Rio Claro e São Paulo.

Pobreza e urbanização na “terra do café”

Existe um consenso na historiografia de que as transformações socioeconômicas e políticas ocorridas na Província de São Paulo no

final do Império estavam ligadas à expansão da economia cafeeira e ao crescimento demográfico que ela provocou. A prosperidade gerada pelo café fortaleceu politicamente a elite agrária paulista e, ao mesmo tempo, provocou o crescimento dos núcleos urbanos, sobretudo aqueles ligados ao complexo agroexportador e ao sistema ferroviário (CAMPOS, *et al*, 2011).

Com a Proclamação da República, criou-se uma nova conjuntura política. São Paulo tornou-se um estado membro da federação com autonomia para organizar seu quadro de funcionários e administrar sua arrecadação tributária. Desta forma, a elite paulista pode intensificar a implantação do seu projeto de modernização econômica e social. Naquele contexto, a normatização do espaço urbano, o combate aos focos de insalubridade e a busca pelo controle da pobreza ganharam importância na agenda das autoridades políticas, tanto no plano estadual, quanto no âmbito das municipalidades.

Na cidade de Campinas, um dos principais núcleos urbanos do interior de São Paulo, a presença dos pobres no cotidiano da cidade foi detalhadamente pesquisada por José Roberto do Amaral Lapa (LAPA, 2008). Nas fontes documentais consultadas, Lapa defrontou-se com diferentes tipos de exclusão social e com múltiplas formas de percepção da pobreza. Dentro da mesma cidade, viviam os miseráveis,²⁶¹ os indigentes,²⁶² os remediados,²⁶³ os mendigos, os órfãos menores de idade e as crianças “abandonas” que viviam nas ruas e espaços públicos. Cada um destes subgrupos de pobres apresentava particularidades e, ao mesmo tempo, todos compartilhavam da dificuldade (ou mesmo incapacidade) de garantir sua subsistência.

²⁶¹ Corretamente, Lapa nos adverte para o fato de que a palavra *miserável* possuía um duplo sentido no final do século XIX: ela caracterizava pessoas que viviam uma situação mais grave dentro do grupo da pobreza e, ao mesmo tempo, poderia caracterizar pessoas que se declaravam necessitadas do auxílio do governo em uma determinada situação (LAPA, 2008, p. 29).

²⁶² Na documentação consultada por Lapa, os reconhecidos como *indigentes* eram isentos do imposto predial. Eles possuíam propriedade (legalizada ou não), mas eram economicamente incapacitados para contribuir com a municipalidade.

²⁶³ Os *remediados* formavam um subgrupo social caracterizado pelo risco da pobreza e pela dependência do auxílio dos mais ricos. Nesta condição estariam os que viviam de favores e que asseguravam o sustento como “agregados, compadres, parentes ou “clientes” políticos, [...]”. (LAPA, 2008, p. 31).

Lapa apresentou um panorama das condições de vida dos mendigos que viviam em Campinas na transição do século XIX para o XX. Com base nas suas pesquisas, sabemos que a mendicância estava submetida ao controle da municipalidade campinense que buscou normatizar e fiscalizar a prática. Identificando os mendigos e definindo locais onde a presença deles era permitida, a Intendência reconhecia a importância da caridade pública e, ao mesmo tempo, disciplinava o comportamento dos pobres concedendo o direito de mendigar para os que comprovassem sua necessidade (LAPA, 2008, p. 80).

O controle sobre a mendicância também possuía outra finalidade: permitir que uma parte da caridade pública fosse destinada para instituições assistenciais, dentre as quais o Asilo de Órfãos da Santa Casa de Campinas era uma das mais importantes. Criado em 1878, o Asilo foi inaugurado como externato, passando a condição de internato em 1890. No Brasil Imperial, a responsabilidade pelo auxílio aos órfãos menores de idade era das municipalidades. No entanto, coube à sociedade campinense mobilizar-se para suprir a ausência de ações do poder público municipal em prol dos órfãos.

A tradição da filantropia foi essencial para a criação e a manutenção do Asilo de Órfãos. Igualmente importante, foi o surgimento de uma preocupação com o futuro das crianças pobres – categoria mais ampla que incluía órfãos e também as crianças que viviam nas ruas da cidade. Dentro do universo maior dos pobres, as crianças que viviam nas ruas formavam um subgrupo que recebeu uma expressiva atenção da imprensa campinense.²⁶⁴ Sobrevivendo em condições precárias e marcando presença em lugares de ampla circulação social, os “menores de rua” (expressão genérica que não fazia distinção entre órfãos ou abandonados, ou entre crianças que trabalhavam e as que sobreviviam de atos ilícitos) tornaram-se parte do cotidiano urbano – um cotidiano no qual a pobreza apresentava várias faces e nem sempre possuía endereço fixo.

No caso de Campinas, a mudança no regime político ocorrida na transição do século XIX para o XX não interrompeu a prática da

²⁶⁴ O problema das crianças que viviam nas ruas foi inicialmente atacado no âmbito das municipalidades e dos estados. No plano nacional, a mudança na postura do governo diante dos menores de idade foi gradual, tendo assumido uma forma jurídica mais consistente com o Decreto n. 5.083, de 01 de dezembro de 1926, que instituiu o *Código de Menores*, e com o Decreto 17.943-A, de 1927.

filantropia que continuou sendo socialmente valorizada enquanto virtude cívica e cristã. O que mudou foi o posicionamento das autoridades públicas diante da situação dos pobres. Nas primeiras décadas da República, a Intendência produziu diversas leis para controlar o comportamento dos pobres e criou instituições voltadas especificamente para combater os problemas gerados pela pobreza. Lapa usou a expressão “institucionalização” do auxílio aos desvalidos para interpretar as ações da municipalidade voltadas para o enfrentamento da pobreza. A dinâmica deste processo de “institucionalização” nos permite inferir que a prioridade das autoridades públicas de Campinas foi amenizar os efeitos da pobreza, concedendo assistência para alguns segmentos sociais mais fragilizados dentro do amplo contingente de pobres que formavam a população campinense.

E como viviam os pobres livres que não estavam contemplados pela “institucionalização” do auxílio implantada em Campinas no final do século XIX? Na obra de Denise Soares da Moura, intitulada *Saindo das Sombras*, encontramos subsídios para responder esta questão. Pesquisando o cotidiano social e as atividades exercidas pelos homens livres em documentos judiciais e administrativos e na imprensa da época, a autora defrontou-se com uma sociedade complexa, na qual o trabalho era realizado por escravos e, ao mesmo tempo, por um crescente contingente de pobres livres. A concepção de pobreza adotada por Moura (1998) contemplou um grupo socialmente heterogêneo.

Branco, negro e mestiço pobres e livres. Libertos. Imigrantes europeus, pequenos proprietários de roça que viviam de seus próprios mantimentos. Trabalhadores livres e sazonais das grandes propriedades de café que as procuravam nos períodos de colheita. Trabalhadores livres detentores de ofícios e ferramentas como os carapinas, sapateiros, pequenos empreiteiros, ourives e outros ofícios artesanais. Homens livres que possuíam um número reduzido de mulas, mas que as empregavam nos pequenos transportes. Negociantes e aqueles que viviam de suas agências. Todos compuseram um universo social mais amplo, em crescimento e de difícil definição (MOURA, 1998, p. 25).

De fato, a pobreza era algo de difícil definição no contexto do Brasil Imperial e escravista.²⁶⁵ Mas apesar desta dificuldade, a pesquisa de Moura apontou diversos elementos sobre a vida dos pobres livres, também chamados na época de “trabalhadores nacionais” e “caipiras”. Em primeiro lugar, importa destacar a diversidade de ocupações que exerciam e a constante mobilidade. Para obter alguma remuneração, negociavam diferentes tipos de contratos de trabalho e, quando preciso, aceitavam intermediários nas negociações. A remuneração era um complemento para a subsistência que, em parte, procedia de alimentos cultivados em roças; estas, por sua vez, geralmente estavam dentro das propriedades de fazendeiros, em terras devolutas ou em pequenas propriedades recebidas de herança. Em alguns casos, os pobres livres alugavam escravos para dividir as tarefas que assumiam nos contratos, em outros, estabeleciam vínculos de cooperação mútua através de parcerias e mutirões.

Numa sociedade escravista e de economia predominantemente rural, o acesso ao trabalho remunerado era irregular e, conseqüentemente, o cultivo das roças e a criação de animais era importante para o sustento dos pobres livres. No entanto, cultivar uma roça e criar animais para o próprio consumo era uma opção acessível somente para os que estavam mais afastados do centro urbano. Dentro do perímetro urbano, os espaços para roças e a criação de animais como porcos, cavalos, bois e galinhas tornaram-se cada vez mais escassos e estas práticas foram gradualmente proibidas pela Câmara Municipal.²⁶⁶ Nestas condições, ser um pobre livre e

²⁶⁵ A dificuldade para uma definição da pobreza na sociedade escravista imperial foi analisada por autores como Franco (1983) e Pinto (1994). “Carvalho Franco afirma que o homem livre pobre da sociedade cafeeira vale paraibana do Dezenove foi o indivíduo expropriado pela produção mercantil, mas que, apesar de não deter a propriedade da terra, detinha a sua posse, articulando-se, a partir desta condição, ao todo da sociedade. Para Borges Pinto, os pobres na sociedade paulistana no final do Dezenove e início do Vinte incluíam os imigrantes de diversas origens, não absorvidos pelo mercado de trabalho formal, obrigando-os à improvisação dos múltiplos expedientes nas ruas paulistas e, por conseguinte, gerando um amplo mercado de trabalho formal.” (MOURA, 1998, p. 25)

²⁶⁶ Cabe ressaltar que as proibições fixadas pela Câmara Municipal nem sempre eram cumpridas. Moura localizou documentos que comprovam a ocorrência da criação de animais no perímetro urbano de Campinas, apesar da prática ser proibida pelas Posturas Municipais (MOURA, 1998, p. 52).

residir no perímetro urbano, significava depender do trabalho remunerado para obter o sustento.

As experiências de tratamento para pobres discutidas e implantadas pela municipalidade de Campinas apresentam certa semelhança com as experiências ocorridas na cidade de Taubaté. Na sua pesquisa sobre as relações entre a pobreza e os conflitos sociais em Taubaté, María Cristina Martínez Soto explorou o processo de disciplinarização do espaço urbano e das práticas sociais iniciado nas décadas finais do Império e intensificado nas primeiras décadas do século XX.

Articulando a legislação e o controle tributário com práticas fiscalizadoras e punitivas, as autoridades municipais taubetanas implantaram medidas que dificultavam a presença e o sustento dos pobres no espaço urbano; dentre estas medidas, estavam a “proibição de cultivos e criação no perímetro urbano, a privatização de terras comunitárias, as limitações à venda ambulante e à prestação de serviços particulares (SOTO, 2001, p. 128).” A fixação de exigências para a construção de residências no perímetro urbano e as iniciativas para coibir os jogos e a prostituição, assim como a regulamentação da esmola e a fixação do horário para o funcionamento dos bares também foram medidas voltadas para o controle das classes populares. Na concepção das elites, “as festas, diversões na rua e botequins e casas de jogos desviavam o bom trabalhador (SOTO, 2001, p. 509).”

Consultando em diferentes fontes documentais (imprensa, documentos administrativos e inquéritos policiais), Soto constatou que a desconfiança da elite taubetana em relação aos pobres foi acompanhada de uma dupla estratégia de contenção da pobreza: de um lado, houve um crescimento da repressão à vadiagem e, do outro, a gradual implantação de instituições assistenciais votadas para os segmentos mais pobres da população.

[...] os asilos para abrigar os destituídos, mendigos, velhos; os hospitais para cuidar da saúde dos pobres; as instituições educativas para orientar as habilidades manuais; as associações e outras formas de caridade cristã não-institucionalizadas. Todas elas funcionavam como mecanismos de compensação. Elas disciplinavam os indivíduos e os tornavam trabalhadores e supriam as necessidades que os exíguos salários deixavam descobertas (SOTO, 2001, p. 128).

A distinção entre o pobre que merecia a assistência e o vadio era muito imprecisa. Juridicamente, na Primeira República, a prática da vadiagem estava tipificada como crime no Artigo 399 do Código Penal de 1890. Os indivíduos enquadrados pelas autoridades policiais na categoria de vadios eram inicialmente “convidados a tomar ocupação honesta, assinando para tal um termo de compromisso.” E, se fossem novamente presos pela mesma infração, eram julgados como reincidentes (Artigo 400), remetidos para uma instituição correcional para serem instruídos no trabalho e, posteriormente, reinseridos na sociedade. Contudo, apesar da existência de um discurso enfatizando a intencionalidade de reinserção social, na prática de detenção dos indivíduos classificados como vadios, prevaleceu “o interesse por punir e separar (SOTO, 2001, p. 512).”

A flexibilidade na caracterização do ato de vadiagem facilitava a detenção de amplos segmentos da sociedade brasileira no começo do século XX. Teoricamente, todos os que não possuíssem ocupação profissional legalizada e não comprovassem residência fixa, poderiam ser detidos e punidos sob a acusação de prática da vadiagem. Entre a detenção e a punição, havia pouca margem para o sujeito defender-se da acusação que lhe era imputada.²⁶⁷

A intenção de coibir a vadiagem, observada por Soto na Taubaté da Primeira República, foi parte de uma cultura política que existiu em todas as cidades brasileiras, com distintos graus de intensidade. Respaladas pela legislação da época, as autoridades municipais buscavam controlar o uso dos espaços por meio de procedimentos como a demarcação do perímetro urbano (espaço distinto das áreas rurais), a criação de Posturas Municipais e a cobranças de impostos restritos ao centro das cidades. Na prática, a distinção entre as zonas rurais e o perímetro urbano produziu dois efeitos interligados: de um lado, houve uma concentração de investimentos e serviços públicos e uma valorização dos imóveis localizados no perímetro urbano, e, do outro, houve um gradual

²⁶⁷ Segundo Soto: “Do ponto de vista do processo, o vadio geralmente é julgado por um juiz de primeira instância ou autoridade policial e condenado sumariamente sem processo judicial e as vezes sem registro escrito, através de uma sentença verbal. Também se observa uma considerável elasticidade do ponto de vista das penas, suaves, mas acumulativas, aumentando com a reincidência (SOTO, 2001, p. 500).”

deslocamento dos pobres para os bairros mais afastados do centro.

Referindo-se à experiência de urbanização ocorrida em Franca na transição do século XIX para o XX, Fransérgio Follis destaca o interesse da elite local pela modernização, higienização e embelezamento da área central da cidade. Segundo Follis, “a contento da classe dominante francana, os melhoramentos urbanos como calçamento de ruas, ajardinamento de praças, iluminação elétrica, água encanada e rede de esgotos, direcionaram-se mormente para o centro, área escolhida para representar a Franca progressista e moderna [...] (FOLLIS, 2004, p. 131). O custo elevado da modernidade urbana, assim como o preço dos imóveis para compra ou locação dentro do perímetro central, era acessível para poucos. Enquanto o centro de Franca se modernizava, a população mais pobre era deslocada para uma periferia que crescia desprovida de serviços urbanos básicos. A disparidade entre a área central na qual existiam obras e equipamentos urbanos modernos e a periferia que possuía uma infraestrutura precária não foi exclusividade de Franca. E, se considerarmos as relações existentes entre investimentos públicos, interesses privados e mercado imobiliário, é provável que este tipo de disparidade tenha sido um elemento comum na urbanização nas cidades brasileiras na Primeira República.

No caso das cidades do interior paulista, os estudos consultados nos permitem afirmar que durante o ciclo de expansão do café a pobreza era um elemento indesejável e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de lucro para as elites. O fluxo da imigração europeia para o interior de São Paulo assegurava a existência de uma mão de obra abundante e barata; esta, por sua vez, se tornava consumidora de produtos e serviços, incrementando gradualmente a produção de artigos para o comércio e o setor de serviços.

A relação entre a imigração para o interior de São Paulo e o desenvolvimento de uma economia urbana foi abordada por diversos autores. Fábio Alexandre dos Santos, em seu estudo sobre a urbanização de Rio Claro, constatou que o crescimento da cidade na transição do século XIX para o XX foi contínuo e que os setores de comércio e serviço absorveram uma parte dos migrantes instalados naquela localidade. O mesmo autor ressaltou o empenho da elite local – composta de “fazendeiros-negociantes” – na criação de uma infraestrutura urbana que atendesse aos seus interesses e as suas

concepções de progresso. Corretamente, Santos observou uma contradição entre a cidade que os “fazendeiros-negociantes” de Rio Claro desejavam, e o cotidiano de uma cidade escravista e com uma economia predominantemente rural (SANTOS, 2002, p. 67).

Apesar de conter uma contradição grave, o projeto de urbanização de Rio Claro transformou a cidade e uma parte dele foi registrada nos Códigos de Posturas Municipais. Dentre os diversos temas contemplados nas Posturas implantadas pela municipalidade, o controle sobre os escravos e a preocupação com a higiene pública foram temas que receberam uma atenção especial. Outro tema relevante foi a demarcação do perímetro urbano. No caso de Rio Claro, o perímetro urbano foi expandido em três ocasiões: no Código de 1867, no Código de 1884 e no Código de 1893. E, como consequência destas decisões políticas que delimitavam a distinção entre o centro e zona rural, a parte da cidade considerada urbana foi gradualmente incorporando novos bairros (SANTOS, 2002).²⁶⁸ Os moradores dos novos bairros criados durante a expansão territorial de Rio Claro, apesar de incluídos no perímetro urbano, nem sempre tinham acesso a serviços básicos como abastecimento de água, rede de esgoto e iluminação elétrica. Santos, com base no *Relatório de Inspeção Sanitária* datado de 1923, apresenta a seguinte descrição para as moradias de trabalhadores em Rio Claro:

[...] apresentavam na sua maioria condições de higiene interna com luz e arejamento; o acesso era externo, comumente com uma torneira localizada no quintal, caso tenha ali chegado o serviço de abastecimento, caso contrário os poços forneciam a água necessária; geralmente não possuíam serviços de esgotos e as fossas nos quintais eram a solução, tanto para a higiene pessoal quanto para os despejos das águas, o que provocava grande concentração de moscas, o lixo era atirado nos terrenos vizinhos. Quanto à disposição do prédio, os mesmos eram desprovidos de forros, o chão era atijolado e as

²⁶⁸ Sobre a expansão da área urbana de Rios Claro, Santos afirma que: “No período entre 1872 a 1886, embora o percentual de crescimento caia, nota-se a continuidade no processo de crescimento da ‘mancha urbana’, com um crescimento de 29 quarteirões entre 1872 e 1883. De acordo com Troppmair o crescimento em quarteirões no período entre 1870 a 1886 foi de 75%, num total de 4,6% ao ano, já no período subsequente, de 1887 a 1900 esse índice chaga a 92%, ou 7% ao ano (SANTOS, 2002, p. 92).”

paredes rebocadas e caiadas; luz artificial, somente com lampiões e querosene; muitas vezes várias famílias chegavam a dividir a mesma residência. Já a casa dos trabalhadores mais pobres, geralmente situadas nos arrabaldes da cidade, utilizavam-se dos mesmos métodos de coleta de águas e de despejos de águas, porém, seu tamanho físico era bem mais reduzido [...] (SANTOS, 2002, p. 169).

As informações registradas no *Relatório de Inspeção Sanitária* de 1923 nos permitem inferir que os trabalhadores de Rio Claro conviviam com a pobreza. No entanto, este tipo de inferência comporta o risco de uma generalização que é prejudicial para a compreensão da historicidade da pobreza. Nem todo trabalhador é pobre e nem todo pobre tem uma residência precária. A linha de corte entre ser trabalhador e ser pobre é imprecisa, tanto no presente, quanto no passado.

O conhecimento historiográfico sobre a pobreza urbana no Brasil na transição do século XIX para o XX ainda é incipiente. Contudo, os estudos existentes são de expressiva qualidade. As pesquisas realizadas por Lapa, Moura, Soto, Follis e Santos, apesar de procedentes de cidades distintas e construídas com diferentes propósitos, oferecem um panorama das mudanças que estavam em curso na percepção e no tratamento da pobreza nos núcleos urbanos do interior de São Paulo. Com base nas pesquisas realizadas por estes autores, constatamos que a modernização econômica pretendida pelas elites paulistas coexistiu com diferentes formas de exclusão e com dispositivos voltados para o controle da presença dos pobres no ambiente urbano. Este pretendido controle encontrou resistência dos segmentos populares. Tanto nas décadas finais do Império, quanto na Primeira República, os pobres marcaram presença no espaço urbano e, por meio de práticas cotidianas baseadas na cultura popular e da precariedade das suas condições materiais de vida, eles contestaram o autoritarismo das elites.

A presença dos pobres no espaço urbano também provocou marcas na capital paulista. Na cidade de São Paulo, a gradual divisão do espaço entre a elite, a emergente classe média e os pobres materializou as contradições sociais da época. A parte central da cidade, onde residiam os mais ricos, foi precocemente servida de equipamentos urbanos modernos e de serviços como abastecimento

de água, redes de esgoto e iluminação elétrica. Em torno do centro da capital, o mercado imobiliário financiou surgimento dos chamados “bairros jardins” e promoveu o loteamento de terrenos voltados para setores da classe média paulistana.²⁶⁹ Nesta mesma época, bairros como Brás, Cambuci, Moca e Santa Ifigênia receberam um grande contingente de trabalhadores e cresceram de forma desorganizada e precária (SANTOS, 2011).

Em 1893, as autoridades paulistanas promoveram um estudo sobre as condições de habitação dos operários residentes nos cortiços do Distrito de Santa Ifigênia. O estudo foi realizado por uma Comissão composta por três médicos e dois engenheiros que produziram um detalhado registro sobre como viviam os pobres na capital do estado mais rico da federação. Inserida num contexto de crescente preocupação sanitária e reunindo dois saberes científicos distintos – a medicina e a engenharia, a Comissão visitou os cortiços de Santa Ifigênia e coletou um amplo volume de dados sobre a topografia do bairro, a composição do solo, os serviços de saneamento disponíveis, o tamanho e o formato das habitações operárias e o número de moradores que nelas residiam. Os dados coletados foram reunidos no *Relatório* entregue pela Comissão para a Secretaria Estadual dos Negócios do Interior, a repartição responsável pelas questões referentes à higiene pública e à salubridade urbana. Neste *Relatório*, os membros da Comissão apontaram problemas como falta de ventilação nas habitações populares, excesso de moradores por metro quadrado, precariedade do saneamento, infiltrações no piso e nas paredes e estruturas comprometidas pela falta de conservação.

Produto de uma racionalidade científica que pretendia

²⁶⁹ A criação dos “bairros jardins” em São Paulo foi analisada por Fábio Alexandre dos Santos na obra *Domando águas* (SANTOS, 2011). Nesta, o autor aborda o papel das empresas imobiliárias no loteamento e comercialização do solo urbano e destaca as intervenções da *São Paulo Light, Tramway & Power Ltd.* no processo de urbanização da capital paulista. Concessionária de diversos serviços de interesse público, sendo o principal deles a geração e distribuição de energia, a *Light* foi responsável pela criação dos primeiros “bairros jardins” em São Paulo (Alto da Lapa, Bella Aliança e Alto de Pinheiros). Para valorizar os seus investimentos imobiliários, a *Light* financiou “concessionárias de serviços públicos e até mesmo o próprio Estado para que fossem instalados serviços públicos em seus loteamentos, como iluminação, gás, bondes elétricos e redes de água e esgoto (SANTOS, 2011, p. 45).”

identificar os focos de insalubridade urbana e promover ações para prevenir a transmissão de doenças e reduzir os índices de mortalidade, o *Relatório* também incluía propostas elaboradas pelos membros da Comissão. Dentre as propostas incluídas no documento estavam a demolição ou reforma de prédios considerados insalubres, a fixação de padrões mínimos para a construção de habitações operárias “dentro da cidade” e uma planta para as “villas operárias” que deveriam ser construídas em “terrenos fora da cidade” (BRESCIANI, 2010, p. 21). Buscando oferecer alternativas para o poder público, os autores do documento indicaram lugares que ofereciam condições adequadas para a instalação de vilas operárias, apresentaram um modelo de casa popular e sugeriram a concessão de benefícios para empresas que investissem na construção de habitações operárias (RIBEIRO, 2010, p. 47). Na concepção da Comissão, a insalubridade das habitações operárias deveria ser enfrentada com o aprimoramento do controle sob o espaço urbano e com a adoção de critérios técnicos para a construção de moradias populares.

A leitura do *Relatório* da Comissão que estudou os cortiços existentes no Distrito de Santa Ifigênia não pode ser dissociada do paradigma higienista que estava sendo construído no Brasil da época.²⁷⁰ Sob a influência deste paradigma, médicos, engenheiros, arquitetos, burocratas e políticos interpretaram a presença dos pobres no espaço urbano como um problema que poderia ser controlado e combatido pelo saber técnico e pela força da lei. Neste sentido, importa ressaltarmos que a Comissão publicou o *Relatório* no mesmo ano em que o governo estadual preparou o *Código Sanitário de São Paulo*, implantado em 1894.²⁷¹ Como observou Maria Alice Rosa Ribeiro, o *Código Sanitário* dedicou uma atenção especial para

²⁷⁰ O paradigma higienista ganhou forma inicial nas décadas finais do século XIX a partir do surgimento da microbiologia e das discussões sobre a importância da higiene para prevenção das doenças. Naquele contexto, o crescente interesse da Medicina pela higiene e pela etiologia das doenças infectocontagiosas somou-se ao interesse da incipiente Engenharia Sanitária pelas técnicas de captação e tratamento das águas e pelas relações entre o saneamento e a saúde pública. Os adeptos deste paradigma defendiam a necessidade de intervenções do governo no cotidiano social e no ordenamento das cidades para reduzir os índices de doenças e mortalidades e para assegurar manutenção da salubridade urbana.

²⁷¹ Decreto n. 233 de 2 de março de 1894.

as habitações: “Ao todo, dos 520 artigos que compunham o Código, 122 eram dedicados às habitações” (RIBEIRO, 2010, p. 45). Isto nos permite inferir que, apesar da existência de particularidades no desenvolvimento de cada município paulista, a imposição de normas para demarcação dos lotes urbanos e para construção de habitações seguiu diretrizes estaduais – diretrizes que também estavam baseadas no paradigma higienista.

Identificar e atacar os focos de insalubridade e fiscalizar a construção de habitações dentro dos limites urbanos foram práticas gradualmente aprimoradas pela burocracia sanitária paulista. Dentro da lógica da gestão pública, estas práticas atendiam ao interesse coletivo. No entanto, elas incidiam de forma mais direta sobre os setores pobres da população, uma vez que eram os pobres que residiam nos cortiços ou nas novas vilas operárias construídas nos bairros afastados do centro de São Paulo.

O controle do espaço urbano se tornou uma questão relevante para a elite paulistana. Outra questão relevante era o perfil desejado para os trabalhadores assalariados. Na transição do século XIX para o XX a elite paulistana manifestou uma preferência por trabalhadores estrangeiros, em detrimento dos trabalhadores nacionais, dentre os quais os negros e mulatos formavam o contingente principal. Naquele contexto, o discurso do branqueamento da população supervalorizava a contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento da cidade, desconsiderando a importância dos trabalhadores nacionais. Buscando desconstruir o discurso do branqueamento, Carlos J. Ferreira dos Santos destacou a expressiva presença dos trabalhadores nacionais em atividades como o comércio ambulante, a construção civil, os serviços domésticos e o transporte de cargas. Quantitativamente, o contingente dos trabalhadores nacionais em São Paulo era expressivo (cerca de 20%). No entanto, ele estava sub-representado nos setores mais dinâmicos da economia (indústria têxtil, transporte e comércio), nos quais predominavam trabalhadores estrangeiros (SANTOS, 2008).

A pesquisa de Santos sobre a situação dos trabalhadores nacionais na São Paulo da Primeira República apontou dois problemas existentes na historiografia brasileira que aborda o respectivo período: (1) a ênfase dos historiadores no comportamento dos trabalhadores brancos (imigrantes ou de ascendência europeia); e

(2) a ênfase no estudo de fábricas, sindicatos e associações profissionais que não contemplavam a diversidade de trabalhadores inseridos na economia urbana. Segundo Santos, apesar da ideologia do branqueamento e do discurso de exaltação dos italianos construído pela elite paulistana terem ofuscado a presença dos trabalhadores nacionais em São Paulo, estes participaram da construção da cidade e também conviveram com “a tentativa de dominação capitalista [...]” (SANTOS, 2008, p. 63).

A presença constante dos trabalhadores nacionais na cidade de São Paulo e a inserção desses na economia urbana é o tema da obra do historiador Ramatis Jacino. Este historiador refuta a tese de que os setores populares da sociedade brasileira eram passivos e facilmente manipulados pelas elites (JACINO, 2008). Os setores populares – fossem estes chamados de proletariado ou identificados como o subgrupo dos trabalhadores nacionais – participaram de discussões referentes ao uso do espaço urbano, e, em diversas ocasiões, adotaram práticas de resistência às intervenções do poder público na organização e funcionamento da cidade. Neste sentido, a existência de uma intenção de controle social presente no pensamento e nas ações da elite paulistana coexistiu com experiências de atritos ou de negociações entre o poder público e a sociedade. Corretamente, Josianne Francia Cerasoli interpretou a urbanização de São Paulo na transição do século XIX para o XX como um “processo plural e conflituoso” (CERASOLI, 2004, p. 105). Plural porque dele participaram diversos segmentos sociais, corporações profissionais, órgãos da imprensa, instituições públicas e empresas privadas de âmbito nacional e internacional, e também os proprietários ou locatários de imóveis. E conflituoso porque todas as partes envolvidas buscavam interferir nas ações do poder público e discutiam o custo e a eficiência das respectivas ações.

Interpretações sobre a urbanização e a pobreza no Rio de Janeiro

Quando a República foi proclamada, o Rio de Janeiro era o maior centro urbano do Brasil e, ao mesmo tempo, era o centro político nacional. Nessa cidade, a pobreza era parte do cotidiano urbano e um grande contingente da população vivia em condições economicamente precárias.

O crescimento acelerado da pobreza na capital brasileira provocou preocupações no governo, sobretudo em tempos de epidemias. As elites imperiais acreditavam que os pobres eram os responsáveis pelas epidemias e pelas doenças endêmicas que atingiam o Rio de Janeiro e, conseqüentemente, fizeram dos cortiços o alvo principal das autoridades sanitárias (CHALHOUB, 1996). A concentração dos pobres nas habitações coletivas foi interpretada pelos médicos como causadoras de problemas como falta de higiene, o alcoolismo e a promiscuidade. Para os membros da elite, os cortiços representavam uma ameaça aos valores morais e à salubridade de toda a sociedade. O discurso contra o comportamento dos que viviam nos cortiços, apesar de expressar preocupações sanitárias, incorporou preconceitos raciais de uma sociedade escravista e manifestou uma crescente desconfiança da elite a respeito dos negros e mulatos que formavam a chamada “arraia miúda.”²⁷²

Impregnada de preconceitos e desconfianças, a elite do Rio de Janeiro foi incapaz de pensar a pobreza como um efeito colateral do sistema escravista e não percebeu que este efeito não foi anulado com a promulgação da Lei Áurea. Juridicamente, a abolição interrompeu um conjunto de violências físicas e simbólicas que sustentavam a escravidão e assegurou a liberdade dos cativos; contudo, no plano econômico, ela não contribuiu para melhorar a situação dos negros. A partir da Lei Áurea, os libertos se defrontaram com uma situação nova: eles poderiam desfrutar os ganhos do seu trabalho, mas teriam que disputar as oportunidades de remuneração com os trabalhadores brancos, dentre os quais estavam os imigrantes portugueses e de outras nacionalidades. Segundo Sidney Chalhoub (2012, p. 113): “[...] os portugueses dominavam grande parte da

²⁷² A expressão “arraia miúda” surgiu na Europa do Antigo Regime quando foi usada para atribuir características negativas aos que não pertenciam à nobreza. Com a ascensão econômica e política da burguesia a expressão foi resignificada, mas continuou depreciativa, na medida em que “arraia miúda” era composta pelos que não pertenciam à nobreza e também não possuíam um capital expressivo. Cabe ressaltar que no Brasil, durante a transição do século XIX para o XX, havia uma distinção entre o “povo” (termo mais amplo e que podia incluir todo o coletivo de uma determinada localidade) e a “arraia miúda” (termo que designava os mais desqualificados e pobres da sociedade).

atividade comercial e de serviços da cidade e mostravam acentuada preferência por seus patrícios quando da contratação de empregados.” Os dados referentes à ocupação profissional da população residente no Rio de Janeiro na primeira década republicana corroboram a disparidade no acesso ao trabalho entre os estrangeiros e os nacionais (MARTINS JÚNIOR; NETO, 2016).

Enfrentando uma concorrência desvantajosa com os portugueses no comércio e nos serviços (duas das áreas mais dinâmicas da economia urbana carioca), muitos negros continuaram ocupando atividades informais e de baixa remuneração como o transporte de mercadorias, o comércio ambulante, os serviços domésticos e a construção civil. Nestas condições, a pobreza continuou presente no cotidiano da maior parte da população negra do Rio de Janeiro no pós-abolição.

O regime republicano não criou um novo modelo de interpretação da pobreza. O que ele fez foi reforçar a adesão ao paradigma higienista e ampliar o desejo de modernização da capital nacional. Com o advento da República, o problema dos cortiços e dos outros tipos de habitações coletivas (estalagens e casas de cômodos) continuou existindo. Nestas habitações coletivas as doenças infectocontagiosas alcançavam índices mais elevados do que nas habitações comuns.²⁷³

Diante das constantes epidemias que afetavam o Rio de Janeiro e do desejo de modernidade urbana compartilhado pelas elites brasileiras, a destruição dos cortiços na área central da cidade tornou-se uma prioridade política e sanitária: prioridade política porque a reforma da capital (especialmente no porto e na sua área central) era considerada essencial para o comércio internacional e para continuidade do fluxo migratório; e prioridade sanitária porque os elevados índices de doenças e mortalidade demandavam intervenções mais incisivas dos médicos e engenheiros sanitaristas no tecido urbano e nas práticas sociais. A mensagem enviada pelo presidente Rodrigues Alves ao Congresso Nacional, em 1903,

²⁷³ Segundo Solis e Ribeiro (1985, p. 53): “Os higienistas Fontelle e Barreto obtiveram para varíola, nos anos de 1913-1917, um coeficiente de mortalidade médio de 0,30 nas habitações comuns, enquanto nas coletivas era 1,13. A média do quinquênio para o sarampo, a difteria e a coqueluche foram, nas habitações unifamiliares, de 0,24, 0,06 e 0,14; nas habitações coletivas, de 0,73, 0,15 e 0,36.”

registrou com precisão a relação que havia entre as reformas urbanas do Rio de Janeiro e o desenvolvimento econômico do Brasil.

O saneamento da Capital é que permitirá encontrar o elemento primordial para o reerguimento da vida econômica do País. [...] As forças econômicas do País não poderão ser eficazmente ativadas enquanto a Capital da República não reunir condições indispensáveis para construir um centro poderoso de atração de braços e capitais, sem as suspeitas da insalubridade que, exageradas por uns e exploradas por outros, vão, sem sentirmos, entorpecendo nosso desenvolvimento (BRASIL, 1978, p. 311).

No discurso das autoridades políticas, a reforma urbana de Pereira Passos foi apresentada como uma ação benéfica do governo em prol da nação. Mas, na prática, ela atingiu um amplo contingente de pobres que residiam nas habitações coletivas destruídas durante a remodelação da área central da cidade. Impedidos de residir no centro, muitos pobres se dirigiram para os subúrbios e favelas que estavam se formando nas periferias da capital; enquanto outros se deslocaram para cortiços existentes em bairros próximos do centro, onde se defrontaram com a elevação dos aluguéis – uma consequência da valorização financeira dos imóveis urbanos.

Mas o sofrimento dos pobres expulsos da área central do Rio de Janeiro não foi aceito pacificamente. Nos primeiros meses de 1904, a insatisfação com a reforma urbana e com a campanha sanitária de Oswaldo Cruz foi alimentada pela imprensa que publicou diversos textos denunciando o autoritarismo do governo na condução das ações de profilaxia. No dia 09 de novembro do mesmo ano, o Congresso aprovou a Lei n. 1.261, instituindo a obrigatoriedade da vacinação e da revacinação contra a varíola. A reação popular explodiu com violência nas ruas da capital nacional, gerando a chamada Revolta da Vacina – uma revolta que foi tema de diversos estudos na historiografia brasileira.²⁷⁴

²⁷⁴ Existe uma ampla bibliografia sobre a Revolta da Vacina. Dentre os diversos estudos existentes, importa destacarmos os trabalhos pioneiros publicados por Nicolau Sevcenko (SEVCENKO, 1984 e 2013) e José Murillo de Carvalho (CARVALHO, 1987); ambos com ênfase na conjuntura política e social existente na capital nacional no começo do século XX. Na década de 1990, Sydney Chalhoub publicou *Cidade Febril*, explorando a questão da vacinação antivaríola e da higiene

Depois de impor a ordem pela força das armas, de concluir as reformas na parte central da cidade e de prosseguir com o plano de saneamento proposto por Oswaldo Cruz, o governo rebateu as críticas que recebeu, apresentando estatísticas sanitárias que indicavam a redução nos índices de doenças e mortalidades. No entanto, apesar da melhora registrada pelas estatísticas sanitárias, as condições de vida dos pobres continuavam precárias e o contraste entre as áreas centrais da cidade e os subúrbios foi gradualmente sendo ampliado.

As mudanças ocorridas no espaço urbano do Rio de Janeiro durante a gestão do prefeito Pereira Passos, assim como as discussões suscitadas em torno dos objetivos e dos resultados da política do “bota a baixo”, foram incorporadas na produção literária de escritores da época (SEVCENKO, 2003). Lima Barreto registrou suas percepções sobre as obras promovidas pelo governo na cidade, criticou o descaso das autoridades pelos setores mais pobres da população e expressou objeção à concentração dos investimentos públicos em áreas como o Bairro Botafogo e a praia de Copacabana. No romance *Clara dos Anjos*, escrito em 1922, o autor descreve a precariedade das habitações nos subúrbios cariocas e destaca aspectos do cotidiano nesta parte da cidade.

Mais ou menos é assim o subúrbio, na sua pobreza e no abandono em que os poderes públicos o deixam. Pelas primeiras horas da manhã, de todas aquelas bibocas, alforjas, trilhos, morros, travessas, grotas, ruas, sai gente, que se encaminha para a estação mais próxima [...]. São operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente que,

pública no Império e destacando a existência de uma desconfiança das elites em relação aos pobres (CHALHOUB, 1996). Jaime Larry Benchimol produziu um estudo focado na atuação de Pereira Passos e nos interesses econômicos e políticos envolvidos em torno da reforma urbana (BENCHIMOL, 1992). Osvaldo Porto Rocha, por sua vez, abordou a aplicação dos saberes científicos procedentes da Medicina e da Engenharia no planejamento e na execução da reforma urbana no Rio de Janeiro (ROCHA, 1995). Cabe ressaltar que apesar de partirem de diferentes enfoques, estes autores ressaltam a existência de relações entre a Revolta da Vacina e as contradições de uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais e governada por uma elite autoritária que justificava suas ações arbitrárias em nome da Ciência e de uma pretensa modernização do espaço urbano.

apesar de honesta, vive de pequenas transações, do dia a dia, em que ganham penosamente alguns mil réis.

O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá; e todos os dias, bem cedo, lá descem à procura de amigos fiéis que os amparem, que lhes dêem alguma cousa, para o sustento seu e dos filhos (BARRETO, 1956, p. 118).

Lima Barreto publicou suas principais obras na década de 1920. Antes dele, o escritor João do Rio já havia transformado a pobreza em matéria prima para textos publicados na imprensa ou em livros. A situação dos pobres no Rio de Janeiro na época da reforma de Pereira Passos foi descrita por João do Rio da seguinte forma:

O Rio tem também as suas pequenas profissões exóticas, produto da miséria ligada às fábricas importantes, aos adelos, ao baixo comércio; o Rio, como todas as grandes cidades, esmiúça no próprio monturo a vida dos desgraçados. [...] (RIO, 2008, p. 55).

Todos esses pobres seres vivos tristes vivem do cisco, do que cai nas sarjetas, dos ratos, dos magros gatos dos telhados, são os heróis da utilidade, os que apanham o inútil para viver, os inconscientes aplicadores à vida das cidades daquele axioma de Lavoisier; nada se perde na natureza (RIO, 2008, p. 56).

Observador atento do cotidiano urbano, João do Rio incluiu nos seus textos as “raparigas”, os vendedores de “bugigangas”, as mulheres operárias, os mendigos, os estivadores, as crianças de rua e outros personagens que representavam a população pobre da “cidade maravilhosa”. Nos seus textos, encontramos uma crítica às reformas urbanas que beneficiavam somente os moradores que possuíam capitais e a burocracia do Estado.

As obras literárias de João do Rio e de Lima Barreto denunciaram as contradições de uma cidade que pretendia ser moderna e “maravilhosa”, mas que na verdade, era repleta de desigualdades sociais e composta uma numerosa e crescente população de pobres. Neste sentido, os dois autores produziram um olhar crítico sobre a cidade e sobre o comportamento dos seus governantes. Eles também registraram em seus textos diversos aspectos do cotidiano urbano e das relações sociais no Rio de Janeiro da Primeira República.

A mesma cidade que foi palco dos personagens criados por João do Rio e por Lima Barreto, era constantemente vigiada pelo olhar da polícia – um olhar treinado para identificar sujeitos potencialmente perigosos para o coletivo social. Incumbidos de vigiar a sociedade para coibir o crime, os policiais concentravam suas atenções nos sujeitos que apresentassem comportamento suspeito ou que violassem as proibições fixadas pela lei. Na prática, buscavam identificar os vadios, os delinquentes e os criminosos. E qual seria o perfil dos sujeitos considerados como vadios na capital nacional durante a Primeira República? A pesquisa de Cristiane Rodrigues oferece pistas para resposta desta pergunta. Rodrigues fez o levantamento dos presos por vadiagem no Rio de Janeiro, entre 1886 e 1906, através dos *Livros de Matrículas da Casa de Detenção*. Essa historiadora constatou que 43% dos encaminhados para esta instituição foi detida por vadiagem. A maior parte dos detidos sob a acusação de vadiagem era composta por homens solteiros que declaravam exercer “alguma atividade informal ou temporária, a maioria declarava ter moradia, residindo geralmente junto ao centro da cidade” (RODRIGUES, 2006, p. 104).

O ato de prender um determinado sujeito era parte de um sistema de controle social que incluía, além do trabalho de vigilância feito pelos policiais, a produção de uma legislação específica, o funcionamento dos tribunais e a administração de estabelecimentos prisionais. Na capital federal, a criação da Colônia Correcional Dois Rios, implantada em Ilha Grande, em 1893, representou um marco no discurso de modernização do sistema penal republicano. No entanto, a pesquisa realizada por Myrian Sepúlveda dos Santos, focada no funcionamento desta instituição, aponta para a existência de um distanciamento entre o conjunto de propostas correcionais e disciplinares, vigente tanto no Brasil, e as práticas desenvolvidas na Colônia Correcional. A mesma autora enfatizou o caráter repressivo do sistema penal implantado na Primeira República – um caráter que já existia no Império e foi aprimorado pelo regime republicano. Com base no discurso das autoridades políticas e policiais, Santos afirma que: “Os mendigos, bêbados e vadios descritos pela lei eram aqueles indivíduos que escolhiam a miséria e vício, uma afronta à moral e aos bons costumes. [...] Já os capoeiras representavam a opção pela rebeldia.” (SANTOS, 2004, p. 146) A tipificação da capoeira como

crime e a sua punição, ainda que justificada como uma ação em prol da ordem pública ampliava o potencial repressivo do aparelho estatal e visava conter as tensões sociais existentes na capital federal.

Na prática, o uso da força policial e do sistema prisional para conter as tensões sociais, apesar de incentivado pelas autoridades políticas, era uma tarefa árdua e de resultados insatisfatórios. Segundo o chefe de polícia da Capital Federal, Antônio Augusto de Castro, em 1905, havia no Rio de Janeiro um “regime de impunidade” que contribuía para a existência de um elevado número de criminosos dentro e fora das prisões. Na opinião de Castro:

A massa formidável constituída pelos frequentadores habituais das prisões aumenta dia a dia e não há castigo nem repressão para essa gente. Com dados fornecidos pelo serviço de informação, pode-se afirmar que existem no Rio de Janeiro cerca de 2.000 homens vagabundos recalcitrantes, presos e processados com diferentes nomes pela polícia, uma, duas, três, quatro, cinco, até dez e mais vezes por ano, e que voltam de novo à liberdade, sem correção, prontos sempre a fingir de povo, [...]. (CASTRO, *apud* RODRIGUES, 2006, p. 35).

O elevado número de reincidência no crime da vadiagem e a existência de “cerca de 2.000 vagabundos recalcitrantes” são indicativos de que havia algo errado no sistema de controle social planejado e aplicado pelas autoridades do Rio de Janeiro. Castro, na condição de chefe de polícia, acreditava que o problema era o “regime de impunidade” existente na capital nacional e defendia o aumento da repressão aos vadios. Discordamos da sua interpretação, pois os dispositivos de repressão existiam e eram usados com frequência pela polícia contra a população pobre. A documentação estudada por Sidney Chalhoub na obra *Trabalho, Lar e Botequim* registra diversos casos de violência da polícia contra presos e também registra procedimentos arbitrários no ato da prisão, na apresentação de provas contra os suspeitos e na condução dos processos (CHALHOUB, 2012). Diante da conduta abusiva e violenta dos policiais, os pobres reagem com desconfiança e hostilidade.

Resistir à autoridade policial, portanto, era o comportamento que predominava entre os populares quando se enfrentavam com os megalhas nas ruas e botequins da cidade, ou com delegados, inspetores e escrivães nas delegacias. Os membros das classes

populares possuíam um conhecimento prático de que tinham de desconfiar da autoridade constituída, boicotar sua ação e resistir com violência quando possível (CHALHOUB, 2012, p. 289).

A desconfiança das classes populares do Rio de Janeiro em relação às autoridades policiais era, em parte, consequência dos abusos e violências cometidos pelo aparato policial. Isto nos permite inferir que havia uma relação entre o “regime de impunidade” denunciado por Castro e os abusos cometidos pelos policiais contra as classes populares. E, considerando que a vigilância e a punição da vadiagem foram duas das principais atribuições do aparato policial, sabemos que ele atingiu de forma mais violenta os segmentos mais pobres da população carioca.

O desejo de manutenção da “ordem” pública e a crença no poder da lei presentes no trabalho dos policiais também existiam entre as autoridades sanitárias da capital. A partir de 1903, estas autoridades se empenharam na campanha sanitária planejada por Oswaldo Cruz e lograram êxitos na redução dos óbitos provocados por varíola e febre amarela. No entanto, os êxitos foram pontuais: as doenças endêmicas, as precárias condições de moradia e alimentação dos pobres e a ineficiência do poder público na área da saúde mantiveram elevados os índices de mortalidade geral e mortalidade infantil.

Dentre as enfermidades que atingiam a população do Rio de Janeiro na Primeira República, a tuberculose foi a mais violenta (HAHNER, 1993). Segundo Bodstein (1986, p. 39), no período entre 1900 e 1909, “a tuberculose sozinha apresentou 19,79% do total de óbitos”.

O excesso de moradores nas habitações coletivas e a precariedade da ventilação e do saneamento nos cortiços e estalagens foram apontados pelos médicos como motivos para o crescimento na ocorrência da tuberculose. A concentração de operários nas fábricas e oficinas, a falta de ventilação nesses estabelecimentos e as prolongadas jornadas de trabalho também foram apontadas como fatores que incidiam sobre os índices da tuberculose.²⁷⁵ Na

²⁷⁵ O médico José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho (1866-1940) estudou as condições sanitárias no Rio de Janeiro da Primeira República e ressaltou a existência de uma relação entre a densidade demográfica e a tuberculose na então capital nacional. Com base nas estatísticas sanitárias da época, ele afirmou: “A distribuição

interpretação dos médicos brasileiros, havia uma relação entre tuberculose/pobreza/falta de higiene e insalubridade nas fábricas (RAGO, 1985). Esta interpretação era respaldada por dados estatísticos que comprovavam um fato conhecido pelas autoridades sanitárias da época: a tuberculose atingia principalmente os membros da classe operária.

Como demonstram os estudos de diversos historiadores, a situação da classe operária no Rio de Janeiro era precária. Uma parte expressiva dos trabalhadores industriais enfrentava dificuldades para suprir suas necessidades básicas e conviviam com a pobreza. No entanto, usar a classe operária como parâmetro para a interpretação do conjunto mais amplo dos pobres é um procedimento equivocado. June Hahner afirma que os operários não formavam o contingente mais numeroso dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Primeira República. Segundo a autora:

No Rio de Janeiro, o número total de trabalhadores em “fabricação” atingia escassos 30% dos habitantes empregados em 1920, [...]. Os 56.517 trabalhadores das fábricas da cidade em estabelecimentos com pelo menos oito trabalhadores eram de longe menos numerosos que os empregados domésticos (71.752) e os comerciários (88.306). As ocupações combinadas dos funcionários do governo (25.563), polícia e membros das Forças Armadas estacionadas no Rio de Janeiro (24.835) quase igualavam aquela dos trabalhadores das fábricas (HAHNER, 1993, p. 217).

Os dados apresentados por Hahner procedem do censo de 1920. Eles nos permitem inferir que no começo da República a porcentagem de operários em relação ao total de trabalhadores fosse ainda menor. Certamente, a pobreza era parte da realidade de muitos operários. No entanto, ser um operário não significava necessariamente ser pobre, sobretudo se considerarmos o conceito de economia familiar – aqui entendido como o conjunto de receita e despesas de uma determinada família. Além disso, outros fatores como a idade, o gênero, o salário e a estabilidade no emprego

geográfica da tuberculose na cidade acompanha paralelamente a densidade da população e as precárias condições de habitação. Onde é mais densa a população e onde mais abunda o proletariado é também onde mais avulta o obituário da tuberculose.” (CARVALHO, *apud* BODSTEIN, 1986, p. 41).

influenciavam nas condições de sobrevivência de um operário, podendo mantê-lo mais ou menos distante do que hoje chamamos de linha da pobreza.²⁷⁶ Acreditamos que esta observação é pertinente para evitar generalizações que dificultem a compreensão da historicidade da pobreza.

Considerações finais

Escrever sobre urbanização e pobreza no Brasil, dentro de um marco cronológico que abrange a transição do século XIX para o XX foi um trabalho difícil. Uma parte da dificuldade procede da ausência de um consenso sobre o que se define por pobreza. Outra parte procede da necessidade de pensarmos a urbanização brasileira como um conjunto de experiências heterogêneas com variações regionais no ritmo e na intensidade. No plano espacial, a distinção entre perímetro urbano e área rural, assim como a intencionalidade de controle da cidade existente nas ações do poder público, também dificultam uma abordagem histórica do fenômeno urbano.

Dentro do que propomos desenvolver, constatamos que existem dois eixos em torno dos quais os historiadores produzem olhares e narrativas sobre as relações entre urbanização e pobreza: o primeiro diz respeito aos dispositivos de controle do espaço urbano acionados pelo poder público e aos interesses envolvidos nas iniciativas de modernização urbana promovidas pelas elites brasileiras; o segundo eixo diz respeito à presença dos pobres nos diferentes espaços da cidade e ao papel que exerciam na economia urbana. No conjunto, os dois eixos apontam para a existência de uma constante discrepância entre a realidade urbana desejada pelas elites e a realidade urbana na qual viviam os pobres.

Estamos cientes de que as cidades de Campinas, Franca, Taubaté, Rio Claro, São Paulo e Rio de Janeiro, não podem ser consideradas iguais, na medida em que possuíam diferenças

²⁷⁶ Para uma definição conceitual sobre a linha de pobreza, recomenda-se o estudo da obra de Sonia Rocha, intitulada *Pobreza no Brasil*. Afinal, de que se trata? (ROCHA, 2006). A autora apresenta um breve histórico sobre o conceito e explica os diferentes critérios que podem ser aplicados na definição da linha de pobreza e discute as mudanças ocorridas na composição e distribuição da pobreza no Brasil da República Nova.

demográficas, topográficas, hidrográficas e econômicas. No entanto, em todas estas cidades, urbanização e pobreza foram dois elementos interligados. A urbanização era incentivada pelo poder público e, frequentemente, era interpretada pelas elites como consequência de prosperidade econômica e eficiência política. A pobreza, por sua vez, era indesejada, criticada, combatida e afastada para as periferias. Mas a linha divisória entre o centro e a periferia era frágil e dinâmica. O centro da cidade era espaço vigiado pela polícia, concentrava grandes investimentos públicos e era valorizado pelo mercado imobiliário, mas não era um espaço plenamente controlado pelas elites. Nas ruas e praças do centro, circulavam brasileiros e imigrantes de distintas condições sociais e com interesses e condutas diferentes dos que eram compartilhados pelas elites urbanas. A periferia, por sua vez, estava inserida na economia urbana e através da mobilidade dos seus moradores – fossem estes chamados de pobres, biscateiros ou proletários – influenciava no cotidiano da área central.

A existência de vínculos entre o centro e a periferia é um aspecto que ainda demanda atenção dos historiadores. Neste sentido, importa reconhecermos que estes vínculos mudam com o tempo e com a dinâmica econômica de cada cidade. A pobreza não é uma condição permanente e a sua percepção não é imutável.

Outro aspecto que constatamos neste exercício de prospecção bibliográfica é a existência de subgrupos dentro dos setores sociais envolvidos pela pobreza. Nos múltiplos olhares que a sociedade produziu sobre os pobres, foi possível perceber uma preocupação diferenciada com a situação dos órfãos, das crianças de rua, dos “inválidos” e “incapacitados” para o trabalho. Estes subgrupos, apesar de estarem sob constante vigilância, estavam mais protegidos da repressão imposta pelo aparato policial contra os vadios, e, eventualmente, recebiam algum tipo de auxílio para suportarem a sua pobreza – uma pobreza que marcou a sua presença em todas as cidades brasileiras na transição do século XIX para o XX.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical – a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio

- de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- BODSTEIN, Regina Cele de A. Práticas sanitárias e classes populares no Rio de Janeiro. *Revista do Rio de Janeiro*, Vol. 1, n. 4, dezembro de 1986, p. 33-45.
- BRASIL. *Mensagens Presidenciais (1890-1930)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.
- BRESCIANI, Maria Stella. Sanitarismo e configuração do espaço urbano. In: CORDEIRO, Simone Lucena (Org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)*. São Paulo: Arquivo Público de São Paulo, 2010, p. 15-39.
- CAMPOS, Cristina de; OLIVEIRA, Eduardo Romero de; GITAHY, Maria L. Caira. (Orgs.). *Território e cidades. Projetos e Representações, 1870-1970*. São Paulo: Alameda, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CERASOLI, Josianne Francia. *Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. Tese de História. Campinas, SP: UNICAMP, 2004. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280690>> Acessado em 08 de jan. 2018.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. 3 ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2012.
- FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: UNESP, 2004.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3 ed. São Paulo: Kairós, 1983.
- HAHNER, June E. *Pobreza e Política. Os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Trad. Cecy Ramires Maduro. Brasília: Editora UNB, 1993.
- JACINO, Ramatis. *O branqueamento do trabalho*. São Paulo: Nefertiti Editora, 2008.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos. Contribuição à História da Pobreza no Brasil (1850-1930)*. São Paulo: EDUSP/Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*. São Paulo: EDUSP/Campinas: Editora Unicamp, 2008.

MARTINS JÚNIOR, Carlos; NETO, Antônio Firmino de Oliveira. Representações do “caos urbano” e o sentido das reformas nas metrópoles brasileiras da Belle Époque. *História e Perspectivas*, (55): 313-340, jul./dez. 2016.

MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: UNICAMP, 1998.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 1994.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, Cristiane. *A Construção Social do Vadio e o Crime de Vadiagem (1886-1906)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp057253.pdf>> Acessado em 05 dez. 2017.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Os cortiços do distrito de Santa Ifigênia. In: CORDEIRO, Simone Lucena (Org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarianismo e urbanização (1893)*. São Paulo: Arquivo Público de São Paulo, 2010, p. 39-79.

ROCHA, Osvaldo Porto. *A era das demolições*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil*. Afinal, de que se trata? 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Carlos J. Ferreira dos. *Nem tudo era italiano*. São Paulo e pobreza (1890-1915). 3 ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Rio Claro*. Uma cidade em transformação. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Domando as águas*. Salubridade e Ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875 – 1930. São Paulo: Alameda, 2011.

SANTOS, Milton. *A pobreza urbana*. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan-jun. 2004, pp. 138-169.

SOLIS, Sidney Sérgio F.; RIBEIRO, Marcus Vinicius T. O Rio onde o sol não brilha: acumulação e pobreza na transição para o capitalismo. *Revista Rio de Janeiro*, Vol. 1, n. 1, set/dez. 1985, p. 45-60.

SOTO, María Cristina Martínez. *Pobreza e conflito*. Taubaté, 1860-1935. São Paulo: Annablume, 2000.

DESASTRES E POBREZA: UMA HISTÓRIA SOCIAL DA ENCHENTE DE 1974 EM SANTA CATARINA

Alfredo Ricardo Silva Lopes

Introdução

Desde que se têm registros, o sul do Estado de Santa Catarina vem sendo alvo de intempéries climáticas. A partir de meados do século XX estes eventos passaram a ser definidos oficialmente como desastres. O presente trabalho discute, com base em periódicos e imagens, a eclosão dos desastres e as estratégias de mulheres, homens, crianças e idosos para sua sobrevivência.

No começo de 1974 a força das chuvas se concentrou basicamente no sul de Santa Catarina. Da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão, que dá nome a cidade, até a divisa com o Rio Grande do Sul na Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba uma série de enchentes bruscas e deslizamentos transformou a dinâmica das relações dos seres humanos entre si e com o ambiente.

Este trabalho possui dois objetivos complementares. O primeiro se baseia na necessidade de historicizar os desastres mais significativos ocorridos no sul catarinense relacionando-os às dinâmicas do ambiente, e o segundo caminha na direção de compreender como os periódicos retratavam os indivíduos afetados e as ações governamentais. A escolha desse modelo de análise tem por base as ponderações de Greg Bankoff em *Comparing vulnerabilities: toward charting an historical trajectory of disasters*. O historiador ambiental inglês discute que os desastres têm duas trajetórias históricas, uma natural que envolve os riscos físicos; outra social que é largamente determinada pela cultura (BANKOFF, 2007). Em seu trabalho, afirma que essas duas faces dos desastres devem ser relacionadas para se mensurar como diversas sociedades se relacionam ao ambiente em que estão inseridas, pois os desastres não

devem ser vistos apenas como eventos destrutivos, mas, também, transformativos (BANKOFF, 2007, p. 109).

Na memória coletiva local a enchente e os deslizamentos de 1974 tem lugar de destaque, apesar da concorrência com outros eventos também disruptivos. A amplitude do desastre explica seu lugar na memória local, pois o alcance das águas manteve-se sobre todo o sul do Estado. A enchente e deslizamento de 1995 ocorreram apenas nas encostas da Serra Geral no extremo sul; e, finalmente, o Furacão Catarina, primeiro fenômeno dessa natureza do Atlântico Sul, que em 2004 chegou ao extremo sul da costa catarinense. Cabe ressaltar que as nacionalmente conhecidas enchentes de 1983 e 1984 não produziram grandes estragos no sul de Santa Catarina.

A trajetória da cidade de Tubarão ao longo dos meses de calamidade que seguiram o desastre tem foco nesta narrativa pela sua representatividade. O esforço governamental durante o período da Ditadura Civil-Militar, a preocupação com o funcionamento da Usina Termoelétrica, a ação do Exército para manter a ordem e, especialmente, o trato com os afetados são elementos que exemplificam a necessidade da reconstrução da estrutura e da ordem social para que, na opinião das classes dirigentes a cidade não deixe de existir.

Desastre para quem?

A definição de desastre nas Ciências Naturais perpassou uma caminhada antropocêntrica, pois só era evidenciado o desastre no momento em que fenômenos naturais severos incidiam sobre os locais onde os seres humanos viviam, resultando em danos (materiais e humanos) e prejuízos (socioeconômicos) (KOBAYAMA *et al*, 2006). Com o crescente debate no meio científico e uma percepção menos antropocêntrica dos eventos extremos, Castro *et al*. definiram desastre como o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais, e prejuízos de diversas naturezas (CASTRO *et al*, 2005).

O trabalho de Ted Steinberg, *Acts of God: The Unnatural History of Natural Disaster in America* (2006), analisa a relação dos Estados Unidos da América com eventos adversos de meados do

século XVIII até o tempo presente. O historiador explica que se vale de uma perspectiva materialista, para inicialmente explorar a natureza da contingência histórica dos desastres e a cumplicidade humana. Por outro lado, também se preocupa em examinar as tentativas em restaurar a ordem depois do desastre e percebe as justificativas para preservar um particular conjunto de relações sociais. Por fim, examina as tentativas de racionalização desses eventos como algo para além do controle humano. O historiador estadunidense justifica sua escolha metodológica elencando três eixos de análise que considera seminais para o entendimento dos desastres e das percepções produzidas pelos sujeitos históricos: primeiro utiliza a história ambiental para compreender a interação entre seres humanos e natureza; consecutivamente se vale da história social para examinar as relações de poder entre os indivíduos; por fim, a história cultural oferece subsídios para compreender de significados e interpretações desses eventos.

Sedrez e Maia, ao analisarem as enchentes de 1966 e 1967 na cidade do Rio de Janeiro, oferecem uma série de contribuições para discussões sobre os desastres dentro da história. As historiadoras explicam que todo desastre requer algum tipo de resposta, “longe de serem simples desdobramentos das funções do Estado, as políticas públicas refletem tensões sociais específicas, que ocupam um cenário específico – em momentos específicos” (MAIA; SEDREZ, 2011, 186).

As sociedades, particularmente após um desastre, reclamam de seus líderes e de seus governos uma explicação para o passado, e uma promessa para o futuro. Ambas as respostas podem estar além do que esses líderes querem ou podem oferecer. As explicações científicas para o desastre populacional na América hispânica do século XVI são diferentes das explicações para o desastre de Fukushima (MAIA; SEDREZ, 2011, 196).

Sedrez e Maia também olham para a história social ao salientar as políticas de classe que emergem nas múltiplas narrativas dos desastres. “Nessa perspectiva, a construção da memória dos desastres, como são lembrados, e a geração das imagens representativas são fundamentais para a definição de políticas públicas” (MAIA; SEDREZ, 2011, 200).

Segundo o antropólogo estadunidense Anthony Oliver-Smith, os

desastres têm sido fortemente estudados pelas ciências sociais nas últimas sete décadas. Durante este período, múltiplos conceitos e focos emergiram de variadas origens, cada um contribuindo de formas diferentes para o desenvolvimento dos estudos, entretanto existe pouco consenso na definição de desastre. Em alguns casos, a falta de consenso tem causado sérias preocupações levando em consideração a integridade do campo de pesquisa. Nessa perspectiva o autor enseja uma conceitualização do desastre e discute o desenvolvimento de uma política ecológica do desastre (OLIVER-SMITH, 1999).

Alguns elementos são centrais para categorização e compreensão dos desastres. No tocante à variabilidade externa referem-se a uma larga gama de “objetos”, fenômenos tidos como naturais e tecnológicos que geram ou desencadeiam tipos diferentes de impactos físicos. Enquadram-se nesse grupo, desde desastres com impactos imediatos, como tornados, a desastres de contato prolongado como exposição a toxinas.

Um dos pontos centrais para a conceituação do desastre está em perceber sua variabilidade e complexidade. Oliver-Smith enfatiza que a variabilidade refere-se à imensa gama de fenômenos de caráter natural e tecnológico que geram “gatilhos” de desastres e produzem diferentes tipos de impactos físicos (OLIVER-SMITH, 1999, p. 20). Por si só a variabilidade das ocorrências de desastres já desafia o potencial analítico dos pesquisadores que procuram estabelecer características comuns para o vasto conjunto de eventos. A complexidade também está no centro da análise, em função dos desastres serem um ponto de intersecção de diversos processos e eventos de natureza social, ambiental, cultural, política, econômica, física e tecnológica. Nesta perspectiva, “os desastres são eventos totalizantes” (OLIVER-SMITH, 1999, p. 20), pois neles se desenrolam todas as dimensões da formação da estrutura social. Não se pode esquecer que, a complexidade também está envolvida numa multiplicidade de perspectivas que variam de acordo com os indivíduos e grupos impactados ou participantes dos eventos ou processos. Nesse ponto, enfatiza o antropólogo, é que o estudo dos desastres apesar de analisar eventos específicos no tempo e no espaço, deve empreender uma abordagem processual que inclua o acontecimento desastre e as formas de lidar com ele dentro do seu contexto.

Desastres normalmente são rotulados como eventos não rotineiros, desestabilizantes, causadores de incerteza, desordem e

colapso sociocultural. Nessa lógica, são percebidos como acontecimentos que produzem a disrupção da rotina vivida e dos sistemas de compreensão (OLIVER-SMITH, 1999, p. 23). Contudo, deve-se partir do pressuposto que alguns grupos, mas poucos, estão cientes em habitar áreas denominadas “de risco”, isso não quer dizer que houve uma escolha pela área. Muito pelo contrário, não raro, o estabelecimento em áreas de risco é fruto da segregação espacial, ou seja, a tácita aceitação da “normalidade” pode produzir a ideia de disrupção, mas quando visualizada numa escala temporal distante do acontecimento, põe por terra a ideia de segurança e ordem.

O historiador ambiental inglês Greg Bankoff, em *Comparing vulnerabilities: toward charting an historical trajectory of disasters*, defende que é necessário se esquivar da comparação simplista entre vulnerabilidade e pobreza, pois a vulnerabilidade é determinada por uma combinação de fatores que inclui classe, gênero, idade, etnicidade, entre outros (BANKOFF, 2007, p.104). Contudo, por mais que diversos fatores contribuam para estruturação da vulnerabilidade, no sul de Santa Catarina a pobreza é o maior deles. Anthony Oliver-Smith entende vulnerabilidade como

[...] as características da pessoa ou do grupo em termos de sua capacidade de antecipar, lidar, resistir e se recuperar de um impacto de um perigo natural. Isto envolve uma combinação de fatores que determinam o grau no qual a vida de alguém e o sustento é posto em risco por um discreto ou identificado evento na natureza ou na sociedade (OLIVER-SMITH, 1999, p. 7).

Nesse sentido, a vulnerabilidade tende a expressar a multidimensionalidade dos desastres, que focaliza a atenção na totalidade das relações entre os seres humanos e o ambiente, o que, ainda segundo Oliver-Smith, deixa implícita a característica fundamental da causalidade na construção dos desastres (OLIVER-SMITH, 1999, p. 9). Ao dar atenção aos processos que corroboram para a potencialização dos desastres usando a noção de vulnerabilidade, também permite compreender não apenas as condições de perigo do momento presente, mas, ainda, elencar como foi se produzindo ou aceitando socialmente os níveis de exposição ao risco ao longo do tempo.

O Prenúncio

Para além do caráter de acontecimento único, provocado pela fúria da natureza, a dissertação de Rafael Marques insere a enchente dentro do ciclo da Fase Fria da Oscilação Decadal do Pacífico, que foi de 1946 até 1974, nesse momento se iniciava a Fase Quente, mantida até 1998 (MARQUES, 2010). Nesta conjuntura, a Temperatura da Superfície do Mar (TSM) do Oceano Pacífico tende a ficar de fria para quente, o que produz transformações climáticas até mesmo no Nordeste Brasileiro (SILVA; GALVINCIO, 2011). Marques também explica, analisando a região de Tubarão, que os elevados totais pluviométricos registrados entre os dias 21 e 26 de março saturaram o solo, o que diminuiu drasticamente a capacidade de absorção e infiltração da água da chuva. Outro fator também considerado é a área onde a cidade de Tubarão está instalada, uma baixada aluvial, local alagadiço para onde convergem as águas que escorrem da Serra Geral (MARQUES, 2010, p. 21).

Sobre a materialidade das fontes encontradas nesta parte da pesquisa, é prudente salientar as diferenças do material encontrado em cada cidade. Com base nas considerações de E. P. Thompson no artigo *Folclore, Antropologia e História Social* (2001), a produção do folclore, bem como suas reelaborações, são frutos de um determinado acontecimento de uma conjuntura sociocultural. A mesma premissa materialista é utilizada nesse trabalho, pois, na cidade de Tubarão, em virtude da grande destruição uma quantidade significativa de fontes foi encontrada, desde várias pastas separadas no Arquivo Municipal de Tubarão tratando apenas da enchente de 1974, até um conjunto de fotografias e obras de arte expostas continuamente na Biblioteca Municipal.

O contexto político explica muito sobre o posicionamento dos periódicos locais neste momento de Ditadura Civil-Militar (1964-1985) no Brasil, a região sul de Santa Catarina havia alcançado algum destaque em nível nacional. Na necessidade de crescimento econômico, *slogan* do governo civil-militar que procurava de diversas formas de conter a ameaça comunista; o “milagre brasileiro” de 1969 até 1973 combinava um extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação (FAUSTO, 2003, p. 485). O “milagre”, que buscava fazer o bolo crescer para

depois ser dividido, na conjuntura de 1974 ainda era uma promessa passível de ser concretizada. O “milagre” multiplicou, mas não dividiu, o impacto da crescente concentração de renda foi absorvido pela expansão das oportunidades de emprego, “[...] em outras palavras ganhava-se menos, mas a redução era compensada pelo acesso ao trabalho de um maior número de membros de uma determinada família” (FAUSTO, 2003, p. 485). O imperativo do crescimento fazia da região carbonífera um dos pontos de sustentação do ideário do Regime Militar no Estado de Santa Catarina.

“São as águas de março fechando o verão”²⁷⁷

O jornalista e escritor Cesar do Canto Machado (2005), explica que aquela tinha tudo para ser uma enchente como todas as outras, “nada mais que um passageiro desconforto, pois a ocorrência de semelhante cataclismo na ‘Cidade Azul’, afigurava-se, até ali, como pouco provável” (MACHADO, 2005, p. 20). Um ponto importante lembrado por Marques era a paulatina saturação da infiltração e absorção da água pelo solo em função da constante chuva que havia se estabelecido desde o dia 22 de março, uma sexta-feira. Foi na noite de 24 de março, uma noite de domingo, quando os moradores da cidade, despreocupados com as condições do rio e da chuva que pareciam ter perdido força e volume, estavam se preparando para dormir, a água que vinha dos morros recebeu uma descarga significativa da chuva que caía ao “pé da serra”. Conforme diversas fontes, em questão de uma hora nas localidades próximas aos rios Rocinha e Bonito, formadores do rio Tubarão, a água chegava já ao teto das casas.

Ao tratar da história da cidade de Tubarão o professor e historiador Amádio Vettoretti, destaca que as enchentes são marca presente na história do município, entretanto em 1974 os moradores da cidade haviam perdido a memória das grandes enchentes, habituando-se apenas às rotineiras que castigavam mais a zona rural (VETTORETTI, 1992). O autor, que demonstra ter um bom conhecimento sobre as dinâmicas do solo e atmosféricas, esclarece que já no dia 22 algumas partes da cidade eram atingidas pelo

²⁷⁷ Trecho da música “Águas de Março” de autoria de Tom Jobim.

movimento das águas, a vila Presidente Médici foi a primeira, no sábado a população dos bairros mais baixos começa a se dirigir para cotas mais elevadas, “quando a cidade entrou em estado de alerta sem pânico” (VETTORETTI, 1992, p. 228).

No final da tarde de sábado, segundo Vettoretti, todos habitantes da cidade de Tubarão que residiam nas partes baixas já haviam se deslocado para lugares mais altos, alguns “teimosos” haviam ficado e outros, que ainda não haviam sido atingidos, levaram a enchente na brincadeira, relacionada ao “extraordinário consumo de bebidas alcoólicas com a justificativa de alguns que ‘era para não pegar resfriado’” (VETTORETTI, 1992, p. 229). Durante a noite de sábado para domingo, apesar dos serviços de água, telefones e energia elétrica estarem funcionando normalmente, a enchente foi galgando lugares que até então não eram de costume. No amanhecer do dia 24 o prefeito decretou estado de calamidade pública; o poder público e a população se mobilizam inteiramente para lidar com a enchente que ainda parecia ser como qualquer outra.

À medida que o nível das águas baixava na tarde de domingo, diversas pessoas começaram a voltar para suas casas. Por mais que o sentimento de irmandade daqueles acometidos pelo sofrimento seja defendido por diversos autores, houve relatos da necessidade do Exército na rua para conter os saques e roubos. A preocupação com as posses parece ser um motivo razoável para que os indivíduos quando percebessem a primeira diminuição das águas se dirigissem às residências.

Na noite de domingo para segunda-feira o drama da impotência alcançava tanto as casas para onde as pessoas haviam retornado, quanto aquelas casas onde até então “nenhuma” água havia chegado.

Muitos dormiam e acordaram com o pé na água. Não tinham mais saída. Houve fugas desesperadas. A solução era subir ao forro da casa e depois ao telhado. Alguns na tentativa de se salvar, morreram, e outros foram levados junto com suas casas. Noite dramática. Às nove horas, apagaram-se as luzes, os telefones já estavam mudos. A cidade ficou sem comunicação, isolada. Cessaram os grupos de socorros (VETTORETTI, 1992, p. 231).

Exatamente nesse momento a narrativa dos autores (FONTANA, 1998) que trataram da enchente de 1974 passa a ter aspectos em comum. As estruturas narrativas se transformam drasticamente, antes compassadas e lineares, neste momento perdem a métrica cronológica, ao que parece a ânsia em oferecer a compreensão da magnitude do evento fez com que os indivíduos buscassem predicados situados nos limites da compreensão humana sobre a realidade, como cataclismo, apocalipse, catástrofe, odisseia. A diversidade dos elementos elencados se deve, em grande medida, à falta de parâmetros para comparar e explicar aquilo que parecia inexplicável, a quantidade de água, sua força e a consequência de sua passagem pelo sul de Santa Catarina.

No município de Treze de Maio, emancipado de Tubarão em 1961, a ação das águas foi diferente. Um dos principais fatores está na altitude, pois o município está a 190 metros do nível do mar, diferente de Tubarão que tem uma altitude média de nove metros do nível do mar. Em seu livro de memórias, Fontana enfoca sua descrição do momento da eclosão da enchente no volume de chuva, diferente dos autores que tratam da cidade de Tubarão que voltam seus olhos para os rios. A “tromba d’água” que ocorreu às 17 horas fez com que os agricultores abandonassem suas criações, passando a cuidar apenas das famílias e das pessoas que por falta de mobilidade se aglutinavam nos pontos mais altos, onde normalmente eram fixadas as casas dos agricultores (FONTANA, 1998, p. 288). Fontana não relata a água entrando em sua casa, ilustra que a água passava em frente à sua residência, por isso algumas pessoas conseguiram até dormir naquela noite. Depois do café da manhã, queria ver os estragos, mas às sete horas de segunda-feira outra “tromba d’água” caiu sobre a região, foi nesse momento que afirmou ver ao longe “os morros descendo” (FONTANA, 1998, p. 290). Ocorre uma série de deslizamentos nas encostas da Serra Geral, mas dois oficialmente causaram mortes, no Morro do Caruru (interior de Tubarão) e na comunidade de São Gabriel (interior de Treze de Maio).

Quando as águas se acalmam

Nos escritos de Machado, em seu livro sobre a enchente de 1974, a madrugada do dia 25 parecia não ter fim. A escuridão, a falta de orientação, a impotência marcam a narrativa. Entretanto quando

começa a descrição da manhã do dia seguinte, com a clareza que passava por dentro as nuvens, outros sentimentos tomam de assalto o jornalista que ficara no centro da cidade. Os enigmas carregados pela escuridão desapareceram com a chegada da luz do dia, quando “o mundo parecia ter desabado e anulado a vontade de todo o grupo” (MACHADO, 2005, p. 83).

Apesar de terem sido registrados óbitos na região de Tubarão e Praia Grande e a multidão de desabrigados cobrirem todo o sul catarinense, nenhum caso se mostrou tão desolador quanto o de Tubarão. Segundo Marques, a cidade de Tubarão ficou quase completamente embaixo d’água, apenas algumas pequenas regiões com acentuada declividade, como o local onde está localizada a Igreja Matriz, ficaram incólumes.

A sensibilização pelas características do acontecimento também é uma estratégia comum nos mais diversos escritos sobre a enchente de 1974. Os autores demonstram sentir a necessidade de oferecer ao leitor um lugar ao lado do banco de desabrigados, tal estratégia também é adotada pelos periódicos que em níveis nacional, estadual e local, buscam aumentar seu número de leitores e oferecer uma palavra final sobre os fatos.

Naquele cenário a produção e circulação de informação possuíam dinâmicas específicas. Às rádios cabia a tarefa de propagar a informação de forma mais rápida, seja quando um morador da zona rural que naquele final de semana que estava na cidade buscava o meio de comunicação para tranquilizar a família, ou quando o prefeito municipal em discurso emocionado pedia para as pessoas não perderem a esperança (VETTORETTI, 1992, p. 227).

Durante o desastre a 3ª Companhia de Infantaria sediada em Tubarão teve diversas funções, sendo uma delas coordenar os esforços das buscas desde o dia 22 de março quando as águas chegaram às cotas mais altas, pois os caminhões do Exército eram os poucos veículos que conseguiam passar pelos pontos que a água inicialmente dominava. Já no dia 22, o major Varella reclamava que a rádio Tubá estaria sendo sensacionalista, transmitindo pânico à população (VETTORETTI, 1992, p. 229). No dia 23 a rádio foi impedida de dar notícias e ser usada por cidadãos para dar alerta, durante todo o dia até parar de funcionar na noite de 24 de março às 19 horas quando seus transmissores foram alagados. Até então a

Rádio Tubá transmitira apenas música clássica.

Logo após ter registrado este acontecimento em seu livro, Vettoretti explica que na tarde de sábado, dia anterior a grande enchente, chegou de Lauro Müller, cidade a oeste de Tubarão e próxima das encostas da Serra Geral, um telegrama dizendo

[...] que sáísse gritando na rua, para avisar aos que estivessem nas partes mais baixas, que abandonassem suas casas imediatamente, porque um volume de água violento, arrastando troncos, animais, casas e outros entulhos e que provocava rugido pavoroso, chegaria a Tubarão. Ela [a telegrafista] se dirigiu ao quartel e comunicou o comandante. Este, sem muitas delongas, proibiu-a de fazer qualquer apelo, porque iria apavorar a população (VETTORETTI, 1992, p. 229).

No final do parágrafo de Vettoretti há um asterisco que remete ao rodapé da página, onde explica que chegou a essa informação pelo depoimento da filha da telegrafista ao genro. Esta é uma das poucas exceções metodológicas contidas na obra, pois o historiador em nenhum outro momento se utiliza de depoimentos para balizar sua escrita. Isso se deve em boa parte à necessidade do autor de legitimar as ações do Exército durante o desastre.

Para compreender tanto a magnitude do momento pós-desastre, quanto as mais diferentes estratégias dos indivíduos para sobreviver ao momento de crise, os periódicos oferecem subsídios interessantes, em razão de sua função nesse evento de sensibilização e mobilização da sociedade. Os fragmentos noticiosos foram separados majoritariamente em três categorias, definidas com base na sua circulação, pois o alcance e a definição do público alvo se relacionam diretamente com o tipo de pronunciamento gerado por cada periódico. Desta forma, como enfatiza Tânia Regina de Luca ao oferecer considerações sobre o uso de fontes impressas, a materialidade da fonte vai além das especificações técnicas, nas quais cada artefato está incluído, existe um local social de onde os pronunciamentos partem que explica muito sobre o que é escrito (LUCA, 2006).

A primeira matéria encontrada sobre a enchente que circulou em nível nacional estava no Jornal do Brasil²⁷⁸ de 28 de março de

²⁷⁸ Periódico selecionado em virtude de, em 1974 e 1983, possuir correspondentes em Santa Catarina, diferente dos periódicos O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo.

1974, quinta-feira, quatro dias depois do desastre. De forma simplória, a manchete faz referência à cheia que atingiu nove estados, com 50 mil flagelados, “a maioria das vítimas fatais está entre Tubarão (SC) e Torres (RS)”.²⁷⁹ A notícia divide espaço com a iniciativa do presidente Geisel de limitar a elevação de preços de serviços em 15%, aproximadamente um sexto da capa foi “dado” à medida do presidente.

A página 16 do referido periódico é inteiramente destinada a tratar das enchentes no país. Salta aos olhos a fotografia de veículos vistos do alto andando numa estrada alagada, as pequenas ondas brancas feitas por eles oferecem contraste ao fundo escuro, pois todas as fotos do jornal são em preto e branco, onde a água está por todo o lado. A legenda localiza o leitor, “trechos inundados na BR-101, na altura de Araranguá, S. Catarina, dificultam o tráfego”.²⁸⁰ Logo abaixo, não menos chocante, está uma foto da enchente na cidade de Sobral no interior do Ceará, na cena urbana congelada pela foto pessoas transitam a pé pela cidade onde a água chega ao limite dos joelhos, uma noção de perspectiva é utilizada para enquadrar uma rua que se estica tomada pela água até o horizonte. Em ambos os casos a narrativa inscrita na mídia é a sensibilização pela magnitude do evento e os empecilhos que o desastre oferece à mobilidade.

Na página referida o sul do Brasil está em destaque, antes do Ceará e Goiás, a escolha editorial deve ter ocorrido em função do número de mortes e desabrigados. Muito comum encontrar nos periódicos as matérias mais interessante à linha editorial na parte superior à esquerda, justamente onde o observador pousa seus olhos, seguindo a dinâmica comum da leitura. O primeiro parágrafo explica o ocorrido, o segundo já oferece elementos para suplantam o caos instaurado no município antes de qualquer outra informação, nessa parte o Exército assume o total controle da situação e decreta toque de recolher, outras forças militares como a Força Aérea Brasileira (FAB), Polícia Militar e Civil e Corpo de Bombeiros integram o conjunto. Posteriormente, três tópicos são trazidos para explicar melhor a situação: “medidas”, “destruição” e “em Torres”.

²⁷⁹ Cheia em 9 estados já faz 50 mil flagelados. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 mar. 1974, ano 88, n. 350, p. 1.

²⁸⁰ Idem, p. 16.

No primeiro é descrito o rigor e imparcialidade com que as forças de recuperação trabalham na cidade, também surge o êxodo dos flagelados que segundo o jornal começam a buscar auxílio nas cidades mais próximas, estima-se que eram aproximadamente 10 mil pessoas. No tocante à “destruição”, segundo tópico, o correspondente do jornal em Florianópolis explica que 20% da cidade foi destruída, e que o trabalho de recuperação já havia começado, mesmo que de forma precária pela falta de material. O Governo Federal, através do Ministro das Minas e Energia Shigeaki Ueki, comprometia-se no pronto atendimento às obras de recuperação. No terceiro item, o correspondente da sucursal de Porto Alegre fazia a relação das perdas na agricultura e desabrigados que poderia chegar a 1.500 pessoas, o número de mortos depois de quatro dias era de 23. Na cidade de Osório, distante 86 quilômetros de Torres, o vento sul ainda soprava e levava água até as zonas agrícolas.²⁸¹

As notícias que se seguiram nos dias posteriores à enchente buscavam ainda oferecer a compreensão da magnitude do evento ao público nacional. Com relação ao número de mortes, no primeiro momento, quando os cálculos ainda não haviam sido oficializados, diversos dados eram noticiados, em âmbito estadual o número cogitado ficava entre 200 e 2000²⁸² em função da vultosa destruição, já a estimativa do JB era de 500 óbitos.²⁸³ A cifra oficial ficou aquém daquele imaginado, segundo Machado, o número divulgado pela Comissão Municipal de Defesa Civil de Tubarão entre desaparecidos e mortos é de aproximadamente 300 pessoas, entretanto como o mesmo autor ainda afirma, “jamais se conhecerão com certeza inteira esses amargos números” (MACHADO, 2005, p.145). Na matéria também surge a menção sobre o prejuízo calculado de Cr\$ 1 bilhão, que transformado em Reais com base nos reajustes da inflação seria equivalente a R\$ 2.790.664.750,00.

Um assunto recorrente nos periódicos em diversos momentos era a importância do Carvão. Dos quatro ministros que passaram pela

²⁸¹ Ibidem.

²⁸² As águas se foram, Tubarão se recupera e todos são iguais. **Jornal de Santa Catarina**, Florianópolis, 5 abr. 1974, ano III, Caderno 1 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão.

²⁸³ Tubarão começa a sepultar as vítimas da enchente. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 mar. 1974, ano 88, n. 351, p. 5.

região – Euclides Quandt de Oliveira, Ministro das Comunicações; Shigeaki Ueki, Ministro das Minas e Energia; Paulo Machado, Ministro da Saúde; Alysson Paulinelli, Ministro da Agricultura²⁸⁴ – o primeiro a chegar foi o das Minas e Energia e este também foi o tema que fez a enchente continuar na vitrine nacional após o número de mortos, desabrigados e as fotos da enchente se tornarem “notícia velha”. A preocupação com as motivações que levam à decisão de dar publicidade a uma notícia são, para Luca, diretamente imbricadas ao contexto social da produção da matéria (LUCA, 2006, p. 140). A preocupação contínua com a indústria carbonífera²⁸⁵ está no cerne de um projeto de desenvolvimento do país, e para que o “Milagre Econômico” iniciado em 1969 continue multiplicando é necessária muita energia. Certamente as manchetes publicadas no Rio de Janeiro, durante a Ditadura Civil-Militar, não tinham como função sensibilizar o Governo Federal das necessidades do Sul Catarinense.

Contudo, pensar na “simples” função da informação também seria cair em um maniqueísmo arbitrário, entretanto no nível macro um dos pontos que estava em jogo era a capacidade do governo civil-militar lidar com os problemas da nação, quaisquer que fossem, sem colocar em jogo a legitimidade e capacidade do poder instituído. O que pode ser averiguado pela estrutura das notícias produzidas pelo JB, quando, como elencado anteriormente, logo após a descrição do desastre, seguiam prontamente as medidas do Governo Federal.

A análise das matérias oferecidas nos periódicos de circulação estadual deve começar com o debate que certamente teve maior repercussão em Santa Catarina, depois da enchente ainda existia a cidade de Tubarão? Essa é uma pergunta que foi respondida de várias formas, algumas explícitas, outras implícitas. Nesse contexto a primeira matéria anexada no Caderno 01 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão tem o título: Tubarão renascerá de suas próprias ruínas. Apesar de não ter data, a notícia deve ser dos

²⁸⁴ Santa Catarina recebe visita de 3 ministros. **Jornal do Brasil**, 31 mar. 1974, ano 88, n. 353, p. 30.

²⁸⁵ Obstrução de ferrovia ameaça siderúrgica no Sul. **Jornal do Brasil**, 2 abr. 1974, ano 88, n. 357, p. 7. Rangel garante apoio federal para Santa Catarina. **Jornal do Brasil**, 6 abr. 1974, ano 88, n. 361, p. 13. Governo recupera a zona do carvão em Santa Catarina. **Jornal do Brasil**, 8 abr. 1974, ano 88, n. 363, p. 4. Governo Geisel exhibe face dinâmica no 1º mês. **Jornal do Brasil**, 15 abr. 1974, ano 88, n. 370, p. 3.

primeiros dias de abril quando o Ministro do Interior Maurício Rangel esteve na região. O apelo à reconstrução da cidade chegou ao Ministro pelo governador que afirmou: “É preciso que volte a vida a correr no sangue da bravura do povo tubaronense”.²⁸⁶ Por mais que o sujeito visitante, o Ministro do Interior Maurício Rangel, fosse a pessoa que deveria receber o apelo do prefeito, na matéria aquele chamado à causa é o povo de Tubarão.

O motivo pelo qual o governador do Estado tenta conclamar os tubaronenses é, inicialmente, o êxodo que marcou o primeiro mês após o desastre. Na localidade de Caruru, a oeste da cidade no interior do município, onde houve um deslizamento de terra, 30 foram soterrados. Depois da enchente a localidade essencialmente agrícola estava destruída, segundo a notícia, a dor do luto ainda paralisava as pessoas.

À noite, as famílias se reúnem em um só lugar para orar pelos mortos. Foi numa dessas reuniões que surgiu a ideia entre alguns lavradores de se formar uma comissão para pleitear junto à Prefeitura de Tubarão auxílios para a recuperação das propriedades. Todavia, a iniciativa não despertou interesse na maioria, que ainda sente o efeito psicológico da tragédia.²⁸⁷

O acontecimento oferece alguns subsídios para compreensão da inércia das pessoas nas localidades onde o auxílio institucional não chegava constantemente. Segundo Marques, o deslizamento no morro de Caruru em 1974 foi obra da intensa precipitação pluviométrica somada ao desmatamento nas encostas.

O Jornal de Santa Catarina também apresenta uma descrição dos desabrigados, “todos têm uma só aparência: sujos, famintos e desabrigados”.²⁸⁸ A divisão dos esforços para reconstrução e subsistência aparece na matéria de forma implícita, aos homens é relegado o papel de fazer a limpeza da lama que ficou da passagem das águas, às mulheres coube a tarefa de procurar alimento nas zonas de

²⁸⁶ Tubarão renascerá de suas próprias ruínas. **O Estado**, 28 mar. 1974, ano 58, n. 17525, p. 9.

²⁸⁷ Populares buscam os 10 corpos dos 30 que ficaram soterrados em Caruru. **O Estado**, 2 abr. 1974, n. 17530, p. 8.

²⁸⁸ Flagelados fogem, com lembrança da tragédia. **Jornal de Santa Catarina**, 30 mar. 1974, ano III, n. 769, p. 5.

assistência. Em Tubarão, depois do primeiro momento de auxílio, o Prefeito Municipal decidiu que só receberiam alimentos e roupas as mulheres que os maridos estivessem empenhados em tirar as lamas das ruas. Apesar de não haver registros, na cidade de Araranguá pôde se perceber o mesmo.

Apesar de, como assevera o Jornal de Santa Catarina, o número de pessoas que participam da campanha de auxílio seja incalculável²⁸⁹, milhares de pessoas saíram de Tubarão buscando uma nova vida. Na capa do Jornal O Estado de 1º de abril de 1974 surge a manchete, “Prefeito teme o esvaziamento de sua cidade”²⁹⁰, já o Jornal de Santa Catarina noticiou: “Milhares já abandonaram Tubarão para sempre”.²⁹¹ Esta última notícia traz a informação de que até o dia 30 de março, 1.120 pessoas haviam chegado de Tubarão e estavam aos cuidados da Prefeitura de Florianópolis, “em Laguna e Criciúma outras centenas de retirantes se dispõem a ficar lá e seguir em frente para recomeçar a vida”.²⁹² Os primeiros retirantes do lado gaúcho também haviam chegado a Porto Alegre, muitos hospedados na casa de familiares. Milhares de flagelados também estão espalhados pelo sul catarinense, até casas de veraneio que não eram habitadas foram invadidas pelos retirantes, os que ficaram em Tubarão dependem inteiramente dos donativos.²⁹³ Êxodo, solidariedade e reconstrução foram palavras que circularam juntas na primeira semana depois da enchente. Os periódicos catarinenses certamente tinham um papel central na campanha de sensibilização da população não atingida para que o fluxo de donativos não cessasse.

Aqui são necessários parênteses metodológicos, que auxiliarão na leitura tanto da condição do flagelado e das suas estratégias de sobrevivência pós-desastre, quanto nas preocupações dos líderes civil-militares incumbidos de oferecer cuidados aos flagelados e zelar pela ordem. Em *Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros* (1981), o historiador britânico Edward P. Thompson, em diversos

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ Prefeito teme o esvaziamento de sua cidade. **O Estado**, 02 abr. 1974, ano 58, n. 17530, Caderno Especial.

²⁹¹ Milhares já abandonaram Tubarão para sempre. **Jornal de Santa Catarina**, 1 abr. 1974, ano III, n. 770, p. 3.

²⁹² Idem.

²⁹³ Ibidem.

momentos, atenta para a historicidade das abstrações produzidas para a compreensão da realidade. Neste contexto, perceber como os sujeitos definiam o que é o flagelado torna-se muito importante, ainda, deve-se ressaltar que o conceito também foi se transformando ao longo do processo de reconstrução da região. Por exemplo, na região rural, onde durante mais de dez dias a ajuda não chegara, as pessoas eram só chamadas de afetados pela enchente. Nos periódicos, o flagelado não era o indivíduo que recebia o flagelo, o sofrimento, mas, sim, aquele que poderia receber o auxílio vindo de todas as partes do país e organizado pelas classes dirigentes.

Neste trabalho também se levam em consideração as estratégias adotadas por esses sujeitos adjetivados de flagelados para em um primeiro momento garantir sua subsistência. Sobre o conceito de experiência humana, o historiador inglês, no seu embate com Louis Althusser, afirma:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” sua experiência com sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre a situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Célia Regina Vendramini defende que a experiência humana, vista de uma óptica thompsoniana, apresenta-se como um elemento central “[...] para pensar a organização da vida social de forma ampla, sem perder de vista a especificidade das inúmeras experiências coletivas” (VENDRAMINI, 2012, p. 144). Diversos pronunciamentos apareciam nos jornais, como, por exemplo, o do governador de Santa Catarina, incentivando os habitantes a permanecerem na cidade. As demonstrações diárias de que os governos Estaduais e Federal estavam engajados na reconstrução da cidade esbarravam nos problemas sociais criados ou potencializados pela enchente, como no caso dos bairros mais atingidos serem os “populares”.

Na cidade constantemente invadida pelas águas, o resultado da

segregação espacial, fruto da valorização imobiliária, é a desvalorização das áreas hoje denominadas como de risco. Conscientemente, ou não, essa escolha foi ocorrendo na cidade de Tubarão. O economista catalão Joan Martinez Alier discute em *O Ecologismo dos Pobres* (2007), a questão distributiva dos conflitos ecológicos, afirmando que embora seja amplificada a ideia de que os desastres ambientais, dada sua dimensão, repercutem na sociedade como um todo, tem diferentes reflexos, de acordo com as vulnerabilidades que cada grupo social possui.

Neste contexto, fica claro o lugar social de frases como “ricos e pobres são iguais na catástrofe que abateu sobre Tubarão”.²⁹⁴ Na matéria sem data que busca fazer um balanço da situação, o primeiro parágrafo é destinado ao ex-prefeito Dilney Chaves Cabral, que ao lado de sua esposa esperava pacientemente na fila de flagelados pelos gêneros alimentícios. A notícia ainda exalta o papel do Exército na distribuição de alimentos e difusão da informação.

[...] Um perfeito controle na distribuição de gêneros existe, que somente é entregue aos que foram cadastrados, mas apesar disso há pessoas de outros centros que vêm para se aproveitar da situação. Olhar cansado, trajando uma farda cujo nome de identificação não é o seu, homem de meia idade falando calmamente, às vezes demorando alguns instantes para encontrar a palavra que possa definir a situação, assim é o Major Flávio Varela, que exerce o comando militar da comunidade, instalado no grupo escolar Hercílio Luz. Ele não demonstra esconder qualquer informação, quando instado pelos jornalistas. Ele também gravou uma mensagem ao povo, que foi transmitida às 12 horas e depois disse que a fase crítica inicial de atendimento aos flagelados passou, acrescentando que a situação está “perfeitamente sob controle”, embora muitos não acreditem.²⁹⁵

A perfeita ordem construída pelo “oficial que centraliza todos os problemas de uma grande comunidade” e defendida no periódico não parece ser tão perfeita assim, a frase seguinte já contradiz essa ânsia por ordem. A notícia busca certa humanização do homem por trás do comando das ações no desastre, o Major Varela, que “não esconde

²⁹⁴ As águas se foram, tubarão se recupera e todos são iguais. **O Estado**, 31 mar. 1974, ano 58, n. 17530, p. 9.

²⁹⁵ Idem.

informações” e é o responsável pelo fim dos pronunciamentos na Rádio Tubá durante a enchente, pronunciamentos que Vetoretti deixa implícitos que poderiam ter avisado as pessoas para seguirem às cotas mais altas antes da chegada do grande volume de água.

Sobre a necessidade da afirmação e perfeito controle da situação, deve-se frisar o embate de forças entre o Executivo Municipal e o Comando das Forças Armadas no caso da dinamitação da Barra do Camacho, na desembocadura do Rio Tubarão, pois em virtude da quantidade de sedimentos carregadas pelas águas o fluxo para o mar estava muito reduzido. A notícia do Jornal de Santa Catarina começa com a fala do prefeito de Tubarão Irmoto Feuerschutte: “A vazão rápida de um metro e meio do rio Tubarão, segunda retrasada, foi uma consequência direta da dinamitação da Barra do Camacho”.²⁹⁶ O texto explica que o prefeito não assume a autoria do ato, que contrariava as ordens do Comando Geral, mas vê como positivo para recuperação do município.

O toque de recolher, como visto acima, tinha funções específicas de evitar os saques, que embora fossem negados pelos órgãos oficiais, realmente ocorreram e a segurança pública, no sentido de evitar que os flagelados atacassem aqueles que não tinham sofrido com a enchente.²⁹⁷ Na área rural, os animais que haviam se abrigado nos morros à medida que eram encontrados pelas pessoas estavam sendo abatidos.²⁹⁸

Neste ponto a utilização do conceito de vulnerabilidade oferece elementos para a compreensão do que é considerado aceitável no campo e na cidade. Na base deste conceito está a ideia de suscetibilidade a acontecimentos de caráter negativo, entretanto a vulnerabilidade é um conceito dinâmico, que deve ser referencializado, pois não é uma propriedade de indivíduos ou grupos, mas construído em uma complexa teia de relações sociais e processos (HILHORST; BANKOFF, 2008). Pensando na situação local, a “permissão” social para os indivíduos da zona rural, menos atendidos pelo auxílio governamental que os cidadãos, abaterem e

²⁹⁶ Se não dinamitassem a barragem, morreriam muitos mais. **Jornal de Santa Catarina**, 5 abr. 1974, ano III, n. 774, p. 3.

²⁹⁷ Só com toque de recolher se evita o pior. **Jornal de Santa Catarina**, 29 mar. 1974, ano III, n. 768, p. 3.

²⁹⁸ Idem.

distribuírem as reses a todos que – naquele momento de dificuldade – necessitam, parte de um parâmetro moral definido tanto pela ideia de necessidade, quanto pela noção de justiça.

O conceito de Economia Moral de Thompson pode ser esclarecedor para analisar a percepção dos sujeitos envolvidos no desastre em relação à noção de vulnerabilidade dos moradores do meio rural afetados pela enchente. Thompson ao focar os motins da fome no interior da Inglaterra do século XVIII, explica que os ataques para obtenção de alimento não ocorriam de forma espasmódica, simplesmente para suprir a fome das pessoas. Thompson esclarece que os motins eram acontecimentos gestados em um senso de justiça vinculado aos costumes do passado, pois em muitos dos casos os agitadores deixavam o pagamento pelo gênero que era levado (THOMPSON, 1998). Existe uma série de outras explicações que deveriam ser dadas sobre a Economia Moral de Thompson, entretanto esta corruptela de sua teoria já permite evidenciar que durante as situações em que a vulnerabilidade é maximizada as noções do que é justo ganham difusos contornos.

A percepção do poder público sobre os flagelados foi se transformando nos momentos pós-desastre e um caso emblemático é trazido na notícia do periódico *Jornal O Estado*, intitulada “recadastramento pode solucionar problemas que o flagelado causa”.²⁹⁹ Na reportagem, a primeira distribuição de alimentos que seguia a ordem das fichas oferecidas pela prefeitura servia para suprir uma população de 88 mil habitantes e Tubarão antes da enchente possuía aproximadamente 70 mil, ou seja, alguns flagelados pegaram mais alimentos do que deveriam. A notícia ainda fala que essas pessoas foram localizadas e os gêneros apreendidos. De um momento para outro, aquelas pessoas inertes, afetadas pelo trauma da enchente, se transformaram em um novo problema social.

Um cenário de conflito se configurou na cidade desmonetizada e semidestruída, onde a necessidade das classes dirigentes em arremeter classes populares para o trabalho de reconstrução se chocava com a apreensão daqueles que perderam tudo e viam que permanecer na cidade parecia desnecessário. O

²⁹⁹ Recadastramento pode solucionar problemas que o flagelado causa. *O Estado*, 10 abr. 1974, ano 58, n. 17538, p. 9.

geógrafo Paulo Fernando Lago assinou matéria no jornal *O Estado* explicando que a hipótese de repetição da tragédia seria remota.³⁰⁰ Em outra notícia, celebridades locais como a primeira dama e o artista plástico Willi Zumblick salientam *slogans* como: “de braços cruzados não venceremos nossa dor”, “não sejas covarde como teu irmão. Não te retires antes da luta terminar”.³⁰¹ O fragmento ainda destaca que “todos acreditam na cidade, o Governo Federal e Estadual irão ajudar. Ontem mesmo recebemos a notícia que duas empresas de São Paulo querem se instalar na cidade”³⁰², já a primeira dama, Ilona Feuerschuette, relata que a situação de Tubarão se assemelha a de uma guerra, por isso lamenta a atitude dos retirantes, principalmente das mulheres que deixaram seus maridos trabalhando na reconstrução.³⁰³ Entretanto, deve-se tomar cuidado com as adjetivações puramente materialistas para as ações das pessoas, suas paixões, laços simbólicos de família, memórias, identidades também estão definindo as iniciativas individuais e coletivas.

Para finalizar a discussão sobre o lugar social do flagelado na enchente será evidenciada uma série de pronunciamentos veiculados no vídeo-documentário gravado pela Rede Globo de Televisão 20 dias após da enchente e divulgado no programa *Globo Repórter Atualidade*. O documentário, disponível na Defesa Civil de Tubarão, foi copiado em meio digital do Arquivo da Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

A discussão sobre o recurso audiovisual como fonte parece ter trilhado um caminho muito semelhante ao da fotografia, primeiramente rejeição, posteriormente equivalência à apreensão da realidade e, depois, um balizamento nas tensões entre subjetividade e objetividade (NAPOLITANO, 2006). Em preto e branco, com 25'05” o áudio quase imperceptível retrata uma cidade desolada. O primeiro a falar é um senhor, que não é apresentado, ele sentado na sala de sua casa de paredes brancas, que logicamente não foi atingida pela enchente, explica que o nome Tubarão é uma corruptela do verdadeiro nome indígena, que significava rio do peixe. Enquanto ele

³⁰⁰ As dimensões de uma catástrofe. *O Estado*, 10 abr. 1974, ano 58, n. 17538, p. 12.

³⁰¹ Ficar é ainda melhor. *O Estado*, 10 abr. 1974, ano 58, n. 17538, p. 9.

³⁰² *Idem*.

³⁰³ *Ibidem*.

fala sobre o cataclismo, imagens feitas de um veículo em movimento focalizam as casas, em sua maioria de madeira, ainda tomadas pela lama. Novas vozes aparecem, os moradores locais vão trazendo depoimentos durante as imagens da destruição. As tragédias familiares passam a ser o foco do filme, logo no começo, uma voz feminina conta que recebe arroz, feijão, farinha, açúcar, café, macarrão, sal, trigo, farinha de milho e às vezes peixe.

Bill Nichols, pesquisador do campo de estudos cinematográficos, explica em seu livro *Introdução ao documentário*(2008) que na maneira como os documentários se dirigem ao público há muito dos discursos dos oradores da Roma e Grécia antigas, onde o gesto, a voz, a feição facial, tudo aquilo ligado à presença do orador importava. Neste caminho, a “voz” do documentário depende muito do que fazem e de como agem para compor uma narrativa que vai além das palavras (NICHOLS, 2008). Pode ser observado que em diversos momentos da filmagem o entrevistador se colocava “apenas” na posição de observador, um observador que sabia exatamente o que gostaria de olhar, e de forma participativa fazia as pessoas pensarem em diferentes respostas e dirigia as entrevistas para rumos definidos pelo roteiro.

A descrição completa da filmagem certamente propiciaria diversas discussões e tomaria muitas páginas, entretanto para o presente trabalho um ponto específico chama a atenção: a fala dos populares. Um homem de meia idade e branco, fala a frente de sua casa destruída:

Entrevistador: O senhor acredita na reconstrução de Tubarão?

Entrevistado 1: É obrigado a acreditar, Tubarão sempre foi um centro (pausa). E sempre será... né?³⁰⁴

Um homem negro é entrevistado na rua, sentado sob a sombra de uma laje e acompanhado de um grupo boquiaberto de crianças que olha para a câmera, fala sobre a cidade antes da enchente.

Entrevistador: Como era a cidade de Tubarão? Assim, de modo geral, antes da enchente?

Entrevistado 2: Olha rapaz não que eu queira dizer isso com orgulho, sabe. Eu no meu ramo de vida, trabalhava praticamente no meio

³⁰⁴ REDE GLOBO. [Filme-vídeo]. **Globo Repórter Atualidade**. Rio de Janeiro, Central 1974. Filmagem em preto e branco, convertida para meio virtual, 03'27".

deles ali na cidade, eu diariamente teria contato com eles. Existia aqui no nosso bairro, na Madre, Congonhas, Oficinas, por ai... O comerciante não daria bola em hipótese alguma para o operário, mesmo que ele tivesse um nível de vida bem elevado, mas não queria nem saber, sabe? E após a enchente vê os homens conversando com Deus e todo mundo, dando bom dia, esqueceram daquele nível deles de vida, e acho que então controlaram, e acho que então ficou todo mundo igual.³⁰⁵

A fala do homem que daria prosseguimento ao assunto é cortada, agora uma mulher marcada pelas rugas, com um olhar desconfiado, de braços cruzados e cercada de crianças fala ao microfone:

Entrevistada 3: O orgulho mesmo nunca acaba, né? É uma coisa, né, e não tem necessidade. A pessoa pode ser bem de vida, mas não precisa ter orgulho, para quê?

[Aparece] Entrevistada 4: Mas quando era para vender coisa, por causa de uns 200 cruzeiros eles não vendiam. O caso é que antes da enchente eu precisava comprar sabão e por causa de 200 cruzeiros o homem não me vendeu. E nós acostumados a comprar no armazém dele.

Entrevistada 3: É. Pois é ainda tem orgulho, né?

[A mulher começa a se retirar, o entrevistador a segue e faz outra pergunta, enquanto anda ela responde].

Entrevistador: E nessa fila pobre e rico era tudo igual?

Entrevistada 3: Aí era tudo irmão, estavam os podres e os ricos, todos juntos passando fome, passamos um dia e uma noite sem comer e sem tomar água. Aí tinha rico e pobres todos irmãos, mas hoje eles já passam por nós que estávamos lá passando fome e viram a cara. Já colocou mais uma roupinha, né? Ganhou.³⁰⁶

A próxima sequência volta ao entrevistado 2, que já começa a contar como as pessoas antes consideradas ricas conseguiam gêneros alimentícios sem passar pela fila, segundo ele, os empregados das pessoas chegam com bilhetes nos centros de distribuição e logo passavam pelos demais da fila carregando um grande rancho. O homem curvado para frente como se contasse um segredo, continua afirmando, “no início era bom, o que um ganhava todo mundo ganhava, agora a gente vê caminhão parando ali do lado e subindo rancho para cima”.

³⁰⁵ Idem, 11’45”.

³⁰⁶ Ibidem, 15’18”.

Quando o assunto referente aos proveitos tirados por membros da elite local começa a chegar longe demais o entrevistador faz outra pergunta.

Entrevistador: Agora me diga o seguinte, o que mais chamou a atenção do senhor durante a enchente?

Entrevistado 2: Olha eu vou lhe dizer, o que mais me chamou a atenção, o que eu tive a oportunidade de perceber foi ver certas pessoas que eu jamais imaginava que eles poderiam estar na minha frente ou atrás de mim na fila pegando aquele mesmo rancho que eu tava pegando, sabe. Aquilo foi uma das partes que mais me impressionou.³⁰⁷

Por mais que o entrevistador da Rede Globo quisesse dar por encerrado o assunto, o entrevistado 2 decide voltar ao tema, ao menosprezar a magnitude das águas ou o número de mortos e desaparecidos, aquele homem negro, cercado por crianças curiosas, deixa claro que a inversão das rígidas estruturas sociais comparativamente estava além de qualquer perda material ou espetáculo da natureza. A enchente não implodiu as regras simbólicas das relações sociais, mas mostrou em um curto período de tempo com a desarticulação causada pelas águas que as estruturas sociais parecem mais fortes que as forças da natureza.

Na busca por perceber qual a estrutura interna da linguagem (NAPOLITANO, 2006, p. 236) do audiovisual, chega-se a três momentos, cada um deles caracterizado por um tipo de ator social. No primeiro deles um homem calmamente sentado e portador de conhecimento sobre a história local oferece ao telespectador subsídios para entender um pouco melhor a enchente. No segundo momento, o mais duradouro, uma série de falas é trazida para ilustrar como a “gente humilde” sobreviveu aos momentos de drama durante a catástrofe. Aqui o roteiro, apesar de selecionado e editado, deixa transparecer alguns dilemas da desigualdade social em meio a instantes de heroísmos individuais, perplexidade e admiração das forças da natureza. No final o poder instituído realiza suas projeções e oferece esperança. O “efeito de realidade” (NAPOLITANO, 2006, p. 236) produzido pela ferramenta que apreende o real, o audiovisual,

³⁰⁷ Idem, 19’13”.

faz da história da enchente em Tubarão mais uma das partes do imaginário da luta dos seres humanos contra as forças da natureza.

A explicação contida na matéria “Cálculo dos prejuízos já alcança 430 milhões”³⁰⁸ o governador do Estado Colombo Salles recebe estimativas da enchente de todo o seu secretariado. No segundo parágrafo, após citar todos os nomes que compunham a mesa de reuniões, a notícia explica, usando palavras do General Veiga Lima, coordenador da Defesa Civil Estadual que, entre os dias 22 e 25 de março choveram na região 2.050 mm, nível nunca antes alcançado, sendo que nas enchentes de 1969 choveram 1.239 mm e em 1971 choveram 1.253 mm.³⁰⁹ Nesta conjuntura, a informação é trazida para legitimar a ideia de um evento atípico que simplesmente “aconteceu”, sua explicação vai além da capacidade de compreensão dos indivíduos naquela época, o que avaliza a adoção de medidas puramente emergenciais para resolver o problema dos flagelados e das cheias.

Menos raros que as notícias sobre as causas ambientais da enchente, os esclarecimentos de cunho religioso ressaltam uma catolicidade que aparece com as respostas para os momentos de provação. A todo o momento durante sua narrativa, Machado, no livro que trata da enchente, destaca os elementos que, segundo ele, garantiram que a cidade de Tubarão se recuperasse. O mais evidenciado é a comunhão daqueles irmanados pela dor, o que era explicado pelo segundo elemento, a catolicidade daquela gente e, por fim, a administração municipal do médico Irmoto Feuerschuette, de quem a população pouco tinha a reclamar (MACHADO, 2005, p. 18). O aporte religioso também foi basilar para a ideia de solidariedade sobre a qual se pautava a reconstrução da cidade, Vettoretti, igualmente reitera a importância da campanha da fraternidade de 1974 (VETTORETTI, 1992, p. 241).

A água vai embora

A cidade de Tubarão, ao contrário do que muitos afirmavam, não foi riscada do mapa. Paulatinamente ao vencer os gargalos burocráticos e ser alvo de diversas campanhas de solidariedade foi

³⁰⁸ Cálculo dos prejuízos já alcança 430 milhões. **Jornal de Santa Catarina**, 6 abr. 1974, ano III, n. 776, caderno 2 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão.

³⁰⁹ Idem.

restabelecendo os processos que faziam parte de sua dinâmica econômica. A Estrada de Ferro Teresa Cristina³¹⁰ depois de dois meses já estava trazendo carvão bruto para conversão em carvão-vapor em Tubarão. Recursos do Ministério da Educação evitaram que a Fundação de Tubarão, atual Universidade do Sul Catarinense (UNISUL) parasse de funcionar, pois dos alunos que voltaram, cerca de 60% não conseguiam pagar as mensalidades. Na área rural a solução apontada pela Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), hoje Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão rural de Santa Catarina (EPAGRI), foi distribuir sementes e insumos agrícolas – os populares agrotóxicos – aos agricultores.

Segundo Pedro Albeirice(1981, p. 80-81), os valores recebidos pela Prefeitura Municipal de Tubarão foram no total de CR\$ 16.319.326,79, o equivalente a R\$ 46.310.415,67. Como lembra Frasson, no montante “auxílios” estão inclusas apenas doações em espécie, outros “auxílios” em forma de materiais de construção, bens de consumo, alimentos, máquinas, e até obras de construção civil, entre outras coisas, contribuiriam em muito para engrandecer ainda mais o total acima (FRASSON, 2011).

TABELA 1 – Valores recebidos pela Prefeitura Municipal de Tubarão para a reconstrução da cidade em 1974.

FONTE DA DOAÇÃO	VALOR EM CR\$
Governo Federal	10.000.000,00
Governo do Estado de Santa Catarina	3.325.000,00
Ministério do Interior	1.070.000,00
Ministério da Educação e Cultura.	564.000,00
DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento)	543.000,00
Anônimos	694.326,79
SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo)	100.000,00
Comissão Estadual de Defesa Civil.	23.000,00
Total	16.319.329,79³¹¹

FONTE: ALBEIRICE, 1981, p. 80-81.

³¹⁰ A ferrovia, inaugurada em 1884, foi inicialmente projetada para o transporte do carvão mineral entre localidade de Minas (atualmente Lauro Müller) e o porto de Imituba.

³¹¹ Valor convertido em Reais em 2015 era de R\$ 46.310.415,67, conforme a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

De 1978 a 1982, o extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) realizou um empreendimento que transformou a dinâmica do rio com sua cidade. Com a retificação do traçado do Rio Tubarão ao longo da zona urbana foram retirados 16.000.000 m³ de material. Houve várias tentativas de manter a Barra do Camacho aberta, que fracassaram devido à interação dos sedimentos carregados pelas águas da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão com a dinâmica marinha que aglutinava os sedimentos no local. Atualmente, depois da construção de molhes e com dragagem contínua o canal permanece aberto (MARQUES, 2010, p. 27).

O “controle” do ambiente tem se mostrado funcional, desde então nenhum outro desastre perturbou a ordem de Tubarão como a enchente de 1974. Contudo, ainda incidiram sobre a região índices pluviométricos como os 2.050 mm de 22 a 26 de março de 1974 para colocar realmente à prova os tipos de interação com o ambiente produzidos naquele contexto. O geógrafo Paulo Fernando Lago antes de qualquer explicação sobre a excepcionalidade do evento faz questão de deixar claro, de Laguna a Torres, toda região litorânea está inscrita numa área de “bacias de inundação”, onde estão subordinadas a alagações frequentes, embora nem sempre em dimensão catastrófica (LAGO, 1983). Apesar da unicidade do acontecimento e das características climático-morfológicas o evento só se tornou uma catástrofe em função das formas de interação, tanto com o ambiente, quanto entre os seres humanos.

O antropólogo Anthony Oliver-Smith evidencia que, por mais que se perceba o desastre como um acontecimento disruptivo, em que as estruturas da sociedade são desmanteladas; os seres humanos repetem nos momentos de pretensa suspensão da ordem, as mesmas estratégias historicamente constituídas para lidar com o desastre. Apesar da suspensão das classes sociais durante a ação das águas, no pós-desastre a segregação e as desigualdades sociais emergem junto com a lama do solo. No caso de 1974, a calamidade foi se intensificando à medida que os pobres passaram perceber as desigualdades instituídas no processo de recuperação da cidade. A necessidade de braços para recuperação fazia das classes dirigentes, dependentes dos pobres que trabalhavam para garantir a entrega de roupas e alimentos. A crença no desastre como acontecimento transformativo pode ser aplicada às relações com o mundo natural,

ao se avaliar como as mudanças no ambiente repercutem na vida humana, contudo socialmente, a ruptura da ordem e das relações de desigualdade, não segue o mesmo caminho.

REFERÊNCIAS

- ALBEIRICE, P. *Tubarão 74 – A Catástrofe*. Tubarão: Dehon, 1981. p. 80-81.
- ALIER, J. M. *O Ecologismo dos Pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- BANKOFF, G. Comparing vulnerabilities: toward charting an historical trajectory of disasters. *Historical Social Research*, Köln, v. 32, n. 3, 2007. p. 103-114.
- CASTRO, C. M. de; PEIXOTO, M. N. de O.; RIO, G. A. P. do. Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações, Abordagens e Escalas. *Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 28, n.2, 2005, p. 11-30.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 485.
- FONTANA, G. B. *História de Minha Vida: memórias, imigração e outros fatos*. Florianópolis: Agnus, 1998. BARDINI, A. *Conhecer para Amar*. Treze de Maio: Ed. do Autor, s/d.
- FRASSON, M. M. *A enchente de 1974 em Tubarão-SC: a construção de um desastre natural*. Trabalho de conclusão de Curso de Graduação em História da UNESC. Criciúma, 2011.
- HILHORST, D.; BANKOFF, G. Introduction: mapping vulnerability. In.: BANKOFF, G.; FRERKS, G.; HILHORST, D. *Mapping Vulnerability: disasters, development and people*. London: Earthscan, 2008. p. 1-10.
- KOBIYAMA, M.; MENDONÇA, M.; MORENO, D. A.; MARCELINO, I. P. V. O.; MARCELINO, E. V.; GONÇALVES, E. F.; BRAZETTI, L. L. P.; GOERL, R. F.; MOLLERI, G. S. F.; RUDORFF, F. *Prevenção de desastres naturais: Conceitos básicos*. Curitiba: Organic Trading, 2006. 109 p.
- LAGO, P. F. *Calamidade: a enchente do Rio Tubarão-1974*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.
- LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: _____ PINSKY, C. B. (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 111-153.
- MACHADO, C. do C. *Tubarão 1974: fatos e relatos da grande enchente*. Tubarão: Ed. da UNISUL, 2005.
- MAIA, A. C. N. SEDREZ, L. F. Narrativas de um Dilúvio Carioca:

memória e natureza na Grande Enchente de 1966. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 2, 2011. p. 186-206.

MARQUES, R. *Variabilidade da precipitação na Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão/SC de 1946 a 2006*. 206 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis. 2010.

NAPOLITANO, M. A História depois do papel. In: _____ PINSKY, C. B. (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 235-289.

NICHOLS, B. *Introdução ao documentário*. Campinas: Papirus, 2008.

OLIVER-SMIYH, A. “What is a Disaster”: Anthropological perspectives on a persistent question. In.: OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN S. M. (Orgs.). *The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective*. London: Routledge, 1999.

SILVA, D. F. da; GALVÍNCIO, J. D. Estudo da Influência da Oscilação Decadal do Pacífico no Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 4, p. 665-676, 2011. Disponível em: <http://www.ufpe.br/rbgfe/index.php/revista/article/viewFile/142/198>.

Acesso em: 15 abr. 2013.

STEINBERG, T. *Acts of God – The Unnatural History of Natural Disaster in America*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In.: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Orgs.). *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. *Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VENDRAMINI, S. R. Experiência e coletividade em E. P. Thompson. In. DUARTE, A. L.; MÜLLER, R. G. E. P. *Thompson: política e paixão*. Chapecó: Argos, 2012. p. 144.

VETTORETTI, A. *História de Tubarão: das origens ao século XX*. Tubarão: Prefeitura Municipal de Tubarão, 1992.

A GEOPOLÍTICA DA FOME: JOSUÉ DE CASTRO E UM LIVRO QUE VIAJOU O MUNDO EM TEMPOS DE GUERRA FRIA

Helder Remigio de Amorim

Estudar uma vida, uma trajetória, itinerários e percursos biográficos significa pensar as personagens como figuras que estão se constituindo, experimentando-se, influenciadas pelas demandas sociais do seu tempo. No passado, as biografias e trajetórias eram pensadas a partir de uma história exemplar, onde a produção da escrita estava condicionada à construção de mitos e modelos de conduta. Nesse sentido, pensamos a escrita biográfica, os autores, os intelectuais, os políticos não são mais objetos de culto, mas sim um campo de pesquisa, de possibilidade da utilização de novos métodos e interpretações (DOSSE, 2009). As relações entre a vida e obra de Josué de Castro estarão amparadas pela perspectiva de um sujeito múltiplo e demarcadas pelos horizontes de expectativas daquele passado. Para esclarecer as minhas proposições se faz necessário apresentar algumas informações sobre a produção de Josué de Castro.

Josué Apolônio de Castro, nasceu em 5 de setembro de 1908 na cidade do Recife e faleceu em 1973 em Paris, quando esteve exilado após o golpe civil-militar de 1964. A sua produção intelectual esteve aliada aos cargos públicos que ocupou como médico, professor universitário, presidente do Conselho Consultivo da FAO³¹², deputado federal, embaixador, e presidente do Centro Internacional de Desenvolvimento em Paris (CID). Em relação à dimensão política e social do seu pensamento, desenvolveu ações para desnaturalizar a fome como atributo dos pobres e resultado das condições climáticas e de solo. Destacam-se no âmbito dos debates

³¹² Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura com sede em Roma-Itália.

acerca da sociedade brasileira, os estudos de Josué de Castro sobre as condições alimentares da população e as análises referentes à estrutura agrária do país, para desenvolver esses temas se situou academicamente no campo de saber da geografia.

A sua obra foi traduzida em 25 idiomas, ganhou repercussão internacional principalmente quando publicou *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951), este último um livro que circulou com evidência tanto nos Estados Unidos como na União Soviética em tempos de Guerra Fria. No início da década de 1960, estima-se que a sua obra havia vendido mais de 400.000 exemplares em todo mundo. Assim sendo, suas ideias estiveram voltadas desde a década de 1930 para a compreensão do fenômeno da fome que considerava ser fruto da exploração do homem pelo homem.

Durante a década de 1950, Josué de Castro dedicou-se a política partidária, especificamente no Parlamento, onde foi deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Pernambuco durante duas legislaturas. Na sua atuação enquanto deputado defendeu a criação de uma reserva de alimentos no Brasil para os momentos de crise, a desapropriação de terras por interesse social, além de um plano nacional de alimentação e de merenda escolar. Destaca-se ainda a preocupação com a reforma agrária e a aproximação com os movimentos de trabalhadores rurais, especialmente com as Ligas Camponesas. Josué de Castro participou dos debates que criaram a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e combateu enfaticamente o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo de Juscelino Kubistchek.

Em 1962, Josué de Castro renunciou ao mandato de deputado federal por ter sido nomeado, pelo então presidente João Goulart embaixador do Brasil para assuntos ligados a Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra. No entanto, foi destituído do cargo com o golpe civil-militar de 1964. Assim como muitos intelectuais e políticos, Josué de Castro teve seus direitos políticos cassados. Naquela ocasião, vários países lhe ofereceram asilo político, mas escolheu a França para viver – onde teve destacada atuação intelectual como professor da Universidade de Vincennes e presidente de um organismo que pretendia criar alternativas de desenvolvimento para os países mais pobres, o Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID). Josué de Castro viveu em Paris até a

morte em 1973. Após uma breve apresentação do personagem estudado, problematizaremos nas próximas páginas a circulação, as proposições, e as dimensões de uma das suas principais obras.

Uma consciência política e “um livro que viajou o mundo”.

Em 1951, Josué de Castro publicou o livro *Geopolítica da Fome*, estudo que já demonstrava a intenção de produzir nas primeiras páginas de *Geografia da Fome*. O caminho da geografia continuava sendo viável para tecer as suas preocupações em torno da carência alimentar e da subnutrição das camadas populares. Deixava claro, em seus escritos, que o aspecto da geografia que aspirava utilizar não era meramente a transformação que o homem realizava no meio natural, mas, essencialmente, aquilo que deixou de realizar. Em outras palavras, o que interessava para Josué de Castro era “uma geografia de trágicas singularidades” (CASTRO, 1959, p. 25) que possibilitasse estudar o fenômeno da fome em sua expressão universal.

Josué de Castro dava prosseguimento aos seus estudos e pesquisas sobre a fome no mundo, apesar das várias palestras, funções públicas e atividades acadêmicas que passou a assumir desde a publicação de *Geografia da Fome* em 1946, até que recebeu uma proposta da editora *Little Brown & Company*³¹³. A editora americana, com sede em Boston, propôs ao autor que escrevesse um trabalho sobre as diversas formas de manifestação da fome no mundo, suas implicações e tensões políticas³¹⁴. *Geopolítica da Fome*, escrito em uma linguagem acessível, pretendia atender ao leitor médio dos Estados Unidos. O livro também foi publicado em Londres, pela editora *Vitor Golanez*, em Paris pela *Economie et Humanisme*³¹⁵ e também pelas

³¹³ A editora norte-americana Little Brown & Company sediada na cidade de Boston foi fundada em 1837. Atualmente a editora ainda está em funcionamento e se destaca na lista dos livros mais vendidos dos Estados Unidos.

³¹⁴ Um dos principais críticos de *Geopolítica da Fome* foi o editor americano Sanford J. Greenburguer do *International Literary Bureau* que desempenhou um papel importante entre os anos de 1932 e 1971 buscando obras no mercado literário mundial para serem traduzidas e publicadas nos Estados Unidos. Sanford Greenburguer foi um facilitador da publicação das obras de Josué de Castro nos Estados Unidos.

³¹⁵ Segundo Jean Ziegler o livro *Geopolítica da Fome* despertou o interesse de alguns economistas cristãos franceses liderados pelo Padre Lebreton: “A associação

Éditions Ouvrières. E posteriormente no Brasil pela Editora Casa do Estudante do Brasil (ZIEGLER, 2013, p. 117).

Os prefácios dessas publicações foram escritos por personalidades de renome internacional, demonstrando a rede intelectual na qual Josué de Castro estava inserido no início dos anos 1950. No caso dos Estados Unidos, coube a escritora Pearl Buck³¹⁶, Prêmio Nobel de Literatura de 1938, tecer os comentários iniciais sobre a publicação estadunidense de *Geopolítica da Fome*. As palavras de Pearl Buck foram fundamentais para a divulgação das obras e do pensamento de Josué de Castro naquele país.

É este o mais encorajador, o mais esperançoso e o mais generoso livro que eu já li em toda a minha vida. Livro escrito por um famoso cientista, um técnico que sabe o que está dizendo, um conhecedor dos problemas práticos, um homem do mundo no melhor sentido da palavra, porque conhece o mundo e suas populações e apresenta-nos numa obra magistralmente escrita o conhecimento fundamental para felicidade e a paz dos homens. É por esta razão que eu afirmo que este livro – *A Geopolítica da Fome*, do eminente cientista Josué de Castro – é o mais importante livro que já foi publicado nestes confusos, perigosos e ridículos tempos atuais. Ridículos porque, embora a paz seja prática e possível, indivíduos há, em várias partes do mundo, tocando seus tambores para manufaturar uma guerra. (CASTRO, 1959, p. 20.)

Para além da força da narrativa de Pearl Buck, que certamente trouxe uma substancial contribuição para a circulação da obra nos Estados Unidos, suas palavras foram marcadas pelo tempo em que a Guerra Fria alimentava as tensões e disputas entre os blocos capitalista e socialista. O discurso da paz passou a ser um instrumento fundamental para a continuação da existência da

Économie et humanisme, fora criada em 1941, em Marselha, pelo padre dominicano Louis-Joseph Lebret”.

³¹⁶ Escritora norte-americana Pearl Sydenstricker Buck, nasceu no estado da Virgínia em 26 de junho de 1892. Publicou o romance *The Good Earth* em 1931 que foi considerado inovador na narrativa por conseguir uma prosa de tom bíblico com a estrutura narrativa de sagas chinesas. Essa obra foi vencedora do Prêmio Pulitzer, e tornada em filme em 1937. Em 1938 tornou-se a primeira mulher norte-americana a ser agraciada com um Prêmio Nobel de Literatura. A autora faleceu em 6 de março de 1973.

humanidade em meio a era atômica. Um livro que trata das diversas faces que a fome adquire no mundo, seja nos países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, sensibilizava aqueles que tinham um olhar mais voltado para o social.

Na edição inglesa coube ao médico especialista em questões da nutrição, fundador da FAO, prêmio Nobel da Paz de 1949, realizar a apresentação do livro. Lord Boyd Orr afirmou: “O título desse livro escrito pelo Prof. Josué de Castro, bem poderia ser Fome e Política, porque nos debates por ele suscitados, surgem perspectivas políticas de primeira grandeza” (CASTRO, 1959, p. 13). O autor do prefácio destaca uma das principais teses de Josué de Castro, de que a fome não foi um tema tratado em sua dimensão política, apesar das relações intrínsecas com revoluções e guerras. E continua afirmando que “se os políticos de todas as nações do mundo pudessem esquecer por um momento os seus conflitos e lessem este livro, adquiririam certamente uma visão mais sábia dos problemas universais” (CASTRO, 1959, p. 13). No momento em que *Geopolítica da Fome* foi lançado, a FAO fracassava na tentativa de um acordo com as grandes potências, entre elas, Estados Unidos, Reino Unido e URSS, que se negaram a colaborar com a elaboração de um Plano de Alimentação Mundial.

No caso da França, o prefácio foi escrito pelo geógrafo da Sorbonne, o professor Maximilien Sorre³¹⁷. Os aspectos mais teóricos da geografia possibilista e a valorização de uma geografia humana voltada para questões sociais são tratados nesse momento. Para Sorre, o livro de Josué de Castro “culpa os erros dos homens, o espírito de ganância, a imprevidência, como responsáveis por todo mal. Constitui ainda esse livro como um libelo contra os maléficos do imperialismo, e do colonialismo” (CASTRO, 1959, p. 21). Nesse sentido, Sorre aponta o imperialismo que representou para as duas grandes guerras mundiais as principais motivações do conflito, bem como a exploração colonialista que marcou profundamente a

³¹⁷ O geógrafo Maximilien Sorre nasceu em Rennes na França em 1880, geógrafo foi professor da Sorbonne, seguidor da Escola Possibilista. Destacou-se pelos estudos que aproximaram a geografia humana e a biologia, também se dedicou a dar continuidade dos estudos do geógrafo Paul Vidal de La Blache. No Brasil, Milton Santos e Josué de Castro tiveram Sorre como uma das principais influências. Max Sorre faleceu em Paris em 10 de agosto de 1972.

estrutura social da África e da Ásia. Destaca, ainda, que o método geográfico possibilitou a Josué de Castro problematizar as inúmeras questões naturais e culturais sobre a temática da fome.

Antes de avançar surge uma questão significativa no que concerne à produção do conhecimento no Brasil. A obra *Geopolítica da Fome* é primeiramente publicada em língua inglesa e posteriormente em língua portuguesa. Provavelmente, esse movimento possibilitou uma circulação mais rápida e dinâmica da obra de Josué de Castro no mundo, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, quando a língua inglesa ganhou um lugar central na diplomacia, na literatura, no comércio exterior e, principalmente, nas obras acadêmicas.

É importante destacar também que *Geopolítica da Fome* foi recomendada pela FAO como uma obra fundamental para o debate em torno da complexidade do fenômeno da fome como um tema universal. Ao final da década de 1960, o livro chegou a ser publicado em 26 idiomas. Para Jean Ziegler, estudioso da obra de Josué de Castro: “*Geopolítica da fome* constitui uma das maiores obras do Pós-Guerra, conheceu múltiplas reedições e marcou profundamente as consciências” (ZIEGLER, 2013, p.116). O livro que circulou o mundo obteve sucesso de vendas, críticas e foi fundamental na trajetória intelectual e política de Josué de Castro.

Geopolítica da Fome: percursos de escrita

Nas primeiras páginas de *Geopolítica da Fome* uma pintura foi escolhida por Josué de Castro provavelmente com a intenção de preparar o leitor para a discussão humanitária que o livro trazia. O quadro a *Apoteose da Guerra* do pintor russo Vasily Vereshchagin.

FIGURA 1 – A Apoteose da Guerra. Vasily Vereshchagin, 1871.



FONTE – www.tretyakovgallery.ru/en/collection/_show/author/_id/67. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

Vereshchagin, pintor, desenhista, artista de batalha, criador de uma série de estudos e desenhos sobre a natureza etnográfica e pinturas históricas, dedicou-se também a carreira militar, o que possibilitou viajar o mundo presenciando as atrocidades das batalhas empreendidas pela Rússia dos czares. Após se dedicar, durante anos, a retratar o realismo da guerra por meio de desenhos dos combates que presenciou, criou uma série de obras onde a descrição sangrenta passou a ser substituída pelo drama e simbolismo da guerra. Dentro desse processo de mudança de perspectiva da produção artística de Vereshchagin está a tela *A Apoteose da Guerra*. Em uma superfície de 127 cm x 197 cm o autor descortina para o espectador a face destruidora da guerra.

A escolha dessa pintura era propícia no livro que circulava internacionalmente, sobretudo em um momento da história da humanidade onde a ameaça atômica passou a transitar nos discursos políticos e a estar presente no cotidiano da população. A tela de Vereshchagin, apesar de ter sido produzida no final do século XIX,

quando a humanidade ainda não tinha conhecido o poder de destruição das duas grandes guerras mundiais, ensinava reconhecer através dela, a capacidade humana de destruição em massa e a efemeridade da vida.

Ao longo do livro, Josué de Castro defenderá a tese de que os debates em torno das guerras estão presentes na literatura, na ciência, no cinema, nos meios de comunicação. Enquanto que a fome é tratada apenas como uma sensação, “cujas repercussões não deveriam ir além dos domínios do subconsciente, uma vez que a consciência lhe fechava as portas, com ostensivo desprezo” (CASTRO, 1959, p. 47). Nesse excerto, Josué problematizou o que denominou de “tabu da fome” da civilização ocidental. Considerava a fome um assunto perigoso por suas implicações políticas e sociais, até mesmo um tema proibido. Também denuncia a ausência de uma bibliografia especializada sobre o tema, principalmente quando comparado com as epidemias e as guerras. Segundo Josué de Castro, as razões do silêncio do mundo ocidental em torno da fome “mergulhavam no escuso mundo dos interesses econômicos, dos interesses de minorias dominantes e privilegiadas, que sempre trabalharam para escamotear o exame do fenômeno da fome do panorama intelectual moderno” (CASTRO, 1959, p. 49).

Para o autor, após a Revolução Russa e as duas grandes guerras, não se fez mais possível ocultar a realidade social da fome. Esse movimento não era considerado natural. Apesar dos antagonismos dos modelos econômicos vigentes, seja o interesse do homem pelo próprio homem ou ainda a busca pelo bem-estar coletivo. Josué de Castro compreendia que o momento do Pós-Guerra representava a passagem da “era do homem econômico para a nova era do homem social”³¹⁸. Desse modo, alguns Estados passaram

³¹⁸ Em vários trechos de *Geopolítica da Fome*, Josué de Castro se inspira na obra do inglês Julien Huxley que foi biólogo, escritor e humanista e o primeiro diretor-geral da UNESCO. Huxley definiu as relações homem/natureza e cunhou o conceito de “humanismo científico” ou “humanismo evolucionista”. Desse modo, Huxley interpretava o homem como uma unidade que está em relação com o meio e que, simultaneamente, se distingue dos demais “seres vivos”. Para Huxley o homem tem um papel decisivo no processo evolutivo, pois atua com as suas faculdades mentais em união com o resto do seu corpo. O humanismo para Huxley era fruto da autonomia humana em relação a natureza. A principal obra de Huxley utilizada por Josué de Castro foi *On Living in a Revolution* (1942).

a coletar dados estatísticos sobre as condições sociais das populações muito em virtude dos organismos internacionais que foram criados com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido, a pintura de Vereshchagin foi evocada nas primeiras páginas do livro, não apenas pelo seu teor catastrófico, mas, principalmente, para alertar o leitor que uma das principais consequências das guerras, do imperialismo e do colonialismo era a fome, que se constituía como um dos principais desafios daquela contemporaneidade. A partir das palavras de Josué de Castro, é possível identificar os fragmentos do horizonte de expectativa diante daquela sociedade:

O objetivo deste livro é estudar o terrível fenômeno da erosão que a fome está provocando no homem e na sua civilização. Erosão que ameaça remover e apagar de vez, da superfície da terra, toda essa gigantesca obra humana esculpida pelo trabalho árduo de centenas de sucessivas gerações. Se a humanidade não puser em prática, com urgência, e em escala universal, medidas capazes de entravar a ação corrosiva da fome, dentro em breve serão desmoronadas e arrastadas pela poeira do tempo todas as criações do engenho humano, e, isso muito antes que a erosão natural tenha consumido os incalculáveis recursos do solo. E a humanidade que hoje estremece ante o perigo remoto de um mundo transformado em deserto pelo esgotamento de seus recursos naturais assistirá ao paradoxal advento de um mundo deserto e despovoado, embora que ainda pejado de fertilidade e de potencialidades geográficas (CASTRO, 1959, p. 74).

Utilizando o método geográfico para explicar a tragédia anunciada pelas guerras, Josué de Castro, faz a leitura do seu próprio tempo. A partir do conceito ocidental de civilização, pensa o mundo a partir de uma visão eurocêntrica, e alerta o leitor para a possibilidade de desaparecimento do gênero humano. O futuro de um mundo atômico, que deixava a sociedade desnorteada, tornou-se um campo de possibilidades finitas (KOSELLECK, 2006). Enquanto as memórias da última grande guerra traziam imagens de destruição, simultaneamente, a reconstrução da Europa representava uma esperança através dos discursos de paz que ganhavam forma. A própria FAO, onde Josué de Castro atuou, ensinava discursos de denúncia, ação e esperanças, além de um outro posicionamento diante do mundo.

A fome talvez tenha sido uma das principais armas utilizadas pelos nazistas contra os judeus. O controle diário de calorias e de uma dieta mínima, apenas para manter a sobrevivência dos prisioneiros, foram utilizados nos campos de concentração. Os campos devastados pela guerra e as estradas tomadas pelo conflito destruíram paulatinamente a agricultura e o sistema de abastecimento alimentar. Sobre essa questão afirmou Josué de Castro: “ao lado da discriminação racial, estabelecia, assim, a Alemanha, a discriminação alimentar com a divisão da Europa em grupos bem alimentados, deficientemente alimentados, grupos famintos e grupos mortos de fome” (CASTRO, 1959, p. 420). As reflexões de Josué Castro são extremamente críticas sobre as posições das superpotências de enfrentar o problema alimentar.

Quando a Segunda Guerra Mundial foi declarada, um dos primeiros planos de Adolf Hitler foi organizar a apropriação dos alimentos dos países ocupados. Essa perversa estratégia de guerra foi inspirada no bloqueio alimentar imposto pela Inglaterra contra a Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial. Os países ocupados “foram saqueados, suas reservas roubadas e seu gado e pescado postos a serviço do *Reich*” (ZIEGLER, 2013, p. 127). A fome se instalou rapidamente nos países dominados pelos alemães.

O autor trata a fome ao longo do texto como uma calamidade, um tabu sobre o qual a civilização ocidental criou mecanismos para não enfrentar. Para Josué de Castro, o ocidente se sustentava por meio de uma economia amparada na miséria humana. Ao dissertar sobre um tópico intitulado: “O homem sem partido”, escreveu:

O fato de o autor fazer uso, em alguns trechos, de tintas um tanto negras deve ser considerado pelo leitor uma consequência inevitável de ter sido este livro – documentário de uma era de calamidades – pensado e escrito sobre a influência psicológica da pesada atmosfera que o mundo vem respirando nos últimos quinze anos. Atmosfera contaminada pela corrupção, pela frustração e pelo medo, e abafada pela fumaceira das bombas e dos canhões, pela pressão das censuras de toda ordem, pelos gritos e clamores das vítimas da guerra e pelos gemidos surdos dos aniquilados pela fome (CASTRO, 1959, p. 78).

Nessa obra, Josué de Castro mobilizou os estudos geográficos, as pesquisas realizadas no campo da nutrição, mas, principalmente, os

saberes médicos. Em diversos momentos do texto evocou doenças como o nanismo, a tuberculose, a pelagra que, em sua opinião médica e política, tinha como causa primeira, a fome. Nesse sentido, se colocava como um homem de ciência para expor as principais causas da fome. Josué de Castro declarava que acreditava que na era do homem social, o desenvolvimento da ciência iria produzir o bem-estar do ser humano.

O conceito de “homem social” é datado do final da Segunda Guerra Mundial e era inspirado naquela atmosfera de reconstrução do mundo ocidental, seja por meio da criação de instituições e organismos internacionais, ou ainda por políticas públicas e reforma dos Estados. Sobre o pensamento e as ações de Josué de Castro, escreveu o geógrafo e historiador Manuel Correia de Andrade:

No que diz respeito à luta contra o subdesenvolvimento, Josué de Castro tinha posições bem definidas, presentes em seus livros e defendidas em sua ação política. Sendo um pensador com grandes preocupações sociais a ponto de admitir que o período entre as duas guerras mundiais foi o de domínio do econômico, enquanto aquele iniciado com o fim da Segunda Guerra Mundial seria o do homem social, procurou sempre desenvolver o seu raciocínio e a sua ação em função de uma política de bem-estar social. Tal política foi seguida na Europa por vários países, com a formação de governos trabalhistas, social-democratas, socialistas e com a expansão do sistema soviético na Europa Oriental. (ANDRADE, 1997, p. 181)

Ao longo dos capítulos do livro, Castro analisa historicamente a construção de um modelo de sociedade que permitiu o surgimento de “grandes contingentes populacionais famintos”. Apesar da perspectiva histórica utilizada por Josué de Castro está fortemente carregada da ideia de progresso o autor não adota a linearidade para analisar o fenômeno da fome. Segundo a socióloga Maria José Rezende:

Encontra-se em Josué de Castro uma perspectiva de diretividade histórica progressiva. Todavia, não se deve supor que ele caracterizava sempre o processo social em termos de mudanças diretas, pois não havia, em seu entender, linearidade em todos os campos da vida social. A industrialização, a urbanização e o desenvolvimento científico possibilitaram o desenvolvimento de amplas indagações acerca da miserabilidade como fenômeno social. (REZENDE, 2003. p. 139)

Alicerça a sua análise a partir de uma distribuição regional da fome, criticando fortemente as consequências históricas dos processos de colonização em diversos continentes. Ao trabalhar com as Américas, divide a análise por meio dos diferentes processos de colonização da América inglesa, espanhola e portuguesa. Nesse sentido, dedica grande parte do livro para discutir as consequências nefastas do sistema monocultor colonial amparado no latifúndio que, segundo o autor, foi responsável pela perpetuação da pobreza nessas regiões. Sobre a fome na América do Sul afirmou:

A fome reinante nas terras sul-americanas é uma consequência direta do seu passado histórico: da história de sua exploração colonial, de tipo mercantil, desdobrada em ciclos sucessivos, de economia destrutiva, ou pelo menos desequilibrante, da integridade econômica do continente – o ciclo do ouro, o ciclo do açúcar, o ciclo das pedrarias, o ciclo do café, o ciclo da borracha, o ciclo do petróleo. Durante cada um desses ciclos, vemos toda uma região absorvendo-se inteiramente no monocultivo ou na monoexploração de um produto, esquecendo tudo o mais e degradando destarte as riquezas naturais e as possibilidades de abastecimento da região (CASTRO, 1959, p. 190).

O autor considera os ciclos econômicos de exploração como uma forma de economia destrutiva dessas regiões, amparada em uma estrutura agrária secular e arcaica, produtora de desigualdade social e de fome. Em outras palavras, Josué de Castro, afirmava que o subdesenvolvimento da América do Sul continuava sendo reforçado por uma estrutura oligárquica que mantinha uma estrutura agrária praticamente inalterada desde o período colonial. Esses ciclos de economia destrutiva, amparados principalmente no uso do regime de trabalho escravista, produziram uma elite dominante abastada e uma população de miseráveis. Por outro lado, apresentou a partir de uma perspectiva histórica, a tese de que o “imperialismo norte-americano que estaria entrando, através de inúmeras ações, o desenvolvimento econômico nesta região do mundo” (REZENDE, 2003, p. 120).

Além da análise da fome na Europa e no Novo Mundo, Josué de Castro analisou também os aspectos da fome na Ásia. Nesse continente, observa que a divisão de terras em minifúndios não

necessariamente contribui para sanar o problema da fome, pois, segundo o autor, pode provocar o desgaste demasiado do solo e um cultivo pouco diverso de alimentos. Nesse sentido, em uma proposta de escrita muito semelhante à que desenvolveu em *Geografia da Fome*, analisa as carências nutricionais asiáticas.

Em um tópico intitulado “O despertar da nova China” descreve que uma profunda mudança na estrutura econômica e uma rápida transformação da situação de miséria, de fome e de estagnação, se deu por meio da implantação da República Popular Chinesa em 1949. Nesse momento, o autor se isenta de realizar uma discussão política e habilmente afirma: “Deixando de parte as considerações de caráter estritamente político, que não se enquadram bem no âmbito do nosso trabalho, temos o dever de mostrar as principais transformações que ocorreram nas condições de vida do povo da China” (CASTRO, 1959, p. 303). Estratégias de escrita como essa são recorrentes em várias partes do livro. Como afirmamos, a publicação foi concebida inicialmente para atender ao leitor médio dos Estados Unidos e qualquer discussão elogiosa sobre o comunismo poderia desagradar ao público alvo, principalmente em tempos de Guerra Fria.

Josué de Castro foi um dos primeiros intelectuais brasileiros a reconhecer, na República Popular da China, o surgimento de uma nova potência. Em sua análise destaca a eficiente reforma agrária realizada neste país asiático, o que representou em poucos anos, uma diminuição significativa da fome crônica (CASTRO, 1959)³¹⁹. Na visão de Castro, a China priorizou combater a fome, a miséria, as doenças que afligiam o país, tendo como modelo a “justa de distribuição da riqueza, capazes de promover o bem-estar social de todos os habitantes, através da evolução dos seus padrões de vida e a progressiva eliminação da fome e da subnutrição” (CASTRO, 1959, p. 308). Nesse excerto, o autor demonstra certa simpatia com os resultados alcançados por esse país.

No que concerne ao continente africano, este é representado como o principal cenário da fome universal. Algumas questões são

³¹⁹ Josué de Castro faz uma distinção entre fome aguda e fome crônica. A primeira está relacionada a uma determinada periodicidade, já a fome aguda atua permanentemente.

colocadas pelo autor como fatores para que a África fosse considerada “um continente de povos famintos”. A primeira delas parte de uma análise geográfica que considera que uma parcela das paisagens naturais não são propícias para a ocupação humana. As inúmeras áreas desérticas que não possibilitam o desenvolvimento da agricultura são apontadas como um fator preponderante para os altos índices de subnutrição do continente. A partir dessa análise, é possível perceber uma aproximação do autor com o determinismo geográfico.

Uma segunda motivação apresentada por Josué de Castro para construir a narrativa da África como um continente faminto é a conjuntura econômica e social. O autor assegura que a colonização europeia do século XV, através do mercantilismo, promoveu uma exploração predatória das riquezas naturais e do homem africano. Para Josué de Castro: “A África se constituiu um dos mais vastos campos de ação da aventura colonial, com todos os exageros, desmandos e maléficis levados a efeito contra populações quase sempre indefesas” (CASTRO, 1959, p. 308). Destaca, ainda, que o neocolonialismo ou imperialismo do século XIX³²⁰ contribuiu para a generalização da pobreza do continente. Afirma, também, que “toda a África é politicamente controlada por potências europeias, em cuja conduta colonial há bem pouca coisa a louvar” (CASTRO, 1959, p. 363). Essa tese do autor está ligada ao fato de que mesmo após a independência de alguns países africanos, as potências europeias continuaram impondo um controle político e econômico no continente.

Amparado em uma vasta bibliografia publicada pela FAO, em dados da ONU, e por uma literatura de estudiosos do campo da nutrição, Josué de Castro, sugere caminhos para que a sociedade possa “extirpar a fome da superfície da terra” (CASTRO, 1959, p. 496). Após o mapeamento da fome no mundo e das reflexões

³²⁰ Após o final da Segunda Guerra Mundial a população mundial apresentou níveis elevados, provocando um crescimento demográfico importante. Os neomalthusianos foram cientistas que renovaram as ideias do economista inglês Thomas Malthus que no século XIX desenvolveu teorias afirmando que a pobreza e a miséria eram diretamente proporcionais ao aumento no crescimento demográfico. Os neomalthusianos ainda defendiam que na medida em que a população mundial aumentasse, haveria uma diminuição da renda *per capita* gerando pobreza e fome. Para eles a solução estava em tornar política pública o controle de natalidade, principalmente nos países subdesenvolvidos.

tecidas ao longo dos capítulos, o autor aponta uma tese conclusiva afirmando que “a fome coletiva é um fenômeno de categoria social, provocado, pelo aproveitamento inadequado das possibilidades e recursos naturais ou pela má distribuição dos bens de consumo obtidos” (CASTRO, 1959, p. 466). A tese conclusiva apontada por Josué de Castro, também esvaziava a opinião dos neomalthusianos, que afirmavam que a fome era necessariamente provocada pelo crescimento da população mundial. Os estudos sobre as populações romperam as fronteiras da geografia e da demografia e chegaram até o campo disciplinar da história.

Nesse sentido, a relação entre abastecimento alimentar e crescimento populacional se tornou uma demanda dos estudos daquela atualidade. Segundo o historiador Peter Burke: “O surgimento da história demográfica deu-se na década de 50, e isso se deve à consciência da explosão populacional mundial” (BURKE, 2000, p. 67). Desse modo, os neomalthusianos acreditavam que o controle de natalidade era o melhor método para equilibrar a economia mundial. Alguns nomes se descaram entre os neomalthusianos: J. D. Black, Marston Bates e Arnold Toynbee. Segundo a socióloga Maria José de Rezende:

Josué de Castro desenvolveu uma perspectiva centrada na refutação absoluta das teses neomalthusianas que estava a fazer, em meados do século XX, profecias apocalípticas sobre o fim da humanidade. Aquelas que se ocupavam inteiramente em divulgar uma suposta não-existência de saídas para a fome e para a miserabilidade. (REZENDE, 2003, p. 127)

Para Milton Santos, Josué de Castro se destacou por ter conseguido encontrar uma categoria de análise que deslocou a fome como um problema gerado por causas naturais, para compreendê-lo como um fenômeno econômico e social.

A luta contra a fome e a sua possível eliminação da superfície da terra não constitui, portanto, utopia, nem o fantasmagórico sonho de um mundo de fadas, mas um objetivo perfeitamente realizável nos limites da capacidade dos homens e das possibilidades da Terra. O que se faz necessário é proceder a um melhor ajustamento dos homens às terras por eles ocupadas e uma melhor distribuição dos

benefícios com que a terra costuma brindar o homem. No momento atual, essa batalha contra a fome não se constitui uma tarefa de idealismo quixotesco, porém uma análise fria e realista da atual situação política e econômica do mundo (SANTOS, 2008, p. 30).

Nesse sentido, *Geopolítica da Fome* não é apenas um livro que faz um inventário das causas da fome no mundo. É uma obra que aponta soluções para o enfrentamento da questão alimentar. Em seu pensamento, Josué de Castro defende a tese de que a humanidade, por meio de esforços políticos conjuntos entre as nações, poderia desenvolver conhecimentos científicos para superar o problema da fome. Ainda argumenta que o aumento da produção de alimentos deveria ser a prioridade, mas somente seria alcançado com o desenvolvimento de tecnologia agrícola para ampliar o cultivo em terras tropicais. Como tratou mais tarde na publicação *O Livro Negro da Fome*, Josué de Castro, acreditava que as superpotências, os homens de ciência e de ação poderiam investir em ações para criar uma economia capitalista humanitária (CASTRO, 1968).

Nesse sentido, as ideias de Josué de Castro não apresentavam uma dimensão de ruptura por meio de uma revolução, tal como, defendiam as ideias marxistas. As soluções para as tensões sociais no mundo e, especificamente, para superação da fome, estavam centradas em estabelecer um modelo de cooperação capitalista. A ideia central era modificar a concepção econômica, abandonando a economia colonial para estabelecer uma economia mundial cooperativa. Sobre esse tema afirmou:

Tudo depende da forma por que as potências coloniais venham a encarar a nova realidade do mundo. Transformando-se em grandes mercados consumidores, as áreas coloniais poderão cooperar substancialmente para a estruturação de uma economia mais equilibrada, absorvendo os excedentes de determinados produtos das áreas altamente desenvolvidas. (CASTRO, 1959, p. 504).

Em outras palavras, Josué de Castro procurava encontrar uma alternativa para transformar o imperialismo que esfacelava as economias dos países subdesenvolvidos produzindo pobreza. O livro *Geopolítica da Fome* surgiu em um momento histórico em que os debates internacionais sobre as injustiças sociais estavam na ordem do dia. A estratégia de Josué de Castro de construir uma alternativa

dentro do próprio capitalismo, sem realizar uma crítica radical ao mundo socialista, facilitou a circulação e publicação da obra nos dois blocos antagônicos. Em um momento em que reações anti-imperialistas surgiam e o debate sobre o “Terceiro Mundo” se alicerçava, a obra *Geopolítica da Fome* foi premiada nos Estados Unidos e na União Soviética.

A Geopolítica da Fome entre prêmios e o anticomunismo

Em 1952, o livro *Geopolítica da Fome* foi congratulado pela Academia Americana de Ciências Políticas dos Estados Unidos com o Prêmio Franklin Delano Roosevelt, sendo considerado pela comissão³²¹ como o mais importante livro do ano no campo das ciências políticas e sociais. *Geopolítica da Fome* foi escolhido entre oitenta e cinco livros publicados nos Estados Unidos em 1951. A circulação do livro na América do Norte e as críticas que recebeu nos jornais americanos renderam a láurea. A inserção do livro nos Estados Unidos também se deu devido às fortes críticas empreendidas por Josué de Castro aos neomalthusianos, cujas ideias não eram bem vistas por uma grande parcela dos economistas americanos.

Criado em 1946, em memória do presidente norte-americano, o Prêmio Roosevelt representava uma das mais altas distinções acadêmicas concedidas aos intelectuais nos Estados Unidos. Josué de Castro foi o primeiro escritor latino-americano a receber o prêmio. Na cerimônia, coube ao Professor Earl Lathan proferir o discurso:

Em seu livro, o Prof. Josué de Castro defende sua tese, brilhante apresentada, com uma impressionante disposição de torná-la evidente. Cada capítulo põe à mostra os conhecimentos provocantes do autor, sua capacidade de encontrar a expressão justa, seu ardente e enérgico humanismo liberal. A *Geopolítica da Fome* não é um livro calmante; é um livro que expõe um argumento, que toma partido, que assume compromissos³²².

³²¹ A Comissão do prêmio foi formada pelos seguintes acadêmicos: Earl G. Lathan (Amherst College), Charles B. Horan (Universidade de Illinois), George Benson (Claremont College).

³²² Discurso pronunciado em Buffalo, cidade americana do Estado de Nova Iorque, durante a entrega do Prêmio Roosevelt da Academia Americana de Ciências Políticas – USA. Acervo Pessoal Josué de Castro – FUNDAJ. Pasta B.

As imagens produzidas pela narrativa construída por Josué de Castro circularam o mundo. A proposta humanista do autor agradava os EUA que, no início da década de 1950, difundia os seus ideais e tinha certa dificuldade de inserção na Europa, principalmente devido ao sucesso das redes e da propaganda comunista. Durante a década de 1950, os Estados Unidos passaram a investir substancialmente em uma proposta anticomunista. A Guerra Fria passou a ser também uma “guerra de culturas”, na qual houve um investimento vigoroso em projetos culturais e educacionais. No que concerne a guerra de culturas implementada pelos americanos, principalmente na Europa a partir dos anos 1950, afirmou o historiador Tony Judt:

Já em 1950, a Agência de Informação dos Estados Unidos assumiu plena responsabilidade pelo intercâmbio cultural norte-americano e pelos programas de informação na Europa. Ao lado do Departamento de Serviços de Informação que servia às autoridades norte-americanas encarregadas da ocupação da Alemanha Ocidental e da Áustria (e que detinha controle absoluto da mídia e de toda população cultural da Zona norte-americana nesses países), a Agência via-se em condições de exercer grande influência sobre a vida cultural européia. Já em 1953, no auge da Guerra Fria, os programas culturais dos EUA no exterior (excluindo subsídios secretos a fundações particulares empregavam 13 mil pessoas e custavam 129 milhões de dólares, recursos gastos principalmente na batalha para conquistar corações e mentes da elite intelectual do Oeste Europeu (JUDT, 2011, p. 234).

Ao comprovar em seus escritos que a fome não tinha fronteiras, mas que apresentava uma face diferente em cada continente, Josué de Castro, construiu uma narrativa ambivalente. Por um lado, contribuía com o discurso adotado pela União Soviética de que era necessário construir esforços para trabalhar pela paz e pela união entre os povos. E, por outro, agradava aos americanos com um humanismo liberal, através do qual as alternativas para enfrentar a fome deveriam ser encontradas no interior do próprio sistema capitalista.

Alguns anos depois o livro *Geopolítica da Fome* seria novamente premiado. Em 1949 a União Soviética criou o Prêmio Internacional da Paz, e seus agraciados eram escolhidos por um comitê que privilegiava

personalidades que contribuíram para a paz entre os povos. A premiação estava articulada a uma política estratégica de Stálin, intitulada de “Movimento Internacional pela Paz”. Tony Judt atribuiu a estratégia política da União Soviética como uma tentativa de construir a ideia de que a política externa dos Estados Unidos representavam uma ameaça imediata de guerra na Europa.

Na tentativa de se beneficiar desse medo incipiente em relação à guerra, e da suspeita das elites européias em relação a questões norte-americanas, Stálin desencadeou um movimento internacional da paz. De 1949 até a morte do líder soviético, “Paz” foi o ponto central da estratégia cultural soviética”. (JUDT, 2011, p. 232).

Alguns brasileiros estiveram inseridos de modo mais significativo entre as redes comunistas. Entre esses estava Jorge Amado que “foi o principal beneficiário da integração na rede cultural comunista, primeiro no exílio em Paris, depois no castelo dos escritores na Tchecoslováquia” (RIDENTI, 2011, p. 167). As obras desse escritor foram publicadas em diversos idiomas e passaram a circular em toda a Europa. No começo da Guerra Fria a repressão aos comunistas na América Latina aumentou significativamente. Por esse motivo, muitos militantes passaram a buscar abrigo em Paris, onde tiveram o apoio do Partido Comunista Francês.

Nesse sentido, as redes de sociabilidade comunistas permitiram tanto a Jorge Amado quanto a outros “escritores, pintores, cineastas e artistas, a se projetarem e até ganharem prêmios no exterior” (RIDENTI, 2011, p. 167). O escritor Jorge Amado, membro do PCB, tornou-se em 1951, o primeiro brasileiro a receber o Prêmio Internacional da Paz. Além da destacada militância comunista no âmbito internacional, as obras de Amado tinham, desde a década de 1930, um engajamento político³²³, sendo praticamente um embaixador cultural comunista. Esses fatos colaboram para que a sua obra *O Mundo da Paz* (1950) que trazia uma série de reportagens sobre países socialistas, fosse premiada.

³²³ Destaco como obras de engajamento político com o campo do socialismo as seguintes obras do escritor Jorge Amado: *Capitães de Areia* (1937), *Terras do Sem-fim* (1943), *São Jorge dos Ilhéus* (1944), *O Cavaleiro da Esperança* (1945).

Em 1954, uma reunião do Conselho Mundial da Paz, do qual Jorge Amado era membro permanente, era realizada em Estocolmo, na Suécia. A delegação brasileira convidada foi formada pelo deputado e Presidente da FAO Josué de Castro, pelo deputado Frota Moreira, secretário geral do PTB, e pelo médico e escritor Marques Rabelo (NOTÍCIAS DE HOJE, São Paulo, sábado, 20/11/1954). Acervo Pessoal Josué de Castro – FUNDAJ. Pasta 16). O periódico *Tribuna Popular* veiculou uma reportagem sobre a participação de Josué de Castro no Conselho Mundial da Paz.

Fala em Estocolmo o Prof. Josué de Castro

Trabalham as diversas comissões do Conselho Mundial da Paz, preparando o texto das resoluções que serão discutidas nos dias que restam antes do encerramento do importante certame. Ontem, 20, foi o dia dos países oprimidos, cujos representantes ocuparam a tribuna. Falaram também os representantes dos países asiáticos. O professor Josué de Castro, do Brasil, Presidente da FAO, declarou: “Em nosso mundo atual, os 20 países mais ricos, que concentram apenas 16% da população do globo, têm mais de 70% do total da renda universal. Ao passo que, os 15 países mais pobres, onde se concentra 50% da população do planeta, não chegam a totalizar 10% da renda total do mundo” (TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro, quinta-feira, 02/12/1954. Acervo Pessoal Josué de Castro – FUNDAJ. Pasta 16).

A reportagem denota duas questões relevantes para aquele momento histórico. A primeira é pensar que o “Movimento pela paz não passava de um veículo para a política soviética, motivo pelo qual abraçou, em 1951, o tema da “coexistência pacífica”, devido a uma alteração na estratégia internacional de Stálin” (JUDT, 2011, p. 232). Nesse sentido, pode-se compreender que o apoio à propaganda comunista e o discurso em torno da pacificação em grande medida tiveram sucesso na Europa. O bloco capitalista, por sua vez, promoveu uma resposta à União Soviética através de um grupo de intelectuais do Ocidente, que criaram o Congresso para Liberdade Cultural. De acordo com o historiador Tony Judt:

A reunião que inaugurou o Congresso para Liberdade Cultural (CLC) foi realizada em Berlim, em junho de 1950. O congresso foi planejado como resposta ao Movimento pela Paz. (...) O Congresso

para a Liberdade Cultural foi formado sob a chancela oficial de Berthand Russell, Benedetto Croce, Jonh Dewey, Karl Jaspers e Jacques Maritain, o filósofo católico francês”. (JUDT, 2011, p. 233).

A segunda questão relevante se relaciona diretamente com a fala atribuída à Josué de Castro que denuncia que assim como a fome, a concentração de renda estava presente naquela contemporaneidade, seja nos países do bloco capitalista ou socialista. Essa constatação acompanha praticamente todas as suas obras do Pós-Guerra.

A Presidência do Conselho da FAO, a publicação de livros em várias línguas, a militância política em um partido reformista no Brasil, bem como as redes intelectuais que foram sendo fortalecidas, permitiram que Josué de Castro produzisse uma imagem universal de intelectual e homem público que militava em defesa das causas humanitárias no mundo. Em 1954, Josué de Castro foi indicado ao Prêmio Nobel de Medicina. Em junho daquele ano estava em Roma, realizando atividades na FAO, quando recebeu a carta com a indicação do seu nome para concorrer ao Nobel. Em uma entrevista para o periódico *A Gazeta*, disse:

A honrosa inclusão do meu nome realizada espontaneamente pela Comissão do Prêmio Nobel de Medicina sensibilizou-me muito, embora que compreenda que esta Comissão visou especialmente homenagear a medicina brasileira, cujo conceito universal é hoje muito sólido, e não a minha modesta obra científica cuja significação não me parece merecer tão alta distinção. Não posso pronunciar-me sobre nenhum outro aspecto do assunto, mas apenas aguardar o julgamento final da Comissão que se realizará no próximo mês de novembro (A GAZETA, terça-feira, 01/06/1954. Acervo Pessoal Josué de Castro – FUNDAJ. Pasta 16).

Quando Josué de Castro atribui a indicação ao Nobel à excelência da medicina brasileira, não significa somente dividir os méritos com esse campo de saber, mas, ao mesmo tempo, mobilizar a sua formação inicial em Medicina. Os estudos e pesquisas desenvolvidos na área da alimentação e da nutrição colaboraram para que se destacasse internacionalmente e chegasse à Presidência do Conselho da FAO. No entanto, a indicação ao Prêmio Nobel está

relacionada a uma rede de sociabilidades mais ampla que conseguiu construir com dois ganhadores do Prêmio Nobel, o médico Lord Jonh Boyd Orr (Nobel da Paz em 1949) e da escritora Pearl Buck (Nobel de Literatura em 1938). A indicação ao prêmio era realizada por meio do Comitê Nobel “integrado por sumidades médicas mundiais” (FOLHA DA MANHÃ, São Paulo, sexta-feira 02/04/1954. Acervo Pessoal Josué de Castro – FUNDAJ. Pasta 16).

A indicação de Josué de Castro ao Prêmio Nobel teve ampla repercussão em jornais de todo o Brasil. Mas, o Nobel de Medicina daquele ano foi atribuído conjuntamente a John Franklin Enders, Thomas Huckle Weller e Frederick Chapman Robbins “pela descoberta da capacidade do vírus da poliomielite de se desenvolver em culturas de vários tipos de tecidos”,³²⁴.

Em 1955, ano seguinte à sua indicação ao Nobel de Medicina, Josué de Castro foi congratulado com o Prêmio Internacional da Paz por sua obra *Geopolítica da Fome*, que fora publicada em língua russa em 1954. A notícia de que Josué de Castro receberia um prêmio ofertado pela União Soviética provocou a reação de alguns setores da sociedade brasileira. O debate sobre o prêmio circulou na imprensa. Muitos criticavam a possibilidade de Josué de Castro receber um “prêmio comunista”, outros mencionavam que a premiação significava orgulho para o Brasil. Uma charge veiculada no *Diário de Pernambuco* traz alguns aspectos dessa discussão.

³²⁴ Informações obtidas no site do Prêmio Nobel. <http://www.nobelprize.org/>. Acessado em 30 de março de 2017.

FIGURA 2 – Charge do jornal *Diário de Pernambuco*, 05 de julho de 1955.



FONTE – Prontuário de Josué Apolônio de Castro. DOPS-PE. APEJE-PE

Um prêmio internacional ofertado por Moscou a uma personalidade brasileira despertou a reação de setores conservadores da sociedade. A charge é assinada pela Cruzada Brasileira Anti-Comunista, critica os comunistas brasileiros por homenagearem com um jantar no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, o então deputado pelo PTB de Pernambuco Josué de Castro, que foi agraciado com o Prêmio Internacional da Paz. Segundo as reflexões do historiador Rodrigo Patto que é um dos principais especialistas sobre o tema do anticomunismo no Brasil:

A Cruzada Brasileira Anticomunista foi uma das mais notórias organizações anticomunistas do período posterior a 2ª Guerra, e sua linguagem e atuação são semelhantes às dezenas de entidades congêneres do mesmo período. Foi a interação dessas três doutrinas (catolicismo, nacionalismo e liberalismo) que subsidiou a cruzada anticomunista brasileira, na constituição de imagens que caracterizavam o comunismo como “perigo vermelho”. (SÁ MOTTA, 2002, p. 49).

A partir da análise da imagem é possível identificar os comunistas representados com traços demoníacos, em preto, armados com facas afiadas e alguns bebendo vodca, possivelmente extasiados. Os demais integrantes da mesa estão bem vestidos, porém com expressões sérias e desconfiadas. Josué de Castro, sentado ao centro, ladeado pelo militante do PCB o escritor Jorge Amado, tem em seu nome uma sutil interrogação. Nesse sentido, a imagem tem como intenção gerar dúvidas no leitor sobre a possibilidade de Josué de Castro “ser ou não ser” comunista. A presença do PCB também pode ser observada por meio de um pássaro que se apresenta ao centro do banquete, supostamente convidado por Jorge Amado, declarando que o escritor baiano o mandou ficar escondido.

Uma cena que poderia induzir o leitor a cogitar que Josué de Castro seria um comunista disfarçado e atuante, ou mesmo, tentar aproximar o discurso trabalhista do intervencionismo e das reformas sociais, ao discurso comunista. Nesse sentido, “ao mesmo tempo em que demonizavam os comunistas, seus adversários contribuíram para reafirmar o seu lugar no cenário público, confirmando a sua centralidade como atores políticos” (NAPOLITANO, *et al.* 2013, p. 29).

A proximidade entre Josué de Castro e Jorge Amado na charge aponta não apenas para uma relação pessoal, afetiva – presente em outras fontes pesquisadas – mas, sobretudo, para uma afinidade político-ideológica. Nesse sentido, “devemos pensar o comunismo e o anticomunismo, antes de mais nada, como práticas sociais e culturais, como filosofias de vidas e também propostas políticas” (CAVALCANTI, 2012, p. 43). O discurso conservador contra o comunismo assinalava tempos difíceis para a militância política de esquerda no Brasil.

O texto construído abaixo da charge denota a preocupação da Cruzada com a vigilância e o controle daqueles que eventualmente participariam da premiação. A ideia central era defender a pátria do “perigo vermelho”, já que o comunismo fora apresentado como uma antítese das liberdades individuais e um atentado à democracia. No texto a valorização do nacionalismo é mesclada ao discurso religioso. A aproximação de Josué de Castro com o campo das esquerdas, nacionalmente e internacionalmente, contribuiu para que paulatinamente passasse a ser identificado como comunista. Em um de seus discursos na Câmara Federal, Josué de Castro, tratou da

polêmica em torno do Prêmio Internacional da Paz:

Sr. Presidente, não tencionava subir à tribuna desta Casa para fazer o menor comentário acerca do fato de ter-me sido concedido o Prêmio Internacional da Paz, assunto que foi objeto de longo debate nessa casa. (...) Desejo declarar que sempre trabalhei e continuarei a trabalhar pela paz. Não conheço missão mais digna, mais necessária, mais dignificante da condição humana e da condição por excelência do intelectual do que trabalhar pela compreensão entre os homens, propondo-se dentro de suas limitadas possibilidades a ser sempre instrumento de ligação, de interpretação, de confiança e de compreensão, numa hora grave como a hora atual do mundo, hora de tremendas tensões sociais que ameaçam afundar o mundo numa conflagração irremediável. (...) Não me contaminei por nenhuma ideologia, porque não tenho outra que não a de minha terra – meu nacionalismo e meu patriotismo de brasileiro, meu universalismo de homem de estudo. (...) Escrevi um livro acima dos partidos, acima das ideologias partidárias, acima das paixões humanas. Escrevi esse livro não a serviço de blocos, mas a serviço da humanidade (...). (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção II, de 17 de maio de 1955. Acervo da Biblioteca da Câmara dos Deputados)

O discurso atende a determinadas interdições, a historicidade, ao ato impositivo de verdade e foi realizado em meio às tensões de grupos políticos do Congresso Nacional, que eram contrários que um parlamentar brasileiro recebesse um prêmio concedido pela União Soviética. Josué de Castro se defendeu ao incorporar elementos de valorização da pátria e do nacionalismo, coincidentemente os mesmos propagados pela Cruzada Brasileira Anticomunista. O autor demonstra que estava atento aos conflitos do mundo do Pós-guerra, bem como define sua posição como intelectual engajado que acreditava ser sujeito da própria história. Josué de Castro ratifica o discurso de que o seu compromisso social enquanto intelectual está centrado na busca de alternativas para combater a fome. As disputas e tensões a respeito do Prêmio Internacional da Paz na Câmara Federal foram parar na Comissão de Diplomacia que emitiu o seguinte parecer:

(...) Numerosos deputados requereram um voto de congratulações ao Professor Josué de Castro pela honrosa distinção. No entanto, antes de ser submetido à consideração do plenário, foi o requerimento

enviado a Comissão de Diplomacia. Segundo consta a impugnação à homenagem se fundamenta na alegação de que o Conselho Internacional da Paz é de inspiração soviética. (...) A Comissão de Diplomacia acha que a homenagem prestada na Câmara a um cientista brasileiro que recebeu um prêmio internacional pelo sentido humanitário e pacifista da sua obra, não constitui matéria de ordem diplomática ainda que nos pareça da maior justiça e concessão do prêmio e o voto de congratulações objeto dessa consulta. (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, de 21 de maio de 1955. Acervo da Biblioteca da Câmara dos Deputados).

As tramas do poder e a construção dos discursos em meio a disputas parlamentares de um momento da história da humanidade marcado por conflitos de blocos considerados antagônicos, estão presentes nesse parecer. Apesar da tentativa de impugnação, Josué de Castro finda recebendo o prêmio em Helsinque com o aval da Câmara dos Deputados. O recebimento desse prêmio estreitou os laços acadêmicos de Josué de Castro com a União Soviética. Alguns anos depois, Castro passa a ocupar um cargo na Academia Nacional de Ciências de Moscou, “mesmo após as denúncias dos crimes de Stálin que abalaram os comunistas depois de 1956” (RIDENTI, 2011, p. 172).

DOCUMENTOS

Notícias de Hoje, São Paulo, sábado, 20/11/1954. Acervo Pessoal Josué de Castro – FUNDAJ. Pasta 16.

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, quinta-feira, 02/12/1954. Acervo Pessoal Josué de Castro – FUNDAJ. Pasta 16).

A Gazeta, terça-feira, 01/06/1954. Acervo Pessoal Josué de Castro – FUNDAJ. Pasta 16.

Folha da Manhã, São Paulo, sexta-feira 02/04/1954. Acervo Pessoal Josué de Castro – FUNDAJ. Pasta 16.

Diário do Congresso Nacional, Seção II, de 17 de maio de 1955. Acervo da Biblioteca da Câmara dos Deputados.

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 21 de maio de 1955. Acervo da Biblioteca da Câmara dos Deputados.

Prontuário de Josué Apolônio de Castro. DOPS-PE. APEJE-PE

Discurso pronunciado em Buffalo, cidade americana do Estado de Nova Iorque, durante a entrega do Prêmio Roosevelt da Academia Americana de Ciências

Políticas – USA. Acervo Pessoal Josué de Castro – FUNDAJ. Pasta B.
CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.
A Apoteose da Guerra. Óleo sobre tela. Vasily Vereshchagin, 1871.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. *Estudos Avançados*. 11 (29), 1997, p. 169-194.
- CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.
- _____, Josué de. *O livro Negro da Fome*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.
- CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. *Relatos do Medo: a ameaça comunista em Pernambuco (Garanhuns – 1958-1964)*. Recife, Editora Universitária, 2012, p. 43.
- DOSSE, François. *O Desafio Biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- JUDT, Tony. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.
- NAPOLITANO, Marcos. CZAJKA, Rodrigo. SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.
- REZENDE, Maria José de. Colonialismo, subdesenvolvimento e fome em Josué de Castro. *Cadernos de Estudos Sociais*. Vol. 19, n. 2, jul./dez., 2003.
- _____, Maria José de. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, n.33, p. 117-145, abril de 2003.
- RIDENTI, Marcelo. Jorge amado e seus camaradas no círculo comunista internacional. *Revista Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGSA. V.01.02: 165-194, 2011.
- SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- SANTOS, Milton. Apresentação – In: CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- ZIEGLER, Jean. *Destruição em massa*. Geopolítica da Fome. São Paulo: Cortez, 2013.

AUTORAS E AUTORES

Alfredo Ricardo Silva Lopes é Professor Adjunto B da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus Pantanal (UFMS-CPAN). Possui Graduação, Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou Programa do Doutorado Sanduíche no Exterior no *Rachel Carson Center* e concluiu Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus Três Lagoas. Realiza pesquisas na área de História Ambiental e uso da Literatura no Ensino de História. Professor da Especialização Interdisciplinar em Humanidades e do Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços.

Arilson dos Santos Gomes é Doutor e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Docente vinculado ao Instituto de Humanidades, membro permanente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (MIH-UNILAB) e dos Cursos de Antropologia e Humanidades da UNILAB.

Denize Terezinha Leal Freitas é Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Estuda temas relacionados ao ensino de história, história da família, formas de união, demografia história e história eclesiástica nos séculos XVIII e XIX. Atua como docente na rede de ensino do Rio Grande do Sul (SEDUC-RS). É Vice Coordenadora do Grupo de Trabalho Infância, Juventude e Família da ANPUH-RS (2018-2020) e integrante do Grupo de Pesquisa/CNPq Sociedades do Antigo Regime no Atlântico Sul (SARAS).

Divino Marcos de Sena é Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Dourados. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal (UFMS). Líder do grupo de pesquisa Fronteira e Oeste brasileiro: sociedade, cotidiano e política.

Fabiano Quadros Rückert é Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Pantanal (UFMS-CPAN). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação – Campus do Pantanal. Curso Graduação, Mestrado e Doutorado em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É aluno do Curso de Doutorado em Patrimônio da Universidade de Jaén – Espanha. Pesquisa temas relacionados à História Urbana, História do Saneamento e História das Doenças.

Flavio José Gomes Cabral é licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru, Especialista em História de Pernambuco, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e atual coordenador do Curso de História da instituição. Membro do conselho editorial da Histórica Unicap, revista do PPGH-UNICAP.

Frederico de Castro Neves é Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Possui graduação em História (UFC, 1986), mestrado em Sociologia (UFC, 1992) e doutorado em História Social (UFF, 1998). Realizou pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (ÚNICAMP, 2002 e 2013). Tem experiência na área de História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: secas, migrações, revoltas camponesas, movimentos sociais e conflitos sociais.

Helder Remigio de Amorim é Professor Doutor em História do Norte e Nordeste do Brasil pela Universidade Federal de

Pernambuco (UFPE), Mestre em História Social da Cultura pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Licenciado em História – UFRPE. Docente do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco (PPGH-UNICAP). Editor da História Unicap, revista do PPGH-UNICAP. Possui experiência na Educação Básica e na formação de professores. Em seus estudos se dedica às relações entre fome, cidadania, biografia, cultura, poder, cidade e história urbana.

Jonathan Fachini da Silva é Graduado em História Licenciatura (2010) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Mestre em História Latino-Americana (2014) pela mesma universidade. Atualmente é Doutor em História (2019) pelo PPGH-UNISINOS com período de estudos na Universidade de Évora (UE) em Portugal. Como pesquisador, tem diversos livros organizados e artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais nas áreas da História Social da Família, Criança e da População, bem como, Assistência e Pobreza no período moderno. Atua como Tutor Presencial do Curso de Licenciatura em Filosofia à Distância da Universidade Federal de Pelotas (CLFD-UFPEL) e como Professor da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura de Montenegro/RS.

Josali do Amaral é Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas e Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS-UERJ).

José Carlos da Silva Cardozo é Historiador pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Sociólogo pela Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS) com Doutorado e Pós-Doutorado em História Latino-Americana. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), atuando nos cursos de Relações Internacionais e Comércio Exterior e como docente permanente do Mestrado em História da instituição. Desde 2009, é Editor da Revista Brasileira de História & Ciências Sociais

(RBHCS). Autor de *Enredos tutelares* (2013) e “*Como se fosse meu filho*” (2018) e coautor de *História da Família no Brasil Meridional* (2014), *Instituições e práticas de controle social* (2016) e *História das Crianças no Brasil Meridional* (2016), obras da coleção Estudos Históricos Latino-Americanos (Editoras OIKOS e UNISINOS).

José Newton Coelho Meneses é Graduado em Medicina Veterinária e em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é Mestre em História pela UFMG e Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Realizou estágio pós-doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris – (2014-2015). É Professor Associado do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Membro de Conselho Editorial de vários periódicos nacionais e internacionais e do Conselho Consultivo de periódicos nacionais. É autor de *O Continente Rústico* (Maria Fumaça Editora – 2000); *Artes Fabris e Ofícios Banais* (Fino Traço – 2012); *História & Turismo Cultural* (Autêntica – 2004) e *Uma História da Veterinária* (Editora UFMG – 2012).

Maria da Conceição Pinheiro de Almeida é Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Especialista em Saúde da Mulher Negra pela Universidade Federal do Maranhão, Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora do Ensino Médio na rede pública de Ensino do Estado do Maranhão, servidora administrativa da Universidade Federal do Maranhão.

Tiago da Silva Cesar é Doutor em História pela Universidad de Córdoba (UCO/Espanha) e Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor e Coordenador do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco (PPGH-UNICAP) e docente do Curso de História pela mesma instituição. Coordenador da Especialização em História do Nordeste do Brasil e Editor da *História Unicap*, revista do PPGH-UNICAP. É autor de *A ilusão panóptica: Encarcerar e punir nas imperiais cadeias da Província de São Pedro (1850-1888)* (Oikos/UNISINOS – 2015).

Paulo Roberto Staudt Moreira possui doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-doutoramento na Universidade Federal Fluminense. É professor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), onde atuou como coordenador do PPGH entre 2010 e 2014. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Nível 2). Membro da diretoria da ANPUH/RS. Publicações: MOREIRA, P. R. S., MUGGE, M. H.. *Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia*. 2ª edição. São Leopoldo: Oikos, 2014; MOREIRA, P. R. S., AL-ALAM, C. C.; Pinto, N. G. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas calhambolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br

Coleção **Direito e Justiça Social**

A Coleção Direito e Justiça Social se propõe a publicar estudos críticos e interdisciplinares sobre a promoção da igualdade de direito, da solidariedade e da sustentabilidade. Poderão ser acolhidos os resultados de pesquisas que enfrentem grandes temas, seja no contexto da realidade nacional, regional e internacional; e que representem possibilidades de aprofundamento e conhecimento das soluções adotadas pelos diferentes sistemas jurídicos. Dentro dessa perspectiva o Direito e o jurista devem estar comprometidos com a promoção da cidadania, da diversidade cultural, da ética e, sobretudo, da justiça social. A construção da cidadania exige a efetividade dos direitos constitucionalmente reconhecidos e protegidos por procedimentos jurisdicionais que se exercem no ambiente democrático de decisão política. Assim sendo, o poder público deve promover políticas públicas capazes de transformar a realidade de desigualdade social e econômica que ameaça a estabilidade democrática no Brasil e no mundo globalizado.

Maria Claudia Crespo Brauner
Coordenadora da Coleção Direito e Justiça Social

